

Escola Superior de Educação de Castelo Branco



17461

A dinâmica demográfica na região do interreg Ibérico no final do século XX

001.89 MOR Din

*A Dinâmica Demográfica
na Região do INTERREG Ibérico,
no Final do Século XX*



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
2001

Maria João da Silva Guardado Moreira

**A Dinâmica Demográfica na Região do INTERREG Ibérico,
no final do Século XX**

I Volume

Dissertação para provas de
Doutoramento em Sociologia,
especialidade de Demografia, a
apresentar na Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade
Nova de Lisboa

**ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
CASTELO BRANCO
OFERTA**

17461

Lisboa
2001

Apesar do carácter solitário que um trabalho deste tipo significa, muitas foram as ajudas com que pudemos contar e sem as quais a sua conclusão teria sido dificultada.

Em primeiro lugar, ao Prof. Doutor J. Manuel Nazareth, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, incentivo e palavras de apoio que sempre teve ao longo das vicissitudes por que passou a sua elaboração.

Esta dissertação beneficiou do apoio do PRODEP II. – Medida 5 – Acção 5.2, entre 1997 e 1999.

Às minhas amigas, Doutoras Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, cujas indicações e críticas foram de grande ajuda. À Doutora Maria Luís Rocha Pinto, a que me une um comum interesse científico pelas regiões de fronteira, um agradecimento muito especial pelo confronto de ideias e disponibilidade nas horas de maior “angústia produtiva”.

A utilização de fontes estatísticas de dois países diferentes, para além de aspectos metodológicos, traz sempre dificuldades de acesso, sobretudo quando nos separa alguma distância física dos centros de produção. Por isso um agradecimento muito especial à chefe da secção “Área de Información Estadística” do Instituto Nacional de Estadística, em Madrid, Margarita Artega, que sempre esteve disponível para me ajudar a colmatar as diversas dúvidas e omissões de informação, enviando-me prontamente tudo o que lhe solicitava. Também à Benita Aybar López da “Subdirección General de Difusión Estadística, Area de Información”. Em Portugal, na delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Estadística, o mesmo agradecimento especial para a Dr.^a Luísa Saraiva e, sobretudo na fase final deste trabalho, para a Elisabete Martelo que foi incansável em solucionar todos os problemas que foram surgindo, mesmo os que implicavam dificuldades acrescidas a nível da disponibilidade dos dados. Também a todos os que receberam os meus pedidos no Centro de Informação Jacques Delors, nomeadamente a Dr.^a Nélia Antunes, no EUROSTAT, Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários e Comissões de Coodenação e Biblioteca Municipal de Castelo Branco, pelas facilidade na consulta dos recenseamentos.

Uma referência especial para o Prof. Doutor Lorenzo López Trigal, da Universidad de León, e Doutor Abel Losada, da Universidad de Vigo, que me facilitaram

bibliografia e indicações sobre o lado espanhol da raia, para o meu colega Domingos Santos pela cedência de bibliografia, aqui também ao Dr. Rui Jacinto da Comissão de Coordenação da Região Centro, e indicações sobre a temática da política regional europeia e para o Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira, que me pôs em contacto com a engenheira Helena Simões e com o Dr. Daniel Alves, sem os quais teria sido mais difícil e demorada a elaboração da cartografia das regiões de fronteira. Ao Daniel Alves devo agradecer a disponibilidade, as sugestões e paciência com que sempre recebeu os meus pedidos de mapas, mesmo os mais apressados. Aos meus colegas Armando Ferreira e Helena Menezes o guiarem-me nos meandros da análise de “clusters”. Ao Carlos Botelho, do Centro de Recursos da Escola Superior de Educação, pela ajuda fundamental no solucionar dos insondáveis problemas informáticos.

Às direcções da Escola Superior de Educação, especialmente aos Professores Valter Lemos, José Figueiredo Martinho e ao meu amigo José Pires a criação de condições que facilitaram a concretização desta investigação.

Um obrigada muito especial aos meus cunhados Paula e António, sempre prontos a ajudar-me na busca bibliográfica em Madrid, assim como no colmatar das variadas omissões de última hora, evitando algumas deslocações suplementares até à capital de Espanha.

Aos meus pais, que sempre acreditaram, irmãos, especialmente ao Zé pela ajuda preciosa na revisão do texto, e sobrinhos o incentivo, apoio e paciência pelas frequentes ausências, no que junto os meus amigos.

Finalmente ao Luís, que quotidianamente viveu também esta investigação, pelos conselhos, pela constante ajuda na revisão do texto, pela ajuda nas buscas bibliográficas, enfim, pela muita paciência nos momentos de maior angústia que foram sendo ultrapassados com a sua ajuda e o seu permanente estímulo.

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 231 |
| Capítulo V - Fronteiras inter-espanholas dos espaços de uma mesma raia..... | 318 |
| Conclusão..... | 373 |
| Fontes e Bibliografia..... | 382 |

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Introdução..... | 6 |
| Capítulo I - Portugal e Espanha: dos países às regiões de fronteira..... | 13 |
| 1. Uma questão preliminar: a problemática regional da União Europeia – o caso particular do INTERREG..... | 14 |
| 2. Os países..... | 59 |
| 3. A fronteira..... | 74 |
| 4. As unidades territoriais..... | 97 |
| Capítulo II – A problemática das fontes e a sua qualidade..... | 106 |
| 1. As fontes portuguesas..... | 107 |
| 2. As fontes espanholas..... | 120 |
| 3. A qualidade dos dados..... | 139 |
| Capítulo III – A dinâmica demográfica da componente portuguesa da região do INTERREG..... | 156 |
| Capítulo IV – A dinâmica demográfica da componente espanhola da região do INTERREG..... | 231 |
| Capítulo V – Fronteira luso-espanhola: dois espaços de uma mesma realidade..... | 318 |
| Conclusão..... | 373 |
| Fontes e Bibliografia..... | 382 |

| | |
|-------------------------------------------|------------------|
| Índice dos Quadros..... | 406 |
| Índice dos Gráficos e Figuras..... | 409 |
| Índice dos Mapas..... | 411 |
| ANEXOS..... | II Volume |

INTRODUÇÃO

Fronteira, raia, limite – vários termos para uma mesma realidade, sobre a qual podemos encontrar diferentes perspectivas de análise: dos geógrafos, dos antropólogos, dos políticos. No entanto, longe de se oporem, completam-se, já que as fronteiras que separam as nações, tanto são raias traçadas na terra como limites simbólicos que separam comunidades. Por isso, é possível encontrar uma dualidade de significados no conceito de fronteira, fronteira como elemento separador e como elemento estruturador de uma certa permeabilidade. Quer dizer que estes espaços têm identidades linguísticas, históricas, religiosas e sociais, que nem sempre começam ou acabam na linha política que convencionalmente separa, antes formam conjuntos que interagem e se cruzam.

Seja qual for o entendimento deste conceito, a verdade é que a fronteira tem sido um importante factor de organização do território, com uma intensidade que tem variado no tempo e nos espaços, mas cujos efeitos permanecem, de tal modo que condicionaram o desenvolvimento das regiões que se localizam junto ao limite político. Por isso, se fala do *efeito fronteira*.

As regiões da fronteira que separa Portugal de Espanha não foram, até praticamente aos anos oitenta, objecto de grandes estudos ou sínteses de conjunto¹. Merecem, no entanto, um destaque especial dois trabalhos dos anos setenta, o de Pintado e Barrenechea² e o de Carminda Cavaco³ que, embora de natureza diferente, constituem um marco no conhecimento da fronteira luso-espanhola, visto procurarem dar uma visão de um e de outro lado. Foi com a adesão dos dois países à Comunidade Económica Europeia que renasce o interesse pela fronteira, não só nos meios académicos, como também junto dos políticos e dos responsáveis pelo desenvolvimento regional. É assim que os Colóquios Ibéricos de Geografia, que se realizam desde 1979, têm uma secção sobre a fronteira como factor geográfico. E, a necessidade em conhecer os impactos regionais da adesão à Comunidade tem levado à constituição de equipas pluridisciplinares ligadas à planificação regional.

Na sequência do Acto Único que definiu o Mercado Único como um objectivo fundamental, as regiões fronteiriças passaram a ser consideradas áreas sensíveis, com problemas específicos e a necessitarem de intervenções prioritárias. Tornava-se, assim, necessário estabelecer mecanismos que promovessem o seu desenvolvimento de modo a combater a herança histórica do *efeito* fronteira, até porque os vários relatórios sobre o desenvolvimento das regiões, produzidos pela Comunidade, dão conta da marginalização que caracteriza muitas das regiões, fronteiriças que separam os estados membros. É neste contexto que, em 1990, é criada a iniciativa INTERREG, vocacionada para intervir

¹ Sobre estudos realizados sobre a fronteira luso-espanhola ver as sínteses bibliográficas feitas por López Trigal, ("La frontera como factor geográfico" in *Acta, Ponencias y Comunicaciones, III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, pp. 596-602), Antonio-José Campesino Fernández ("La frontera como factor geográfico. Situación actual de la investigación peninsular" in *Encuentros/Encontros de ajuda.Olivenza 18-19-20 Octubre 1985. Actas, Ponencias y Comunicaciones*; Salamanca, 1987, pp. 207-211), Jorge Gaspar ("A fronteira como factor geográfico" in *Encuentros/Encontros de Ajuda.Olivenza...*, pp.225-233) e João Carlos Garcia ("La frontera luso-española y los estudios de geografía histórica" in Lorenzo López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-Portuguesa «Rei Afonso Henriques», 1997, pp. 25-29).

² *A raia de Portugal, a fronteira do subdesenvolvimento*, Porto, Afrontamento, 1974.

nestas regiões, uma vez que se considera que a coesão económica da União Europeia só pode ser conseguida se as regiões mais debilitadas se tornarem progressivamente mais competitivas.

Os 1215 km que separam Portugal de Espanha dificilmente se podem considerar uma “fronteira natural”, pois não foram os acidentes naturais que desenharam a fronteira política. Considerada a fronteira mais antiga da Europa, consolidada desde 1297, não encontra semelhanças com outras fronteiras internas da União Europeia, melhor situadas relativamente a centros e áreas de decisão político-económica.

A identidade das regiões desta raia, que ocupam uma área de quase 137 mil km², reconhece-se por um conjunto de características dependentes da sua posição periférica, posição que resulta de uma concepção de fronteira como espaço de divisão, que tem raízes históricas, e que acabou por influenciar o ordenamento do espaço em ambos os lados, além de condicionar a circulação de pessoas e bens. Ainda mais porque a individualização de Portugal se fez, em grande medida, em concorrência, e até mesmo em oposição relativamente a Espanha. Economicamente os dois países estiveram muito tempo de costas voltadas, sendo que o território espanhol representava um obstáculo que dificultava as ligações terrestres de Portugal com o resto da Europa. Condicionamentos que foram originando, nas regiões limítrofes desta linha política, atrasos estruturais marcados pelo êxodo, o isolamento, o que vai tornando mais difícil criar condições favoráveis à atracção de investimentos de forma a reter as suas populações. Daí o gerar de um processo de despovoamento, comum aos dois lados da fronteira, e que originou a recessão demográfica e económica de vastas áreas fronteiriças.

Outro aspecto a considerar na análise da raia de Portugal e de Espanha, é o facto de a Península Ibérica ter revelado uma tendência para o desenvolvimento da sua

³ *A região de fronteira do rio Minho*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1973.

periferia geográfica, tanto a nível demográfico como económico. Aí se concentram as principais estruturas produtivas, centros de decisão política, à excepção de Madrid. Na verdade, a população das regiões centrais da Península tem vindo a perder peso demográfico, ao contrário do que acontece nas regiões periféricas que viram, quase todas, a sua população aumentar. A *litoralização* é, pois, um fenómeno ibérico cujo reverso é um interior que perde vitalidade demográfica. A faixa fronteiriça que separa os dois países ibéricos está precisamente situada nas regiões deprimidas do interior peninsular, sofrendo não só os efeitos da sua localização face ao resto dos territórios nacionais, mas também do seu isolamento no contexto europeu.

Ainda que com desigual intensidade, a raia luso-espanhola associa assim um conjunto de características que a tornaram num exemplo de região que foi gerando bloqueios ao seu próprio crescimento e que se enquadram, portanto, nos objectivos da iniciativa comunitária do INTERREG.

Podemos, todavia, interrogarmo-nos sobre a forma como se tem desenvolvido a demografia das regiões da raia luso-espanhola. Existirá uma homogeneidade no comportamento das populações fronteiriças ou, pelo contrário, permanecem diversidades? E que diversidades: norte/sul, Portugal/Espanha?

Propusemo-nos, pois, desenvolver um estudo cuja unidade territorial de análise são as Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS), de nível III, dos dois lados da fronteira⁴, e que tem como principal objectivo conhecer a dinâmica populacional da raia luso-espanhola, neste final do século XX. A escolha deste espaço prende-se, precisamente, com o facto de estas regiões serem consideradas, pela Comunidade, como um conjunto que partilha problemas comuns e cuja resolução deve

⁴ No que diz respeito à fronteira luso-espanhola essas áreas correspondem às seguintes NUTS III: Minho-Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve, do lado português, e às províncias de Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva, do lado espanhol.

ser encontrada em comum. Torna-se, portanto, pertinente um estudo que considere as regiões portuguesas e espanholas, pois só assim é possível perceber a existência de um espaço demográfico raiano que compartilha características.

Para além do estudo da dinâmica demográfica das NUTS III de fronteira, procurámos fazer o seu enquadramento nos respectivos países, conscientes de que as tendências regionais só têm sentido quando inseridas num espaço mais amplo. Nesta óptica utilizámos o resto dos espaços peninsulares como contraponto, não incluindo os territórios situados fora da Península Ibérica devido às particularidades que a sua localização lhes confere. Estamos-nos a referir aos arquipélagos dos Açores, Baleares, Canárias, Madeira e às cidades de Ceuta e Melilla.

Mas primeiro, e dentro da linha que traçámos para a escolha do âmbito espacial da nossa investigação, começaremos por examinar a problemática regional da União Europeia. Na Europa actual poucas realidades são tão heterogéneas e cheias de contrastes como as regiões que a compõem. No entanto, são precisamente estas regiões que têm servido de ponto de partida para o desenvolvimento da política comunitária que tem como objectivo prioritário reforçar a coesão económica e social do conjunto dos seus estados membros. Por isso o slogan *«É preciso construir a Europa das regiões»* é repetido tantas vezes, nomeadamente a propósito da necessidade de reduzir desequilíbrios do tecido regional europeu através da aplicação dos fundos de desenvolvimento regional. Para isso, são criadas iniciativas específicas de apoio às regiões consideradas subdesenvolvidas, no contexto da Europa comunitária, como são as regiões de fronteira, especialmente as que separam os dois países ibéricos. Iremos, pois, traçar uma síntese da evolução da política regional da União Europeia, desde a sua fundação até às últimas reformas, de modo a enquadrar o aparecimento das iniciativas

cômunitárias que têm como principal preocupação as fronteiras da Comunidade e o aumento das disparidades regionais que o desaparecimento das mesmas pode significar.

Segue-se depois um enquadramento à distribuição e características da população dos dois países ibéricos, realçando alguns modelos de leitura das diversidades regionais de cada um dos vizinhos ibéricos, para além da contextualização, nos respectivos países, da fronteira e das unidades territoriais que a compõem.

Feito este enquadramento, partimos para a análise da dinâmica demográfica das populações de fronteira, primeiro do lado português e depois do lado espanhol. Ambos terão a mesma estrutura interna: uma análise das variáveis macro-demográficas (volume e estrutura), numa perspectiva de longa duração, ou seja, entre 1900 e 1991/96, para os volumes, e entre 1960 e 1996, para as estruturas; passaremos depois ao estudo da distribuição da população e das variáveis microdemográficas (natalidade, mortalidade e movimentos migratórios), de modo a perceber quando e qual a sua responsabilidade na evolução da população destas zonas raianas nas últimas décadas do século XX. Aqui as balizas cronológicas serão 1980 (já que foi em 1986 que Portugal e Espanha se tornaram membros da então Comunidade Económica Europeia, para além de podermos utilizar os recenseamentos de 1981) e 1996, data dos últimos dados definitivos, para os dois países, de que pudemos dispor num tempo útil para esta investigação.

O facto de trabalharmos com estatísticas demográficas proveniente de dois países, tornou conveniente uma análise e descrição dos procedimentos de recolha e da estrutura de organização das fontes que são a base deste estudo. Também, para cada um dos países, faremos uma avaliação das fontes e dos dados que iremos utilizar. Este é um procedimento fundamental em qualquer estudo demográfico, uma vez que as conclusões a que possamos chegar estão condicionadas pela organização e validade dos dados. Outro aspecto fulcral será a explicitação da metodologia que irá ser empregue na

problematização e descrição dos fenómenos que nos propusemos analisar. E que irá sendo feita à medida que for sendo utilizada.

As conclusões a que chegarmos serão o ponto de partida para o estabelecimento de uma análise comparativa entre as duas regiões fronteiriças, não só entre elas, como também no seu enquadramento na globalidade dos países a que pertencem. Poderemos, assim, encontrar respostas para as questões inicialmente colocadas sobre a unidade e/ou diversidade da fronteira luso-espanhola.

Uma referência à bibliografia. Apenas incluímos as obras citadas, muitas delas já sínteses, quer sobre a problemática da fronteira, quer sobre a evolução das populações portuguesas e espanholas. Fogem a esta opção alguns (poucos) artigos e manuais que, embora não citados no texto, ajudaram a consolidar algumas ideias.

CAPÍTULO I

PORTUGAL E ESPANHA:
DOS PAÍSES ÀS REGIÕES DE FRONTEIRA

CAPÍTULO I

**PORTUGAL E ESPANHA:
DOS PAÍSES ÀS REGIÕES DE FRONTEIRA**

1. Uma questão preliminar: a problemática regional da União Europeia – o caso particular do INTERREG

A Europa, ao contrário da generalidade de outros continentes, não tem uma delimitação muito clara. Veja-se o que a separa da Ásia: uma fronteira difusa que se desenha entre a cordilheira dos Urales e o Mar Egeu. Mas difusas foram, também, durante muitos séculos, as fronteiras entre os diferentes países/regiões europeus. Aliás este processo de (des)construção das fronteiras políticas ainda hoje não está completamente concluído, nomeadamente na região dos Balcãs.

A criação, desenvolvimento e expansão, a partir de 1957, de uma união, primeiro económica e depois política, entre um número crescente de países europeus, veio acrescentar novos dados à percepção do espaço europeu e dar uma inteligibilidade diferente a conceitos como *região* ou *fronteira*.

Na verdade, se por um lado se fala numa Europa única, por outro sabe-se que ela nunca foi única: um passado histórico criou diferenças e clivagens; um espaço geográfico diferenciado condicionou a sua ocupação¹ e as relações que aí se foram estabelecendo, quer entre os grupos sociais quer entre os poderes, de tal modo que se foram criando vários níveis nacionais e regionais de desenvolvimento económico e social. Se perspectivar os desequilíbrios nacionais não oferece dúvidas, utiliza-se o critério de seguir as fronteiras políticas, já perspectivar os regionais pode colocar-nos perante dificuldades

¹ Para uma síntese sobre o relevo, clima, sistemas biogeográficos e regiões geográficas da União Europeia veja-se Andrés Rodríguez Pose, "El marco físico de la Unión Europea" in Rafael Puyol, Julio Vinuesa

metodológicas relacionadas com os critérios a utilizar na definição de *região*.

A adopção de um conceito de *região* é dificultada pela existência de várias perspectivas que servem de ponto de partida para esta conceptualização, dependendo ainda do espaço a partir do qual nos situamos. Na verdade, se o conceito de região já oferece algumas dificuldades de definição junto dos geógrafos, torna-se ambíguo na acepção geopolítica e institucional. Exemplificativo desta diversidade de acepções é a multiplicidade de qualificativos que aparecem associados ao substantivo *região*: natural, histórica, plano, económica, urbana, industrial, agrária, polarizada... Na mesma linha, ainda que possa haver consenso sobre o acepção de *região* como espaço, já a noção de espaço se pode associar a território, política, relações sociais, economia. A noção de *região*, para além de ser um conceito que possui uma série de conotações nas diferentes ciências sociais e humanas, é produto da conjugação dos vários significados de espaço².

Também a noção de *fronteira* se foi alterando, no contexto da tal união entre vários países da Europa, não só devido à sua constituição e dinâmica interna, mas igualmente devido às sucessivas adesões de outros países. É assim que podemos estar perante fronteiras internas ou externas, além de que não podemos deixar de notar a centralidade de algumas fronteiras, zonas de trânsito da produção, por oposição a outras, mais distanciadas dos centros de decisão política e económica e na periferia dos seus próprios países.

Podemos, numa primeira abordagem, considerar que, actualmente uma caracterização da Europa tem necessariamente que distinguir o conjunto dos países que

(edit.), *La Unión Europea*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997, pp. 19-40.

² Cf. "Região" in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8 "Região", Lisboa, INCM, 1986, pp. 161-189; Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da geografia regional*, Lisboa, Sá da Costa, 1987, pp. 37-74; Jean Labasse, *L'Europe des régions*, Paris, Flammarion, 1991, pp.23-40; Michael Keating, "Les régions constituentelles un niveau de gouvernement en Europe" in Patrick Le Galès, Christian Lequesne (dir.), *Les paradoxes des régions dans l'Europe*, Paris, Editions La Découverte, 1997, pp.19-20; Marie-Claude Smouts, "La région comme nouvelle communauté imaginaire?" in Patrick Le Galès, Christian Lequesne

pertencem à União Europeia, daquele que reúne os outros. Claro que se considerarmos as identidades geográficas e históricas, esta dualidade esbate-se e os contrastes polarizam-se. Agora, se adoptarmos uma filosofia mais próxima dos princípios geo-estratégicos da economia e das relações político-institucionais, então esta dicotomia evidencia-se. E é esta perspectiva que adoptaremos. Uma escolha que se prende com as opções que fizemos para delimitar o espaço geográfico que estamos a estudar. Isto significa, portanto, centrarmo-nos à volta da questão regional da União Europeia e aqui, essencialmente, sobre os pilares e principais traços que marcaram a evolução desta problemática.

O período do pós-guerra, e depois os anos 60, romperam com uma tradição mais ou menos antiga de centralização em grande número de países da Europa Ocidental. Surgem então, um pouco por todo a Europa, movimentos regionalistas, sobretudo de origem urbana, que reivindicam identidades tradicionais (de cariz cultural e linguístico) e veiculam ideias de liberdade e de autonomia, embora o regionalismo, como movimento de reivindicação, tenha assumido grande diversidade de formas. Paralelamente, os governos nacionais reconhecem os crescentes desequilíbrios existentes entre regiões, fruto do desenvolvimento económico, e preparam soluções. Será a conjugação destes factores que vai dar origem aos processos de regionalização que um número assinalável de países europeus conheceram³ e a uma revalorização das regiões no seio do Estado que as utiliza como espaço de intervenção. Mas a crise económica dos anos 70 vai abrandar a consolidação destes movimentos. Nos anos 80 e 90 um novo fôlego foi dado ao regionalismo «par la restructuration économique, la transformation de l'État, la mondialisation, et surtout l'intégration européenne»⁴. Na verdade a integração europeia

(dir.), *Les paradoxes des régions dans l'Europe...*, pp. 37-39.

³ Cf. François Saint-Ouen, *L'Europe des régions*, Quetigny-Dojons, Centre Européen de la Culture/Actes Sud, 1994, pp. 25-31; Jean Labasse, *op. cit.*, pp. 123-135; Michael Keating, *op. cit.*, pp.20-26.

⁴ Michael Keating, *op. cit.*, p. 24.

trouxe o risco, quer devido à adesão de países menos desenvolvidos, quer devido ao mercado único, de ver aumentar as disparidade económicas. Lembremos a abolição das tarifas aduaneiras e das subvenções, para além de que, num mercado sem fronteiras, as regiões entram em concorrência para atrair investimentos e conquistar mercados. Por outro lado, as políticas de construção da Comunidade, agora União Europeia⁵, foram modificando as relações entre os estados e as regiões. Se num primeiro momento os assuntos comunitários são considerados domínio da política externa, mesmo quando se tratava de questões que relevavam da competência das regiões, depois da entrada em vigor do Acto Único, em 1987, houve uma reacção das regiões que reclamam ser ouvidas, tanto pelos governos nacionais como pelas instâncias europeias, nas negociações da política comunitária. Daí que Marie-Claude Smouts considere que a questão regional, na Europa comunitária, se reveste de uma especificidade própria, «la construction communautaire a marqué de façon décisive le rapport de ses membres à la territorialité»⁶. E acrescenta que «L'extension continue des politiques communautaires (...) a progressivement habitué les pays européens à ce que Bertrand Badie appelle les *territorialités multiples*», ou seja, num mesmo território são exercidas diferentes níveis de autoridade «des politiques publiques, tantôt nationales, tantôt communautaires, se déploient selon la nature des questions»⁷. Assim, a política regional comunitária contribui para a criação de um território europeu como se pode deduzir do artigo 130A do Acto Único que refere que para «promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade» esta deve procurar reduzir «a diferença entre as diversas regiões e o atraso

⁵ Com o Tratado da União Europeia, mais conhecido como o Tratado de Maastricht, a Comunidade Europeia passou a denominar-se União Europeia. Todavia a ampla divulgação do termo Comunidade e do adjetivo comunitário, quer na opinião pública quer nos próprios textos oficiais emanados da União, fizeram com que optássemos por utilizar ambos os vocábulos de forma indistinta, excepto quando tal distinção se tornar cronologicamente necessária, o que será oportunamente referenciado.

⁶ *Op. cit.*, p. 44.

⁷ *Ibidem*.

das regiões menos favorecidas». Aqui, fala-se de regiões e não dos diferentes estados membros, ou seja, as euroregiões aparecem como um factor essencial para promover a integração, o que levou ao enunciado do conceito da *Europa das regiões*.

O tema da *Europa das regiões* aparece, segundo François Saint-Ouen⁸, em 1962, pela mão do ensaísta suíço e federalista europeu Denis de Rougemont, por ocasião de um colóquio organizado em Aix-en-Provence. Mas será entre 1965 e 1967, altura em que decorrem uma série de reuniões de um grupo de trabalho dirigido por Rougemont, no Centro Europeu de Cultura e no Instituto de Estudos Europeus, que este tema conheceu um impulso decisivo; fruto desses trabalhos é a publicação de *Naissance de l'Europe des régions*. Em termos comunitários esta ideia da *Europa das regiões* tornou-se corrente na vida e na linguagem da CEE quando, em 1975, o conselho dos ministros ratificou a criação da Conferência de Poderes Locais e Regionais da Europa, o que veio reconhecer a participação dos representantes das regiões na construção europeia⁹. Também neste ano foi criado o principal instrumento financeiro da política regional da Comunidade, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), precisamente com o objectivo de ajudar a reduzir as assimetrias socioeconómicas entre as regiões comunitárias. Mas a génese do FEDER remonta à cimeira de Chefes de Estado e de Governo que se reuniu em Paris, em 1972, e onde se convidaram as instituições comunitárias a criar um fundo de desenvolvimento regional, cuja aplicação deveria ir corrigindo os principais desequilíbrios estruturais e regionais da Comunidade¹⁰.

⁸ *Op. cit.*, pp. 33-34.

⁹ Jean Labasse, *op. cit.*, p. 253; *Idem*, *Quelles régions pour l'Europe?*, Paris, Flammarion, 1994, p.19.

¹⁰ «Les chefs d'État ou de gouvernement reconnaissent une haute priorité à l'objectif de remédier, dans la Communauté, aux déséquilibres structurels et régionaux qui pourraient affecter la réalisation de l'union économique et monétaire. (...) (...) ils invitent les institutions communautaires à créer un fonds de développement régional (...). Ce fonds (...); son intervention, coordonnée avec les aides nationales, devra permettre, au fur et à mesure de la réalisation de l'union économique et monétaire, de corriger les déséquilibres régionaux dans la Communauté élargie (...)» (Conclusões da Cimeira de Paris – <http://www.parleurop.pt/docs/50anos/039.html>). Cf. Maria Pilar González Yanci, "Las regiones de la

Todavia, a dimensão regional não tinha estado, até então, entre as prioridades da CEE. No Tratado de Roma (1957), a problemática regional não aparece de forma explícita, não está claramente definida como objectivo específico a pôr em prática. Apenas um objectivo geral é enunciado no seu Preâmbulo: «Preocupados em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas.»; princípio também subjacente ao artigo 2º. E isto apesar de a Itália ser o único país, desta primeira Europa comunitária, com sérios problemas regionais, em que se opõe um norte industrializado a um sul subdesenvolvido. Mais à frente, no artigo que instituiu o Banco Europeu de Investimento (artigo 130º), é explicitado que esta instituição poderá conceder empréstimos que financiem «projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas».

No entanto, as conclusões de um relatório apresentado em 1965 pela Comissão Europeia, leva à tomada de consciência dos desequilíbrios regionais a nível geográfico, económico, social e demográfico, o que deu origem à criação da Direcção-Geral para a Política Regional, a DG XVI¹¹. Apesar desta medida e da evidente necessidade de coesão económica e social, não se lhe seguiram outras que pusessem em prática uma efectiva política regional. Será preciso esperar pela recessão do princípio dos anos 70 (primeiro choque petrolífero) e pelo primeiro alargamento da CEE, em 1973, à Inglaterra, Irlanda e Dinamarca, para que a política regional comece a fazer parte das políticas comunitárias. Na verdade, a adesão destes países, e sobretudo dos primeiros, veio alterar o equilibrado mapa regional que caracterizava o conjunto inicial (onde apenas a região do Mezzogiorno

Unión europea” in Rafael Puyol, Julio Vinuesa (edit.), *La Unión Europea*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997, pp. 352-353.

¹¹ Cf. Jean Labasse, *L'Europe des régions...*, p. 254; Vittorio Buffachi, Sahari Garmise, “Social justice in Europe: na evaluation of European regional policy” in *Government and Opposition*, vol.30, nº 2, 1995, p.186.

destoava). A Irlanda via na política regional uma forma de tentar ultrapassar a sua desfavorecida posição periférica e a Inglaterra de superar os problemas provocados pelo declínio industrial de algumas das suas regiões. O resultado foi o aparecimento do FEDER¹², a que já nos referimos, instrumento financeiro das intervenções que têm como objectivo diminuir as disparidades regionais, e marco fundamental no estabelecimento de uma política comunitária¹³. Mas, curiosamente, as regiões não ficaram associadas à definição e execução desta política regional, que continuava a ser um domínio nacional. Este aspecto, o sistema de quotas fixo que foi adoptado para todos os países e a fraca dotação orçamental com que foi contemplado (apenas 5% do orçamento comunitário), dificultou a concretização dos objectivos do FEDER, de tal modo, que começaram a ser questionados os fundamentos e os critérios deste instrumento.

A entrada na CEE da Grécia (1981), Espanha e Portugal (1986) veio colocar novos desafios à integração económica. Como refere Joanne Scott, «for the first time entire states, with large population, were labelled as *underdeveloped*»¹⁴. Situação de que aliás dá

¹² «The heads of government decided that the European regional development fund, designed to correct the principal regional imbalances in the Community resulting notably from agricultural predominance, industrial change and structural under-employment, will be put into operation by the institutions of the Community with effect from Jan. 1, 1975.» (Cimeira de Paris de Dezembro de 1974 – <http://www.parleurop.pt/docs/50anos/043.html>).

¹³ Sobre a criação e evolução do FEDER cf.: John Mawson, Mario Ruis Martins, John T. Gibrey, “The development of the European Community regional policy” in Michael Keating, Barry Jones (eds), *Regions in the European Community*, Oxford Clarendon Press, 1985, pp. 29-54; W. Molle, R. Cappellin, “The co-ordination problem in theory and policy” in W. Molle, R. Cappellin, *Regional impact of Community policies in Europe*, Aldershot, Arebury, 1988, pp. 9-14; Jean Labasse, *L’Europe des régions...*, pp. 271-275; Harvey Armstrong, “Community regional policy” in Juliet Lodge (ed.), *The European Community and the challenge of the future*, London, Pinter Publishers, 1993, pp. 131-151; Vittorio Buffachì, Sahari Garmise, *op. cit.*, pp. 186-195; Joanne Scott, *Development dilemmas in the European Community. Rethinking regional development policy*, Buckingham, Open University Press, 1995, pp. 18-27; Tony Dignan, “Regional disparities and regional policy in the European Union”, *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, n° 2, 1995, pp.64-95.

¹⁴ *Op. cit.*, p. 20. Também Ian Barnes e Pamela Barnes referem que «the accession of Spain and Portugal had brought a considerable widening of disparities the regions of the EU. The number of people in the least favoured regions (i.e. those with a per capita income of less than 50 per cent of the EU average) had doubled.» (*The enlarged European Union*, London, Lougman, 1995, p. 275). Sobre este mesmo aspecto se pronunciaram outros autores, cf.: John Mawson, Mario Ruis Martins, John T. Gibrey, *op. cit.*, pp. 35-37; I. G. Begg, G. Gudgrin, D. Morris, “The assessment: regional policy in the European Union”, *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, n° 2, 1995, p. 7; Jean Labasse, *L’Europe des régions...*, pp. 161-166;

conta o terceiro relatório da Comissão sobre a situação socioeconómica e desenvolvimento das regiões e onde, pela primeira vez, se analisam as disparidades regionais no contexto da Europa dos Doze¹⁵. Aí se constata que, com o alargamento aos países do sul, a intensidade dos problemas regionais acentuou-se ao incluir um grande número de regiões com uma produtividade económica inferior à média comunitária. Verificou-se, assim, uma queda na média estatística comunitária do rendimento *per capita* correspondente a 5%¹⁶, assim como uma alteração nas posições relativas das regiões mais débeis. Alguns analistas chegam mesmo a frisar o facto de as disparidades dos níveis de desenvolvimento económico serem muito mais acentuados do que nos Estados Unidos da América¹⁷: as dez regiões mais prósperas da União Europeia são três vezes mais ricas e

Vittorio Buffachi, Sahari Garmise, *op. cit.*, p. 187; Pascal Fontaine, *A União Europeia*, Lisboa, Referência/Editorial Estampa, 1995, p. 112.

¹⁵ No entanto, segundo o relatório, e até ao encerramento das averiguações «não existiam quaisquer estatísticas disponíveis relativamente a Portugal. Se assim não tivesse sido, quaisquer dados estatísticos teriam revelado que algumas regiões deste Estado se afastam ainda de forma consideravelmente acentuada da média comunitária, tal como o país no seu conjunto». (Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões da Comunidade alargada. Terceiro relatório periódico sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade*, Bruxelas, 1987, nota 1, p. 6). Este problema prende-se, sobretudo, com estatísticas regionais, nomeadamente o não se dispor, nesta altura, de dados correspondentes à nova classificação segundo a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS).

¹⁶ *Idem*, p. IV. Ver também: pp. 6-36 onde se analisam e comentam as características da comunidade alargada, as disparidades regionais e suas causas; Quadro 2.1-2, “Indicadores dos desequilíbrios globais por país” (p. 23, Anexos); Quadro 2.2.1, “Resumo das disparidades regionais de rendimento, produtividade e desemprego da comunidade” (p.24, Anexos); Quadro 2.2.1- A.1, “PIB regional *per capita*” (p.27, Anexos); Quadro 3.2.2-1, “Evolução da disparidade do PIB entre os Estados-membros da Comunidade, 1960-85” (p. 128, Anexos); Quadro 3.2.2-2, “Evolução a longo Prazo do PIB real, PIB *per capita* e população”, 1960-1985 e Quadro 3.2.2-3, “Evolução a longo prazo do PIB real, produtividade e emprego”, 1960-1985 (p. 129, Anexos).

¹⁷ «There are wide disparities in living standards and levels of economic development across the European Union. Regions with high per capita incomes contrast with economically backward regions.. (...) By the mid-1990s the ten least developed regions of EU had average incomes less than one-third of the average of the ten most advanced regions in the European Union’s northern core. Comparisons made with USA (...). Regional disparities remain at least twice as wide within the EU as those within single currency area of the USA.» (Ian Barnes e Pamela Barnes, *op. cit.*, p. 264). Cf. Jean Labasse, *L’Europe des régions...*, p.162; Agnès Boucheron, Jean-François Belaud (dir.), *La nouvelle politique régionale de la CEE*, Bruxelles, Club de Bruxelles, 1993, pp. 2-4. No relatório seguinte esta questão continua a ser motivo de comentário, Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões na década de 1990. Quarto relatório periódico sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade*, Bruxelas, 1991, pp.11, 19-21.

investem três vezes mais na sua economia, do que as regiões mais pobres¹⁸.

Esta concentração de regiões pobres no interior de alguns Estados-membros «exposed the Community's existing mechanisms of regional development as wholly inadequate and necessitated an immediate Community response»¹⁹. Ficava, portanto, claro que era necessário avançar com medidas mais concretas de apoio regional se a perspectiva era o mercado único e se, como já dissemos, a queda das barreiras alfandegárias podia ter um efeito negativo nas economias das regiões mais débeis e com menor dinâmica concorrencial. Não é pois de estranhar que os negociadores do Acto Único²⁰ tenham renovado o objectivo da “*coesão regional e económica*” com o novo Título V (artigos 130ºA a 130ºE)²¹. Este título marca uma etapa fundamental uma vez que, ao fazer referência explícita à necessidade de uma política regional, torna-a parte integrante do tratado que institui a Comunidade Europeia. O que se pretende é criar os mecanismos necessários para conseguir uma maior homogeneidade económica e social, já que se acredita que, de outro modo, não poderá haver a integração comunitária imprescindível ao

¹⁸ O estudo da situação socioeconómica e desenvolvimento das regiões, assim como do impacto das várias políticas comunitárias, constitui o objectivo dos relatórios periódicos que devem ser elaborados nos termos do artigo 8º do Regulamento (CEE) nº 4254/88 do Conselho, publicado n JO nº L 374/15 de 31 de Dezembro de 1988. Publicaram-se relatórios em 1981, 1984, 1987, 1991, 1994 e 1999.

¹⁹ Joanne Scott, *op. cit.*, p. 20.

²⁰ O Acto Único completa, ao associá-los num só, os tratados que instituíram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), Comunidade Económica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) e constitui a primeira grande reforma do Tratado de Roma. O Título V, “*A Coesão Económica e Social*”, inserido na terceira parte do tratado fundador da comunidade, estabelece os princípios chave da política regional.

²¹ «A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social. Em especial, a Comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas.» (Artigo 130ºA).

«Os Estados membros conduzem a sua política económica e coordenam-na tendo em vista igualmente atingir os objectivos enunciados no artigo 130º A. (...) A Comunidade apoia essa realização através dos Fundos com finalidade estrutural (...), do Banco Europeu de Investimento e dos outros instrumentos financeiros existentes.» (Artigo 130º B).

«O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem como objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na Comunidade através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio.» (Artigo 130º C).

estabelecimento de um mercado interno único, mecanismos que estão estreitamente ligados aos instrumentos financeiros disponíveis que devem ser de aplicação mais eficaz. Daí que o artigo 130ºD preconize uma reforma não só do FEDER, como dos outros fundos estruturais (Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola)²²

A contínua existência de disparidades regionais abriu, portanto, um amplo debate sobre o futuro da integração com a questão regional a ocupar o centro desse debate. Exemplo disso é um estudo elaborado por um grupo de peritos independentes chefiados por Paolo Cecchini, intitulado “*Europa 1992 – desafio global*”, onde se analisam os custos decorrentes das barreiras alfandegárias ainda existentes e se avaliaram os benefícios potenciais do mercado interno. Mas neste relatório, tornado público pela Comissão em Março de 1988, que ficou conhecido como “*Os custos da não Europa*”, também se reconhece a influência que o grande mercado pode ter no agravamento dos desequilíbrios regionais e no desencadear de tensões económicas e sociais, caso não sejam tomadas medidas.

O processo decorrente de toda esta conjuntura foi a reforma dos fundos estruturais de modo a concentrar as suas acções num número limitado de objectivos prioritários, além de se estabelecer uma nova abordagem de aplicação e gestão, bem como aumentar substancialmente o orçamento que lhes estava destinado. Esta série de reformas, que começaram em 1988, marcaram o começo de uma acção mais intervencionista e autónoma da Comunidade Europeia, ao nível da política regional, além de terem introduzido dois novos elementos. O primeiro consistiu na identificação tipológica de três

²² «A partir da entrada em vigor do Acto Único Europeu, a Comissão submeterá ao Conselho uma proposta de conjunto tendo em vista introduzir na estrutura de funcionamento dos Fundos existentes com finalidade estrutural (...), as modificações que se revelem necessárias para precisar e racionalizar as respectivas missões a fim de contribuírem para a realização dos objectivos enunciados nos artigos 130º A e 130º C, bem como para reforçar a respectiva eficácia e coordenar as suas intervenções entre elas e com

grupos diferenciados de regiões problemáticas: regiões com atraso de desenvolvimento, regiões industriais em declínio e zonas rurais. A segunda alteração passa pela introdução de uma maior planificação na política regional e pelo fortalecimento da adicionalidade (a assistência comunitária deve complementar as contribuições dos Estados-membros) e da parceria através da participação das regiões na preparação e execução de programas²³. Ficam também definidos os critérios para a identificação das regiões que justificavam uma ajuda prioritária, «Considerando que é necessário estabelecer a lista das regiões com atraso de desenvolvimento; que é conveniente identificar, para este fim, as regiões definidas ao nível administrativo NUTS II cujo PIB por habitante, medido em termos de paridade de poder de compra, seja inferior a 75% da média comunitária (...)»²⁴. Estas são as designadas regiões elegíveis para intervenções no âmbito do objectivo nº 1²⁵, nas quais se vai concentrar a maior parte dos recursos dos fundos estruturais e que, juntamente com mais quatro, vão passar a constituir os cinco objectivos prioritários da política regional da Comunidade. Os outros objectivos dizem respeito às regiões em declínio industrial (objectivo nº 2), apoio a acções que tenham como fim facilitar a inserção profissional dos jovens (objectivo nº 4) e, na perspectiva da reforma da política agrícola comum, acelerar a adaptação das estruturas agrícolas (objectivo nº 5º a) e promover o desenvolvimento das

as dos instrumentos financeiros existentes. (...)».

²³ Estas novas orientações são apresentadas num regulamento-quadro aplicável aos três fundos Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988, publicado no JO nº L 185 de 15/7/1985, num regulamento de coordenação (Regulamento (CEE) nº 4253/88 do Conselho, de 19 de Dezembro, publicado no JO nº L 374/1 de 31 de Dezembro de 1988), para além de legislação específica relativa a cada um dos fundos.

²⁴ Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988.

²⁵ Em 1989 cerca de 70 milhões de pessoas viviam nestas regiões a que se juntaram, em 1990, mais 16 milhões de pessoas da ex-República Democrática da Alemanha. Daí ter havido uma concentração importante de recursos financeiros para apoiar o desenvolvimento das regiões abrangidas pelo objectivo nº 1, «Os resultados parecem sugerir que tem havido uma maior concentração do apoio comunitário, uma vez que uma percentagem mais elevada de recursos se destina às zonas de objectivo nº 1. Entre 1989 e 1993, a percentagem de fundos destinados a estas regiões subiu de 62% para 65% e, até 1999, aumentará para 73% (incluindo o Fundo de Coesão). Os quatro Estados-membros mais pobres (Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda) receberam 50% dos fundos em 1992, contra 42% em 1988.» (Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório periódico sobre a*

zonas rurais (objectivo nº 5º b)²⁶. Enquanto os objectivos 3 e 4 têm um carácter mais social, os outros três têm um carácter marcadamente territorial. A lista das regiões seleccionadas para cada objectivo, de acordo com os critérios previamente definidos²⁷, é válida por um período de cinco anos procedendo-se, então, à sua reanálise (o que aconteceu em 1988 e depois em 1993)²⁸.

Quando em 7 de Fevereiro de 1992 é assinado o Tratado de Maastricht, que instituiu a União Europeia e lança as bases do estabelecimento de uma União Económica e Monetária, até o mais tardar 1999, novamente se coloca a problemática de um possível agravamento das disparidades regionais. Por isso se vai reafirmar, como domínio prioritário de intervenção da nova União, a coesão económica e social²⁹.

Ora, é reconhecido que o objectivo do mercado interno não pode ser dissociado de um desenvolvimento regional equilibrado, o que implica uma maior solidariedade entre os Estados-membros e um reforço das políticas comunitárias de apoio àquelas regiões consideradas menos competitivas. Nestas circunstâncias, percebe-se que o Conselho Europeu de Edimburgo (Novembro de 1992) tenha aumentado o orçamento destinado às políticas de redistribuição e que o Tratado da União crie um novo instrumento para

situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade, Bruxelas, 1994, p. 128).

²⁶ Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988, artigo 1º.

²⁷ *Idem*, artigos 8º a 11º.

²⁸ Em termos gerais, a lista das regiões elegíveis no objectivo nº 1 não variou muito entre 1988 e 1993. No caso da fronteira luso-espanhola todas as regiões raianas, ao nível das NUTS II, são consideradas em atraso de desenvolvimento, portanto, elegíveis para intervenções no âmbito dos fundos destinados a apoiar as regiões com estas características. Cf. Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988 (Anexo); Regulamento (CEE) nº 2081/93 do Conselho, de 20 de Julho de 1993, publicado no JO nº L 193/5 de 31 de Julho de 1993 (artigos 8º a 11ºA e Anexo nº1). Para uma síntese das regiões consideradas de objectivo nº 1º, 2º, 5º b ver Maria Pilar González Yanci, *op. cit.*, pp.357-361; Agnès Boucheron, Jean-François Belaud (dir.) *La nouvelle politique regionale...*, pp.45-50; Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório...*, pp 128-130.

²⁹ «A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Económica e Monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns (...) promover, em toda a comunidade, o desenvolvimento harmoniosos e equilibrado das actividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista (...), a coesão económica e social e a solidariedade entre os estados-membros.» (Tratado de Maastricht, Título II, artigo 2º).

compensar as zonas periféricas dos efeitos negativos da integração: o Fundo de Coesão³⁰. Assim, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha passam a dispor de assistência suplementar para enfrentarem a participação na União Económica e Monetária³¹. Com efeito, o Tratado de Maastricht introduziu uma série de novos elementos que reflectem uma crescente institucionalização da política regional, veja-se o caso do estabelecimento de um Comité das Regiões³² e do já mencionado Fundo de Coesão. Como complemento, os fundos estruturais sofreram algumas remodelações para o período entre 1994 e 1999³³ mantendo-se, todavia, os quatro princípios consagrados na reforma de 1988 (concentração, parceria, programação e adicionalidade) a que foi associado um outro princípio adoptado no Tratado da União Europeia: a subsidiariedade³⁴.

Relativamente ao princípio da concentração da actuação mantiveram-se os cinco objectivos para intervenção, além de se continuar a privilegiar a concentração geográfica dos fundos estruturais nas regiões identificadas como menos desenvolvidas (designadas como de objectivo nº 1) e, portanto, consideradas de intervenção prioritária³⁵ e a absorver

³⁰ «(...) o Conselho deliberando de acordo com o mesmo procedimento, criará, até 31 de Dezembro de 1993, um Fundo de Coesão, que contribuirá financeiramente para a realização de projectos nos domínios de ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.» (Título XIV, artº 130º D).

³¹ «(...) que o Conselho Europeu fixou igualmente os recursos disponíveis em termos reais para autorização a título do objectivo nº 1 (...); que esses montantes permitirão, em relação aos quatro Estados-membros elegíveis para o instrumento financeiro de coesão, uma duplicação das autorizações a título do objectivo nº 1 e desse instrumento financeiro, o que, para esses quatro Estados-membros, representa cerca de 85 000 milhões de ecus ao longo do período de 1993/1999:» (Regulamento (CEE) nº 2081/93 do Conselho de 20 de Julho de 1993).

³² Artigos 198º A a 198º C do Tratado e Maastricht.

³³ Cf. o Regulamento (CEE) nº 2081/93 do Conselho de 20 de Julho de 1993, que altera o Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988.

³⁴ Cf. Agnès Boucheron, Jean-François Belaud, *op. cit.*, pp. 33-38.

³⁵ Relativamente à designação das áreas prioritárias não houve grandes alterações, a não ser relativamente aos objectivos nºs 3 e 4. O objectivo nº 3 passou a agrupar os antigos 3 e 4 adoptando, agora, a designação de «Lutar contra o desemprego de longa duração e facilitar a inserção profissional dos jovens e pessoas expostas à exclusão do mercado de trabalho (...)» e foi fixado um novo objectivo 4 para «Facilitar a adaptação dos trabalhadores (m/f) às mutações industriais e evolução dos sistemas de produção (...)» (Regulamento (CEE) nº 2081/93 do Conselho de 20 de Julho de 1993). Continuaram a vigorar os critérios de acesso das regiões aos objectivos de natureza territorial (nºs 1, 2 e 5 b), embora tenha sido explicitado, no novo regulamento (*Idem*), as condições relativas ao objectivo 5 b (promoção do desenvolvimento

uma parte importante do orçamento.

Foi esta perspectiva de alcançar um crescimento homogéneo das diferentes regiões dos Estados-membros que fez com que se desse uma especial atenção a regiões que, devido à sua especificidade geopolítica, são potencialmente sensíveis à abertura de um mercado único: as regiões fronteiriças. A este propósito referia-se, num relatório da Comissão, em 1992, que o «futuro desenvolvimento das zonas fronteiriças tem uma importância especial para a Comunidade, uma vez que representam tanto um potencial impedimento como um potencial modelo para o desenvolvimento integrado do espaço económico e físico do conjunto do território.»³⁶.

Ora uma das características do continente europeu é ser constituído por um grande número de estados de pequena ou média dimensão, o que significa uma grande proporção de regiões fronteiriças com níveis de ocupação humana e de desenvolvimento económico muito diferenciados, a maior parte das quais tendem a ter índices mais baixos de rendimento *per capita* e maior percentagem de desemprego do que outras regiões dos seus países, para além de que, algumas dessas regiões fronteiriças, têm uma situação periférica, o que as distanciou dos centros de decisão política e actividade económica. A juntar a estes problemas, têm também sofrido constrangimentos impostos pela justaposição de distintos sistemas administrativos e jurídicos, além de carências de natureza infraestrutural e diferenças culturais e linguísticas.

Apesar da constatação destas especificidades, a problemática transfronteiriça permaneceu até há poucos anos relativamente circunscrita. Uma das excepções foi o Conselho da Europa, no âmbito do qual se realizaram as Conferências Europeias das

rural). Foi acrescentado um novo objectivo, seguindo o alargamento da Comunidade em 1995 (à Austria, Suécia e Finlândia), o objectivo nº 6, para promover o desenvolvimento e ajustamento estrutural de regiões com uma densidade populacional extremamente reduzida.

³⁶ Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento do território da Comunidade*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992, p. 171.

Regiões Fronteiriças e surgiram importantes documentos como a *Carta Europeia da Autonomia Local* (Estrasburgo, 1985) e a *Convenção-Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça entre Colectividades ou Autoridades Territoriais* (Madrid, 1980). Na verdade esta instituição tem conduzido um apelo à colaboração transfronteiriça o que mostra a sua opção a favor da *Europa das regiões*³⁷. Mas, um primeiro impulso para o desenvolvimento do interesse e da cooperação pelas regiões de fronteira tinha sido a criação, no princípio dos anos 70, da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE)³⁸. Depois, outros passos foram dados com o Acto Único, em 1986, que define como objectivo fundamental o Mercado Único, com o Tratado de Maastricht (1992) que institui o Comité das Regiões e com o Tratado de Amsterdão (1997) que, ao dar uma nova redacção ao artigo 198º C do Tratado da União Europeia, introduz uma referência explícita à problemática transfronteiriça: «O Comité das Regiões será consultado pela Comissão nos casos previstos no presente tratado (...), nomeadamente aqueles que digam respeito à cooperação transfronteiriça». Há, portanto, um crescente e generalizado interesse pelas regiões de fronteira, considerando-as áreas sensíveis, onde existem problemas a exigir políticas direccionadas.

Na Europa comunitária, na sequência dos sucessivos alargamentos e da evolução para uma união económica e monetária, as regiões fronteiriças vieram para a primeira linha das preocupações, até por que será sobretudo nestas que o mercado único irá modificar as relações com outras regiões, nomeadamente as limítrofes. Assim, aos riscos do aparecimento de uma Europa dual, uma *rica* e outra *pobre*, respondeu-se, como já

³⁷ Jean Labasse, *L'Europe des régions...*, p. 192.

³⁸ Cf. Wanda Dressler Holohan, «La politique européenne de coopération régionale transfrontalière et les modalités de son application dans le cadre français» in *Espaces et Sociétés*, nº 70-71 "Identités, espaces, frontières", 1993, 17-125; Rui Jacinto, "As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça" in *Cadernos de Geografia*, nº 14, 1995, 51-52; Jean Labasse, *L'Europe des régions...*, pp.117-123, 192-195.

apontámos, com uma reforma da política estrutural no sentido de possibilitar a correcção dos desequilíbrios regionais. A filosofia desta reforma articula-se, não só à volta de medidas que coordenem as ajudas e da concentração das intervenções em zonas prioritárias, como vai permitir à Comissão Europeia que, de forma autónoma em relação às iniciativas locais e nacionais, lance programas comunitários de acordo com os temas e as prioridades que previamente estabeleceu. Estes programas estão concebidos como reforços aos outros programas comunitários e são os Estados-membros que devem apresentar propostas que se enquadrem nos critérios e prioridades definidos pela Comissão e considerados de interesse para a Comunidade. Estas ajudas entram no quadro dos programas designados “*iniciativas comunitárias*”³⁹, fórmula que se manteve sob o novo regime adoptado para 1994-1999.

As iniciativas comunitárias são programas com um enquadramento próprio para fomentar a cooperação transnacional, embora tenham também uma forte participação das autoridades regionais e locais na sua preparação e execução - é a aplicação dos conceitos de parceria e subsidiariedade, dois princípios-chave da reforma dos fundos estruturais⁴⁰. Têm, por seu lado, características idênticas aos quatro programas comunitários lançados antes de 1988⁴¹, para além de constituírem os quadros de desenvolvimento, definidos pela Comissão, no sentido de resolver os problemas de situações sectoriais ou regionais

³⁹ A base legal das iniciativas comunitárias encontra-se no artigo 11º do Regulamento (CEE) nº 4253/88 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1988: «(...) a Comissão pode, por sua própria iniciativa (...) decidir propor aos Estados-membros que apresentem pedidos de contribuição para acções que se revistam de particular interesse para a Comunidade (...)», não abrangidas pelos planos de desenvolvimento dos Estados-membros. Estas acções foram objecto de uma definição mais pormenorizada no regulamento do FEDER, mais concretamente no nº 2 do artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 4254/88 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1988, publicado no JO nº L 374/15 de 31 de Dezembro de 1988.

⁴⁰ Cf., COM (93) 282 final, Bruxelas, 16 de Junho de 1993, “O futuro das iniciativas comunitárias no âmbito dos fundos estruturais”, pp.2-4; Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões na década de 1990. Quarto relatório periódico sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade...*, pp. 56-57.

⁴¹ STAR, telecomunicações; VALOREN, energias renováveis; RESIDER, conversão de zonas siderúrgicas; RENAVAL, conversão de zonas de construção naval.

preocupantes, com especial ênfase nas regiões de objectivo 1, seguindo, aliás, as orientações que saíram da reforma dos fundos estruturais.

O lançamento das iniciativas comunitárias deu-se principalmente em duas etapas, a primeira em 1989 e a outra em 1990⁴², a que se seguiu o lançamento de mais duas, em 1992 e 1993⁴³.

Uma destas iniciativas comunitárias propunha-se, precisamente, constituir um quadro jurídico geral da cooperação transfronteiriça a fim de facilitar a integração das economias das regiões contíguas às fronteiras: «Na sua reunião de 25 de Julho de 1990, a Comissão das Comunidades Europeias decidiu aprovar uma iniciativa comunitária relativa a áreas fronteiriças (a seguir denominada *Interreg*) (...)»⁴⁴. Segundo a comunicação feita aos Estados-membros, e que estabelece as orientações para os programas operacionais que aqueles são convidados a elaborar, os objectivos do INTERREG são «apoiar as zonas fronteiriças internas e externas da Comunidade, com vista a superar os problemas específicos de desenvolvimento decorrentes do seu relativo isolamento no contexto das economias nacionais e da Comunidade no seu todo (...)», promover a criação e desenvolvimento de redes de cooperação transfronteiriça, preparar as regiões situadas nas fronteiras externas da Comunidade a adaptarem-se ao seu novo papel estratégico numa Europa de mercado único, além de criar condições para a cooperação com países

⁴² RECHAR, diversificação de zonas de mineração de carvão; ENVIREG, ambiente nas regiões; STRIDE, investigação e desenvolvimento regionais; REGIS, regiões ultraperiféricas; INTERREG, cooperação transfronteiriça; REGEN, redes de energia; TELEMATIQUE, serviços avançados às telecomunicações; PRISMA, serviços às empresas ligadas ao mercado único; LEADER, desenvolvimento rural; NOW, igualdade de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho, HORIZON, acesso dos deficientes e dos grupos minoritários ao mercado de trabalho; EUROFORM, novas qualificações profissionais e oportunidades de emprego.

⁴³ RETER, acelerar a diversificação das actividades económicas de áreas dependentes do sector têxtil e do vestuário; KONVER, auxiliar regiões afectadas pelo declínio das indústrias relacionadas com a defesa e instalações militares.

⁴⁴ Comunicação C(90) 1562/3 publicada no JO n° C 215/4 de 30/8/90.

terceiros⁴⁵.

O INTERREG é um programa “multifundo”, ou seja, conta com a contribuição dos vários fundos estruturais, mas cujos montantes se devem, sobretudo, concentrar no apoio às regiões de objectivo 1. Estas, juntamente com as dos objectivos 2 e 5 b, constituem as áreas elegíveis para as intervenções feitas no âmbito dos programas operacionais aprovados para o INTERREG I. O facto desta iniciativa ter sido a que obteve maior dotação financeira por parte da Comunidade, é indiciador da importância concedida à cooperação interregional, considerada como peça importante na prossecução do objectivo da coesão económica e social, e como forma de mais eficazmente contribuir para o desenvolvimento das regiões, aspectos que serão reforçados nas conclusões do Conselho de Edimburgo.

A primeira iniciativa INTERREG, que vigorou para o período entre 1990 e 1993, foi realizado através de 31 programas operacionais, 24 dos quais cobriam regiões fronteiriças internas. Em Dezembro de 1992, o Conselho Europeu de Edimburgo considerou, como orientação da política futura em matéria de iniciativas comunitárias, a promoção da cooperação transfronteiriça, transnacional e interregional, assim como a ajuda às regiões ultraperiféricas⁴⁶. Daí que tenha acordado na prorrogação das iniciativas comunitárias, assim como considerou prioritárias as actividades desenvolvidas no âmbito do INTERREG para o novo período de programação de 1994-1999⁴⁷. No entanto, como salienta a Comissão no Livro Verde sobre o futuro das iniciativas comunitárias, apesar do carácter inovador desta iniciativa, ela não é suficiente por si só para uma integração completa, pois as disparidades dos sistemas fiscais, jurídicos e sociais continuarão a

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ COM (93) 282 final, Bruxelas, 16 de Junho de 1993, “O futuro das iniciativas comunitárias no âmbito dos fundos estruturais”, p. 10.

⁴⁷ *Idem*, pp. 13-15.

influenciar as relações entre as regiões fronteiriças limítrofes⁴⁸. Esta circunstância aconselha a dar prioridade, no caso das fronteiras internas, ao desenvolvimento de um único projecto pelos diferentes Estados-membros do espaço fronteiriço candidato ao apoio comunitário. Por isso, o INTERREG II coloca um certo ênfase no apoio às fronteiras internas. Este aspecto assume ainda, segundo a Comissão, uma particular importância no contexto político em que decorre este período de apoio financeiro: o mercado interno é agora uma realidade, pelo que é necessário assegurar, sobretudo, condições de concorrência dos sectores económicos das regiões mais debilitadas, embora haja regiões mais fortes que também possam sentir-se vulneráveis; a economia vive uma época de recessão; a paisagem política da Europa mudou na sequência das transformações que se deram nos países da Europa central e de leste, para além do facto de a Comunidade perspectivar o seu alargamento a novos membros⁴⁹.

Há, deste modo, uma diversidade de situações a que não é possível responder na totalidade, com qualidade e impacto. Aliás, uma das críticas feitas pelos Estados-membros era precisamente o facto de considerarem excessivo o número destas iniciativas (catorze no quinquénio 1989-1993), para além de serem pouco selectivas (só obtinham apoio incondicional a cooperação transregional, transfronteiriça e de desenvolvimento das regiões ultraperiféricas), pouco específicas, visto que as acções previstas tinham, muitas vezes, objectivos coincidentes com outras já empreendidas pelos Estados-membros, e pouco conformes ao princípio da subsidiariedade. Daí que a Comissão, ao reflectir sobre estas questões, no Livro Verde a que temos vindo a fazer referência⁵⁰, tenha preconizado

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ *Ibidem.*

⁵⁰ Algumas ideias relacionadas com a cooperação transfronteiriça e interregional aqui veiculadas saíram da conferência organizada pela Comissão Europeia, em Dezembro de 1992, e que reuniu numerosos representantes de interesses nacionais e regionais que trabalham em cooperação transfronteiriça (European Commission/Directorate-General for Regional Policies, *Interregional and cross-border cooperation in Europe. Proceedings of the Conference on Interregional Cooperation-Regions in*

uma concentração das iniciativas comunitárias num número limitado de prioridades e indique os temas que lhes poderiam servir de enquadramento: cooperação e redes transfronteiriças, transnacionais e interregionais; desenvolvimento rural; regiões periféricas; emprego e desenvolvimento dos recursos humanos e gestão das mutações industriais⁵¹. Assim, com base nestes temas e na ampla consulta de que este documento foi alvo, a Comissão aprovou, em 15 de Junho de 1994, as suas orientações para um novo período de programação da reforma (1994/1999), embora não tivesse posto em prática a preconizada redução do número de iniciativas, uma vez que os cinco temas foram desdobrados em treze programas operacionais⁵².

No que diz respeito ao INTERREG, as directrizes para este II seguem, na generalidade, as do primeiro período⁵³, sendo executado à volta de duas vertentes, a cooperação transfronteiriça (vertente A) e outra destinada à conclusão das redes de energia (vertente B). Em Outubro de 1995, na altura em que se fez a repartição da reserva orçamental das iniciativas comunitárias, a Comissão alargou o campo de acção do INTERREG II a um outro sector que diz respeito ao ordenamento do território (vertente C)⁵⁴.

Relativamente à definição das áreas elegíveis, do primeiro para o segundo INTERREG, fizeram-se alguns ajustamentos fruto da experiência adquirida

Partnership. Brussels, 14 and 15 December 1992, Brussels-Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1994).

⁵¹ COM(93) 282 final, Bruxelas, 16 de Junho de 1993, p.13.

⁵² JO n° C 180 de 1/7/1994. Em Dezembro de 1994 a Comissão Europeia decidiu adoptar uma nova iniciativa para ajudar à consolidação do processo de paz na Irlanda do Norte (designada PEACE) o que fez elevar para catorze o número de iniciativas para este período. As outras são: PESCA, URBAN, PME, modernização da indústria têxtil em Portugal, RETEX, KONVER, RESIDER II, RECHAR II, ADAPT, "Emprego e desenvolvimento dos recursos humanos, REGIS II, LEADER II, INTERREG II.

⁵³ Relativamente ao primeiro INTERREG, acrescentou-se um item referente às redes de energia, «completar redes de energia seleccionadas (já definidas na iniciativa REGEN para 1989-1993) e articulá-las com redes europeias mais vastas.» (Comunicação 94/C 180/13 aos Estados-membros, publicada no JO n° C 180, de 1/7/1994). Cf., COM (94) 46 final, Bruxelas, 16/3/1994, "O futuro das iniciativas comunitárias, pp. 2-3.

⁵⁴ Comunicação 94/C 180/13 aos Estados-membros, publicada no JO n° C 180, de 1/7/1994.

anteriormente. No primeiro período da iniciativa, as zonas elegíveis «incluem todas as zonas dos objectivos 1, 2 e 5 b) situadas ao longo das fronteiras terrestres internas e externas da Comunidade (...)»⁵⁵. Mas, para os programas de cooperação do INTERREG II, definiu-se que deveriam ser elegíveis, ao nível das fronteiras internas, todas as áreas fronteiriças, independentemente de serem (ou não) elegíveis no âmbito dos objectivos 1, 2 ou 5 b; consideraram-se ainda, como elegíveis, certas zonas fronteiriças marítimas⁵⁶.

Relativamente à definição geográfica da zona fronteiriça mantém-se o mesmo princípio, isto é, o nível administrativo III da Nomenclatura de Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS III), ainda que se reconheça a diversidade de situações existentes entre Estados-membros, nomeadamente quanto à extensão das regiões incluídas neste nível, condicionalismo que fez com que, tanto no INTERREG I como no II, se optasse por uma certa flexibilidade que permita, em casos excepcionais, a realização de acções em regiões adjacentes às de fronteira⁵⁷ (*Mapas 1 e 2*)

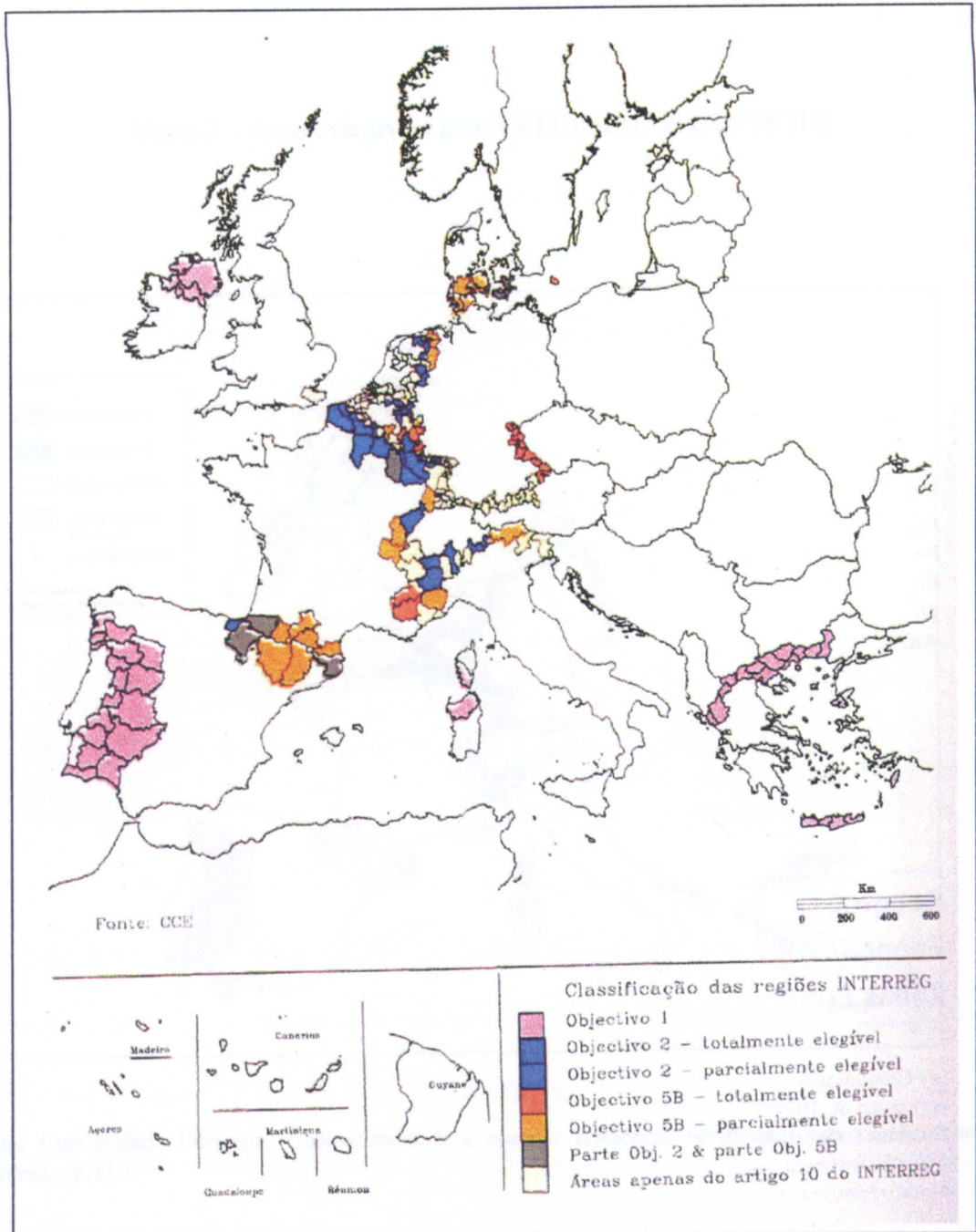
⁵⁴ Comunicação 96/C 200/07 aos Estados-membros, publicada no JO n.º C 200/23, de 10/7/1996.

⁵⁵ Comunicação C(90) 1562/3 publicada no JO n.º C 215/4 de 30/8/90.

⁵⁶ As regiões fronteiriças elegíveis, classificadas por objectivos, constam de um anexo às comunicações que estabelecem as orientações para cada um dos períodos.

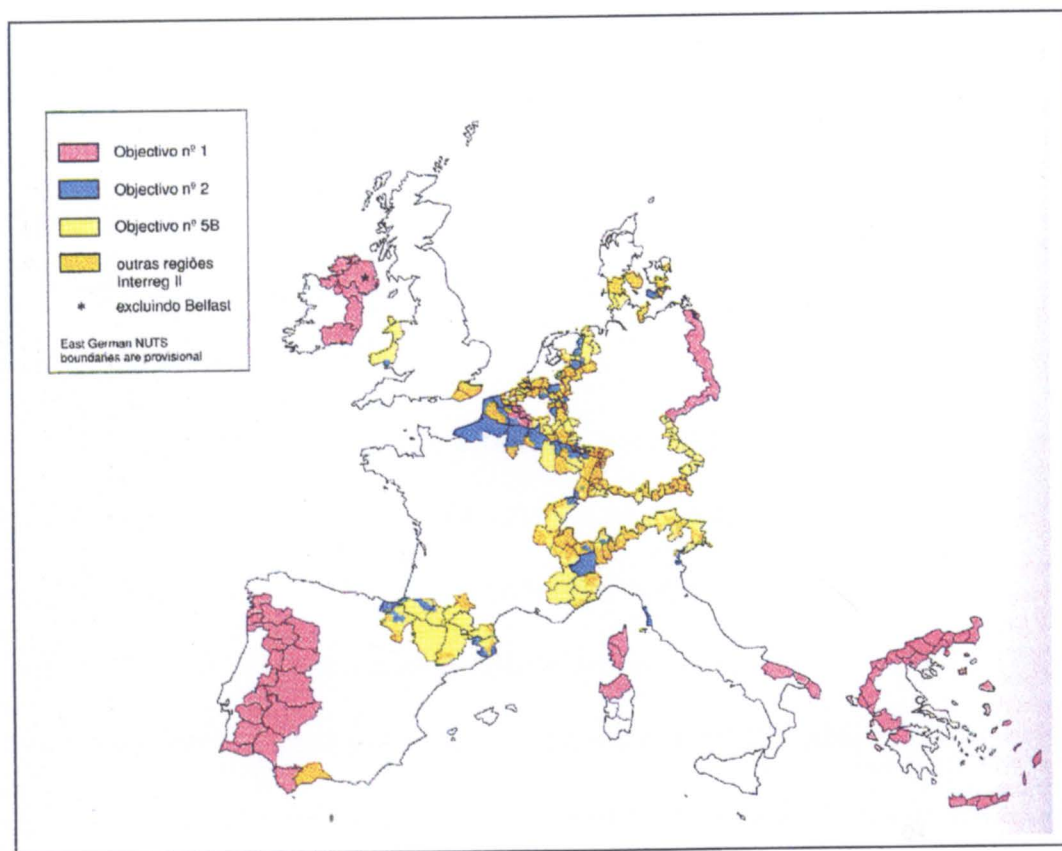
⁵⁷ Cf. artigos 2 “Definição de zonas elegíveis” da Comunicação C(90) 1562/3 publicada no JO n.º C 215/4 de 30/8/90 e da Comunicação 94/C 180/13 aos Estados-membros, publicada no JO n.º C 180, de 1/7/1994.

Mapa 1 – Áreas elegíveis pelo INTERREG I (NUTS III)



Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, *Europa 2000. Perspectiva para o Desenvolvimento do território da Comunidade...*, p.168.

Mapa 2 – Áreas elegíveis pelo INTERREG II (NUTS III)



Fonte: Comunidade Europeia, *Competitividade e coesão: tendência verificadas nas regiões Quinto relatório...*, p.110.

Esta evolução da problemática transfronteiriça é visível, não só através destes apoios comunitários, como através de debates como a conferência sobre cooperação interregional (Bruxelas, Dezembro de 1992), a primeira deste tipo organizada pela Comissão Europeia, onde se trocaram pontos de vista sobre as iniciativas da Comissão que visam promover a cooperação entre fronteiras nacionais⁵⁸, ou o que reuniu especialistas no Colóquio Internacional, organizado pela Associação Internacional de Demógrafos de Língua Francesa (AIDELF), à volta do tema “*Régimes démographiques et territoires: les frontières en question*” (La Rochelle, Setembro de 1998). Mas, por outro lado, é também o reflexo das profundas alterações que a Europa tem conhecido nesta segunda metade do século. Obviamente que não foi só a Europa, bem pelo contrário, mas a prudência e a opção pelo território objecto do nosso estudo aconselha-nos a circunscrever a análise.

Se é um facto que as alterações das fronteiras têm sido uma característica da história política europeia - a reunificação da Alemanha, o desmoronar da Jugoslávia, a constituição de uniões políticas e económicas, como a construção da União Europeia, para só enunciar os acontecimentos mais recentes - também não é menos verdade que a maior parte das fronteiras dos países da Europa comunitária estão estabelecidas há mais de um século e a sua existência tem condicionado, de forma duradoira, o desenvolvimento económico, social e cultural das regiões que lhe estão contíguas.

A ideia de *fronteira*⁵⁹, conceito de significados ambivalentes, reporta-se a universos

⁵⁸ European Commission/Directorate-General for Regional Policies, *Interregional and cross-border cooperation in Europe. Proceedings of the Conference on Interregional Cooperation-Regions in Partnership. Brussels, 14 and 15 December 1992...*

⁵⁹ Sem pretender um carácter exaustivo, já que a discussão sobre o conceito de *fronteira* não se enquadra no âmbito do nosso estudo, cf. : Claude Raffestin, “Autour de la fonction sociale de la frontière”, *Espaces et Sociétés*, nº 70-71, “Identités, espaces, frontières”, 1993, pp.157-164; Carmina Cavaco, “A fronteira política: da divisão à integração territorial” in Carmina Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único*, Lisboa, C.E.G.-UL, 1995, pp. 9-17; *Idem*, “Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial”, *Finisterra*, XXXII, 63, 1997, pp ; João

separados por uma linha convencional, feita de descontinuidades geográficas, políticas, administrativas. Territórios organizados e estruturados por poderes com processos e dinâmicas próprias, de que resultam fronteiras económicas e sociais diferentes e até em oposição, mas onde situações de permeabilidade permitem contactos de complementaridade e solidariedade, a nível regional e local, clandestinos ou não. Como refere Carminda Cavaco, as regiões de fronteira identificam-se por um conjunto de características dependentes da sua posição periférica «que as diferenciam do restante espaço com que contactam e sustentam identidades próprias (...).»⁶⁰. Por isso, aos espaços de fronteira se apontam características que relevam da sua localização, dos *efeitos fronteira* que, como lembra a referida geógrafa, uma vezes são recessivos e outras dinâmicos. Por isso, também o gradual desaparecimento da fronteira política e económica pode gerar processos antagónicos. Se, por um lado, a perda de significado das funções administrativas e económicas da fronteira (cobrança de direitos alfandegários, contrabando, dinamização dos aglomerados que beneficiavam da sua localização, lugares de paragem para quem cruzava o limite separador) pode ter, a curto prazo, repercussões negativas a nível local, por outro, pode potenciar a cooperação entre localidades com as mesmas carências, no sentido de criar novas complementaridades e interdependências, e influenciando positivamente os equilíbrios regionais. Seja qual for o sentido do processo, parece certo que os *efeitos fronteira* estruturam e organizam o desenvolvimento populacional e económico dos seus espaços contínuos.

Frequentemente a imagem que lhes está associada é a de áreas distantes, marginais,

Carlos Garcia, "La frontera luso-española y los estudios de Geografía Histórica" in J. López Trigo, Rubén Lois González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial...*, pp. 25-29; Maité Laforcade (textes réunis), *La frontière des origines à nos jours. Actes des journées de la Société internationale d' Histoire du droit, tenues à Bayonne, les 15, 16, 17 mai 1997*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 1998.

⁶⁰ "A fronteira política: da divisão à integração territorial" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento...*, p. 9.

relativamente subdesenvolvidas. Diz Jean Labasse que, devido à sua localização «sur les marges du marché nationale et des servitudes inhérentes aux préoccupations de sécurité ou de défense, les régions frontalières sont le plus souvent des zones à développement retardé ou infléchi.»⁶¹. Exemplos das vicissitudes destas regiões não faltam na história recente do ocidente, pelo que não é de estranhar que, tradicionalmente, sejam zonas de desfasamento económico, com níveis insuficientes de infraestruturas e maior vulnerabilidade aos períodos de crise. E os últimos acontecimentos não deixaram de ter incidência nas fronteiras europeias, nomeadamente, aquelas que separam países comunitários. Hoje, com a abertura ao grande espaço europeu, enfrentam as circunstâncias inerentes à integração no espaço comunitário: choque de concorrência, falta de coordenação entre programas regionais, carência de articulação da legislação e disparidades monetárias⁶². Claro que a abordagem destas questões difere, segundo se trate de fronteiras internas ou externas à Comunidade. Contudo, por causa da nossa opção metodológica sobre a unidade territorial objecto de análise, não iremos considerar o caso das fronteiras entre Estados-membros e os seus vizinhos da Europa central e de leste, nem as fronteiras marítimas.

⁶¹ *L' Europe des régions...*, p. 186.

⁶² *Ibidem*, p. 185.

Quadro 1 – Regiões NUTS III de fronteira entre Estados-membros

| | Nº de regiões de fronteira | População do país | População fronteira | % | Área do país | Área de fronteira | % |
|--------------|----------------------------|-------------------|---------------------|-------|--------------|-------------------|-------|
| B | 23 | 10156,6 | 4630,1 | 45,6 | 30518,1 | 18075,5 | 59,2 |
| DK | 1 | 5263,1 | 253,3 | 4,8 | 43094,4 | 3938,3 | 9,1 |
| D | 43 | 81914,8 | 7332,1 | 9,0 | 356718 | 43059,7 | 12,1 |
| GR | - | - | - | - | - | - | - |
| E | 12 | 39695,1 | 5639,9 | 14,2 | 504790 | 132282 | 26,2 |
| F | 18 | 58374,8 | 11655,5 | 20,0 | 543964,6 | 9890,9 | 1,8 |
| IRL | 1 | 3626,1 | 407,3 | 11,2 | 70273,1 | 12341,4 | 17,6 |
| I | 7 | 57397 | 4294,3 | 7,5 | 301316,2 | 34123,6 | 11,3 |
| L | 1 | 415,5 | 415,5 | 100,0 | 2586,4 | 2586,4 | 100,0 |
| NL | 13 | 15530,5 | 5241,7 | 33,8 | 41526 | 14032,2 | 33,8 |
| A | 13 | 8059,4 | 2364,6 | 29,3 | 83859 | 33025 | 39,4 |
| P | 10 | 9927,4 | 2044,8 | 20,6 | 91906 | 50199,3 | 54,6 |
| FIN | 1 | 5124,6 | 201 | 3,9 | 338147,3 | 98937,1 | 29,3 |
| S | 1 | 8844,5 | 264,3 | 3,0 | 410934,2 | 98910,7 | 24,1 |
| UK | 1 | 58801,5 | 1663,3 | 2,8 | 241751 | 13483 | 5,6 |
| Total | 145 | 363130,9 | 46407,7 | 12,8 | 3061384,3 | 564885,1 | 18,5 |

Área em km², população em milhares (1996)

Fonte: EUROSTAT, Base de Dados *NewCronos – Regio*.

As fronteiras terrestres⁶³ entre países comunitários ocupam uma área de cerca de 565 mil km², onde habitam um pouco mais de 46 milhões de habitantes (*Quadro 1*), ou seja, aí se encontram 12 % da população comunitária numa área correspondente a 18% do território da União Europeia. Com excepção da Grécia, todos os países têm fronteira com outro Estado-membro. Existe, todavia, uma grande diversidade de situações quanto à área ocupada e aos efectivos populacionais das regiões contíguas às fronteiras como se pode depreender do *Quadro 2*. De referir ainda que com a adesão, em 1995, da Áustria, Suécia e Finlândia a União adquiriu um novo conjunto de regiões fronteiriças e de vizinhos directos.

⁶³ Consideraram-se apenas as regiões NUTS III contíguas às fronteiras dos países definidas com base em EUROSTAT, *Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas. NUTS, Março de 1995*, Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995.

Quadro 2 – Peso relativo das fronteiras terrestres intra-comunitárias

| FRONTEIRAS TERRESTRES (NUTS III) | ÁREA (1) | % (2) | POPULAÇÃO (1) | % (2) |
|------------------------------------|------------------|-------|-----------------|-------|
| Espanha/França | 73369 | 2,3 | 4632,8 | 1,2 |
| França/Itália | 45340,1 | 1,4 | 5391,6 | 1,4 |
| França/Alemanha | 23863,2 | 0,7 | 5106 | 1,4 |
| Itália/Áustria | 37938,2 | 1,2 | 2372,4 | 0,6 |
| Áustria/Alemanha | 36671,3 | 1,1 | 3645,6 | 1,0 |
| França/Bélgica | 38684,2 | 1,2 | 5740,5 | 1,5 |
| Bélgica/Holanda | 12053,4 | 0,4 | 5586,1 | 1,5 |
| Bélgica/Holanda/Alemanha | 24759 | 0,8 | 6243,1 | 1,7 |
| Alemanha/Dinamarca | 8115,7 | 0,3 | 689,6 | 0,2 |
| Irlanda Norte/Irlanda | 25824,4 | 0,8 | 573,6 | 0,2 |
| Luxemburgo/França/Bélgica/Alemanha | 20691,5 | 0,6 | 2837,2 | 0,8 |
| Suécia/Finlândia | 197847,8 | 6,2 | 467,9 | 0,1 |
| Portugal/Espanha | 136536,3 | 4,3 | 5313,6 | 1,4 |
| EUROPA 15 | 3191119,9 | | 373606,9 | |

(1) Área em km², população em milhares (1996).

(2) Em relação à área/população da Europa dos 15.

Fonte: EUROSTAT, Base de Dados *NewCronos* – Regio.

Estas zonas de fronteira interna da União Europeia são reconhecidas como as mais desfavorecidas dos respectivos países, embora ofereçam características culturais, económicas e físicas muito diversas, o que torna perigosas as generalizações. E o perigo das generalizações passa também pelo factor localização, isto é, pela proximidade ou afastamento relativamente aos núcleos de concentração da actividade económica da Europa. O documento *Europa 2000* apontava como centro tradicional da Europa o triângulo Paris-Londres-Amsterdão a que, actualmente, se junta um segundo centro de desenvolvimento que se estende pelo sul da Alemanha, norte de Itália, sul de França e regiões entre Barcelona e Valência⁶⁴. É, portanto, natural que as regiões fronteiriças aqui situadas não sofram dos mesmos constrangimentos que aquelas que se encontram na

⁶⁴ Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectivas para o desenvolvimento*, p. 17-18.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 177-178.

periferia sul ou oeste da Comunidade. Tal é o caso das portuguesas, espanholas, gregas ou, mais a norte, as irlandesas e dinamarquesas. É, também mais fácil que as que possuem um maior grau de centralidade, possam tirar partido das possibilidades que o mercado económico europeu lhes pode oferecer⁶⁵. Podemos assim encontrar um amplo leque de situações visível na diferente selecção destas regiões para cada um dos objectivos prioritários da política regional comunitária. Veja-se a fronteira entre Portugal e Espanha e a que separa a Irlanda do Norte da Irlanda que foram classificadas como regiões de objectivo 1, tanto no primeiro como no segundo período de programação dos fundos estruturais. São as duas únicas fronteiras internas da Comunidade cujas unidades territoriais são consideradas de intervenção prioritária, o que é claro sinal da sua condição periférica, do seu atraso económico e fraqueza demográfica, tanto no contexto das fronteiras internas como do conjunto da Comunidade.

Há todavia um aspecto que todas estas fronteiras têm em comum: o facto de terem estado, durante muito tempo na extremidade de um país com tudo o que isso pode implicar de integração ou desintegração da estrutura socioeconómica. Percebe-se, assim, a preocupação da Comunidade em estabelecer programas que ajudem estas regiões a fazer face a problemas específicos de desenvolvimento decorrentes do seu estatuto de fronteira.

Mas quais os critérios que a União Europeia utiliza para definir *região fronteiriça*? Desde logo esta interrogação pode suscitar um retomar da nossa reflexão sobre o conceito de *região*. E aqui, mais propriamente, da forma como aparecem representadas, ou seja, qual a divisão utilizada pela Comunidade. Já anteriormente⁶⁶ citávamos Marie Claude-Smouts que falava de territorialidades múltiplas a propósito da aplicação das políticas comunitárias, pois coexistem diferentes níveis de autoridade num mesmo

⁶⁴ Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento...*, p. 13-14.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 127-138.

território. Só que devido às várias acepções do conceito de *região*, mas também às diferentes organizações e competências que cada país atribui às suas regiões «même dans le cadre européen où la région est reconnue de longue date comme objet d' action publique nationale et communautaire, ce mode de découpage territorial reste problématique.»⁶⁷. Daí que, para aplicar a política regional da União Europeia sejam utilizados diferentes tipos de regiões, definidos segundo critérios adaptados a cada caso.

A difícil, mas necessária, definição e classificação prática das regiões, tem sido motivo de discussões e análises que, no entanto, não conseguiram resolver o problema de encontrar uma definição de região universalmente aceite⁶⁸. Dificuldades que passam não só, como já apontámos, por estruturas políticas que variam de país para país, como também pelos vários critérios possíveis para definir uma região (políticos, económicos, culturais). Sendo que a eliminação dos desequilíbrios regionais constitui um objectivo prioritário da política da União Europeia, a adopção de critérios que definam a construção de tipologias de regiões tornou-se um problema de fundamental importância.

Se recuperarmos a expressão *regiões fronteiriças*, podemos tentar perceber o significado de cada uma das partes ou o seu todo, de modo a tornar perceptível quais as unidades territoriais que a Comunidade utiliza nas suas análises.

Os serviços oficiais de estatística da Comunidade Europeia (EUROSTAT) introduziram uma nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, conhecidas pela abreviatura francesa NUTS, com o objectivo de poder dispor de unidades regionais que fossem a base para a produção das estatísticas regionais comunitárias. A primeira versão data de 1981 tendo sofrido actualizações, fruto de novas adesões e de alterações

⁶⁶ Cf. p. 17 deste capítulo.

⁶⁷ Marie-Claude Smouts, *op cit.*, p. 38.

⁶⁸ Cf. Giles Merrit, Terry Stewart, Brendan Hallingan (coord.), *Europe of Regions. Conference proceedings, Dublin, 1996*, Londres, The Philip Morris Institute, 1996.

na estrutura regional de cada país, em 1985, 1989, 1990, 1991, 1995 e 1999. Esta divisão constitui, por outro lado, a base para se fazerem outros agrupamentos que são outras tantas divisões regionais. Caso, por exemplo, das “*regiões menos desenvolvidas*” ou as “*regiões industriais em declínio*” a que fazem referência o Acto Único no seu artigo 130º C e depois outros textos institucionais. Recordemos que um dos aspectos introduzidos pela reforma dos fundos estruturais de 1988 foi a identificação tipológica de três grupos de regiões problemáticas que incluem, para além das mencionadas, as regiões rurais. Embora a existência desta nomenclatura seja independente dos problemas institucionais, o facto de ser a base de identificação das regiões elegíveis para a ajuda dada pelos fundos estruturais⁶⁹ e, logo, fazer parte das discussões sobre a gestão daqueles fundos, acabou por lhe dar uma dimensão política não prevista. Percebe-se, então, que esta nomenclatura, embora não tenha valor jurídico, seja de uma importância fundamental para a vida quotidiana da União, uma vez que desde 1988 é a base de apoio da gestão dos fundos comunitários e da legislação que os regulamenta.

Consoante as abordagens teóricas, assim se podem utilizar os conceitos de regiões normativas (as regiões administrativas), ou regiões analíticas (ou funcionais) que são definidas de acordo com requisitos analíticos (agrupam zonas utilizando critérios geográficos ou socioeconómicos). No caso das NUTS são os critérios normativos os escolhidos, ou seja, baseiam-se sobretudo nas divisões institucionais actualmente em vigor nos Estados-membros. À medida que os países se vão tornando membros, e com o acordo dos respectivos governos, são estabelecidos por iniciativa dos serviços de estatística

⁶⁹ Em conformidade com o Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, as NUTS constituem a base de identificação das regiões com atrasos de desenvolvimento (objectivo nº1), das zonas industriais em declínio (objectivo nº 2) e das zonas rurais (objectivo nº 5). As regiões de objectivo 1 são definidas tendo como referência as NUTS II e as outras as NUTS III. Sobre a questão da designação da elegibilidade destas áreas, cf. Fiona Wislade, “Achieving coherence in European Community approaches to area designation”, *Regional Studies*, vol. 28, 1, pp.79-97.

comunitários. Assim a sua fixação em cada Estado-membro corresponde «quer a características específicas nacionais quer às condicionantes e objectivos espaciais das políticas nacionais de desenvolvimento regional»⁷⁰. Apesar de algumas reticências, o que se pretendeu foi homogeneizar os critérios obrigando, nalguns casos, a proceder-se à reforma das divisões anteriores de modo a adaptá-las às directrizes comunitárias.

Razões de ordem prática relacionadas com a disponibilidade dos dados, actuais e de séries cronológicas, já que as estatísticas regionais são geralmente agregadas a nível de regiões administrativas, estão na origem desta opção. Também não podemos esquecer que a execução das políticas regionais se refere a este esquema de divisão territorial. Além de que esta nomenclatura, ao privilegiar as unidades regionais de carácter geral, obvia ao facto de em alguns países poderem ser utilizadas unidades territoriais específicas, ou que têm como referência determinadas áreas de actividade (regiões mineiras, agrícolas, de mercado de trabalho, etc.). Um outro princípio que norteou a criação e desenvolvimento das NUTS prende-se com a utilização de cinco níveis hierárquicos (três níveis regionais e dois locais) em que cada Estado é dividido, de tal modo que cada nível superior compreende um número inteiro de unidades de nível inferior. Assim, cada país tem regiões de nível I, subdivididas em regiões de nível II e estas, por sua vez, em regiões de nível III - aplicando-se o mesmo esquema para os níveis inferiores. Excepção à regra são o Luxemburgo, Irlanda e Dinamarca que não têm todas as divisões regionais⁷¹.

Pode igualmente dar-se o caso de algumas regiões, que não estão subdivididas, ocorrerem nos vários níveis, como por exemplo, o Luxemburgo que aparece como país e também nos níveis I, II e III, ou os Açores, Madeira e Comunidade de Madrid,

⁷⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 publicada no DR n.º102 - I Série de 5 de Maio de 1986.

⁷¹ EUROSTAT, *Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas. NUTS...*, p.5.

simultaneamente níveis I, II e III⁷², para só citar alguns casos dos países peninsulares. Quanto às locais, na NUTS IV, só a Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Portugal e Reino Unido definiram regiões para este nível. Actualmente, a nomenclatura NUTS subdivide a União Europeia, tal como se pode constatar no *Quadro 3*, em 77 regiões de nível I, 206 regiões de nível II, 1031 de nível III, 1074 de nível IV e 98 433 de nível V.

O nível I, em termos gerais, coincide com as divisões territoriais de maior dimensão que são normalmente as regiões de planificação económica. Se em alguns países já existiam, noutros foi preciso fazer agrupamentos de regiões de nível II que tivessem afinidades geográficas e económicas. Assim aconteceu na Itália e em Espanha, aqui fazendo-se um reagrupamento das comunidades autónomas (NUTS de nível II)⁷³.

⁷² Para uma listagem das regiões com níveis múltiplos ver EUROSTAT, *Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais...*, pp. 82 -83.

⁷³ Noroeste (Galiza, Astúrias, Cantábria), Nordeste (País Vasco, Navarra, La Rioja, Aragón), Comunidad de Madrid, Centro (Castilla-León, Castilla-La Mancha, Extremadura), Este (Cataluña, Comunidad Valenciana, Baleares), Sul (Andalucía, Murcia, Ceuta e Melilla) e Canárias

Quadro 3 – NUTS e unidades administrativas nacionais: número e correspondência

| | NUTS I | | NUTS II | | NUTS III | | NUTS IV | | NUTS V | |
|--------|-------------------------------------|----|-------------------------------------------------------|-----|----------------------------------|------|--------------------------|------------------------------|--------|--|
| BE | Régions | 3 | Provinces | 11 | Arrondissements | 43 | - | Communes | 589 | |
| DK | Länder | 1 | Regierungsbezirke | 1 | Amter | 15 | - | Kommuner | 276 | |
| DE | Groups of development regions | 16 | Regierungsbezirke | 38 | Kreise | 445 | - | Gemeinden | 16176 | |
| GR | Agrupacion de comunidades autonomas | 4 | Development regions | 13 | Nomoi | 51 | Eparchies | Demoi/Koinotites | 5921 | |
| ES | Z.E.A.T. + DOM | 7 | Comunidades Autonomas + Ceuta y Mellilla | 17 | Provincias + Ceuta y Mellilla | 50 | - | Municipios | 8077 | |
| FR | | 8 | Régions + DOM | 22 | Départements + DOM | 96 | - | Communes | 36664 | |
| IE | | 1 | | 4 | Regional Authority Regions | 4 | Counties/County boroughs | DEDS/Wards | 3445 | |
| IT | Gruppi di regioni | 11 | Regioni | 1 | Provincia | 103 | - | Comuni | 8100 | |
| LU | | 1 | | 1 | | 1 | Cantons | Communes | 118 | |
| NL | Landsdelen | 4 | Provincies | 12 | COROP regio's | 40 | - | Gemeenten | 672 | |
| AT | Gruppen von Bundesländern | 3 | Bundesländer | 9 | Gruppen von Politischen Bezirken | 35 | - | Gemeinden | 2351 | |
| PT | Continente + Regiões Autónomas | 1 | Comissões de coordenação regional + Regiões autónomas | 5 | Grupos de Concelhos | 30 | Concelhos | Freguesias | 4208 | |
| FI | Manner-Suomi/ Ahvenanmaa | 2 | Suuralueet | 6 | Maakunnat | 19 | Seutukunnat | Kunnat | 455 | |
| SE | | 1 | Riksomraden | 8 | Län | 24 | - | Kommuner | 286 | |
| UK | Standard regions | 11 | Groups of counties | 35 | Counties/Local Authority regions | 65 | Districts | Wards/Communities/Localities | 11095 | |
| EUR 15 | | 77 | | 206 | | 1031 | | | 98433 | |

Fonte: EUROSTAT, Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais...p. 8.

Com o nível II aparece o verdadeiro nível regional da Comunidade, referência-chave para a gestão política, planificação e ordenamento do território. Desde a Conferência de Bruxelas sobre economias regionais, organizada pela Comissão em 1961, que se verificou que as regiões com características de nível II constituíam o quadro geralmente utilizado pelos Estados-membros para a aplicação das suas políticas regionais devendo, por isso, ser o nível apropriado para analisar os problemas regionais-nacionais⁷⁴. Opinião secundada pelo Parlamento Europeu, em 1988⁷⁵. De um modo geral, também a produção estatística, divulgada quer pelos institutos nacionais quer pelo EUROSTAT, utiliza como unidade principal este nível de forma a homogeneizar a informação estatística o que faz com que as regiões integradas nas NUTS II sejam as que possuem dados mais completos. Assim, também os estudos e análises desenvolvidos pelos organismos comunitários utilizam como regiões de base as NUTS II. De salientar, ainda, que os relatórios periódicos que a Comissão deve elaborar de três em três anos, sobre a situação e evolução socioeconómica das regiões da Comunidade⁷⁶ tenham sido preparados principalmente com base neste nível. Percebe-se, portanto, que na terminologia comunitária *região* signifique *região de NUTS II*.

Finalmente, o nível III compreende as unidades administrativas de base que coincidem, na maioria dos casos, com as unidades já existentes. Não assim em Portugal pois, como refere o diploma legal que regulamenta, juntamente com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34 /86, de 26 de Março⁷⁷, o estabelecimento das NUTS em Portugal, o nível III é «constituído por 30 unidades, das quais 28 no continente, com a

⁷⁴ EUROSTAT, *Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais...*, p. 6.

⁷⁵ Jean Labasse, *L'Europe des régions...*, p. 145.

⁷⁶ Em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 4254, do Conselho, relativo ao FEDER.

⁷⁷ DR n.º 102 - I Série de 5 de Maio de 1986.

nova delimitação constante do anexo II ao presente decreto-lei (...)»⁷⁸. Tal circunstância vai dificultar a análise comparativa de séries temporais, pois antes de 1986 o distrito era uma das principais categorias de agregação dos dados, unidade administrativa que não vai corresponder sempre ao agrupamento de concelhos que formam as unidades NUTS III. Aliás, também as regiões de nível II, embora correspondam às áreas de actuação das comissões de coordenação regional, criadas em 1979, não eram utilizadas como categorias de recolha e compilação de informação estatística de natureza demográfica e económica. A dificuldade em definir o nível II terá mesmo atrasado a fixação das NUTS em Portugal «tendo, no entanto, sido adoptado no programa de desenvolvimento regional oportunamente apresentado às instituições comunitárias (...), como nível regional no continente, o correspondente às áreas de actuação das comissões de coordenação regional». Ainda segundo a resolução do Conselho de Ministros, uma vez que será a este nível que terão lugar as várias políticas sectoriais «o Governo entende desde já adoptar essa base espacial como correspondente ao nível II no continente.»⁷⁹. O mesmo problema não se põe em Espanha uma vez que as regiões de nível III correspondem às províncias, unidades administrativas criadas ainda no século XIX, e as NUTS II coincidem com as comunidades autónomas, divisão saída da restauração do sistema democrático, nos anos 70, e que passará a ser um dos principais níveis de agregação dos dados demográficos.

Este terceiro nível, no universo comunitário, é sobretudo usado para a análise de problemas específicos (por exemplo, bolsas de desemprego) ou para identificar as áreas críticas onde são necessárias medidas específicas de apoio regional (por exemplo, as regiões com indústrias em declínio ou as regiões fronteiriças).

Todavia o recurso às NUTS, embora represente um significativo esforço para o

⁷⁸ Artigo 1º do Decreto-Lei nº 46/89 de 15 de Fevereiro.

⁷⁹ Resolução do Conselho de Ministros nº 34/86 publicada no DR nº102 - I Série de 5 de Maio de 1986.

estabelecimento de uma divisão regional da União Europeia, não está isento de críticas. Uma das mais frequentes prende-se com a heterogeneidade das unidades que integram cada nível, o que aliás é reconhecido pela própria Comissão Europeia⁸⁰. Ainda que se tivesse procurado que cada nível agrupasse regiões de dimensão semelhante, a realidade mostra uma grande diversidade em termos de dimensão, população, peso económico ou poderes administrativos.

Quadro 4 – Área e população das regiões em 1996

Área das regiões (km²)

| | NUTS I | | | NUTS II | | | NUTS III | | |
|---------------|--------------|-----------------|---------------|-------------|-----------------|----------------|-------------|----------------|---------------|
| | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média |
| B | 161,4 | 16844,3 | 10172,7 | 161,4 | 4439,8 | 2634,1 | 2016,2 | 2016,2 | 700,7 |
| DK | 43094,4 | 43094,4 | 43094,4 | 43094,4 | 43094,4 | 43094,4 | 97,0 | 6173,3 | 2873,0 |
| D | 404,2 | 7055,9 | 25762,2 | 2570,2 | 17528,8 | 8524,1 | 35,9 | 19845,7 | 836,8 |
| GR | 3808,2 | 56457,3 | 32906,4 | 2307,2 | 18810,9 | 10125,0 | 356,0 | 5461,0 | 2580,9 |
| E | 7242,0 | 215025,0 | 72112,9 | 31,0 | 94193,0 | 28043,9 | 12,0 | 21657,0 | 28043,9 |
| F | 12012,2 | 145644,6 | 70361,3 | 1128,0 | 83934,0 | 24355,8 | 105,4 | 93934,0 | 6784,7 |
| IRL | 70273,1 | 70273,1 | 70273,1 | 70273,1 | 70273,1 | 70273,1 | 922,3 | 14283,0 | 8784,1 |
| I | 2338,8 | 44429,7 | 23985,4 | 3263,5 | 25706,9 | 15065,8 | 211,8 | 7519,9 | 2925,4 |
| L | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 | 2586,4 |
| NL | 7291,0 | 11870,9 | 10381,5 | 1434,2 | 5740,7 | 3460,5 | 128,2 | 3428,9 | 1038,2 |
| A | 23554,0 | 34384,0 | 27953,0 | 415,0 | 19173,0 | 9317,7 | 702,0 | 4615,0 | 2454,2 |
| P | 778,9 | 88797,4 | 30635,3 | 778,9 | 26931,2 | 13129,4 | 778,9 | 8503,4 | 3063,5 |
| FIN | 1551,9 | 336595,4 | 169073,7 | 1551,9 | 136067,5 | 67374,7 | 1551,9 | 98937,1 | 19925,7 |
| S | 410934,2 | 410934,2 | 410934,2 | 6490,0 | 154311,9 | 58049,1 | 2941,3 | 98910,7 | 19816,7 |
| UK | 8592 | 77080,0 | 21833,9 | 655,0 | 13483,0 | 5721,3 | 380,0 | 5921,0 | 3106,0 |
| EUR 15 | 161,4 | 410934,2 | 6813,8 | 31,0 | 154311,9 | 24117,0 | 12,0 | 98937,1 | 7034,7 |

⁸⁰ Cf. Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões da Comunidade alargada. Terceiro relatório periódico...*, p. 11 do Anexo; Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório periódico...*, p.172; EUROSTAT, *Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais...*, p.6.

População (1 000)

| | NUTS I | | | NUTS II | | | NUTS III | | |
|---------------|-------------|----------------|---------------|-------------|----------------|---------------|-------------|---------------|--------------|
| | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média |
| B | 949,4 | 5889,6 | 3385,6 | 241,9 | 1633,4 | 874,7 | 39,4 | 949,4 | 233,7 |
| DK | 5263,1 | 5263,1 | 5263,1 | 5263,1 | 5263,1 | 5263,1 | 45,1 | 627,0 | 350,9 |
| D | 676,8 | 17920,4 | 6210,2 | 506,5 | 5290,8 | 2026,4 | 36,0 | 3989,2 | 178,0 |
| GR | 1011,4 | 3448,5 | 2619,0 | 184,2 | 3448,5 | 804,2 | 21,4 | 3448,5 | 205,4 |
| E | 1610,2 | 10867,3 | 5670,7 | 128,5 | 7244,4 | 2205,3 | 59,7 | 5024,7 | 763,4 |
| F | 1644,4 | 11044,3 | 7296,9 | 159,7 | 11044,3 | 2308,4 | 73,0 | 2867,8 | 632,5 |
| IRL | 3626,1 | 3626,1 | 3626,1 | 3626,1 | 3626,1 | 3626,1 | 205,5 | 1058,3 | 453,3 |
| I | 369,3 | 8941,8 | 4656,4 | 119,0 | 8941,8 | 2869,8 | 92,2 | 3778,4 | 557,3 |
| L | 415,5 | 415,5 | 415,5 | 415,5 | 415,5 | 415,5 | 415,5 | 415,5 | 415,5 |
| NL | 1630,7 | 7253,3 | 3882,6 | 277,2 | 3338,8 | 1294,2 | 54,1 | 1310,6 | 388,3 |
| A | 1770,0 | 3395,0 | 2686,5 | 275,3 | 1595,4 | 816,9 | 20,9 | 537,5 | 190,1 |
| P | 242,1 | 9427,7 | 3309,2 | 242,1 | 3537,8 | 1418,2 | 46,6 | 1833,6 | 330,9 |
| FIN | 25,2 | 5099,3 | 2562,3 | 25,2 | 1812,7 | 854,1 | 25,2 | 1232,3 | 256,2 |
| S | 8844,5 | 8844,5 | 8844,5 | 391,1 | 1755,1 | 1105,5 | 58,0 | 1744,3 | 421,2 |
| UK | 1663,3 | 7895,3 | 4900,1 | 372,3 | 4366,4 | 1525,1 | 19,8 | 1727,5 | 445,4 |
| EUR 15 | 25,2 | 17920,4 | 4355,2 | 25,2 | 11044,3 | 1827,2 | 19,8 | 5024,7 | 388,1 |

Fonte: EUROSTAT, Base de Dados *NewCronos* – Regio.

Em termos de área e de população, as disparidades dentro de cada nível são enormes. Veja-se no *Quadro 4* as diferenças entre países, não apenas dentro de cada nível, como entre os diferentes níveis. Por exemplo no nível I, excluindo a Suécia, uma vez que todo o país pertence a este nível, a maior região é Manner-Suomi na Finlândia, com 336 595,4 km². Na verdade, as regiões mais extensas dos três níveis localizam-se precisamente na Suécia e Finlândia, extensão que não tem correspondência nos efectivos populacionais. A região finlandesa de Manner-Suomi tem pouco mais de 5 milhões de habitantes, ainda que sejam quase todos os do país (cerca de 5 105 milhões). A baixa densidade populacional é, aliás, uma característica que podemos apontar a outra região finlandesa, Åland, uma vez que é a região de nível I e II que conta com menos efectivos populacionais (cerca de 25 mil). De registar que as NUTS II menos povoadas se situam quase todas na periferia da Comunidade: Åland, a província belga do Luxemburgo, a

Guiana Francesa, Valle d' Aosta (Itália), Ceuta, Melilla e Açores, todas com menos de 250 mil habitantes. Também o nível III é muito heterogéneo, oscilando entre os 19 mil habitantes (Orkney Islands, no Reino Unido) e os mais de 5 milhões de habitantes da Comunidade de Madrid. Se observarmos no *Quadro 4* os dados relativos à área podemos encontrar a mesma diversidade de situações.

Relativamente às competências e funções administrativas⁸¹, podemos exemplificar com os países peninsulares onde, a não correspondência de estatutos entre as comunidades autónomas e as comissões de coordenação, tem dificultado alguns aspectos organizativos da cooperação interregional. Mas dentro do mesmo país, as regiões podem ter estatutos diferentes como acontece em Espanha com as comunidades autónomas⁸². Ou o facto de em Espanha não ter sido definido o nível IV, que em Portugal corresponde ao concelho, mas apenas o V, os municípios, o que pode dificultar análises comparativas mais finas, até porque esta circunstância tem, como veremos, reflexos na desagregação dos dados demográficos.

Contudo, lembremos que esta heterogeneidade é também o reflexo da situação que existe nos países que fazem parte da União Europeia e entre estes países, ou seja, é o reflexo da diversidade demográfica e dos desequilíbrios económicos e administrativos que atingem o tecido regional europeu. Há todavia virtualidades que validam o uso destas divisões regionais. Por um lado, uma questão prática relacionada com o acesso à informação estatística e aos projectos políticos que têm como referência este enquadramento administrativo e agregativo. Por outro, o seu carácter operacional ao nível das análises comparativas. Ao dispor de séries cronológicas e temáticas, com a mesma

⁸¹ Para uma síntese desta questão, a nível europeu ver Jean Labasse, *L'Europe des régions...*, pp. 123-135.

⁸² Cf. Rafael Entena Cuesta, *Curso de derecho administrativo*, Madrid, Editorial Tecnos, 1998, vol 1/2 "Organización administrativa", pp. 154-185.

base de referência e para todos os membros, alarga-se o leque de possibilidades, numa época em que cada vez mais se reconhece a necessidade de estudos comparativos que ultrapassem as fronteiras nacionais, ainda mais numa Europa em que se proclama e encoraja a convergência das sociedades e economias dos Estados-membros. O conhecimento da evolução deste processo e da permanência de desequilíbrios regionais motiva que se privilegiem os estudos comparativos. E apesar do já mencionado relativismo geográfico desta divisão regional, os esforços para conferir à estatística regional um carácter mais homogéneo têm beneficiado estudos à escala europeia⁸³.

A procura de critérios de agrupamento de regiões que permitam a definição de tipologias tem passado, igualmente, pela utilização de outras metodologias. Exemplo disso, foi a construção de um *índice sintético*, a partir de parâmetros múltiplos (PIB *per capita* e por pessoa empregada, desemprego e emprego, evolução da oferta de mão-de-obra⁸⁴), que procuram reflectir o potencial económico regional. Da sua aplicação resultou uma hierarquização das regiões europeias e a delimitação de seis grupos de regiões problemáticas⁸⁵. Note-se que, do ponto de vista comunitário, Portugal e as comunidades autónomas espanholas contíguas à fronteira luso-espanhola, se encontram no grupo das regiões mais problemáticas. Ou ainda, o *índice de perifricidade*, de natureza topológica, que procura traduzir o afastamento de uma região em relação a todas as outras, tendo em

⁸³ Também o aumento da procura de informação estatística de nível regional, para os países da Europa Central e da EFTA, fez com que o EUROSTAT e os institutos nacionais de estatística daqueles países tivessem definido níveis regionais à semelhança das NUTS. No entanto, «the classifications presented does not preclude any decisions on the NUTS which will be taken if some of the countries join the EU», apenas pretende encontrar definições comuns a serem utilizadas para fins estatísticos pela Comunidade (EUROSTAT, *Statistical regions in the EFTA countries and the Central European Countries (CEC)*, Luxembourg, 1999, p. 6).

⁸⁴ Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões da Comunidade alargada. Terceiro relatório periódico...*, pp. 21-30 e pp. 53-61 do Anexo.

⁸⁵ Cf. *Idem*, p. 23, Quadro 2.2. “Indicador sintético de intensidade dos problemas regionais na Comunidade (1981-83-85)”.

conta o volume total de actividade económica em cada uma delas⁸⁶.

Contudo, estas tentativas de reunir as regiões por grupos não afastaram também um certo relativismo, admitido pela própria Comissão Europeia, nem o reconhecimento de que só são válidas quando aplicadas em contexto precisos. Evidentemente que neste caso o quadro de referência é a Comunidade no seu conjunto. Também não se conseguiram evitar as sobreposições, ou seja, uma região pode pertencer a vários tipos. Apesar destas limitações, também aqui razões de ordem prática, relacionadas com a execução das políticas regionais, têm obrigado à construção de tipologias que reunam as regiões e que são frequentemente utilizadas nas discussões sobre problemas regionais e nas análises que as fundamentam. É assim que no terceiro relatório periódico sobre as regiões, realizado pela Comissão Europeia em 1987, se apresenta uma visão de conjunto sobre seis tipos principais de regiões frequentemente utilizados, bem como de três subcategorias: regiões menos desenvolvidas, regiões industriais em declínio, regiões agrícolas (com duas subcategorias, regiões de produção agrícola mediterrânico predominante e zonas de montanha e outras zonas agrícolas desfavorecidas), regiões urbanas com problemas específicos, regiões periféricas (com uma subcategoria, regiões insulares) e regiões fronteiriças⁸⁷, tipos que foram elaborados a partir do «estádio de desenvolvimento, as estruturas sectoriais, as formas de concentração ou características geográficas diferentes das regiões»⁸⁸. Ora é precisamente o facto destes indicadores serem utilizados nas diferentes combinações que surgem, como é dito no relatório, sobreposições entre a

⁸⁶ *Idem*, pp. 114-127 do Anexo.

⁸⁷ O agrupamento destas regiões é feito a partir de indicadores socioeconómicos, índices específicos (por exemplo o índice de perifricidade para identificar as regiões periféricas) e a localização geográfica (ilhas e fronteiras). As unidades geográficas de base são as NUTS II e III (*Idem*, pp. 38-51 e pp. 75-127 do Anexo).

⁸⁸ *Idem*, pp.50-51.

maioria dos tipos⁸⁹. Assim acontece, por exemplo, com algumas regiões fronteiriças, periféricas dentro do seu próprio país, ou com problemas que entram no âmbito das regiões em declínio industrial, no das regiões agrícolas ou das menos desenvolvidas. Sintomático desta fluidez dos tipos é a análise que é feita no quinto relatório periódico sobre as regiões onde a situação das fronteiras é descrita num capítulo intitulado “A perifericidade em análise”⁹⁰.

Como resultado de trabalhos iniciados em 1989, na sequência da reforma dos fundos estruturais de 1988, a Comissão Europeia publicou o documento *Europa 2000: perspectivas de desenvolvimento do território comunitário*. Este programa, *Europa 2000*, partiu da percepção de que só um ordenamento do território, ao nível europeu, podia contribuir para o desenvolvimento harmonioso da União e para uma melhor integração das regiões periféricas. Sendo assim, o objectivo deste estudo foi estabelecer uma visão global do território europeu, projectando no quadro espacial os processos de mudança económica, tecnológica e sociopolítica em curso, de modo a fornecer um enquadramento para as futuras estratégias e políticas regionais. Para alcançar este objectivo, a Comissão Europeia fomentou um conjunto de estudos transregionais, cobrindo todo o território da Comunidade, além de uma série sobre os países limítrofes da União. Examinaram-se grupos de regiões específicas, mais concretamente «Foram definidos sete grupos regionais, seleccionados com base na proximidade geográfica e no desenvolvimento das suas relações mútuas, a que foram acrescentados os novos Länder alemães»⁹¹. Temos, portanto, outra tipologia, também utilizada no relatório *Europa 2000+*, e que ficou assim definida: Regiões do centro e capitais; Arco Alpino, Diagonal Continental, Região

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório periódico...*, pp. 105-116.

⁹¹ Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento...*, p. 22.

Mediterrânica, Arco Atlântico, Regiões do Mar do Norte, Regiões ultraperiféricas e os territórios da antiga RDA⁹².

Regiões fronteiriças - esta é, como temos vindo a observar, uma das categorias utilizadas pela Comunidade para a caracterização do seu tecido regional, zonas com problemas próprios, objecto de uma política regional específica, o INTERREG, cujos contornos já traçámos.

Regiões fronteiriças são, portanto, aquelas regiões dos «vários Estados-membros que fazem fronteira com o território de outros Estados, independentemente de estes pertencerem ou não à Comunidade»⁹³. Como se trata de áreas com uma especificidade própria são analisadas, como vimos, no quadro das regiões de nível III da nomenclatura das unidades territoriais estatísticas. O mesmo acontece quanto à sua classificação e elegibilidade para apoio de programas específicos destinados a colmatar os desfazamentos que geralmente sofrem as fronteiras relativamente aos seus países, mas também a outras regiões da Comunidade.

Todavia, apesar destas políticas promotoras da integração e desenvolvimento dos espaços fronteiriços e da reconhecida necessidade da sua aplicação, a definição dos espaços fronteiriços nem sempre é pacífica. Por isso este foi um dos assuntos debatidos pelos participantes na já citada conferência sobre cooperação interregional, que se realizou em Bruxelas em 1992. Trata-se de saber se as zonas fronteiriças devem ser delimitadas ao nível quantitativo, isto é, pelo número de quilómetros que separam uma região da linha de fronteira, ou ao qualitativo, de acordo com o funcionamento real da economia transfronteiriça. Lembremo-nos também que, do INTERREG I para o II, uma

⁹² *Ibidem* e Comissão Europeia, *Europa 2000+ - Cooperação para o ordenamento do território europeu*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995, p. 171.

⁹³ Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões da Comunidade alargada. Terceiro relatório periódico...*, p.49.

das principais questões debatidas foi a extensão da elegibilidade segundo critérios mais flexíveis, a áreas fronteiriças, independentemente de serem ou não classificadas pelos objectivos 1, 2 ou 5b. Esta recomendação, seguida e aplicada pela Comissão Europeia⁹⁴, traduziu-se num aumento do número de regiões que podem beneficiar de apoio no âmbito desta iniciativa comunitária.

Neste contexto, os problemas de definição manifestam-se de grande importância para o futuro dos programas de desenvolvimento interregional, nomeadamente quando se trata da atribuição, aplicação e gestão de fundos estruturais. Não deixa, por isso, de ser notado que as regiões fronteiriças, quando analisadas à luz das tipologias regionais identificadas para serem a unidade base territorial das acções de investigação lançadas pelo programa *Europa 2000* e depois *2000+*, se encontrem diluídas nos vários agrupamentos tipificados. Exemplo disto é a fronteira luso-espanhola que se encontra dividida pelo Arco Atlântico, regiões portuguesas e Andaluzia ocidental (onde está incluída a província de Huelva), e a Diagonal Continental, onde estão integradas as outras províncias espanholas contíguas à fronteira com Portugal⁹⁵. Contudo, nos dois documentos de síntese, o conjunto das regiões fronteiriças comunitários são objecto de análise individualizada. Aí aparecem, juntamente com os espaços urbanos, os rurais e as zonas costeiras e ilhas nos tipos específicos da Comunidade⁹⁶.

Apesar de se poder apontar a falta de uma certa visão global da problemática das fronteiras por parte da Comunidade, a verdade é que a aplicação de programas destinados

⁹⁴ Ver supra pp. 54-55.

⁹⁵ Cf. Centro Europeu do Desenvolvimento Regional (CEDRE), *Estudo prospetivo das Regiões Atlânticas*, Bruxelas, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1994; Commission Européenne/Europe 2000, *Études de développement régional. Évolution prospective des régions intérieures (et des espaces ruraux de faible densité de population de la Communauté)*, Bruxelas-Luxemburgo. Office des Publications des Communautés Européennes, 1996.

⁹⁶ Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento...*, pp. 167-175; Comissão Europeia, *Europa 2000+ - Cooperação para o ordenamento...*, pp.127-138.

a ultrapassar os constrangimentos provocados pelo *efeito fronteira* encontra nas NUTS III o critério de identificação das regiões elegíveis, ou seja, as regiões que cada país definiu para pertencerem a este nível e que estão junto à divisão política que separa dois ou mais Estados.

Pressupõe-se então que, seguindo as orientações que estiveram na origem do estabelecimento da nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos – porque efectivamente estas regiões não têm um conteúdo funcional, no sentido em que reflectem responsabilidades administrativas específicas dentro do respectivo Estado antes, como a designação indica, são regiões estatísticas -, as regiões que pertencem ao nível III estejam providas de suficiente homogeneidade para constituírem, *a priori*, uma unidade territorial de base. Daí que a utilização de regiões definidas pela Comunidade para intervenções no âmbito do INTERREG, ponha à partida de lado a necessidade de proceder a testes de homogeneização para encontrar o espaço de fronteira objecto de uma determinada investigação. Claro que, uma análise de um território de fronteira assim definido, pressupõe ainda que se considerem os aspectos chave da cooperação transfronteiriça, englobando as áreas contíguas à fronteira. Na verdade, só uma investigação que examine os dois lados da fronteiras poderá evidenciar a asserção das características que diferenciam as fronteiras nacionais..

Sabemos já que os efeitos da localização, geográfica e económica, destas zonas, as coloca numa situação periférica, classificadas nas tipologias de análise da União Europeia como espaços problemáticos. A sua localização estratégica, num contexto de um mercado único, é vista tanto como um obstáculo à plena integração numa *Europa sem fronteiras*, como o espaço ideal para levar a bom termo as políticas de coesão económica e social. Neste conceito de *fronteira* contemplam-se sobretudo os limites do território de um Estado e os limites que correspondem ao aparecimento, desaparecimento ou diferenciação

de características socioeconómicas e culturais. Há, no entanto, que considerar a descontinuidade, ou sucessão espacial que as fronteiras não políticas introduzem. Um ponto de partida poderá ser precisamente verificar, até que ponto, num espaço previamente definido a nível institucional – o espaço de intervenção dos programas operacionais de cooperação transfronteiriça – coincidem regimes específicos, ou, mais concretamente, em que medida podemos falar de convergência demográfica numa região de fronteira entre dois dos Estados-membros da União Europeia com maiores desequilíbrios territoriais: Portugal e Espanha.

2. Os países

Norte/sul, *litoral/interior* são dicotomias frequentemente utilizadas para caracterizar territórios. E ao perspectivar a sua localização e evolução, utilizando como referência aquelas dicotomias, chegamos a outra: *centro/periferia*. Por outro lado, caracterizar a evolução implica não só a vertente económica, como também a análise da distribuição e dinâmica da população, uma vez que o comportamento do potencial demográfico se interrelaciona profundamente com as variáveis socioeconómicas. Na verdade, não podemos separar o espaço das populações que o habitam, das estruturas produtivas, dos centros de decisão política e dos equipamentos sociais que aí existem. Podemos mesmo dizer que o perfil demográfico de uma região pode ser factor de agravamento das suas disparidades relativamente a outras. Crescimento demográfico,

natalidade, mortalidade e movimentos migratórios são, assim, objecto de análise e reflexão e indicadores a ter em conta quando, como vimos anteriormente, se pretende fazer o diagnóstico sobre o desenvolvimento das regiões comunitárias. Por esta razão, todos os relatórios periódicos sobre o estado das regiões, dedicam uma secção à análise da evolução da população dos Estados-membros da Comunidade⁹⁷.

Os últimos recenseamentos efectuados nos países ibéricos (1991) evidenciaram estas assimetrias na distribuição das respectivas populações. Tendências que, embora não sendo novas, se acentuaram nos últimos anos, de tal modo que a publicação dos resultados daqueles censos foi motivo de forte polémica, tanto em Portugal como em Espanha. Da análise dos resultados ressalta o facto de a demografia dos dois países ibéricos revelar uma aproximação aos padrões europeus, ou seja, terem evoluído no sentido de se acercarem ao *modelo demográfico* do Norte da Europa, modelo que se caracteriza por um crescimento tendendo para o zero, ou mesmo regressivo, pela relativa estabilidade, em valores baixos, das taxas de mortalidade e de natalidade e pelo envelhecimento das suas estruturas etárias. Mas, enquanto naqueles países o processo que conduziu a este modelo decorreu num tempo longo, a partir de meados do século XIX, nos países do sul o espectro temporal foi mais curto e as fases de contornos mais acentuados. Neste contexto, convém, pela importância que tiveram na evolução recente da demografia dos dois países, destacar dois aspectos. Por um lado, a descida da natalidade que se acentuou a partir dos anos 70, de tal modo que os dois países ibéricos deixaram de renovar as suas gerações. Assim, de países, considerados juntamente com Irlanda e a Itália, a reserva demográfica da Europa, passaram a ter das mais baixas taxas

⁹⁷ Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões da Comunidade alargada. Terceiro relatório periódico*, pp. 30-32, 64-68; 69-71 do Anexo; Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões na década de 1990. Quarto relatório periódico...*, pp. 26-32; Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório periódico...*, pp. 21-33; Comissão Europeia, *Sexto relatório periódico...*, pp. 55-72; Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento*

de natalidade europeias, com todas as consequências que, em termos demográficos, tal situação implica. O outro aspecto, estreitamente relacionado com o anterior, prende-se com os níveis de envelhecimento, uma vez que as alterações (neste caso, diminuição) do movimento natural, intervêm de forma marcante na estrutura etária de uma população, modificando as relações entre os grupos etários e produzindo o seu envelhecimento.

Embora esta recente evolução tenha aproximado a Península Ibérica dos padrões demográficos dos países da Europa setentrional, ainda permanecem contrastes regionais no interior de cada país. De facto, e apesar do comportamento do movimento natural evidenciar menos contrastes no final da década de 80, princípios da de 90, não podemos esquecer que a cronologia dos fenómenos migratórios, intercalando fases de maior ou menor volume de entradas/saídas e alterações dos pólos de atracção/repulsão, introduz cambiantes nos ritmos de crescimento, o que ocasiona crescimentos regionais assimétricos. E novamente voltamos às dicotomias inicialmente referidas, até porque a geografia da população de Portugal e Espanha tem sido marcada por uma maior concentração nas faixas litorais, ainda que o peso demográfico destas regiões da periferia peninsular se tenha alterado ao longo do século XX, fruto de desenvolvimentos económicos diferenciados. Na verdade, as assimetrias geodemográficas estão relacionadas com o movimento de emigração rural, que atingiu o seu auge nas décadas de 60 e 70, e com a emigração para o estrangeiro. Embora actualmente estes movimentos tenham perdido intensidade, as consequências deste êxodo são agora bem visíveis no acentuar de desequilíbrios estruturais latentes, indicadores de desigualdades espaciais em termos de desenvolvimento socioeconómico.

Em Portugal, os contrastes regionais são, frequentemente, analisados sob a

perspectiva das dualidade *norte/sul*, *litoral/interior*⁹⁸, análise que decorre de uma organização territorial cujas origens se podem encontrar nos primórdios da nacionalidade. Amiúde se verifica o cruzamento de aspectos da evolução histórica com determinadas unidades geográficas cujas concordâncias são significativas. Orlando Ribeiro distingue entre o Norte atlântico, o Norte interior, de influências continentais, e o Sul, fisionomia mediterrânea⁹⁹. E o historiador José Mattoso, no seu estudo sobre a identificação de Portugal medieval, retoma este esquema de divisão regional, apontando diferenças na estrutura social entre o Norte senhorial e o Centro e Sul concelhios¹⁰⁰.

A individualização de Portugal na Península Ibérica pode também explicar a relevância da faixa litoral face ao interior. Desta opinião é Carlos Alberto Medeiros quando afirma que a escassez de recursos do território e a vontade política de individualização em relação à Espanha, terão levado o país a privilegiar relações económicas com territórios não peninsulares, opção que passou pela utilização prioritária da via marítima¹⁰¹. Fenómeno que, embora conheça os seus primórdios com a Expansão, é no século XIX e, sobretudo, no XX, que se consolida e acentua. Em Portugal, o

⁹⁸ Sobre diferentes utilizações e utilizadores destas divisões do território de Portugal peninsular cf. Maria Fernanda Alegria, José Afonso Teixeira, Jorge Umbelino, "Norte/sul, litoral/interior: duas divisões dicotómicas de Portugal continental", *Finisterra*, XXV, 49, 1990, Lisboa, pp. 5-56. Cf. comentários de Suzanne Daveau in Orlando Ribeiro, H. Lautensach, S. Daveau, *Geografia de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, IV vol., pp. 1267-1294.

⁹⁹ «Havendo de repartir Portugal deste modo, as divisões principais serão determinadas pelo contraste entre influências mediterrâneas e atlânticas e, nestas, pela sua atenuação com o afastamento do litoral. *Norte atlântico*, *Norte transmontano* e *Sul* são as divisões fundamentais da terra portuguesa. À primeira, essencialmente oceânica, contrapõe-se o bloco de regiões interiores do Nordeste, que as montanhas separam das influências marítimas; o baixo Mondego, a orla do Maciço Antigo e o sopé da Cordilheira Central limitam-nas a ambas do resto do País, onde a meridionalidade se traduz pela dominância progressiva do carácter mediterrâneo.» (Orlando Ribeiro, H. Lautensach, S. Daveau, *Geografia de Portugal*, Lisboa..., IV vol., p. 1243).

¹⁰⁰ « (...) atribuo à própria diversidade nacional, isto é à oposição entre um Norte populoso, acidentado e conservador e um sul de habitat aglomerado, plano e progressivo, um papel de grande importância na identificação do país. Não é só a geografia humana, como mostrou Orlando Ribeiro, que convida a reconhecer a composição real do país: é também a História.» (*Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, I vol., p. 20).

¹⁰¹ "Diversidade geográfica e identidade do espaço português" in *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (30 de Junho a 5 de Julho de 1997)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1998, vol. 2 pp. 41-58.

crescimento económico sempre privilegiou o litoral e o crescimento urbano não só foi aí mais intenso como, devido à extensão da área urbanizada, referimo-nos principalmente às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, se desenvolveram espaços onde as características do rural se misturam com as do urbano – é o chamado fenómeno da peri-urbanização. É verdade que estas tendências estruturais tendem a esbater-se, fruto do progressivo encurtar das distâncias, da uniformização dos padrões de consumo e dos estilos de vida e da progressiva urbanização e terciarização da sociedade. Os contrastes regionais parecem modificar-se. Diz Jorge Gaspar que, em muitos aspectos, há agora maior identidade entre os centros urbanos do interior e do litoral, do norte e do sul, do que entre estes e as áreas retiradas das regiões onde se inserem, pelo que é mais apropriado falar-se em contrastes transregionais.¹⁰²

A complexidade da organização territorial não se esgota nestes esquemas dualistas, ainda que reconhecendo a utilidade metodológica da partição do território segundo aquelas oposições¹⁰³. Por isso, têm surgido abordagens alternativas que propõem uma leitura exploratória das actuais disparidades regionais do continente. Veja-se o contributo de João Ferrão que propõe o recurso a uma metáfora do país como arquipélago, ou seja, constituído por *ilhas* (áreas com dinamismo demográfico e económico superior à média nacional) e por *espaços submersos* (realidades cujas

¹⁰² Portugal, os próximos 20 anos. Ocupação e organização do território. Retrospectiva e tendências, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, I vol, p. 118. Cf. Suzanne Daveau, Portugal geográfico, Lisboa, Sá da Costa, 1995, pp. 74-75.

¹⁰³ A este propósito diz Orlando Ribeiro: «Ao entrelaçar de influências mediterrâneas e atlânticas, consequência da posição, se deve a dualidade do território português. Grosso modo, podem opor-se o Norte e o Sul. Mas, a análise dos elementos de paisagem e da economia regional mostra-nos uma articulação mais complexa: aspectos mediterrâneos que se insinuam, ao longo de vales e baixas, até ao coração de Trás-os-Montes; traços de fisionomia atlântica, dominantes até ao Mondego inferior, que voltam, em recorrências episódicas, e ainda se deixam ver na mais alta Serra Algarvia. Os elementos essenciais da geografia portuguesa têm assim muitas vezes um traçado em viés e o território escapa a uma simples divisão em Norte e Sul e, mais ainda, em faixas grosseiramente paralelas ao litoral.» (Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987, p. 165). Sobre a organização territorial do país ver também os textos de Orlando Ribeiro e H. Lautensach in Geografia de Portugal..., IV vol., pp. 1231-1265.

dinâmicas ficam aquém dessa média). Aplicando esta metodologia aos anos 90, o “arquipélago Portugal Continental” é constituído por quatro grandes *ilhas*, Região Atlântica Norte, Região Oeste Litoral, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve Litoral, e por uma vintena de pequenas *ilhas* que correspondem a centros urbanos localizados fora das grandes *ilhas*¹⁰⁴.

Esta distribuição espacial da população portuguesa enquadra-se numa componente periférica preferencial comum aos dois países que fazem parte da Península Ibérica. Os contrastes norte/sul foram sendo reforçados a partir da conquista árabe que não se alargou, pelo menos de forma permanente, às regiões do norte, e pela posterior Reconquista Cristã. No século XV, o predomínio populacional pertencia à área central, que correspondia ao Reino de Castela, situação que vai sofrer alterações a partir do século XVIII. Então, não só o número de efectivos aumenta rapidamente, como também a sua concentração se torna mais acentuada nas franjas da periferia geográfica da Península. O movimento centrífugo da população espanhola tem, portanto, raízes históricas e tem vindo a acentuar-se ao longo do século XX. Também as actividades económicas características destas zonas do interior (indústria artesanal, agricultura de baixos rendimentos e escassa produtividade) têm progressivamente entrado em decadência, o que dificulta a permanência dos seus residentes. Pelo contrário, é na orla costeira, exceptuando o caso de Madrid, que se têm concentrado os principais pólos industriais que se associam a uma economia tradicional mais diversificada (agricultura intensiva, pesca, turismo). Por isso podemos falar de *litoralização* da população e das actividades, já que os núcleos urbanos e industriais se converteram em centros de atracção de migrantes, por

¹⁰⁴ *Ilhas* e *espaços submersos* são caracterizados a partir de quatro elementos fundamentais: modelo territorial, modelo sócio-productivo, perfil de integração supra-regional (inter-regional e inter-nacional) e modelo demográfico (Cf. João Ferrão (coord.), *Estudo de avaliação dos programas regionais em Portugal*, Lisboa, GEOIDEIA, 1993, pp. 1-35 (policopiado)).

oposição a amplas áreas rurais que se despovoam¹⁰⁵. Veja-se que o processo de urbanização em Espanha, cujo ponto de maior dinamismo foi atingido entre 1950 e 1975, se caracterizou pela rapidez do crescimento da população urbana e pela excessiva hierarquização do sistema de cidades. Tal processo veio acentuar os desequilíbrios estruturais, até por que foi um fenómeno que se deu, fundamentalmente, no litoral, caso da urbanização e “metropolitanização” do litoral mediterrâneo e atlântico, sobretudo à volta dos pontos em que se concentra a indústria, País Basco, Barcelona, e Madrid, além do crescimento de outros centros em regiões de maior dinamismo, como os vales do Ebro ou do Douro. Nos últimos decénios, no entanto, o sistema urbano espanhol, no dizer de Vinuesa Angulo, atingiu uma fase de maturidade «en el que se tiende al reequilibrio a través de la “urbanización del territorio”, esta fase, (...) supone la progresiva difusión de las formas de vida urbana por el territorio mediante el crecimiento de las ciudades pequeñas y, sobre todo, medianas (...)»¹⁰⁶. De acrescentar ainda que a regionalização da rede urbana caminhou a par da regionalização política dos anos 80 o que, de algum modo, moderou os desequilíbrios da sua distribuição espacial.

Apesar da crise económica dos finais dos anos 70, princípios de 80, ter atenuado os factores em que se fundamentaram a atracção/repulsão das regiões, a actual distribuição espacial da população espanhola é o resultado de circunstâncias históricas do povoamento, nomeadamente deste rápido processo de urbanização, e que se pode

¹⁰⁵ «Resumiendo la gran inversión espacial de la población española, diremos que tomando como marco territorial las actuales comunidades autónomas y diferenciando las que asoman al mar de las del interior (excepto Madrid): en 1530 las del interior concentraban el 55% de la población española, en 1860 sólo agrupaban al 38% y en 1983 un 19%, frente al 12,6% de Madrid y el 68,4% de las Comunidades litorales o insulares. Hay que tener en cuenta que la extensión territorial de las regiones del interior supone más de la mitad del territorio español (55%) (...)» (V. Bielza de Orey, “La población” in V. Bielza de Orey (coord.), *Territorio y sociedad en España, II. Geografía Humana*, Madrid, Taurus, 1989, pp. 71-72). Cf. Jacinto Rodríguez Osuna, “Desequilibrios espaciales en la España de los siglos XIX Y XX”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n° 23, Julio-Septiembre, 1983, pp. 9-29.

¹⁰⁶ Julio Vineusa Angulo, “El crecimiento de la población y los desequilibrios en la distribución espacial” in Rafael Puyol (edit.), *La dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, Síntesis, 1997, p. 282.

traduzir, numa primeira abordagem, na consideração de um interior pouco povoado, com excepção de Madrid, e uma periferia densamente povoada. Estas desigualdades geodemográficas têm levado à procura de modelos territoriais que expliquem as tendências que têm marcado a evolução da dinâmica regional espanhola.

Perpiña Grau, nos anos 50, desenvolveu uma teoria sobre a distribuição da população espanhola em que associa as pautas espaciais da população espanhola com a dinâmica territorial das actividades económicas. Neste contexto, evidencia a existência de sectores densamente povoados (“*dasícoras*”), separados entre si, e que correspondiam a Madrid (única província do interior), Pontevedra (Vigo), Vizcaya (Bilbao), Barcelona, Valencia e Cadiz. Estes sectores estavam rodeados por áreas de baixas densidades, a que chamou “*areocoras*”¹⁰⁷. Posteriormente, Ferrer Regales enuncia o modelo Centro-Periferia, modelo funcional em que a variável industrial desempenha o papel de agente motor na articulação das regiões. Em meados da década de 70 inicia-se a transição para o que este autor designa de modelo geográfico-ecológico, que contrapõe um interior continental à periferia litoral e em que a indústria deixou de ser um factor preponderante da localização espacial da população. Agora são o turismo e a agricultura especializada os elementos explicativos da dinâmica demográfica provincial¹⁰⁸.

Como diz Michel Drain, embora Portugal e Espanha apresentem contornos diferentes, não é menos verdade que as regiões que os constituem pertencem aos mesmos

¹⁰⁷ R. Perpiña Grau, *Corología. Teoría estructural y estructurante de la población de España (1900-1950)*, Madrid, CSIC, 1954. Cf. Jacinto Rodríguez Osuna, “Desequilibrios espaciales en la España de los siglos XIX y XX”, *Revista de Invesigaciones Sociológicas*, Julio-Septiembre, 1983, pp. 9-29.

¹⁰⁸ «El desequilibrio es también espacial entre la amplísima España continental, que nosotros hemos definido como Interior o periferia funcional, y la España periférica en términos geográficos, costera y precostera, cuyo potencial y grado de urbanización es sensiblemente mayor, lo que se explica cumplidamente en virtud del que hemos denominado modelo ecológico. Todavía más acusado es el diferencial entre España metropolitana y no metropolitana, a favor de la primera, y en correspondencia com el modelo ecológico.» (M. Ferrer Regales, J.J. Calvo Miranda, *Declive demografico. Cambio urbano y crisis rural. Las transformaciones recientes de la población de España*, Pamplona, EUNSA, 1994, p. 243). Ver também de Ferrer Regales “Redistribución espacial y jerárquica de la población española” in *Análisis del desarrollo de la población española en el período 1970-1986*, Madrid, Síntesis, 1989, pp.

conjuntos: o Norte atlântico, o Sul mediterrâneo, o interior continental. O que varia é o peso relativo destes conjuntos: em Espanha o interior, pela sua extensão, tem um peso maior; em Portugal, o eixo vital são as costas atlânticas¹⁰⁹. Partilham do mesmo fenómeno, o despovoamento e enfraquecimento das actividades produtivas do centro da Península, que se tem acentuado por causa do desenvolvimento do litoral. Contudo, os resultados não foram exactamente os mesmos nos dois países, pois enquanto em Portugal se nota um acentuado contraste interior/litoral, com um litoral polarizado por dois pólos urbanos, em Espanha conseguiu-se estabelecer um certo equilíbrio entre Madrid e as regiões periféricas¹¹⁰.

A população portuguesa, a par das diferenças geográficas naturais¹¹¹, tem-se progressivamente distribuído de forma desigual pelo território nacional - estamos apenas a referir-nos ao actual século, já que uma análise dos séculos anteriores afastar-se-ia do âmbito cronológico que nos propusemos tratar. Também as componentes do movimento natural (fecundidade, natalidade e mortalidade, total e infantil) evoluíram segundo diferentes padrões de distribuição geográfica, *norte/sul, litoral/interior*. Até à década de 1940-50 o país cresceu, de forma mais ou menos moderada, observando-se mesmo, na década de 30, uma taxa de crescimento relativamente elevada - período em que o território nacional se mostra mais homogéneo. Esta homogeneidade começa a desaparecer no decénio seguinte, 1940-50, embora o crescimento se mantenha. Nos anos que se seguem, a par de uma desaceleração do ritmo de crescimento, as disparidades regionais de concentração populacional começam a tornar-se visíveis, sobretudo a que distingue o

13-27.

¹⁰⁹ *Geografia da Península Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., p. 30.

¹¹⁰ Michel Drain, "Les identités régionales de la Péninsule Ibérique" in *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du sud-ouest*. Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du Portugal-Aquitaine, Paris, CENPA, 1991, p. 29.

¹¹¹ Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico...*, pp.144-164, 188.

litoral do interior, primeiro, e depois não de todo o litoral, mas principalmente em redor dos principais pólos urbanos, Lisboa e Porto. Paralelamente, as regiões do interior perdem população a um ritmo acelerado, desequilíbrio que se tem mantido como o comprovam os resultados do censo de 1991, embora com contornos menos vincados e uma menor polarização daqueles centros urbanos.

Quanto à estrutura da população portuguesa, podemos verificar que enquanto o país se manteve relativamente jovem, as assimetrias regionais não foram significativas. Mas a partir da década de 30, época que marca um progressivo envelhecimento na base, o norte mantém-se mais jovem do que o sul, ainda que estas diferenças se atenuem ao longo dos anos devido ao êxodo para o litoral e à queda da natalidade. Já no que diz respeito ao envelhecimento no topo a orientação é diferente: é todo o interior, de norte a sul, que envelhece, consequência do aumento do peso do grupo dos maiores de 65 anos, sobretudo a partir dos anos 60, enquanto no litoral essa proporção se mantém em níveis mais baixos.

Se analisarmos a evolução dos níveis de mortalidade, e principalmente da mortalidade infantil, observamos um declínio generalizado daquela variável microdemográfica¹¹², o que dificulta uma leitura clara das assimetrias, embora as regiões do sul e do norte e centro interior exibam níveis mais elevados. No tocante à mortalidade infantil, apesar do referido generalizado declínio, as diferenças regionais aparecem mais claramente delimitadas: é o norte que regista valores mais elevados. De igual modo, a natalidade é mais elevada nas regiões do norte do país do que nas do sul. E mesmo quando o decréscimo se estende por todo o território¹¹³, ainda que com ritmos diferentes,

¹¹² Ver M^a da Graça Morais, *A transição da mortalidade e estruturas de causas de morte em Portugal continental durante o século XX*, Dissertação de Doutoramento na Universidade de Évora, Évora, 1999 (policopiada).

¹¹³ A cronologia do declínio não é linear: entre os anos 30 e 40 há uma diminuição para estabilizar depois até à década de 60 e voltar novamente a diminuir. Sobre a evolução da natalidade em Portugal cf.

esta assimetria persiste. Note-se a intensidade do declínio que fez com que a partir de 1982 se deixasse de assegurar a substituição das gerações¹¹⁴, realidade que já era sentida em algumas regiões do país.

Também a dinâmica migratória não pode deixar de ser associada a esta evolução devido à influência que exerce na configuração da dimensão, estrutura e distribuição de uma determinada população. E ainda mais porque a emigração como fenómeno estrutural tem marcado a história da sociedade portuguesa. Marcas, com destinos e cadências diferentes, mas que determinaram, em grande parte, o crescimento da população portuguesa. As fases de grande emigração e a sua redução, o retorno dos que tinham ido para a Europa ou dos que estavam nas ex-colónias, influenciaram, sem dúvida, o ritmo do crescimento. Por outro lado, ao actuar principalmente sobre as idades mais activas, os movimentos migratórios podem conduzir a uma diminuição (ou aumento, no caso da imigração) dos nascimentos resultantes das saídas (ou entradas) de indivíduos situados na faixa etária coincidente com a fase de criação de uma família, além de que modificam a estrutura da população residente – aspectos que tanto resultam de movimentos migratórios que têm como destino outros países, como da mobilidade inter e intra-regional. Ora as migrações internas tiveram um papel fundamental na distribuição espacial da população portuguesa, sobretudo na segunda metade do século, embora a intensidade dos fluxos tenha variado. Como o destino destes emigrantes foi sobretudo os centros

J.M. Nazareth, "Aspects regionaux de l'évolution de la fécondité au Portugal (période 1930-1970)", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 22, 1975/1976, pp.47-95; "Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa", *Análise Social*, vol. XXIII (52), 1977, pp. 901-986; *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979, pp. 85-114; Custódio Cónim, M^a José Carrilho, *Situação demográfica e perspectivas de evolução, Portugal 1960-2000*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989, pp. 33-44; M^a Luís Rocha Pinto. "As tendências demográficas", in *Portugal 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 304-306; Mário Leston Bandeira, *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa, INCM, 1996.

¹¹⁴ Maria José Carrilho, João Peixoto, "A evolução demográfica de Portugal entre 1981 e 1991", *Estudos Demográficos*, nº 31, 1993, pp.7-8.

urbano-industriais do litoral, Lisboa e Porto e as suas áreas metropolitanas, as assimetrias regionais vincaram-se ainda mais. É a *litoralização* e a *bipolarização* do país, parafraseando Nazareth¹¹⁵. Este reforço do peso demográfico do litoral teve como contrapartida um interior que se esvaziou de norte a sul, mesmo quando a bipolarização se atenuou.

Podemos então concluir que os movimentos natural e migratório têm orientações bem definidas: o primeiro norte/sul e o segundo interior/litoral¹¹⁶. Estamos, assim, perante uma mapa em que a faixa atlântica adquiriu forte preponderância devido a uma maior densidade populacional e a um maior desenvolvimento. Basta analisar alguns indicadores económicos e sociais. As actividades concentraram-se no litoral, enquanto o interior se mostra incapaz de acompanhar este ritmo, ou até mesmo vê perder a sua importância demográfica e regista recuos na sua actividade económica. A litoralização não é, todavia, um fenómeno contínuo. Desenvolve-se em “L”, com uma linha ocidental, desde Caminha até Setúbal/Sines, e outra que percorre o litoral algarvio de Lagos a Vila Real de Santo António. Também pode dizer-se que a «litoralização (...) penetra tanto mais para o interior, quanto mais facilidades dão as vias de circulação de pessoas e bens; é desta forma que o litoral penetra mais para o interior ao longo do Tejo (...), que o Porto sobe pelo Douro e que o Algarve, marítimo e urbano, é apenas uma estreita faixa paralela à linha de costa.»¹¹⁷. Discontinuidade espacial, porque não é equivalente em toda a faixa litoral, mas também temporal, já que este é um processo que conheceu oscilações, tanto em relação ao resto do país, como no seu interior.

Significa, por outro lado, que se assistiu a uma dissimetria crescente entre o

¹¹⁵ *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p.120.

¹¹⁶ J. M. Nazareth, *Portugal os próximos 20 anos. Unidade e diversidade da demografia portuguesa*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1988, III vol., pp. 58-78.

¹¹⁷ Jorge Gaspar, *op. cit.*, p. 111.

povoamento denso que caracteriza o litoral e um certo vazio de muitas regiões do interior onde sobressaem algumas aglomerações, correspondendo a cidades de média dimensão e às principais sedes de concelho, que concentram uma percentagem assinalável das populações dessas regiões.

A análise da evolução dos movimentos natural e migratório em Espanha, permite, igualmente, descobrir padrões de distribuição geográfica – é a dicotomia norte e este em oposição ao oeste interior que mais se evidencia ao longo do século XX. Observam-se, é certo, zonas de transição e variações que se afastam deste padrão mas, generalizando, podemos dizer que estamos perante uma Espanha desenvolvida que se distingue de uma Espanha empobrecida, e isto em vários níveis de análise.

Centremo-nos no nível demográfico. Apesar da diminuição da mortalidade, que se deu a par do retrocesso da fecundidade, a população espanhola cresceu mais durante o século XX do que em qualquer outra altura da sua história demográfica moderna. A principal responsável por este crescimento foi a mortalidade, cuja queda precedeu o retrocesso da fecundidade. Mas foi entre 1960 e 1975 que o crescimento foi mais acentuado, apesar das migrações, devido ao elevado crescimento natural¹¹⁸. A partir de então a natalidade reinicia a sua secular tendência decrescente, de tal modo que a partir de 1981, Espanha deixa de renovar as suas gerações, antecipando-se um ano a Portugal, embora já desde 1976 esta situação se verificasse em algumas províncias do noroeste. Na verdade, apesar da descida generalizada dos índices de fecundidade, o país está longe de ser homogéneo: são as províncias do norte, este e centro que registam valores mais baixos do índice sintético de fecundidade e as meridionais, insulares e as mais industrializadas, as

¹¹⁸ Cf. Isabel Pujadas, Montserrat Solsona, “La población de España de 1900 a 1975 a nivel nacional y provincial, *Papers de Demografia*, nº 33, Barcelona, Centre d’ Estudis Demogràfics/Universitat Autònoma de Barcelona, 1989; Fernando Gil Alonso, Anna Cabré, “El crecimiento natural de la población española y sus determinantes” in *Dinámica de la población en España...*, pp. 47-144

que têm valores mais elevados¹¹⁹, embora na última década as comunidades mais industrializadas tenham sofrido uma diminuição dos seus níveis de fecundidade. As razões desta dicotomia prendem-se, em parte, com a estrutura das populações aí residentes, uma vez que são aquelas que têm uma estrutura etária mais envelhecida. Não podemos esquecer que estas foram regiões de emigração, durante os anos 50.

Relativamente ao comportamento territorial da mortalidade, a partir da Guerra Civil houve uma rápida homogeneização entre as diferentes regiões, embora ainda nos anos 60 se pudesse estabelecer uma clara dicotomia entre as regiões litorais e províncias urbanas como Madrid, de baixa mortalidade, e as restantes províncias do interior, estas caracterizadas por uma elevada mortalidade relativa. É a partir da década de 70 que se produz a ruptura deste esquema territorial da mortalidade, que opunha as zonas do litoral às do interior, sendo substituído por outro que vai opor o norte ao sul. Entre 1970 e 1991 são as comunidades autónomas mais envelhecidas que têm um agravamento dos seus níveis de mortalidade (caso das Astúrias, Galiza, Aragão, as duas Castelas e a Extremadura)¹²⁰. No que diz respeito à mortalidade infantil¹²¹, que durante os primeiros anos do século foi a componente mais importante da mortalidade total, mantém semelhanças com os padrões de desigualdade espacial da mortalidade geral. Será a partir dos anos 70 que, em algumas províncias andaluzas e no norte litoral, se produz um aumento da mortalidade infantil, contrariando os níveis baixos que as caracterizavam até então. É, no entanto, o interior da Península, mais concretamente o interior centro-oeste e noroeste, que tem os níveis mais elevados de mortalidade desde princípios do século. Por

¹¹⁹ Margarita Delgado Perez, "La evolución reciente de la fecundidad en España dentro del contexto europeo", *Demografía, Serie Artículos y Ponencias*, CSIC/Instituto de Demografía, nº 1, Novembro, 1988.

¹²⁰ Ver Rosa Gómez Redondo, "La mortalidad de la España actual", *Política y Sociedad*, 26, 1997, pp.41-61.

¹²¹ Sobre a evolução da mortalidade infantil ao longo do século XX cf. Rosa Gómez Redondo, *La mortalidad infantil española en el siglo XX*, Madrid, Siglo XXI/CSIC, 1992.

outro lado, segundo observa Rosa Gómez Redondo, na evolução da distribuição geográfica da mortalidade infantil em Espanha há uma tendência “a que la “*mancha*” de máximos niveles de mortalidad infantil se desplace hacia el oeste y hacia el norte”, com exceção da década de 70 “durante la cual parece que algunas provincias andaluzas empeoran su posición relativa en el conjunto de España”¹²².

Tal como em Portugal, vão ser os movimentos migratórios que se transformaram nos principais protagonistas da diferenciação regional da população espanhola. Se, numa primeira fase, atenuaram as disparidades regionais, uma vez que as regiões emigratórias eram geralmente caracterizadas por um elevado crescimento natural, a sua continuação e intensidade acabaram por alterar as estruturas de idade da população, tanto nos locais de origem como nos de destino. Foram, igualmente, as províncias do interior que protagonizaram o êxodo rural, alimentando umas poucas províncias e cidades – todas do litoral, menos Madrid –, onde se concentrou a população, e que cresceram a um ritmo superior ao do conjunto do país. O período em que se agudizaram as assimetrias geodemográficas foram os anos que mediam entre 1950 e 1975, coincidindo com uma fase de modernização da economia. É então que se produzem os maiores aumentos e as maiores perdas de população, sem precedentes em períodos anteriores. O resultado é o tão falado despovoamento do interior, salvo em algumas províncias que conseguem criar um certo dinamismo, fruto de um processo de industrialização que então inicia o seu desenvolvimento (caso de Valladolid, Zaragoza, Navarra, La Rioja). A partir de 1975, os fluxos migratórios diminuem de intensidade, ou até mudam de sentido, e a queda da fecundidade generaliza-se, pelo que se tende para a uniformização do território, reduzindo-se o leque dos valores extremos. Nos últimos dois períodos inter-censitários, apesar da dinâmica da população já não estar dependente dos fluxos migratórios, continua

¹²² *La mortalidad infantil española en el siglo XX...*, p. 55.

de certa forma condicionada por eles, devido aos desequilíbrios da distribuição espacial, com zonas de forte concentração, a que se sucedem outras, muito mais extensas, de acentuado despovoamento e marcadamente envelhecidas. Também aqui o interior está mais envelhecido que o litoral, sendo que o mapa do envelhecimento corresponde, na generalidade, ao da emigração.

3. A fronteira

Interior que, para além de estar demograficamente envelhecido e geograficamente marginal, enfrenta uma dupla condição que acentua as consequências dos efeitos desta localização: a sua situação periférica face a um litoral que, no contexto nacional, concentra as principais estruturas produtivas, centros de decisão política e equipamentos sociais; a sua condição, enquanto fronteira luso-espanhola e a sua inclusão num espaço mais vasto que a integração destes países na Europa comunitária veio permitir. A marginalidade que define esta fronteira decorre, em grande medida, do modelo de desenvolvimento que aqui tem vigorado, isto é, a fronteira concebida como um espaço de divisão, de limite, logo pouco atractiva, de acessibilidades difíceis, com relativo atraso e imobilismo económico e grande vulnerabilidade às crises. De tal modo que se torna incapaz de gerar dinâmicas de desenvolvimento, o que se tem traduzido, como já referimos, numa acentuada recessão demográfica e económica. Dificulta, além disso, o aparecimento ou manutenção de actividades e serviços e mantém uma certa tendência

tradicionalmente repulsiva, embora o processo de envelhecimento tenha levado a uma diminuição do potencial migrante, o que deu origem a uma decréscimo natural do volume das saídas.

A localização da região fronteiriça nos dois países ibéricos, eles próprios periféricos, não só na Comunidade Europeia, mas até no conjunto do continente europeu, reforçou o subdesenvolvimento e a carga negativa que lhe é associada. Apesar do *efeito* fronteira afectar todas as regiões raianas, isso não significa que não se observem dissimetrias e disparidades internas. Esta fronteira aparece, pois, como uma região marginal devido a este carácter marcadamente periférico que não encontra semelhanças com outras fronteiras internas da União Europeia, melhor situadas relativamente aos centros e áreas de decisão político-económica e menos extensas.

De tanto repetido tornou-se um lugar comum, mas que também aqui se impõe reiterar. A fronteira luso-espanhola é a fronteira mais antiga e estável da Europa, já que se encontra fixada nas suas linhas gerais há sete séculos. O fim da Reconquista Cristã da Península Ibérica, a fronteira ficou definitivamente consolidada no final do século XIII, por acordo entre Portugal e o Reino de Castela (Tratado de Alcañices em 1297). Nem as guerras entre os dois estados peninsulares, nem a união entre as duas coroas (1580-1640) puseram em causa este limite político. Os territórios raianos foram sendo colonizados, em função de uma estratégia de defesa de que as muralhas medievais, e as fortificações que as remodelaram, são testemunho. Parece que a fronteira, ao manter-se como linha separadora e defensiva, contribuiu para o seu isolamento, carácter que se acentua nos momentos de maior rivalidade entre ambos os estados. A centralização política e económica que caracteriza os estados modernos a partir do século XVIII, vai criar um tipo de relações que em nada beneficiaram os mercados regionais fronteiriços. A marginalização destas regiões face a um litoral, que cada vez mais concentra o

crescimento e as iniciativas económicas, é bem o reflexo do processo político centralizador dos dois estados peninsulares. O posterior desenvolvimento urbano e industrial só vem acentuar o seu carácter periférico e evidenciar as consequências do *efeito fronteira*. Além disso, a progressiva descapitalização destas zonas tem dificultado o desenvolvimento de actividades que impeçam o êxodo da população e criem estímulos renovadores¹²³.

Sendo assim, a referida concepção de fronteira, como espaço de divisão, tem raízes históricas, fruto de hostilidades e tensões que se geraram entre os dois países ibéricos e que não deixaram criar potencialidades produtivas para o desenvolvimento do mercado, com excepção de alguns (poucos) núcleos. Ainda mais porque, já o dissemos, a individualização de Portugal se fez em grande parte em concorrência, e até mesmo oposição, relativamente a Espanha. Economicamente os dois países estiveram durante muito tempo de costas voltadas, e o território espanhol representava um obstáculo que dificultava as ligações terrestres com o resto da Europa. Na realidade, esta fronteira terrestre é mais importante para Portugal do que para o seu vizinho, pois é a única estrada para a Europa, entrada e saída de mercadorias, turistas e emigrantes.

Estes condicionamentos foram originando atrasos estruturais marcados pela estagnação económica e a debilidade social, pelo êxodo, o isolamento e a perificidade, tornando a generalidade destas regiões incapazes de atraírem investimentos e potenciarem os recursos endógenos de forma a reter as suas populações. Caso do processo de despovoamento, comum aos dois lados da fronteira, embora com características distintas. Enquanto do lado espanhol se assistiu, sobretudo, ao abandono dos aglomerados rurais,

¹²³ Francisco Sánchez López, Valentín Cabero Diéguez, *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteiriza de Salamanca*, Salamanca, Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología, CSIC/Departamento de Geografía de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Salamanca, 1994, pp. 54-58.

do lado de cá houve um êxodo que se generalizou tanto aos aglomerados rurais como aos urbanos. O resultado foi, no entanto, o mesmo: a marginalização destas regiões raianas e a incapacidade em ultrapassarem a recessão demográfica e económica.

Por isso, já nos anos 70 a denominavam «a mais notável e extensa concentração de subdesenvolvimento da Europa»¹²⁴. Os autores deste epíteto, Antonio Pintado e Eduardo Barrenechea, fizeram um périplo em torno da fronteira que separa os dois países ibéricos, durante vinte e um dias, percorrendo cinco mil quilómetros. O resultado foi um relato pormenorizado da «viagem a essa grande região marginalizada, grande berço de pobreza e atraso (salpicada, quase só do lado espanhol, por três ou quatro oásis de relativa pujança, cujo efeito é realçar ainda mais o *deserto* circundante)»¹²⁵, composta por uma crónica da viagem propriamente dita e por uma descrição mais técnica e económica destas regiões. Este retrato desolador coincide com uma época de êxodo rural e emigração cujos efeitos se prolongam aos anos seguintes agravando, ainda mais, aquelas tendências. Assim, a raia de Portugal, ou de Espanha, depende do nosso posicionamento, não perde o seu carácter de área marginal, de subdesenvolvimento, de vazio, de ruralidade. Referências que continuam a ser repetidas nos estudos que lhe fazem menção¹²⁶. E isto porque, como

¹²⁴ Antonio Pintado, Eduardo Barrenechea, *A raia de Portugal, a fronteira do subdesenvolvimento*, Porto, Afrontamento, 1974, p. 9.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ Cf. *Acta, ponencias, comunicaciones – III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984; *Encuentros/Encontros de Ajuda. Olivenza 18-19-20 Octubre 1985. Actas, ponencias y comunicaciones*, Salamanca, Diputación Provincial de Badajoz, 1987; F. Marques Reigado (coord.), *Estudo do desenvolvimento transfronteiriço da Raia Central. Caracterização*, Covilhã, CEDRU/UBI, 1992; Luis Carames, Alberto Meixide, *Estudio de la región transfronteriza de Minho/Pontevedra.Ourense*, Universidad de Santiago de Compostela, 1992 (policopiado); *Estudo sobre a região transfronteiriça de Trás-os-Montes/Zamora*, Lisboa, CEDRU, 1992; Francisco Sánchez López, Valentin Cabero Diéguez, *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*, Salamanca, Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología, CSIC/Dep. de Geografía de la Facultad de Geografía y Historia de la Universidad de Salamanca, 1994.; Lorenzo López Trigo (coord.), *Zamora. Un espacio de frontera*, Zamora, Fundación Hispano-Portuguesa «Rei Afonso Henriques», 1994; *Algarve, Alentejo, Andalucía. Articulación territorial transfronteriza/Articulação territorial transfronteiriça*, Sevilla, Junta de Andalucía/Unión Europea/Comissão de Coordenação da Região do Algarve/Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1995; *La cooperación de Castilla y León con Portugal/Jornadas sobre relaciones transfronterizas, 4-5 octubre de 1994*, Valladolid, Cortes de Castilla y León, 1995,

referem Francisco López e Valentín Cabero, esta fronteira apresenta as características próprias das áreas deprimidas: existência de obstáculos físicos ou limitações derivadas do meio ecológico; debilidade demográfica provocada pela forte perda de população nas últimas décadas; inexistência de actividades económicas complementares, com diversificação e solidez que possibilitem um desenvolvimento endógeno, deficiências ao nível do equipamento e carências de estruturas, nomeadamente viárias¹²⁷.

Quando falamos deste espaço periférico estamos a referir-nos a uma área que ocupa quase 137 mil km², o maior território fronteiriço entre dois estados comunitários até 1995 (ver *Quadro 2*). Neste ano, com a adesão da Suécia e da Finlândia à União Europeia, a fronteira luso-espanhola passa para o segundo lugar da área ocupada pelas regiões NUTS III que contactam directamente com a linha de fronteira, embora as suas características específicas a façam única no seio das áreas fronteiriças terrestres intra-comunitárias.

A fronteira que separa os dois países ibéricos representava, aquando da entrada destes países para a Comunidade, 1.6 % da população da Europa dos 12, mas dez anos depois o seu peso relativo já só era de 1.4 %, se considerarmos a Europa dos 15. Por seu lado à área ocupada pelas NUTS III da fronteira luso-espanhola, representava 6 % do território comunitário tal como estava constituído antes das últimas adesões e da integração da ex-RDA.

Carmina Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995; Antonio Campesino Fernández, Carmen Velasco Bernardo (coord.), *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitario. Actas, ponencias y comunicaciones. VII Coloquio Ibérico de Geografía*, Cáceres, Univ. de la Extremadura, 1996; Pedro Salvado, *Relações transfronteiriças na raia do Concelho de Idanha-a-Nova: tempo, espaços e memória, Dissertação de Mestrado na FCSH da UNL, Lisboa., 1996*; Lorenzo López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996...*; Ana Isabel Salvador Mendes, *Ordenamento do território numa região transfronteiriça - Baixo Alentejo-Algarve-Huelva, Dissertação de Mestrado na FCT da UNL, Lisboa, 1997.*

¹²⁷ Francisco Sánchez López, Valentín Cabero Diéguez, *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa...*, p. 49.

A região que bordeia os 1215 Km que separam Portugal e Espanha apresenta características diferenciadas, pelo que dificilmente se pode falar em “fronteira natural”, isto é, não foram os acidentes naturais que prefiguraram a fronteira política, assunto que conduziu polémicas mais ou menos recentes. Os rios (Minho, Douro, Tejo, Guadiana, para só referir os mais importantes), a planura e as montanhas revezam-se no enquadramento deste limite e das «faixas de território cuja identidade deriva da sua localização raiana (...)»¹²⁸. As regiões de fronteira reconhecem-se, portanto, por um conjunto de características dependentes da sua posição periférica, que influencia o ordenamento do território em ambos os lados e condiciona a circulação de pessoas e bens à maior ou menor permeabilidade dos controlos físicos e institucionais. É certo que existem recursos e potencialidades de desenvolvimento, mas as alternativas de emprego e de ocupação não agrícola são, nestas regiões, mais limitadas, pelo que continua o êxodo dos mais jovens, embora menos intenso, pois o potencial migrante também se vai esgotando.

Esta fronteira, que limita geograficamente os dois países peninsulares, identifica-se principalmente com *interior*, já que as regiões fronteiriças costeiras são relativa e comparativamente pouco extensas. E *interior* tem uma conotação valorativa que não advém exclusivamente da sua mera localização geográfica. A carga negativa que lhe é atribuída associa rapidamente estas regiões a subdesenvolvimento, imobilismo e abandono, associação que já remonta aos anos 70. Por isso, esta vasta área aparece como a região fronteiriça menos desenvolvida, entre dois estados comunitários, interior do interior, que contrasta, a nível socioeconómico, com a maior parte das outras regiões de fronteira da Comunidade que apresentam níveis superiores de desenvolvimento. Este

¹²⁸ Carminda Cavaco, “Fronteira Portugal –Espanha e individualidade territorial...”, p.159; López Trigal, “La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial” in *La*

carácter de periferia traduziu-se na sua identificação como regiões com atraso de desenvolvimento (objectivo 1) quando elegíveis para apoio através dos fundos estruturais comunitários, classificação que se mantém inalterável desde 1988. É aliás a única fronteira intra-comunitária, juntamente com a que separa as duas Irlandas, em que a totalidade das regiões que a delimitam são abrangidas pelo objectivo 1, o que significa que «são regiões (...) cujo PIB por habitante, com base nos dados dos últimos três anos, é inferior a 75 % da média comunitária.»¹²⁹.

Na verdade, nem todas as fronteiras são iguais, nem a sua proximidade significa necessariamente subdesenvolvimento. Vejam-se os dados do PIB per capita (em paridade de poder de compra) que calculámos¹³⁰ para as regiões que fazem fronteira com outros Estados-membros (*Quadro 5*).

cooperación de Castilla y León com Portugal..., pp. 21-28.

¹²⁹ JO n° L 185/9 de 15/7/88. Sobre as regiões fronteiriças e fundos estruturais cf. Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório periódico...*, pp.109-112.

¹³⁰ Calculámos o PIB per capita, em paridade de poder de compra, para os anos de 1991 e 1996 já que aquele ano é o primeiro em que o EUROSTAT dispõe destes dados para as NUTS III portuguesas (para anos anteriores apenas se dispõe de dados para o nível II das NUTS) e 1996 porque limita cronologicamente a nossa análise. Por outro lado, optámos por utilizar sempre como referente a Europa dos 15, de modo a dar maior comparabilidade à informação disponível, o que significa que não só se incluem os "Länder" da ex-RDA, como se consideram, nos dois anos, a Suécia, Finlândia e a Áustria. Para a discriminação das NUTS III que delimitam as fronteiras terrestres internas da comunidade utilizámos a versão de Março de 1995 das Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas (EUROSTAT, *Regiões. Nomenclator das unidades territoriais estatísticas. NUTS, Março de 1995...*).

**Quadro 5 - PIB per capita nas fronteiras internas (em Paridade Poder de Compra)
EUR 15 = 100**

| | NUTS III | 1991 | 1996 |
|---------------------------|----------------------------|-------------------------|-------|
| <i>Espanha / França</i> | Guipúzcoa | 95,9 | 94,3 |
| | Comunidad Foral de Navarra | 98,7 | 97,8 |
| | Huesca | 85,5 | 89,1 |
| | Gerona | 105,0 | 104,1 |
| | Lérida | 95,3 | 101,9 |
| | Pyrénées-Atlantiques | 98,6 | 93,9 |
| | Ariège | 74,7 | 72,3 |
| | Haute-Garonne | 108,4 | 97,8 |
| | Hautes-Pyrénées | 87,7 | 85,4 |
| | Pyrénées-Orientales | 79,8 | 74,4 |
| | <i>França / Itália</i> | Alpes-de-Haute-Provence | 91,5 |
| Hautes-Alpes | | 98,6 | 88,2 |
| Alpes-Maritimes | | 105,4 | 96,1 |
| Savoie | | 108,9 | 99,9 |
| Haute-Savoie | | 106,1 | 93,4 |
| Valle d'Aosta | | 131,1 | 133,1 |
| Torino | | : | : |
| Cuneo | | : | : |
| Imperia | : | : | |
| <i>França / Alemanha</i> | Bas-Rhin | 112,6 | 106,6 |
| | Haut-Rhin | 107,2 | 102,4 |
| | Moselle | 93,8 | 88,4 |
| | Rastatt | 128,2 | 119,1 |
| | Breisgau-Hochschwarzwald | 86,2 | 84,7 |
| | Emmendingen | 86,1 | 85,5 |
| | Ortenaukreis | 125,8 | 115,8 |
| | Lörrach | 107,6 | 101,2 |
| | Germersheim | 106,0 | 85,3 |
| | Südliche Weinstraße | 66,2 | 58,8 |
| | Südwestpfalz | 51,1 | 46,0 |
| | Saarbrücken, Stadtverband | 144,7 | 142,1 |
| | Merzig-Wadern | 82,7 | 75,7 |
| | Saarlouis | 95,0 | 90,3 |
| Saarpfalz-Kreis | 113,8 | 108,2 | |
| <i>Itália / Áustria</i> | Bolzano-Bozen | : | : |
| | Belluno | : | : |
| | Udine | : | : |
| | Klagenfurt-Villach | 102,0 | 107,8 |
| | Oberkärnten | 82,1 | 78,7 |
| | Innsbruck | 110,9 | 110,8 |
| | Osttirol | 77,4 | 87,1 |
| | Tiroler Oberland | 96,4 | 98,7 |
| | Tiroler Unterland | 108,4 | 111,3 |
| | Pinzgau-Pongau | 97,3 | 103,9 |
| <i>Áustria / Alemanha</i> | Innviertel | 70,1 | 73,2 |
| | Mühlviertel | 56,3 | 60,9 |
| | Pinzgau-Pongau | 97,3 | 103,9 |

| | NUTS III | 1991 | 1996 |
|--------------------------|----------------------------|-------|-------|
| | Salzburg und Umgebung | 127,6 | 131,0 |
| | Außerfern | 108,6 | 110,4 |
| | Innsbruck | 110,9 | 110,8 |
| | Tiroler Unterland | 108,4 | 111,3 |
| | Bludenz-Bregenzer Wald | 116,1 | 124,9 |
| | Rheintal-Bodenseegebiet | 103,5 | 108,0 |
| | Bodenseekreis | 121,2 | 111,4 |
| | Altötting | 117,2 | 111,6 |
| | Berchtesgadener Land | 103,8 | 107,9 |
| | Bad Tölz-Wolfratshausen | 92,4 | 83,8 |
| | Garmisch-Partenkirchen | 94,9 | 96,4 |
| | Miesbach | 95,6 | 93,6 |
| | Rosenheim, Landkreis | 82,2 | 82,7 |
| | Traunstein | 100,9 | 100,2 |
| | Passau, Kreisfreie Stadt | 169,3 | 182,3 |
| | Freyung-Grafenau | 71,0 | 72,3 |
| | Passau, Landkreis | 76,5 | 75,3 |
| | Rottal-Inn | 80,5 | 85,0 |
| | Lindau (Bodensee) | 103,3 | 107,5 |
| | Ostallgäu | 94,8 | 91,3 |
| | Oberallgäu | 89,3 | 84,3 |
| <i>França / Bélgica</i> | Ardennes | 89,2 | 82,3 |
| | Aisne | 93,1 | 88,0 |
| | Nord | 96,7 | 90,5 |
| | Meurthe-et-Moselle | 93,3 | 87,8 |
| | Meuse | 89,5 | 85,9 |
| | Ieper | 87,9 | 98,4 |
| | Veurne | 139,8 | 148,1 |
| | Ath | 68,3 | 69,3 |
| | Mons | 80,2 | 84,0 |
| | Mouscron | 82,2 | 99,1 |
| | Thuin | 61,2 | 58,9 |
| | Tournai | 83,4 | 85,2 |
| | Arlon | 91,4 | 100,0 |
| | Neufchâteau | 93,9 | 96,1 |
| | Virton | 85,1 | 76,7 |
| | Dinant | 82,2 | 87,6 |
| | Philippeville | 64,4 | 67,3 |
| | Kortrijk | 104,2 | 111,5 |
| <i>Bélgica / Holanda</i> | Antwerpen (Arrondissement) | 148,6 | 157,7 |
| | Brugge | 120,7 | 127,9 |
| | Turnhout | 108,2 | 115,6 |
| | Maaseik | 92,8 | 98,3 |
| | Tongeren | 66,4 | 73,8 |
| | Eeklo | 77,4 | 87,6 |
| | Sint-Niklaas | 100,1 | 103,3 |
| | Liège (Arrondissement) | 97,6 | 98,4 |
| | Zeeuwsch-Vlaanderen | 124,5 | 124,1 |
| | West-Noord-Brabant | 102,2 | 107,6 |
| | Midden-Noord-Brabant | 85,2 | 95,3 |
| | Zuidoost-Noord-Brabant | 100,5 | 112,0 |
| | Midden-Limburg | 94,9 | 99,8 |
| | Zuid-Limburg | 81,9 | 93,9 |

| | NUTS III | 1991 | 1996 |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------|-------|-------|
| <i>Bélgica / Holanda / /Alemanha</i> | Verviers | 95,2 | 99,0 |
| | Zuid-Limburg | 81,9 | 93,9 |
| | Midden-Limburg | 94,9 | 99,8 |
| | Noord-Limburg | 101,9 | 104,6 |
| | Arnhem/Nijmegen | 91,1 | 99,0 |
| | Twente | 83,5 | 90,0 |
| | Achterhoek | 85,3 | 89,1 |
| | Oost-Groningen | 62,4 | 65,9 |
| | Zuidoost-Drenthe | 100,3 | 94,4 |
| | Noord-Overijssel | 89,9 | 95,9 |
| | Emsland | 103,0 | 101,6 |
| | Grafschaft Bentheim | 87,8 | 87,0 |
| | Leer | 72,4 | 72,0 |
| | Kleve | 87,1 | 82,7 |
| | Viersen | 88,2 | 85,9 |
| | Aachen, Kreisfreie Stadt | 138,5 | 140,0 |
| | Aachen, Landkreis | 85,0 | 83,1 |
| | Euskirchen | 87,0 | 82,8 |
| | Heinsberg | 80,5 | 75,4 |
| | Borken | 100,8 | 95,4 |
| Bitburg-Prüm | 77,1 | 72,4 | |
| Daun | 85,7 | 75,5 | |
| <i>Alemanha / Dinamarca</i> | Flensburg, Kreisfreie Stadt | 151,7 | 151,8 |
| | Nordfriesland | 93,5 | 95,8 |
| | Schleswig-Flensburg | 79,1 | 77,4 |
| | Sønderjyllands amt | 102,2 | 119,0 |
| <i>Irlanda/Irlanda do Norte</i> | Border | 63,1 | 77,5 |
| | Northern Ireland | 76,0 | 80,8 |
| <i>Luxemburgo / França/ /Bélgica / Alemanha</i> | Luxembourg | 154,9 | 168,2 |
| | Moselle | 93,8 | 88,4 |
| | Meurthe-et-Moselle | 93,3 | 87,8 |
| | Arlon | 91,4 | 100,0 |
| | Bastogne | 83,9 | 101,8 |
| | Verviers | 95,2 | 99,0 |
| | Merzig-Wadern | 82,7 | 75,7 |
| | Bitburg-Prüm | 77,1 | 72,4 |
| | Trier-Saarburg | 52,9 | 51,3 |
| <i>Suécia / Finlândia</i> | Norrbottnens län | 101,5 | 99,9 |
| | Lappi | 82,4 | 80,2 |
| <i>Portugal / Espanha</i> | Minho-Lima | 38,0 | 47,7 |
| | Cávado | 44,0 | 57,9 |
| | Douro | 45,9 | 54,7 |
| | Alto Trás-os-Montes | 40,5 | 46,2 |
| | Beira Interior Norte | 43,8 | 49,6 |
| | Beira Interior Sul | 50,6 | 57,5 |
| | Alto Alentejo | 47,6 | 57,1 |
| | Alentejo Central | 46,3 | 57,0 |
| | Baixo Alentejo | 44,1 | 48,1 |
| | Algarve | 66,5 | 70,8 |
| | Badajoz | 46,2 | 47,4 |
| | Cáceres | 62,9 | 65,6 |
| | Huelva | 68,1 | 61,7 |
| | Ourense | 49,1 | 58,9 |

| | | |
|-----------------|------|------|
| Pontevedra | 62,7 | 62,1 |
| Salamanca | 66,7 | 71,6 |
| Zamora | 57,9 | 64,7 |
| <i>PORTUGAL</i> | 63,3 | 70,3 |
| <i>ESPANHA</i> | 79,6 | 78,5 |

Fonte: Para os dados do GDP, EUROSTAT, Base de Dados *NewCronos*, *Statistiques/Economic accounts/Gross Domestic product indicators*. Para a população, EUROSTAT, Base de Dados *NewCronos*, *Regional Statistiques; D3 Pop*; EUROSTAT, *Statistiques démographiques 1997*, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1997, p. 42.

A diversidade é significativa. Tanto encontramos regiões com valores acima da média comunitária, como há outras em que este indicador não chega sequer a metade da média da União Europeia. Parece, assim, que ao *efeito* provocado pela localização fronteiriça, que em si mesma já tem um cariz limitativo, há que juntar outros factores como a ruralidade, os deficientes níveis de acessibilidades e de infra-estruturas, ou a debilidade demográfica. É a conjugação destes factores, e a sua confluência em determinadas regiões, que provoca o aparecimento dos tais espaços com problemas específicos de desenvolvimento. Exemplo destes espaços são as regiões que delimitam a fronteira que separa os dois países ibéricos. Aqui, os valores do PIB *per capita* não só reflectem o seu carácter periférico e marginal dentro dos respectivos países, como no seio da Comunidade. No caso de Portugal, só o Algarve sobressai, tanto em 1991 como em 1996, e em Espanha é Badajoz que se distingue pela negativa. Registe-se, todavia, que as regiões portuguesas apresentam, na generalidade, valores inferiores aos das suas congéneres espanholas.

Esta fronteira interna encontra-se, portanto, no contexto europeu, numa posição claramente desfavorável, contrastando com a situação socioeconómica da maioria das outras regiões fronteiriças da Comunidade, algumas das quais se distinguem pelo seu

elevado nível de desenvolvimento (ver *Quadro 5*). Outras, como a irlandesa, apesar da sua semelhança com a ibérica ao serem elegíveis pelo objectivo 1, ou a fronteira que separa os dois países escandinavos, apesar da sua identificação entre as regiões com menor densidade populacional da Europa comunitária¹³¹, não revelam uma debilidade tão acentuada nos valores do PIB *per capita* (ver *Quadro 5*). Aliás, estas disparidades de situações têm sido notadas em vários documentos produzidos pelas estruturas comunitárias¹³², que se referem especificamente aos casos de Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia, por oposição, por exemplo, às regiões da Renânia, Benelux, Países Baixos ou da Alemanha. Estas, beneficiando de um elevado grau de centralidade, desenvolveram complementaridades que lhes permitiram ultrapassar barreiras culturais, linguísticas, jurídicas¹³³ e beneficiar, mais efectivamente, do desaparecimento das barreiras alfandegárias. Mesmo na Península, a fronteira pirenaica, mais permeável e acessível, tem regiões como Gerona ou Haute-Garonne, com níveis de desenvolvimento que as afastam claramente dos outros espaços raianos peninsulares.

Ainda que com desigual intensidade, a raia luso-espanhola associa assim um conjunto de características que a tornaram exemplo de região que foi gerando bloqueios ao seu próprio crescimento, de tal modo que estes «territórios raianos apresentam forte

¹³¹ Entre 3 e 6 habitantes por km², segundo dados de 1996-1997 (Comissão Europeia, *Sexto relatório periódico relativo à situação socioeconómica...*, pp. 203-204).

¹³² Para além dos já citados relatórios periódicos sobre a situação das regiões veja-se Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento...*, pp. 169-173 e Comissão Europeia, *Europa 2000+ - Cooperação para o ordenamento do território...*, pp. 127-132.

¹³³ Comparando as fronteiras luso-espanhola e franco-suíça dizia Suzanne Daveau que «Cette instabilité et cette activité typiques de l'Europe moyenne sont en contraste puissant avec la stagnation économique persistante de la frontière luso-espagnole. La frontière traversée ou côtoyée par de puissants flux économiques, manifeste la puissance créatrice d'une ligne de discontinuité mettant en contact des organismes politiquement et humainement diversifiés. Celle qui court dans le «finistère» méditerranéen que constitue la Péninsule Ibérique n'a pas cette vitalité, elle est davantage obstacle que lieu de rencontre» («Caractères géographiques comparés des frontières franco-suisse et luso-espagnole» in *Études géographiques sur la montagne. Actes du 99^e Congrès National des Sociétés Savantes. Besançon, 1974*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976, p. 167).

ruralidade e acentuada dependência da produção primária.»¹³⁴, até porque não existe ao longo da fronteira uma estrutura industrial propriamente dita. Merecem, no entanto, destaque as “pontas” da raia: do lado português, Braga tem beneficiado da proximidade da área metropolitana do Porto, conjunto industrial de grande vitalidade, ainda que tenha baseado a sua actividade sobretudo nas produções tradicionais (vestuário e calçado), o que lhe pode conferir alguma fragilidade; do lado espanhol, Vigo, núcleo urbano próximo da fronteira, devido à sua actividade piscatória e portuária, desenvolveu uma florescente indústria conserveira e de construção naval, o que a transformou, apesar da sua situação periférica na Galiza e no país, no centro urbano com maior concentração de actividade económica e demográfica da região. Mais a sul, em Huelva, também cidade portuária, são as indústrias de refinação de petróleo e químicas que merecem destaque devido à sua elevada produtividade, embora ao estarem fortemente dependentes do exterior possam conhecer algum entrave ao actual nível de produção.

No resto do território raiano a actividade industrial concentra-se em algumas poucas localidades, quase sempre urbanas e relativamente afastadas da linha de fronteira, ligadas aos recursos endógenos, lanifícios, extracção e engarrafamento de águas minerais, ou relacionadas com inovações agrícolas pecuárias e florestais (conservas e sumos de frutas, azeites e espumantes, lacticínios, pasta florestal). Fruto da integração na Comunidade e das novas acessibilidades, que permitem uma maior aproximação à fronteira, às cidades espanholas e ao litoral, núcleos como Castelo Branco e Chaves conheceram, nos anos 80, uma maior dinâmica, dando resposta a solicitações mais diversificadas e com um âmbito territorial nacional e até internacional¹³⁵. Do lado

¹³⁴ Carminda Cavaco, “Um olhar sobre a fronteira Portugal-Espanha” in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único...*, p. 25.

¹³⁵ Para uma panorâmica da actividade industrial cf. *idem*, pp. 20-25; Eduardo Marques da Costa, Iva Pires, “A estrutura industrial do território raiano entre Alto Trás-os-Montes e Beira Interior Sul” in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do*

espanhol o panorama não é muito diferente, a actividade empresarial concentra-se principalmente na exploração de recursos próprios de cada zona: madeira, lã, cortiça, vinhos, pecuária, pedras ornamentais, extracção de metais¹³⁶.

Esta escassez de recursos e a debilidade do tecido industrial têm actuado como factores repulsivos da população que procura, em outros destinos, um futuro mais promissor. A sua condição de limite separador tinha já marcado, como atrás referimos, a organização territorial. E mais recentemente, sobretudo a partir dos anos 60, a forte diminuição dos seus efectivos populacionais veio acentuar a tendência para a rarefação do povoamento, acompanhado pelo progressivo abandono dos pequenos aglomerados e pela concentração tendencial da população residente nos núcleos principais (sedes de concelho e de comarcas, capitais de distrito e província ou um ou outro núcleo com alguma capacidade atractiva). Embora a redistribuição espacial da população tenha tornado relativamente mais desequilibrada a ocupação populacional desta região de fronteira, isso não significou a existência de uma rede urbana forte, bem pelo contrário. Como regista López Trigal «la red urbana de las regiones de la raya hispano-portuguesa está caracterizada por un vacío urbano casi generalizado y una presencia rural dominante (...)»¹³⁷. Pintado e Barrenechea chegaram mesmo a falar de «subdesenvolvimento urbano»¹³⁸, sobretudo do lado português, e Suzanne Daveau, a este propósito, constata a

Mercado Único..., pp. 103-143; comentário e actualização de Suzanne Daveau in O. Ribeiro, H. Lautensach, S. Daveau, *Geografia de Portugal...*, IV vol., pp. 1203-1211; J. Vilà Valentí, *La Península Ibérica*, Barcelona, Ariel, 1994, pp. 236-263; Rubén Camilo Lois González, “El eje urbano atlántico. Galicia-Norte de Portugal” in L. L. Trigal, R.L. González, F. Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...* pp. 138-139; Juan Antonio Márquez Domínguez, “El eje dinámico del litoral onubense-algarví” in L. L. Trigal, R.L. González, F. Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...* pp. 143-149.

¹³⁶ Francisco Sánchez Lopez, Valentin Cabero Diéguez, *op. cit.*, pp. 27-29; Lorenzo López Trigal, *Zamora. Un espacio de frontera*, ...pp. 142-164.

¹³⁷ López Trigal, “Las redes urbanas de la raya hispano-portuguesa” in *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...*, p. 201.

¹³⁸ *Op. cit.*, p. 187. E acrescentam que «A única franja com uma estrutura populacional mais racional dentro da fronteira do subdesenvolvimento, é a que corresponde ao sul – o Algarve – o que se deve ao seu

existência de cidades espanholas importantes a pouca distância da fronteira (Vigo, Ourense, Badajoz, Huelva) que atraem os habitantes portugueses que procuram do outro lado da fronteira serviços que no seu país estão mais distantes¹³⁹. Também López Trigal diz que esta é a fronteira interior com menores taxas de urbanização e desenvolvimento da União Europeia, «de una vasta zona estrechamente dependiente de las regiones y ciudades vecinas»¹⁴⁰. Esta debilidade do desenvolvimento urbano foi também verificada por este último autor quando, a partir de alguns indicadores¹⁴¹, procedeu à ordenação hierárquica da rede urbana dos distritos e províncias fronteiriços. Da análise dos dados ressalta que, a um nível superior urbano, apenas se encontra Vigo, capital regional e área metropolitana, que tem o único aeroporto com tráfego regular consolidado do lado espanhol. Num nível intermédio, Salamanca, Ourense, Huelva e Badajoz. Do lado português apenas Braga se destaca das outras cidades raianas, todas num nível inferior. No nível seguinte estão incluídas Cáceres, Pontevedra, Zamora, Faro-Olhão que sobressai devido à actividade turística e ao aeroporto internacional, Viana do Castelo, Évora e Castelo Branco. No nível urbano básico, pequenas cidades com 10 a 30 mil habitantes, para além das capitais de distrito, Vila Real, Bragança, Guarda, Portalegre e Beja, incluem-se outras cidades e vilas (como Chaves, Covilhã ou Elvas), em número superior do lado espanhol, que, juntamente com o agrupamento seguinte (núcleos entre os 2 e os 10 mil habitantes), se podem considerar, na maior parte dos casos «los auténticos *lugares centrales de la frontera*, en

auge turístico: para além da capital do distrito – Faro – há mais três cidades com certa individualidade. A raia com Espanha está órfã de cidades de certo porte. É significativo realmente que Badajoz pareça irradiar uma certa pujança do outro lado da fronteira onde se situam Elvas e Estremoz, que não passam de pequenos núcleos.» (*Ibidem*)

¹³⁹ “Caractères géographiques comparés des frontières franco-suisse et luso-espagnole”..., p. 166.

¹⁴⁰ López Trigal, “Las redes urbanas de la raya hispano-portuguesa”..., p. 202.

¹⁴¹ Os indicadores utilizados foram «según población y cuota de mercado (España) o establecimientos minoristas (Portugal)» (López Trigal, “Las redes urbanas de la raya hispano-portuguesa” in Lorenzo López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*...p. 203). O autor retoma esta análise in “La frontera hispano-portuguesa...” , pp. 32-35.

los que reposa la débil red urbana de este espacio periférico»¹⁴².

Comparativamente, as cidades portuguesas da raia têm um peso demográfico inferior, embora seja necessário relativizar quando integradas no sistema urbano nacional. Se considerarmos o limiar do dez mil efectivos como definidor de centro urbano, seguindo um critério estritamente demográfico¹⁴³, as cidades da raia oscilavam, em 1991, entre os quase 12 mil habitantes de Chaves e os mais de 80 mil de Braga. É o Algarve que, tanto em 81 como em 91, tem mais núcleos (quatro) com dimensões que implicam características urbanas. Na maioria das outras NUTS III de fronteira apenas existem uma ou duas cidades ou, no outro extremo, o Minho-Lima que, em 1991, só tem centros com uma população inferior a dez mil habitantes, pois Viana do Castelo sofre uma diminuição da sua população na década de 80 (de cerca de 15 mil passa para cerca de 9 mil habitantes). Cabe dizer, por outro lado, que as *grandes cidades* em Portugal andam à volta dos 20 mil ou mais habitantes, o que significa que nas NUTS III fronteiriças são

¹⁴² Lorenzo López Trigal, "Las redes urbanas de la raya hispano-portuguesa" in Lorenzo López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...*, p. 203. Ver também J. Vinuesa Angulo, "El crecimiento de la población y los desequilibrios en la distribución espacial"..., pp. 295-308; Rubén Camilo Lois González, "El eje urbano atlántico. Galicia-Norte de Portugal" in Lorenzo López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...* pp. 137-141; comentários e actualizações de Suzanne Daveau in Orlando Ribeiro, H. Lautensach, S. Daveau, *Geografia de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, III vol., pp. 877-918; Rui Jacinto "As regiões portuguesas de fronteira....", pp.45-47; *Idem*, "Perspectivas de cooperação transfronteiriça a partir dos programas comunitários e a administração portuguesa: desenvolvimento da fronteira hispano-portuguesa e cooperação transfronteiriça", in *La cooperación de Castilla y León con Portugal...*, pp. 59-67; *Algarve, Alentejo, Andalucía. Articulación territorial transfronteiriça/Articulação territorial transfronteiriça...*, pp.36-43; Gabinete de Estudos Demográficos/INE, "Alterações demográficas nas regiões portuguesas entre 1981-1991", comunicação apresentada às Jornadas de Reflexão sobre o "Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural", F.I.L., 15 e 16 de Janeiro de 1993 (policopiado); Maria Luís Rocha Pinto, Teresa Rodrigues, "As tendências recentes na distribuição populacional portuguesa: uma evolução que privilegia os aglomerados de maior dimensão", *População e Sociedade*, CEPFAM, n° 2, 1996, pp. 147-157; Elisabeth D. España, Paula Cristina Remoaldo, Julia S. Carrasco, Xosé S. González, "Sistemas de ciudades y reordenación territorial en la frontera Miñota" in Antonio C. Fernández, Carmen V. Bernardo, *Portugal-España: Ordenación territorial del suroeste comunitario...*, pp. 455-463; Quaternário Portugal, *Sistema urbano nacional: cidades médias e dinâmicas territoriais*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1997.

¹⁴³ Ana Bela Nunes de Almeida, *A rede urbana portuguesa e o moderno crescimento económico*, provas complementares de Doutoramento, ISEG, Lisboa, 1989, pp. 3-7; Maria Luís Rocha Pinto, Teresa Rodrigues, "A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991)", *População e Sociedade*, CEPFAM, n° 3, 1997, p. 11.

cinco as cidades que superam esta fasquia, todas elas com funções administrativas de capitais de distrito (Braga, Castelo Branco, Évora e Faro), menos uma (Olhão), num total de 39 a nível nacional, em 1991¹⁴⁴. E com mais de 100 mil habitantes só o Porto (que supera os 300 mil), Cascais (que em 1991 tinha à volta de 124 mil) e Lisboa (com mais de 600 mil, embora tenha perdido, em relação a 1981, mais de 100 mil habitantes).

No que diz respeito aos núcleos urbanos espanhóis, face ao *ranking* nacional, Salamanca (32º) é a que se encontra num lugar mais favorável, isto se apenas considerarmos as capitais provinciais, pois Vigo ocupa o 13º lugar desta hierarquização. Zamora ocupa o lugar 82º, num total de 115 cidades consideradas, é a última das capitais provinciais de fronteira¹⁴⁵. Enquanto em Vigo residiam quase 209 mil habitantes em 1991, Salamanca rondava os 163 mil e Zamora contava então com cerca de 64 mil¹⁴⁶. Estes exemplos do volume da população das cidades dos dois países permite fazer uma primeira aproximação valorativa sobre as respectivas redes urbanas constatando as diferentes dimensões dos aglomerados urbanos.

O que, no entanto, parece certo, é que este conjunto de centros urbanos fronteiriços têm em comum a sua interioridade, face a um litoral mais dinâmico, que se urbanizou e “metropolitanizou”. Desta concentração urbana resultou um desequilíbrio, talvez maior no caso português, em consequência de um processo de litoralização e centralização mais forte à volta de Lisboa e do Porto. Basta dizer que no conjunto urbano liderado por estas duas cidade residem cerca de 50% da população do Portugal peninsular.

¹⁴⁴ Maria Luís Rocha Pinto, Teresa Rodrigues, “A evolução urbana em Portugal...”, p. 20.

¹⁴⁵ Huelva ocupa o lugar 40º, Badajoz o 46º, Cáceres o 71º e Pontevedra o 72º (J. Vinuesa Angulo, *op. cit.*, pp. 305-307). De referir ainda que Vinuesa Angulo, para estudar os crescimentos das áreas urbanas entre 1970 e 1991, « en este caso se consideran como tales a las capitales provinciales y otros municipios com más de 50 000 habitantes en 1991 » (*Idem*, p. 296). Também mereceram análise separada as áreas metropolitanas que totalizavam, em 1991, mais de 9 milhões de habitantes.

¹⁴⁶ . *Nomenclator. Censo de la Población de España*, INE, 1991 (volumes provinciais correspondentes a

As relações transfronteiriças desenvolveram-se, no passado, principalmente a nível local, com maior ou menor intensidade segundo as épocas e os espaços. A integração de Portugal e Espanha na Comunidade Económica Europeia veio a pouco e pouco introduzir outros níveis de contacto entre os dois países, nomeadamente a nível institucional, regional e/ou nacional, bem como possibilitar a procura de estratégias que gerassem uma dinâmica de desenvolvimento e de integração. De certa forma, pode-se falar numa nova época das relações entre os dois vizinhos ibéricos, embora sem perder de vista que a nível local, de vizinhança, os contactos nunca se interromperam, gerando solidariedades que contrariavam, às vezes, o sentido das opções políticas dos estados. É assim que, por outro lado, a entrada dos países ibéricos para a Comunidade Económica europeia veio atrair a atenção dos políticos para estas regiões fronteiriças.

O peso de uma fronteira de setecentos anos não pode, pois, ser eludido. A sua fragilidade estrutural tornou-a perfeitamente ajustada às intervenções elegíveis no quadro da iniciativa comunitária INTERREG. Já na Cimeira Luso-Espanhola realizada em Lisboa em 1988, foi assumido pelos governos dos dois países ibéricos o estabelecimento de mecanismos de cooperação transfronteiriça, de que resultou a elaboração de um *Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha 1989-1993*. Este programa foi apresentado, em 1989, à Comissão das Comunidades Europeias para co-financiamento. Os seus objectivos orientavam-se sobretudo «para o combate à herança histórica do efeito fronteira, causa fundamental do enorme déficit acumulado de infra-estruturas de desenvolvimento regional nas suas faixas adjacentes.»¹⁴⁷. No ano seguinte são lançadas, pela Comissão Europeia, as iniciativas comunitárias, nomeadamente a que diz respeito às zonas fronteiriças, o INTERREG. Daí

Pontevedra, Zamora, Salamanca).

¹⁴⁷ Protocolo sobre o Programa Operacional das Regiões de Fronteira de Portugal e Espanha, assinado na

que, uma vez que a maior parte dos objectivos desta iniciativa coincidem com aquela proposta de programa apresentada por Portugal e Espanha a Bruxelas em 1989, este «será adaptado ao montante de ajuda dos fundos estruturais (...), e bem assim, serão ajustados os períodos de realização [1990-1993] (...) e a sua delimitação territorial, de acordo com a comunicação relativa à iniciativa comunitária INTERREG, de 25 de Julho de 1990, mantendo-se os mesmos objectivos e estratégias da primeira versão do programa.»¹⁴⁸. A partir daqui começam também a estabelecer-se protocolos de cooperação entre regiões de Portugal e Espanha que contactam através da fronteira, aliás à semelhança do que ia acontecendo entre várias regiões europeias.

Em 1991, a Xunta da Galicia e a Comissão de Coordenação da Região Norte estabeleceram um acordo para a constituição da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal. Depois, em 1992, foi a vez de serem assinados protocolos entre a Junta da Extremadura e a Comissão de Coordenação do Alentejo e, em Maio de 1994 entre a Junta da Extremadura e a Comissão de Coordenação da Região Centro. No ano seguinte, em Valladolid, é assinado um protocolo de cooperação entre a Comissão de Coordenação da Região Centro e a Junta da Comunidade Autónoma de Castilla-León e, em Sevilha, entre a Comissão de Coordenação da Região do Algarve e a Junta da Andalucia. Destes protocolos resultaram a constituição de respectivas Comunidades de Trabalho que se propõem fomentar a cooperação e o desenvolvimento de acções, abrangendo domínios sectoriais diversos e de interesse mútuo para as regiões envolvidas. No entanto, é preciso não esquecer que, como já dissemos, a cooperação transfronteiriça, e neste caso entre os dois países ibéricos, está sujeita a condicionamentos e disfunções provenientes de duas ordens jurídicas diferentes, mas também, como refere Rui Jacinto, de outro factor

Cimeira Luso-Espanhola, em 5 de Dezembro de 1990, no Algarve.

¹⁴⁸ *Ibidem.*

limitativo que «é o de saber em que medida a fronteira é sentida e vivida de ambos os lados da mesma forma, isto é, se a identidade raiana permitirá alicerçar iniciativas comuns de cooperação.»¹⁴⁹. E as respostas a estas dúvidas só poderão ser dadas a médio, ou mesmo longo prazo.

Nas últimas décadas têm-se verificado diversas intervenções tendentes à promoção do desenvolvimento destas regiões raianas, utilizando os instrumentos e programas financeiros disponíveis, caso do LEADER e do INTERREG. A incidência do impacto dos apoios comunitários foi variável, embora tenha havido alterações positivas e atenuação das dinâmicas regressivas, nomeadamente as relacionadas com acessibilidades e equipamentos, ou com um certo sentimento de distanciamento e abandono sentido pelas populações raianas. Persistem, contudo, estrangulamentos básicos que dificultam uma reestruturação da débil base produtiva em que assentam as economias locais¹⁵⁰ e que, geralmente, está acompanhada de tendências de rarefacção do povoamento e forte envelhecimento das estruturas populacionais. Por isso, estas regiões ainda continuam a ser descritas como faixas territoriais periféricas no contexto de cada país a que pertencem, dependentes da agricultura e de sectores industriais tradicionais de fraca produtividade, deficientes níveis de acessibilidades, deterioração demográfica que se reflecte nas baixas densidades e no envelhecimento, falta de infra-estruturas básicas e de diversificação das actividades económicas. Estas debilidades têm-se manifestado em dinâmicas de crescimento desiguais, com polarizações que não ajudam a ultrapassar uma progressiva desintegração dos territórios¹⁵¹.

¹⁴⁹ Rui Jacinto, "As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça", *Cadernos de Geografia*, Coimbra, nº14, 1995, p. 52.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 46.

¹⁵¹ Cf. Carminda Cavaco, "Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único...*, pp. 263-277.

Veja-se a gradual perda de importância demográfica das regiões de fronteira face aos respectivos países. Esta área fronteiriça ocupa respectivamente 57% e 18% dos territórios nacionais peninsulares de Portugal e Espanha, mas a população que a ocupa tem vindo a decrescer de forma contínua desde o princípio do século (*Quadro 6*). Em 1900 quase 15% da população espanhola peninsular residia nas sete províncias que fazem fronteira com Portugal, proporção que se manteve mais ou menos estável até meados do século, apenas diminuindo um ponto percentual, embora o sentido da tendência seja para a sua perda de importância relativa. A maior descida ocorreu entre 1960 e 1970 quando estas regiões perderam 2% do seu peso relativo, a que não será alheio o facto de esta década ter sido marcada, como já observámos, pelo forte êxodo da sua população, ainda que este fosse um movimento já visível desde 1950.

Quadro 6 - Evolução do peso relativo da população das NUTS III de fronteira

| | Espanha | | | Portugal | | |
|---------|-----------|-----------|------|-----------|-----------|------|
| | Tot. Pen. | Tot.Front | % | Tot. Pen. | Tot.Front | % |
| 1900 | 17924192 | 2601173 | 14,5 | 5016267 | 1829348 | 36,5 |
| 1910/11 | 19157111 | 2815148 | 14,7 | 5547708 | 1965732 | 35,4 |
| 1920 | 20506605 | 2918768 | 14,2 | 5621977 | 1922930 | 34,2 |
| 1930 | 22643227 | 3120440 | 13,8 | 6360347 | 2092129 | 32,9 |
| 1940 | 24790180 | 3409675 | 13,8 | 7218882 | 2368144 | 32,8 |
| 1950 | 26761338 | 3600230 | 13,5 | 7921913 | 2512172 | 31,7 |
| 1960 | 29042923 | 3617272 | 12,5 | 8292975 | 2470223 | 29,8 |
| 1970 | 32095407 | 3331034 | 10,4 | 8074960 | 2045015 | 25,3 |
| 1981 | 35487233 | 3328271 | 9,4 | 9336760 | 2134865 | 22,9 |
| 1991 | 36913479 | 3324784 | 9,0 | 9375926 | 2063117 | 22,0 |
| 1996 | 37174109 | 3347491 | 9,0 | 9433450 | 2043320 | 21,7 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos de idade: índices de dependência e envelhecimento em 31.XII de 1996, por NUTS III e concelhos*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.

Censo de Población, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. *Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

A cronologia da perda de importância relativa da população raiana é semelhante no lado português. Nas NUTS III da raia portuguesa o maior salto também se dá entre 1960 e 1970, anunciado já em 1950. Naquele período estas regiões vêm diminuir quase em cinco pontos percentuais o seu peso relativo no contexto nacional. Estamos, igualmente, em plena década de forte emigração, quer para o litoral, quer para outros países da Europa. Comparativamente, a raia portuguesa perdeu mais população do que a raia espanhola, entre 1900 e 1996, visto que há um decréscimo de quase quinze pontos percentuais relativamente ao peso que tinha no princípio do século, contra os quase seis pontos da raia espanhola. A consequência deste processo é a reorganização do território, tanto a nível nacional como nestas regiões de fronteira, ou seja, por um lado o despovoamento de vastas áreas rurais, por outro a concentração nos núcleos urbanos regionais e a densificação de outras zonas do país.

Quadro 7 - Evolução do número de habitantes por km²

| | Espanha | | Portugal | |
|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Península | Fronteira | Península | Fronteira |
| 1900 | 36 | 30 | 57 | 36 |
| 1910/11 | 39 | 33 | 63 | 39 |
| 1920 | 42 | 34 | 64 | 38 |
| 1930 | 46 | 36 | 71 | 42 |
| 1940 | 50 | 39 | 81 | 47 |
| 1950 | 54 | 42 | 89 | 50 |
| 1960 | 59 | 42 | 93 | 49 |
| 1970 | 65 | 39 | 91 | 41 |
| 1981 | 72 | 39 | 105 | 43 |
| 1991 | 75 | 38 | 106 | 41 |
| 1996 | 75 | 39 | 106 | 41 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE. INE, *Infoline*, "Temas estatísticos/Território/Território: Quadros Regionais (<http://www.ine.pt>)

Censo de Población, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE *Nomenclator. Censo de la Población de España*, INE, 1981 e 1991. *Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

O recurso ao número de habitantes por km² também nos pode dar uma ideia do alcance deste fenómeno, embora a sua utilização deva ser feita a título meramente indicativo, pois não revela a concentração da população dentro do território, nem as áreas que se esvaziam.

No princípio do século a densidade populacional destas regiões ronda os 36 e os 30 habitantes por km², respectivamente do lado português e do lado espanhol, valores que contrastavam com os 57 de Portugal peninsular e se aproximavam mais da densidade do território espanhol peninsular (36 hab/km²). Em meados do século encontramos valores mais elevados, tanto no território de fronteira como a nível nacional, 89 e 50 habitantes por km², em Portugal e nas suas regiões raianas e 54 e 42 hab/ km² na Espanha peninsular e nas províncias fronteiriças, respectivamente. Seguindo o sentido da tendência decrescente já descrito, depois dos anos 50, enquanto nas regiões fronteiriças há uma diminuição da densidade populacional, mais acentuada do lado português, a nível nacional o sentido é o inverso. Entre 1960 e 1970 as NUTS III portuguesas passam de 49 habitantes por km² para 40 e as espanholas de 42 para 39 (*Quadro 7*).

A década de 50 e, sobretudo, a de 60, marcam assim, de forma indelével a distribuição e estrutura das populações raianas. O decréscimo populacional foi generalizado, de tal modo que na década de 60, o período mais agudo do processo emigratório, a população portuguesa sofreu uma diminuição real dos seus efectivos. A nível das NUTS III fronteiriças, este período inter-censitário saldou-se por um decréscimo de 17%, ou seja, em 1970 foram recenseados menos 425 208 indivíduos do que em 1960. Em Espanha, pelo contrário, não se verificou um decréscimo generalizado da população, antes uma enorme disparidade das intensidades dos crescimentos que beneficiaram as regiões mais industrializadas do País Basco, Barcelona e Madrid, a que podemos juntar o vale do Ebro e o litoral levantino e catalão. No extremo oposto, as regiões do interior,

nomeadamente as províncias fronteiriças que, com excepção de Pontevedra, perdem efectivos, o que no cômputo geral significou menos 9% relativamente a 1960.

Na perspectiva de que à fronteira se pode atribuir uma função geradora de processos de atracção/repulsão, podemos considerar que a fronteira luso-espanhola tem gerado principalmente um processo de rejeição da sua população. Embora até meados do século haja um aumento do volume dos seus efectivos, a verdade é que o seu ritmo de crescimento não é suficiente para evitar a paulatina perda de peso demográfico no contexto dos respectivos países. Este processo, que se tem traduzido numa clara recessão demográfica e económica da generalidade da raia que separa os dois países ibéricos, acarreta várias implicações demográficas, económicas, sociais e territoriais o que cria, por outro lado, inúmeros obstáculos à pretendida e desejada revitalização destas regiões.

4. As unidades territoriais

A complexidade do fenómeno regional fronteiriço deve passar, não só por uma análise do espaço fronteiriço no contexto dos países onde se inserem, mas também pela identificação da sua diversidade interna. Trata-se de saber se o *efeito fronteira* condiciona da mesma maneira a (des)ocupação do espaço fronteiriço e se é possível encontrar uma homogeneidade interna.

A resposta a estas questões tem sido procurada de forma mais ou menos parcelar; ou considerando regiões específicas, ou analisando os comportamentos demográficos das

populações numa óptica mais alargada (por distritos/Comunidades Autónomas/NUTS III) sem descer ao nível de unidades mais pequenas, em que os dois países aparecem, quase sempre, separados e não numa perspectiva de estudo comparativo¹⁵². A verdade é que uma análise que privilegie o conjunto das regiões de fronteira luso-espanhola vê-se condicionada pela selecção das regiões a integrar. Ainda mais porque o Portugal peninsular não se regionalizou, o que cria dificuldades quando se pretende encontrar, de um e do outro lado da linha divisória, regiões administrativamente compatíveis – situação que tem sido apontada, tanto por investigadores espanhóis como por portugueses, como uma limitação aos estudos comparativos. Vários desenhos de agrupamentos sub-regionais são, portanto, possíveis. Veja-se, por exemplo, os estudos prévios do programa INTERREG II, em que as respectivas Comunidades de Trabalho desenvolveram análises das várias raias: da minhota e galega, a de Trás-os-Montes/Zamora, a raia central que juntou a Beira Interior, Salamanca e Cáceres ou a do Alentejo e Badajoz e a do Algarve e Huelva. No entanto, atendendo à peculiar posição que a fronteira luso-espanhola ocupa no seio da Comunidade – entre as regiões mais deprimidas demográfica, económica e socialmente – e dos seus próprios países, torna-se pertinente tentar analisar não só a parte portuguesa na sua globalidade, como também as regiões que a percorrem do outro lado

¹⁵² Para além dos documentos produzidos pela Comunidade Europeia, exemplo deste tipo de estudos são os que têm sido realizados por equipas multidisciplinares, integrando investigadores portugueses e espanhóis, alguns no âmbito do INTERREG. Aqui a análise demográfica aparece, sobretudo, como um dos aspectos necessários ao conhecimento de uma determinada zona e a cargo de especialistas de cada um dos países. Por outro lado, estes estudos visam parcelas da fronteira: Galiza/Norte de Portugal, Região Centro de Portugal/Castilla y León, Alentejo/Extremadura, Andaluzia/Algarve. Cf. as indicações bibliográficas referidas na nota 126 deste capítulo. Relativamente ao conhecimento estatístico destas regiões veja-se os Anuários Estatísticos bilingues fruto da colaboração entre as delegações regionais dos institutos de estatística de Portugal e Espanha, as Comissões de Coordenação e as Juntas das Comunidades Autónomas: Direcção Regional do Norte, IGE-Instituto Galego de Estatística, *Anuário Estatístico. Galicia-Norte de Portugal 1996*, Lisboa, INE, 1997; Instituto Nacional de Estatística-Direcção Regional do Centro, Comissão da Coordenação da Região Centro, Junta de Castilla y León-Consejería de Economía y Hacienda, *Anuário Estatístico Região Centro (Portugal), Castilla y León (España)/ Anuario Estadístico Região Centro (Portugal), Castilla y León (España)*, Coimbra, INE-DRC/CCRC – Valladolid, JCL/CEH, 1998; *Estatísticas das regiões fronteiriças do Alentejo e da Extremadura/ Estadísticas de las regiones fronterizas de Alentejo y de Extremadura*, Évora, INE-DRA, 1998.

da raia. E isto porque os dois espaços envolvidos, apesar das divergências históricas, fruto de condicionalismos políticos conjunturais, conheceram e conhecem traços e fenómenos que se prolongam para além dos limites geográficos impostos pela divisão política. É verdade que a pertença a dois estados soberanos impôs a estes territórios raianos pautas de desenvolvimento distintas, mas também o é o facto de serem ambos *interior* dos próprios países a que pertencem.

Seguindo a opção metodológica já enunciada, a utilização das regiões definidas pela Comunidade para intervenções no âmbito da iniciativa comunitária INTERREG, optámos pela utilização das NUTS III, dos dois lados da fronteira, como unidades territoriais de análise. Partimos, pois, de um espaço cujos critérios de agregação não foram por nós definidos, mas que obedecem a parâmetros previamente estabelecidos. Já nos referimos a esta questão quando descrevemos o contexto e objectivos do INTERREG e enunciámos as características da nomenclatura das unidades territoriais estatísticas, estabelecidas pelo EUROSTAT e pelos governos dos países da Comunidade. Esta opção também põe de lado, à partida, a necessidade de procurar critérios definidores de “região de fronteira”¹⁵³, embora possa ser conveniente verificar a homogeneidade destas regiões a nível demográfico. Ou seja, até que ponto, com base na análise dos dados que coligimos e tratámos, é exequível fazer um outro reagrupamento destas unidades territoriais partindo de indicadores demográficos, ou melhor, se é possível encontrar, na fronteira luso-espanhola, *regiões demográficas* homogéneas que possam (ou não) corresponder às regiões incluídas no nível III das NUTS. Esta será uma das principais linhas que vão nortear a nossa investigação.

No que diz respeito à fronteira luso-espanhola essas áreas correspondem às

¹⁵³ Sobre critérios de delimitação de regiões ver A. Simões Lopes, *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, 31-45.

seguintes NUTS III: Minho-Lima¹⁵⁴, Cávado¹⁵⁵, Douro¹⁵⁶, Alto Trás-os-Montes¹⁵⁷, Beira Interior Norte¹⁵⁸, Beira Interior Sul¹⁵⁹, Alto Alentejo¹⁶⁰, Alentejo Central¹⁶¹, Baixo Alentejo¹⁶² e Algarve¹⁶³, do lado português, e às províncias de Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva, do lado espanhol. Fazem parte destas NUTS III de fronteira um total de 119 concelhos, em Portugal, e 1218 municípios em 1981, 1222 em 1986 e 1991 e 1224 em 1996, em Espanha.

Embora no regulamento do INTERREG se preveja a possibilidade de contemplar, para intervenção, zonas adjacentes às regiões de fronteira¹⁶⁴, o que aconteceu, por exemplo, com a Cova da Beira no INTERREG II, optámos por incluir na área-base que definimos para a nossa investigação apenas as sub-regiões que têm fronteira directa com Espanha. Por outro lado, ainda que as NUTS III de fronteira sejam o nosso ponto de partida, utilizaremos, sempre que metodologicamente justificável e o nível de

¹⁵⁴ Incluí os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

¹⁵⁵ De que fazem parte os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras do Bouro e Vila Verde.

¹⁵⁶ Reune os concelhos de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, S.^{ta} Marta de Penaguião, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

¹⁵⁷ Incluí os concelhos de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

¹⁵⁸ Desta subregião fazem parte os concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

¹⁵⁹ Engloba os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão.

¹⁶⁰ Incluí os concelhos de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sôr e Portalegre.

¹⁶¹ Incluí os concelhos do Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa.

¹⁶² Reune os concelhos de Aljustrel, Almodovar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

¹⁶³ Engloba todos os concelhos do actual distrito de Faro.

¹⁶⁴ A Comissão da Comunidades Europeias prevê que possam ser elegíveis, em casos excepcionais, e no contexto dos programas de cooperação transfronteiriça, as zonas NUTS III adjacentes às referidas NUTS III (é o caso, por exemplo, da Cova da Beira) situadas ao longo das fronteiras terrestres internas e externas da Comunidade (Comunicação 94/C 180/13 aos Estados-membros, publicada no JO n.º C 180, de 1/7/1994).

desagregação dos dados o permita, níveis territoriais mais pequenos: os concelhos (Portugal) e os municípios (Espanha).

O facto de ambos os países terem uma estrutura administrativa diferente – inexistência de Comunidades Autónomas em Portugal peninsular, distritos *versus* províncias, municípios *versus* concelhos – cria dificuldades, quando se pretende estabelecer uma unidade homogénea de referência. Embora se tenha adoptado nos dois países o novo sistema de divisão territorial para fins estatísticos que segue as normas europeias, o nível III em Portugal não corresponde exactamente às províncias espanholas (nível III), de maior extensão que os agrupamentos de concelhos portugueses¹⁶⁵. Em Espanha, aquando da adopção deste sistema, fez-se corresponder as NUTS III a uma divisão administrativa preexistente, as províncias, enquanto que em Portugal se procurou encontrar regiões de média dimensão com homogeneidade natural, histórica e socioeconómica que nem sempre vão corresponder ao distrito. Suzanne Daveau considera que a adopção deste sistema de divisão do país tem um inegável interesse geográfico, já que se oficializou o tipo de entidade espacial que os geógrafos denominam *região geográfica*, apesar do resultado final nem sempre ter sido o desejado¹⁶⁶.

Além disso, os concelhos não correspondem aos municípios, nem quanto à extensão nem quanto às competências e funcionalidades administrativas, o que se traduziu precisamente na sua inserção em níveis diferentes da nomenclatura das unidades territoriais, os concelhos nas NUTS IV e os municípios nas NUTS V. Lembremos que, segundo o quadro que já apresentámos (*Quadro 3*), onde se faz corresponder as unidades

¹⁶⁵ Sobre o estabelecimento e características da nomenclatura de unidades territoriais estatísticas ver *supra*, pp. 43-46

¹⁶⁶ “Tanto no Norte como no Sul do País, várias Nutes correspondem aliás exacta ou aproximadamente aos distritos, confirmando o facto de muitos destes terem atingido suficiente e durável funcionalidade. No entanto, nas regiões interiores, algumas das Nutes mais pequenas apresentam um infeliz carácter “residual”, que pode impedir a sua consolidação funcional. Ora, qual será o interesse de uma unidade estatística territorial, se não corresponder a uma subdivisão viva do País?” (Suzanne Daveau, *Portugal*

administrativas nacionais aos níveis da nomenclatura, Espanha não definiu regiões para o nível IV o que significa que não existe uma unidade intermédia entre a província (nível III) e o município. O município¹⁶⁷ é, portanto, a unidade base da administração local, lugar que em Portugal corresponde à freguesia. Inicialmente (1981) os concelhos tinham sido classificados como de nível V, situação que se alterou em 1991 quando passaram a constituir o nível IV e as freguesias o V¹⁶⁸.

Se compararmos as áreas dos concelhos e dos municípios (*Quadro 8*) podemos verificar a menor dimensão dos municípios, tanto em 1981 como em 1991, apesar das províncias ocuparem um território mais extenso do que o dos agrupamentos de concelhos. Considerámos separadamente os dados para os dois anos, pois há uma variação do número de municípios, entre 1981 e 1991, em Salamanca e Zamora. Reflexo desta organização é o facto de o número de municípios ser muito mais elevado do que o número de concelhos por NUTS III.

Quadro 8 - Área dos municípios e dos concelhos (km²)

Municípios

| Províncias/ NUTS III | Total Área | Nº Munic. | 1981 | | | Nº Munic. | 1991 | | |
|-------------------------|---------------|--------------|--------|--------|-------|--------------|--------|--------|-------|
| | | | Mínimo | Máximo | Média | | Mínimo | Máximo | Média |
| Badajoz | 21766 | 162 | 8 | 1516 | 195,4 | 162 | 3,7 | 339,3 | 90,6 |
| Cáceres | 19868 | 218 | 4,5 | 1768,5 | 94,5 | 218 | 0,3 | 1750,3 | 90,6 |
| Huelva | 10128 | 79 | 9,9 | 865,7 | 127,1 | 79 | 10 | 859,1 | 128,0 |
| Ourense | 7273 | 92 | 8 | 291 | 101,6 | 92 | 4 | 290,5 | 85,8 |
| Pontevedra | 4495 | 61 | 2,4 | 325,6 | 73,0 | 61 | 2,3 | 326,8 | 71,0 |
| Salamanca | 12350 | 357 | 1,2 | 239,6 | 34,0 | 362 | 1,3 | 240,1 | 33,7 |
| Zamora | 10561 | 249 | 4,1 | 326,1 | 42,1 | 248 | 4,1 | 903 | 45,9 |

*Geográfico...*p. 132).

¹⁶⁷ Sobre a estrutura e orgânica do município ver Carlos Nunes Silva, "Nota sobre o poder local em Espanha", *Finisterra*, vol. XXV (49), 1990, pp. 168-181; Rafael Entrena Cuesta. *Curso de Derecho Administrativo...*, pp. 206-234.

¹⁶⁸ EUROSTAT, "Regions - Nomenclature of territorial unit for statistics - NUTS - March 1995"

Concelhos

| NUTS III | Total Área | Nº Conc. | Mínimo | Máximo | Média |
|-----------------------------|------------|----------|--------|--------|-------|
| Minho-Lima | 2210,3 | 10 | 108,5 | 445,9 | 221,0 |
| Cávado | 1242,6 | 6 | 81,9 | 378,7 | 207,1 |
| Douro | 4111,8 | 19 | 26,9 | 532,8 | 216,4 |
| Alto Trás-os-Montes | 8170,2 | 14 | 189,4 | 1173,9 | 583,6 |
| Beira Interior Norte | 4068,8 | 9 | 108,6 | 826,7 | 452,1 |
| Beira Interior Sul | 3738,1 | 4 | 329,9 | 1439,9 | 934,5 |
| Alto Alentejo | 5936,7 | 14 | 154,8 | 840,5 | 424,0 |
| Alentejo Central | 7228,9 | 14 | 145,1 | 1308,2 | 516,4 |
| Baixo Alentejo | 8503,4 | 13 | 168,4 | 1279,4 | 654,1 |
| Algarve | 4 988,5 | 16 | 57,5 | 765,1 | 311,8 |

Fonte: *Nomenclator. Censo de la Población de España*, INE, 1981 e 1991.

INE, *Infoline*, "Temas Estadísticos/Território/Território:Quadros Regionais (<http://www.ine.pt>)

Também a nível da população podemos encontrar enormes disparidades entre os municípios das províncias fronteiriças (*Quadro 9*). Repare-se por exemplo em Badajoz, cujos valores extremos denotam bem a rarefacção da população nos núcleos rurais e a sua concentração em aglomerados urbanos que crescem à custa do despovoamento rural, ou Salamanca, sobretudo em 1991. Apenas nas províncias galegas os núcleos mais pequenos conservam um número relativamente significativo de habitantes, apesar de também irem perdendo população. Note-se que os municípios com maior volume de habitantes, que correspondem a núcleos urbanos, vêem os seus efectivos aumentar entre 1981 e 1991, ao contrário do que acontece com os mais pequenos.

Quadro 9 - População dos municípios e dos concelhos

| Municípios | | | | | | |
|-------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| NUTS III | 1981 | | | 1991 | | |
| | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média |
| Badajoz | 43 | 114361 | 3968 | 29 | 130247 | 4035 |
| Cáceres | 109 | 71852 | 18548 | 80 | 84319 | 20905 |
| Huelva | 71 | 127806 | 4967 | 73 | 144579 | 5302 |
| Ourense | 829 | 96085 | 4102 | 643 | 108382 | 3395 |
| Pontevedra | 650 | 258724 | 27676 | 662 | 278050 | 29112 |
| Salamanca | 45 | 167131 | 1030 | 19 | 186322 | 1014 |
| Zamora | 81 | 59734 | 1464 | 65 | 68202 | 1498 |

| Concelhos | | | | | | |
|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| NUTS III | 1981 | | | 1991 | | |
| | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média |
| Minho-Lima | 8666 | 81009 | 25681 | 9144 | 83095 | 25006 |
| Cávado | 10131 | 125472 | 54823 | 9406 | 141256 | 58878 |
| Douro | 4189 | 47020 | 13766 | 3731 | 46300 | 12563 |
| Alto Trás-os-Montes | 7925 | 45883 | 19463 | 6323 | 40940 | 16803 |
| Beira Interior Norte | 4493 | 40360 | 14456 | 4192 | 38765 | 13168 |
| Beira Interior Sul | 5605 | 54908 | 21535 | 4960 | 54310 | 20254 |
| Alto Alentejo | 4187 | 27313 | 9704 | 3677 | 26111 | 9192 |
| Alentejo Central | 3487 | 51572 | 12891 | 3273 | 53754 | 12373 |
| Baixo Alentejo | 2157 | 38246 | 12227 | 2052 | 35827 | 11002 |
| Algarve | 5059 | 45109 | 20221 | 4571 | 50761 | 21338 |

Fonte: *Censo de Población*, 1981, 1991, Madrid, INE. *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Relativamente ao volume da população concelhia, as disparidades entre os valores extremos são menores do que as verificadas no caso espanhol. Os valores mais baixos pertencem aos concelhos alentejanos, mas ainda assim sem comparação com os valores mínimos dos municípios espanhóis. E o Alentejo é também uma região onde o êxodo rural deixou marcas profundas, só que aqui os concelhos que incluem centros com

características urbanas também perdem população, como aliás acontece, genericamente, nas outras NUTS fronteiriças, com excepção do Minho-Lima, Cávado, Alentejo Central e Algarve. Na região algarvia, a maioria dos concelhos vai beneficiar das dinâmicas introduzidas pelo desenvolvimento do sector terciário, sobretudo o turismo, o que os distancia da problemática da fronteira e favorece o aumento da sua população, como aconteceu neste período inter-censitário.

Desta diferente organização administrativa do território, decorrem diferentes maneiras de estruturar a informação estatística, como é o caso das estatísticas do movimento natural da população e recenseamentos, nomeadamente, para os municípios com menos de 10 mil habitantes, condicionando, assim, o estabelecimento de parâmetros que permitam análises comparativas directas. Esta foi, aliás, a principal razão que nos fez optar por estudar primeiro, separadamente, as duas regiões fronteiriças para, depois, empreender uma análise comparativa que permitisse identificar as convergências e/ou divergências das suas dinâmicas demográficas.

CAPÍTULO II

A PROBLEMÁTICA DAS NUTS E A SUA QUALIDADE

CAPÍTULO II

A PROBLEMÁTICA DAS FONTES E A SUA QUALIDADE

1. A fontes portuguesas

Um estudo como este, que pretende analisar a dinâmica demográfica de uma determinada população, neste caso as populações que habitam os espaços envolventes da fronteira luso-espanhola e, por comparação, as suas congéneres dos restantes espaços nacionais, vai depender do tipo e da qualidade das fontes utilizadas. Embora as fontes actuais não ponham os mesmos problemas em termos de qualidade que as de épocas mais recuadas, não podemos deixar de equacionar algumas questões que, em maior ou menor medida, condicionam a abordagem a adoptar, os métodos a utilizar e os âmbitos espaciais e temporais a escolher. Também a possível existência de erros estatísticos é uma variável que não podemos descurar, já que podem influenciar as conclusões a que possamos chegar. Mais ainda. Uma análise deste tipo vai depender da forma como cada país organizou e desenvolveu a recolha, os meios desenvolvidos para avaliar a qualidade e os critérios de agregação dos dados. A circunstância de estarmos a trabalhar com divisões político-administrativas diferentes vai, por outro lado, condicionar a abordagem e o tipo de comparações possíveis.

Desde o século XIX que tem havido a preocupação em tentar, a nível internacional, a uniformização deste processo, como testemunha o primeiro Congresso Internacional de Estatística, realizado em Bruxelas em 1853, que aprovou a primeira recomendação internacional formal sobre esta questão. É assim que não só se recomenda que cada Estado tenha uma comissão central de estatística, como se tomam uma série de

resoluções tendentes à uniformização dos métodos de registo da população (recenseamentos, registos de população, movimento da população). Relativamente aos recenseamentos, recomenda-se, por exemplo, que sejam nominativos e utilizem a população de facto; que devem realizar-se decenalmente e fazer-se no mês de Dezembro; haver um boletim por família; indicação do nome e do apelido, idade e local de nascimento, língua falada, religião, estado civil, profissão ou condição; fazer-se um resumo dos resultados do recenseamento com formulários uniformes que permitam comparações internacionais¹. E em 1872, no Congresso de S. Petersburgo, não só se recomenda que os recenseamentos se realizem de dez em dez anos, como também que coincidam com os anos terminados em zero, de modo a facilitar as comparações internacionais². Tanto em Portugal como em Espanha estas recomendações foram mais ou menos aplicadas, dependendo da conjuntura político-administrativa.

Também a Comunidade Europeia, a par das Nações Unidas, tem publicado recomendações que apelam a uma maior uniformização conceptual que possa dar um maior significado científico à comparabilidade dos dados estatísticos. Todavia, a aproximação aos critérios internacionais pode ter um reverso que se prende com uma posterior dificuldade na comparação das séries cronológicas de cada país. Do ponto de vista prático parece claro que convém fazer algumas aproximações que facilitem análises comparadas das séries demográficas. No que diz respeito aos recenseamentos, a Comissão das Comunidades Europeias considerou oportuno a criação de um programa que visasse, não só a sincronização dos anos censitários, como a compilação dos resultados numa série de quadros comuns relativos aos principais itens. Uma primeira tentativa foi feita no início da década de setenta, com resultados pouco satisfatórios.

¹ Jacques e Michel Dupâquier, *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique, Paris, 1985, pp. 304-312 e, mais concretamente, sobre o desenvolvimento dos recenseamentos modernos ver pp.325-337.

Depois, em 1973, foi adoptada uma directiva comunitária que procurava não só uma aproximação das datas de execução dos recenseamentos (entre 1 de Março e 31 de Maio de 1981), como propunha a elaboração de quadros comuns³. Para os recenseamentos de 1990/91, a directiva comunitária de 26 de Maio de 1987, relativa à sincronização do momento de realização dos recenseamentos nos doze países membros (também entre 1 de Março e 31 de Maio de 1991, com excepção da França e da Itália), considera indispensável, para o estudo e definição das políticas regionais e sociais, proceder-se a «levantamentos periódicos e exaustivos da população e das principais características sociais, económicas e familiares dos indivíduos». Daí que no artigo 2º desta directiva se preconize a colaboração entre a Comissão e as autoridades competentes de cada Estado-membro, no sentido de se elaborar «um programa de quadros estatísticos a preparar com base nos recenseamentos» e que abranjam determinadas características demográficas, económicas e sociais dos indivíduos e dos seus agregados familiares, tanto a nível nacional como regional⁴.

Na Península Ibérica os primeiros recenseamentos modernos, ou seja, realizados através do método directo, nominativo e simultâneo (utilizando o boletim de família), datam de 1857, em Espanha, e 1864, em Portugal⁵. Durante o século XIX, a periodicidade foi algo irregular, para além dos já referidos fizeram-se recenseamentos em 1860, 1877, 1887, 1897, em Espanha e em 1878 e 1890, em Portugal.

Em Portugal, o segundo recenseamento data de 1878 e estabeleceu o princípio dos recenseamentos decenais. Mas o seguinte só veio a efectuar-se em 1890,

² Cf. J. M. Nazareth, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa...*, p.179; Maria José Carrilho, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981. Evolução global do continente português", *Estudos Demográficos*, 1991, nº 30, p.13.

³ Ana Franco, "Enquadramento dos recenseamentos a nível comunitário", *Estudos Demográficos*, 1991, nº 30, pp. 47-51.

⁴ Directiva do Conselho 87/287/CEE relativa à sincronização dos recenseamentos gerais da população de 1991, publicada no JO nº L 143/33 de 3/6/87.

precisamente para adoptar as directrizes do Congresso de Estatística de S. Petersburgo que, como já dissemos, preconizava a realização dos censos de dez em dez anos, nos anos terminados em zero. É o que estabelece a Carta de Lei de 25 Agosto de 1887, pelo que o censo previsto para 1888 foi adiado para 1890. Até 1970 vai manter-se esta periodicidade e a escolha dos anos terminados em zero, excepto em 1910, ano em que foi proclamada a República, o que obrigou a que as operações censitárias fossem transferidas para o ano seguinte⁶.

O recenseamento geral da população que deveria ter-se realizado em 1980 foi adiado para 1981 e o momento censitário foi fixado às zero horas do dia 16 de Março de 1981. Até então os censos tinham-se realizado no dia 1 de Dezembro em 1900, 1911, 1920 e 1930, às zero horas do dia 12 de Dezembro em 1940 e, a partir de 1950, no dia 15 de Dezembro. No entanto, a realização das operações censitárias em Dezembro, punha alguns problemas de coincidência com o período natalício e as respectivas férias escolares, o que fomenta as movimentações populacionais, para além de haver uma menor predisposição da parte da população para o preenchimento dos questionários. Também as condições climatéricas e a menor disponibilidade que as Câmaras Municipais têm nessa altura (período de fecho de contas, inscrição de mancebos, etc.) não favoreciam o bom desenrolar da distribuição e recolha dos instrumentos de notação⁷. Daí o Instituto Nacional de Estatística (INE) ter proposto a primeira quinzena de Março para a realização do censo de 1981, o que se enquadra, por outro lado, no período sugerido

⁵ Cf. J. M. Nazareth, *Princípios e métodos...*, p.179; David Sven-Reher, Angeles Valero Lobo, *Fuentes de información demográfica en España*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1995, p.22, 29-31.

⁶ Para uma perspectiva dos censos até 1981, organização e variáveis a observar ver INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, 1984, pp. 9-16; J. M. Nazareth, *Princípios e métodos...*, p. 178-181; Gilberta Rocha, *A dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991, p.20-30; Maria José Carrilho. «Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981. Evolução global do continente português» in *Estudos Demográficos*, 1991, n° 30, p.11-20.

⁷ INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia ...* p. 21.

pela CEE para que os países membros fixassem o calendário da realização das suas operações censitárias.

No XII Recenseamento Geral da População (1981) foi utilizado, pela primeira vez, um questionário para cada unidade estatística observada: *Indivíduo*, *Família* e *Colectivo* (convivências), que se destinam a observar as características relativas à população, e questionários de *Edifício* e de *Alojamento*, com o objectivo de obter as características relativas ao parque habitacional do país. Utilizou-se apoio cartográfico, a nível do país, como suporte de recolha da informação, o que facilitou o planeamento das operações de campo, a fácil localização dos edifícios, dos limites administrativos e um controle mais eficaz⁸. O apuramento dos resultados destes questionários foi publicado em volumes distritais, tal como já tinha acontecido em 1940, um para cada região autónoma e um volume para os dados globais do país. Todavia, razões de ordem financeira condicionaram os volumes distritais elaborados a partir de Novembro de 1983 que, tal como é referido na introdução do volume do distrito de Castelo Branco, «sofreram uma redução do número de páginas à custa da eliminação da ventilação por dimensão de aglomerados nos quadros em que este foi previsto»⁹. Estes dados são, no entanto disponibilizados pelo Instituto a todos os interessados que assim o solicitarem.

Uma das novidades deste recenseamento foi a publicação de um manual informativo e explicativo sobre as diferentes fases dos trabalhos e aspectos técnicos mais relevantes relativos ao processo, execução e elaboração dos resultados¹⁰. Estes aspectos

⁸ INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos...*, p. 41.

⁹ INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Resultados definitivos. Distrito de Castelo Branco*, INE, p. IX. Os volumes elaborados depois de Novembro de 1983, para além do de Castelo Branco, foram os correspondentes aos distritos de Setúbal, Viseu, Lisboa, Porto, Coimbra, Açores, Madeira e o que diz respeito ao total do país.

¹⁰ «A razão principal da elaboração dum volume desta natureza reside, pois, no facto de se colocar à disposição dos utilizadores algo mais do que as habituais notas explicativas e técnicas e conceitos, sem perder a noção de que se torna mais útil, para o público e menos dispendioso para o INE concentrar todas as matérias num só volume do que dispersá-las ou repeti-las de forma sintética em todos os volumes com

foram sistematizados segundo quatro temáticas: aspectos gerais e históricos dos censos, aspectos técnicos sobre a preparação da operação e execução da recolha de informação, sistema de tratamento da informação e nomenclatura e códigos utilizados.

Outras alterações registaram-se ao nível do conteúdo, nomeadamente, ao se recensearem apenas os edifícios total ou parcialmente residenciais, ou a introdução do registo das deslocações pendulares (só para a população presente), isto é, do e para o trabalho, ou estudo, e meio de transporte utilizado na deslocação. Importante é, igualmente, a inclusão de dados respeitantes à residência anterior, sobretudo quando se pretende estudar as migrações, e cujo apuramento foi feito em dois momentos, 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979. De notar também o registo da população residente por dimensão de lugares. Saliente-se ainda que este recenseamento foi o primeiro a apresentar informação sobre o ano de nascimento da população, de fundamental importância para as análises longitudinais. De notar também o registo da população residente segundo a dimensão dos lugares. A nível conceptual¹¹ foi alterado o conceito de *lugar*, que foi restringido, sendo apenas aplicado a aglomerados populacionais com um número mínimo de dez alojamentos. Surgiram também novas variáveis derivadas, caso dos grupos socioeconómicos e o tipo de família com base na estrutura etária.

Relativamente à unidade estatística *Indivíduo*, que constituirá objecto específico do nosso estudo, as variáveis a observar dizem respeito à situação perante a residência, sexo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, nível de instrução, religião, qualificação académica, residência em 31 de Dezembro de 1973 e de 1979, situação socioeconómica, condição perante o trabalho (com e sem actividade

os resultados distritais.» (INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos...*, p. 5).

económica), situação na profissão, principal meio de vida, ramo da actividade económica, população activa desempregada, local de trabalho e estudo e principal meio de transporte utilizado nas deslocações residência/trabalho/escola; para as mulheres registou-se o número de filhos nascidos vivos, idade ao primeiro casamento e número de anos de casamento.

Para o XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, a data da referência temporal foi o momento censitário definida para o dia 15 de Abril de 1991. O plano de apuramento foi concebido tendo em conta a satisfação das «necessidades dos utilizadores para a década de 90, nomeadamente a nível regional e local», a manutenção da estrutura comparativa com os recenseamentos anteriores, sobretudo com o de 1981 e «dar resposta aos compromissos internacionais, nomeadamente com a CEE e a ONU»¹².

Assim, o conteúdo programática dos Censos-91 foi definido segundo cinco unidades estatísticas (edifício, alojamento, família clássica, família institucional e indivíduo) e para a recolha dos dados base para a sua caracterização foram concebidos seis modelos de questionário (um para cada unidade estatística e o sexto para o colectivo). Notemos a introdução de uma nova unidade estatística, a *família institucional*, relativamente ao censo anterior¹³. A estrutura geográfica deste apuramento também é substancialmente diferente dos censos anteriores, pois foi adoptada a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, no cumprimento de normas resultantes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. É assim que os resultados finais

¹¹ A definição dos conceitos utilizados neste censo está explanada em INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos...*, pp. 49-59.

¹² INE, *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, INE, Lisboa, 1995, série "Estudos", n.º 73, p. 23.

¹³ «Conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.» (*Idem*, p. 46).

foram apresentados em oito publicações, uma para cada uma das NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores) e outra para o total nacional. Embora se tenha seguido uma metodologia idêntica ao censo de 1981, desenvolveram-se alguns aspectos, como seja, e na sequência da experiência já adquirida com a utilização de meios cartográficos para fins estatísticos, uma nova base cartográfica, designada por Base Geográfica de Referenciação Espacial.

No que diz respeito às variáveis e aos conceitos, distinguiu-se a *família clássica* de *família institucional*¹⁴ e alargou-se a tipificação das famílias clássicas de um só núcleo¹⁵. Também o estado civil é definido numa perspectiva de “*situação de facto*”, o que vai permitir uma melhor percepção da componente relacionada com as famílias. Quanto à naturalidade é referida ao local de residência da mãe à data do nascimento, de modo a evitar que os concelhos que dispõem de maternidades concentrem as naturalidades dos indivíduos que só ali nasceram por força das infra-estruturas aí existentes. Diferenciou-se desemprego em sentido lato e em sentido restrito, isto é, entre os desempregados que fizeram diligências para encontrar emprego e os que não fizeram. Nas deslocações pendulares acrescentou-se a duração do trajecto entre a residência e o local de trabalho/estudo. Introduziu-se também uma questão sobre o número de trabalhadores na empresa, organismo ou exploração onde o indivíduo exerce a sua profissão, o que vai permitir a elaboração da variável “*grupo socioeconómico*”, quando cruzada com profissão e situação aí verificada.

¹⁴ Sobre a definição destes e dos outros conceitos utilizados ver INE, *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos...*, pp. 41-55.

¹⁵ Foram acrescentados os avós com netos solteiros e o avô ou avó com netos solteiros.

Esta enumeração, não exaustiva, das alterações do conteúdo do programa dos Censos-91¹⁶ relativamente a censos anteriores, permite-nos confirmar a preocupação em adaptar a recolha à realidade portuguesa, mas também às recomendações internacionais. Por isso as variáveis observadas para a unidade estatística primária *Indivíduo* incorporaram estas alterações e ajustamentos, podendo então ser sistematizadas assim: sexo, idade e data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, religião, situação perante a residência, nível de instrução e frequência de ensino, curso (médio, superior ou profissional), residência em 31/1/1985 e em 31/1/1989, local de trabalho ou estudo, principal meio de transporte utilizado no trajecto entre a residência e o local de trabalho/estudo e duração do mesmo, principal meio de vida, situação perante a actividade económica (trabalho, desemprego em sentido restrito e lato, inactividade), ramo da actividade económica, dimensão da empresa; para o sexo feminino apurou-se também as datas do primeiro e último casamento (mais do que um) e o número de filhos nascidos vivos.

No sentido de testar a fiabilidade dos dados recolhidos, realizou-se um “Inquérito de Qualidade”, a partir de uma amostra areolar, de forma a verificar-se o grau de cobertura obtido pelo recenseamento. Da comparação dos dados do “Inquérito de Qualidade” com os dos Censos-91, resultou uma taxa líquida de cobertura, a nível nacional, que variou, no caso das unidades estatísticas, entre 99.04% (no caso dos indivíduos) e 99.60% (edifícios) e uma distribuição regional, para os indivíduos, entre 98.12% (Lisboa e Vale do Tejo) e 102.20% (Algarve)¹⁷.

Os recenseamentos são, portanto, a principal fonte de informação estatística para conhecer o volume dos residentes e presentes num país e suas regiões, fornecendo dados

¹⁶ Cf. INE, *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos...*, pp. 41-55; Fernando Casimiro, “Censos-91 – sua estrutura metodológica e organizativa”, *Estudos Demográficos*, 1991, n.º 30, pp. 53-63.

sobre a sua repartição e composição na altura do momento censitário. Têm um carácter institucional e são uma contagem individual e universal, no sentido que pretendem conseguir informação sobre todos os habitantes de um país. O que se obtém é uma fotografia do conjunto da população, ainda que a perspectiva dinâmica seja uma opção de análise necessária, pois só a partir da comparação intercensitária, e com outros dados, é possível conhecer as tendências da evolução de uma determinada população, dados que passam pelo movimento da população e que podemos coligir com base nas *Estatísticas Demográficas*.

As estatísticas demográficas do estado civil¹⁸ começaram a ser publicadas em 1886, de forma mais ou menos regular e recolhendo, sobretudo, dados referentes à mortalidade. Será a partir de 1930 que o critério idade começa a aparecer por distritos e aplicado aos nascimentos, por grupos quinquenais para as idades das mães, e a partir de 1940 que, a nível regional, se faz a distinção entre óbitos infantis e óbitos no grupo de idades 1-4 anos.

O desigual tratamento dado aos nascimentos, óbitos e migrações reflecte, pois, as conjunturas e as preocupações sentidas em cada época e pelos seus governos. Primeiro são a mortalidade e a emigração Depois, por causa do declínio da natalidade e suas implicações nas estruturas familiares e na estrutura global da população, é esta variável que adquire um relevo desconhecido nas primeiras publicações sobre o movimento da população.

Centremo-nos em algumas alterações que ocorreram nestas fontes depois de 1980, visto ser este o âmbito cronológico da nossa análise.

¹⁷ INE, *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos...*, pp. 61-63.

¹⁸ Cf. João Vaz Vieira, "As estimativas portuguesas do movimento da população", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 18, pp. 169-179; J. M. Nazareth, *O envelhecimento da população...*, p. 61-62, 66-70; *Idem*, *Princípios e métodos...*, p. 183; *Idem*, *Introdução à Demografia. Teoria e prática*, Lisboa, Presença, 1996, pp.102-104.

Entre 1980 e 1996, fizeram-se publicações anuais, com excepção do período entre 1980 e 1982, cujos dados foram recolhidos apenas num volume. Aqui foram recuperados alguns dados sobre “casamentos, segundo a forma de celebração, o regime de bens e parentesco”, incluindo-se a informação de 1979 a 1982. Além disso, publicaram-se novos quadros sobre nados-vivos: idade gestacional, peso à nascença, dados relativos ao pai e à mãe, local de nascimento e assistência no parto. Também quanto aos fetos-mortos houve algumas inovações: informação sobre fetos de vinte e oito e mais semanas, quadros com totalidade dos fetos-mortos, desagregação de alguns dados por centros urbanos e outras localidades¹⁹.

Em linhas gerais, nestes anos, a estrutura básica de organização da informação manteve-se a mesma, embora fossem sendo acrescentados alguns itens de modo a corresponder às solicitações que vão surgindo. Assim, numa primeira parte encontramos os dados relativos ao movimento geral da população correspondente ao ano (casamentos celebrados por concelhos em que ocorreu o “facto”, casamentos dissolvidos e interrompidos, nados-vivos, fetos mortos óbitos e dados, mas só até 1988, sobre emigrantes, por concelhos de residência). Outro capítulo é dedicado aos casamentos (celebrados, dissolvidos e interrompidos), o seguinte aos nascimentos, dividido em duas partes, uma para os nados-vivos e outra para os fetos-mortos, seguindo-se os capítulos com a informação sobre os óbitos e sobre o movimento de fronteiras, com dados sobre a emigração e/ou estrangeiros residentes em Portugal.

Contudo, entre 1980 e 1982, no que diz respeito aos óbitos segundo as idades e por concelho, a informação é apresentada por grupos de idade quinquenais até ao grupo 5-9 anos e depois por grupos decenais. Na sequência de contactos efectuados com a delegação de Coimbra do INE, ficámos a saber que estes eram dados não publicados. No

¹⁹ Cf., INE, *Estatísticas Demográficas. Continente Açores e Madeira. 1980-1982*, Lisboa, INE, 1984, pp. III-IV.

entanto, um apuramento especial feito pelos serviços do INE possibilitou que esta informação sobre os óbitos, para os concelhos da região em estudo, pudesse ser disponibilizada de forma a integrar a nossa análise.

A partir de 1984 retomou-se a publicação das estimativas e indicadores do movimento geral da população²⁰. Houve, por outro lado, alguns ajustamentos motivados pela necessidade em dar resposta às solicitações de dados estatísticos. Caso, por exemplo, do que acontece com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia que faz aumentar a procura de informação sobre estrangeiros residentes em território português. Daí a inclusão de um novo capítulo, com maior diversidade de dados sobre estrangeiros residentes, a partir das estatísticas demográficas correspondentes ao ano de 1986.

Em 1988, uma importante alteração vem modificar a estrutura de agregação geográfica dos dados. Estamos a referir-nos à adopção das NUTS que, tal como aconteceu para os recenseamentos, vão substituir o distrito que, desde o século XIX, era a unidade principal de agrupamento da informação estatística dos concelhos (o INE disponibiliza, no entanto, os dados segundo a configuração anterior). Na sequência deste facto vão-se verificar algumas alterações no que diz respeito ao nível de desagregação geográfica da informação.

Será a partir das estatísticas demográficas correspondentes a 1990 que o nível de desagregação máximo utilizado é o nível II das NUTS, embora se insira um quadro síntese do movimento geral da população à escala concelhia. Significa isto que, nomeadamente os dados demográficos relativos aos óbitos por idades e aos nados-vivos segundo o sexo e idade das mães, por concelho de residência, passam a ter que ser solicitados ao INE, visto integrarem o que é designado por *Quadros disponíveis não publicados*. Aliás, só a partir de 1985 é que a distribuição dos nados-vivos, segundo o

sexo e a idade das mães, por concelho de residência, passou a constar destes volumes que recolhem o movimento da população. Para anos anteriores os dados não estão disponíveis como informação não publicada, pelo que a sua consulta, tal como no caso dos óbitos por grupos de idade quinquenais, só foi possível através de um apuramento especial feito pelos serviços do Instituto.

A partir de 1991, o INE passa a disponibilizar, quando solicitados, dados estatísticos para os nascidos-vivos, casamentos, óbitos e divórcios ao nível da freguesia e em 1994 é inserido, pela primeira vez, uma análise à situação demográfica portuguesa daquele ano e que vai ter continuação nas publicações dos anos seguintes. Desde 1992 são apresentados alguns indicadores do movimento geral da população da Comunidade, disponibilizados pelo EUROSTAT, o que facilita o estabelecimento de algumas comparações com os outros Estados-membros da Comunidade.

Importa ainda referir que devido à abolição do passaporte de emigrante, em 1988, não foi possível recolher dados sobre o movimento migratório a partir de 1989. Mas, em 1993, o INE realizou o *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída*, um inquérito realizado por amostragem aos alojamentos familiares, que tinha como objectivo quantificar e caracterizar a população emigrante para o ano de 1992 e cujos resultados foram publicados em 1994. Nos anos seguintes, manteve-se a publicação destes dados sobre a emigração seguindo a mesma metodologia. Quanto à imigração, foi possível determinar, através da colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o fluxo anual de entrada em Portugal de cidadãos estrangeiros com situação regularizada, pelo que esta informação passou a ser publicada a partir das *Estatísticas Demográficas* de 1992.

²⁰ Crescimento natural, excedente de vida, saldo migratório, em valores absolutos e taxas, taxas de natalidade, mortalidade (total, infantil, neonatal, perinatal, fetal tardia), nupcialidade, divórcio, emigração, por distritos de residência, esperança de vida a várias idades.

As estatísticas demográficas apresentam-se, pois, como uma fonte essencial para o conhecimento do comportamento das variáveis micro-demográficas. Apesar de, entre 1980 e 1996, evidenciarem uma relativa uniformidade. Houve alguns acertos conceptuais e organizativos, fruto da evolução do quadro mental da sociedade portuguesa contemporânea, pelo que quisemos destacar aquelas que maiores repercussões tiveram na organização e acessibilidade dos dados relativos à natalidade, mortalidade e migrações. A opção por esta visão geral enquadra-se na opção metodológica que fizemos, isto é, o estudo da dinâmica da população da fronteira luso-espanhola. Uma vez que o estudo de uma população está condicionado pela disponibilidade das fontes estatísticas, não podíamos, portanto, deixar de tecer algumas considerações sobre as principais características e limitações destes documentos com conteúdos estatísticos de natureza demográfica.

2. A fontes espanholas

Em Espanha, a Comisión Estadística General del Reino decidiu realizar os recenseamentos nos anos acabados em zero, de modo a acompanhar a Inglaterra, Estados Unidos e França e também as recomendações do congresso de S. Petersburgo. O recenseamento de 1860 é já um produto desta decisão que, aliás, foi reafirmada pelo Real Decreto de 30 de Setembro de 1864 que determinava que os períodos inter-censitários

fossem de dez anos. Assim, o seguinte dever-se-ia ter realizado em 1870 o que não veio a acontecer por causa da revolução de 1868 e o subsequente período revolucionário²¹. Depois de restaurada a monarquia, em vez de se esperar pelo ano de 1880, resolveu-se voltar à regra iniciada com o primeiro censo, isto é, fazer a contagem da população nos anos terminados em sete; daí a realização dos seguintes em 1877, 1887, 1897. No entanto, deste último apenas se publicaram os resultados provisórios uma vez que se retomou a decisão de adoptar os anos terminados em zero, seguindo as propostas da Conferência Internacional de Estatística realizada em 1895²². É assim que entre 1900 e 1970 se efectuou, interruptamente, de dez em dez anos um recenseamento, nos anos terminados em zero, mesmo em 1940, quando o fim da Guerra Civil ainda estava próximo.

Estes recenseamentos realizados entre o princípio do século e 1970, e mesmo este, tiveram como referência as 24 horas do dia 31 de Dezembro, precisamente dos anos terminados em zero. A partir de 1981, passaram a ter como data de referência as zero horas de um dia compreendido entre 1 de Março e 31 de Maio, tal como vem consignado na Lei 70/1980, de 16 de Dezembro²³. Na origem desta alteração da data de referência dos recenseamentos e do *Padrón Municipal de Habitantes*²⁴ está, por um lado, a necessidade de adequar os períodos censitários à normativa comunitária de 22 de Novembro de 1973, que aconselhava uma data compreendida entre 1 de Março e 31 de

²¹ David Sven-Reher, Angeles Valero Lobo, *Fuentes de información demográfica en España*, Madrid, CIS, 1995, p.22; Joaquim Arango Vila-Belda, «Los censos de población española en perspectiva histórica» in *Jornadas de Estadística Española*, Madrid, 1981, tomo III, p.65.

²² David Sven-Reher, Angeles Valero Lobo, *op. cit.*, p. 22-23.

²³ No artigo primeiro afirma-se que “El Instituto Nacional de Estadística formará los Censos de la Población y Vivienda en los años terminados en uno, com referencia a una fecha comprendida entre el uno de marzo y el treinta y uno de mayo.” (*Boletín Oficial del Estado*, nº 305 de 24 de Dezembro de 1980).

²⁴ “Todos los Ayuntamientos formarán sus padrones municipales de habitantes cada cinco años, rectificándolos anualmente. En los años terminados en uno, la fecha de su formación coincidirá com la señalada para la de los Censos de Población y Vivienda. En los años terminados en seis, la fecha de su formación será la que se señala por Real Decreto entre el uno de marzo y el treinta y uno de mayo” (*Ibidem*).

Maio de 1981 e, por outro, uma indicação do Consejo Superior de Estadística que, a propósito do censo de 1970, já apontava os inconvenientes que o dia 31 de Dezembro pressupunha. Na verdade, o movimento sazonal da população nesta altura provocava “la pérdida de significación de las poblaciones de hecho y de algunos datos sobre actividad económica”²⁵, circunstância a que se pode juntar a climatologia adversa, curta duração do dia e a acumulação de trabalho nas secretarias dos “ayuntamientos”. Estes constrangimentos proporcionaram a formação de uma atitude favorável à mudança da data de realização dos censos pelo que, depois de uma série de consultas e atendendo às recomendações internacionais, o Real Decreto de 14 de Novembro de 1980 fixou como data de referência censitária o dia 1 de Março de 1981.

Outra das importantes novidades deste recenseamento foi a alteração da organização territorial de agrupamento dos dados como resultado da nova realidade político-administrativa do país. A constituição de 1978 estabeleceu um Estado descentralizado, baseado no princípio da autonomia, passando as comunidades autónomas a ser o núcleo central da administração regional e as províncias e os municípios da administração local. As comunidades autónomas passam então a ser, pela primeira vez, uma das principais estruturas de agregação da informação estatística. Os resultados são, portanto, apresentados a nível nacional, por comunidades autónomas e a nível provincial e municipal. Proporcionam-se também dados para “*entidades de población*”²⁶, definidas como “*entidad singular de población*”²⁷ e “*entidad colectiva*”²⁸ e, tal como em censos anteriores, por zonas (urbana, intermédia e rural²⁹).

²⁵ INE, *Proyecto para la realización del Censo de Población de 1981*, Madrid, 1982, p. 9.

²⁶ “Además de la división administrativa oficial en provincias y municipios, junto con las Comunidades Autónomas y Regiones, se utiliza en España una subdivisión de los municipios denominada entidad de población (...)” (INE, *Proyecto para la realización del Censo de Población de 1981...*, p. 22).

²⁷ “Se considerará como entidad singular de población a cualquier parte habitable del término municipal, habitada o excepcionalmente deshabitada, claramente diferenciada dentro del mismo, y que es conocida por una denominación específica que la identifica sin posibilidad de confusión. Por tanto, determinadas localidades, como urbanizaciones, zonas residenciales de temporada u otras, podrán tener, con carácter

Relativamente ao recenseamento anterior manteve-se, na generalidade, a mesma metodologia, desde a recolha e codificação dos questionários, a detecção de possíveis erros cometidos pelas delegações provinciais do Instituto Nacional de Estadística (INE), até ao formato final dos volumes da publicados. A unidade básica de recolha dos dados é o “*habitante*”³⁰ e como a sua identificação é feita, em geral, através das suas respectivas famílias, a família aparece como uma “*unidad censal adicional*”³¹. As principais características directas recolhidas nos questionários do recenseamento de 1981 podem ser agrupadas do seguinte modo: características geográficas (residência, local de nascimento, local de residência em 31/12/1970, local de trabalho ou estudo); relativamente à família (pessoa principal da família e parentesco ou relação com a pessoa principal da família); individuais (sexo, estado civil, data de nascimento, nacionalidade); culturais (“*instrucción elemental*”/instrução básica, estudos a frequentar, estudos realizados); económicas (relação com a actividade económica, ramo da actividade económica, profissão ou ocupação principal, situação profissional); finalmente, características relativas à fecundidade (número de filhos nascidos vivos e data do casamento). Quanto às características derivadas, base dos quadros publicados, incluem população presente e residente, população das “*entidades de población*”, população das áreas urbana, intermédia e rural, migrações inter-censitárias, formas de convivência, composição das

excepcional, la consideración de Entidades singulares de población, aunque no se encuentren habitadas en el momento del censo. Un municipio puede constar de una o varias entidades singulares de población.” (*Ibidem*).

²⁸ “Como unidad intermedia entre la entidad singular de población y el municipio existen en algunas regiones agrupaciones de entidades singulares, que conforman una entidad colectiva de población con propia personalidad que es preciso respetar. (...)” (*Ibidem*).

²⁹ “Zona urbana – Conjunto de entidades singulares de población con 10.001 o más habitantes de hecho. Zona intermedia – Conjunto de entidades singulares de población de 2.001 a 10.000 habitantes de hecho. Zona rural – Conjunto de entidades singulares de población con 2.000 ó menos habitantes de hecho” (*Idem*, p. 23).

³⁰ “Se define como Habitante a toda a persona física censable, considerándose como tal aquella que en el momento censal tenga su residencia en España o se encuentre en su territorio” (*Idem*, p. 17)

³¹ “A efectos censales, la Familia se define como el grupo de personas, vinculadas generalmente por parentesco, que hacen vida en común, ocupando normalmente la totalidad de una vivienda. (...)” (*Idem*, p. 17)

famílias (segundo o núcleo familiar e as classes de família, isto é, atendendo à existência ou não de núcleo familiar), idade, nível de instrução, população economicamente activa e não activa e condição socioeconómica.

Para o apuramento destas características utilizaram-se dois modelos de questionários, um para a “populación que vive en viviendas familiares” e outro para a que vive em alojamentos colectivos. A difusão dos resultados foi realizada através da publicação de quatro tomos. O primeiro diz respeito aos resultados nacionais e consta de dois volumes, um dedicado às classificações da população segundo as características a que já fizemos referência e o segundo volume diz respeito à população que vive em família. O tomo II recolhe os resultados por comunidades autónomas e tem a mesma estrutura do tomo I. O tomo III, resultados a nível provincial, consta de uma série de fascículos, organizados por província, uns dedicados à população total e outros para a população que vive em famílias e para os núcleos familiares. Os dados estão agrupados em quadros para o total provincial, capital, municípios maiores de dez mil habitantes individualizados e para o conjunto dos municípios de dez mil habitantes, ou menos, sem individualização. Relativamente a algumas características³² investigadas neste censo, apenas são publicados dados para o total da província, zonas urbana, intermédia e rural, para a capital e para cada um dos municípios maiores de 50 mil habitantes, para os que não ultrapassam este limiar só se considera o seu conjunto, sem individualização. Também no segundo volume do tomo IV, relativo aos resultados a nível municipal, apenas se recolhe a distribuição percentual das características de idade, sexo, nível de

³² População segundo a idade, sexo, estado civil, população com dez e mais anos segundo o nível de instrução e idade, população segundo a relação com a actividade económica, estado civil e idade, população segundo a relação com a actividade económica, nível de instrução e idade, população economicamente inactiva, segundo a classe de inactividade e idade, população segundo as formas de convivência, idade e estado civil, população segundo a idade e condição socioeconómica, famílias segundo o tamanho, classe e tipo de núcleo.

instrução e relação com a actividade, enquanto do volume I constam a população presente e residente dos municípios agrupados por província.

De realçar, portanto, que no recenseamento de 1981 não houve uma exploração exaustiva de todos os questionários recolhidos, a não ser para as características mais gerais, isto é, número de habitantes dos municípios, situação perante a residência e sexo. As restantes características da população foram apuradas a partir de uma amostra correspondente a cerca de 25% da população total³³ embora, para a população que vive em alojamentos colectivos, se tenha feito o apuramento exaustivo de todas as características. A justificação para a utilização deste procedimento prende-se, segundo o projecto para a realização deste recenseamento³⁴, com razões de ordem prática: diminuir os gastos e o tempo que medeia entre a recolha e a divulgação dos dados, para além de permitir uma concentração dos recursos disponíveis nas tarefas de codificação, gravação e verificação de uma parte dos questionários recolhidos, o que teria efeitos na melhoria da qualidade dos resultados. No entanto, a diminuição do período de tempo que decorria entre a recolha e a divulgação dos resultados nem sempre era conseguida, nomeadamente neste censo de 1981, já que precisamente a demora na publicação dos dados definitivos aumentou relativamente a censos anteriores, voltando a diminuir em 91³⁵.

Esta opção metodológica por um tipo de apuramento não exaustivo dos questionários recolhidos significa, portanto, que não se pode dispor de algumas variáveis, tanto directas como derivadas, para pequenas áreas geográficas, caso dos municípios. Os dados disponíveis são, assim, o resultado da aplicação de uma técnica de amostragem,

³³ INE, *Proyecto para la realización del Censo de Población de 1981...*, p.39.

³⁴ “La utilización del muestreo en los censos es actualmente una práctica habitual en la mayoría de los países. Tiene como objetivos fundamentales: un ahorro en el coste de la investigación, una reducción en el intervalo de tiempo que media entre la fecha de referencia censal y la publicación de resultados, y una mejora en la calidad de los resultados al concentrar los medios disponibles para la depuración, codificación, grabación y verificación en una parte de los cuestionarios recojidos.” (*Idem*, p. 39). Para o tipo de amostra utilizado, método de estimação e cálculo dos erros da amostra ver pp. 39-41.

pelo que a sua utilização em análises comparativas pressupõe alguns cuidados de modo a evitar possíveis condicionamentos das conclusões.

Uma das características dos recenseamentos espanhóis é serem acompanhados de um nomenclador, documento que se publica a partir de informação dos censos e que recolhe, principalmente, a distribuição das “*entidades de población*” pelo território nacional, segundo os seus respectivos habitats, classificados consoante as suas categorias administrativas (municípios, entidades de população, aldeias, paróquias, lugares, etc.) e a modalidade das suas construções. Embora inicialmente esta fonte tivesse sido concebida independentemente do recenseamento, passou posteriormente a ser considerada como mais uma das suas partes. Segundo David Reher e Ángeles Lobo, enquanto o recenseamento tem um carácter essencialmente demográfico, o *nomenclador* é basicamente uma fonte de natureza espacial, uma vez que se refere à distribuição da população no território, “determinando, hasta donde sea posible, las entidades de la población del municipio, el número de edificios y albergues, en función del número de plantas y si están o no habitadas”³⁶.

A estrutura e as características incluídas nos nomencladores têm-se mantido mais ou menos estáveis desde o princípio do século, embora se tenha ampliado a informação aí recolhida. No que diz respeito ao nomenclador de 1981 cada volume provincial consta de uma introdução sobre as características geográficas e geológicas da província (orografia, hidrografia, clima, toponímia), assim como sobre o tipo de construções dos edifícios e um mapa com o limite dos seus municípios. Incluí ainda uma classificação dos municípios por circunscrições judiciais, classificação das entidades e núcleos de população, respectiva área, distância em relação ao núcleo principal, altitude, população

³⁵ David Reher “Fuentes para el estudio de la población”, in Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España...*, p. 31.

residente e presente, por sexo, distribuição da população segundo o seu habitat (em núcleos de população ou dispersa) e o tipo de alojamento. Este é, pois, um tipo de documento muito útil, sobretudo para o estudo dos aspectos espaciais da população, podendo constituir um valioso complemento dos recenseamentos.

O recenseamento realizado em 1 de Março de 1991 veio acompanhado por uma forte polémica³⁷ motivada, em parte, por uma decisão do Tribunal Supremo, de 16 de Novembro de 1988, sobre um recurso de inconstitucionalidade de certas perguntas do *Padrón Municipal* - estatística da responsabilidade dos municípios, como veremos mais à frente - por violarem a confidencialidade dos dados individuais garantida pela Constituição. Esta circunstância levou a que perguntas que tradicionalmente faziam parte do *Padrón Municipal* como o estado civil, profissão, etc., deixassem de poder constar neste documento por se achar não serem necessárias para as relações jurídicas públicas. Assim, o INE considerou necessário alargar o âmbito do recenseamento no sentido de colmatar o que esta decisão supunha em termos de perda de informação. Entre as medidas tomadas saliente-se a decisão de gravar e explorar a totalidade da informação recolhida, ao contrário do que aconteceu nos recenseamentos anteriores, em que apenas se tratava uma amostra de 2% para os resultados provisórios e de 20-30% para os definitivos. Este facto tornou possível que, pela primeira vez, se pudesse obter, através do recenseamento, e não através dos "padrões", dados para áreas geográficas mais pequenas sem ser por amostragem. Também se permitiu que as comunidades autónomas pudessem incluir nos questionários que serviram de base a esta operação censitária

³⁶ *Op. cit.*, p. 71. Estes autores fazem, igualmente, uma panorâmica sobre a evolução histórica desta fonte, da sua estrutura e da informação que foi sendo incluída (*Idem*, pp. 71-73). Cf. Rafael Puyol Antolín, *La población*, Madrid, Ed. Síntesis, 1990, pp. 20-21.

³⁷ Ver por exemplo José Aranda Aznar, *La campaña contra el censo de 1991. Memorias para la memoria*, Madrid, Ed. do Autor, 1991; Aurora Justo Moreno, "La provisionalidad de los resultados de los censos de población y vivienda de 1991", *Economía y Sociedad. Revista de Estudios Regionales de la Comunidad de Madrid*, 6, Abril, 1992, pp. 161-166; David Reher, *op. cit.*, pp. 44-45.

perguntas específicas que considerassem necessárias para o exercício das suas funções³⁸. Outra característica inovadora deste censo foi a atenção dada ao conhecimento das migrações através da introdução de cinco perguntas que procuram recolher dados sobre o lugar de residência habitual em 1 de Março de 1990, em 1 de Abril de 1986 e 1 de Março de 1981. Para a população migrante nos últimos dez anos inquiriu-se o local de procedência e ano em que fixou, pela última vez, a sua residência no município e para os estrangeiros e apátridas o ano da sua última chegada a Espanha.

Relativamente ao censo anterior não se incluíram, no entanto, algumas questões que tinham constado em 1981: local de trabalho ou estudo, tempo despendido e meio de transporte utilizado na deslocação trabalho/estudo³⁹. Outra diferença prende-se com a população alvo de algumas perguntas, ainda que o teor destas fosse o mesmo, como por exemplo a indagação sobre a nacionalidade que, em 1981, só se dirigia aos estrangeiros e em 1991 se alargou aos espanhóis com dupla nacionalidade, ou a questão sobre o número de filhos nascidos vivos que, em 1981, era apenas dirigida às mulheres casadas e em 1991 a todas as mulheres.

Para a recolha dos dados necessários para responder aos objectivos fundamentais⁴⁰ do censo da população espanhola de 1991 foram utilizados quatro modelos de questionários: “para viviendas familiares y alojamientos”, “para viviendas no principales sin personas inscritas”, “para establecimientos colectivos” e outro para cada pessoa residente em alojamentos colectivos.

³⁸ INE, *Censos de Población y Viviendas 1991. Metodología*, Madrid, INE, 1994, pp. 7-9.

³⁹ *Idem*, pp. 81-85.

⁴⁰ Os objectivos gerais deste recenseamento são comuns ao anterior - contagem da população e dos edifícios e conhecimento das suas principais características - embora tivesse um âmbito mais alargado, fruto da exploração exaustiva de todos os questionários (*Idem*, pp. 11-12, 82).

As unidades básicas foram, à semelhança do que aconteceu em 1981, o habitante e a família⁴¹, mas especificando que “la identificación del habitante no se hace individualmente, sino que es preciso considerar sus relaciones de convivencia, por lo que la familia, el hogar y el núcleo familiar aparecen también como unidades básicas adicionales”⁴². Quanto às características directas e derivadas objecto de investigação neste recenseamento, seguiram-se de perto as já mencionadas para 1981, embora com as alterações conceptuais que enunciámos e que procuram reflectir as novas formas de vida e de convivência da população espanhola⁴³.

As publicações que se fizeram dos resultados definitivos do censo de 1991 foram estruturadas em duas publicações distintas, uma para as “características generales de la población” e outra para as “características de los hogares”. Para cada uma destas publicações fizeram-se três tomos diferentes: o tomo I para os resultados nacionais (incluí quatro apêndices dedicados à população estrangeira, características da população que reside em alojamentos colectivos, desagregação por comunidades autónomas e províncias e população presente); o tomo II está dedicado aos resultados por comunidades autónomas e províncias e o tomo III que contem os resultados municipais, organizados por províncias.

Em 1993 foram publicados os cinquenta volumes provinciais, mais um para Ceuta e Melilla, do *Nomenclatór de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población com especificación de sus núcleos*. Com uma estrutura semelhante ao de 1981, consta de uma breve introdução sobre as características geográficas e geológicas da

⁴¹ “La familia se define como el grupo de personas (dos o más) que, residiendo en la misma vivienda familiar, comparten algunos gastos en común y están vinculadas por lazos de parentesco, ya sean de sangre o políticos, e independientemente su grado (...)” (*Idem*, p.14). Como se refere mais à frente, nesta publicação sobre a metodologia deste censo, relativamente a 1981 houve uma alteração no conceito de família e, assim, “en el Censo de 1991, el concepto de hogar viene a sustituir lo que em el Censo de 1981 se conocía como familia” (p. 81)

⁴² *Idem*, p. 13.

provincia, quadro com municípios agrupados por circunscrições judiciais, população presente e residente, número de habitações familiares e alojamentos, tipo de povoamento (em núcleos ou disperso), densidade, superfície, altitude por entidades e núcleos de população, relação das entidades e municípios desaparecidos, criados ou que mudaram de nome, entre 1986 e 1991.

A avaliação da qualidade deste recenseamento constitui uma das preocupações do INE, nomeadamente a avaliação de possíveis erros de cobertura e/ou de conteúdo. Assim, para avaliar o recenseamento de 1991 utilizaram-se três procedimentos directos, um inquérito de avaliação, uma pesquisa sociodemográfica, para além de se terem confrontado os resultados de um inquérito à população activa com o censo da população⁴⁴.

Para além dos recenseamentos, podemos ainda contar com uma outra fonte, o *Padrón Municipal*, que é uma estatística oficial da responsabilidade dos municípios. As origens deste registo da população dos municípios remontam ao século XIX, embora seja a partir de 1965 que a sua periodicidade se torna regular⁴⁵. Segundo a lei que actualmente regula o *Padrón*⁴⁶, a Lei 4/1996, de 10 de Janeiro, que altera a Lei 7/1985, de 2 de Abril, na nova redacção que dá ao artigo 16 da lei "*Reguladora de las Bases del Régimen Local*", o *Padrón Municipal* é definido como "el registro administrativo donde constan

⁴³ Sobre as características investigadas neste censo ver pp. 19-38 e para uma comparação com 1981, pp. 81-82 (*Idem*).

⁴⁴ Para uma explicação sobre a metodologia destes procedimentos e análise dos resultados obtidos ver *Evaluación de la calidad de los censos de población y viviendas 1991. Análisis de la cobertura*, Madrid, INE 1992 e *Evaluación de la calidad de los censos de población y viviendas 1991. Análisis del contenido*, Madrid, INE, 1996.

⁴⁵ Sobre os antecedentes históricos do *Padrón Municipal* cf. Elena Ibarrola Muñoz, "Censo de Población, Padrón y Registros" in *Jornadas de Estadística Española*, Madrid, INE, 1981, Tomo II, pp. 29-39; Salustiano del Campo, M. Navarro López, *Nuevo análisis de la población española*, Barcelona, Ariel, 1992, 238-242; David Reher, Ángeles Lobo, *op. cit.*, pp. 76-77.

⁴⁶ Esta veio substituir a Lei 7/1985, de 2 de Abril, *Reguladora de las Bases del Régimen Local*, publicada no *Boletín Oficial del Estado* nº 80 de 3 de Abril de 1985 (ver o Título II, que diz respeito aos municípios, nos seus artigos 15 a 18) e o *Real Decreto* 1690/1986, de 11 de Julho, pelo que se aprova o *Reglamento de Población y Demarcación Territorial de las Entidades Locales*, publicada no *Boletín Oficial del Estado* nº

Artigo 15 do Real Decreto 1690/1986, de 11 de Julho.

los vecinos de un municipio. Sus datos constituyen prueba de la residencia en el municipio y del domicilio habitual en el mismo. Las certificaciones que de dichos datos se expidan tendrán carácter de documento público y fehaciente para todos los efectos administrativos”⁴⁷. Trata-se, portanto, de um registo aberto, em permanente actualização, uma vez que os cidadãos têm a obrigação de comunicar a sua situação a propósito de qualquer alteração da sua residência e/ou outro acontecimento vital (nascimentos, casamentos, óbitos)⁴⁸.

Até 1996, o *Padrón Municipal* devia, obrigatoriamente, registar sobre cada vizinho, dados relativos ao nome e apelidos, sexo, estado civil, profissão ou ocupação, nacionalidade, lugar e data de nascimento, número do bilhete de identidade ou de outro documento que o substitua, no caso de estrangeiros, domicílio, certificado do título escolar, académico ou profissional, parentesco ou relação com a pessoa principal da família e tempo de residência no município⁴⁹. Posteriormente, a declaração da inconstitucionalidade de algumas perguntas inseridas no *Padrón* obrigou, como já atrás observámos, a que alguns dados deixassem de constar nas folhas de inscrição padronal. Foi o caso do estado civil, profissão ou ocupação, do parentesco ou relação com a pessoa principal da família e do tempo de residência no município⁵⁰. Assim, na *Renovación del Padrón Municipal a 1 de mayo de 1996*, da exploração estatística que se fez das variáveis de inclusão obrigatória resultou a publicação, pelo INE, de dados agregados a nível nacional, autonómico, provincial e municipal. As variáveis directas analisadas foram o sexo, nacionalidade, lugar e data de nascimento, local da residência e as derivadas a

194, de 14 de Agosto de 1986 (Título II, “De la población y del Padrón Municipal”, sobretudo, nos artigos 62 a 87).

⁴⁷ *Boletín Oficial del Estado* n° 11, de 12 de Janeiro de 1996. Nesta nova redacção da Lei 7/1985 é suprimida a variável “situação perante a residência” desaparecendo, portanto, da definição deste documento os conceitos de *presente*, *ausente* e *transeunte* (cf. artigo 17 da Lei 7/1985).

⁴⁸ Artigo 68 do o *Real Decreto* 1690/1986, de 11 de Julho e artigos 63 e 68 do *Real Decreto* 2612/1996, de 20 de Dezembro, publicado no *Boletín Oficial del Estado* n° 14, de 16 de Janeiro de 1997.

⁴⁹ Artigo 65 do *Real Decreto* 1690/1986, de 11 de Julho.

idade, relação entre o lugar de residência e o lugar de nascimento e a dimensão dos municípios.

Este registo, para além de servir como prova de residência no município, o que supõe uma série de direitos e deveres para os seus habitantes, é a base da elaboração do recenseamento eleitoral. Por aqui se percebe uma diferença essencial entre o *Padrón* e o recenseamento, ou seja, enquanto este é um documento que tem finalidades estatísticas, aquele é um documento público que deve ser afixado nos municípios para possíveis reclamações, estando em constante actualização. Este carácter público tem, portanto, implicações a nível da confidencialidade dos dados o que constitui outra diferença fundamental em relação ao recenseamento.

Assim, as circunstâncias em que ocorre a produção do *Padrón Municipal* e o facto de não ter uma finalidade exclusivamente demográfica, antes é um documento vocacionado para utilizações administrativas, pode dar lugar a um certo enviesamento do volume final da população. Na verdade, uma vez que o volume da população pode suportar vantagens económicas, fiscais, de equipamentos sociais, é possível que o registo das entradas e saídas da população do município possa enfermar de alguma manipulação por parte dos “ayuntamientos”. Por outro lado, continua-se a utilizar, em muitos municípios, métodos manuais de registo o que não ajuda a agilizar o processo. Há, assim, situações diversificadas, ainda que, sobretudo da parte das comunidades autónomas, seja visível uma tendência para um maior controle deste processo no sentido de conferir maior fiabilidade a este documento⁵¹

Até 1996 as renovações do *Padrón Municipal* eram feitas nos anos terminados em zero e depois um, portanto em simultâneo com os censos, e nos anos terminados em

⁵⁰ Cf. artigo 57 do *Real Decreto* 2612/1996, de 20 de Dezembro.

⁵¹ Sobre estes aspectos ver Rafael P. Antolín, *La población...*, pp. 23-24 e Julio Vinuesa *et al.*, *Demografía. Análisis y proyecciones*, Madrid, Editorial Síntesis, 1994, p. 24-25,

cinco e depois seis, além de se fazerem rectificações anuais⁵². Com a entrada em vigor da Lei 4/1991, de 10 de Janeiro, foram suprimidas as renovações quinquenais, sendo a de 1996 a última que se realizou. A informação estatística proveniente da administração dos municípios era processada pelo INE, ou pela respectiva comunidade autónoma, nos anos terminados em cinco ou seis, constituindo por isso uma contagem intercalar da população, que pode completar e actualizar a dos recenseamentos. Nesses anos, 1965, 1975, 1986 e 1996⁵³, o Instituto fez publicações dessa estatística da população, o que não aconteceu nos anos que coincidem com a realização dos recenseamentos por causa da evidente sobrecarga que supõem as operações censitárias.

Em 1986, publicou-se pela primeira vez, coincidindo com uma rectificação anual não simultânea com um recenseamento, um *Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos* reduzindo-se, assim, a periodicidade deste tipo de fontes de dez para cinco anos. A difusão dos resultados, volumes provinciais, e a estrutura e características incluídas seguem, na generalidade, o nomenclador que acompanha os recenseamentos.

É nas estatísticas do *Movimiento Natural de la Población* que podemos encontrar os nascimentos, casamentos e óbitos que ocorreram no território espanhol. O primeiro volume foi publicado em 1863 pela Junta General de Estadística del Reino e incluía os dados relativos aos anos entre 1858 e 1861, provenientes ainda dos registos paroquiais. A instauração definitiva do registo civil, em 1870, fez com que estas publicações

⁵² No artigo 66.2 do *Real Decreto* 1690/1986, de 11 de Julho, dizia-se que “El Padrón se renovará cada cinco años, rectificándose anualmente. En los años terminados en 1, la fecha de renovación coincidirá con la señalada para los censos de población y vivienda. En los años terminados en 6, la fecha de su renovación será la que se señale por el Real Decreto entre 1 de marzo y el 31 de mayo.”

⁵³ A exploração estatística dos dados do *Padrón Municipal de Habitantes* de 1986 é o resultado do processamento da informação proveniente dos “ayuntamientos”, segundo uma amostra de aproximadamente 25% das folhas de inscrição padronal, embora em algumas ocasiões se tenha considerado a totalidade dos questionários. Por outro lado, a nível municipal só dispomos de dados desagregados por população residente, presente e por sexo; as outras características só aparecem individualizadas por província, respectiva capital e municípios com mais de 50 mil habitantes. Já no *Padrón* de 1996 fez-se uma exploração exaustiva de todos os questionários.

estatísticas, embora ainda com uma periodicidade algo irregular, passassem então a basear-se inteiramente nos dados que daqui provinham. Será a partir de 1900 que esta publicação se irá tornar anual, fixando-se um formato de apresentação dos dados que apenas pontualmente foi modificado até há pouco tempo. Normalmente a informação aí recolhida é divulgada em um ou dois volumes, cuja estrutura poucas alterações tem sofrido. Destaque-se que a classificação dos óbitos infantis por semana e por meses, presente em algumas publicações do princípio do século, só volta a constar a partir de 1950 e que é a partir de 1922 que os nascimentos são classificados segundo a idade da mãe, o que vai permitir o cálculo de taxas específicas de fecundidade.

1975 vai constituir um importante marco, pois começaram a ser incluídos os nascidos vivos falecidos durante as primeiras 24 horas, o que significa que se passou a utilizar uma definição biológica de “nado-vivo”⁵⁴, com a conseqüente repercussão no conceito de óbito. Outra modificação importante foi a que diz respeito à classificação dos fenómenos demográficos, segundo o lugar de residência das pessoas afectadas e não só pelo local de registo dos sucessos continuando-se, todavia, a manter a classificação segundo o local de inscrição do sucesso de forma a não interromper as série temporais. Por outro lado, o aparecimento das comunidades autónomas veio, também aqui, ampliar, a partir de 1979, a tradicional agregação territorial dos dados e que abrangia o total nacional, províncias e respectivas capitais e municípios de certo tamanho.

A partir da década de 80 alarga-se a quantidade de informação publicada nos volumes do *Movimiento Natural de la Población*, relativamente às publicações de princípio e meados do século. Geralmente podemos dispor de três tomos, um para os totais nacionais e sua distribuição por províncias, outro para as comunidades autónomas, suas províncias, respectivas capitais e municípios com mais de 100 mil habitantes e o

⁵⁴ José Ignacio Soriano, “Estatística del movimiento natural de la población”, *Revista de Estadística Española*, 1981, tomo III – “Estructura y características vitales”, pp. 41-50; David Rowe,

terceiro para as classificações especiais dos óbitos por causas de morte. Em 1990, embora mantendo-se este formato básico, aumentam o número de quadros publicados. Caso do tomo II onde, nos dezoito volumes correspondentes a cada uma das comunidades autónomas, se alarga o número de quadros para os nascimentos, casamentos e óbitos passando a incluir, por exemplo, os nascimentos segundo a ordem e ano, por anos exactos da mãe, nascimentos por meses e residência da mãe ou, para os óbitos, segundo o estado civil, ano de nascimento e idade exacta, por meses e lugar de residência e, para os óbitos de menores de um ano, por sexo e idade.

Os nascimentos, nos quadros que lhe dizem respeito, são classificados de forma mais pormenorizada do que em Portugal. No que diz respeito aos pais a informação é desagregada por idades, residência, profissão e indicando ainda os intervalos intergenésicos. Quanto a características do parto e da criança, distinguem os partos normais dos partos difíceis, os nascimentos no término do tempo de gestação ou prematuros, discriminando em alguns quadros o tempo de gestação e o peso. Também as mortes fetais seguem na generalidade as variáveis utilizadas nos nascimentos. Os casamentos são desagregados segundo a idade, profissão, estado civil anterior de cada cônjuge, residência anterior e local da celebração. Quanto aos óbitos são desagregados por meses, profissão, idade, estado civil, lugar de residência e da ocorrência do falecimento.

No que diz respeito à agregação geográfica destes dados, além de se apresentarem totais de cada uma das comunidades autónomas e suas províncias, respectivas capitais e municípios com mais de 100 mil habitantes, também se recolhem os dados básicos para municípios maiores de 10 mil habitantes e um resumo dos fenómenos demográficos por município. Assim, podemos encontrar nestas publicações informação, individualizada

⁵⁴ José Vicente Sestafe, "Estadística del movimiento natural de la población", *Jornadas de Estadística Española*, INE, 1981, tomo III - "Ponencias y comunicaciones invitadas", pp. 41-50; David Reher,

para os municípios com mais de 10 mil habitantes e para o conjunto dos que não atingem aquele quantitativo, nascimentos segundo o lugar de residência da mãe, ou segundo o local de inscrição do sucesso, e o sexo, nascimentos e partos segundo a “*maturidade*”, normalidade do parto, assistência sanitária e a residência da mãe, casamentos segundo a residência anterior e profissão do marido e óbitos segundo o lugar de residência e o local do falecimento, por sexo. Para todos os municípios podemos dispor dos totais de nascidos vivos, mortes fetais tardias por residência da mãe, casamentos segundo o lugar onde os contraentes fixaram a sua residência, óbitos segundo o lugar de residência e crescimento natural.

Daqui decorre que, para os municípios que não atingem o patamar dos 10 mil habitantes, uma maior desagregação dos dados, por exemplo por sexo e idades, só é disponibilizado para o conjunto desses municípios ou, eventualmente, em grupos, mas nunca individualizados de modo a preservar o segredo estatístico⁵⁵.

Sendo assim, para as estatísticas de nascimentos por grupos de idade da mãe e sexo, óbitos por sexo e grupos de idade e óbitos de menores de um ano por sexo apenas dispomos, em cada província, da informação individualizada por municípios desde que tenham mais de 10 mil habitantes; para os outros os dados são reunidos num grupo e por província⁵⁶. Já em Portugal dispomos destes mesmos dados para todos os concelhos.

Ángeles Lobo, *op. cit.*, pp. 87-91, David Reher, *op. cit.*, pp. 35-42, Rafael P. Antolín, *op. cit.*, p. 22.

⁵⁵ O diminuto volume de população de muitos destes municípios torna complicada a desagregação máxima dos fenómenos sem incorrer na violação do segredo estatístico, para além de os resultados se tornarem estatisticamente pouco relevantes.

⁵⁶ O que significa que, para as províncias consideradas, dispomos em 1981, 1986, 1991 e 1996: em Pontevedra, num total de 61 municípios, dados individualizados para 23, em 1981 e em 1996, e para 25 em 1986 e 1991; Ourense, de 92 para quatro e cinco, em 1986; Zamora, em 249 (1981) e em 248 (1986, 1991 e 1996) para dois; Salamanca, em 357 municípios, em 1981, e 362, em 1986, 1991 e 1996, para três (embora não sendo os mesmos para 1981 e 1991); em Cáceres, em 218 (1981, 1986 e 1991) e 219, em 1996, para quatro; Badajoz, em 162 para dez (embora não sendo os mesmos para 1981, 1986 e 1991) e em 1996, em 163 para nove; na província de Huelva dos 79 municípios que a integram, apenas oito, em 1981 e 1986, e onze, em 1991 e 1996, têm mais de 10 mil habitantes. Apenas como comparação verificámos o volume da população nos concelhos que fazem parte das NUTS III de fronteira, nos recenseamentos de 1981 e 1991. Concluímos que dos dez concelhos que integram o Minho-Lima todos tinham mais de 10 mil habitantes nos dois recenseamentos; no Cávado, dos 6, só as Terras do Bouro não tinham atingido aquele

Todavia, como estes dados não são objecto de publicação, o seu acesso está sujeito a uma pesquisa especial elaborada pelos serviços específicos do INE, o que aconteceu para os municípios das províncias objecto da nossa análise.

O estudo dos movimentos migratórios reveste-se de uma problemática muito específica que os distingue dos outros fenómenos demográficos e que passa, não só por questões conceptuais e metodológicas, como pelas fontes que recolhem os dados estatísticos referentes às migrações.

Anteriormente à década de sessenta, não existia nenhuma fonte⁵⁷ de informação directa sobre o volume e sentido dos movimentos migratórios dentro do território espanhol. As estatísticas mais relevantes que permitem uma medição das migrações inter-regionais são os censos, as estatísticas elaborados a partir da exploração do *Padrón Municipal* e o inquérito às migrações internas. No que diz respeito aos censos, já em 1877 tinha sido introduzida uma pergunta sobre o local de nascimento, embora os quadros correspondentes ao nível provincial só tivessem sido publicados nos censos de 1920, 1930 e 1940, reaparecendo depois em 1970, 1981 e, sobretudo, em 1991. Este último censo revela aliás, como já tivemos oportunidade de salientar, um interesse renovado por esta temática ao incorporar um conjunto de perguntas que procuram cobrir retrospectivamente todo o período inter-censitário.

A segunda fonte é decorrente da obrigação de qualquer pessoa, quando muda de residência, em solicitar a sua baixa no “*padrón*” do município onde residia e a

quantitativo, em 1991; no Douro, num total de 19 concelhos, nove registaram menos de 10 mil habitantes nos dois recenseamentos e 4 só em 1981; em Alto Trás-os-Montes, dos 14 concelhos, cinco nem em 81 nem em 91 chegaram aos 10 mil habitantes; na Beira Interior Norte, em nove concelhos, três não chegaram àquela fasquia e um decresceu em 91; na Beira Interior Sul dos seus quatro concelhos, metade não chega aos 10 mil habitantes; no Alto Alentejo o peso dos concelhos com mais de 10 mil habitantes é menor, em 14 concelhos só três atingiram aquele número nos dois recenseamentos e um apenas em 81; no Alentejo Central em 14, nove não atingiram aquele número; nos 13 concelhos que integram o Baixo Alentejo, sete não chegaram aos 10 mil habitantes e dois só em 1981; no Algarve, dos 16 concelhos, apenas seis têm menos de 10 mil habitantes.

⁵⁷ Cf., sobre as fontes disponíveis para os o estudo das migrações em Espanha e suas limitações, Julio Vinuesa *et alii.*, *op. cit.*, pp.132-142; Rafael P. Antolín, *op. cit.*, pp. 23-25.

incorporação no da nova residência. A partir destas saídas e entradas nos padrões dos diferentes municípios é elaborada uma *Estadística de Variaciones Residenciales*, onde se recolhe, para cada província, o número de emigrantes e imigrantes e algumas das suas características (sexo, grupos de idade, estado civil, tipo de actividade). Apesar de lhe ser apontada uma certa tendência para o subregisto, fruto da especificidade do contexto em que se realiza a recolha dos dados, esta fonte tem-se revelado como um bom indicador das direcções dos fluxos migratórios e “es la única fuente directa que existe en España sobre los movimientos migratorios y com una extensión temporal significativa, ya que abarca desde comienzos de los años sesenta hasta la actualidad.”⁵⁸. A partir de 1979 aumenta-se a informação recolhida com os dados que dizem respeito às entradas procedentes do estrangeiro e, depois de 1983, ao distinguir entre os retornos dos espanhóis que residiam no estrangeiro e os estrangeiros que chegam a Espanha com intenção de aqui fixar a sua residência. Inicialmente publicados no *Anuário Estadístico de España* e no *Boletín de Estadística*, a partir de 1983 estes dados passam a figurar numa publicação denominada *Migraciones. Resultado por Comunidades Autónomas* que, além disso, também incluíam informações referentes aos estrangeiros que residem em Espanha, recolhidos pela Dirección General de Policía, e à emigração permanente. Em 1985, surge uma nova etapa nas publicações sobre migrações ao ser aumentada a quantidade de informação e passando a ter uma periodicidade anual. E, a partir de 1985, com o novo tratamento dado à informação, é possível dispor de dados individualizados, para cada pessoa que realize uma migração, e que são a base da construção de ficheiros provinciais.

A terceira fonte, recolhe uma investigação por amostragem que se realiza anualmente desde 1980, em simultâneo com a *Encuesta de población activa*. Uma vez

⁵⁸ Julio Vinuesa *et al.*, *op. cit.*, p. 138.

que é dirigido ao conjunto do país, não se apresentam, portanto, dados desagregados para as unidades territoriais, não a considerámos na nossa análise.

3. A qualidade dos dados

O conhecimento do grau de qualidade e validade dos dados censitários, é uma das fases fundamentais dos estudos que têm por base estes documentos, uma vez que o resultado desta análise acaba por induzir as opções metodológicas e as conclusões que se venham a elaborar. O aperfeiçoamento das operações censitárias, no tempo e no espaço, tem criado mecanismos que tornam os resultados dos recenseamentos cada vez mais precisos, ainda que a perfeição seja de difícil alcance. Na verdade, apesar das precauções, subsistem formas de omissão decorrentes da dificuldade em identificar todos os indivíduos presentes num determinado território, seja por estarem deslocados, por viverem em zonas isoladas, ou densamente povoadas, onde a mobilidade facilita o anonimato. Outra ocorrência, embora menos frequente, diz respeito à dupla contabilização de indivíduos. Um recenseamento pode, assim, enfermar de erros e omissões de carácter quantitativo, as que acabámos de enunciar, e/ou de carácter qualitativo, como sejam as deficientes declarações de idade, da situação matrimonial, da

nacionalidade, etc.⁵⁹. E o grau de omissão, duplicação ou má inserção numa determinada categoria adoptada, é variável, mais frequente em países menos desenvolvidos, ou em épocas mais recuadas, mais atenuado nos países mais desenvolvidos. Isso não significa, no entanto, que também nestes países com sistemas estatísticos mais apurados não possam existir erros que acabam por influenciar, não só o volume final da população, como o conhecimento da sua estrutura por sexo, idade e estado civil, características fundamentais para a análise demográfica. Por isso, se têm desenvolvido vários métodos para detectar e estimar o grau de erro da população recenseada, mas também para corrigir dados incorrectos⁶⁰.

Todavia, convém desde já ressaltar que os desajustamentos que a aplicação destas metodologias torna visíveis, não se podem imputar exclusivamente à recolha e posterior organização dos dados. Alterações da mortalidade, natalidade ou dos movimentos migratórios são fenómenos que podem perturbar a estrutura de uma população e, portanto, “confundir” uma correcta interpretação dos resultados da aplicação destes testes de controle da qualidade dos dados censitários. Efeitos que, no entanto, não perturbam da mesma forma os vários métodos de avaliação. Em Portugal, como já notou Nazareth, são os movimentos migratórios o principal elemento

⁵⁹ Sobre a problemática das lacunas nos recenseamentos cf. entre outros Hubert Gérard, Guillaume Wunsch, *Comprendre la démographie. Méthodes d'analyse et problèmes de population*; Verviers, Marabout Université, 1973, pp.19-34; Henry Shryock, Jacob Siegel, *The methods and materials of demography*, New York, Academic Press, 1976 (edição condensada), pp. 11-47; Custódio Cónim, *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários. Recenseamentos da população 1864-1970*, Lisboa, INE, 1980, série “Estudos”, nº57; Roland Pressat, *Les méthodes en démographie*, Paris, PUF, 1981, pp. 7-12; Massimo Livi-Bacci, *Introducción a la demografía*, Barcelona, Ariel, 1993, 20-24.

⁶⁰ Para a explicitação destas metodologias ver INED-INSEE-ORSTOM-SEAE, *Sources et analyse des données démographiques*, 2^{ème} partie – Ajustement des données imparfaites, Paris, 1974, pp. 9-34; Henry Shryock, Jacob Siegel, *op.cit.*, pp. 116-128; Custódio Cónim, *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários...*; J.M.Nazareth, *Princípios e métodos...*, pp. 185-197; *Idem*, *Introdução à Demografia. Teoria...*, pp.106-112; Massimo Livi-Bacci, *op. cit.*, pp. 20-34.

perturbador da análise da qualidade dos dados, devido às variações conjunturais da sua intensidade e à forma selectiva como actuam na distribuição dos sexos e das idades⁶¹.

A avaliação dos recenseamentos portugueses tem sido feita por vários autores, utilizando diferentes metodologias e níveis de agregação⁶², pelo que optámos por testar apenas a qualidade dos dois últimos recenseamentos, 1981 e 1991, fontes principais da nossa análise. A mesma opção metodológica foi seguida para a análise dos recenseamentos espanhóis⁶³.

A contemporaneidade destes dois recenseamentos fizeram-nos optar pela aplicação do Índice Combinado das Nações Unidas (ICNU), visto ser um método que normalmente se utiliza em dados do tipo dos que estamos a trabalhar e, por outro lado, descartar a necessidade de quantificar a possível atracção por determinadas idades. Isto não significa o desaparecimento da possibilidade de existência de arredondamento em certas idades, mas sem a mesma relevância estatística de épocas anteriores⁶⁴.

O ICNU é um índice proposto pelo serviço demográfico das Nações Unidas que procura medir a qualidade global de um recenseamento através de dois indicadores de regularidade das idades (um para cada sexo) e um indicador de masculinidade. No

⁶¹ J. M. Nazareth, "Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-1970)"..., pp. 924-927; *O envelhecimento da população...*, p. 73.

⁶² Para além de Nazareth que analisou os recenseamentos entre 1930 e 1970, a nível do país e distrito (ver referências na nota anterior, nota 51), veja-se Custódio Cónim, *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários. Recenseamentos da população 1864-1970...*; Gilberta Rocha, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991, pp. 33-35 (dados referentes aos Açores, 1900-1981); M^a José Carrilho, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português", *Estudos Demográficos*, n^o 30, 1991, pp.11-20 (avaliação dos recenseamentos entre 1890 e 1981); Teresa Rodrigues, *Lisboa no século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993, pp. 94-99 (numeramentos e recenseamentos, entre 1801 e 1900, para o país, distrito e concelho de Lisboa); Maria Luís Rocha Pinto, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993, pp.173-188 (entre 1801 e 1900, para o país e para a região em estudo).

⁶³ Para uma análise dos recenseamentos espanhóis entre 1900 e 1960, cf. Joaquín Leguina, *Fundamentos de demografía*, Madrid, Siglo XXI, 1992, 5^a edição, pp. 296-310.

⁶⁴ Gilberta Rocha, aplicando o Índice de Wipple ao recenseamento de 1981, nos Açores, concluiu da boa qualidade deste censo, visto que os resultados se enquadram nos valores definidos por este índice para a inexistência de qualquer preferência pelas idades terminadas em zero ou cinco (*op. cit.*, p. 34).

primeiro caso, calcula-se a relação entre os efectivos de cada grupo etário e a média obtida a partir dos grupos quinquenais enquadrantes e, fazendo-se a diferença a 100, obtemos indicação sobre a regularidade (ou não) das idades. Com o indicador de masculinidade medem-se as diferenças sucessivas das relações de masculinidade entre os grupos etários. Depois, cada um destes índices é calculado a partir das médias dos valores absolutos das diferenças encontradas. O índice combinado, o ICNU, resulta da aplicação de um coeficiente 3 ao índice de masculinidade, visto ser o que melhor reflecte as irregularidades provocadas pela má qualidade da informação, que depois é somado aos índices de regularidade das idades, mais influenciados por irregularidades reais.

As Nações Unidas propõem ainda uma grelha de avaliação dos resultados: se os valores são inferiores a 20 significa que o recenseamento é bom, correspondendo a variações fracas ou médias das estruturas; valores entre 20 e 40, reflectem variações nas estruturas relativamente fortes, ou seja, um recenseamento mau; finalmente valores acima dos 40 indiciam um recenseamento muito mau, com variações extremas ou muito pronunciadas das estruturas⁶⁵.

A aplicação deste índice não deixa, no entanto, de estar sujeita a algumas precauções necessárias, uma vez que as perturbações das variáveis micro-demográficas podem produzir distorções consideráveis, misturando as que se devem a erros do recenseamento, com as distorções reais. Circunstância que não é de todo negligenciável na análise dos resultados finais da aplicação desta metodologia aos dados da estrutura populacional das regiões raianas portuguesas e espanholas. O forte êxodo que marcou sobretudo os anos 60 e 70, a selectividade que os caracterizou e os reflexos tendenciais na estrutura da sua população, influenciaram o comportamento da natalidade e da

⁶⁵ Sobre este método ver, INED-INSEE-ORSTOM-SEAE, *Sources et analyse des données démographiques...*, pp. 18-22; Henry Shryock, Jacob Siegel, *op. cit.*, pp. 125-127; Custódio Cónim, *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários...*, pp. 66-94; J. M. Nazareth, *Princípios e métodos de análise...*, pp. 191-192; *Idem*, *Introdução à demografia...*, pp. 110-111.

mortalidade. É assim possível que anomalias que possam vir a ser detectadas, sejam o resultado de desajustamentos provocados pelas consequências destes fenómenos demográficos e não, primariamente, por imperfeições dos censos.

Calculámos este índice combinado, tanto para os recenseamentos portugueses como para os espanhóis, ao nível das NUTS III, no sentido de evitar as distorções aleatórias que facilmente surgem em populações de dimensão muito reduzida, como acontece em muitos concelhos portugueses⁶⁶ e, de forma ainda mais acentuada e generalizada, nos municípios espanhóis. Além disso, como já notámos, para o recenseamento espanhol de 1981 não dispomos de informação por sexo e idade para todos os municípios, apenas as percentagens que resultam do apuramento feito a partir de uma amostra correspondente a cerca de 25% da população total, o que dificulta o cálculo do ICNU ao nível municipal.

Pelo facto de estarmos a trabalhar com populações de reduzida dimensão estatística (inferiores a um milhão de habitantes), procedemos a um ajustamento dos índices directamente observados⁶⁷. Estão neste caso todas as NUTS III portuguesas e todas as províncias espanholas consideradas. A introdução deste coeficiente de correcção é particularmente indicado para fazer análises comparativas de populações com características semelhantes. E, ainda mais, quando pretendemos enquadrar e confrontar estes resultados com os obtidos para o total de cada uma das regiões fronteiriças e para o conjunto dos respectivos territórios nacionais peninsulares, para os quais também calculámos o ICNU, devido às diferentes dimensões das populações de cada conjunto.

⁶⁶ Circunstância registada por Gilberta Rocha nas ilhas açoreanas (*op. cit.*, pp. 32-33).

⁶⁷ Para corrigir as flutuações aleatórias dos efectivos de dimensões reduzidas utilizámos o seguinte método: $J = A + S$, sendo que J é o índice observado, A , o verdadeiro índice e S , a perturbação resultante da dimensão da população. O coeficiente S tem diferentes níveis médios de ajustamentos a aplicar a A , em função dos efectivos populacionais, e que consta de uma tabela que contempla populações entre os 4 400 e um milhão de indivíduos (INED-INSEE-ORSTOM-SEAE, *Sources et analyse des données démographiques...*, pp. 22-24).

Vejamos então quais os resultados a que chegámos, quer dos valores calculados quer dos corrigidos (ver no *Anexo 1* todos os cálculos a que procedemos e respectivos ajustamentos). Numa primeira aproximação, podemos observar (*Quadro 10*) que os índices dos territórios nacionais peninsulares e para o conjunto das respectivas áreas fronteiriças não só têm valores semelhantes, como se encontram dentro dos parâmetros indicadores de recenseamentos de boa qualidade, melhorando de 1981 para 1991.

Quadro 10 - Índice Combinado das Nações Unidas, na fronteira luso-espanhola (1981-1991)

| | 1981 | | 1991 | |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Calculado | Corrigido | Calculado | Corrigido |
| Minho-Lima | 22,1 | 18,1 | 17,9 | 13,9 |
| Cávado | 15,2 | 12,2 | 13,7 | 10,7 |
| Douro | 27,2 | 23,2 | 22,7 | 18,7 |
| Alto Trás-os-Montes | 35,5 | 31,5 | 26,5 | 22,5 |
| Beira Interior Norte | 28,5 | 21,5 | 17,6 | 10,6 |
| Beira Interior Sul | 26,0 | 17,0 | 27,0 | 18,0 |
| Alto Alentejo | 23,3 | 16,3 | 13,9 | 6,9 |
| Alentejo Central | 19,8 | 14,8 | 19,8 | 14,8 |
| Baixo Alentejo | 22,4 | 16,4 | 18,5 | 12,5 |
| Algarve | 16,1 | 13,1 | 14,9 | 11,9 |
| Fronteira | 17,5 | - | 13,2 | - |
| Portugal (Cont.) | 13,1 | - | 12,0 | - |
| Pontevedra | 17,7 | 16,7 | 20,6 | 19,6 |
| Ourense | 21,2 | 19,2 | 19,4 | 16,4 |
| Zamora | 44,8 | 40,8 | 24,6 | 19,6 |
| Salamanca | 25,6 | 22,6 | 17,0 | 14,0 |
| Cáceres | 31,9 | 29,9 | 18,9 | 16,9 |
| Badajoz | 31,4 | 30,4 | 19,5 | 18,5 |
| Huelva | 24,7 | 22,7 | 15,8 | 13,8 |
| Fronteira | 20,3 | - | 15,3 | - |
| Espanha (Pen.) | 16,2 | - | 14,0 | - |

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991, Lisboa, INE.. *Censo de Población*, 1981, 1991, Madrid, INE.

Todavia os índices das regiões fronteiriças registam valores mais elevados que os conjuntos nacionais, sobretudo em 1981, possivelmente fruto de distorções reais das estruturas etárias e por sexo.

Já numa análise ao nível regional, deparamos com variações tanto entre os dois recenseamentos, como entre regiões. Em 1981, das dezassete regiões, oito registam valores corrigidos do ICNU que já os colocam na classificação de dados de má qualidade, havendo o caso extremo de Zamora que, mesmo com o ajustamento, tem um valor de 40,8 o que pode não só significar má qualidade da recolha, como distorções reais nas estruturas por sexo e idades. Aliás, se examinarmos os três índices que entram na composição do ICNU (ver *Anexo 1.2*), podemos verificar que é Zamora a província que tem valores mais elevados, tanto do índice de masculinidade como dos índices de regularidade das idades e quer no sexo feminino como no masculino, o que pode denunciar os efeitos das migrações selectivas das décadas de sessenta e setenta⁶⁸ na estrutura populacional desta província.

Pelo contrário no Cávado, Alentejo Central, Algarve e Pontevedra, tanto os valores calculados como os ajustados, são inferiores a 20, ou seja, estão no patamar que corresponde a um bom recenseamento, com poucas variações nas estruturas. Veja-se que, com excepção do Alentejo Central, todas as outras regiões são as que registam mais efectivos populacionais das respectivas fronteiras o que, em parte, vem confirmar o facto de nas populações com uma dimensão mais reduzida se repercutirem, de forma mais acentuada, os fenómenos demográficos, bem como dar consistência à nossa opção de não calcular este índice a nível concelhio e municipal.

Podemos ainda salientar o facto de, em 1981, serem as NUTS III da metade Norte de Portugal, à excepção do Minho-Lima e Cávado, que apresentam valores mais

⁶⁸ Sobre a intensidade das migrações na província de Zamora *cf.*, López Trigal, *Zamora. Un espacio de frontera...*, pp. 56-57.

elevados, com a Beira Interior Sul a aproximar-se mais das regiões do sul, apesar de ter sido a única das NUTS portuguesas cujo ICNU aumentou de 1981 para 1991. Não deixa de ser interessante assinalar a coincidência de serem estas mesmas regiões as que acusaram maior volume de emigração no período de maior intensidade deste movimento, isto é, entre 1960 e 1970. Nas regiões da raia espanhola foi Pontevedra que viu piorar a qualidade dos seus dados, embora desse lado da fronteira sejam as províncias galegas que, nos dois recenseamentos, apresentam sempre dados de boa qualidade. Por outro lado, se compararmos os valores corrigidos das duas fronteiras, notamos que, em termos genéricos, são as regiões espanholas que têm valores mais elevados, tanto em 1981 como em 1991, conquanto seja do lado português que, no último recenseamento, aparece uma região acima dos 20, Alto Trás-os-Montes.

Uma vez que também utilizámos os dados provenientes dos “padrões municipais” considerámos conveniente verificar a qualidade dos mesmos. Relembramos, no entanto, que o contexto em que esta fonte é produzida pode, à partida, causar algumas distorções nos volumes estruturais apurados. Calculámos, pois, o ICNU para as províncias que constituem o centro da nossa análise e fizemos também os ajustamentos necessários para efectivos populacionais de reduzidas dimensões (os cálculos completos podem ser consultados no *Anexo 1.2*).

1996, continua a ser o mesmo, com o mesmo nível de regularidade de resultados de qualidade, mas elevado no caso português de que no domínio. Esta circunstância pode ser explicada, entre os motivos de irregularidade e de irregularidade que caracterizam os movimentos migratórios e cuja consequência se vai tornando mais visível nos anos seguintes. Em 1991 e 1996, os níveis de regularidade de dados de regularidade das fontes, são semelhantes a 1981 e 1991.

Veja-se ainda que, em termos gerais e, portanto, quando comparamos o recenseamento de 1991 com o Padrão de 1981, os índices corrigidos deste são mais

Quadro 11 - Índice Combinado das Nações Unidas, no Padrón Municipal (1986 e 1996)

| | 1986 | | 1996 | |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Calculado | Corrigido | Calculado | Corrigido |
| Pontevedra | 23,2 | 22,2 | 20,8 | 19,8 |
| Ourense | 26,2 | 24,2 | 21,9 | 18,9 |
| Zamora | 31,2 | 27,2 | 25,8 | 20,8 |
| Salamanca | 22,8 | 19,8 | 18,1 | 15,1 |
| Cáceres | 28,6 | 26,6 | 20,8 | 18,8 |
| Badajoz | 25,2 | 24,2 | 20,9 | 19,9 |
| Huelva | 18,0 | 16,0 | 18,1 | 16,1 |
| Fronteira | 19,4 | - | 16,2 | - |

Fonte: *Padrón de Habitantes 1 de Abril de 1986*, Madrid, INE, 1987; *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

Tal como verificámos nos recenseamentos, há uma melhoria dos resultados do primeiro para o segundo *Padrón* analisado (*Quadro 11*). Repare-se que, em 1986, só Salamanca, Huelva e o conjunto das regiões fronteiriças, registam valores dentro dos parâmetros considerados de boa qualidade pela grelha proposta pela ONU, enquanto em 1996 só Zamora se situa ligeiramente fora desse parâmetro. Como vemos, Zamora continua a protagonizar os valores mais elevados do ICNU o que pode, também aqui, estar relacionado com distorções reais das estruturas por sexo e idades. Até por que, em 1996, continua a observar-se o mesmo comportamentos do índice de regularidade das idades, mais elevado no sexo masculino do que no feminino. Esta circunstância pode ser reflexo, como já dissemos, da intensidade e da selectividade que caracterizou os movimentos migratórios e cujas consequências se vão mostrando menos vincadas nos anos seguintes. Em 1991 e 1996, os níveis do sexo masculino, do índice de regularidade das idades, vão diminuindo relativamente a 1981 e 1986.

Veja-se ainda que, em termos gerais e, sobretudo, quando comparamos o recenseamento de 1991 com o *Padrón* de 1996, os índices corrigidos deste são mais

elevados do que naquele. Este facto pode estar relacionado com as circunstâncias em que ocorre a produção deste documento e a que já fizemos referência.

Relativamente às estatísticas demográficas, utilizámos a relação de masculinidade dos nascimentos que, embora não permita avaliar a qualidade geral das estatísticas dos nascimentos, é um índice muito utilizado para apreciar a qualidade do registo de nascimentos por sexos. Esta metodologia, ao medir o número de nascimentos masculinos por cem nascimentos femininos, permite observar se as declarações de nascimentos reflectem algum desequilíbrio no que diz respeito ao sexo, apesar de que também é verdade que pode existir um equilíbrio e uma subestimação geral. De qualquer forma, sabendo-se que a relação de masculinidade dos nascimentos ronda os 105, os desvios em relação a este valor médio podem significar a existência de erros de observação, como sejam omissões mais acentuadas num sexo.

No sentido de ultrapassar as variações aleatórias, nomeadamente consequência do reduzido volume de nascimentos que estamos a observar, calculámos intervalos de variação que permitem precisar o intervalo de confiança da variação do erro, relacionado com a existência de populações pouco numerosas⁶⁹. Este procedimento revela-se de extrema importância quando pretendemos analisar efectivos reduzidos como os que caracterizam os concelhos e os municípios com que trabalhamos.

Para Portugal, começámos por calcular as relações de masculinidade e respectivos intervalos de confiança para todos os 119 concelhos das NUTS III de fronteira e para o seu conjunto, entre 1980 e 1996. No caso dos municípios das províncias espanholas, uma vez que apenas dispomos dos nascimentos, por sexo, de forma individualizada, para os

⁶⁹ Considera-se que num total de mil nascimentos temos, em teoria, 512 nascimentos masculinos e 488 nascimentos femininos. Os limites do intervalo de confiança a 95% são determinados pela seguinte fórmula: $0,512 \pm 1,96 \sqrt{0,512 \times 0,488/n}$, em que n é o número total de nascimentos. Para se passar aos limites de confiança das relações de masculinidade dividem-se os limites calculados pela fórmula pela diferença à unidade destes limites. (J. M. Nazareth, *O envelhecimento da população...*, pp.62-63 e *Princípios e métodos de análise da demografia...*, pp.185-188). Cf. Massimo Livi-Bacci, *op.cit.*, pp.29-30

municípios maiores de dez mil habitantes, aplicámos este procedimento, com o mesmo âmbito cronológico, para estes municípios, bem como para o conjunto dos que em cada província não chegam ao limiar dos dez mil habitantes e para o conjunto das províncias raianas.

Os cálculos mostraram, quer nas regiões portuguesas quer nas espanholas, uma série de concelhos e municípios onde as relações de masculinidade dos nascimentos se encontram fora dos limites dos respectivos intervalos de confiança. Uma vez que o volume anual dos nascimentos não ultrapassa as duas centenas em cerca de 66 % dos registos anuais concelhios (num total de 2024 que analisámos) e 57% dos registos anuais municipais (num total de 943, considerando apenas os que dispõem de informação individualizada⁷⁰), quisemos verificar se a maioria destas flutuações não se deviam precisamente à existência de efectivos muito reduzidos. Decidimos, então, aplicar esta metodologia à soma dos nascimentos acontecidos em períodos de quatro anos (1980-1983, 1984-1987 e 1988-1991) e um de cinco anos (1992-1996), de modo a distribuir de forma o mais equitativa possível os anos em análise.

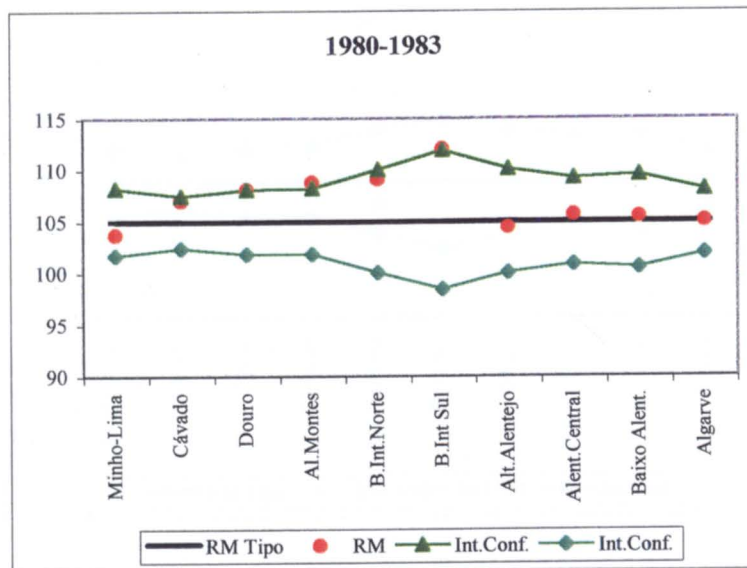
Os resultados assim obtidos parecem-nos mais consentâneos com a realidade dos registos desta variável micro-demográfica, visto que a maior parte das flutuações aleatórias observadas, sobretudo nos concelhos e municípios mais pequenos, acabam por se diluir. Daí termos optado por analisar a qualidade destes dados a partir das relações de masculinidade que resultam da soma dos fenómenos ocorridos durante quatro anos (ver no *Anexo 2* os cálculos completos).

Nas NUTS III portuguesas (*Gráfico 1*) é o Douro que tem, nos vários períodos, maior número de concelhos onde as relações de masculinidade não se enquadram nos respectivos intervalos de confiança (ver *Anexo 2.1*). Em contrapartida no Cávado, Beira

⁷⁰ Nesta análise usámos apenas os municípios que têm mais de dez mil habitantes, visto ser apenas para estes que dispomos individualmente dos nascimentos por sexo. Para os outros os dados aparecem aqui incluídos agregado por província.

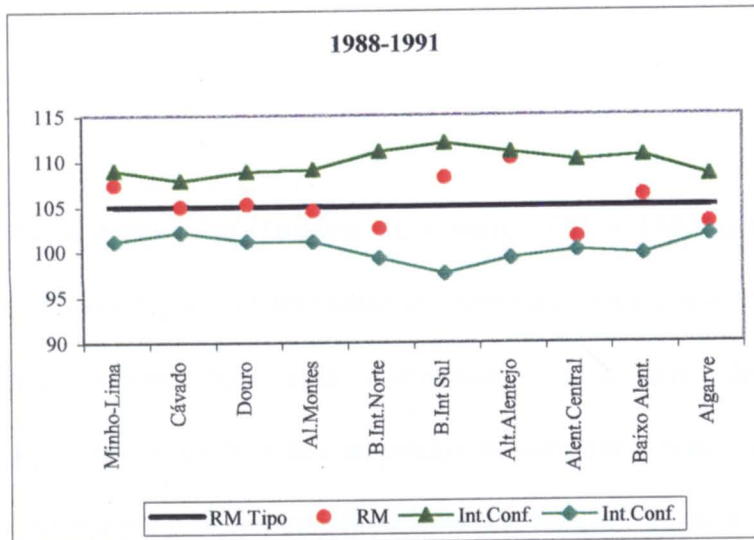
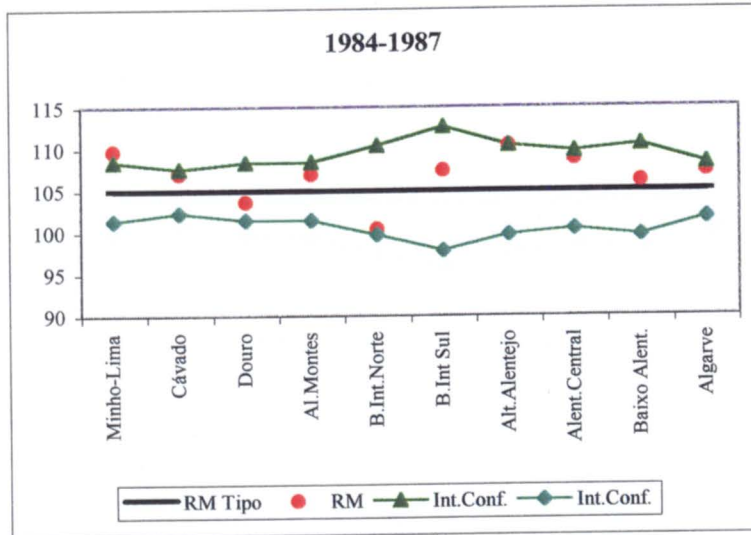
Interior Norte, Beira Interior Sul e Baixo Alentejo, ao longo dos quatro períodos em análise, apenas se observa um desvio pontual. Diga-se por outro lado, que nas restantes NUTS o número de relações de masculinidade que estão fora dos intervalos de confiança não ultrapassam as quatro observações e, mesmo assim, com diferenças relativamente atenuadas face à margem de erro possível.

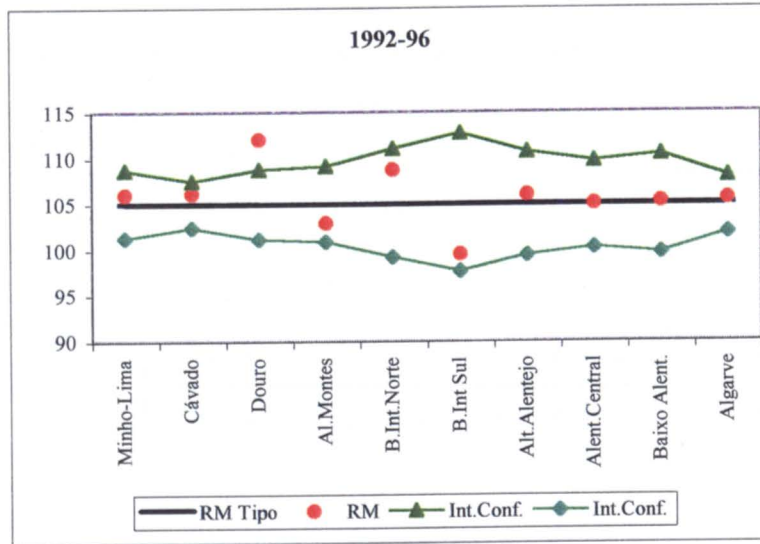
Gráfico 1 - Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95% nas regiões fronteiriças portuguesas



**ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
CASTELO BRANCO
OFERTA**

⁷⁰ Nesta contabilização entraram apenas os municípios que têm mais de dez mil habitantes, visto ser apenas para estes que dispomos, individualmente, dos nascimentos por sexo. Para os outros estes dados aparecem num conjunto agregado por província.

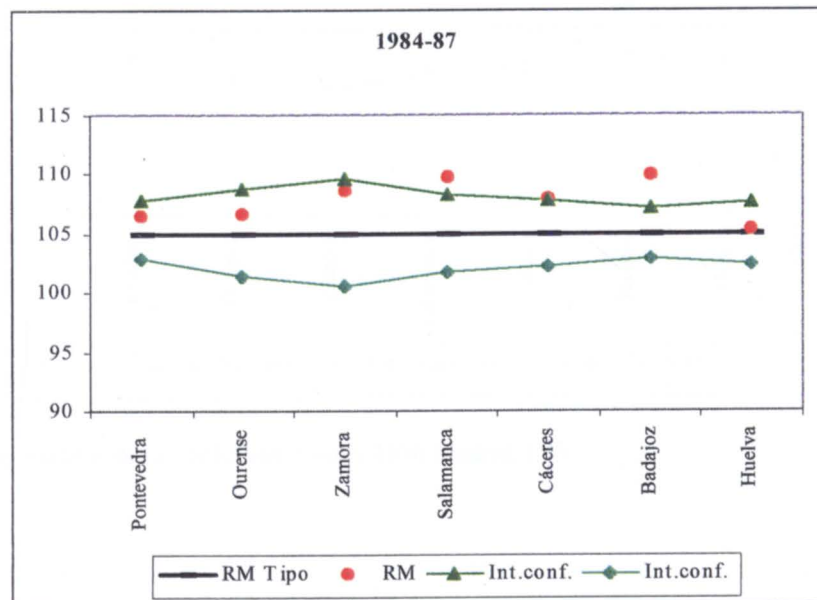
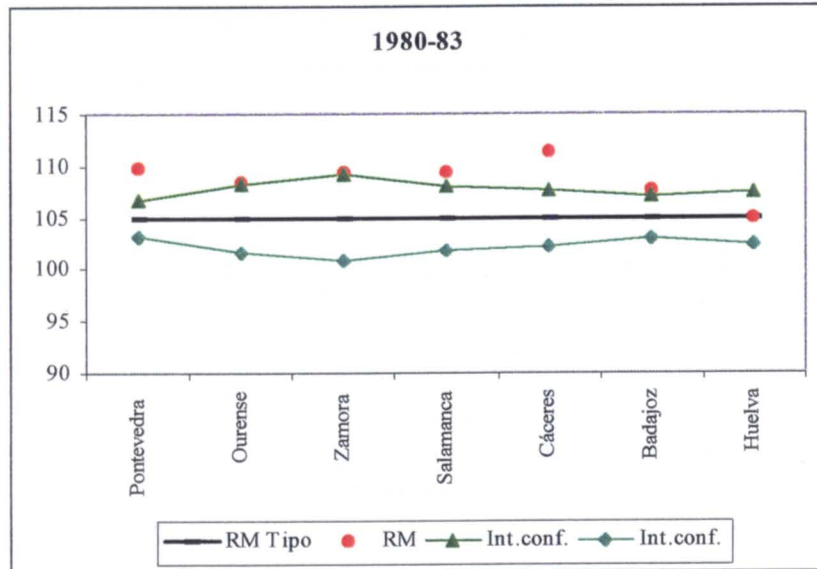


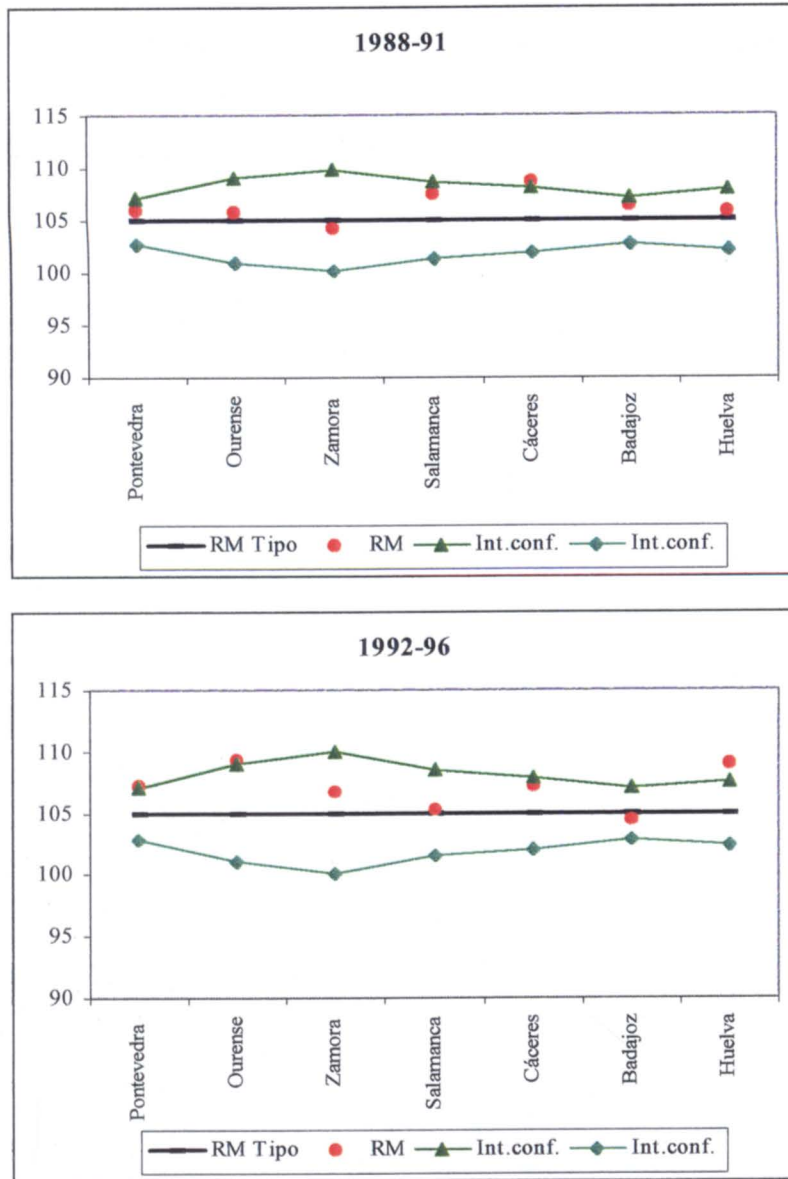


Fonte: . *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE

Nas províncias espanholas (*Gráfico 2*), é entre 1981 e 1983 que se observam maior número de desvios, repartidos por todas as províncias, à excepção de Huelva. Nos períodos seguintes, embora haja uma diminuição do número de relações de masculinidade que se encontram fora dos intervalos de confiança, relativamente a 1980-83, o seu número permanece praticamente invariável. De realçar o facto de a província de Cáceres registar sempre desvios, ao contrário da de Huelva que só tem um desvio pontual no período entre 1992-96 (*Anexo 2.2*).

Gráfico 2 - Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95% nas regiões fronteiriças espanholas





Fonte: *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE

Apesar destas flutuações, pensamos que podemos considerar que as estatísticas demográficas, tanto portuguesas como espanholas, têm uma qualidade aceitável, até por que os desvios observados não ultrapassam, na generalidade dos casos, em mais de três ou quatro pontos percentuais, os intervalos de confiança calculados. É preciso não esquecer que, apesar da metodologia utilizada, continuamos a trabalhar com um volume

reduzido de nascimentos, portanto mais sensíveis às variações aleatórias. É possível, no entanto, que tenha havido algumas perturbações passageiras na qualidade dos dados do estado civil.

CAPÍTULO III

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA COMPONENTE PORTUGUESA DA REGIÃO DO INTERREG

CAPÍTULO III

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA COMPONENTE PORTUGUESA DA REGIÃO DO INTERREG

Os contrastes e especificidades regionais têm, desde sempre, marcado a evolução da população portuguesa, ainda que as representações dessa diversidade tenham feito alternar no tempo espaços que se opõem. Alguns autores falam mesmo num dualismo entre uma “sociedade tradicional” e uma “sociedade moderna” que influencia o poder de atracção ou repulsão demográfica das várias unidades administrativas que compõem o território português¹. Seja como for, e considerando o marco regional, é certo que os níveis de crescimento efectivo da população, além do carácter selectivo das migrações, tanto internas como externas, e do poder atractivo das regiões litorais onde convergem a industrialização e o desenvolvimento de serviços, não deixaram de acentuar o fenómeno da concentração populacional. É possível, portanto, encontrar padrões de ocupação do território em que sobressai uma densificação de quase toda a faixa litoral, contrastando com o resto do território onde a tendência dominante é o despovoamento, embora alguns aglomerados, cidades de média dimensão e principais sedes de concelho, se destaquem ao concentrar uma parte substancial da população desses territórios.

Aliás, a enunciação dos contornos evolutivos deste modelo de ocupação tem sido objecto de vários estudos que, nos últimos anos, se têm debruçado sobre a evolução da

¹ Cf. a síntese elaborada por J. Arroiteia, “Población y migraciones” in *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...*, pp. 153-160.

população portuguesa nesta última centúria². Da sua leitura se infere a existência de um amplo consenso em considerar que é a década de 60 o princípio de um período em que, a demografia portuguesa, sofreu modificações profundas, talvez sem paralelo, que levaram o país à consolidação da sua “modernização” demográfica no contexto europeu.

Desde logo podemos apontar um rápido declínio da fecundidade, o acréscimo da esperança média de vida e os movimentos migratórios, como os principais aspectos que determinaram o crescimento efectivo da população portuguesa nesta segunda metade do século XX. Na verdade, os saldos migratórios negativos e a redução do saldo natural, são traços caracterizadores da dinâmica demográfica da população portuguesa, nomeadamente a partir da década de 80, embora já o período 1960-70 tenha sido marcado por uma tendência negativa, coincidindo com a forte emigração para a Europa e com o êxodo rural. Na verdade, os fenómenos emigratórios, sobretudo os dos anos sessenta devido aos níveis atingidos, «determinaram as características fundamentais da presente situação demográfica»³. A década de 70 alterna fases de crescimento, caso dos anos de 1974 e 1975, em que se assiste ao regresso de quase meio milhão de portugueses das ex-colónias, bem como ao retorno de emigrantes da Europa, e os anos seguintes, em que o declínio da fecundidade começa a produzir efeitos no volume do saldo natural. Esta tendência decrescente, ao acentuar-se na década de 80, vai tornando mais difícil compensar o défice do saldo migratório.

² Ver, entre outros, os trabalhos, alguns aqui referenciados, de J. M. Nazareth, Jorge Arroiteia, Jorge Gaspar, Maria José Carrilho, João Peixoto, Custódio Cónim, João Ferrão, Suzanne Daveau, Carminda Cavaco

³ Custódio Cónim, M^o José Carrilho, *Situação demográfica e perspectivas de evolução. Portugal, 1960-2000*, Lisboa, IED, 1989, p. 63. Também a este propósito refere Michel Poinard que «c'est à l'évidence cet exode massif qui détermine la tonalité de l'évolution démographique portugaise et qui renforce les inégalités régionales, associé à un véritable essor industriel du littoral qui déclenche alors des migrations internes vers les métropoles de Lisbonne-Setúbal et Porto.» (“Le rôle de l'émigration dans l'évolution régionale de la démographie portugaise” in *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe...*, p. 208)

As regiões que, envolvem a fronteira luso-espanhola do Minho ao Guadiana manifestam especificidades próprias decorrentes de desequilíbrios e disparidades estruturais, a que não são alheias as mudanças demográficas que ocorreram em Portugal e cujo significado interessa compreender. A notoriedade dessas especificidades, já o dissemos, colocam-nas numa posição duplamente periférica e, por isso, perfeitamente ajustadas aos critérios definidores de regiões com atrasos de desenvolvimento e passíveis de apoios comunitários. E também por causa destas contingências, as assimetrias geodemográficas decorrentes do comportamento das variáveis microdemográficas, têm aqui uma asserção que não se pode abstrair do *efeito fronteira*.

Importa então descrever, de forma precisa, a actual dinâmica demográfica das populações raianas, resultado de um percurso em que, à quebra da natalidade, se associou uma explosão do fluxo emigratório, modificando a sua estrutura etária e diminuindo os seus efectivos populacionais. Esta perda de importância e vitalidade demográfica, embora comum ao conjunto das regiões de fronteira, tem subjacente ritmos e intensidades diversas que só uma análise ao nível das NUST III e do concelho permite identificar com clareza. Não perderemos de vista, no entanto, o conjunto nacional, pois só assim é possível contextualizar a realidade raiana. Todavia, uma vez que vamos utilizar as NUTS como unidades territoriais de análise, começámos por reagrupar todos os dados concelhios anteriores a 1988, no caso do movimento natural, e a 1991, no caso dos recenseamentos, visto que até estas datas a estrutura geográfica do apuramento privilegiava o distrito.

Um dos aspectos fundamentais na análise da evolução de qualquer população é o conhecimento das tendências e ritmos do seu crescimento. Se considerarmos dois grandes grupos regionais, um que inclua as NUTS III objecto do nosso estudo, isto é, as que fazem fronteira com Espanha, e outro que reúna todas as restantes, a primeira

constatação é o sentido oposto que cada um destes grupos demonstra relativamente aos valores do crescimento médio do Portugal peninsular (ver *Quadro 12*). Enquanto o grupo das NUTS fronteiriças regista, desde 1900, taxas de crescimento anual médio⁴ (TCAM) inferiores à média nacional – veja-se os períodos inter-censitários de 1911-20, 1950-60 e 1981-91, com taxas negativas -, já o outro grupo cresce a um ritmo sempre superior. Mesmo no decénio 1960-70, período marcado por forte emigração, apesar de ter havido um desaceleramento do crescimento, o conjunto destas regiões mantém uma evolução demográfica positiva, ao contrário do território peninsular, ou das NUTS raianas, que registam o valor mais baixo das TCAM de toda a centúria. Nesta década, das vinte e oito NUTS III peninsulares, só sete vêm aumentar os seus residentes, sobretudo no Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Grande Lisboa e principalmente a Península de Setúbal, áreas claramente atractivas, em oposição à faixa raiana que perde por esta mesma altura cerca de 17% da sua população.

O desequilíbrio territorial na distribuição da população portuguesa já em períodos anteriores se tinha notado, nomeadamente no decénio 1911-20, em que das onze NUTS que tiveram um crescimento negativo, seis localizavam-se na zona raiana. Daí que o conjunto das NUTS de fronteira registasse uma taxa de crescimento negativa, ao contrário do que se passava no continente e, ainda mais, no outro conjunto de NUTS. Estamos em plena época da Grande Guerra, da pneumónica e de emigração que se juntaram para provocar, directa ou indirectamente, efeitos negativos na dinâmica demográfica da sociedade portuguesa. As regiões mais penalizadas acabaram por ser as

⁴ Como a periodicidade dos recenseamentos não é sempre a mesma utilizaram-se as seguintes amplitudes temporais para o cálculo das taxas de crescimento anual médio: para 1900-1911, onze anos, 1911-1920, nove, depois até 1960-70 dez anos, em 1970-81, 10,25 anos e 1981-91, 10,08 anos. Embora o recenseamento de 1940 tenha como referência censitária o dia 12 de Dezembro e os de 1950 a 1970 o dia 15 de Dezembro, considerámos que estas diferenças não trariam alterações significativas pelo que não se justificava fazer ajustamentos aos valores da amplitude inter-censitária.

regiões do interior e as mais beneficiadas as que rodeiam os dois principais pólos urbanos, Porto e, sobretudo, Lisboa.

Quadro 12 - Taxas de crescimento anual médio das NUTS III de Portugal peninsular

| | 1900/1911 | 1911/1920 | 1920/1930 | 1930/1940 | 1940/1950 | 1950/1960 | 1960/1970 | 1970/1981 | 1981/1991 |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Minho-Lima | 0,53 | -0,07 | 0,12 | 1,15 | 0,68 | -0,06 | -1,03 | 0,24 | -0,26 |
| Cávado | 0,55 | -0,14 | 0,82 | 1,58 | 0,92 | 0,67 | 0,20 | 1,71 | 0,71 |
| Ave | 0,83 | 0,04 | 1,16 | 2,00 | 1,55 | 1,45 | 0,34 | 1,52 | 0,62 |
| Grande Porto | 1,39 | 0,54 | 1,57 | 1,58 | 1,18 | 1,30 | 1,06 | 1,83 | 0,43 |
| Tâmega | 0,65 | 0,07 | 0,71 | 1,07 | 0,82 | 0,59 | 0,25 | 1,06 | 0,23 |
| Entre Douro e Vouga | 1,15 | 0,38 | 1,19 | 1,35 | 1,28 | 1,23 | 1,12 | 1,16 | 0,63 |
| Douro | 0,06 | -0,77 | 0,84 | 1,02 | 0,40 | -0,29 | -1,93 | 0,11 | -0,90 |
| Alto Trás-os-Montes | 0,35 | -0,96 | 0,87 | 1,38 | 1,06 | 0,49 | -2,58 | -0,04 | -1,45 |
| Baixo Vouga | 0,82 | 0,14 | 1,22 | 0,80 | 0,91 | 0,51 | -0,22 | 1,51 | 0,40 |
| Baixo Mondego | 0,85 | -0,14 | 1,01 | 0,99 | 0,85 | 0,31 | -0,39 | 1,14 | -0,03 |
| Pinhal Litoral | 0,89 | 0,55 | 0,93 | 1,83 | 1,29 | 0,52 | -0,37 | 1,19 | 0,33 |
| Pinhal Interior Norte | 0,61 | -0,30 | -0,28 | 0,97 | -0,02 | -0,96 | -2,02 | 0,10 | -0,86 |
| Pinhal Interior Sul | 1,05 | 0,03 | 0,48 | 1,43 | 0,45 | -0,57 | -2,04 | -1,59 | -1,72 |
| Dão-Lafões | 0,33 | -0,23 | 0,74 | 0,63 | 0,68 | -0,20 | -1,43 | 0,49 | -0,43 |
| Serra da Estrela | 0,26 | -0,45 | -0,18 | 1,10 | 0,28 | -0,78 | -1,90 | 0,05 | -0,53 |
| Beira Interior Norte | 0,36 | -0,68 | 0,02 | 1,41 | 0,42 | -0,94 | -3,15 | -0,44 | -0,92 |
| Beira Interior Sul | 1,20 | 0,05 | 1,03 | 1,43 | 0,54 | -0,57 | -2,27 | -0,85 | -0,61 |
| Cova da Beira | 0,88 | -0,29 | 0,89 | 1,54 | 0,86 | 0,10 | -2,16 | -0,42 | -0,69 |
| Oeste | 0,99 | 0,67 | 1,15 | 1,05 | 0,90 | 0,20 | -0,66 | 1,20 | 0,13 |
| Grande Lisboa | 1,97 | 1,13 | 2,13 | 1,70 | 1,62 | 1,43 | 1,58 | 2,93 | -0,12 |
| Península de Setúbal | 1,69 | 1,68 | 2,06 | 1,19 | 2,21 | 2,15 | 3,29 | 3,70 | 0,91 |
| Médio Tejo | 1,13 | 0,49 | 1,01 | 1,33 | 0,67 | -0,05 | -0,82 | 0,35 | -0,31 |
| Lezíria do Tejo | 1,23 | 0,33 | 1,58 | 1,08 | 0,95 | 0,21 | -0,66 | 1,02 | -0,05 |
| Alentejo Litotal | 1,93 | 1,15 | 2,35 | 2,19 | 1,01 | -0,27 | -2,58 | 0,32 | -0,45 |
| Alto Alentejo | 1,18 | 0,52 | 0,90 | 1,34 | 0,60 | -0,54 | -2,54 | -0,14 | -0,54 |
| Alentejo Central | 1,38 | 0,43 | 1,37 | 1,63 | 0,54 | -0,14 | -2,08 | 0,11 | -0,41 |
| Baixo Alentejo | 1,55 | 0,28 | 1,83 | 1,24 | 0,38 | -0,59 | -3,03 | -0,72 | -1,04 |
| Algarve | 0,62 | -0,20 | 0,89 | 0,74 | 0,31 | -0,41 | -1,60 | 1,85 | 0,53 |
| Continente | 0,92 | 0,15 | 1,24 | 1,27 | 0,94 | 0,46 | -0,27 | 1,43 | 0,04 |
| NUTS III Fronteira | 0,66 | -0,24 | 0,85 | 1,25 | 0,59 | -0,17 | -1,87 | 0,42 | -0,34 |
| Outras NUTS | 1,09 | 0,39 | 1,25 | 1,34 | 1,10 | 0,74 | 0,35 | 1,75 | 0,15 |

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

A década seguinte foi de recuperação praticamente para todo o país e, de forma expressiva, nas regiões do Porto, Lisboa e para sul, ao longo do litoral, até ao Algarve. As regiões fronteiriças recuperam mais timidamente, embora algumas como a Beira Interior Sul, o Alentejo Central e o Baixo Alentejo cresçam mais de 1% ao ano, tendência que se acentua no período inter-censitário seguinte, notando-se mesmo um crescimento mais equilibrado de todas as unidades territoriais estatísticas que constituem o território peninsular. Aliás, é precisamente entre 1930 e 1940 que, tanto o Portugal peninsular, como os dois grupos de NUTS III que individualizámos, registaram os valores mais elevados das taxas de crescimento anual médio entre recenseamentos (*Quadro 12*). É também neste decénio que maior número de regiões, dezasseis⁵, atingiu a percentagem máxima de crescimento inter-censitário, com excepção do Cávado, Algarve (que obtiveram o seu valor máximo em 1970-81) e o Baixo Alentejo (em 1920-30). Na verdade, é toda uma faixa que, pelo interior, segue do Minho-Lima até ao Alentejo Central, estendendo-se até ao litoral, na zona centro, ao longo dos Pinhais e do Médio Tejo, que conhece, nesta altura, o seu maior crescimento demográfico no período que estamos a analisar.

A partir de 1940, não só os valores quantitativos do crescimento anual médio se vão alterar, como a sua distribuição regional toma contornos mais assimétricos. As regiões à volta de Lisboa e do Porto acentuam a sua posição polarizadora, caso da Grande Lisboa e Península de Setúbal que, até aos anos 1981-91 têm sempre TCAM superiores a um ponto percentual, chegando mesmo em alguns períodos aos três pontos percentuais. No norte, o Grande Porto, a que podemos associar as regiões envolventes

⁵ Minho-Lima, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Médio Tejo, Alto Alentejo e Alentejo Central.

constituídas pelo Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, embora com um crescimento menor, também desempenham um papel polarizador.

Esta concentração populacional que ao longo da orla costeira liga estes dois pólos urbanos, começa a estar mais fortemente delineada a partir de 1950-60, mais ainda na década de setenta, a que se junta o litoral algarvio, para depois se esbater entre 1981 e 1991.

O período inter-censitário que medeia os recenseamentos de 1960 e 1970 reduz esta litoralização da população portuguesa à área que envolve as cidades de Lisboa e do Porto, as únicas que viram aumentar a sua população, num panorama recessivo generalizado. Na verdade, nesta decénio, vinte e uma NUTS III registaram os valores mais baixos das suas taxas de crescimento, sendo que, em onze, esse valor foi superior a -2% . Entre as regiões mais penalizadas continuam a constar as do interior e, sobretudo, as do interior do interior, ou seja, as que se situam junto à fronteira com o nosso vizinho ibérico, à excepção do Cávado, cuja população aumenta. Os casos em que as perdas foram maiores tiveram lugar no Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte e Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, todas com taxas negativas acima dos dois pontos percentuais. Apesar de algumas destas regiões voltarem a registar um crescimento positivo, a verdade é que a sua intensidade não foi suficiente, como veremos, para recuperarem a vitalidade demográfica, nem para inverterem o seu carácter repulsivo, até porque os efeitos que os movimentos migratórios vão ter na estrutura das suas populações não favorecem a renovação dos efectivos.

De entre as NUTS III objecto do nosso estudo devemos, contudo, salientar o comportamento diferenciado do Cávado e do Algarve que não se enquadram nas tendências regressivas que afectam as outras regiões raianas. Não podemos esquecer que o Cávado integra a cidade de Braga e que a proximidade do Porto a tornam numa região

atractiva para as populações do norte. Por seu lado o Algarve beneficia da dinâmica criada pelo desenvolvimento do sector turístico, o que vai ter reflexos no peso que cada uma destas regiões tem no contexto nacional (ver *Quadro 17*). Note-se que o Cávado foi a única unidade territorial raiana que não perdeu peso demográfico relativo, ganhou.

Este quadro que temos vindo a descrever torna-se ainda mais expressivo quando passamos para uma observação à escala concelhia. Vejamos então, seguindo no geral a mesma metodologia de análise, os ritmos de crescimento anual dos concelhos que fazem parte das NUTS fronteiriças (ver *Anexo 3 e Mapas 8 a 16*).

Nos primeiros onze anos, as regiões fronteiriças ficaram marcadas por um aumento global da população, embora mais acentuado na metade sul (com taxas acima de um ponto percentual), do que na do norte, excepção feita ao Algarve que, com uma taxa de crescimento anual médio de 0.6%, se enquadra melhor nos valores das regiões mais a norte. É nestas regiões, metade norte e Algarve, que se localizam os concelhos que tiveram um crescimento negativo, Armamar, Sabrosa, o concelho que mais decresceu neste período, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tarouca, todos do Douro, Boticas e Mogadouro, no Alto Trás-os-Montes, Manteigas e Meda na Beira Interior Norte e Alcoutim no Algarve. Da Beira Interior Sul ao Baixo Alentejo, os ritmos de crescimento anual são mais fortes, o que pode estar relacionado com a vinda de novos habitantes que respondem à chamada feita pelo arroteamento de terras para o cultivo dos cereais⁶. É precisamente na região do Alentejo que se situam os concelhos que registaram valores superiores a dois por cento ao ano, entre os quais Aljustrel, o concelho raiano com o crescimento mais intenso deste período inter-censitário (3.7 % ao ano).

⁶ Jorge Arroteia, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional", *Estudos Demográficos*, nº 30, 1991, p. 32; João Evangelista, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, INE, 1972, pp. 37-38.

À semelhança do que já tínhamos apontado quando analisámos o conjunto das sub-regiões do continente, os anos que decorreram entre 1911 e 1920 marcaram uma inflexão do ritmo de crescimento, sobretudo nas NUTS fronteiriças, globalmente com valores negativos. Foram as mesmas regiões que menos cresceram nos anos anteriores que agora viram diminuir os seus habitantes. A mancha dos concelhos com taxas de crescimento negativo alargou-se a todo o nordeste e a oeste só os concelhos mais costeiros do Minho-Lima e Cávado viram a sua população aumentar. Na Beira Interior Sul e Alentejo o crescimento abrandou, alguns concelhos acusam mesmo valores negativos, casos de Évora, Campo Maior e Portalegre, ainda que continue a ser no Alentejo que se situa o concelho que mais cresceu entre 1911 e 1920, Ponte de Sor.

Com os anos vinte há um regresso à tendência crescente que, aliás, se vai prolongar e acentuar na década seguinte. Continuam a ser os concelhos do centro e sul a registar os valores mais elevados. Apenas Castelo de Vide, no Alto Alentejo, diminui em relação à década anterior, embora os restantes concelhos desta sub-região tenham um crescimento mais moderado do que os do Alentejo Central e, sobretudo, do Baixo Alentejo. Estamos em plena época das campanhas do trigo que criou condições para a fixação da população, ao contrário do que acontece nas regiões do norte, onde os efeitos da filoxera instalam uma profunda crise que afasta os seus habitantes para a emigração ou para as cidades⁷. Já o Algarve, com um crescimento moderado, tem, todavia, grandes amplitudes: Alportel é o concelho das NUTS raianas com a TCAM mais baixa, -1.0 %, no extremo oposto, Portimão, é o concelho que mais cresceu (com uma TCAM de 3.5%). Esta moderação tem continuidade na década de 1930-40, contrastando com ritmos anuais acima do ponto percentual das outras NUTS. Lembremos que foi precisamente neste período que a maior parte das sub-regiões fronteiriça tiveram o seu máximo de

⁷ J. Evangelista, *op. cit.*, 38.

crescimento anual médio, com todos os concelhos da área fronteiriça a crescerem a um ritmo positivo. Mesmo os concelhos do norte fizeram uma pausa, ou até recuaram, nas tendências regressivas, o que pode estar ligado à subida do preço do volfrâmio. Diz João Evangelista que «a agricultura passou a lugar de segunda ordem e todo o solo das Beiras Interiores e de Trás-os-Montes foi revolvido quase palmo a palmo»⁸. A verdade é que podemos observar um crescimento mais forte, principalmente quando comparado com anos anteriores, nos concelhos do nordeste transmontano e nos beirões, exemplo disto são Meda e Sabugal com um ritmo anual superior a 2%. Ainda na região norte, devemos assinalar o comportamento do concelho de Braga que começa a evidenciar-se como um centro industrial polarizador das áreas rurais nortenhas, o que se traduziu numa taxa de crescimento anual médio de 2.6 %. Esta condição vai manter-se nas décadas seguintes, mesmo entre 1960-70, atingindo o seu crescimento máximo entre 1970 e 1981. Nos concelhos alentejanos prevalecem as mesmas intensidades dos ritmos anuais de crescimento.

Já dissemos que o período inter-censitário 1940-50 vai anunciar uma viragem nas intensidades e distribuição do crescimento populacional. Para começar, se observarmos os *Mapas 8 a 16*, a primeira impressão com que ficamos é a do progressivo esbater das manchas indiciadoras de valores mais elevados, nomeadamente nos concelhos das Beiras e dos Alentejos, a par de uma ligeira recuperação de algumas regiões do norte, ainda que seja por pouco tempo; a segunda relaciona-se com uma diminuição da intensidade dos valores de crescimento. Estas tendências adquirem uma maior clareza nas décadas seguintes, isto é, ao mesmo tempo que o litoral se vai densificando, como já anteriormente verificámos, os concelhos do interior, com poucas excepções, vão-se despovoando. A geografia do crescimento também sofre algumas alterações. Embora

⁸ *Ibidem.*

haja uma tendência generalizada para o decrescimento das populações raianas, nenhum concelho das Beiras e do Alto Alentejo registou um ritmo anual de crescimento positivo na década de cinquenta e, no Baixo Alentejo, só Beja cresceu (0.1%) o que, de certo modo, contraria o que se tinha verificado nestas regiões nos dois decénios anteriores. Contudo isto não significa que a debilidade demográfica e o crescimento irregular que caracterizava grande parte das outras NUTS fronteiriças, caso do Douro e Alto Trás-os-Montes, se tenha alterado.

Mas vai ser na década de sessenta que as tendências que atrás descrevemos, se vão instalar e acentuar. Dos cento e dezanove concelhos que integram as unidades territoriais de fronteira, apenas em quatro se verificou um ritmo anual de crescimento positivo, embora inferior à unidade. Foram eles Barcelos e Braga, no Cávado, Peso da Régua, no Douro, e Portimão, no Algarve. No resto do território raiano o panorama foi desolador, sobretudo no nordeste transmontano, Beiras e Alentejo. Os valores das taxas chegaram a registar valores acima dos -2% naquelas NUTS e a Beira Interior Norte foi a região que mais perdas teve, não só das regiões de fronteira, como no contexto peninsular. Neste *ranking* de crescimento negativo, o segundo lugar das mesmas categorias, pertenceu ao Baixo Alentejo (-3.0%). Uma análise ao nível concelhio mostra perdas ainda mais acentuadas (ver *Quadro 13*), casos de Montemor-o-Novo, o concelho raiano que mais população perde (a um ritmo anual de quase 7%), Vila Nova de Foz Côa, Miranda do Douro ou Mértola que têm taxas de crescimento superiores a -5% .

Quadro 13 - Concelhos agrupados por níveis negativos de crescimento (1960-70)

| | |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0 / - 0,99 | Ponte da Barca (ML), Ponte de Lima (ML), Viana do Castelo (ML), Amares (C) Esposende (C), Terras do Bouro (C), Vila Verde (C), Sta. Marta de Penaguião (D), Tarouca (D), Vila Real (D), Portalegre (AA), Évora (AC), Vila Viçosa (AC), Lagoa (A), Lagos (A), Vila do Bispo (A). |
| -1 / -1.99 | Arcos de Valdevez (ML), Caminha (ML), Melgaço (ML), Monção (ML), Paredes de Coura (ML), Armamar (D), Freixo de Espada à Cinta (D), Lamego (D), Moimenta da Beira (D), Sernancelhe (D), Bragança (ATM), Macedo de Cavaleiros (ATM), Mirandela (ATM), Vila Pouca de Aguiar (ATM), Manteigas (BIN), Castelo Branco (BIS), Vª Vª de Ródão (BIS), Borba (AC), Estremoz (AC), Albufeira (A), Alportel (A), Faro (A), Olhão (A), Tavira (A), Vª Real de Sto. António (A). |
| -2 / -2.99 | Valença (ML), Vª Nª de Cerveira (ML), Carrazeda de Ansiães (D), Mesão Frio (D), Sabrosa (D), Torre de Moncorvo (D), Vila Flor (D), Alfândega da Fé (ATM), Boticas (ATM), Chaves (ATM), Mogadouro (ATM), Valpaços (ATM), Vimioso (ATM), Celorico da Beira (BIN), Guarda (BIN), Meda (BIN), Trancoso (BIN), Campo Maior (AA), Castelo de Vide (AA), Crato (AA), Elvas (AA), Nisa (AA), Ponte de Sor (AA), Alandroal (AC), Arraiolos (AC), Mourão (AC), Portel (AC), Redondo (AC), Reguengos de Monsaraz (AC), Aljustrel (BA), Almodôvar (BA), Barrancos (BA), Beja (BA), Castro Verde (BA), Cuba (BA), Ferreira do Alentejo (BA) Moura (BA), Vidigueira (BA), Alcoutim (A), Aljezur (A), Loulé (A), Monchique (A), Silves (A). |
| => -3 | Alijó (D), Penedono (D), S. João da Pesqueira (D), Tabuaço (D), Vª Nª de Foz Côa (D), Miranda do Douro (ATM), Montalegre (ATM), Murça (ATM), Vunhais (ATM), Almeida (BIN), Figueira de Castelo Rodrigo (BIN), Pinhel (BIN), Sabugal (BIN), Idanha-a-Nova (BIS), Penamacor (BIS), Alter de Chão (AA), Arronches (AA), Avis (AA), Fronteira (AA), Marvão (AA), Monforte (AA), Mora (AA), Montemor-o-Novo (AC), Sousel (AC), Viana do Alentejo (AC), Alvito (BA), Mértola (BA), Ourique (BA), Serpa (BA), Castro Marim. |

Nota: Minho-Lima (ML), Cávado (C), Douro (D), Alto Trás-os-Montes (ATM), Beira Interior Norte (BIN), Beira Interior Sul (BIS), Alto Alentejo (AA), Alentejo Central (AC), Baixo Alentejo (BA), Algarve (A).

O facto de 64% dos concelhos que registaram níveis negativos, tenham tido taxas de crescimento anual médio superiores a - 2%, é bem elucidativo da dimensão que atingiram os fluxos de saída nesta altura.

Parece, portanto, que podemos considerar dois núcleos com acentuadas perdas de população: a Beira Interior Norte, que entre 1960 e 1970 teve uma quebra de 27.4% no volume da sua população, e o Baixo Alentejo de 26.5%, quebra esta que se alastra, em

mancha, para os concelhos vizinhos, em pinceladas mais ou menos carregadas. Mais esbatida, todavia, aquela que é constituída pelos concelhos do Minho-Lima e do Cávado, concelhos menos interiores do Douro, à volta de Peso da Régua e, mais a norte, à volta de Bragança, onde as perdas populacionais são menores. Aliás, ao longo de toda a fronteira que, pelo interior, liga Trás-os-Montes ao Algarve, os concelhos com centros urbanos capitais de distrito registam perdas menos acentuadas, casos de Bragança, Castelo Branco, Portalegre e Évora. As excepções são a Guarda e Beja.

Os fenómenos da emigração e das migrações internas que, neste decénio, se generalizaram por todo o país, marcaram vincadamente o crescimento da população portuguesa. Mais, como temos vindo a observar, nas NUTS III de fronteira, embora haja que matizar para o Minho-Lima e para o Cávado e, mais a sul, para a faixa costeira algarvia. A saída de tão grande número de habitantes destas regiões, que se prolonga no tempo, embora perdendo intensidade, vai ter consequências, não só na evolução do seu crescimento efectivo, como na estrutura da sua população, além de interagir com o comportamento das variáveis microdemográficas. A actual dinâmica deste espaço é, pois, o resultado deste despovoamento que, mesmo depois destes máximos dos anos sessenta, não parou. Mesmo o retorno de milhares de portugueses das ex-colónias e a quebra da emigração não vão ser suficientes para inverter esta conjuntura, pois a grande maioria vai fixar-se no litoral⁹. Assim, estas regiões continuam a ter um carácter repulsivo, principalmente o Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo e Baixo Alentejo que, nos períodos inter-censitários seguintes, continuam sempre a ter um crescimento negativo. Não assim no Cávado e Algarve. Entre 1970 e

⁹ «No plano regional, a repartição regional dos portugueses retornados concentra-se, particularmente, no litoral; com relevo para os distritos de Lisboa 33% do total, 11% no distrito do Porto, 10% no distrito de Setúbal, 5,5% no distrito de Aveiro e 4,5% nos distritos de Coimbra e Viseu. Estes seis distritos concentram no seu conjunto quase 2/3 do volume global de retornados.» (Custódio Cónim, M^a José Carrilho, *Situação demográfica e perspectivas de evolução. Portugal, 1960-2000...*, p. 92)

1981 todos os concelhos destas duas regiões, menos Terras do Bouro, mesmo junto à fronteira com a Galiza, e os concelhos algarvios mais afastados da linha de costa, registaram elevados ritmos anuais de crescimento. Exemplo disto é Braga (2.6%), Barcelos (1.6%) ou Albufeira, Olhão, Portimão (todos com 3%) e Faro, o concelho das NUTS raianas que mais cresceu neste período inter-censitário (4%). No resto continua a saída para o litoral, ou para centros urbanos mais próximos, como sejam as capitais de distrito, cujos concelhos conseguem reter alguma população.

Entre 1981 e 1991, a tendência não se afasta muito do caminho traçado a partir da década de sessenta. Há mesmo algumas regiões que, tendo recuperado entre 1970 e 1981, voltam agora a conhecer um abrandamento, ou até mesmo um recuo do ritmo de crescimento. É o caso, por exemplo, do Minho-Lima, Douro e Alentejo Central, tendência que se vai reflectir na taxa do grupo que junta o total das unidades territoriais de fronteira. Todavia, os valores do decréscimo são agora ligeiramente menos acentuados. Continuam a sobressair alguns (poucos) concelhos que albergam centros urbanos com funções administrativas, embora a maioria também retroceda. É assim em Vila Real, Bragança, Castelo Branco, Portalegre e Beja.

Há, deste modo, dentro de uma certa homogeneidade que caracteriza a evolução da população destas regiões, alguma diversidade que, no fundo, não é mais que o reflexo do que se verifica no resto do território peninsular. São os concelhos geograficamente mais próximos do litoral os que têm maior capacidade atractiva, conseguindo reter e atrair população, enquanto todos os outros, com algumas ressalvas, são de repulsão populacional. Devemos, contudo, considerar duas fases: até aos anos quarenta, em que condições específicas fizeram, pontualmente, das regiões alentejanas local de destino de movimentos internos de população, enquanto a parte norte mantinha níveis de crescimento moderado, às vezes inferior à média do conjunto das NUTS fronteiriças; e

desde 1940-50, mais acentuadamente, entre 1960 e a década de oitenta, em que todo o interior raiano se torna de forma contínua local de origem de movimentos migratórios, ainda que a sua intensidade vá diminuindo, não só porque as condições de vida vão aí melhorando, mas também porque a rarefacção demográfica e o envelhecimento das suas populações vão reduzindo o potencial migrante.

Desde os anos setenta, o Algarve é uma das NUTS que se destaca, pela positiva, do crescimento médio do conjunto das unidades territoriais objecto da nossa análise. O motivo desta afirmação como área atractiva, prende-se com um conjunto de factores que passam pelo surto turístico e imobiliário, pelo acolhimento de retornados das ex-colónias e por se ter tornado local de destino para reformados à procura de sol¹⁰. Daí que no período 1985-91 tenha um saldo migratório interno positivo, logo a seguir à Península de Setúbal, a sub-região que detém o saldo positivo mais elevado do continente¹¹. A outra NUT é, como vimos, o Cávado, a única que não perde peso demográfico no contexto do território peninsular, que regista um crescimento acima da média do conjunto fronteiriço desde o período inter-censitário 1930-40, afirmando-se progressivamente como zona atractiva das áreas envolventes.

Parece correcto, por outro lado, pressupor a existência de uma fragilidade estrutural na dinâmica demográfica da generalidade destas regiões, e que aqueles períodos de crescimento mais não foram do que “acidentes” conjunturais. A progressiva perda de importância destas regiões, seguindo a cronologia que traçámos, está bem patente nas datas em que se atingiu a população concelhia máxima. Segundo os recenseamentos realizados entre 1900 e 1991, 86% dos concelhos das regiões que estamos a analisar tiveram o seu máximo populacional em 1940, 1960, mas em maior

¹⁰ João Ferrão, “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno”, António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa. ICS/UL, 1996, p. 186.

número em 1950 (57%). Só o Cávado e Algarve escapam a esta regra, visto que aqui o ano de máximos da população concelhia foi 1991. Ressalve-se que naquela sub-região são os concelhos de Braga, Barcelos e Esposende que registam o volume mais elevado da sua população em 1991, pois os mais chegados à fronteira com a Galiza, Amares, Terras do Bouro e Vila Verde, tiveram os seus máximos, respectivamente, em 1960, 1950 e 1981. No Algarve são os concelhos que beneficiaram das dinâmicas criadas pelo desenvolvimento do turismo que acusaram um maior número de habitantes em 1991 (Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão), porque nos mais afastados geograficamente da costa, o volume da sua população tem vindo a diminuir até ao último censo.

Na verdade é no recenseamento de 1991 que maior número de concelhos, 65, (55%) regista o mais baixo número de habitantes. Apenas no Cávado, Algarve e Alentejo Central o ano de mínimos é 1900. Diga-se, no entanto, que em 1991 há seis concelhos, dos catorze que constituem esta última região, que acusam mínimos populacionais. Saliente-se que, em 1991, há setenta e dois concelhos onde foram recenseados menos indivíduos do que no princípio do século. Estes dados parecem, portanto, confirmar a análise que temos vindo a fazer.

A problemática do volume de uma população não pode ser dissociada da estrutura por sexos e idades que existe num determinado agregado. Na verdade, a repartição da população segundo estas duas características, é demonstrativa da sua capacidade renovadora e, ao mesmo tempo, causa e consequência dessa condição. Ou, dito de outro modo, se os níveis da mortalidade, da natalidade e dos movimentos migratórios condicionam a importância relativa e a forma como os vários elementos constituintes da estrutura populacional se distribuem, por outro lado, aqueles níveis são condicionados

¹¹ João Peixoto, *Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Uma análise dos*

pela diferenciação homem/mulher, jovem/velho. Assim, o conhecimento da relação numérica entre os efectivos masculinos e femininos, associada à idade, torna-se fundamental para a descrição de uma determinada realidade populacional.

Da análise dos volumes e ritmos de crescimentos da população portuguesa ressalta um contínuo agravamento das assimetrias regionais. A geografia da distribuição populacional, sabemos já, foi marcada, não só pelos movimentos migratórios que alteraram as estruturas demográficas tanto das regiões de partida, como das de chegada, mas também pela quebra da fecundidade, a que voltaremos. Refere J. M. Nazareth que «uma intensa imigração no decénio 1931-40, uma *explosão emigratória* desde este período até aos nossos dias e movimentos migratórios internos muito acentuados para Lisboa e Setúbal» fizeram com que as migrações internas e externas se tornassem «num verdadeiro laboratório demográfico» para compreender as alterações que se deram nas relações entre os grupos etários a nível regional¹². Nestas circunstâncias, interessa-nos, pelas razões já apontadas, conhecer a evolução das estruturas demográficas das regiões de fronteira, regiões de partida, principalmente depois de 1960, uma vez que o conhecimento da estrutura por idades «is the most important variable in the study of mortality, fertility, nupciality, and certain other areas of demographic analysis»¹³.

A melhor maneira de o fazer é através dos *grupos funcionais*¹⁴ e *índices-resumo*¹⁵, pois a compactação da informação sobre a idade dos efectivos de uma

dados censitários, Lisboa, INE/GED, 1994, pp. 13-14.

¹² J. M. Nazareth, *O envelhecimento da população portuguesa...*, p. 162. Sobre os efeitos da emigração na estrutura de idades ver do mesmo autor, "O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa", *Análise Social*, nº 48, 1976, pp. 315-362. Opinião que também é partilhada por M^o João Valente Rosa na análise que faz do envelhecimento da população portuguesa no período entre 1970 e 1989 (*O envelhecimento demográfico da população do Continente português e a protecção de idosos*, Dissertação de Doutoramento, FCSH da UNL, Lisboa, 1993, (policopiada), pp. 43-44, 52).

¹³ Henry Shryock, Jacob Siegel, *op. cit.*, p. 113.

¹⁴ Os estudos de natureza demográfica podem seguir dois critérios para agrupar os indivíduos nos chamados *grupos funcionais*, ou seja, *jovens*, *activos* e *idosos*: 15 ou 20 anos, para o final da juventude e os 60 ou 65 anos, para o começo da velhice, apesar de actualmente, devido ao alargamento da esperança de vida e, sobretudo, da esperança de vida com qualidade, se questionar sobre a idade a considerar no

população é o indicado quando pretendemos, como é o caso, fazer comparações no tempo, entre 1960 e 1996, e no espaço, entre as diferentes NUTS III que definimos como objecto da nossa análise e respectivos concelhos. Privilegiámos, todavia, o *índice de envelhecimento*, pois compara os dois grupos com maior protagonismo nos processos de envelhecimento. Este indicador sintético, ao relacionar o tamanho do grupo dos maiores de 65 anos com o volume dos menores de 15 anos, permite conhecer o grau de envelhecimento de uma população, tanto no topo como na base, pelo que serve de indicador de vários processos da dinâmica de uma população. É o caso da diminuição dos jovens devido à quebra da natalidade, ou ao aumento do grupo dos idosos que se pode relacionar com o aumento da esperança de vida¹⁶. Para 1981 e 1991 iremos também fazer, apenas ao nível da NUTS III, *pirâmides de idades*, pois este instrumento gráfico dá-nos uma visão completa sobre o estado de uma população num determinado momento, além de nos elucidar sobre os últimos anos da sua história.

Para além da informação fornecida pelos recenseamentos, quisemos dar conta da evolução mais recente da população raiana, uma vez que consideramos que o recenseamento de 1991 não constitui um marco no conhecimento dessa evolução, antes uma etapa. Socorremo-nos, assim, das estimativas realizadas pelo INE para 1995 e 1996¹⁷, no sentido de termos uma informação mais actualizado do volume dos efectivos

começo da velhice. Optámos por seguir o critério de agregação 0-14 anos, para os *jovens*, 15-64, para os *ativos*, e 65 e mais anos, no caso dos *idosos*, visto que, além de serem os mais usuais, coincidem com dois momentos importantes na vida dos indivíduos, o fim da escolaridade obrigatória e, segundo a legislação portuguesa, a entrada na vida activa e o início do período da reforma. Sobre os limites de idade que devem enquadrar cada um dos grupos funcionais *cf.*, por exemplo, J.M. Nazareth, *Princípios e métodos de análise da demografia...*, pp. 171-174 e Maria José Carrilho, "O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas?", *Estudos Demográficos*, nº 31, 1993, pp. 80-81.

¹⁵ Sobre o cálculo destes índices *cf.*, J.M. Nazareth, *Princípios e métodos de análise da demografia...*, pp. 171-174; Livi Bacci, *Introducción a la demografía...*, pp. 84-91; J. Vinuesa et alii., *Demografía, análisis y proyecciones...*, pp.190-202

¹⁶ *Cf.*, Henry Shryock, Jacob Siegel, *op. cit.*, pp. 132-133.

¹⁷ INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997; INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos de idade: índices de dependência e*

populacionais (cabe dentro desta mesma perspectiva a utilização das actualizações dos recenseamentos eleitorais), sobretudo quando examinamos as tendências da estrutura etária e dos indicadores do movimento natural. Uma vez que têm uma natureza diversa, a leitura dos resultados assim obtidos tem de ser entendida com cuidados diferentes, pelo que não considerámos metodologicamente correcto tomar estes dados estimados na análise do crescimento anual médio. Daí só termos calculado as TCAM com os dados censitários.

Se considerarmos que uma estrutura etária equilibrada é aquela em que a população menor de 15 anos mantém um peso relativo acima dos 25%, o grupo entre os 15 e os 64 anos acima dos 60% e em que população idosa não ultrapassa os doze pontos percentuais¹⁸, então a região fronteiriça entre 1960 e 1981 manteve, no seu conjunto, uma estrutura que se enquadrava dentro destes parâmetros. Mas, em 1981, o grupo dos maiores de 65 anos já representa 14% da população, importância que em 1991 e 1996 cresce ainda mais.

Contudo, a repartição da população por grandes grupos etários, quando vista à escala das sub-regiões, ou dos seus concelhos, apresenta-se mais cedo e diversamente desequilibrada (ver *Quadro 14*). É o caso da Beira Interior Sul que se destaca por valores extremos: desde 1970 que é a NUT em que os idosos têm um peso maior de tal modo que, a partir de 1981, juntamente com o Alto Alentejo, mostra uma proporção de idosos superior à dos jovens; por isso, logo a partir do recenseamento de 1981, o índice de

envelhecimento em 31.XII de 1996, por NUTS III e concelhos, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.

¹⁸ Fausto Dopico, Abel Losada, "Tendências demográficas de un país de antiguos emigrantes", *Papeles de Economía Española*, vol. 16, 1996, p. 73. Henry Shryock, Jacob Siegel propõem outros limites, "populations with 10.0 percent or more 65 years old and over may be said to be old and those with under 5.0 percent may be said to be young. (...) for the proportion under 15 for characterizing a population as young or old: under 30 percent as old (...) and 40 percent and over as young" (*op. cit.*, pp. 132-133). Se seguirmos esta perspectiva o conjunto fronteiriço apresenta valores indicadores de envelhecimento logo desde 1960.

envelhecimento dá conta desta inflexão, pois de 72 idosos, em 1970 (que já era nessa altura o valor mais elevado da raia), passa para 111, em 1981, para 160, em 1991 e 208,

Quadro 14 – Grupos funcionais e índice de envelhecimento das NUTS III de fronteira (%)

| 0-14 | M.Lima | Cávado | A.T. Montes | Douro | B.L. Norte | B.L.Sul | Alto Alent. | Alent. Cent. | Baixo Alent | Algarve | Fron teira | Outr. NUTS | Contin. |
|---------------------------|--------|--------|-------------|-------|------------|---------|-------------|--------------|-------------|---------|------------|------------|---------|
| 1960 | 32,1 | 36,9 | 34,6 | 33,2 | 30,0 | 26,0 | 24,2 | 24,5 | 26,6 | 23,5 | 29,8 | 28,4 | 28,8 |
| 1970 | 30,8 | 37,4 | 33,0 | 32,8 | 27,1 | 21,5 | 21,7 | 22,1 | 24,2 | 21,1 | 28,4 | 28,0 | 28,1 |
| 1981 | 27,0 | 32,4 | 27,0 | 28,2 | 21,8 | 18,5 | 19,7 | 20,9 | 21,4 | 21,1 | 25,0 | 25,3 | 25,3 |
| 1991 | 20,6 | 24,9 | 20,0 | 21,4 | 17,6 | 15,0 | 16,8 | 17,5 | 17,6 | 17,9 | 19,8 | 19,7 | 19,7 |
| 1996 | 16,9 | 21,2 | 15,5 | 17,2 | 14,7 | 12,7 | 14,6 | 14,9 | 15,0 | 16,3 | 16,7 | 17,1 | 17,0 |
| 15-64 | | | | | | | | | | | | | |
| 1960 | 58,3 | 56,0 | 59,0 | 59,4 | 60,9 | 64,0 | 66,5 | 67,8 | 65,5 | 66,0 | 61,9 | 63,6 | 63,1 |
| 1970 | 57,9 | 55,1 | 57,5 | 57,3 | 59,3 | 63,1 | 65,1 | 66,9 | 63,9 | 65,0 | 60,4 | 62,8 | 62,2 |
| 1981 | 59,0 | 58,8 | 60,2 | 59,2 | 60,1 | 61,1 | 62,3 | 64,1 | 61,7 | 63,1 | 60,8 | 64,0 | 63,3 |
| 1991 | 62,7 | 65,3 | 62,7 | 63,0 | 60,7 | 60,9 | 61,9 | 64,1 | 62,1 | 64,8 | 63,4 | 67,5 | 66,6 |
| 1996 | 65,1 | 68,5 | 65,1 | 65,5 | 60,9 | 60,8 | 62,4 | 64,4 | 63,6 | 65,4 | 65,1 | 68,7 | 68,0 |
| 65+ | | | | | | | | | | | | | |
| 1960 | 9,6 | 7,0 | 6,4 | 7,4 | 9,1 | 10,0 | 9,2 | 7,8 | 7,8 | 10,5 | 8,3 | 8,0 | 8,1 |
| 1970 | 11,3 | 7,5 | 9,5 | 9,9 | 13,6 | 15,4 | 13,2 | 11,0 | 11,9 | 13,9 | 11,2 | 9,2 | 9,7 |
| 1981 | 14,0 | 8,7 | 12,8 | 12,6 | 18,1 | 20,5 | 17,9 | 15,0 | 16,9 | 15,8 | 14,2 | 10,7 | 11,5 |
| 1991 | 16,7 | 9,8 | 17,3 | 15,6 | 21,7 | 24,0 | 21,4 | 18,4 | 20,3 | 17,3 | 16,8 | 12,8 | 13,7 |
| 1996 | 18,0 | 10,3 | 19,3 | 17,3 | 24,3 | 26,5 | 23,0 | 20,7 | 21,4 | 18,2 | 18,1 | 14,2 | 15,0 |
| ÍND.ENVELHECIMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| 1960 | 29,8 | 19,1 | 18,4 | 22,3 | 30,3 | 38,7 | 38,2 | 31,7 | 29,3 | 44,7 | 27,9 | 28,0 | 28,0 |
| 1970 | 36,9 | 20,1 | 29,0 | 30,2 | 50,1 | 71,4 | 60,8 | 49,7 | 49,0 | 66,1 | 39,5 | 33,1 | 34,7 |
| 1981 | 51,7 | 27,0 | 47,6 | 44,7 | 83,2 | 110,9 | 90,8 | 71,8 | 79,1 | 75,2 | 56,8 | 42,1 | 45,4 |
| 1991 | 80,7 | 39,5 | 86,7 | 73,1 | 123,4 | 160,1 | 127,6 | 105,3 | 115,6 | 96,9 | 85,0 | 65,1 | 69,5 |
| 1996 | 106,3 | 48,9 | 124,3 | 100,5 | 165,1 | 208,0 | 157,1 | 139,1 | 143,2 | 112,3 | 108,3 | 82,8 | 88,2 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos de idade: índices de dependência e envelhecimento em 31.XII de 1996, por NUTS III e concelhos*, Lisboa, INE -Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.

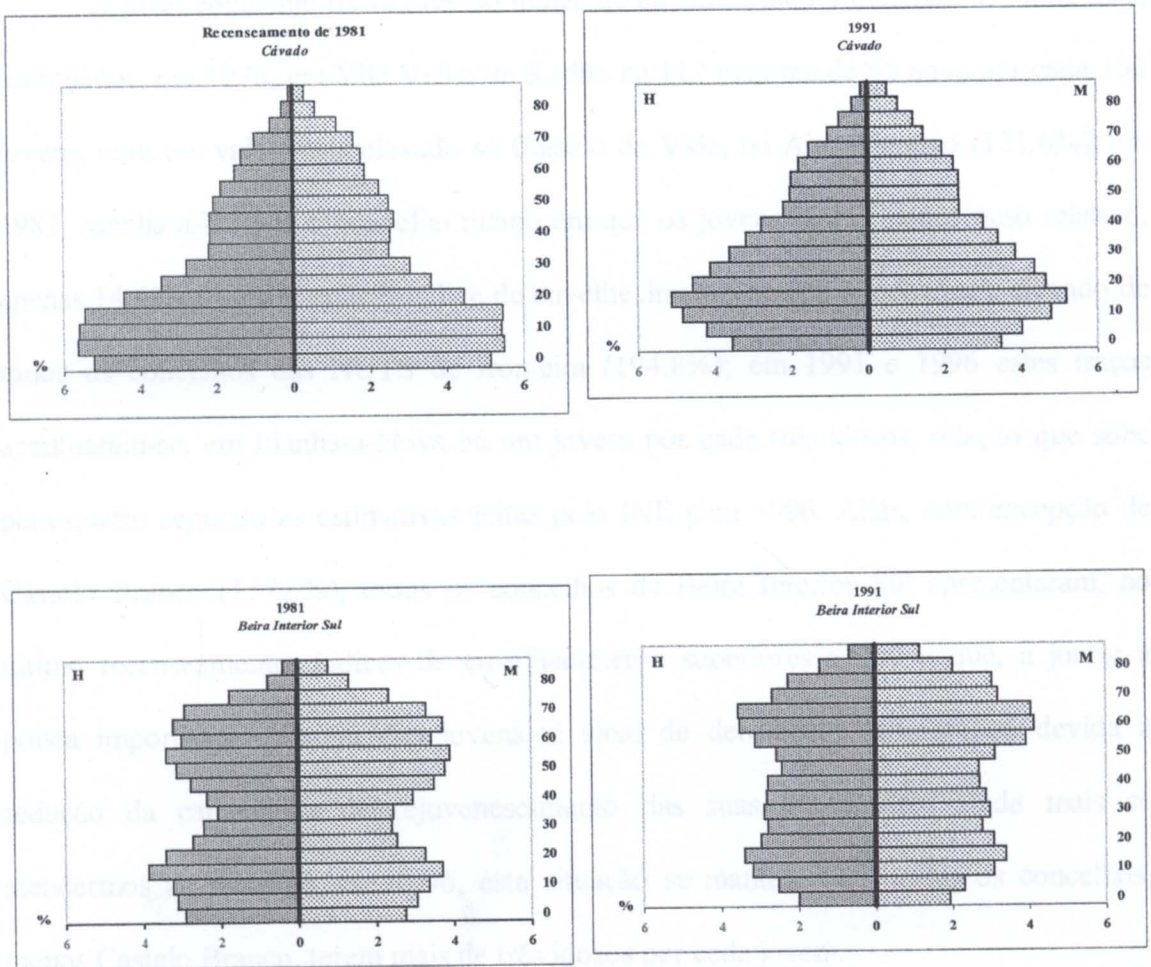
em 1996. Esta sub-região aparece, assim, como a NUT de fronteira mais envelhecida, tanto no topo como na base. Noutra extremidade, o Cávado figura como a região de fronteira mais jovem e onde a importância relativa dos maiores de 65 anos se mantém, até 1996,

abaixo dos doze pontos percentuais. Tal situação reflecte-se nos valores do índice de envelhecimento que está bastante abaixo do encontrado para o conjunto do Portugal peninsular e para o grupo que junta as outras NUTS. Também o facto de o grupo dos *activos* ter vindo, nesta região, a aumentar, apenas com um ligeiro recuo em 1970, vem de encontro à anterior constatação de que o sentido do seu crescimento não se enquadra nas tendências regressivas e repulsivas que caracterizam as outras regiões fronteiriças. Este facto tem-se manifestado através de um contínuo crescimento positivo da maioria dos seus concelhos, o que acaba por se reflectir na composição das suas estruturas etárias. Assim, até ao recenseamento de 1981, em todos os concelhos do Cávado, o grupo dos jovens tem uma proporção acima dos 30 % e mesmo em 1991 e 1996, apesar da redução percentual desta faixa etária ter acompanhado a tendência geral, não desce abaixo dos vinte pontos percentuais (com excepção de Terras do Bouro, em 1996). É no Cávado que, em 1991, se localiza o concelho fronteiriço mais jovem na base (Barcelos, com 25.8 %, lugar que já tinha em 1981, com 34.2%) e os menos envelhecidos no topo, Braga e Barcelos (em ambos os maiores de 65 anos não ultrapassam os 8.7 %).

Estas circunstâncias adquirem maior expressividade quando observamos as pirâmides etárias de 1981 e 1991, sobretudo se comparadas com as da Beira Interior Sul (*Gráfico 3*). Enquanto no Cávado, apesar da redução, entre 1981 e 1991, dos efectivos até aos nove anos por causa do declínio da fecundidade, podemos olhar para uma pirâmide relativamente jovem e de efectivos equilibrados, na da Beira Interior Sul revelamos uma estrutura duplamente envelhecida. Em 1981, no Cávado, é perceptível, através do peso dos efectivos entre os cinco e os quinze anos, uma fecundidade elevada em época recente. Esta sub-região está, portanto, numa fase de transição em que o declínio da fecundidade já é visível, mas o envelhecimento ainda é moderado, tanto no contexto

do território português peninsular¹⁹, como, sobretudo, no fronteiro. Note-se que na pirâmide da Beira Interior Sul, relativa a 1981, é notória a marca deixada pelas migrações nas faixas etárias entre os vinte e cinco e os quarenta anos. Já em 1991 estamos perante

Gráfico 3 - Pirâmides de idades do Cávado e da Beira Interior Sul



Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE.

¹⁹ Cf. Maria José Carrilho, "O processo de envelhecimento em Portugal...", pp. 90-94.

uma pirâmide típica de uma população duplamente envelhecida, em que os efectivos mais jovens estão claramente em inferioridade numérica e os efectivos femininos, a partir dos cinquenta e cinco anos, estão em superioridade relativamente aos do sexo masculino, o que pode relacionar-se tanto com o carácter selectivo das migrações, como com os progressivos efeitos da mortalidade diferencial. Esta distribuição desigual dos sexos aparece também reflectida na relações de masculinidade por grupos de idade (ver *Gráfico 5*).

A nível concelhio os valores do índice de envelhecimento mostram-se ainda mais acentuados: em 1970, em Vila Velha de Ródão há 112 maiores de 65 anos por cada 100 jovens, com um valor mais elevado só Castelo de Vide, no Alto Alentejo (121.6%); em 1981, Idanha-a-Nova é o concelho raiano em que os jovens têm o menor peso relativo, apenas 14.9%, e aquele onde o índice de envelhecimento regista o valor mais elevado de todos os concelhos das NUTS de fronteira (194.8%); em 1991 e 1996 estes traços acentuaram-se, em Idanha-a-Nova há um jovem por cada três idosos, relação que sobe para quatro segundo as estimativas feitas pelo INE para 1996. Aliás, com excepção de Castelo Branco (117.6%), todos os concelhos da Beira Interior Sul apresentaram, no último recenseamento, índices de envelhecimento superiores a 200 o que, a juntar à pouca importância relativa dos jovens, é sinal de debilidade demográfica devida à redução da capacidade de rejuvenescimento das suas populações, ainda mais se atendermos ao facto de, em 1996, esta situação se manter, visto todos os concelhos, menos Castelo Branco, terem mais de três idosos por cada jovem.

Nas outras NUTS III a relação idosos-jovens, embora não tão extremadamente desequilibrada, não deixa de espelhar a incidência do processo de envelhecimento que tem atingido estas regiões fronteiriças, característica que se apresenta como um dos seus traços definidores em termos demográficos, mas também a nível económico-social.

Sobre o processo do envelhecimento da população portuguesa não iremos tecer muitas considerações, até por que tem sido uma temática amplamente abordada por vários autores²⁰. Por nós, o que nos interessa é verificar a sua intensidade nas regiões em causa, pois o envelhecimento demográfico que se pode traduzir não só no aumento dos *idosos*, mas também na redução dos *jovens*, é um aspecto fundamental quando pretendemos fazer um instantâneo sobre o estado de uma determinada população. No caso concreto, perceber da homogeneidade e/ou diversidade demográfica das populações raianas, principalmente entre 1980 e 1996.

O processo do envelhecimento de Portugal, como atrás referimos, passou por duas fases distintas: a primeira, quando se começa a dar um envelhecimento na base, a partir dos anos trinta, de sul para norte; a segunda, desde a década de sessenta, quando aumenta o peso dos maiores de 65 anos, o país envelhece no topo, nitidamente em todo o interior, mas em avanço para o litoral.

Na fronteira, o padrão de envelhecimento segue, na generalidade, este desenho. No caso dos menores de quinze anos, é entre 1981 e 1991 que se dá a maior diminuição, passando de uma percentagem de 25%, em 1981, para 19.8 %, em 1991, ainda que a sua importância relativa não tenha deixado de diminuir desde 1960 (ver *Quadro 14*). Esta situação aparece retratada nos valores máximos e mínimos que os concelhos raianos vão tendo deste grupo etário²¹: enquanto em 1960 oscilavam entre os 20.7% de Castelo de Vide e os 38.2% de Barcelos, em 1991 o concelho com o valor mais baixo não ia além de

²⁰ Ver, por exemplo, J. M. Nazareth, *O envelhecimento da população portuguesa....*; *Idem*, *Portugal os próximos 20 anos. Unidade e diversidade da demografia portuguesa...*, pp. 62-67, 151-185; M^a João Valente Rosa, *O envelhecimento demográfico da população do Continente português...*; Maria José Carrilho, "O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas?"; Ana Maria Fernandes, *Velhice e envelhecimento demográfico e relações intergeracionais*, Dissertação de Doutoramento na FCSH da UNL, Lisboa, 1995 ; M^a Cristina Sousa Gomes, *Prospectiva do envelhecimento demográfico na região de Viseu. O caso particular dos equipamentos sociais para idosos*, Dissertação de Doutoramento na FCSH da UNL, Lisboa, 2000.

²¹ Ver no *Anexo 4* os grupos funcionais e respectivos índices-resumo, por concelho e respectivas NUTS.

uma percentagem de 11.1 de jovens, Vila Velha de Ródão, quando o que registava o valor máximo de menores de quinze anos, Barcelos, tinha 25.8%.

O que se constata é que, apesar da contínua diminuição da importância dos jovens, são os concelhos das regiões do norte - Minho-Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes - que aparecem menos envelhecidos na base devido aos valores da fecundidade, tradicionalmente mais elevados, e ao seu mais tardio declínio. Dentro destas sub-regiões, são predominantemente os concelhos que estão mesmo junto da linha fronteiriça, ou muito próximo, os que apresentam um menor peso relativo de jovens, podendo até encontrar alguma constância nos seus nomes e nessa baixa proporção de jovens, entre 1960 e 1991: no Minho Lima, Valença, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Monção e Melgaço; no Cávado, Amares, Terras do Bouro e Vila Verde; no Douro, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Vila Nova de Foz Côa; no Alto Trás-os-Montes, Miranda do Douro, Mogadouro, Alfândega da Fé, Vinhais e Vimioso. Saliente-se que a maioria destes concelhos, mas mais acentuadamente os dois últimos do Cávado, os do Douro e Alto Trás-os-Montes tiveram neste período, entre 1960 e 1991, crescimentos anuais negativos.

Esta relação, proximidade da fronteira/menor peso de jovens, é também visível na Beira Interior Norte no caso dos concelhos do Sabugal, Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida. Nas NUTS mais a sul, embora talvez mais esbatida, esta coincidência também existe por exemplo no Alto Alentejo com Castelo de Vide, Nisa, Marvão e Crato, ou com Mértola, no Baixo Alentejo. Quanto ao Algarve são sobretudo os concelhos serranos, mais "interiores", os mais envelhecidos na base.

A importância relativa do grupo etário que inclui os maiores de 65 anos, manteve-se sempre mais elevada no conjunto das NUTS raianas do que no conjunto das outras sub-regiões ou no todo do Portugal peninsular. Mas, se em 1960 e 1970, a diferença não

era muito grande, a partir de 1981 a distância foi aumentado, de tal modo que o peso deste grupo nas NUTS raianas, em 1991 e 1996, é mais elevado em quase mais quatro e três pontos percentuais, respectivamente, do que naqueles conjuntos. É o envelhecer da raia. Mas em toda? Com a mesma cronologia e intensidade? Também aqui há que matizar, distinguindo as regiões mais a norte das que estão mais no centro/sul, com uma menção especial para alguns concelhos do Algarve, bem como as mais raianas das menos.

A população maior de 65 anos, residente nas regiões fronteiriças, passou de 229 425 indivíduos em 1970, para 303 270 em 1981, o que significou a maior variação (32.1%) entre os recenseados desta faixa etária entre 1960 e 1991. A consequência deste aumento, que aliás já vinha da década de sessenta, a par da diminuição da importância relativa dos jovens, é a alteração das relações entre os indivíduos dos diferentes grupos etários, visível nas pirâmides de idades de todas as regiões e nos indicadores que medem o envelhecimento ou a juventude.

A evolução do índice de envelhecimento mostra que, no conjunto da raia, por cada cem jovens, existiam, em 1960, 28 idosos, em 1991 já havia 85 e em 1996, 108. Quando apontámos o caso extremo da Beira Interior Sul, verificámos que este indicador, ao nível concelhio, mostra valores muito mais elevados. E não é só nesta sub-região. Se nas regiões do norte, até 1991, não há nenhum concelho em que este índice tenha valores superiores a cem, na metade sul, a partir das Beiras, logo em 1970 há três concelhos onde esta situação se verifica: Vila Velha de Ródão, Castelo de Vide e São Brás de Alportel, além de que são os concelhos, das respectivas NUTS, onde os jovens têm a menor importância relativa e os maiores de 65 anos a maior percentagem. Em 1981, este número cresce. Aos anteriores há que acrescentar Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal, Idanha-a-Nova, Penamacor, Mértola, Alcoutim, Aljezur e Monchique. Mas é em 1991

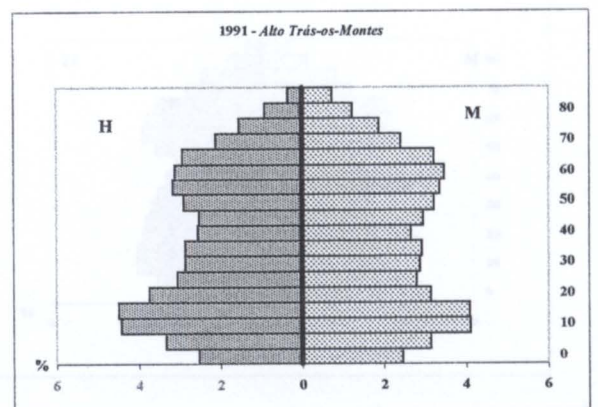
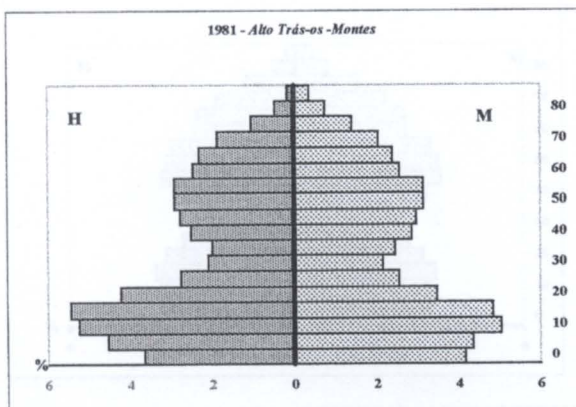
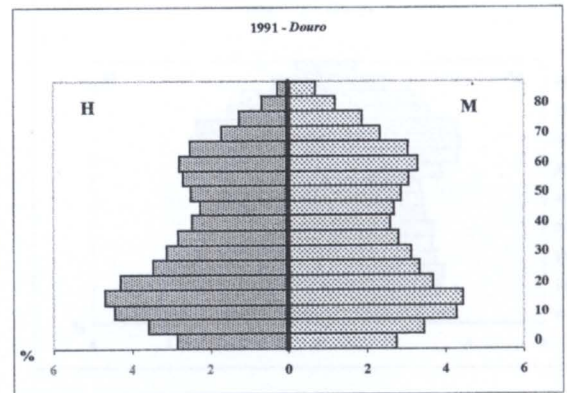
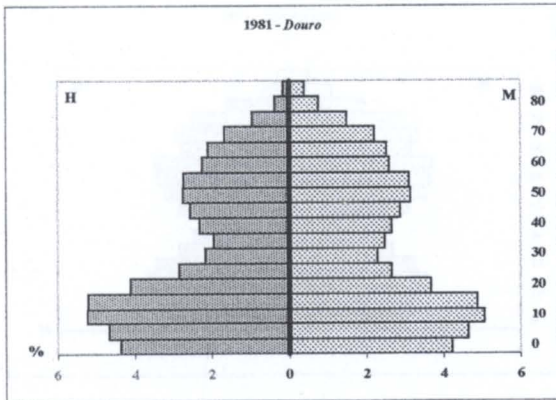
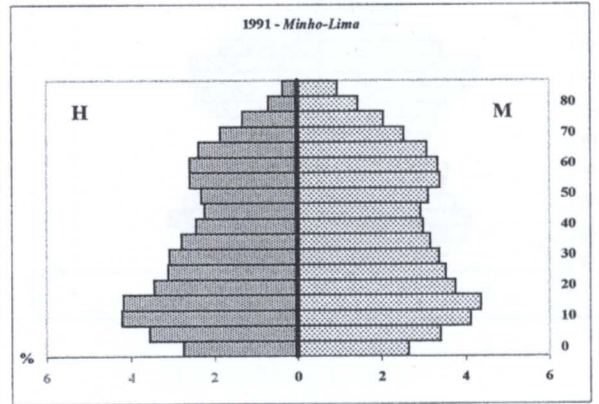
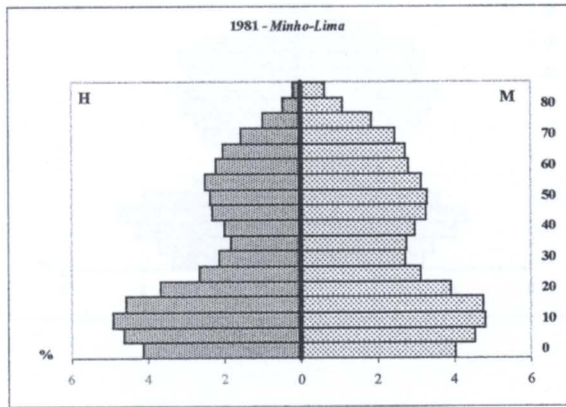
² Caso de Vila Velha de Ródão e Castelo de Vide a que se juntam o Sabugal, Idanha-a-Nova,

que, não só aumenta o número de concelhos (passa para 59), como se alarga a mancha geográfica. Pela primeira vez há concelhos do Minho-Lima (Arcos de Valdevez, Melgaço Monção, Paredes de Coura), do Douro (Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor) e do Alto Trás-os-Montes (Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Mogadouro, Montalegre, Vimioso e Vinhais) que têm índices superiores a cem. Repare-se que vários destes concelhos já os tínhamos nomeado por serem os que, desde 1960, registaram as percentagens mais baixas de jovens no contexto das suas NUTS. Foram os primeiros concelhos a terem maior percentagem de idosos do que jovens e são, agora, os primeiros onde, por cada menor de quinze anos há dois ou mais idosos²². A mancha para sul também alastra a todo o Alentejo Central, escapando Campo Maior, Elvas e Portalegre, ao Alentejo Central, com excepção de Évora e Vila Viçosa, ao Baixo Alentejo, menos Beja e, no Algarve, a Aljezur, S. Brás de Alportel, Castro Marim, Loulé, Monchique, Silves, Tavira e Vila do Bispo. É praticamente todo o interior fronteiriço. Note-se que mesmo nas NUTS menos envelhecidas, os concelhos que têm menos jovens do que idosos são os que se localizam junto à linha que separa os dois países ibéricos. A partir do Vimioso e Miranda do Douro é num contínuo até ao Algarve, mas que entra interior adentro nas regiões alentejanas.

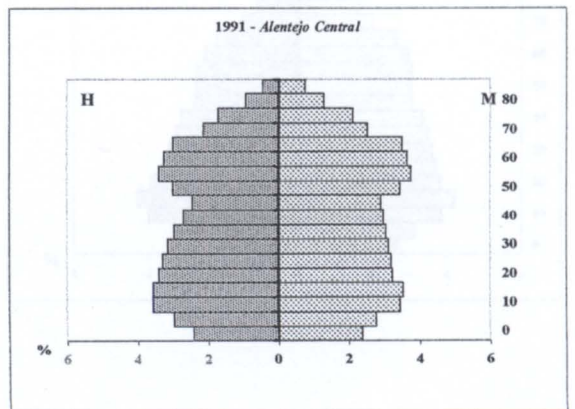
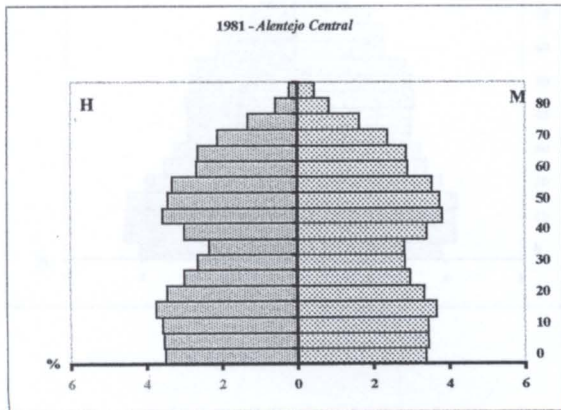
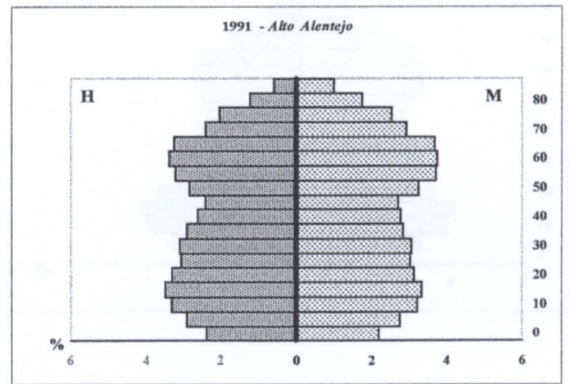
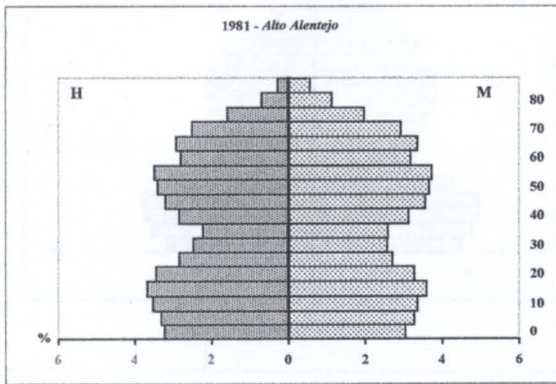
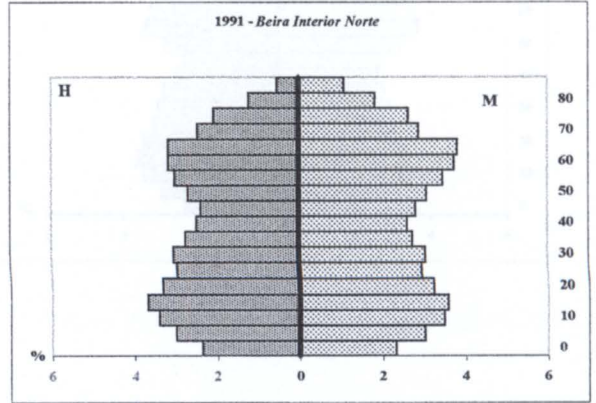
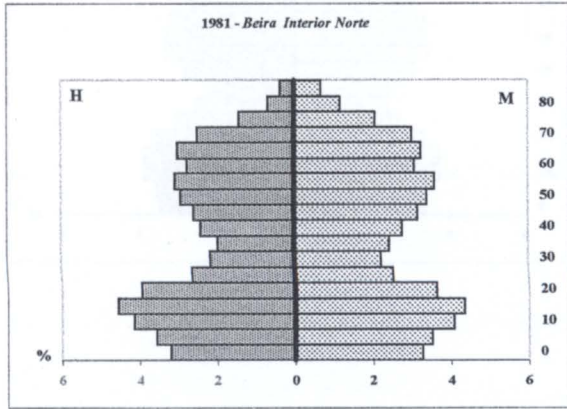
Esta inversão da relação entre os mais jovens e os idosos, mais notória depois de 1981, aparece bem clara quando observamos e comparamos a representação gráfica dos diferentes grupos etários (*Gráfico 4*).

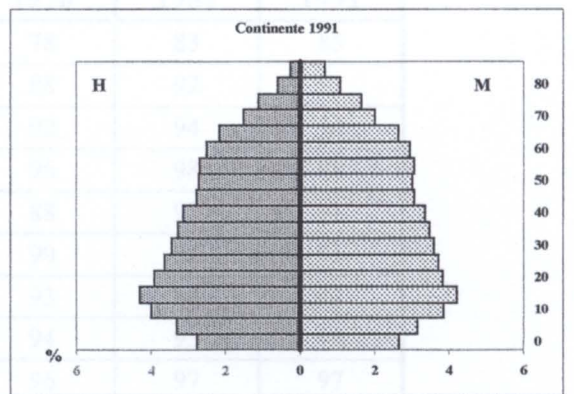
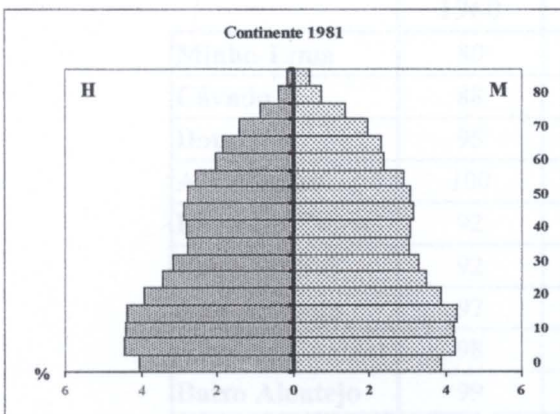
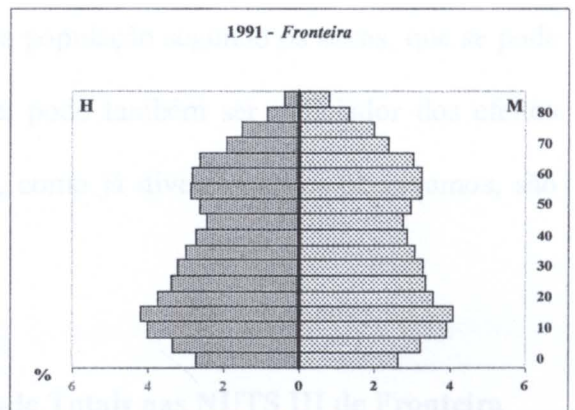
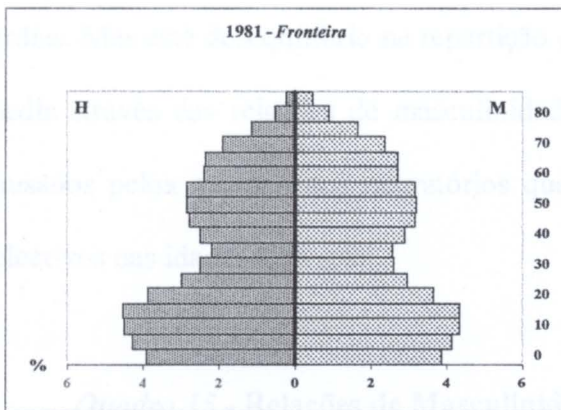
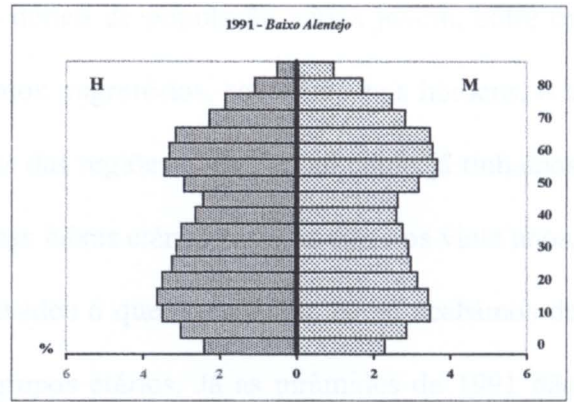
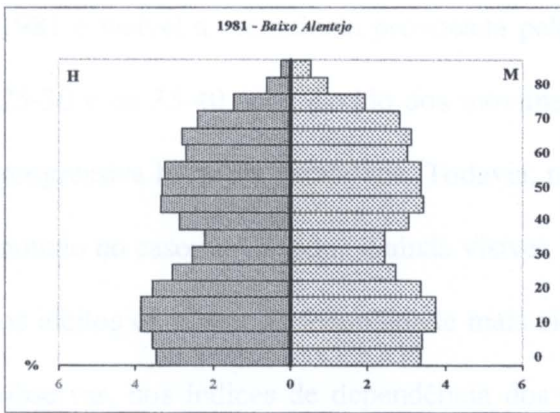
²² Caso de Vila Velha de Ródão e Castelo de Vide a que se juntaram o Sabugal, Idanha-a-Nova,

Gráfico 4 - Pirâmides de idades do Minho-Lima, Douro, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Algarve, Fronteira e Continente



Penamacor, Crato, Marvão, Nisa e Alcoutim.





Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE.

Nas pirâmides que representam a estrutura de idades da população recenseada em 1981 é visível a reentrância provocada pelo déficit de população activa jovem, entre os 25-30 e os 35-40 anos devido aos movimentos migratórios, sobretudo nos homens, e à progressiva baixa da natalidade. Todavia, nas das regiões do norte, tal como já tínhamos notado no caso do Cávado, é ainda visível, nas faixas etárias entre os dez e os vinte anos, os efeitos de níveis de fecundidade mais elevados o que se reflectiu, como acabámos de observar, nos índices de dependência dos grupos etários. Já as pirâmides de 1991 dão conta do avançar do processo de envelhecimento que está bem explícito na diminuição das faixas etárias mais jovens e de um empolar das faixas correspondentes aos idosos, mais volumoso no sector feminino devido à sobremortalidade masculina nas idades mais tardias. Mas este desequilíbrio na repartição da população segundo os sexos, que se pode medir através das relações de masculinidade, pode também ser indiciador dos efeitos causados pelos movimentos migratórios que, como já diversas vezes observamos, são selectivos nas idades e no sexo.

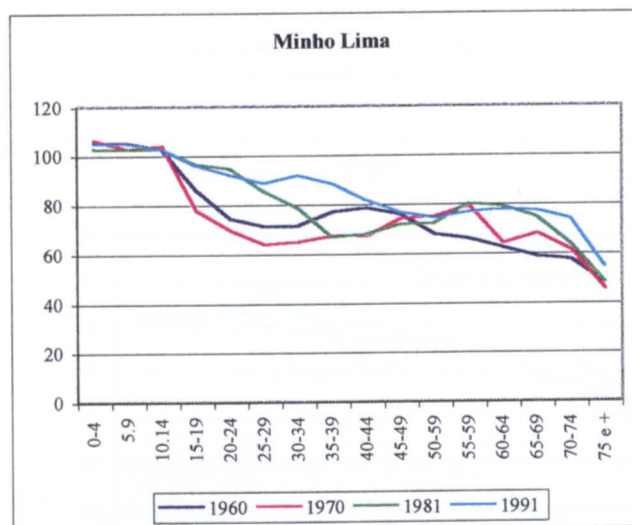
Quadro 15 - Relações de Masculinidade Totais nas NUTS III de Fronteira

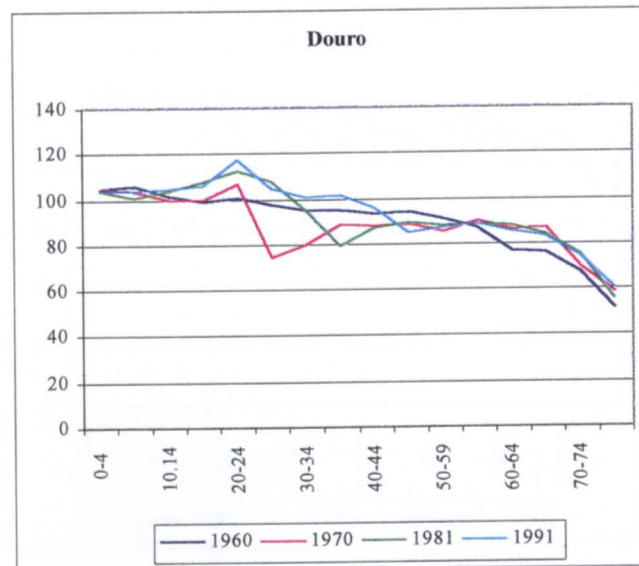
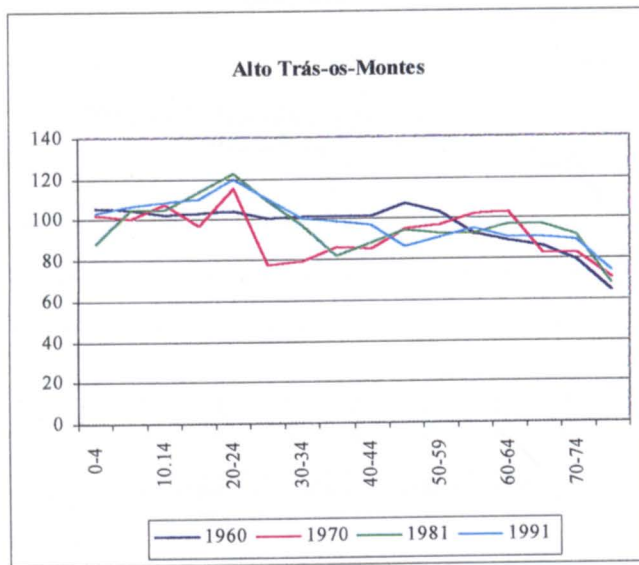
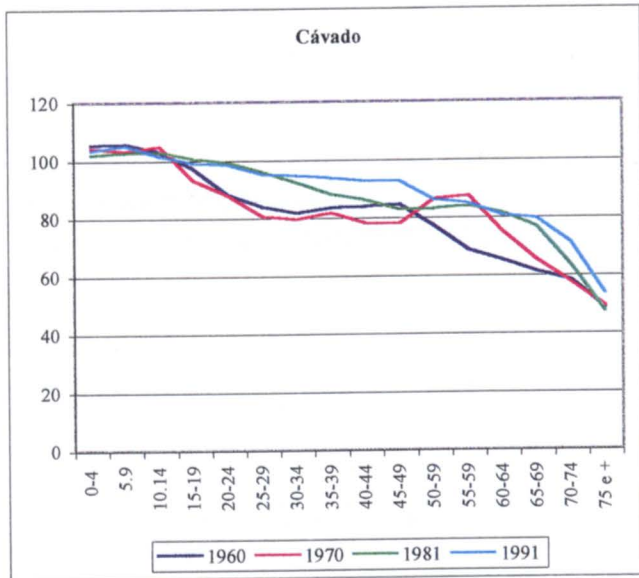
| | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 |
|-------------------------|------|------|------|------|
| Minho-Lima | 80 | 78 | 83 | 85 |
| Cávado | 88 | 88 | 92 | 93 |
| Douro | 95 | 92 | 94 | 94 |
| A.T.Montes | 100 | 96 | 98 | 98 |
| Beira Int. Norte | 92 | 88 | 92 | 91 |
| Beira Int.Sul | 92 | 90 | 91 | 91 |
| Alto Alentejo | 97 | 93 | 94 | 94 |
| Alentejo Central | 98 | 94 | 95 | 94 |
| Baixo Alentejo | 99 | 96 | 97 | 97 |
| Algarve | 96 | 95 | 98 | 97 |
| Fronteira | 94 | 91 | 93 | 94 |
| Continente | 92 | 90 | 93 | 93 |

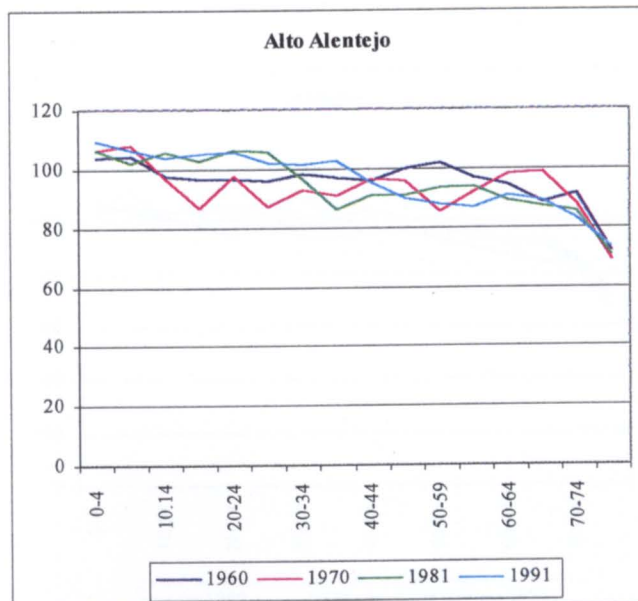
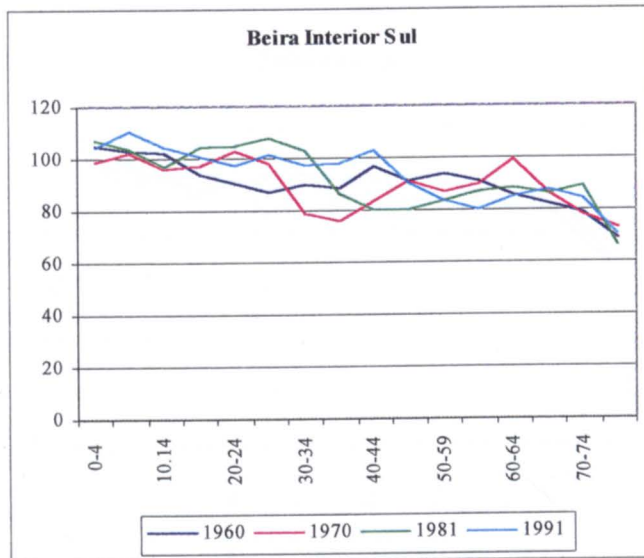
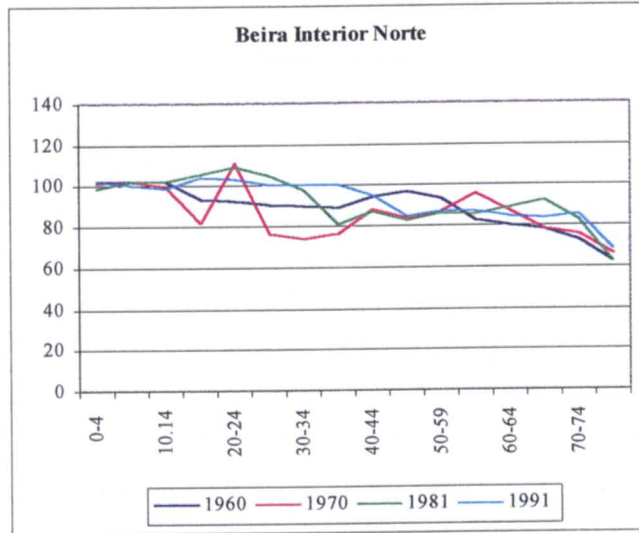
Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE.

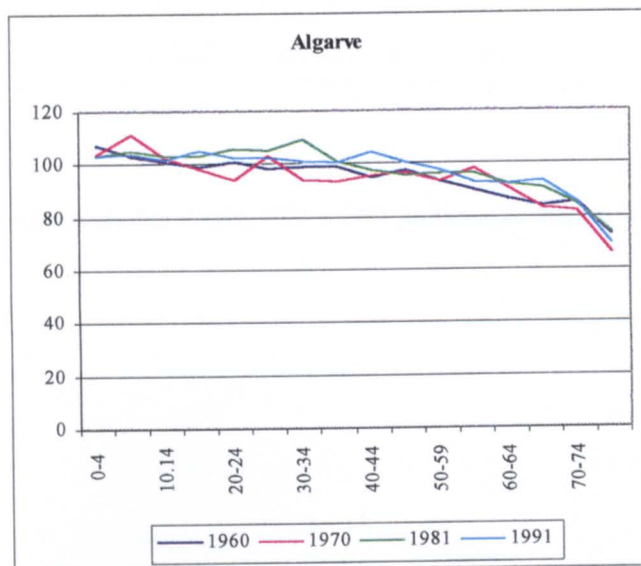
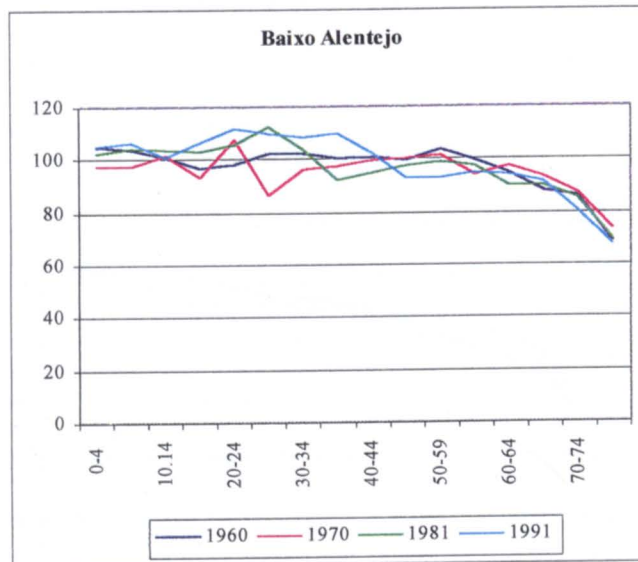
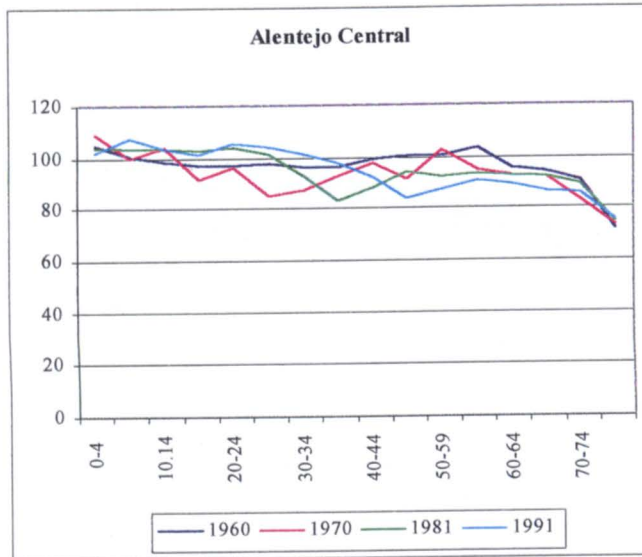
Como se pode ver (*Quadro 15*), em todas as regiões fronteiriças, mas também no Portugal peninsular, as relações de masculinidade descem entre 1960 e 1970, com excepção do Cávado. Foi no Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Alto Alentejo e Alentejo Central onde esta descida foi maior, o que se pode relacionar com os efeitos dos movimentos migratórios, bem patente nas elevadas taxas de crescimento anual médio negativo que estas mesmas regiões tiveram entre aqueles anos. Se analisarmos estas relações de masculinidade, mas por grupos de idade (*Gráfico 5*), ainda se torna mais evidente o carácter repulsivo que o interior fronteiriço teve nas camadas dos jovens activos, principalmente em 1970. Esta década aparece claramente como a de maior intensidade do movimento de saídas dos indivíduos entre os 20 e os 35 anos, nestas regiões raianas.

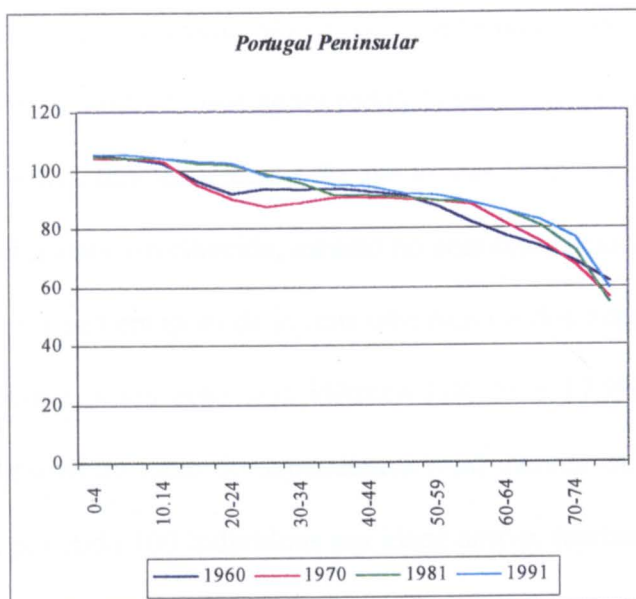
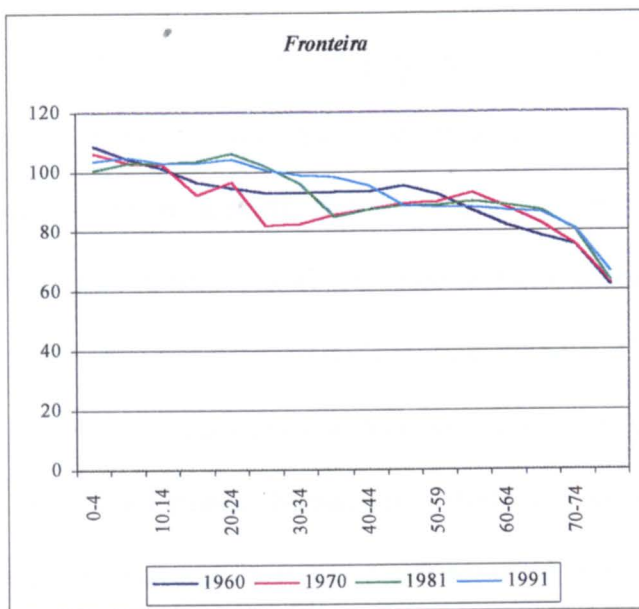
Gráfico 5 - Relações de masculinidade, por grupos de idades, nas NUTS de fronteira











Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE.

Em 1996 continuam as tendências do envelhecimento, mas mais acentuadas tanto no número dos concelhos em que a percentagem de idosos ultrapassa a dos jovens, como na intensidade. Se nos concelhos que já estavam mais envelhecidos há um agravamento do índice de envelhecimento, a norte, nas zonas que até aqui mostravam níveis mais moderados, há uma alastramento deste processo a mais concelhos. É assim que no Minho-Lima, só em Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo é que os menores de 15 anos continuam a em superioridade face ao maiores de 65 anos. No Douro, esta circunstância acontece em Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Peso da Régua, S. João da Pesqueira, Tarouca e Vila Real, o que significa que de 1991 para 1996 dos dezanove concelhos que a constituem, elevou-se de três para doze os que têm um índice de envelhecimento superior a cem. Mas a NUT da metade norte que mais envelheceu foi Alto Trás-os-Montes, uma vez que agora todos os seus catorze concelhos, à excepção de Vila Pouca de Aguiar, têm mais idosos do que jovens. A única unidade territorial que se mantém moderadamente envelhecida, mesmo no contexto nacional, é o Cávado. Aqui em nenhum concelho a percentagem de jovens ultrapassa a dos maiores de 65 anos, embora em Terras do Bouro o seu peso seja idêntico (18.2% e 17.9%, respectivamente). Por outro lado, os valores do rácio de dependência total mantêm-se baixos, 46 dependentes jovens e idosos por cada 100 indivíduos em idade activa, também porque a percentagem da população activa tem sempre aumentado desde 1981 (ver *Quadro 14*).

Reforça-se, portanto, a ideia de que é principalmente o interior da fronteira, do nordeste transmontano aos concelhos algarvios do sotavento, que mais cedo e mais intensamente envelheceu, enquanto no noroeste, o Cávado mantém uma posição à parte relativamente a esta realidade fronteiriça. O Minho-Lima e o Douro, que se tinham mantido numa posição moderada em 1981, intermédia em 1991, envelhecem a um ritmo mais rápido até 1996, de tal modo que estão agora mais próximas das outras regiões

raianas. Se quisermos hierarquizar as unidades territoriais fronteiriças, tomando como indicador do nível de envelhecimento na base e no topo, o índice de envelhecimento, verificamos que, tanto em 1991 como 1996, o primeiro lugar é ocupado pela Beira Interior Sul e o último pelo Cávado. Seguem-se, por ordem decrescente, em 1991, o Alto Alentejo, a Beira Interior Norte, o Baixo Alentejo, o Alentejo Central, o Algarve, Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima e o Douro. Em 1996, as posições mantêm-se praticamente as mesmas. Apenas a Beira Interior Norte troca de posição com o Alto Alentejo e o Algarve com Alto Trás-os-Montes.

A análise dos ritmos de crescimento e da sua interacção com as estruturas etárias, permitiu-nos perceber de forma mais precisa a evolução da população portuguesa e a sua fragmentação pelo território nacional. Mas se relacionarmos o peso percentual das superfícies das NUTS III com o da sua população residente no território peninsular obtemos o coeficiente de localização²³ que nos permite constatar a continuação do agravamento das assimetrias do povoamento do território continental. Note-se que à medida que se avança para o interior do país, as NUTS vão apresentando níveis mais baixos de atracção, merecendo especial destaque as raianas que se mostram, com algumas excepções, incapazes de reter e/ou atrair população, à semelhança do que aliás acontece com o Alentejo Litoral. Das sub-regiões fronteiriças são o Minho-Lima e, sobretudo, o Cávado que, em termos globais, apresentam resultados que correspondem a áreas atractivas, enquanto as outras regiões aparecem claramente repulsivas, com valores mais extremos no Baixo Alentejo, e com um agravamento progressivo entre 1981 e 1996. Merece menção à parte o Algarve onde, apesar dos valores negativos, se nota um ligeiro aumento dos níveis de atracção.

²³ O coeficiente de localização resulta da diferença entre o peso relativo das entidades populacionais de uma determinada região e o peso relativo de sua superfície.

Quadro 16 - Coeficiente de localização das NUTS III

| | 1981 | 1991 | 1996 |
|------------------------------|------|------|------|
| <i>Minho-Lima</i> | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| <i>Cávado</i> | 2,1 | 2,4 | 2,5 |
| <i>Ave</i> | 3,2 | 3,5 | 3,7 |
| Grande Porto | 11,1 | 11,5 | 11,7 |
| <i>Tâmega</i> | 2,4 | 2,5 | 2,7 |
| Entre Douro e Vouga | 1,6 | 1,7 | 1,8 |
| <i>Douro</i> | -1,8 | -2,1 | -2,1 |
| <i>Alto Trás-os-Montes</i> | -6,3 | -6,7 | -6,8 |
| Baixo Vouga | 1,6 | 1,7 | 1,8 |
| Baixo Mondego | 1,2 | 1,2 | 1,1 |
| Pinhal Litoral | 0,4 | 0,4 | 0,5 |
| Pinhal Interior Norte | -1,3 | -1,5 | -1,5 |
| Pinhal Interior Sul | -1,5 | -1,6 | -1,7 |
| Dão-Lafões | -0,8 | -0,9 | -0,9 |
| Serra da Estrela | -0,4 | -0,4 | -0,4 |
| <i>Beira Interior Norte</i> | -3,2 | -3,3 | -3,4 |
| <i>Beira Interior Sul</i> | -3,3 | -3,3 | -3,4 |
| Cova da Beira | -0,5 | -0,6 | -0,6 |
| Oeste | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Grande Lisboa | 18,7 | 18,4 | 18,2 |
| Península de Setúbal | 4,6 | 5,1 | 5,3 |
| Médio Tejo | -0,4 | -0,5 | -0,5 |
| Lezíria do Tejo | -2,3 | -2,3 | -2,4 |
| Alentejo Litotal | -4,8 | -4,9 | -4,9 |
| <i>Alto Alentejo</i> | -5,2 | -5,3 | -5,4 |
| <i>Alentejo Central</i> | -6,2 | -6,3 | -6,4 |
| <i>Baixo Alentejo</i> | -7,9 | -8,1 | -8,2 |
| Algarve | -2,2 | -2,0 | -1,9 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos de idade: índices de dependência e envelhecimento em 31.XII de 1996, por NUTS III e concelhos*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.

INE, *Infoline*, "Temas estatísticos/Território/ Território: Quadros Regionais (<http://www.ine.pt>).

²³ O coeficiente de localização resulta da diferença entre o peso relativo dos efectivos populacionais de uma determinada região e o peso relativo da sua superfície.

É todo um interior cuja população perde importância relativa, que se reagrupa em centros urbanos com alguma expressividade demográfica²⁴ a ponto de justificar a manutenção de equipamentos sociais indispensáveis, mas que continua a envelhecer a um ritmo superior à média nacional e, mais ainda, relativamente às NUTS do litoral. Basta observar o quadro onde se recolhe a evolução do peso relativo de cada região fronteiriça em relação ao conjunto do território português (*Quadro 17*). Douro, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e o Baixo Alentejo viram reduzir em 50%, ou mais, a proporção da sua população entre 1900 e 1996 e foi no Algarve onde essa redução foi menor. Aliás esta última região, que atingiu o valor mínimo em 1970, tem vindo a recuperar o seu peso demográfico relativo de então para cá.

Quadro 17 - Peso relativo da população das NUTS III fronteiriças

| | Minho-Lima | Cávado | Douro | Alto T. Montes | BINorte | BISul | Alto Alent | Alent Central | Baixo Alent | Algarve |
|------|------------|--------|-------|----------------|---------|-------|------------|---------------|-------------|---------|
| 1900 | 4,4 | 3,5 | 5,5 | 5,1 | 3,5 | 1,6 | 2,4 | 2,6 | 2,9 | 5,1 |
| 1911 | 4,2 | 3,3 | 5,0 | 4,8 | 3,3 | 1,7 | 2,4 | 2,7 | 3,1 | 5,0 |
| 1920 | 4,1 | 3,2 | 4,6 | 4,3 | 3,1 | 1,7 | 2,5 | 2,8 | 3,1 | 4,8 |
| 1930 | 3,7 | 3,1 | 4,4 | 4,2 | 2,7 | 1,6 | 2,4 | 2,8 | 3,3 | 4,6 |
| 1940 | 3,6 | 3,2 | 4,3 | 4,2 | 2,7 | 1,6 | 2,5 | 2,9 | 3,3 | 4,4 |
| 1950 | 3,5 | 3,2 | 4,1 | 4,3 | 2,6 | 1,6 | 2,4 | 2,8 | 3,1 | 4,1 |
| 1960 | 3,3 | 3,3 | 3,8 | 4,3 | 2,3 | 1,4 | 2,1 | 2,7 | 2,8 | 3,8 |
| 1970 | 3,1 | 3,4 | 3,2 | 3,4 | 1,7 | 1,2 | 1,7 | 2,2 | 2,1 | 3,3 |
| 1981 | 2,8 | 3,5 | 2,8 | 2,9 | 1,4 | 0,9 | 1,5 | 1,9 | 1,7 | 3,5 |
| 1991 | 2,7 | 3,8 | 2,5 | 2,5 | 1,3 | 0,9 | 1,4 | 1,8 | 1,5 | 3,6 |
| 1996 | 2,6 | 3,9 | 2,5 | 2,4 | 1,2 | 0,8 | 1,3 | 1,8 | 1,4 | 3,7 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos de idade: índices de dependência e envelhecimento em 31.XII de 1996, por NUTS III e concelhos*, Lisboa, INE -Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.

²⁴ Cf., M^a Luís Rocha Pinto, Teresa Rodrigues, "As tendências recentes da distribuição populacional portuguesa: uma evolução que privilegia os aglomerados de maior dimensão", *População e sociedade*, CEPFAM, 1996, n^o 2, pp. 147-157.

É, todavia, possível distinguir pólos de atracção, com diferentes consistências, mas que contrastam com amplos espaços onde a população escasseia, o que vai acabar por implicar uma reorganização das formas de povoamento. Na verdade, as assimetrias no seio da própria região fronteiriça ficam visíveis quando observamos quer o coeficiente de localização, calculado relativamente ao total da área/população das NUTS raianas quer, no sentido de verificar os níveis de atracção/repulsão dos concelhos de cada sub-região, calculado relativamente à área/população de respectiva NUT. Ao Minho-Lima e Cávado que no contexto do Portugal peninsular, já mostravam uma certa capacidade de atracção e/ou retenção da sua população, devemos acrescentar o Douro e, de forma ainda mais intensa, o Algarve²⁵, quando analisamos a distribuição da população dentro do conjunto regional que constituí o centro do nosso estudo. Nas outras NUTS, os valores mantêm-se relativamente dentro dos mesmos parâmetros, embora o Baixo Alentejo, a nível da fronteira, veja acentuar o seu carácter repulsivo e o Alto Trás-os-Montes veja suavizar os seus níveis.

A reorganização do povoamento dentro de cada sub-região acompanha, na generalidade, a tendência para a concentração nos aglomerados de média dimensão. Na verdade, são os concelhos onde existem centros com cinco mil ou mais habitantes, aqueles que mostram valores positivos, estendendo-se muitas vezes para os que lhe são vizinhos²⁶.

²⁵ O Douro e o Algarve registam, respectivamente, os seguintes valores do coeficiente de localização calculado em relação ao total da população/área da fronteira: 4.1 e 5.2 (1981), 3.4 e 6.6 (1991), 3.3 e 7.0 (1996).

²⁶ Caso de Caminha e Ponte de Lima, à volta de Viana do Castelo; do conjunto formado por Braga, Barcelos e Esposende; de Lamego e Armamar, Tarouca e Tabuaço; de Vila Real, Mesão Frio, Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião; Mirandela, Murça; Chaves, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar; Guarda e Celorico e Trancoso. No Alto Alentejo são os concelhos com aglomerados com mais de 5 mil habitantes os que registam valores positivos do índice de concentração, com excepção de Marvão que beneficia da proximidade de Portelegre e actividade turística. No Alentejo Central destacamos o conjunto formado por Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Évora e Reguengos, ou Vendas Novas, mais próximo do litoral, a excepção pertence a Montemor-o-Novo. No Baixo Alentejo destaque-se o caso de Aljustrel devido à actividade mineira que atrai população e no Algarve são principalmente os concelhos ligados à actividade turística que mostram valores positivos.

A redistribuição espacial da população dentro de cada sub-região também pode ser analisada tomando como parâmetro a proximidade/afastamento geográfico da linha de fronteira. Não há todavia um comportamento uniforme, até porque há casos em que a proximidade da fronteira não significa isolamento. É assim relativamente aos postos fronteiriços de Valença-Tui, Chaves-Verín, Elvas-Badajoz, Vila Real de Santo António-Ayamonte que acabam por ser geradores de dinâmicas polarizadoras das regiões envolventes. Há, no entanto, outros casos em que os concelhos que estão mais próximos da raia, como por exemplo os do nordeste transmontano, de que não escapa o concelho de Bragança, são os que revelam um carácter mais repulsivo no contexto da respectiva NUT²⁷.

A tendência dinâmica de concentração em aglomerados de maiores dimensões parece, portanto, revelar-se uma constante em todas as regiões, entre 1981 e 1996, embora haja que ter em conta que os tipos de povoamento característicos de cada zona influenciam a intensidade e rosto dessa concentração. Se tomarmos a distribuição da população por classes de dimensão dos lugares poderemos ter uma visão mais precisa deste fenómeno. Apesar do INE já ter produzido uma "*Tipologia das Áreas Urbanas*"²⁸ manteremos a análise da dimensão dos lugares dentro de um critério estritamente demográfico, até porque facilita a comparação com os dados dos municípios espanhóis. Por outro lado, considerámos que uma observação da população segundo a classe de dimensão dos lugares servia o nosso objectivo, isto é, perceber as formas como, a nível regional, o povoamento se foi organizando.

²⁷ A título exemplificativo citem-se os casos mais extremos Melgaço, Arcos de Valdevez Terras do Bouro, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Vimiosos, Vinhais, Montalegre, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal, Idanha-a-Nova, Alandroal, Mértola, Alcoutim.

²⁸ INE/DGOTDU, *Indicadores Urbanos do Continente*, INE, Lisboa, 1999.

Quadro 18 – Peso relativo da população segundo a dimensão dos lugares

| | < 1999 | | 2000 - 4999 | | 5000 - 9999 | | 10 000 - 19 999 | | 20 000 e + | | Pop. Isolada | |
|---------------|--------|------|-------------|------|-------------|------|-----------------|------|------------|------|--------------|------|
| | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 |
| Minho-Lima | 87,1 | 88,8 | 2,0 | 3,7 | - | 0,5 | 5,9 | - | - | - | 4,9 | 3,9 |
| Cávado | 64,6 | 69,3 | 2,1 | 4,0 | - | 1,5 | 3,2 | - | 19,2 | 24,4 | 11,0 | 0,8 |
| Douro | 81,2 | 78,0 | 3,9 | 5,6 | 5,6 | 6,1 | 4,9 | 5,7 | - | - | 4,4 | 4,6 |
| Al..T. Montes | 83,2 | 75,0 | 4,2 | 7,2 | 2,1 | 3,3 | 9,4 | 11,6 | - | - | 1,1 | 2,8 |
| B.I.Norte | 73,6 | 65,5 | 10,9 | 12,9 | - | - | 10,8 | 14,8 | - | - | 4,7 | 6,9 |
| B.I.Sul | 64,4 | 56,2 | 7,4 | 8,1 | - | - | - | - | 24,7 | 32,3 | 3,5 | 3,4 |
| Alto Alent. | 50,7 | 48,0 | 14,6 | 14,6 | 5,2 | 5,5 | 20,6 | 22,2 | - | - | 8,9 | 9,7 |
| Alent.Central | 40,6 | 37,9 | 15,6 | 11,1 | 12,4 | 18,6 | - | - | 19,3 | 21,9 | 11,9 | 10,5 |
| Baixo Alent. | 46,6 | 47,1 | 17,4 | 20,8 | 12,1 | 9,4 | 12,4 | 13,4 | - | - | 11,4 | 9,2 |
| Algarve | 45,0 | 46,1 | 6,8 | 10,1 | 9,1 | 11,9 | 9,2 | 8,4 | 14,9 | 16,5 | 15,0 | 7,2 |
| Fronteira | 64,7 | 63,2 | 7,1 | 8,6 | 4,6 | 6,3 | 7,3 | 6,5 | 7,8 | 10,0 | 8,1 | 5,3 |
| Outras NUTS | 47,6 | 43,9 | 8,8 | 8,8 | 4,8 | 6,3 | 30,9 | 21,3 | 28,6 | 28,8 | 6,1 | 2,8 |
| Continente | 51,6 | 48,1 | 8,4 | 8,8 | 4,8 | 6,3 | 6,5 | 8,7 | 23,9 | 24,7 | 4,7 | 3,4 |

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Este *Quadro 18* mostra-nos que, a norte do Tejo, a maioria da população vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes e que, no Minho-Lima e Cávado, estes reforçaram mesmo a sua importância relativa entre 1981 e 1991, possivelmente por deslocação da população que residia em lugares de menor dimensão ou isolada. Aliás, foi no Cávado, mas também no Algarve, onde se deu a maior redução do peso da população a viver isolada (-92% e -53%, respectivamente), ao contrário do que se verifica, com maior intensidade, na Beira Interior Norte, mas também no Douro, Alto Trás-os-Montes e Alto Alentejo. Nas outras regiões, pelo contrário, a tendência é para a perda de importância desta classe e para o aumento da percentagem da população a residir em centros com maior dimensão. Também os lugares com menos de dois mil habitantes perdem importância relativa na maioria das regiões. Note-se que, em 1991, no Alentejo

Central, há também uma perda de importância dos lugares entre os dois e os cinco mil habitantes, o que pode indiciar um acentuar da desertificação das áreas rurais, enquanto no Baixo Alentejo, por um lado há um ligeiro reforço dos lugares com uma dimensão inferior a dois mil habitantes, por outro há uma diminuição da percentagem da população residente nos centros entre cinco e dez mil habitantes. No Algarve algo de semelhante é observável, embora aqui seja a classe entre os dez mil e os vinte mil que perde peso. Mas tanto nestas duas regiões, como nas outras, há uma clara concentração da população em centros de dimensão superior.

Contudo, uma análise da importância destes centros só se torna mais inteligível se soubermos qual o seu peso demográfico em relação ao concelho e NUT onde se inserem. Mais uma vez considerámos o patamar dos dez mil habitantes como definidor de centro com características urbanas. Da observação do *Quadro 19* podemos, em primeiro lugar, verificar um generalizado aumento da importância destes aglomerados, quer no seu concelho, quer na região mais alargada. Depois, que é nestes aglomerados que, na metade sul do país, se concentra mais de metade da população que reside nos respectivos concelhos. Há, no entanto, excepções, embora com características diferentes.

Barcelos e Viana do Castelo perdem população em 1991, fenómeno que numa primeira abordagem pode surpreender. Todavia, o que parece mais certo é que tenham sido os núcleos centrais destas cidades a ressentirem-se do alargamento do perímetro urbano²⁹, num movimento comum a outros centros urbanos, ainda mais porque ambas estão inseridas em zonas de crescimento demográfico. Por outro lado, tanto no concelho de Viana do Castelo, como no de Barcelos, há um crescimento de aglomerados de menor dimensão, o que pode ser visto como o desenvolvimento do fenómeno da peri-urbanização. Tanto em Viana do Castelo como em Barcelos surge, em 1991, a classe dos

²⁹ Cf., *Sistema Urbano Nacional*..., vol. 2, pp.27, 43.

lugares entre dois mil e os cinco mil habitantes, inexistente em 1981. Devemos ainda relevar, no caso de Barcelos, o aumento da população residente em aglomerados com menos de dois mil habitantes, mais 25% de 1981 para 1991, e um crescimento do número de pessoas a viver isolada em Viana do Castelo, que passa de 853, em 1981, para 3341, em 1991, numa tendência oposta à da respectiva sub-região. Já no concelho de Barcelos, em 1991, deixa de existir população a viver isolada devendo ter-se transferido para lugares de maior dimensão, como atrás notámos.

A outra excepção é Portimão que perde importância relativa, tanto no contexto do concelho como no da NUT, e que talvez possa encontrar justificação na crise das actividades ligadas ao mar (conservas e pescas).

Quadro 19 - Peso populacional que representam os centros de mais de 10 mil habitantes em relação aos respectivos concelho e NUT (%)

| | Pop. residente | | Concelho | | N U T | |
|-------------------|----------------|-------|----------|------|-------|------|
| | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 |
| Braga | 63033 | 86316 | 50,2 | 61,1 | 19,2 | 24,4 |
| Barcelos | 10379 | 5318 | 10,0 | - | 3,2 | - |
| Vª Castelo | 15190 | 9007 | 18,8 | - | 5,9 | - |
| Vª Real | 12860 | 13649 | 27,4 | 29,5 | 4,9 | 5,7 |
| Bragança | 14181 | 15624 | 40,1 | 47,3 | 5,2 | 6,6 |
| Chaves | 11466 | 11708 | 25,0 | 28,6 | 4,2 | 5,0 |
| Guarda | 14040 | 17481 | 34,8 | 45,1 | 10,8 | 14,8 |
| C. Branco | 21256 | 26146 | 38,7 | 48,1 | 24,7 | 32,3 |
| Elvas | 12880 | 13187 | 51,6 | 53,9 | 9,5 | 10,2 |
| Portalegre | 15148 | 15383 | 55,5 | 59,9 | 11,2 | 12,0 |
| Évora | 34851 | 37965 | 67,6 | 70,6 | 19,3 | 21,9 |
| Beja | 19643 | 19212 | 51,4 | 53,6 | 12,4 | 13,4 |
| Faro | 27974 | 31619 | 62,0 | 62,3 | 8,6 | 9,3 |
| Lagos | 10241 | 11746 | 51,5 | 54,6 | 3,2 | 3,4 |
| Olhão | 20080 | 24607 | 58,1 | 66,8 | 6,2 | 7,2 |
| Portimão | 19605 | 16786 | 56,9 | 43,2 | 6,1 | 4,9 |

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Isto não significa, como já anteriormente dissemos, que o nível de urbanização das sub-regiões fronteiriças seja elevado³⁰, a realidade é bem diferente. Na verdade, os baixos níveis de urbanização, independentemente do limiar considerado³¹, ainda se tornam mais evidentes quando comparamos as taxas de urbanização³² do conjunto raiano com o território continental (*Quadro 20*). Se individualizarmos cada uma das sub-regiões relativamente ao país ressaltam valores extremos de baixos níveis de urbanização, face a algumas (poucas) regiões que se aproximam dos valores nacionais.

Quadro 20 - Taxa de urbanização segundo três limiares

| | > 5000 | | > 10 000 | | > 20 000 | |
|----------------|--------|------|----------|------|----------|------|
| | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 | 1981 | 1991 |
| Minho-Lima | 5,9 | 3,6 | 5,9 | - | - | - |
| Cávado | 22,3 | 25,9 | 22,3 | 24,4 | 19,2 | 24,4 |
| Douro | 10,5 | 11,8 | 4,9 | 5,7 | - | - |
| Al. T. Montes | 11,5 | 15,0 | 9,4 | 11,6 | - | - |
| B.LNorte | 10,8 | 14,8 | 10,8 | 14,8 | - | - |
| B.LSul | 24,7 | 32,3 | 24,7 | 32,3 | 24,7 | 32,3 |
| Alto Alentejo | 25,8 | 27,7 | 20,6 | 22,2 | - | - |
| Alent.Central | 31,7 | 40,5 | 19,3 | 21,9 | 19,3 | 21,9 |
| Baixo Alentejo | 24,5 | 22,9 | 12,4 | 13,4 | - | - |
| Algarve | 33,2 | 36,7 | 24,1 | 24,8 | 14,9 | 16,5 |
| Fronteira | 19,7 | 22,8 | 15,1 | 16,5 | 7,8 | 10,0 |
| Outras NUTS | 37,4 | 44,5 | 32,6 | 38,2 | 28,6 | 28,8 |
| Continente | 35,2 | 39,7 | 30,4 | 33,4 | 23,9 | 24,7 |

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1981 e 1991, Lisboa, INE.

³⁰ Cf. Ana Bela Nunes, "Portuguese urban system: 1980-1991" in Pedro Telhado Pereira, M^a Eugénia Mata (edit.), *Urban dominance and labour market differentiation of a European capital city. Lisbon 1890-1990*, London, Kluwer Academic Publishers, 1996, pp. 7-47.

³¹ Considerámos oportuno, atendendo às características da população fronteiriça, tratar também um limiar que incluía os centros com mais de cinco mil habitantes.

Dizíamos, no início deste capítulo, que as alterações que se deram nos saldos natural e migratório caracterizam a dinâmica demográfica da população portuguesa a partir dos anos 80. E confirmámos, através dos indicadores que temos vindo a analisar, o modelo de ocupação do território que privilegia a faixa litoral, em detrimento do interior, e a concentração em aglomerados urbanos com alguma dimensão, ou nas zonas que os envolvem, embora não se deva deixar de constatar a existência de outros fenómenos, como sejam o crescimento, em algumas zonas, da população isolada, contrariando a tendência de sentido oposto, que parece ser generalizada. Só o próximo recenseamento poderá esclarecer se estamos perante movimentos pontuais, ou não.

Fronteira, local de partida, as suas regiões viram, assim, as suas estruturas por idades profundamente condicionadas pelos movimentos migratórios que, por sua vez, provocaram alterações nas componentes do saldo natural. Ainda que a diminuição sistemática do crescimento natural tenha dimensão nacional, sobretudo devido à quebra da natalidade, o que variou entre umas regiões e outras foi o volume dessa descida. Ora tendo esta faixa raiana sofrido uma forte sangria migratória, as suas pirâmides demográficas apresentam-se, como observámos, cada vez mais envelhecidas, pelo que, aqui, estas tendências aparecem ainda mais marcadas, de tal modo que o número de óbitos tem vindo a superar o dos nascimentos. Repare-se no quadro que mostra os valores do saldo natural entre 1980 e 1996 (*Quadro 21*). Enquanto no continente, apesar do desaceleramento contínuo visível logo a partir do princípio do período, o saldo natural se mantém positivo, no conjunto fronteiriço depois das primeiras quebras, mais acentuadas entre 1984 e 1985 e depois entre 1987 e 1988, a descida mais significativa dá-

³² A taxa de urbanização define-se como o peso da população residente em centros urbanos no total da população do país ou de determinada região. Cf. Ana Bela Nunes de Almeida, *A rede urbana portuguesa...*, p.1; Georges Tapinos, *Elementos de demografia*, Madrid, Espasa Calpe, 1990, pp. 195-196.

se entre 1989 e 1990, o saldo é fortemente negativo até ao fim do período De 1980 para 1996, o saldo natural do conjunto fronteiriço reduziu-se para além de 150%.

Quadro 21 - Saldo natural nas regiões fronteiriças (n.ºs absolutos)

| | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| M.Lima | 1396 | 1175 | 1342 | 876 | 801 | 587 | 196 | 329 | 51 | -126 | -424 | -452 | -445 | -499 | -510 | -610 | -648 |
| Cávado | 4070 | 3964 | 4003 | 3740 | 3687 | 3167 | 2998 | 2872 | 2690 | 2658 | 2269 | 2325 | 2444 | 2472 | 2430 | 1915 | 2276 |
| Douro | 1757 | 1332 | 1364 | 1239 | 1001 | 584 | 511 | 411 | 286 | 232 | -173 | -207 | -177 | -422 | -344 | -471 | -543 |
| ATMontes | 1413 | 1045 | 1146 | 804 | 730 | 189 | 327 | 304 | 92 | -120 | -590 | -685 | -801 | -1052 | -939 | -1153 | -1030 |
| BINorte | 8 | -144 | 92 | -214 | 273 | -293 | -297 | -233 | -345 | -404 | -526 | -563 | -615 | -712 | -587 | -723 | -679 |
| BISul | -105 | -172 | -129 | -290 | -342 | -414 | -361 | -413 | -459 | -429 | -491 | -546 | -516 | -581 | -512 | -638 | -658 |
| AltoAlen | -65 | -39 | -48 | -145 | -326 | -259 | -207 | -351 | -483 | -521 | -586 | -744 | -692 | -807 | -795 | -836 | -954 |
| AlenCentr | 487 | 281 | 356 | 177 | 74 | -318 | -201 | -223 | -357 | -224 | -613 | -561 | -475 | -660 | -571 | -684 | -745 |
| BaixAlen | 255 | 164 | 32 | 20 | -410 | -336 | -397 | -544 | -494 | -457 | -830 | -873 | -767 | -1076 | -928 | -1067 | -1189 |
| Algarve | 710 | 389 | 566 | 403 | 508 | 83 | -36 | 12 | -297 | 17 | -554 | -383 | -312 | -515 | -738 | -1026 | -934 |
| Fronteira | 9926 | 7995 | 8724 | 6610 | 5996 | 2990 | 2533 | 2164 | 684 | 626 | -2518 | -2689 | -2356 | -3852 | -3494 | -5293 | -5104 |
| Continente | 58935 | 52282 | 54559 | 44413 | 42022 | 29811 | 27792 | 24843 | 21395 | 20030 | 11420 | 10263 | 12370 | 6478 | 8103 | 2320 | 2202 |

Fonte: *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE.

A nível regional podemos identificar várias fases: até 1984 a redução do número de nascimentos em relação aos óbitos, apesar de evidente, ainda é gradual; a partir de 1984 há um acentuar desta tendência que se generaliza depois de 1990 a todas as regiões fronteiriças, à excepção de uma. Mais uma vez os dois casos extremos são a Beira Interior Sul, a única região que logo desde 1980 tem mais óbitos do que nascidos-vivos, e o Cávado, a única que mantém sempre um crescimento natural positivo, apesar de um decréscimo sistemático pontuado por algumas oscilações conjunturais. Lembremos que eram precisamente estas as duas sub-regiões que tinham as pirâmides etárias, tanto em

1981 como em 1991, respectivamente mais envelhecidas e mais jovens das NUTS raianas.

De facto, o número de nascimentos depende não só do nível de fecundidade de uma determinada população, mas também da proporção de mulheres em idade fértil, assim como os níveis de mortalidade se encontram dependentes tanto das condições gerais de morbilidade, como da estrutura etária, uma vez que as possibilidades de morte variam com a idade. Naturalmente que os comportamentos que influenciaram as tendências das variáveis micro-demográficas não podem ser dissociados de uma complexidade de factores sociais, económicos e culturais específicos destes territórios fronteiriços que, apesar da convergência de comportamentos, continuam a deixar entrever a existência uma certa diversidade regional.

Para a caracterização das variáveis microdemográficas responsáveis pela dinâmica natural da população raiana, para além das taxas brutas específicas, optámos pela utilização, como base de análise para a fecundidade, do *índice sintético de fecundidade* (ISF), para a mortalidade a *taxa de mortalidade infantil* (TMI) e as *tábuas de mortalidade* do momento (sexos reunidos), ou seja, considerando o estado da mortalidade num período que, no nosso caso, coincide com o dos recenseamentos e utilizando principalmente uma das suas funções, a *esperança de vida à nascença* (e_0).

As razões destas opções metodológicas prendem-se com o facto de, uma vez que queremos comparar o comportamento das variáveis microdemográficas da população de cento e dezanove concelhos, em três períodos diferentes, estes indicadores sintéticos, ao permitirem eliminar os efeitos provocados pelas estruturas por idades, proporcionarem uma análise comparativa dos resultados mais eficaz. Na realidade, devido ao progressivo envelhecimento das populações raianas, a incidência da estrutura por idades readquire importância, pelo que a análise das taxas de mortalidade por idade e da esperança de vida

reflecte melhor a situação desta variável nas circunstâncias específicas. Também os níveis da taxa de mortalidade infantil não só são um bom indicador das condições sociais e ambientais, como estão muito relacionados com a esperança de vida. Quanto ao índice sintético de fecundidade, ou descendência média, também um índice de momento, uma vez que relaciona o número de filhos nascidos de mães de uma idade, ou grupos de idades, considerada com o efectivo de mulheres da mesma idade fértil (entre os 15 e os 49 anos), permite obter o número médio de filhos nascidos por mulher³³. Esta é uma medida sintética de intensidade da fecundidade que tem a vantagem de facilitar comparações com outras populações uma vez que é menos perturbada pela diversidade da estrutura por idades³⁴.

Para o cálculo dos referidos indicadores e no sentido de evitarmos as oscilações aleatórias próprias de agregados com poucos efectivos populacionais, como acontece em muitos dos concelhos em estudo, utilizámos os nascimentos e óbitos médios dos dois anos que enquadram os recenseamentos³⁵. Uma vez que dispomos dos valores dos nascimentos e dos óbitos por anos civis, fizemos sempre um ajustamento da população dos recenseamentos, realizados em 16/3/81 e 15/4/91, estimando a população a 31 de Dezembro de 1980 e 1990³⁶, de modo a obter a população média, quer total quer por grupos de idade e sexo. Pelas razões já anteriormente apontadas, calculámos estes

³³ Não considerámos os nascimentos de mães menores de 15 anos, maiores de 49, nem de idade desconhecida, pois não sendo numericamente significativos no conjunto do total de nascimentos não iriam alterar os resultados finais: 0.22% (1980), 0.24% (1981), 0.12% (1990), 0.13% (1991), 0.11% (1995) e 0.08% (1996) relativamente ao total dos nascimentos registados nas NUTS em análise. Sobre esta questão cf Vinuesa, Zamora et alii, *Demografía, analysis...*, p. 99.

³⁴ Cf. Fernando Alonso, Anna Cabré, "El crecimiento natural de la población española y sus determinantes"..., p. 96.

³⁵ No caso dos recenseamentos de 1981 e 1991 trabalhámos com os nascimentos e óbitos médios de 1980/1981 e 1990/91, para as estimativas da população a 31 de Dezembro de 1995, com os de 1995/96.

³⁶ Fizemos uma aplicação regressiva, admitindo que o ritmo de crescimento anual médio foi constante entre 1970 e 1981 e entre 1981 e 1991: $P_n / P_o (1+a)^n$ onde P_n é a população dos recenseamentos de 1981 ou de 1991, P_o , a população que se quer estimar, neste caso a 31 de Dezembro de 1980 e a 31 de Dezembro de 1990, a os respectivos valores da TCAM e n o período que se pretende regredir (0.21 em relação ao recenseamento de 1981 e 0.29 em relação ao de 1991) (J.M. Nazareth, *Principios e métodos de ...*, p. 166)

mesmos indicadores utilizando as estimativas realizadas pelo INE para 31 de Dezembro de 1995. Todavia, no caso da elaboração das tábuas de mortalidade para 1995-96, foi necessário socorrer-nos dos multiplicadores de Sprague³⁷ para a obtenção dos indivíduos com menos de 1 ano e de 1-4 anos, uma vez que o INE apenas disponibiliza estimativas por grupos quinquenais, já tendo em conta as possíveis margens de erro.

Construímos tábuas de mortalidade abreviadas³⁸, por concelhos e respectiva NUT, ou seja, por grupos de idade quinquenais até aos setenta anos, idade a partir da qual foi construído um grupo aberto. Todavia, no caso do primeiro grupo etário, 0-4 anos, tal como é habitual, foi subdividido em dois, menos de 1 ano e 1-4 anos. Por outro lado, para o primeiro quociente ${}_1q_0$, utilizámos a denominada verdadeira taxa de mortalidade infantil, isto é, calculada segundo o método da média ponderada, com as tabelas propostas por Shryock e Siegel³⁹. Para além da introdução destes coeficientes de ponderação, no sentido de minimizar as flutuações existentes quando se trabalha com um número reduzido de efectivos, utilizámos também nascimentos e óbitos médios no cálculo desta TMI⁴⁰.

³⁷ Roland Pressat, *Dictionnaire de Démographie*, Paris, PUF, 1979, p.134; INED-INSEE-ORSTOM-SEAE, *Sources et analyse des données démographiques...*, pp. 29-31.

³⁸ Para a sua elaboração utilizámos a metodologia descrita por J.M. Nazareth em *O envelhecimento da população...*, pp. 125-131 e em *Princípios e métodos de análise...*, pp. 256-261.

³⁹ *Op. cit.*, pp. 236-237; *Ibidem*.

⁴⁰ Assim:

$${}_1q_0 (1980-1981) = \frac{\text{óbitos médios com } -1 \text{ ano (1980-81)}}{k'' N_0 (\text{nasc. médios } 79-80) + K' N_1 (\text{nasc. médios } 80-81)}$$

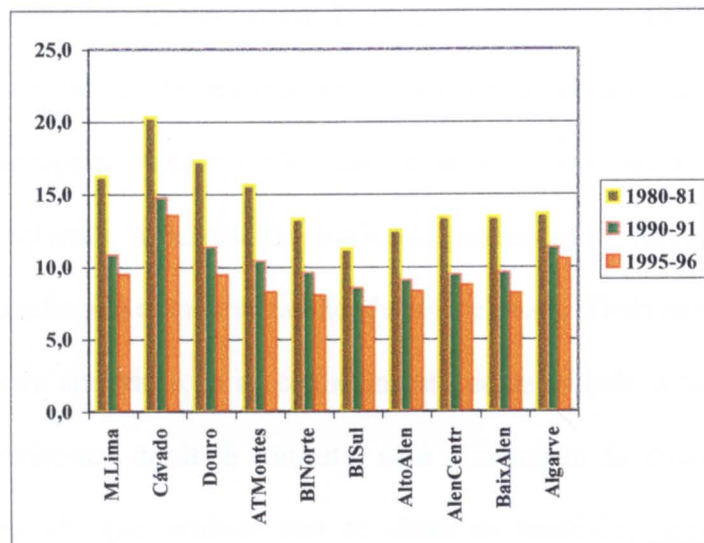
$${}_1q_0 (1990-1991) = \frac{\text{óbitos médios com } -1 \text{ ano (1990-91)}}{k'' N_0 (\text{nasc. médios } 89-90) + K' N_1 (\text{nasc. médios } 90-91)}$$

$${}_1q_0 (1995-1996) = \frac{\text{óbitos médios com } -1 \text{ ano (1995-96)}}{k'' N_0 (\text{nasc. médios } 94-95) + K' N_1 (\text{nasc. médios } 95-96)}$$

(Cf. J. M. Nazareth, *O envelhecimento da população...*, pp. 126-128).

Entre 1980 e 1996 o volume global dos nascimentos nas NUTS fronteiriças passa de 37790 para 20479, o que significou um decréscimo que ronda quase os 40%. No território peninsular, no mesmo período, esse decréscimo cifrava-se em 30%, o que se inscreve numa sequência constante que já vem dos anos sessenta⁴¹ e que se vai acentuar na década de oitenta.

Gráfico 6 - Taxa bruta de natalidade nas NUTS de fronteira (%)



| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|--------------------|---------|---------|---------|
| Fronteira | 15,46 | 11,11 | 9,83 |
| Continente | 15,64 | 11,62 | 10,84 |
| Outras NUTS | 15,69 | 11,76 | 11,12 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997. *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE.

⁴¹ Custódio Cónim, M^a José Carrilho, *Situação demográfica...*, p. 33.; Cónim, *Portugal e a sua população*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, I vol., p. 120-123.

Se analisarmos a taxa bruta de natalidade, onde se relaciona o número de nados-vivos e a população média do período, ficamos com um primeiro indicador, ainda que grosseiro, sobre a intensidade relativa dos nascimentos. E torna-se bastante claro, veja-se no *Gráfico 6* que a intensidade do decréscimo foi mais acentuada entre 1980-81 e 1990-91, não só a nível nacional, como nos diferentes conjuntos regionais. Repare-se, no entanto, que enquanto o Minho-Lima, Cávado, Douro e Alto Trás-os-Montes ainda mantêm taxas brutas superiores à média nacional, todas as outras se encontram já abaixo desse valor. Esta quebra da natalidade não só se reflectiu, como vimos, na diminuição do saldo natural como foi de tal modo acentuada que no princípio dos anos noventa apenas o Cávado supera os 11.62 ‰ do continente. É em 1995-96 que os valores deste indicador, relativo ao conjunto das regiões raianas, se afasta mais da média nacional, ao contrário do conjunto que agrupa as outras NUTS e que permanece, ao longo destes anos, superior aos valores do continente. A descida da natalidade generaliza-se, mesmo àquelas regiões nortenhas tradicionalmente com uma natalidade mais elevada (*Gráfico 6*).

Esta primeira aproximação ao conhecimento da natalidade, a par da evolução do saldo natural, permite-nos desde já constatar uma diminuição da dinâmica demográfica das regiões em estudo que, embora não se afaste da tendência nacional, apresentam ritmos e níveis, no geral, mais prematuros e intensos, de tal modo que em alguns concelhos a fecundidade deixou de assegurar a substituição das gerações logo em 1980-81.

Uma vez que as taxas não escapam aos efeitos da estrutura, calculámos o índice sintético de fecundidade (*Anexo 7*), cujas vantagens de interpretação já enunciámos, ao nível do concelho, de forma a tornar mais inteligível a possível existência de diferentes padrões de distribuição geográfica da fecundidade no contexto fronteiriço.

Quadro 22 - Índice sintético de fecundidade nos concelhos e NUTS fronteiriços

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Minho-Lima | 2,43 | 1,52 | 1,24 |
| Arcos de Valdevez | 2,33 | 1,49 | 1,08 |
| Caminha | 2,09 | 1,60 | 1,35 |
| Melgaço | 2,12 | 1,36 | 0,88 |
| Monção | 2,36 | 1,32 | 0,94 |
| Paredes de Coura | 2,35 | 1,47 | 0,98 |
| Ponte da Barca | 2,80 | 1,80 | 1,34 |
| Ponte de Lima | 2,96 | 1,69 | 1,44 |
| Valença | 2,18 | 1,45 | 1,22 |
| Viana do Castelo | 2,35 | 1,47 | 1,27 |
| Vila Nª de Cerveira | 2,26 | 1,51 | 1,30 |
| Cávado | 2,83 | 1,74 | 1,51 |
| Amares | 3,13 | 1,89 | 1,55 |
| Barcelos | 2,83 | 1,76 | 1,52 |
| Braga | 2,62 | 1,66 | 1,47 |
| Esposende | 2,95 | 1,71 | 1,55 |
| Terras do Bouro | 3,35 | 1,81 | 1,28 |
| Vila Verde | 2,67 | 1,68 | 1,59 |
| Douro | 2,83 | 1,66 | 1,26 |
| Alijó | 2,77 | 1,76 | 1,21 |
| Armamar | 3,35 | 1,66 | 0,97 |
| Carrizada de Ansiães | 3,02 | 1,63 | 1,17 |
| Freixo Espada Cinta | 2,54 | 1,49 | 0,98 |
| Lamego | 2,84 | 1,61 | 1,28 |
| Mesão Frio | 3,08 | 1,76 | 1,58 |
| Moimenta da Beira | 3,41 | 1,83 | 1,49 |
| Penedono | 2,66 | 2,11 | 1,36 |
| Peso da Régua | 2,76 | 1,71 | 1,15 |
| Sabrosa | 2,72 | 1,86 | 1,37 |
| S.ta Marta Penaguião | 2,63 | 1,63 | 1,14 |
| S.João da Pesqueira | 3,36 | 1,93 | 1,29 |
| Sernancelhe | 3,25 | 1,73 | 1,34 |
| Tabuaço | 3,56 | 1,89 | 1,20 |
| Tarouca | 3,68 | 1,62 | 1,06 |
| Torre de Moncorvo | 2,35 | 1,66 | 1,29 |
| Vila Flor | 2,52 | 1,59 | 0,97 |
| Vila Nova de Foz Côa | 2,22 | 1,66 | 1,34 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Alto Alentejo | 2,08 | 1,47 | 1,28 |
| Alter do Chão | 1,93 | 1,22 | 1,29 |
| Arronches | 2,31 | 1,73 | 1,16 |
| Avis | 2,09 | 1,42 | 1,35 |
| Campo Maior | 2,40 | 1,72 | 1,40 |
| Castelo de Vide | 2,09 | 1,36 | 1,47 |
| Crato | 1,88 | 1,39 | 1,27 |
| Elvas | 2,16 | 1,70 | 1,38 |
| Fronteira | 1,96 | 1,59 | 1,19 |
| Marvão | 2,21 | 1,15 | 1,14 |
| Monforte | 1,66 | 1,37 | 1,45 |
| Mora | 2,05 | 1,58 | 1,00 |
| Nisa | 1,71 | 1,15 | 0,99 |
| Ponte de Sor | 2,06 | 1,56 | 0,75 |
| Portalegre | 2,15 | 1,26 | 1,24 |
| Alentejo Central | 2,11 | 1,46 | 1,30 |
| Alandroal | 1,81 | 1,30 | 1,02 |
| Arraiolos | 1,91 | 1,53 | 1,12 |
| Borba | 2,28 | 1,31 | 1,17 |
| Estremoz | 1,94 | 1,42 | 1,35 |
| Évora | 2,22 | 1,46 | 1,35 |
| Montemor-o-Novo | 1,95 | 1,39 | 1,13 |
| Mourão | 2,65 | 2,06 | 1,76 |
| Portel | 2,36 | 1,72 | 1,26 |
| Redondo | 1,94 | 1,59 | 1,51 |
| Reguengos Monsaraz | 1,97 | 1,59 | 1,39 |
| Sousel | 2,26 | 1,30 | 1,04 |
| Vendas Novas | 1,75 | 1,31 | 1,35 |
| Viana do Alentejo | 2,60 | 1,68 | 1,25 |
| Vila Viçosa | 2,28 | 1,33 | 1,15 |
| Baixo Alentejo | 2,22 | 1,57 | 1,24 |
| Aljustrel | 2,20 | 1,53 | 1,03 |
| Almodôvar | 2,04 | 1,50 | 1,03 |
| Alvito | 2,11 | 1,29 | 1,29 |
| Barrancos | 2,06 | 1,39 | 0,99 |
| Beja | 2,50 | 1,50 | 1,27 |
| Castro Verde | 1,97 | 1,34 | 1,20 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Vila Real | 2,62 | 1,52 | 1,37 |
| Al. T.-os-Montes | 2,64 | 1,72 | 1,24 |
| Alfândega da Fé | 2,38 | 1,40 | 1,12 |
| Boticas | 2,69 | 1,49 | 0,87 |
| Bragança | 2,42 | 1,68 | 1,32 |
| Chaves | 2,57 | 1,90 | 1,30 |
| Macedo de Cavaleiros | 2,89 | 1,59 | 1,24 |
| Miranda do Douro | 2,07 | 1,42 | 1,10 |
| Mirandela | 2,63 | 1,77 | 1,44 |
| Mogadouro | 2,38 | 1,83 | 1,22 |
| Montalegre | 2,56 | 1,66 | 1,17 |
| Murça | 3,89 | 1,77 | 1,26 |
| Valpaços | 2,77 | 1,66 | 1,05 |
| Vila Pouca Aguiar | 3,00 | 1,82 | 1,19 |
| Vimioso | 2,40 | 1,64 | 1,56 |
| Vinhais | 2,78 | 1,70 | 0,64 |
| Beira Int. Norte | 2,27 | 1,56 | 1,22 |
| Almeida | 2,00 | 1,23 | 0,82 |
| Celorico da Beira | 2,84 | 1,69 | 1,42 |
| F ^o Castelo Rodrigo | 2,32 | 1,60 | 1,03 |
| Guarda | 2,16 | 1,59 | 1,41 |
| Manteigas | 1,64 | 1,49 | 1,26 |
| Meda | 2,43 | 1,71 | 1,16 |
| Pinhel | 2,24 | 1,51 | 1,00 |
| Sabugal | 2,34 | 1,35 | 0,99 |
| Trancoso | 2,61 | 1,87 | 1,35 |
| Beira Int. Sul | 1,95 | 1,45 | 1,13 |
| Castelo Branco | 1,91 | 1,40 | 1,18 |
| Idanha-a-Nova | 2,18 | 1,81 | 1,00 |
| Penamacor | 2,20 | 1,49 | 0,93 |
| Vila Velha de Ródão | 1,46 | 1,33 | 0,81 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Cuba | 2,54 | 2,02 | 1,27 |
| Ferreira do Alentejo | 2,34 | 1,56 | 1,21 |
| Mértola | 1,64 | 1,23 | 1,02 |
| Moura | 2,35 | 1,93 | 1,42 |
| Ourique | 2,14 | 1,44 | 1,51 |
| Serpa | 2,09 | 1,53 | 1,23 |
| Vidigueira | 2,03 | 1,59 | 1,50 |
| Algarve | 2,10 | 1,69 | 1,15 |
| Albufeira | 2,12 | 1,98 | 2,19 |
| Alcoutim | 2,09 | 1,15 | 0,84 |
| Aljezur | 2,29 | 1,35 | 1,19 |
| Alportel | 2,13 | 1,80 | 1,75 |
| Castro Marim | 1,99 | 1,26 | 1,12 |
| Faro | 2,39 | 1,63 | 1,48 |
| Lagoa | 1,95 | 1,60 | 1,56 |
| Lagos | 1,88 | 1,75 | 1,70 |
| Loulé | 2,04 | 1,93 | 1,81 |
| Monchique | 1,91 | 1,61 | 1,23 |
| Olhão | 2,35 | 1,68 | 1,42 |
| Portimão | 2,10 | 1,85 | 1,46 |
| Silves | 1,87 | 1,51 | 1,14 |
| Tavira | 1,93 | 1,36 | 0,93 |
| Vila do Bispo | 1,76 | 1,29 | 1,42 |
| V ^a Real Sto. António | 2,03 | 1,99 | 1,72 |

| | | | |
|-----------------------|------|------|------|
| <i>Contínente</i> | 2,16 | 1,56 | 1,41 |
| <i>NUTS Fronteira</i> | 2,38 | 1,62 | 1,29 |
| <i>Outras NUTS</i> | 2,11 | 1,54 | 1,44 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População, 1970* (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997 *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE (informação publicada e informação disponível não publicada).

Em 1980-81, a única NUT que já está abaixo do nível de substituição das gerações é a Beira Interior Sul (ver *Quadro 22*); no outro extremo as sub-regiões mais a norte, mais concretamente, o Cávado e o Douro, onde nasceram 2 830 crianças por mil mulheres. Aliás, é no Cávado, Douro e Alto Trás-os-Montes que se localizam os concelhos onde este indicador ultrapassa os três filhos por mulher, sendo Murça o concelho com a fecundidade mais elevada de toda a fronteira com uma descendência média de 3.9 filhos. Todavia, existem já vários concelhos, sobretudo no Alentejo, onde as gerações não se renovam⁴², mas é Vila Velha de Ródão, o concelho das regiões raianas onde nasceram menos crianças por mulher (1.46).

É entre 1980-81 e 1990-91 que o declínio da fecundidade foi mais acentuado - a taxa de fecundidade das NUTS de fronteira passa de 68.6 ‰ para 48.4 ‰ e em 1995-96 para 38.8 ‰ - o que fez aumentar o número de concelhos que se situam abaixo do limiar de 2.1 filhos por mulher. Há, assim, uma inversão da situação verificada anteriormente: agora só em Penedono e Mourão é que o índice sintético de fecundidade alcança o patamar considerado necessário para a substituição das gerações, todos os outros concelhos, mesmo aqueles que no princípio dos oitenta registavam valores acima dos três filhos por mulher, ficam abaixo daquele valor. Foram precisamente as sub-regiões e concelhos que possuíam maior fecundidade há dez anos que agora conheceram as quebras mais acentuadas: Minho-Lima (-37%), Cávado (-39%), Douro (-41%) e Alto Trás-os-Montes (-35%), ou Armamar, Tarouca e Murça com uma quebra que ultrapassou os 50%. Também no seu conjunto a fronteira conheceu uma quebra da fecundidade (-32%) superior à das outras NUTS ou do continente.

⁴² Almeida, Manteigas, Castelo Branco, Alter do Chão, Crato, Fronteira, Monforte, Nisa, Alandroal, Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Redondo, Vendas Novas, Mértola, Vidigueira, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Em 1995-96 esta tendência aparece ainda mais marcada, à exceção de Albufeira que vê a sua fecundidade recuperar relativamente ao princípio dos anos noventa, de tal modo que o indicador de fecundidade chega aos 2.2 filhos por mulher. Já Vinhais, situado mesmo junto à linha de fronteira, é o concelho raiano com o ISF mais baixo, 0.64. E não é o único com um valor abaixo da unidade. Existem mais dezasseis concelhos, dez dos quais partilham com Vinhais a mesma localização junto à divisão política que separa os dois países ibéricos⁴³.

A homogeneização de comportamentos parece caracterizar gradualmente as áreas fronteiriças. Se no primeiro período ainda é possível descortinar uma assimetria norte/sul, com a Beira Interior Norte a marcar essa divisão, território de transição entre as regiões com níveis de fecundidade mais e menos elevados, a partir do princípio dos anos 90 a tendência é para a uniformização dos valores. A distância entre a fecundidade das várias sub-regiões diminui, os valores iguais à média da fronteira e/ou do continente, se continuam a caracterizar algumas regiões do norte, como o Cávado, podem encontrar-se no Alentejo ou no Algarve (caso de Albufeira, em 1995-96). Também os valores mais baixos se encontram dispersos, embora possamos descobrir, em alguns casos, um traço comum que se prende com a maior proximidade da raia. Assim, a proximidade (ou não) geográfica da fronteira não parece influenciar as taxas de fecundidade, a não ser os já identificados concelhos, em 1995-96.

Para além da descida generalizada das taxas de fecundidade em todos os grupos de idade, outro aspecto que tem caracterizado a fecundidade raiana, à semelhança do que se passa no contexto nacional, é a alteração do calendário da fecundidade (*Quadro 23*). Se em 1980-81 era o grupo etário das mulheres de 20-24 anos que tinha a maior

⁴³ Melgaço, Monção, Freixo de Espada à Cinta, Almeida, Sabugal. Penamacor, Vila Velha de Ródão, Nisa, Barrancos e Alcoutim.

frequência de fecundidade, nos períodos seguintes há uma passagem para o dos 25-29 anos.

Quadro 23 - Taxas de fecundidade geral por grupos de idade

| M.Lima | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 31,7 | 18,4 | 14,9 |
| 20 - 24 | 146,2 | 91,3 | 55,8 |
| 25 - 29 | 142,9 | 107,8 | 86,4 |
| 30 - 34 | 87,6 | 57,9 | 61,5 |
| 35 - 39 | 50,2 | 20,9 | 24,9 |
| 40 - 44 | 24,3 | 6,9 | 4,8 |
| 45 - 49 | 2,7 | 0,4 | 0,3 |

| AltoAlen | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 52,0 | 35,1 | 26,0 |
| 20 - 24 | 148,0 | 91,0 | 64,0 |
| 25 - 29 | 120,5 | 97,1 | 82,4 |
| 30 - 34 | 62,2 | 50,4 | 55,7 |
| 35 - 39 | 25,4 | 16,3 | 20,6 |
| 40 - 44 | 8,5 | 3,5 | 5,7 |
| 45 - 49 | 0,2 | 0,1 | 0,6 |

| Cávado | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 28,6 | 19,1 | 16,4 |
| 20 - 24 | 152,0 | 95,2 | 69,0 |
| 25 - 29 | 169,2 | 123,8 | 105,2 |
| 30 - 34 | 108,0 | 71,7 | 77,7 |
| 35 - 39 | 70,4 | 29,1 | 27,9 |
| 40 - 44 | 32,5 | 7,9 | 6,0 |
| 45 - 49 | 4,6 | 0,8 | 0,4 |

| AlenCentr | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 59,3 | 36,7 | 28,0 |
| 20 - 24 | 146,7 | 88,1 | 61,0 |
| 25 - 29 | 119,7 | 95,8 | 89,9 |
| 30 - 34 | 64,1 | 49,1 | 57,3 |
| 35 - 39 | 24,2 | 19,5 | 19,4 |
| 40 - 44 | 7,1 | 3,3 | 3,6 |
| 45 - 49 | 0,5 | 0,2 | 0,0 |

| Douro | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 45,4 | 27,5 | 19,6 |
| 20 - 24 | 171,9 | 98,3 | 57,0 |
| 25 - 29 | 156,9 | 109,4 | 82,8 |
| 30 - 34 | 104,3 | 63,6 | 65,1 |
| 35 - 39 | 57,4 | 26,5 | 22,7 |
| 40 - 44 | 26,5 | 6,8 | 4,6 |
| 45 - 49 | 3,9 | 0,7 | 0,5 |

| BaixAlen | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 62,1 | 45,4 | 30,0 |
| 20 - 24 | 144,5 | 94,5 | 58,8 |
| 25 - 29 | 125,0 | 97,5 | 77,8 |
| 30 - 34 | 69,4 | 50,4 | 58,9 |
| 35 - 39 | 32,5 | 20,3 | 17,9 |
| 40 - 44 | 9,6 | 5,0 | 3,7 |
| 45 - 49 | 1,7 | 0,5 | 0,1 |

| ATMontes | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 43,4 | 27,5 | 19,6 |
| 20 - 24 | 161,7 | 102,9 | 51,0 |
| 25 - 29 | 145,9 | 116,3 | 77,5 |
| 30 - 34 | 93,1 | 63,0 | 66,6 |
| 35 - 39 | 57,1 | 25,1 | 26,2 |
| 40 - 44 | 23,9 | 7,8 | 5,8 |
| 45 - 49 | 3,7 | 0,9 | 0,6 |

| Algarve | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 68,1 | 36,3 | 21,4 |
| 20 - 24 | 145,8 | 102,3 | 50,2 |
| 25 - 29 | 109,7 | 108,9 | 81,7 |
| 30 - 34 | 59,5 | 60,1 | 53,1 |
| 35 - 39 | 26,8 | 24,1 | 19,4 |
| 40 - 44 | 8,5 | 5,7 | 3,7 |
| 45 - 49 | 0,9 | 0,3 | 0,2 |

| BISul | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 30,5 | 23,1 | 19,1 |
| 20 - 24 | 139,1 | 86,7 | 54,7 |
| 25 - 29 | 147,3 | 111,3 | 83,4 |
| 30 - 34 | 83,1 | 62,3 | 64,4 |
| 35 - 39 | 35,4 | 21,4 | 19,0 |
| 40 - 44 | 17,1 | 6,4 | 3,6 |
| 45 - 49 | 2,4 | 0,7 | 0,3 |

| Continente | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|------------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 40,6 | 23,1 | 19,9 |
| 20 - 24 | 139,2 | 87,0 | 61,6 |
| 25 - 29 | 128,5 | 109,4 | 97,7 |
| 30 - 34 | 74,3 | 63,4 | 71,9 |
| 35 - 39 | 35,0 | 23,2 | 25,7 |
| 40 - 44 | 13,6 | 5,6 | 5,1 |
| 45 - 49 | 1,7 | 0,4 | 0,3 |

| B INT-SUL | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 32,7 | 23,7 | 18,1 |
| 20 - 24 | 140,9 | 88,6 | 53,5 |
| 25 - 29 | 124,6 | 104,8 | 80,4 |
| 30 - 34 | 58,7 | 54,4 | 56,3 |
| 35 - 39 | 22,9 | 15,3 | 16,2 |
| 40 - 44 | 8,6 | 2,3 | 2,2 |
| 45 - 49 | 1,2 | 0,2 | 0,2 |

| Fronteira | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 43,5 | 27,5 | 20,1 |
| 20 - 24 | 150,0 | 95,4 | 58,3 |
| 25 - 29 | 137,5 | 110,4 | 87,8 |
| 30 - 34 | 81,1 | 60,7 | 63,8 |
| 35 - 39 | 43,5 | 23,5 | 22,7 |
| 40 - 44 | 17,9 | 6,1 | 4,6 |
| 45 - 49 | 2,3 | 0,5 | 0,3 |

| Out. NUTS | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 39,7 | 21,8 | 19,8 |
| 20 - 24 | 136,3 | 84,8 | 62,5 |
| 25 - 29 | 126,4 | 109,2 | 100,2 |
| 30 - 34 | 72,8 | 64,1 | 73,9 |
| 35 - 39 | 33,0 | 23,2 | 26,5 |
| 40 - 44 | 12,4 | 5,4 | 5,2 |
| 45 - 49 | 1,5 | 0,4 | 0,3 |

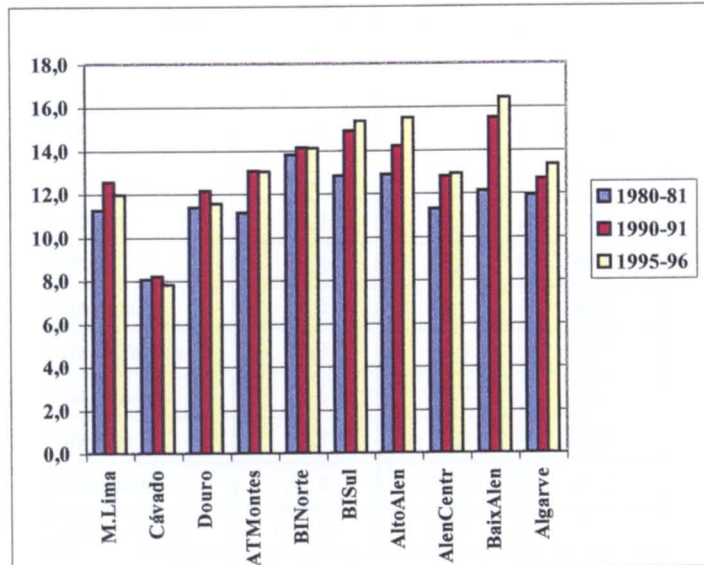
Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997. *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE (informação publicada e informação disponível não publicada).

Note-se que entre 1990-91 e 1995-96, há um ligeiro aumento das taxas de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos, de tal modo que este grupo passa a ser o segundo mais fecundo, superando o dos 20-24 anos, em

1995-96 e em todas as sub-regiões, à excepção do Alto Alentejo e Alentejo Central. Esta evolução parece corroborar a ideia de um certo “envelhecimento” da fecundidade raiana, mas também continental. As excepções a este padrão de comportamento são o Cávado e a Beira Interior Norte, que mantém sempre as maiores taxas de fecundidade no grupo entre os 25 e os 29 anos, e o Algarve, onde há o ligeiro aumento da fecundidade no grupo etário 30-34 anos, mas em 1990-91, voltando depois a descer. Podemos assim concluir que, entre 1980 e 1996, no que diz respeito ao calendário da fecundidade, o conjunto das NUTS de fronteira revela um comportamento bastante homogéneo, em sintonia com o resto das NUTS e com o continente, apesar de os ritmos da intensidade nem sempre terem sido os mesmos.

A evolução do número de óbitos e a taxa bruta de mortalidade, entre 1980 e 1996, mostra que ambos indicadores vão aumentando lentamente, embora com algumas oscilações conjunturais. Tal situação deve-se ao efeito provocado pelo contínuo envelhecimento da população, ou seja, ao cada vez maior peso relativo dos maiores de 65 anos na estrutura de idades, devido ao decréscimo da fecundidade e, também, aos ganhos que foram sendo conseguidos na luta contra a morte nas idades avançadas. Ao aumentar o número de idosos é natural que a mortalidade “aparente” aumente, enquanto a “real” continue a diminuir⁴⁴, ainda mais porque a esperança de vida, na generalidade, continua a aumentar. Das alterações da estrutura etária da população raiana e do declínio da sua fecundidade já falámos. Vejamos então a evolução dos óbitos.

⁴⁴. Fernando Alonso, Anna Cabré, “El crecimiento de la población española y sus determinantes”.., p. 71.

Gráfico 7 - Taxa bruta de mortalidade nas NUTS de fronteira (%)

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------|---------|---------|---------|
| Fronteira | 11,26 | 12,37 | 12,37 |
| Continente | 9,67 | 10,46 | 10,60 |
| Outras NUTS | 9,19 | 9,92 | 10,10 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997. *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE.

O número de óbitos, na região raiana, passa de 23 864, em 1980, para 25 583, em 1996, pelo meio, flutuações pontuais que não travam a tendência altista. No continente, para as mesmas balizas cronológicas, o volume de óbitos cifra-se em 89 567 e em 101 466, o valor mais elevado destes anos. Quanto à taxa de mortalidade, os valores de 1980-91 são, em todos os conjuntos regionais e no nacional, menos no Cávado, inferiores aos de 1995-96 (ver *Gráfico 7*). Se observarmos os óbitos ocorridos em três momentos destes anos que estamos a analisar, constatamos um progressivo acentuar do peso relativo dos óbitos ocorridos no grupo etário dos maiores de 65 anos (*Quadro 24*).

Quadro 24 - Percentagem dos óbitos dos indivíduos maiores de 65 anos no total de óbitos

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------------|---------|---------|---------|
| M.Lima | 72,8 | 77,8 | 81,2 |
| Cávado | 64,5 | 70,4 | 73,8 |
| Douro | 66,3 | 75,0 | 79,4 |
| ATMontes | 67,8 | 76,7 | 80,7 |
| BINorte | 73,5 | 81,2 | 84,5 |
| BISul | 80,0 | 82,8 | 86,8 |
| Alto Alent. | 78,0 | 82,5 | 84,9 |
| Alen. Central | 74,9 | 79,5 | 82,7 |
| Baixo Alen. | 75,1 | 81,7 | 82,2 |
| Algarve | 74,3 | 77,3 | 80,3 |
| Continente | 68,9 | 75,0 | 77,1 |
| Outras NUTS | 67,8 | 70,4 | 75,9 |

Fonte: *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE (informação publicada e informação disponível não publicada).

Se em 1980-81 essa proporção não tinha ainda atingido os 70% no Cávado, Douro e Alto Trás-os-Montes, com valores abaixo da média do continente e do grupo que junta as outras NUTS, depois a percentagem eleva-se de forma generalizada, ultrapassando os 80% num cada vez maior número de sub-regiões, com alguns dos seus concelhos a ultrapassarem os 90%, em 1995-96. Casos de Figueira de Castelo Rodrigo, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Avis, Crato, Mora, Mourão, ou no Alvito. Esta situação, assim como a subida da taxa bruta, explica-se pelo aumento do que se pode chamar mortalidade “aparente”, ou seja, fruto do processo de envelhecimento demográfico na base e no topo da pirâmide etária destas regiões. A comprová-lo os exemplos do Cávado, onde não só a taxa de mortalidade vem decrescendo, como o facto de ter sempre a menor percentagem de óbitos de maiores de

65 anos, tanto relativamente às outras regiões fronteiriças como em relação ao resto do território português peninsular; o reverso é a Beira Interior Sul sempre com taxas brutas de mortalidade bastante acima da média nacional, que ronda os 10 ‰, e com a maior concentração, de toda a raia, de óbitos com mais de 65 anos (acima dos 80%) logo desde 1980-81. Relembremos que estas duas sub-regiões representam os dois extremos das estruturas etárias raianas, o Cávado, a menos envelhecida, no topo e na base, e a Beira Interior Sul a mais envelhecida, com uma população demograficamente desequilibrada devido ao elevado número de idosos e ao reduzido número de jovens. Está, portanto, justificado o crescimento do volume dos óbitos e o aumento da taxa bruta de mortalidade, uma vez que estamos perante populações onde a relação entre os grupos etários se encontra desequilibrada.

Pelo contrário, a taxa de mortalidade infantil tem vindo a diminuir desde 1980, embora a nível regional possamos ainda encontrar algumas diferenças. Este fenómeno do decréscimo da mortalidade que diz respeito aos óbitos de menores de um ano tem conhecido progressos assinaláveis em Portugal⁴⁵, nas últimas décadas, dando conta da descida dos níveis desta variável microdemográfica, já que este indicador não está influenciada pela estrutura etária.

No que diz respeito às regiões que integram a nossa área de análise, é também possível encontrar tendências semelhantes (*Quadro 25*)⁴⁶. Em primeiro lugar há um claro decréscimo dos valores desta mortalidade, quer na região fronteiriça, quer no continente, com uma quebra na ordem dos 70%, embora os valores da raia sejam sempre superiores.

⁴⁵ Sobre a evolução da mortalidade infantil cf. M^a José Carrilho, "O declínio recente da mortalidade infantil em Portugal", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 27, Lisboa, INE, 1985, pp. 163-199.; Custódio Cónim, M^a José Carrilho, *Situação demográfica e perspectivas de evolução...*, pp. 48-50; Custódio Cónim, *Portugal e a sua população...*, tomo I, pp.162-182.

⁴⁶ Calculámos a taxa de mortalidade infantil clássica (TMIC) e, no sentido de conhecer o comportamento anual deste indicador, não utilizámos os acontecimentos médios; por outro lado, uma vez que o volume dos nascimentos e dos óbitos de menores de 1 ano não é muito grande, optámos por calcular a TMIC apenas por NUT.

A nível das sub-regiões ainda encontramos, em 1980, valores muito elevados, tanto em relação ao continente como no contexto das outras regiões raianas: no Alto Trás-os-Montes e no Douro, respectivamente com 41.01 % e 39.94 %. As regiões com os valores mais baixos, mesmo com valores inferiores à média do continente, situam-se mais a sul, Alentejo e Algarve. Já a evolução da taxa de mortalidade infantil da Beira Interior Sul deve ser analisada com algum cuidado, pois o facto de estarmos perante volumes anuais reduzidos de óbitos de menores de um ano (entre 10 e 20 até meados deste período e depois até inferiores) faz com que qualquer pequena alteração conjuntural tenha um reflexo mais visível. O mesmo, aliás, pode ser observado em outras regiões, na outra Beira e no Alentejo, embora principalmente em 1990-91 e 1995-96.

Quadro 25 - Taxas de mortalidade infantil clássica nas regiões de fronteira (%o)

| | Minho-Lima | Cávado | Douro | AltoT. Montes | B I Norte | B I Sul | Alto Alent. | Alent. Central | Baixo Alent. | Algarve | Fronteira | Contin. |
|------|------------|--------|-------|---------------|-----------|---------|-------------|----------------|--------------|---------|-----------|---------|
| 1980 | 26,81 | 26,28 | 38,94 | 41,01 | 29,31 | 10,09 | 24,32 | 19,22 | 19,44 | 20,99 | 27,94 | 24,05 |
| 1981 | 22,41 | 25,36 | 42,80 | 32,33 | 28,40 | 22,20 | 24,49 | 23,01 | 25,45 | 23,23 | 27,63 | 21,42 |
| 1982 | 20,86 | 21,47 | 31,01 | 30,46 | 22,46 | 12,96 | 15,59 | 15,25 | 17,19 | 17,40 | 22,00 | 19,48 |
| 1983 | 20,51 | 18,49 | 23,83 | 29,94 | 22,14 | 22,38 | 17,68 | 18,94 | 16,36 | 18,15 | 20,99 | 19,19 |
| 1984 | 15,55 | 18,34 | 22,32 | 23,48 | 12,87 | 19,30 | 12,89 | 14,79 | 14,52 | 15,24 | 17,66 | 16,38 |
| 1985 | 15,90 | 17,87 | 21,34 | 29,34 | 14,08 | 15,65 | 19,12 | 17,79 | 17,67 | 14,45 | 18,75 | 17,61 |
| 1986 | 15,58 | 16,04 | 20,02 | 23,81 | 22,08 | 22,31 | 12,82 | 16,87 | 22,21 | 15,75 | 18,18 | 15,68 |
| 1987 | 15,47 | 15,73 | 20,72 | 20,46 | 13,59 | 15,32 | 12,90 | 15,40 | 9,11 | 13,90 | 15,92 | 14,14 |
| 1988 | 14,53 | 12,88 | 16,81 | 18,11 | 16,94 | 8,22 | 11,60 | 7,89 | 12,38 | 12,27 | 13,74 | 12,80 |
| 1989 | 14,30 | 15,48 | 12,69 | 17,89 | 20,37 | 9,71 | 13,01 | 10,33 | 4,74 | 12,74 | 13,76 | 11,97 |
| 1990 | 11,04 | 10,37 | 17,66 | 15,02 | 13,82 | 10,78 | 14,42 | 8,26 | 5,08 | 11,30 | 11,92 | 10,73 |
| 1991 | 8,15 | 4,05 | 13,52 | 19,40 | 8,96 | 6,23 | 9,52 | 10,59 | 6,56 | 9,20 | 9,34 | 10,71 |
| 1992 | 11,59 | 8,54 | 9,31 | 16,06 | 8,49 | 9,09 | 9,77 | 8,01 | 6,92 | 9,09 | 9,76 | 8,85 |
| 1993 | 9,15 | 8,17 | 12,18 | 15,03 | 9,89 | 18,07 | 7,15 | 9,00 | 3,91 | 3,08 | 8,61 | 8,39 |
| 1994 | 9,56 | 8,02 | 10,77 | 10,94 | 6,15 | 10,15 | 8,81 | 11,50 | 6,29 | 7,96 | 8,93 | 7,82 |
| 1995 | 9,87 | 8,76 | 8,13 | 9,87 | 2,25 | 12,70 | 10,57 | 10,43 | 5,46 | 7,28 | 8,50 | 7,28 |
| 1996 | 5,85 | 8,55 | 5,87 | 10,97 | 7,54 | 3,50 | 1,99 | 5,31 | 5,42 | 5,42 | 6,69 | 6,59 |

Fonte: Estatísticas Demográficas 1980 a 1996, Lisboa, INE.

Na verdade, vai-se fazendo sentir a diminuição do número de nascimentos, o que faz reduzir o número de crianças menores de um ano expostas ao risco de morte.

Em 1996, o Alto Trás-os-Montes continua a ser a sub-região com a taxa de mortalidade infantil mais elevada de toda a raia. Também com valores acima do conjunto raiano e do continente, o Cávado e a Beira Interior Norte, o resto das NUTS apresentam valores abaixo da média. Parece, assim, que apesar da descida generalizada da mortalidade infantil, reflexo de um alargamento e melhoria das condições médico-sanitárias a regiões tradicionalmente mais carenciadas, há ainda assimetrias regionais. São as regiões raianas mais a norte que continuam a ter níveis mais elevados, pese embora a evidente melhoria relativamente ao princípio da década de 80.

Uma das consequências desta redução dos níveis da mortalidade infantil foi o aumento do número de anos que cada indivíduo pode esperar viver, ou seja, o alargamento da esperança de vida à nascença. O que se torna evidente quando observamos a evolução dos valores máximos e mínimos deste indicador (*Quadro 26*): em 1980-81 oscilavam entre os 77 anos do Crato e os 66 de Peso da Régua; em 1990-91, entre os quase 79 de Nisa e os também quase 70 de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa; em 1995-96 é em Vila Velha de Ródão que encontramos a esperança de vida mais elevada, 82 anos, e no Alvito, a mais baixa, 70 anos. Repare-se que se no primeiro período a diferença entre o valor máximo e o mínimo, a nível concelhio, ronda os onze anos, a distância encurta depois para os nove anos, voltando novamente a subir para doze, parecendo indiciar um certo recuo da homogeneização do território. As diferenças entre as esperanças de vida à nascença das populações que constituem o espaço em análise fazem crer que, para além do aspecto biológico da mortalidade, também devemos relacionar este fenómeno com as influências do meio social. Se tomarmos como base de análise comparativa os valores deste indicador para o continente, verificamos que, em

Quadro 26 - Esperança de vida à nascença nas regiões de fronteira

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|------------------------------|---------|---------|---------|
| Minho-Lima | 72,4 | 73,9 | 76,3 |
| Arcos de Valdevez | 72,1 | 72,7 | 76,9 |
| Caminha | 71,0 | 73,1 | 75,9 |
| Melgaço | 70,8 | 73,3 | 74,2 |
| Monção | 71,1 | 72,3 | 74,6 |
| Paredes de Coura | 71,7 | 76,2 | 74,5 |
| Ponte da Barca | 72,5 | 71,0 | 75,1 |
| Ponte de Lima | 71,9 | 75,6 | 77,2 |
| Valença | 72,3 | 71,8 | 74,9 |
| Viana do Castelo | 74,2 | 74,9 | 77,5 |
| Vila N ^o Cerveira | 70,1 | 73,5 | 74,9 |
| Cávado | 72,0 | 74,2 | 75,6 |
| Amares | 71,7 | 74,0 | 75,9 |
| Barcelos | 71,6 | 73,7 | 75,7 |
| Braga | 72,7 | 74,8 | 75,8 |
| Esposende | 70,8 | 74,1 | 74,6 |
| Terras do Bouro | 73,0 | 72,2 | 76,8 |
| Vila Verde | 71,6 | 74,2 | 75,0 |
| Douro | 69,7 | 72,7 | 76,2 |
| Alijó | 69,5 | 71,5 | 74,5 |
| Armamar | 68,1 | 70,4 | 73,4 |
| Carraceda de Ansiães | 71,0 | 73,2 | 76,5 |
| Freixo de Espada à Cinta | 73,5 | 71,6 | 76,2 |
| Lamego | 69,7 | 73,4 | 77,8 |
| Mesão Frio | 67,3 | 69,9 | 74,2 |
| Moimenta da Beira | 68,6 | 73,0 | 76,1 |
| Penedono | 68,2 | 71,4 | 73,5 |
| Peso da Régua | 66,4 | 72,8 | 74,6 |
| Sabrosa | 70,3 | 73,6 | 78,1 |
| S.ta Marta Penaguião | 68,9 | 73,5 | 74,9 |
| S.João da Pesqueira | 68,6 | 74,5 | 77,8 |
| Sernancelhe | 68,5 | 72,2 | 76,3 |
| Tabuaço | 71,8 | 73,9 | 76,5 |
| Tarouca | 67,4 | 71,7 | 78,5 |
| Torre de Moncorvo | 71,8 | 69,8 | 77,5 |
| Vila Flor | 73,4 | 74,3 | 76,5 |
| Vila Nova de Foz Cóa | 70,3 | 69,8 | 75,8 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------------|---------|---------|---------|
| Alto Alentejo | 73,8 | 75,5 | 75,8 |
| Alter do Chão | 75,7 | 73,8 | 76,2 |
| Arronches | 74,8 | 71,9 | 74,2 |
| Avis | 74,3 | 74,1 | 76,3 |
| Campo Maior | 71,6 | 75,5 | 78,1 |
| Castelo de Vide | 75,8 | 76,3 | 73,7 |
| Crato | 77,3 | 73,7 | 74,9 |
| Elvas | 72,2 | 74,9 | 75,4 |
| Fronteira | 75,6 | 74,7 | 75,3 |
| Marvão | 74,6 | 72,5 | 78,2 |
| Monforte | 72,1 | 72,6 | 74,1 |
| Mora | 73,4 | 78,1 | 78,5 |
| Nisa | 75,8 | 78,8 | 76,3 |
| Ponte de Sor | 74,4 | 75,8 | 76,3 |
| Portalegre | 72,6 | 75,7 | 78,1 |
| Alentejo Central | 74,1 | 75,4 | 77,2 |
| Alandroal | 72,2 | 75,8 | 73,8 |
| Arraiolos | 74,6 | 78,0 | 82,2 |
| Borba | 75,6 | 75,9 | 78,3 |
| Estremoz | 74,7 | 74,4 | 75,9 |
| Évora | 73,6 | 75,7 | 77,7 |
| Montemor-o-Novo | 74,9 | 77,0 | 78,2 |
| Mourão | 77,1 | 74,6 | 78,0 |
| Portel | 72,5 | 74,0 | 79,0 |
| Redondo | 71,7 | 75,6 | 76,1 |
| Reguengos Monsaraz | 72,7 | 74,3 | 75,3 |
| Sousel | 75,0 | 73,5 | 75,1 |
| Vendas Novas | 75,0 | 73,0 | 76,4 |
| Viana do Alentejo | 74,6 | 77,9 | 76,8 |
| Vila Viçosa | 74,7 | 73,4 | 78,6 |
| Baixo Alentejo | 73,9 | 73,9 | 74,0 |
| Aljustrel | 73,3 | 74,1 | 75,4 |
| Almodôvar | 74,0 | 74,7 | 75,6 |
| Alvito | 75,7 | 71,9 | 70,1 |
| Barrancos | 75,6 | 74,9 | 76,7 |
| Beja | 74,8 | 74,3 | 73,4 |
| Castro Verde | 73,2 | 77,5 | 74,9 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Vila Real | 70,9 | 73,7 | 76,0 |
| Alto T. Montes | 70,5 | 72,9 | 75,2 |
| Alfândega da Fé | 75,5 | 75,8 | 77,1 |
| Boticas | 71,4 | 71,9 | 71,5 |
| Bragança | 71,5 | 74,7 | 76,4 |
| Chaves | 69,2 | 71,0 | 73,7 |
| Macedo de Cavaleiros | 71,1 | 74,9 | 77,4 |
| Miranda do Douro | 71,6 | 70,6 | 76,7 |
| Mirandela | 71,5 | 74,2 | 75,6 |
| Mogadouro | 68,2 | 73,1 | 74,8 |
| Montalegre | 69,7 | 70,2 | 73,4 |
| Murça | 69,9 | 73,8 | 75,4 |
| Valpaços | 70,2 | 72,4 | 75,2 |
| Vila Pouca Aguiar | 70,3 | 72,3 | 73,9 |
| Vimioso | 67,8 | 72,3 | 73,4 |
| Vinhais | 71,1 | 74,4 | 78,8 |
| Beira Int. Norte | 71,2 | 78,3 | 78,5 |
| Almeida | 70,5 | 75,2 | 79,9 |
| Celorico da Beira | 71,2 | 74,4 | 77,7 |
| F.Castelo Rodrigo | 72,8 | 77,3 | 81,0 |
| Guarda | 72,2 | 76,5 | 79,1 |
| Manteigas | 71,8 | 74,5 | 75,3 |
| Meda | 72,1 | 76,7 | 80,0 |
| Pinhel | 69,5 | 75,7 | 79,0 |
| Sabugal | 69,1 | 72,7 | 76,8 |
| Trancoso | 69,8 | 74,7 | 78,0 |
| Beira Int. Sul | 76,1 | 76,5 | 78,2 |
| Castelo Branco | 75,9 | 76,0 | 77,3 |
| Idanha-a-Nova | 77,1 | 77,9 | 79,0 |
| Penamacor | 73,6 | 74,7 | 79,2 |
| Vila Velha de Ródão | 73,5 | 78,0 | 82,4 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Cuba | 73,8 | 75,5 | 74,2 |
| Ferreira do Alentejo | 74,8 | 72,9 | 75,2 |
| Mértola | 73,5 | 71,8 | 76,6 |
| Moura | 73,8 | 73,6 | 73,6 |
| Ourique | 73,8 | 72,8 | 71,9 |
| Serpa | 73,2 | 73,5 | 72,6 |
| Vidigueira | 72,5 | 73,6 | 75,3 |
| Algarve | 73,2 | 74,3 | 74,8 |
| Albufeira | 72,6 | 72,7 | 73,4 |
| Alcoutim | 76,8 | 77,4 | 74,0 |
| Aljezur | 74,1 | 74,2 | 78,0 |
| Alportel | 71,3 | 74,8 | 71,5 |
| Castro Marim | 73,9 | 75,2 | 75,4 |
| Faro | 73,9 | 72,5 | 73,4 |
| Lagoa | 72,0 | 74,1 | 73,7 |
| Lagos | 74,8 | 76,0 | 76,6 |
| Loulé | 73,2 | 73,4 | 73,4 |
| Monchique | 71,8 | 72,3 | 76,2 |
| Olhão | 71,4 | 73,7 | 73,3 |
| Portimão | 73,7 | 75,8 | 75,6 |
| Silves | 72,9 | 75,3 | 76,4 |
| Tavira | 73,8 | 77,9 | 77,4 |
| Vila do Bispo | 74,1 | 76,3 | 81,8 |
| Vª Real Sto. António | 72,0 | 71,7 | 73,1 |

| | | | |
|----------------|------|------|------|
| Continente | 72,7 | 73,7 | 75,8 |
| NUTS Fronteira | 72,3 | 74,4 | 75,9 |
| Outras NUTS | 72,8 | 74,5 | 75,8 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997. *Estatísticas Demográficas 1979 a 1996*, Lisboa, INE (informação publicada e informação disponível não publicada).

1980-81 a grande maioria dos concelhos das NUTS entre o Minho-Lima e a Beira Interior Norte, inclusive, têm esperanças de vida inferiores; no período seguinte, apesar do aumento generalizado da esperança de vida, esta distribuição é semelhante, embora na Beira Interior Norte, agora, só o Sabugal tenha uma esperança de vida abaixo do valor do continente. Em 1995-96 há algumas alterações nesta distribuição: no Douro, doze dos seus concelhos registam valores acima da média, mas no Baixo Alentejo e Algarve há uma inversão de posições uma vez que onze e dez concelhos, respectivamente, estão abaixo da média.

O que observámos sobre os níveis mais elevados da mortalidade infantil nas sub-regiões localizadas mais para norte reflectiu-se, principalmente no primeiro período, no facto de a esperança de vida no grupo 1-4 anos ser superior à esperança de vida à nascença⁴⁷. É preciso não esquecer que este indicador pondera em maior medida a mortalidade nas idades iniciais, uma vez que o seu efeito é superior sobre o total de anos vividos do que os óbitos das pessoas mais velhas. Assim, em 1980-81, em todos os concelhos do Minho-Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes e na Beira Interior Norte, a esperança de vida à nascença é pelo menos um ano inferior à do grupo 1-4 anos. Registe-se os casos do Douro onde, em dezanove concelhos, doze registam diferenças de mais de dois anos, ou do Alto Trás-os-Montes onde o Mogadouro e o Vimioso, com valores extremos que ultrapassam os quatro anos e onde a verdadeira taxa de mortalidade infantil ultrapassa os 70 ‰, as mais altas de todos os concelhos raianos nesta altura. É, aliás, nestas NUTS nortenhas que encontramos maior número de concelhos com taxas que rondam os 30 e os 40 ‰, muito acima dos 22 ‰ do continente.

Mais para sul os quocientes de mortalidade destas idades demarcam desde logo regiões com níveis de mortalidade mais reduzida. O concelho com maior mortalidade

⁴⁷ Do Anexo 8 constam todas as tábuas de mortalidade por concelho e por NUT.

infantil é Sousel o que se reflectiu nas esperanças de vida (e_0 , com 75 anos, e e_1 , 77.2 anos). A influência dos níveis ainda relativamente elevados da mortalidade infantil reflecte-se igualmente, embora de forma mais atenuada, nas esperanças de vida destes dois grupos etários do continente e do conjunto que agrupa as outras NUTS.

O período seguinte, 1990-91, é marcado por uma melhoria substancial dos níveis da mortalidade infantil em todas as regiões, embora continue a ser no Douro e Alto Trás-os-Montes que subsistem alguns concelhos onde a esperança de vida aos 1-4 anos é superior a um ano: Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Penedono e Mogadouro. No Alentejo, saliente-se o caso de Avis onde a esperança de vida à nascença é de 74,1 e aos 1-4 anos é de 77,5 anos, para além do facto de não haver óbitos entre os um e os nove anos. Aliás, esta questão, a diminuição da população, nomeadamente dos grupos mais jovens, a que já nos referimos quando demos conta do generalizado envelhecimento na base, fruto da queda da fecundidade e dos movimentos migratórios, significa que se reduz o número de pessoas sujeitas ao fenómeno da mortalidade em determinadas idades, com o conseqüente aumento relativo da mortalidade dos grupos etários a partir dos cinquenta. Este facto poderá estar na origem das pequenas flutuações que é possível observar nas esperanças de vida à nascença dos concelhos raianos, ao longo dos três períodos em análise. Em 1995-96 continua a redução da influência da mortalidade infantil, o caso mais dissonante é Alcoutim, onde uma taxa de mortalidade infantil de cerca de 50 ‰ desequilibra as esperanças de vida dos primeiros grupos.

Sintetizando, podemos afirmar que a esperança média de vida à nascença aumenta de forma contínua entre 1980 e 1996, a par da diminuição dos níveis de mortalidade infantil. Foram precisamente as regiões onde o quociente de mortalidade à idade mais baixa era ainda elevado, e que conheceram uma gradual descida do mesmo, aquelas que

tiveram um maior acréscimo da esperança de vida à nascença (Minho-Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes e Beira Interior Norte).

Entre 1980 e 1990 nota-se ainda uma assimetria norte/sul, visto que as regiões mais a norte têm valores menos elevados. Veja-se, em 1980-81, o Douro que tinha os níveis mais reduzidos, ligeiramente inferiores a 70 anos, sendo também a NUT onde maior número de concelhos (onze) andava à volta dos 69 anos. O Alto Trás-os-Montes seguia-se-lhe, quer no valor da esperança de vida, quer no número de concelhos. O último período é aquele onde é possível encontrar maior homogeneização do território, apesar das tais flutuações que já notámos e que poderão estar relacionadas com as distorções causadas pelo reduzido número de efectivos populacionais existentes em alguns concelhos.

A análise que temos vindo a fazer da dinâmica demográfica das regiões portuguesas desta fronteira que separa os dois países ibéricos, tem evidenciado a influência dos movimentos migratórios tanto na sua evolução, como nas características da sua estrutura. Interessa então verificar se as NUTS raianas têm continuado a manifestar uma tendência repulsiva das suas populações.

Segundo João Peixoto houve uma importante redução da mobilidade migratória inter e intra-regional entre o final os anos 70 e os anos 80⁴⁸. O recenseamento de 1991 mostra que, no período 1985-91, enquanto o Algarve teve um saldo migratório interno positivo (cerca de 9000 indivíduos), assim como o Cávado, embora com valores mais baixos (2736) e ainda mais baixos a Beira Interior Sul (20 indivíduos), em todas as outras

⁴⁸ *Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Uma análise dos dados censitários...*, pp. 9-18. Sobre os movimentos migratórios nos anos 80 e 90 cf. do autor “As migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Fluxos migratórios globais e mobilidade dos quadros superiores”, *III Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR*, Faculdade de Economia do Porto, 27-29 de Abril de 1995; Custódio Cónim, “Migrações internas em Portugal – 1981”, *Revista do centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, INE, n°27, 1985, pp. 9-41; Maria Lucinda Fonseca, *População e território – do país à Área Metropolitana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990.

sub-regiões de fronteira foi negativo, principalmente no Douro (-5210). As NUTS do litoral continuam, portanto, a constituir pólos de atracção e/ou retenção da população, ao contrário do interior, que continua a ser lugar de partida de migrantes.

Nesta análise das migrações, entre 1981 e 1991, recorreremos à equação de concordância⁴⁹ que é um processo indirecto de conhecer o volume das migrações, embora não nos permita distinguir os efeitos causados pelas migrações com o exterior dos causados pelas migrações internas⁵⁰. Possibilita-nos, contudo, verificar a atracção ou repulsão de uma determinada região de acordo com a existência de saldos migratórios positivos ou negativos. Nesta metodologia confrontamos dois recenseamentos, a que se agregam os resultados do saldo natural (nascimentos e óbitos) do período em estudo, e cujo resultado corresponde aos valores estimados do saldo migratório. Conhecido o papel desempenhado pela componente migratória sobre as características da estrutura etária das populações, é justificada a utilidade desta metodologia, ainda que não se deva esquecer que os resultados são fruto da sua aplicação a dados cuja qualidade é preciso conhecer e controlar. É assim que, mais uma vez o Algarve à parte, todas as sub-regiões registam perdas migratórias, embora afectando diferencialmente o crescimento efectivo da população. No caso da sub-região Minho-Lima, os ganhos provocados pelo crescimento

⁴⁹ Para a sua elaboração ver J.M. Nazareth em *Princípios e métodos de análise...*, pp. 192-194, 302-304. Sobre as limitações da equação de concordância ver também, Julio Vinuesa et alii, *Demografía, analisis y proyecciones...*, pp.146-149.

⁵⁰ Uma vez que a recolha dos valores dos nascimentos e dos óbitos é feita por anos civis ajustou-se a população dos últimos recenseamentos, realizados em 16/3/81 e 15/4/91, estimando-se a população em 31 de Dezembro de 1980 e 31 de Dezembro de 1990, tal como já explicitámos quando procedemos ao cálculo das tábuas de mortalidade, índice sintético de fecundidade e taxas brutas. Assim, utilizou-se, para o cálculo

Quadro 27 – Crescimento natural e migratório nas NUTS III de fronteira (1981-90)

| NUTS III | Cresc. Natural | Saldo Migratório | Cresc. Efectivo |
|----------------------|----------------|------------------|-----------------|
| Minho-Lima | 4807 | -11239 | -6432 |
| Cávado | 32048 | -7276 | 24772 |
| Douro | 6787 | -28965 | -22178 |
| Alto Trás-os-Montes | 3927 | -40200 | -36273 |
| Beira Interior Norte | -2091 | -9301 | -11392 |
| Beira Interior Sul | -3500 | -1634 | -5134 |
| Alto Alentejo | -2965 | -4038 | -7003 |
| Alentejo Central | -1048 | -5971 | -7019 |
| Baixo Alentejo | -3252 | -12492 | -15744 |
| Algarve | 1091 | 17496 | 18587 |
| <i>Fronteira</i> | <i>35804</i> | <i>-103642</i> | <i>-67838</i> |
| <i>Continente</i> | <i>328567</i> | <i>-262798</i> | <i>65769</i> |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE. *Estatísticas Demográficas* (1981 a 1990).

natural foram anulados pelas perdas migratórias, o que se traduziu num crescimento negativo (*Quadro 27*). O mesmo aconteceu no Douro e Alto Trás-os-Montes, embora de uma forma muito mais acentuada. Já no Cávado o elevado valor do crescimento natural permitiu anular os efeitos das perdas migratórias. No Algarve, ao crescimento natural associou-se uma entrada migratória que permitiu um crescimento efectivo entre os dois últimos recenseamentos.

Estes dados vêm, assim, de encontro ao que já anteriormente tivemos ocasião de constatar sobre a incapacidade da maioria destas regiões em inverterem o seu carácter repulsivo. Passando esta análise para a escala concelhia (*Anexo 9*) verificamos que são

da equação de concordância, os acontecimentos (nascimentos e óbitos) ocorridos entre estes dois

poucos os concelhos que têm um saldo migratório positivo: Caminha, Valença, Vila Nova de Cerveira (Minho-Lima), Braga (Cávado), Castelo Branco (Beira Interior Sul), Avis, Castelo de Vide, Nisa (Alto Alentejo), Évora, Sousel (Alentejo Central), Castro Verde (Baixo Alentejo) e nos concelhos algarvios, com excepção dos mais interiores, Alcoutim, Monchique, e Vila Real de Santo António. É, aliás no Algarve que encontramos o concelho com o saldo migratório mais elevado, Faro, a que se junta um crescimento natural também positivo, enquanto Chaves é o que regista o mais negativo, de tal modo que este concelho apresenta um crescimento negativo, pese embora o saldo natural rondar os mil indivíduos.

Considerámos também os dados dos recenseamentos de 1981 e 1991, no que diz respeito à população residente, que mudou de concelho entre 1979 e 1981 e 1989 e 1991 (*Quadro 28*).

Quadro 28 - População que mudou de concelho relativamente à população residente em 1981 e 1991

| | 1981 | 1991 |
|-------------------|------|------|
| | % | % |
| Minho-Lima | 4,4 | 3,7 |
| Cávado | 4,7 | 3,8 |
| Douro | 4,8 | 4,2 |
| Alto T. Montes | 5,0 | 3,6 |
| B. Interior Norte | 4,8 | 3,5 |
| B. Interior Sul | 4,7 | 3,5 |
| Alto Alentejo | 4,2 | 4,2 |
| Alentejo Central | 4,1 | 2,2 |
| Baixo Alentejo | 4,3 | 3,5 |
| Algarve | 5,3 | 4,6 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Em 1981, a mobilidade geográfica é ainda relativamente significativa, sobretudo, no Alto Trás-os-Montes e Algarve. Em 1991, nota-se um decréscimo da percentagem de indivíduos que declararam ter mudar de concelho de residência em todas as NUTS, à excepção do Alto Alentejo que mantém os mesmos valores de 1981. A diminuição das percentagens da mobilidade populacional inter-concelhia não significa, todavia, que os movimentos de deslocação dentro das unidades concelhias, nomeadamente para os centros urbanos, tenham perdido intensidade. Lembremos que os aglomerados urbanos destas regiões raianas viram, na sua maioria, aumentar o peso relativo da sua população no contexto concelhio e da respectiva NUT, o que parece indiciar a importância das deslocações de mais curta distância.

Apesar da desaceleração da intensidade dos movimentos migratórios, as regiões raianas continuam a ser regiões de repulsão. Diga-se, por outro lado, que é natural que o potencial migrante tenha diminuído, uma vez que estas são maioritariamente regiões envelhecidas o que dá origem a uma redução das saídas.

CAPÍTULO IV

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA
DA COMPOSTEIRA ESPANHOLA DA REGIÃO DO INTERIUS

CAPÍTULO IV

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA COMPONENTE ESPANHOLA DA REGIÃO DO INTERREG

Os anos que se seguiram à Primeira Grande Guerra foram um período em que a população espanhola sofreu profundas modificações. Diz a este propósito, Joaquín Arango, que a Espanha constitui um exemplo “du pays *suiveur* en matière de transition démographique. Dans son cas, mieux vaudrait parler d’une révolution (...)” que arrancou mais tarde, mas que se desenvolveu muito mais depressa do que na Europa do norte e do oeste¹. Se antes do primeiro conflito mundial, a população espanhola ainda tinha traços demográficos típicos de Antigo Regime, como sejam mortalidade e natalidade com níveis elevados, o que aliás era comum aos outros países europeus do sul, neste final de século as suas taxas de mortalidade e de fecundidade encontram-se entre as mais baixas do mundo. Não só passou de um índice sintético de fecundidade de 4.75 filhos, em 1900², para 1.15, em 1998 (dados provisórios)³, como de país tradicionalmente de emigrantes a país receptor de imigrantes. Por outro lado, entre 1960 e 1980, mas principalmente na década de sessenta, os movimentos migratórios internos alcançaram uma envergadura até então desconhecida, alterando completamente a distribuição territorial dos habitantes e as características demográficas das populações dos locais de partida e de chegada. O resultado foi o despovoamento da maior parte do território em

¹ Joaquín Arango “La Péninsule Ibérique – 1. La population espagnole au xx^e siècle” in Jean-Pierre Bardet, Jacques Dupâquier, *Histoire des populations de l’Europe. III. Les temps incertains 1914-1998*, Paris, Fayard, 1999, p. 489.

² *Idem*, p. 490.

³ INE, *España en Cifras 1999* (<http://www.ine.es>).

contraste com a concentração em determinadas regiões⁴, de tal modo que na opinião de Tomás Vidal Benito «la estructura y dinámica poblacional actual de las regiones españolas debe mucho más de lo que se supone a dichas migraciones hoy ya relativamente lejanas.»⁵, mais até do que às migrações para o exterior que, embora consideráveis, não tiveram um peso tão significativo⁶.

Estes contrastes geodemográficos entre as regiões que constituíam importantes focos de desenvolvimento e atracção e aquelas áreas emissoras que fornecem migrantes, podem ser abordados através do conhecimento dos ritmos e tendências do crescimento das populações das províncias peninsulares⁷. Seguindo a mesma orientação metodológica utilizada na análise da dinâmica demográfica da componente portuguesa, vejamos quais os ritmos anuais de crescimento das províncias fronteiriças, no contexto das outras quarenta que fazem parte da Espanha peninsular⁸.

⁴ «Efectivamente, durante este período, 32 provincias presentaron un saldo migratorio negativo y, de ellas, 22 contaron en 1981 un menor número de habitantes que en 1960; en su conjunto, perdieron 3.765.878 emigrantes netos, el 23,37 por 100 de su población inicial. Las 18 provincias restantes recibieron 3.514.497 inmigrantes, el 24,55 por 100 de su población de 1960, y todas ellas crecieron con mayor o menor intensidad.» (Ana Cabré, Julio Moreno, Isabel Pujadas, “Cambio migratorio y «reconversion territorial» en España”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 32, Octubre-Diciembre 1985, p. 43); «Entre 1961 y 1970, según el censo de 1970, cambiaron de residencia (municipio) casi 5.000.000 de españoles y para 2,8 millones de estos ciudadanos el cambio implicó mudar de provincia. (...) estas cifras significan que en el expresado decenio se movió casi uno de cada cinco españoles...» (Tomás Vidal Benito, “Las migraciones interiores españolas en la segunda mitad del siglo XX. Estimación de impactos directos e indirectos por simulación”, in Manuel G. Partilla, Karmele Z. Sangroniz (editores), *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Bilbao, Univ. del País Vasco, 1999, I vol. p.339). Cf. Salustiano del Campo, M. Navarro López, *Nuevo Análisis de la población española*, Barcelona, Ariel, 1992, pp.81-105.

⁵ *Op. cit.*, p. 339.

⁶ *Op. cit.*, p. 340.

⁷ Para a elaboração das taxas de crescimento anual médio considerámos não só os volumes provenientes dos recenseamentos, como os dados fornecidos pelo *Padrón de Habitantes* de 1996 que, devido à sua à natureza, permitem actualizar os dados do último recenseamento.

⁸ Até 1970 os recenseamentos espanhóis mantiveram a mesma periodicidade, tinham como referência censitária o dia 31 de Dezembro, pelo que considerámos sempre os dez anos de amplitude temporal no cálculo das taxas de crescimento anual médio. Depois, o recenseamento de 1981 tem como referência o dia 1 de Março, pelo que utilizámos o intervalo inter-censitário de 10,17 anos, e o de 1991 também o dia 1 de Março pelo que não foi necessário fazer qualquer ajustamento. O *Padrón* de 1996 tem como referência o dia 1 de Maio, pelo que utilizámos o intervalo inter-censitário 5,17 anos.

**Quadro 29 - Taxas de crescimento anual médio
nas províncias da Espanha Peninsular (%)**

| | 1900/1910 | 1910/1920 | 1920/1930 | 1930/1940 | 1940/1950 | 1950/1960 | 1960/1970 | 1970/1981 | 1981/1991 | 1991/1996 |
|-------------------|-------------|--------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Alava | 0,08 | 0,15 | 0,54 | 0,81 | 0,45 | 1,65 | 3,93 | 2,42 | 0,59 | 0,37 |
| Albacete | 1,07 | 0,98 | 1,32 | 1,19 | 0,59 | -0,68 | -1,01 | -0,02 | 0,22 | 0,95 |
| Alicante | 0,57 | 0,29 | 0,64 | 1,08 | 0,43 | 1,17 | 2,60 | 2,20 | 1,51 | 0,65 |
| Almeria | 0,58 | -0,60 | -0,47 | 0,52 | -0,06 | 0,09 | 0,39 | 0,77 | 1,40 | 1,45 |
| Asturias | 0,89 | 0,82 | 0,63 | 0,55 | 0,60 | 1,08 | 0,55 | 0,74 | -0,25 | -0,19 |
| Avila | 0,41 | 0,03 | 0,56 | 0,58 | 0,68 | -0,52 | -1,55 | -1,27 | -0,34 | -0,41 |
| Badajoz | 1,32 | 0,83 | 0,86 | 0,56 | 0,95 | 0,23 | -1,92 | -0,77 | 0,19 | 0,27 |
| Barcelona | 0,80 | 1,68 | 2,93 | 0,71 | 1,46 | 2,57 | 3,16 | 1,60 | 0,16 | -0,26 |
| Burgos | 0,24 | -0,31 | 0,54 | 0,64 | 0,48 | -0,42 | -0,61 | 0,16 | -0,22 | -0,30 |
| Cáceres | 0,94 | 0,30 | 0,93 | 1,29 | 0,71 | -0,09 | -1,72 | -0,97 | -0,14 | 0,21 |
| Cádiz | 0,15 | 1,40 | -0,09 | 1,69 | 1,55 | 1,57 | 0,78 | 1,22 | 0,91 | 0,16 |
| Cantabria | 0,94 | 0,79 | 1,06 | 0,78 | 0,28 | 0,65 | 0,78 | 0,88 | 0,37 | -0,10 |
| Castellón | 0,36 | -0,49 | 0,06 | 0,12 | 0,40 | 0,43 | 1,30 | 1,11 | 0,37 | 0,37 |
| Ciudad Real | 1,67 | 1,19 | 1,41 | 0,76 | 0,67 | 0,29 | -1,39 | -0,79 | 0,01 | 0,41 |
| Córdoba | 0,90 | 1,26 | 1,70 | 1,30 | 0,27 | 0,21 | -0,97 | -0,09 | 0,53 | 0,14 |
| La Coruña | 0,35 | 0,46 | 0,80 | 1,41 | 0,79 | 0,37 | 0,12 | 0,75 | 0,13 | 0,22 |
| Cuenca | 0,77 | 0,44 | 0,95 | 0,74 | 0,07 | -0,62 | -2,41 | -1,58 | -0,45 | 0,06 |
| Gerona | 0,66 | 0,18 | 0,00 | -0,10 | 0,15 | 0,71 | 1,66 | 1,20 | 1,07 | 0,38 |
| Granada | 0,60 | 0,94 | 1,16 | 1,37 | 0,60 | -0,17 | -0,48 | 0,37 | 0,65 | -0,11 |
| Guadalajara | 0,45 | -0,38 | 0,13 | 0,08 | -0,12 | -1,02 | -2,15 | -0,31 | 0,41 | 1,04 |
| Guipúzcoa | 1,47 | 1,32 | 1,58 | 0,93 | 1,21 | 2,49 | 2,81 | 0,93 | -0,24 | 0,00 |
| Huelva | 1,74 | 0,64 | 0,72 | 0,32 | 0,04 | 0,84 | -0,06 | 0,41 | 0,69 | 0,46 |
| Huesca | 0,14 | 0,09 | -0,31 | -0,48 | 0,20 | -0,11 | -0,49 | -0,11 | -0,04 | -1,08 |
| Jaén | 1,05 | 1,18 | 1,31 | 1,11 | 0,16 | -0,39 | -1,07 | -0,51 | 0,05 | 0,55 |
| León | 0,24 | 0,42 | 0,69 | 1,11 | 1,00 | 0,71 | -0,63 | -0,57 | 0,05 | -0,12 |
| Lleida | 0,37 | 1,00 | -0,01 | -0,55 | 0,86 | 0,30 | 0,39 | 0,24 | 0,12 | -0,18 |
| Lugo | 0,31 | -0,22 | -0,02 | 0,90 | -0,07 | -0,59 | -1,43 | -0,38 | -0,45 | -0,58 |
| Madrid | 1,26 | 1,97 | 2,63 | 1,33 | 2,00 | 3,07 | 3,82 | 2,19 | 0,63 | -0,03 |
| Málaga | 0,22 | 0,58 | 1,01 | 1,00 | 1,02 | 0,33 | 1,13 | 1,77 | 1,46 | 0,83 |
| Murcia | 0,62 | 0,38 | 0,11 | 1,09 | 0,50 | 0,56 | 0,39 | 1,39 | 1,01 | 0,68 |
| Navarra | 0,15 | 0,55 | 0,47 | 0,67 | 0,35 | 0,49 | 1,46 | 0,86 | 0,31 | -0,11 |
| Orense | 0,18 | 0,02 | 0,32 | 0,73 | 0,21 | -0,36 | -0,87 | -0,06 | -1,48 | -0,42 |
| Palencia | 0,18 | -0,22 | 0,80 | 0,45 | 0,72 | -0,06 | -1,53 | -0,64 | -0,11 | -0,40 |
| Pontevedra | 0,80 | 0,74 | 0,63 | 1,23 | 0,46 | 0,13 | 0,99 | 1,34 | 0,31 | 0,61 |
| Rioja (La) | -0,06 | 0,25 | 0,55 | 0,82 | 0,38 | 0,00 | 0,25 | 0,71 | 0,56 | -0,22 |
| Salamanca | 0,42 | -0,39 | 0,53 | 1,42 | 0,54 | -0,15 | -0,87 | -0,09 | 0,09 | -0,98 |
| Segovia | 0,52 | -0,04 | 0,42 | 0,83 | 0,63 | -0,29 | -1,82 | -0,85 | -0,18 | 0,16 |
| Sevilla | 0,73 | 1,66 | 1,36 | 1,81 | 1,33 | 1,17 | 0,73 | 1,06 | 1,04 | 0,78 |
| Soria | 0,38 | -0,31 | 0,30 | 0,23 | 0,08 | -0,91 | -2,43 | -1,48 | -0,48 | -0,26 |
| Tarragona | 0,02 | 0,48 | -0,13 | -0,33 | 0,50 | 0,16 | 1,76 | 1,76 | 0,54 | 1,05 |
| Teruel | 0,38 | -0,13 | 0,03 | -0,85 | 0,17 | -0,92 | -2,31 | -1,18 | -0,65 | -0,43 |

| | 1900/1910 | 1910/1920 | 1920/1930 | 1930/1940 | 1940/1950 | 1950/1960 | 1960/1970 | 1970/1981 | 1981/1991 | 1991/1996 |
|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Toledo | 0,93 | 0,70 | 1,00 | -0,19 | 0,95 | -0,11 | -1,06 | 0,06 | 0,40 | 0,96 |
| Valencia | 0,92 | 0,47 | 1,18 | 1,89 | 0,70 | 0,59 | 2,14 | 1,55 | 0,36 | 0,28 |
| Valladolid | 0,21 | -0,13 | 0,71 | 0,98 | 0,45 | 0,43 | 1,29 | 1,70 | 0,33 | -0,62 |
| Vizcaya | 1,17 | 1,59 | 1,71 | 0,52 | 1,08 | 2,86 | 3,30 | 1,23 | -0,22 | -0,27 |
| Zamora | -0,09 | -0,25 | 0,51 | 0,64 | 0,56 | -0,48 | -1,77 | -1,13 | -0,60 | -0,34 |
| Zaragoza | 0,63 | 0,97 | 0,80 | 1,05 | 0,44 | 0,55 | 1,47 | 1,01 | 0,22 | -0,43 |
| Esp.Penins. | 0,67 | 0,68 | 1,00 | 0,91 | 0,77 | 0,82 | 1,00 | 0,99 | 0,39 | 0,14 |
| Fronteira | 0,79 | 0,36 | 0,67 | 0,89 | 0,55 | 0,05 | -0,82 | -0,01 | -0,01 | 0,13 |
| Outras | 0,65 | 0,74 | 1,05 | 0,91 | 0,80 | 0,94 | 1,24 | 1,10 | 0,44 | 0,14 |

Fonte: *Censo de Población*, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE *Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

Se considerarmos separadamente o conjunto das províncias que fazem fronteira com Portugal das restantes, verificamos, ao longo do século XX, um crescimento abaixo da média das regiões fronteiriças (*Quadro 29*). Só no princípio do século é que estas províncias tiveram um crescimento superior, quer ao total nacional peninsular, quer ao grupo formado pelas outras províncias. Depois, os valores da TCAM são sempre inferiores aos dois outros conjuntos e mesmo de sinal inverso a partir da década de sessenta e até ao princípio dos noventa.

Destaquemos, por outro lado, o carácter moderado do crescimento do conjunto nacional peninsular, com dois períodos em que esse crescimento aparece mais vincado, 1920-30 e 1960-70 (ver *Quadro 29*), coincidindo com épocas em que o saldo natural é positivo ⁹. O primeiro período coincide também com uma fase de redistribuição da população, acompanhando o desenvolvimento da indústria espanhola, nomeadamente do complexo urbano-industrial da região de Barcelona. Repare-se que é precisamente esta província, a que regista o maior crescimento anual médio desta década (2.93%).

⁹ Joaquín Arango "La Péninsule Ibérique...", pp. 490-491; Rafael P. Antolín, *La población española...*, p. 102.

Mas é entre 1960 e 1970, época mais intensa dos movimentos migratórios inter-provinciais, que a diferença entre as províncias raianas e o conjunto que agrupa as restantes, que crescem acima da média nacional, é mais notório. Também é neste período que os dois conjuntos registam os valores máximo e mínimo das taxas de crescimento anual médio entre 1900 e 1996.

Contudo, a desigual evolução da população não se restringe às décadas de vinte e de sessenta, é visível praticamente ao longo de todo o século, embora haja alturas em que aparece mais pronunciada. Exemplo disto são os anos que decorrem entre 1910 e 1930 em que aumenta o número de províncias que registam valores negativos, ou entre 1930 e 1940 em que, pelo contrário, há treze províncias, entre as quais se encontram Cáceres, Salamanca, Ourense e Zamora, que conhecem nesta altura as mais elevadas taxas de crescimento anual médio, embora aqui haja que contar com uma possível sobrestimação do censo de 1940¹⁰. Por outro lado, não podemos esquecer os efeitos que a gripe de 1918-19 e a guerra civil tiveram na dinâmica da população. Segundo Isabel Pujadas e Montserrat Solsona, estes dois acontecimentos, a cronologia da transição demográfica e o papel desempenhado por cada província nos movimentos migratórios internos e externos, foram os principais factores que explicam a desigual dinâmica demográfica provincial¹¹ e, portanto, os desequilíbrios espaciais da população.

¹⁰ Isabel Pujadas, Montserrat Solsona, "La población de España de 1900 a 1975 a nivel nacional y provincial", *Papers de Demografia*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 1989, p. 5; David Sven-Reher, Angeles Valero Lobo, *Fuentes de información demográfica en España...*, p. 51.

¹¹ «La transición demográfica presenta características diferentes en las diversas provincias, tanto en relación al momento en que ésta se inicia y a su duración como a los niveles de natalidad y mortalidad pre-transicionales. En el caso de Cataluña, por ejemplo, el descenso de la fecundidad se inicia alrededor de 1860 y poco después sucede lo mismo en las Islas Baleares, el País Valenciano, Huesca y Teruel. Sin embargo, en otras provincias situadas en la Meseta Norte y La Mancha, la transición no se inicia hasta la década de los treinta del presente siglo; por ello, durante el primer tercio del siglo, dichas provincias presentaron un crecimiento natural más elevado dado que la mortalidad se ha reducido de forma paulatina en todas las provincias. Las repercusiones de la guerra civil sobre los niveles de mortalidad de cada provincia también varían considerablemente. (...) desde mediados de los años cincuenta y hasta la mitad de los setenta, las migraciones externas e internas se transforman en las principales protagonistas de la diferenciación territorial» (Isabel Pujadas, Montserrat Solsona, *op. cit.*, pp. 28-29).

A geografia da população espanhola segue um modelo que se caracteriza por uma gradual polarização da população nas regiões do litoral, seguindo a tendência para uma maior concentração à volta dos centros mais dinâmicos da actividade industrial e turística, Catalunha, Madrid, País Basco, Valencia e costa andaluza. A nível demográfico, até meados do século, os contrastes distinguem a Catalunha e parte de Valencia, onde o precoce retrocesso da mortalidade e da fecundidade resultou num débil crescimento natural, numa baixa proporção de jovens e num crescente aumento do peso da população idosa, da metade mais a sul, onde o saldo natural ainda se conserva elevado, fruto da queda da mortalidade e da manutenção dos níveis de fecundidade. Havia depois regiões que estavam a meio caminho entre estes dois extremos, caso da Galiza interior, que apresentava já uma estrutura etária envelhecida, fruto de uma continuada e persistente emigração, ou as duas Castelas, que se aproximavam mais das regiões do sul.

Ora as províncias de fronteira encontravam-se entre as regiões que, na primeira metade do século, têm ainda um saldo natural elevado mas que, na generalidade, se encontram à margem dos centros de desenvolvimento económico. Em 1900, o número médio de filhos por mulher oscilava entre os 5.74 de Cáceres e os 3.99 de Pontevedra, valores que não se alteraram muito até 1930, ainda que se notasse já uma tendência decrescente da fecundidade¹². Assim temos os maiores índices de fecundidade na Extremadura, Cáceres e Badajoz, em Salamanca e Zamora (Castilla y León)¹³, mais moderados em Huelva (Andaluzia) e mais baixos nas províncias galegas de Pontevedra e

¹² Em Cáceres, o índice sintético de fecundidade era, em 1930 de 4.60 e em Badajoz, em 1900, de 5.02 e em 1930 de 4.02; em Huelva, de 4.43 e 3.11, respectivamente; em Ourense de 4.02 e 3.30; em Pontevedra, de 3.99 e 3.41; em Salamanca, de 5.29 e 4.34 e em Zamora, de 4.77 e 4.27 (Margarita Delgado Pérez, *El descenso de la fecundidad en España*, Dissertação de doutoramento apresentada na Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 1988 (policopiada), p. 115).

¹³ Cf., José M^a Delgado Urrecho, "Evolución reciente de la población en Castilla y León: 1960-1990", *Revista de Estudios Mirandeses*, IX, 1989, p. 138; L. López Trigal (director), *La población en el desarrollo de Castilla y León*, Valladolid, Consejo Económico y Social de Castilla y León, 1998, p., 15-29.

Ourense, tradicionalmente com valores abaixo da média nacional (4.72, em 1900 e 3.63, em 1930) devido a nupcialidade tardia e aos efeitos da emigração crónica¹⁴.

Estas circunstâncias podem explicar, por exemplo, que Cáceres, Badajoz e Huelva tenham tido um crescimento significativo até 1930-40 e que, nas províncias galegas, se registem taxas mais elevadas na província do litoral, Pontevedra, do que na do interior, Ourense, mais rural e com um menor nível de desenvolvimento, acabando por se ver mais afectada pelos movimentos de saída. Quanto às províncias castelhanas, Zamora cresce a um ritmo anual inferior a Salamanca, nomeadamente nos primeiros dez anos, embora ambas tenham registado as taxas mais elevadas da centúria em 1920-30. Esta conjuntura, crescimento natural que compensa os sucessivos movimentos de saída, mantém-se até 1950-60, de tal modo que Cáceres, Ourense, Salamanca e Zamora, em 1950, e Badajoz, em 1960, atingem o seu máximo de população no período que medeia entre 1900 e 1996.

Se observarmos quais as províncias que têm os valores máximos e mínimos do crescimento anual inter-censitário, em 1950-60 (Guadalajara, com -1.02%, e Madrid, com 3.07%) e 1960-70 (Soria, - 2.43% e Alava, 3.93%), assim como a amplitude que os separa, facilmente podemos concluir que este foi um período marcado pelo agravamento das disparidades territoriais e por perdas, ou aumentos, do volume regional da população, sem paralelo nos períodos anteriores ou posteriores. Basta dizer que entre 1960-70, das quarenta e sete províncias que constituem a Espanha peninsular, vinte e três tiveram nesta década um crescimento anual negativo. Este foi o período mais agudo dos movimentos migratórios, aquele em que os contrastes nos valores das taxas de crescimento anual médio foram maiores, havendo vinte e duas províncias que tiveram as mais baixas taxas nesta centúria (vinte e uma das quais de sinal negativo) e doze que

¹⁴ Fausto Dopico, Abel Losada, "Tendências demográficas de un país de antiguos emigrantes"..., pp. 74-75.

atingiram o valor mais elevado. Torna-se claro que houve uma transferência da população de um grande número de províncias, para um número mais reduzido que cresceu a um ritmo elevado. O mapa que daqui resulta acentua a concentração da população na periferia geográfica do país, veja-se a norte Alava, Guipúzcoa e Vizcaya, na costa mediterrânea uma faixa à volta de Barcelona, Valencia e Alicante, e a única região do interior, Madrid, que crescem a um ritmo anual superior a 2% ao ano, enquanto uma vasta região do interior perde população: Albacete, Ávila, Badajoz, Cáceres, Ciudad Real, Cuenca, Guadalajara, Jaén, Lugo, Palencia, Segovia, Soria, Teruel, Toledo e Zamora decrescem a um ritmo anual superior a 1%. As excepções são La Rioja (0.25%), Valladolid (1.29%) e Zaragoza (1.47%) que, devido ao dinamismo criado pelo início de um processo de industrialização, conseguem manter e até aumentar a sua população.

Todas as províncias fronteiriças, à excepção de Pontevedra, se incluem neste rol de regiões que perdem efectivos entre 1960 e 1970, sendo Zamora, Badajoz e Cáceres as que registaram taxas negativas mais elevadas¹⁵. No entanto, Zamora, assim como Ourense, vão manter a tendência regressiva até 1996, de tal modo que o número dos seus residentes em 1996 é menor do que no princípio do século. Na verdade, Zamora e Ourense foram as únicas províncias da área do nosso estudo que perderam população entre 1900 e 1996 (25% e 14%, respectivamente), ao contrário das outras regiões fronteiriças que vêem a sua população aumentar ao longo século, apesar da saída de muitos dos seus naturais. Afirmam-se, portanto, como regiões pouco atractivas que, desde o princípio do século¹⁶, fazem parte das áreas emigratórias que vão contribuir para o alargamento da mancha mais densamente povoada que enquadra a periferia marítima e à volta de Madrid.

¹⁵ Para os saldos migratórios provinciais entre 1961 e 1981 ver Anna Cabré, Daniel Devolder, Isabel Pujadas, "Migratory movements in Spain: recent evolution", *Papers de Demografia*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 1986, Anexo 4; Ana Cabré, Julio Moreno, Isabel Pujadas, "Cambio migratorio y «reconversion» territorial"..., pp. 64-65.

Mas foi em Pontevedra e Huelva, as duas regiões fronteiriças com costas marítimas, onde a população mais cresceu, apesar de se terem tornado também províncias repulsoras nos anos sessenta, de tal modo que em 1991 atingiram o seu máximo de população nos recenseamentos realizados neste século. Crescimento populacional que tem sequência nos anos seguintes, como se pode ver quando comparamos com o *Padrón* de 1996 (ver *Quadro 29*) e que podemos relacionar, no caso de Pontevedra, às actividades ligadas ao turismo e com o dinamismo da cidade de Vigo que, como anteriormente dissemos¹⁷, constitui o mais importante centro urbano da região, mas também da área fronteiriça, tanto em termos demográficos como económicos. No que diz respeito a Huelva podemos considerar algum dinamismo criado pelo sector turístico, sobretudo nos municípios costeiros, pela modernização da actividade agrícola regional (nomeadamente a produção de morangos), a partir dos anos 80, e pela pesca mais as indústrias com ela relacionadas¹⁸. A tendência negativa continua, no entanto, a fazer-se sentir em Salamanca que decresce relativamente a 1991. Já Cáceres recupera ligeiramente relativamente ao último censo.

Com a década de setenta e a crise económica que abranda o processo de urbanização, vai-se alterando o esquema das migrações. Os fluxos migratórios reduzem a sua intensidade e mudam alguns destinos e sentidos, a par de uma generalizada descida da natalidade, mais evidente naquelas regiões que tradicionalmente tinham uma natalidade mais elevada, Andaluzia, Estremadura, províncias da meseta e, depois, também àquelas zonas mais industrializadas que tinham registado uma subida da natalidade nos anos sessenta. Na fronteira, só Zamora mantém um decréscimo

¹⁶ Isabel Pujadas, Montserrat Solsona, *op. cit.*, pp. 63-65.

¹⁷ Ver supra pp. 88 e 90.

¹⁸ Cf., María Teresa J. Díaz, "Desempleo y economía en la Huelva del 93" in Juan A. M. Domínguez (editor), *Huelva en su Historia 5. Historia y Territorio de la Provincia en el siglo XX*, Huelva Universidad de Huelva, 1994, pp. 215; M^a Jesus M. Hinesrosa, "Dinamica de la población moguerena en el siglo XX:

superior a 1% ao ano, ao contrário de Huelva, que recupera relativamente ao período inter-censitário anterior, e de Pontevedra que, nesta década, regista o valor mais elevado das suas taxas de crescimento anual (1.34%). Aliás, esta província galega que, entre 1971 e 1975, teve um saldo migratório positivo¹⁹, foi a única da raia luso-espanhola que no cômputo dos anos que decorreram entre 1961 e 1981 registou um saldo migratório de sinal positivo²⁰.

Os efeitos daquelas alterações sobre a dinâmica demográfica provincial saldaram-se por uma progressiva homogeneização, reduzindo-se nos períodos inter-censitários seguintes a amplitude entre os valores extremos das taxas de crescimento²¹ (*Quadro 29*). Todavia, mantém-se a tendência para a concentração no litoral, embora reduzindo-se a área atractiva. É assim nas regiões tradicionalmente receptoras do norte, como Guipúzcoa e Vizcaya, que devido à crise industrial começam a conhecer um abrandamento, ou até mesmo um retrocesso dos seus ritmos de crescimento. O mesmo acontece em Barcelona, embora o eixo do Mediterrâneo, e também o do Ebro, se mantenham como áreas receptoras devido ao seu dinamismo económico. Repare-se também na província de Madrid cujo crescimento perde intensidade nos anos noventa. O reverso é o contínuo despovoamento de uma vasta região do interior, onde vão sobressaindo cidades de média dimensão que absorvem população das áreas rurais envolventes. A intensidade das saídas também vai diminuindo, tanto por causa do esgotamento do potencial migrante, como porque as etapas de recessão económica não favorecem a mobilidade por motivos laborais, antes podem fomentar o retorno²². Todavia saliente-se que, para além das já

su estrecha relacion com las coyunturas economicas” in Juan A. M. Domínguez (editor), *Huelva en su Historia 5. Historia y Territorio de la Provincia en el siglo...*, pp. 217-231.

¹⁹ Ana Cabré, Julio Moreno, Isabel Pujadas, “Cambio migratorio y «reconversion» territorial”..., pp. 52-55.

²⁰ *Idem*, p. 65.

²¹ Em 1970-81, os valores mínimos e máximos das TCAM oscilam entre -1.58% de Cuenca e 2.42% de Alava; em 1981-91, entre -1.48% de Ourense e 1.51% de Alicante.

²² Arlinda G. Cól, Rafael Puyol, “Las migraciones interiores en España” in *Dinámica de la población en España...*, pp. 190-192

apontadas províncias raianas, há mais seis províncias que registaram menos habitantes em 1996 do que em 1900 (Ávila, Cuenca, Huesca, Lugo, Palencia, Soria, Teruel), o que significa que mesmo no interior há desigualdades territoriais, ou seja, que houve regiões que se despovoaram mais do que outras, não tendo o possível regresso dos seus naturais sido suficiente para influenciar positivamente a sua dinâmica demográfica²³. Por outro lado, os efeitos das migrações dos anos sessenta tiveram como denominador comum provocar desequilíbrios na estrutura etária e, indirectamente, nas componentes do movimento natural que afectou todas as províncias. A intensidade e sentido destes efeitos é que variou consoante o tipo de estrutura que caracterizava cada população e o papel desempenhado: emissoras ou receptoras.

Antes de verificarmos a influência destes factores na evolução demográfica das regiões de fronteira, vejamos qual a sequência do crescimento dos seus municípios. Uma vez que vamos comparar um grande número de unidades – que tem variado entre os cerca de 1300, no princípio do século, e os cerca de 1220, em finais dos anos noventa -, com volumes populacionais muito diferenciados²⁴, optámos por uma descrição mais global dos ritmos de crescimento dos municípios, remetendo para a observação da cartografia que fizemos das suas taxas de crescimento anual médio (ver *Mapas 8 a 16*). Uma análise mais individualizada far-nos-ia perder a percepção de conjunto, já que o que nos interessa é a detecção da unidade ou diversidade de zonas com comportamentos internos semelhantes. Por outro lado, o facto de numerosos municípios não ultrapassarem os mil habitantes, para além do desaparecimento de muitas destas unidades e a sua integração noutras, torna este indicador mais sensível a qualquer alteração dos volumes populacionais. Considerámos mais prudente uma análise em extensão, tomando como

²³ *Idem*, p. 188-192.

²⁴ Sobre as diferentes dimensões dos municípios espanhóis ver *supra* pp. 102-104.

base o sinal do crescimento (positivo/negativo), e não apenas a consideração dos valores das intensidades²⁵.

A primeira constatação a que se pode chegar é a de que os volumes e ritmos de crescimento/decrescimento populacional aparecem mais acentuados quando passamos para um nível de maior desagregação territorial, o municipal, sendo possível encontrar municípios que viram a sua população crescer muito ao longo desta centúria, enquanto outros sofreram um processo de despovoamento extremo.

Entre 1900 e 1910 são as províncias de Cáceres, Badajoz e Huelva que apresentam uma mancha mais uniforme de municípios com crescimento positivo, embora haja alguns casos pontuais na parte mais setentrional de Huelva, junto à fronteira com Portugal, e na zona mais a este, assim como alguns municípios dispersos de Cáceres, cuja população decresce. Na verdade, esta região é que a que regista, neste período, a mais elevada TCAM, 1.74%, de todas as províncias da Espanha peninsular. À medida que se avança para norte, para Salamanca e Zamora - província que tem o crescimento anual médio mais baixo da parte espanhola da Península - cresce o número de municípios com taxas negativas. Repare-se na faixa raiana que separa Salamanca do Douro e do Alto Trás-os-Montes, constituída pelos municípios que a partir de La Fregeneda seguem para norte, que perde população, não só neste decénio, mas também no seguinte, só recuperando ligeiramente na década de vinte. Com os municípios das províncias galegas voltam as manchas indiciadoras de crescimento populacional.

Contudo é visível, no decénio seguinte um alastrar das áreas que registam taxas negativas de crescimento, tanto para sul, afectando sobretudo Cáceres, como para norte, Ourense e alguns municípios raianos de Pontevedra. Aquelas regiões que já anteriormente tinham um maior número de municípios que perderam população,

²⁵ As taxas de crescimento anual médio para todos os municípios e em todos os períodos inter-censitários constam do Anexo 10

Salamanca e Zamora, vêm acentuar esta tendência, de tal modo que são as únicas províncias da raia que registam, nesta altura, taxas de crescimento anual médio de sinal negativo. Este decénio ficou marcado pela última grande epidemia, que foi particularmente forte ao longo do Outono de 1918, acabando por influenciar negativamente a dinâmica demográfica das várias regiões. Caso, por exemplo, de Zamora, que registou «el índice de crecimiento vegetativo más reducido de todo el período considerado [1900-1990], a causa de las altísimas tasas de mortalidad motivadas por la gripe de 1918»²⁶.

Os dois períodos inter-censitários seguintes são de recuperação geral, mais acentuada na década de trinta. Nestes anos que decorrem entre 1930 e 1940, os municípios que registam um ritmo mais intenso de crescimento, acima dos 2% ao ano, são principalmente os que situam perto das capitais provinciais ou de aglomerados urbanos de média dimensão. Repare-se na área que inclui Badajoz e Mérida, prolongando-se para norte em direcção a Cáceres. Nesta província, para além do município que inclui a capital, outros núcleos de crescimento são os que rodeiam Plasencia, mais a norte, e Navalmoral de la Mata, a nordeste da província. Em Salamanca também podemos notar, embora de forma não tão marcada, um crescimento à volta da cidade capital e de outro município, Ciudad Rodrigo. Em Zamora, Benavente, no nordeste, e o município de Zamora, destacam-se no contexto dos municípios que sobrevivem até aos anos noventa, uma vez que existem outros com taxas acima dos 2% mas que desaparecem nos censos seguintes. Na Galiza, Ourense e Pontevedra e, de forma mais visível na faixa marítima desta, há um crescimento da maioria dos municípios, ainda que mais moderado, embora o de Ourense cresça a 2.78% ao ano e o de Vigo, a 2.75%. Veja-se que aqui é este município, e não o da capital, Pontevedra, que tem uma

²⁶ L. López Trigal (coord.), *Zamora. Un espacio de frontera...*, p. 52.

TCAM mais elevada, revelando já a capacidade de atracção que este centro exerce na região. Na verdade, Pontevedra é o único município que integra a capital provincial que não cresce a um ritmo intenso, ao contrário de todos os outros: além de Ourense, Zamora, com uma taxa de 4.15%, Salamanca, 4.37%, Cáceres, 4.29%, Badajoz, 2.48% e Huelva com 2.32% que, no entanto, não partilha deste ritmo com os municípios que o envolvem. É, portanto, no centro-norte que as capitais revelam uma maior capacidade de polarização das populações. Mais para sul, os ritmos de crescimento são bem mais moderados, como se pode constatar através do facto de as duas províncias meridionais terem sido as únicas onde cresceu o número de municípios com taxas negativas relativamente ao período inter-censitário anterior.

O período que decorre entre 1940 e 1950 significou um novo abrandamento dos ritmos de crescimento em todas as províncias, com excepção da de Badajoz, que se traduziu não só num alargamento da área dos municípios que perdem população, nomeadamente nas províncias galegas, como também na redução do número daqueles que crescem a mais de dois pontos percentuais. Esta circunstância atinge também as unidades territoriais que albergam as capitais provinciais, as excepções são os municípios de Ourense, Badajoz e Vigo que, todavia, não tem aquela função administrativa. Lembremos que é a partir dos anos quarenta que o êxodo rural começa a desempenhar um papel importante na redistribuição da população, embora estas décadas de trinta e quarenta tivessem igualmente sido marcadas pelas convulsões políticas da República, a guerra civil e a difícil reconstrução que se seguiu a este conflito bélico²⁷.

Esta tendência regressiva conhece um agravamento nos anos seguintes. O ponto de viragem é precisamente o período inter-censitário 1950-60: aumenta o número de municípios com TCAM negativas e a intensidade dessas perdas.

²⁷ V. Bielza de Orey, *op. cit.*, pp.46; Salustiano del Campo, M. Navarro López, *op. cit.*, pp. 87-88.

Os anos que decorrem entre 1950 e meados da década de 1970, como já referimos, são os anos da grande concentração populacional à volta dos centros industriais, do desenvolvimento e intensificação do processo de urbanização, que levou ao aparecimento de áreas metropolitanas em determinadas zonas do território, mas cuja contrapartida foi o despovoamento de outras, a decadência da população rural e dos municípios mais pequenos. Processo que teve a sua fase mais intensa nos anos sessenta, apesar de na década anterior já se notarem os efeitos dos movimentos migratórios e de na década de setenta ainda permanecerem.

Como observámos através dos ritmos de crescimento anual, as províncias de fronteira vão ser o ponto de origem de milhares de indivíduos que vão engrossar os fluxos migratórios que se dirigem aos centros atractivos do litoral e da região de Madrid. A consequência está bem visível no *Quadro 30* onde agrupámos, segundo o seu peso relativo, os municípios consoante apresentam valores positivos, ou negativos, das TCAM.

Quadro 30 - Municípios agrupados por níveis de crescimento anual (%)

| | 1950-60 | | | 1960-70 | | | 1970-81 | | |
|-------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | Nº Mun.* | Positivo | Negativo | Nº Mun.* | Positivo | Negativo | Nº Mun.* | Positivo | Negativo |
| Pontevedra | 61 | 50,8 | 49,1 | 61 | 55,7 | 44,3 | 61 | 65,5 | 34,4 |
| Ourense | 93 | 22,6 | 77,4 | 92 | 18,5 | 84,8 | 92 | 30,4 | 69,6 |
| Zamora | 304 | 12,2 | 87,8 | 275 | 5,5 | 94,2 | 250 | 9,2 | 90,4 |
| Salamanca | 385 | 24,6 | 75,3 | 382 | 6,5 | 93,4 | 359 | 6,1 | 93,3 |
| Cáceres | 223 | 33,2 | 66,8 | 219 | 12,3 | 87,6 | 218 | 5,5 | 94,5 |
| Badajoz | 162 | 44,4 | 56,1 | 162 | 5,5 | 94,4 | 162 | 9,3 | 90,7 |
| Huelva | 78 | 60,2 | 39,7 | 78 | 15,4 | 84,6 | 79 | 24,0 | 75,9 |

* Número de municípios para os quais se dispunha, nesta década, da informação necessária para o cálculo das taxas de crescimento anual médio.

Fonte: *Censo de Población*, 1950, 1960, 1970, 1981, Madrid, INE.

Se na década de cinquenta é já notório o aumento da área ocupada por municípios que perdem população, ainda que os ritmos de decrescimento sejam relativamente moderados, é no decénio seguinte que a diminuição da população e a intensidade a que diminui atingem o auge. Entre 1960 e 1970, 90% dos municípios da região de fronteira registam um crescimento anual médio negativo, 40% dos quais o faz a mais de três pontos percentuais ao ano. Percebe-se bem a dimensão que atingiram os fluxos de saída nestes anos. Conquanto este decrescimento da população tenha sido comum a todas as províncias objecto da nossa análise, foi em Zamora, Salamanca e Badajoz que, em termos relativos, houve um maior número de municípios com taxas médias negativas, mas também, juntamente com Cáceres, uma maior percentagem dos que perderam população a um ritmo superior a 3% ao ano. Na verdade, foram as províncias de Zamora, Cáceres e Badajoz as mais penalizadas por esta conjuntura migratória, já que nestes anos tiveram uma quebra relativa do volume da sua população na ordem dos 19.5, 18.9 e 21.3%, respectivamente.

Ressalva-se a província de Pontevedra, a única que neste período registou uma taxa de crescimento positiva. Aqui aumentou, entre 1950-60 e 1960-70, o número de municípios que tiveram TCAM de sinal positivo e dos que decresceram na década de sessenta só dois o fizeram a mais de 2% ao ano. É a faixa marítima que vê a sua população aumentar, possivelmente por influência de Vigo. Aliás, o município de Vigo é o que mais cresce (com uma taxa média de 3.13%), o que indica o seu carácter de pólo de atracção regional, tendência que se acentua na década de setenta. Lembremos que nesta altura esta província galega tem o maior crescimento anual entre 1900 e 1996, sempre acompanhada pelo ritmo de Vigo, e um saldo migratório positivo nos primeiros anos deste decénio. Nos anos oitenta, principalmente, e noventa, há um desacelaramento desta

evolução, não só no conjunto da província, como do município de Vigo, que em 1981-91 teve uma taxa de 0.72% ao ano e em 1991-91, de 0.74%.

Os municípios que perderam população a um ritmo mais intenso foram na generalidade os que contavam com uma população que rondava os mil habitantes, tendo muitos continuado a sentir, nos anos seguintes, este processo de despovoamento. Também nesta altura foram especialmente os municípios onde estão instaladas as capitais provinciais os que conseguiram reter população.

Embora no período inter-censitário que decorre entre 1970 e 1981 haja uma ligeira recuperação no que diz respeito à intensidade do decrescimento, ainda só em cento e cinquenta e quatro municípios (dos 1221 para os quais é possível calcular a TCAM) é que a população aumenta. Vinca-se o predomínio das costas marítimas, tanto de Pontevedra, como agora também de Huelva, ao contrário da maioria das unidades municipais que se localizam mesmo junto à raia que continuam a regredir. Os valores positivos são dos municípios cuja proximidade da fronteira lhes traz algum dinamismo, caso dos que estão junto ao Minho-Lima, como por exemplo Tui, da ligação entre Verín e Chaves, município que cresce até 1996, à volta de Fonfría (Zamora), mas que não tem continuação nem no período inter-censitário seguinte, nem entre 1991 e 1996, Fuentes de Oñoro (Salamanca), Badajoz, Aymonte (Huelva), que em 1981-91 decresce para voltar a registar um forte crescimento (2.99%), a que não será alheia a construção da ponte internacional sobre o Guadiana.

A década de oitenta continua a ser de abrandamento da intensidade do crescimento, embora não de recuperação, a não ser na maioria dos municípios costeiros. O que se nota é que diminui a intensidade do decrescimento anual, de forma mais evidente nos municípios de Cáceres, Badajoz e da metade norte de Huelva, para além de haver uma recuperação dos municípios mais próximos daqueles onde se situam as

capitais provinciais, apesar de continuarem a terem taxas anuais médias positivas, houve um evidente abrandamento do seu crescimento quando comparado com 1981-91.

Do confronto entre os volumes populacionais do censo de 1991 e os do *Padrón* de 1996 resulta a constatação de um suavizar dos ritmos, assim como de um certo estancamento, em algumas regiões, da diminuição da população, o que pode estar relacionado com alguns movimentos de retorno dos migrantes. Entre 1991 e 1994, etapa marcada por uma nova recessão económica, algumas áreas tradicionalmente expulsoras retomam um saldo positivo, à semelhança do que tinha acontecido na primeira metade da década de oitenta. Exemplo deste comportamento são as províncias de Cáceres e Badajoz, ao contrário da de Zamora, que mantém o seu carácter repulsivo²⁸. Isto poderá explicar a recuperação de Cáceres, a manutenção da taxa anual de Badajoz e a continuação dos níveis negativos de Zamora (ver *Quadro 29*), circunstância que por si só poderá não significar maior vitalidade demográfica, pois a população que regressa não vem travar o envelhecimento demográfico destas regiões. Já em Pontevedra a situação é um pouco diferente, pois a atracção do pólo urbano e industrial de Vigo²⁹ convida à vinda e/ou permanência de gente em idade activa. Repare-se que a percentagem de população entre os 15 e os 64 anos aumentou nesta província, em 1991 e 1996, de forma mais significativa do que nas outras regiões fronteiriças. É mesmo a província onde se registam as percentagens mais elevadas de *activos* naqueles anos (ver *Quadro 31*), logo seguida de Huelva³⁰.

²⁸ Arlinda G. Cól, Rafael Puyol, "Las migraciones interiores en España" in *Dinámica de la población en España...*, pp. 191.

²⁹ Elisabeth D. España, Paula Cristina Remoaldo, Julia S. Carrasco, Xosé S. González, "Sistemas de ciudades y reordenación territorial en la frontera Miñota" in Antonio C. Fernández, Carmen V. Bernardo, *Portugal-España: Ordenación territorial del suroeste comunitario. Acta, ponencias y comunicaciones (VII Coloquio Ibérico de Geografía)*, Salamanca, Universidad de Extremadura, 1996, pp. 456-458.

³⁰ Cf. Jesús Monteagudo López-Menchero, "La actual organización del territorio en la provincia de Huelva" in *III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, pp. 576-589.

Em 1960 foram recenseadas 3 617 272 pessoas nas províncias espanholas que fazem fronteira com Portugal, cerca de mais um milhão do que em 1900. Aquele foi o ano em que o conjunto destas regiões atingiu o volume máximo da sua população nos recenseamentos realizados durante este século. Também individualmente, 1950 (Cáceres, Ourense, Salamanca e Zamora) e 1960 (Badajoz), foram os anos em que cinco destas províncias atingiram os seus máximos. Depois, o papel desempenhado por cada província nos movimentos migratórios internos vai ser factor explicativo da dinâmica demográfica provincial. Da análise que temos vindo a realizar podemos constatar o papel emigratório das sete províncias raianas, embora possamos distinguir as marítimas, mais Pontevedra do que Huelva, das mais interiores, à semelhança do que aconteceu no resto do país. Na verdade, foi nestas duas que houve relativamente menos municípios a perderem população quer entre 1960-1991, quer entre o primeiro e o último recenseamento feitos nesta centúria. Aliás, entre 1900 e 1991, também Cáceres e Badajoz se podem juntar àquelas duas províncias, uma vez que entre 20 a 35% dos seus municípios viram crescer a sua população, valor mais próximo de Huelva (38.9%) do que de Pontevedra (66%) . Nas outras, só cerca de 8 a 10% dos municípios viram os seus residentes aumentar³¹. Claro que estas percentagens escondem alguma diversidade de ganhos e perdas, porque a desigualdade de volumes populacionais é muito grande. De qualquer forma, poderemos já apontar uma maior fragilidade demográfica das províncias centro-norte, mais penalizadas por esta conjuntura migratória, numa situação intermédia Badajoz e Huelva e com um comportamento muito menos regressivo, Pontevedra.

No entanto, é preciso não esquecer que a intensidade e duração dos movimentos migratórios vão afectar a configuração das estruturas etárias das populações que perdem ou recebem migrantes. Se num primeiro momento estes movimentos terão atenuado as

³¹ Nesta contabilização entrámos só em linha de conta com os municípios que dispunham de dados para 1900, 1960 e 1991.

disparidades regionais do crescimento natural, a sua intensidade e persistência provocaram alterações na estrutura por idades que, no caso das regiões emigratórias, criou condições pouco favoráveis à nupcialidade e à fecundidade. Além de que, a partir de finais dos anos setenta, o número de nascimentos cai de forma intensa a nível nacional³², enquanto a diminuição dos níveis de mortalidade, contínua mas irregular desde princípios do século, produz ganhos significativos na esperança de vida entre 1940 e 1960³³.

A evolução da configuração da estrutura etária³⁴ da população espanhola da fronteira que separa os dois países ibéricos mostra (ver *Quadro 31*), até 1981, uma estrutura equilibrada, se considerarmos aqueles parâmetros já citados³⁵. Em 1960³⁶, a população fronteiriça é mesmo ligeiramente mais jovem do que no resto da Espanha peninsular, tanto em relação ao peso dos mais jovens como dos mais idosos, fruto de uma natalidade tradicionalmente elevada, característica das províncias de Cáceres, Badajoz e Huelva.

³² «Es a partir de 1977 cuando la cifra de nacidos vivos y su correspondiente tasa se precipitan pasando de unos 650.000 nacimientos anuales y una tasa en torno a al 18 ‰, (...) y un 15 ‰ sólo tres años después, en 1980 (...) y una tasa del 12 ‰ en 1985 (...) y desde 1993 la tasa es inferior al 10 ‰. Esta evolución ha supuesto una reducción del número de nacimientos del 42% respecto a 1970 (...). En poco más de dos décadas la natalidad española se ha reducido a la mitad, lo que supone uno de las caídas más intensas de entre los países de nuestro entorno.» (Fernando Gil Alonso, Anna Cabré, "El crecimiento natural de la población y sus determinantes" in *Dinámica de la población en España...*, pp. 98).

³³ *Idem*, p.70.

³⁴ Para a análise das estruturas etárias das províncias espanholas objecto do nosso estudo, utilizámos, tal como nas NUTS portuguesas, os grupos funcionais, índices-resumo, destacando o índice de envelhecimento, e pirâmides de idades. Por outro lado, vez uma que dispomos no caso espanhol dos dados provenientes do *Padrón de Habitantes de 1996*, considerámos oportuno representar graficamente esta informação, visto que, apesar de terem uma natureza diferente da dos censos, quanto ao processo de elaboração, resultam da contagem da população e não de estimativas.

³⁵ Ver supra p. 175.

³⁶ Antes de analisarmos os efectivos recenseados em 1960, por sexo e idade, procedemos à distribuição da população de idade desconhecida por todos os grupos originais e por sexos, através da aplicação de um factor de ponderação que resulta da seguinte fórmula:

$$\text{população total} / (\text{população total} - \text{população de idade desconhecida}).$$

**Quadro 31– Grupos funcionais e índice de envelhecimento
das províncias de fronteira (%)**

| 0-14 | Ponteved. | Ourense | Zamora | Salamanca | Cáceres | Badajoz | Huelva | Fronteira | Outras NUTS | Península |
|--------------------------|-----------|---------|--------|-----------|---------|---------|--------|-----------|-------------|-----------|
| 1960 | 28,3 | 24,7 | 28,2 | 28,3 | 30,0 | 29,5 | 27,3 | 28,3 | 27,2 | 27,3 |
| 1970 | 27,5 | 21,3 | 23,8 | 26,3 | 28,1 | 29,0 | 28,5 | 26,8 | 27,7 | 27,6 |
| 1981 | 26,9 | 19,4 | 18,8 | 21,8 | 23,4 | 25,4 | 28,0 | 24,3 | 25,7 | 25,5 |
| 1991 | 20,3 | 15,1 | 15,6 | 16,7 | 19,6 | 21,3 | 22,9 | 19,5 | 19,2 | 19,2 |
| 1996 | 15,8 | 12,2 | 12,5 | 14,0 | 17,2 | 19,0 | 19,2 | 16,3 | 15,8 | 15,9 |
| 15-64 | | | | | | | | | | |
| 1960 | 63,2 | 65,0 | 62,8 | 62,5 | 62,5 | 62,7 | 63,7 | 63,2 | 64,6 | 64,4 |
| 1970 | 62,9 | 66,2 | 63,7 | 62,3 | 61,3 | 60,5 | 61,2 | 62,4 | 62,7 | 62,6 |
| 1981 | 62,1 | 64,5 | 63,5 | 62,7 | 62,6 | 61,6 | 60,1 | 62,3 | 63,2 | 63,1 |
| 1991 | 66,3 | 62,7 | 62,6 | 64,7 | 64,2 | 63,9 | 64,2 | 64,5 | 67,0 | 66,8 |
| 1996 | 69,2 | 63,0 | 62,0 | 65,2 | 64,6 | 64,8 | 66,8 | 65,9 | 68,5 | 68,3 |
| 65+ | | | | | | | | | | |
| 1960 | 8,5 | 10,3 | 9,0 | 9,2 | 7,4 | 7,8 | 9,0 | 8,6 | 8,2 | 8,2 |
| 1970 | 9,6 | 12,5 | 12,6 | 11,5 | 10,6 | 10,5 | 10,3 | 10,8 | 9,6 | 9,7 |
| 1981 | 11,1 | 16,0 | 17,6 | 15,4 | 14,0 | 13,0 | 11,9 | 13,5 | 11,1 | 11,3 |
| 1991 | 13,4 | 22,2 | 21,8 | 18,4 | 16,2 | 14,7 | 12,9 | 16,0 | 13,8 | 14,0 |
| 1996 | 15,0 | 24,8 | 25,5 | 20,8 | 18,1 | 16,2 | 14,0 | 17,8 | 15,7 | 15,9 |
| ÍD.ENVELHECIMENTO | | | | | | | | | | |
| 1960 | 29,9 | 41,6 | 31,8 | 32,6 | 24,7 | 26,4 | 32,9 | 30,3 | 30,2 | 30,2 |
| 1970 | 34,9 | 58,7 | 52,9 | 43,9 | 37,7 | 36,1 | 36,1 | 40,3 | 34,7 | 35,3 |
| 1981 | 41,2 | 82,6 | 93,7 | 70,7 | 59,9 | 51,3 | 42,5 | 55,4 | 43,3 | 44,4 |
| 1991 | 66,1 | 147,2 | 139,6 | 110,5 | 82,5 | 69,0 | 56,6 | 81,8 | 71,9 | 72,8 |
| 1996 | 95,3 | 202,7 | 203,0 | 148,9 | 104,9 | 85,2 | 73,1 | 109,0 | 99,2 | 100,1 |

Fonte: Censo de Población, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE *Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

Em contraste com a Extremadura, que conta com a maior percentagem de *jovens* em 1960, Ourense, província do interior da Galiza, aparece como a mais envelhecida, no topo e na base. A origem deste envelhecimento precoce, quando comparado com as outras regiões de fronteira, deve ser procurado no carácter emigratório desta região, que não se reduz a uma condição conjuntural, e que acaba por gerar incapacidade de reprodução ao assistir à contínua saída de jovens adultos. Reflexo desta circunstância é o

facto de já em 1960 esta ser a província com o mais baixo índice sintético de fecundidade das regiões de fronteira (2.08³⁷) e de, em 1970, já estar abaixo do limite considerado necessário para a renovação das gerações: com 1.64³⁸ filhos por mulher é a província com o índice mais baixo do país. A intensidade das migrações dos anos sessenta completam o conjunto de factores que configuram a repartição da estrutura etária de Ourense justificando a sua integração na ampla zona interior que configura a Espanha mais envelhecida. No outro extremo incluem-se as áreas mais industrializadas (Cantábrico oriental, Barcelona, Madrid, Valladolid), as de maior desenvolvimento turístico (costas galega e andaluza) e províncias onde a elevada natalidade e a redução da emigração (Andaluzia interior) explicam uma estrutura relativamente jovem³⁹. Como se pode constatar, o mapa do envelhecimento da população espanhola, sobretudo no topo, segue, *grosso modo*, os sentidos das migrações. Já o envelhecimento na base, opõe o norte, com menor percentagem de *jovens*, ao sul, reproduzindo os níveis da fecundidade e a cronologia da sua queda (o declínio foi mais tardio na metade sul)⁴⁰.

A representação gráfica dos grupos etários dão maior visibilidade às vicissitudes da população de Ourense: declínio da natalidade precoce que vai diminuindo o peso dos grupos etários (repare-se que se em 1981 os menores de cinco anos têm um peso de 6%, em 1991 a sua proporção reduz-se para metade), continuada saída de jovens activos, primeiro para o estrangeiro, depois para as áreas industrializadas, quer desta comunidade autónoma quer de outras e existência de uma corrente imigratória constituída

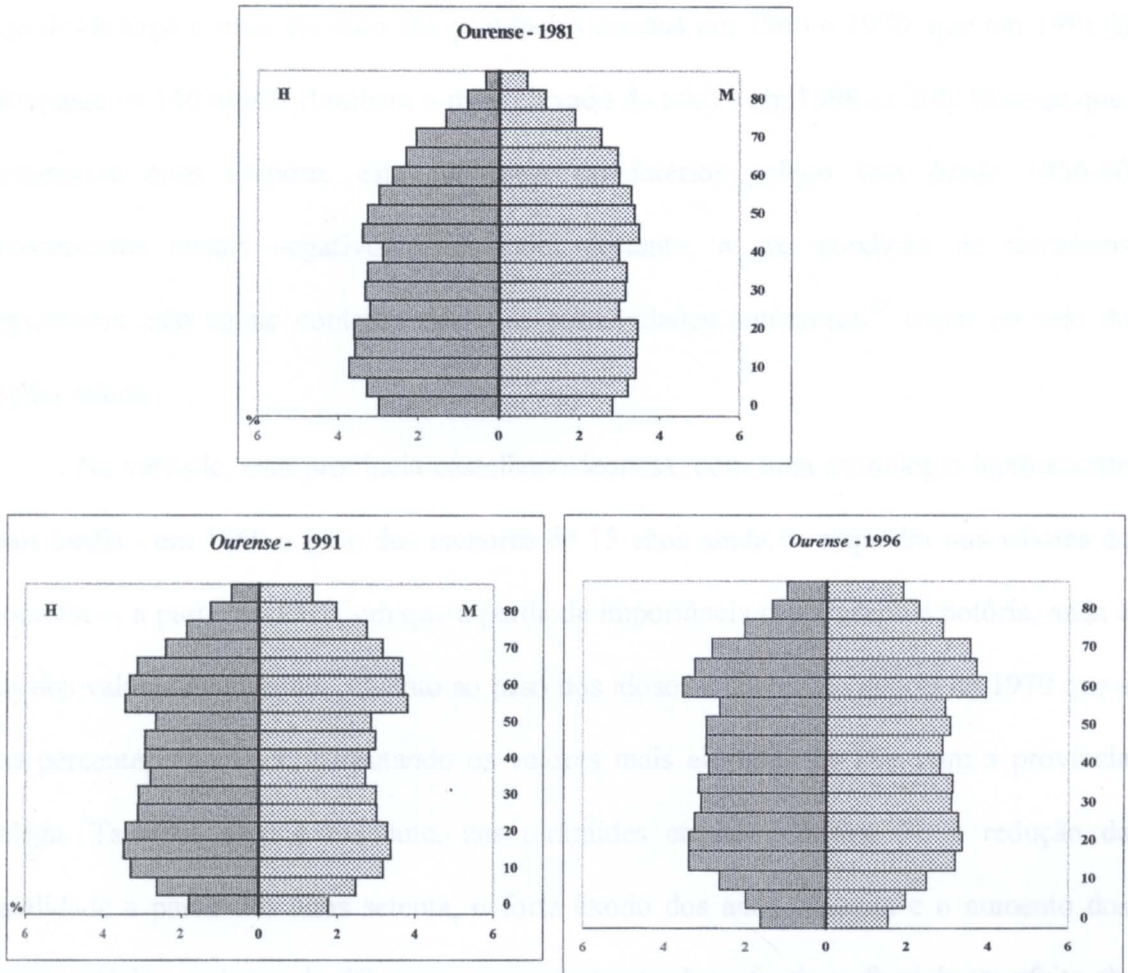
³⁷ Margarita Delgado Pérez, *El descenso de la fecundidad en España...*, p. 116.

³⁸ INE, *Evolución de la fecundidad en España 1970-1994. Total nacional, comunidades autónomas, provincias*, Madrid, 1998, p.109.

³⁹ Cf. *España, el envejecimiento de la población*, Documento de Trabajo, Madrid, Instituto de Economía y Geografía Aplicadas/CSIC, Junio/89; Antonio A. García, Vicente R. Rodríguez, "Proceso de envejecimiento de la población española (1970-1981)", *Análisis del desarrollo de la población...*, pp.357-363.

⁴⁰ Cf., Rafael P. Antolín, *La población española...*, pp. 115-120.

Gráfico 8 - Pirâmides etárias de Ourense



Fonte: Censo de Población, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE *Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

predominantemente por grupos de reformados⁴¹. Por isso os grupos etários aparecem com um volume relativo mais reduzido de efectivos e progressivamente mais desequilibrados. Em 1991, o grupo dos maiores de 65 anos já é claramente superior ao dos jovens, de tal modo que em 1991 e 1996 é a província da fronteira mais envelhecida, tanto no topo como na base, embora em 1996 Zamora registre uma percentagem

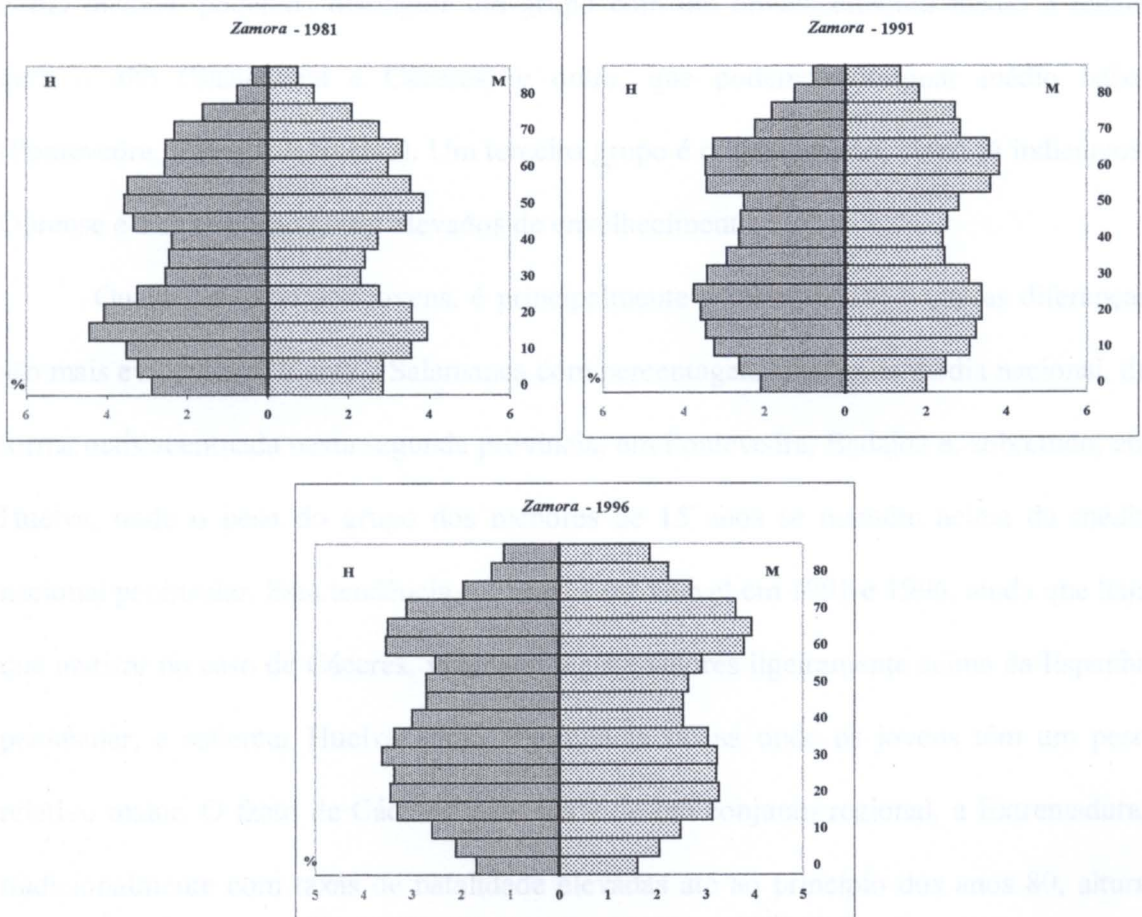
⁴¹ Rubén C. Lois González, José S. Medina, "La redistribución de la población en Galicia actual" in *XIV Congreso Nacional de Geografía. Cambios Regionales a finales del siglo XX. Comunicaciones*, Salamanca, 1995, pp. 302-303.

ligeiramente superior de idosos (ver *Quadro 31*). Este desequilíbrio entre a proporção dos mais novos e dos mais velhos faz com que o índice de envelhecimento de Ourense seja desde logo o mais elevado das províncias raianas em 1960 e 1970, que em 1991 já ultrapasse os 140 idosos (também o mais elevado da raia) e em 1996 os 200. Note-se que, juntamente com Zamora, esta província do interior galego tem desde 1950-60 crescimentos anuais negativos traduzindo, portanto, a sua condição de territórios regressivos, não só no contexto das suas comunidades autónomas⁴² como no seio da região raiana.

Na verdade, esta província castelhano-leonesa, com uma cronologia ligeiramente mais tardia - em 1960 o peso dos menores de 15 anos ainda se enquadra nos valores da fronteira -, a partir de 1970, em que a perda de importância deste grupo é notória, anda a par dos valores de Ourense. Quanto ao peso dos idosos é sobretudo depois de 1970 que a sua percentagem cresce, disputando os valores mais elevados da raia com a província galega. Também aqui é evidente, nas pirâmides etárias (*Gráfico 9*), a redução da natalidade a partir dos anos setenta, o forte êxodo dos anos sessenta e o aumento dos grupos etários maiores de 60 anos, nomeadamente dos efectivos femininos, efeito da mortalidade diferencial e do carácter selectivo das migrações.

⁴² *Idem*, p. 301-302; L. López Trigal, *Zamora. Un espacio de frontera...*, pp. 47-52; L. López Trigal (director), *La población en el desarrollo de Castilla y León...*, pp.15-17.

Gráfico 9 - Pirâmides etárias de Zamora



Fonte: *Censo de Población, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997.*

Nas outras províncias fronteiriças, a tendência geral é também o avanço do processo de envelhecimento, não só porque aumentam o peso dos grupos etários com mais de 65 anos, uma vez que chegam mais sobreviventes a essas idades, mas igualmente porque há menos jovens. Todavia, é possível distinguir dois grupos, para além do que inclui Ourense e Zamora, quanto à intensidade e cronologia deste processo.

Se considerarmos, como já fizemos na análise do lado português da fronteira, o índice de envelhecimento como indicador do grau de envelhecimento de uma população,

logo, revelador de vários processos da sua dinâmica demográfica – aumento/redução da natalidade, ganhos alcançados na esperança de vida – e tomando os valores nacionais como médios, podemos distinguir um grupo com um envelhecimento médio a tender para o alto (Salamanca e Cáceres) e outro, que podemos designar médio baixo (Pontevedra, Badajoz e Huelva). Um terceiro grupo é o que engloba, como já indicámos, Ourense e Zamora com níveis elevados de envelhecimento.

Quanto ao peso dos jovens, é principalmente a partir de 1981 que as diferenças são mais evidentes. Cáceres e Salamanca com percentagens abaixo da média nacional, de forma mais acentuada nesta segunda província, em Pontevedra, Badajoz e, sobretudo, em Huelva, onde o peso do grupo dos menores de 15 anos se mantém acima da média nacional peninsular. Esta tendência continua a ser visível em 1991 e 1996, ainda que haja que matizar no caso de Cáceres, visto que regista valores ligeiramente acima da Espanha peninsular, e salientar Huelva como a província raiana onde os jovens têm um peso relativo maior. O facto de Cáceres fazer parte de um conjunto regional, a Extremadura, tradicionalmente com taxas de natalidade elevadas até ao princípio dos anos 80, altura em que se inicia a rápida queda estrutural da natalidade em todas as províncias espanholas, pode justificar os valores de 1991 e 1996⁴³. Mas as províncias menos envelhecidas na base são Badajoz e Huelva, onde o peso dos menores de 15 anos permanece, não só mais elevado no contexto fronteiriço, como em relação aos valores médios nacionais peninsulares. Por outro lado, mantêm uma estrutura etária relativamente equilibrada, visto que a percentagem dos idosos permanece mais baixa do que a dos jovens. Pontevedra, por seu lado, conhece a maior variação no peso dos jovens entre 1991 e 1996 (-22%), passando quase a igualar, mas ainda assim ligeiramente

⁴³ Juan F. M. Ruíz, “Análisis espacial de la natalidad y fecundidad en España (1970-1985)” in *Análisis del desarrollo de la población española...*, pp. 208-217; Gonzalo B. Alfageme, José Luis G. Gascón, Antonio P. Díaz, “La recuperación de la natalidad extremeña” in *Análisis del desarrollo de la población española...*, pp. 217-223.

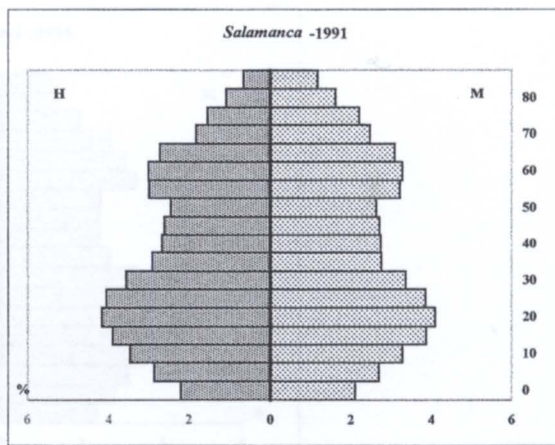
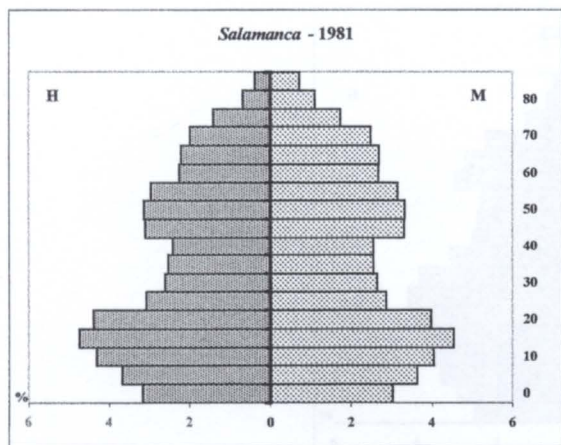
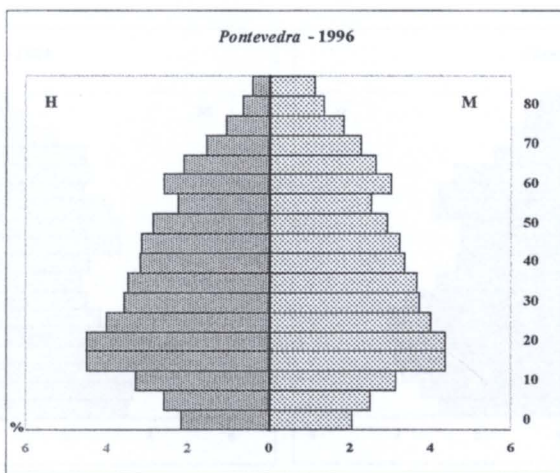
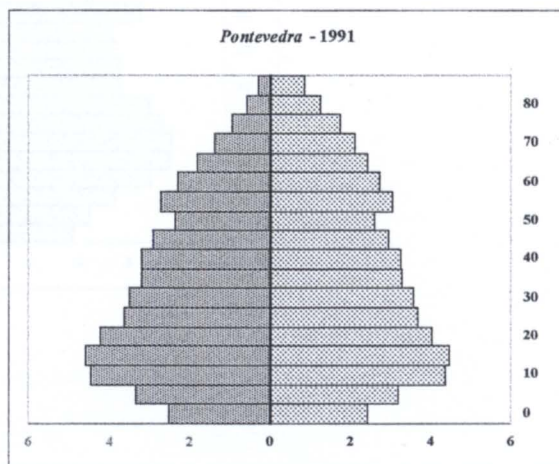
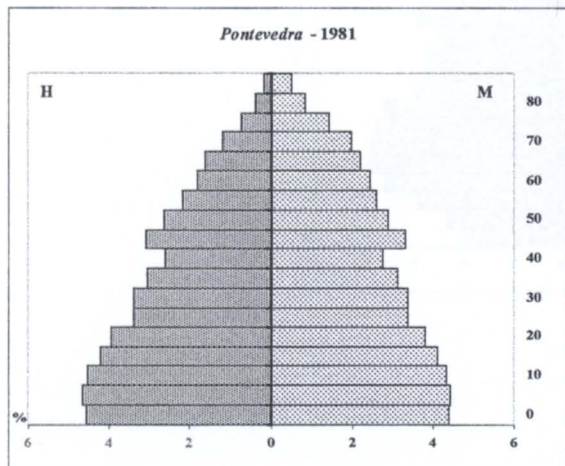
superior, a importância relativa da faixa etária com mais de 65 anos, que se mantém inferior à média nacional peninsular.

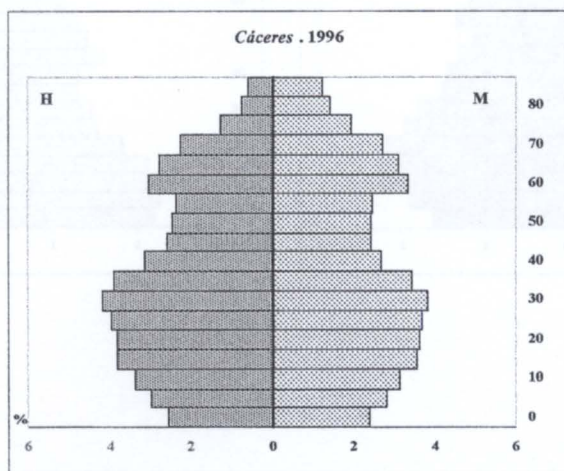
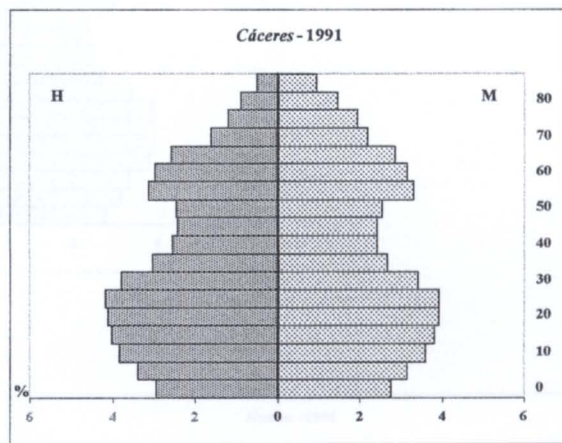
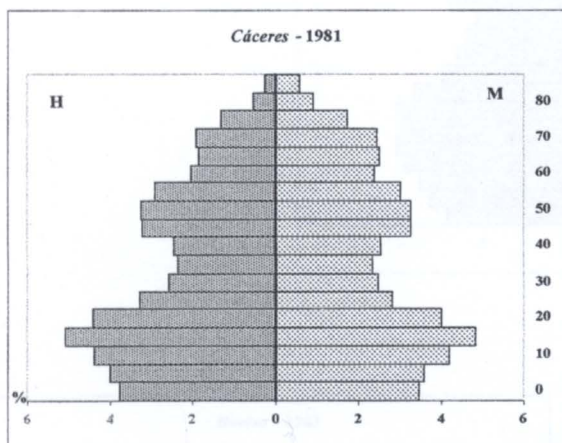
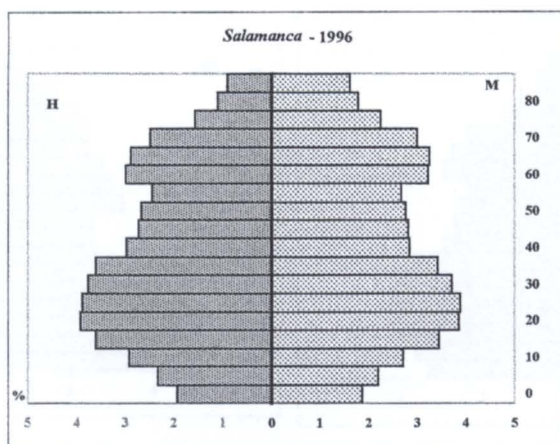
Contudo, todas as províncias se mostram progressivamente envelhecidas no topo e na base, ainda mais se considerarmos os doze pontos percentuais para os idosos e os vinte e cinco para os jovens como limites de uma estrutura etária equilibrada.

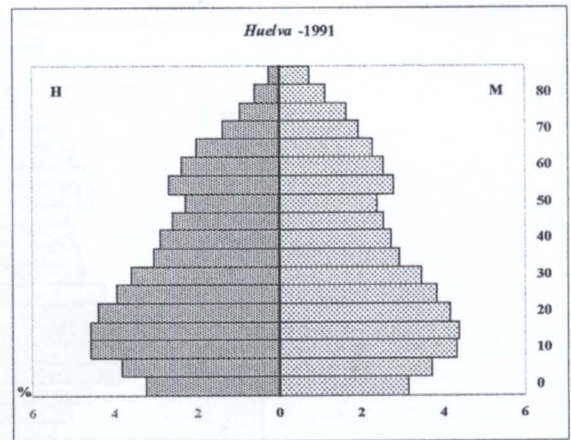
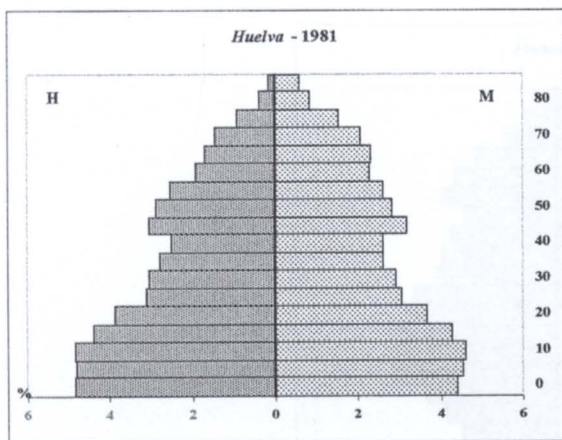
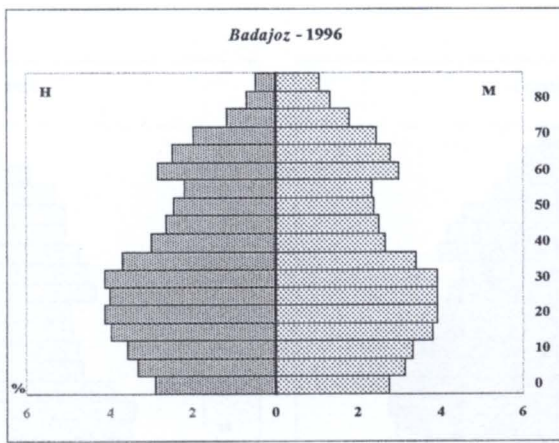
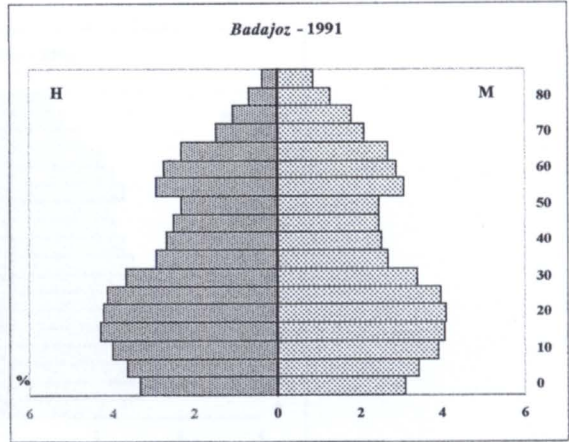
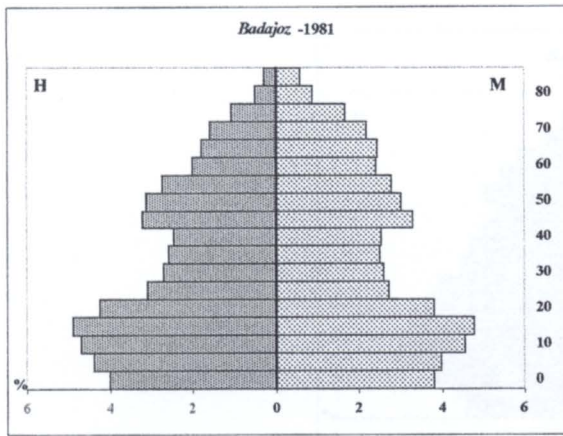
A evolução do índice de envelhecimento é, assim, o reflexo desta repartição dos grupos etários e do progressivo desequilíbrio existente entre jovens e idosos, ou seja, espelha a incidência do processo de envelhecimento. Processo que não sendo exclusivo das regiões de fronteira, todas as províncias espanholas conheceram, principalmente a partir dos anos 30, uma paulatina redução/aumento destes grupos etários, com ritmos e intensidades específicas, mostra aqui contornos carregados. Contudo, é prudente dar conta de comportamentos heterogêneos visto Badajoz, Huelva e Pontevedra não terem, durante o período que considerámos, índices acima dos 100, enquanto no outro extremo, Ourense e Zamora têm, em 1991, já mais de um idoso por cada jovem e, em 1996, cerca de dois idosos. Também Salamanca, em 1991, tem um índice que supera os 100.

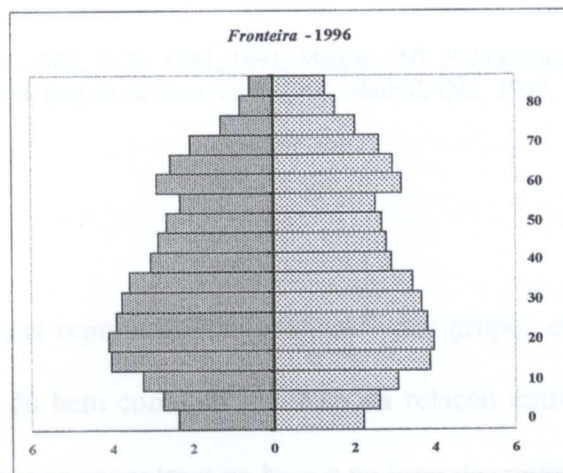
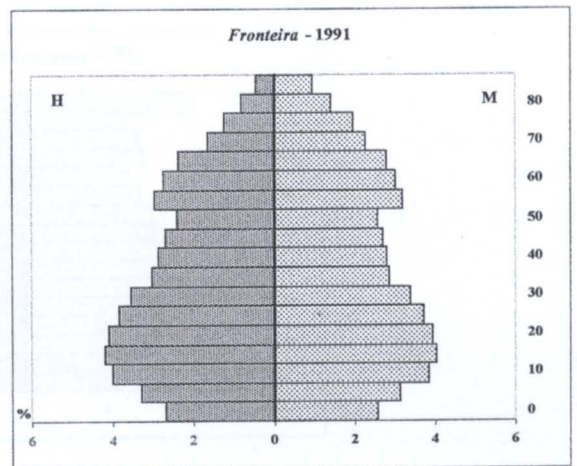
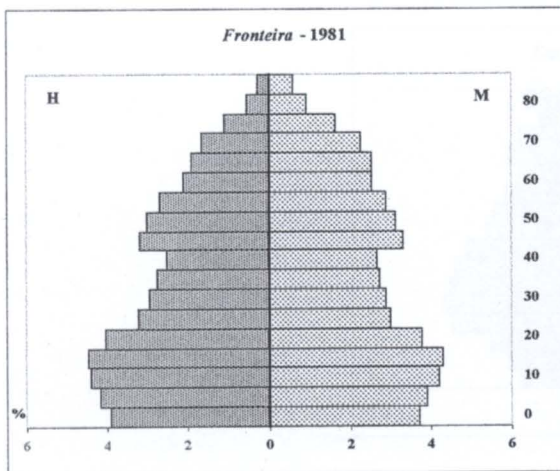
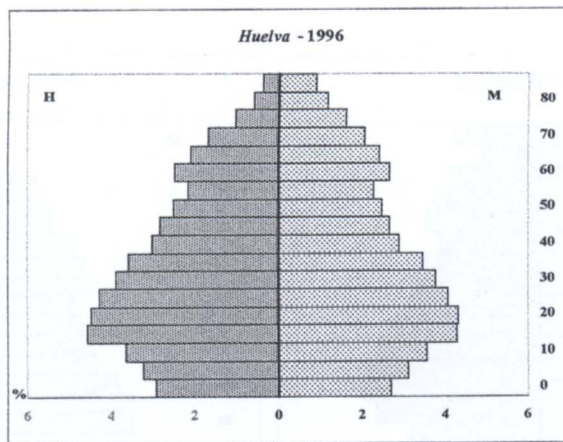
Diga-se, por outro lado, que apesar de termos incluído Salamanca e Cáceres no mesmo grupo, são províncias que revelam comportamentos que as aproximam mais, respectivamente, das regiões do noroeste, e de Pontevedra e das províncias meridionais. Encontram-se, assim, numa faixa de transição entre zonas mais e menos envelhecidas.

Gráfico 10 - Pirâmides etárias das outras províncias de fronteira

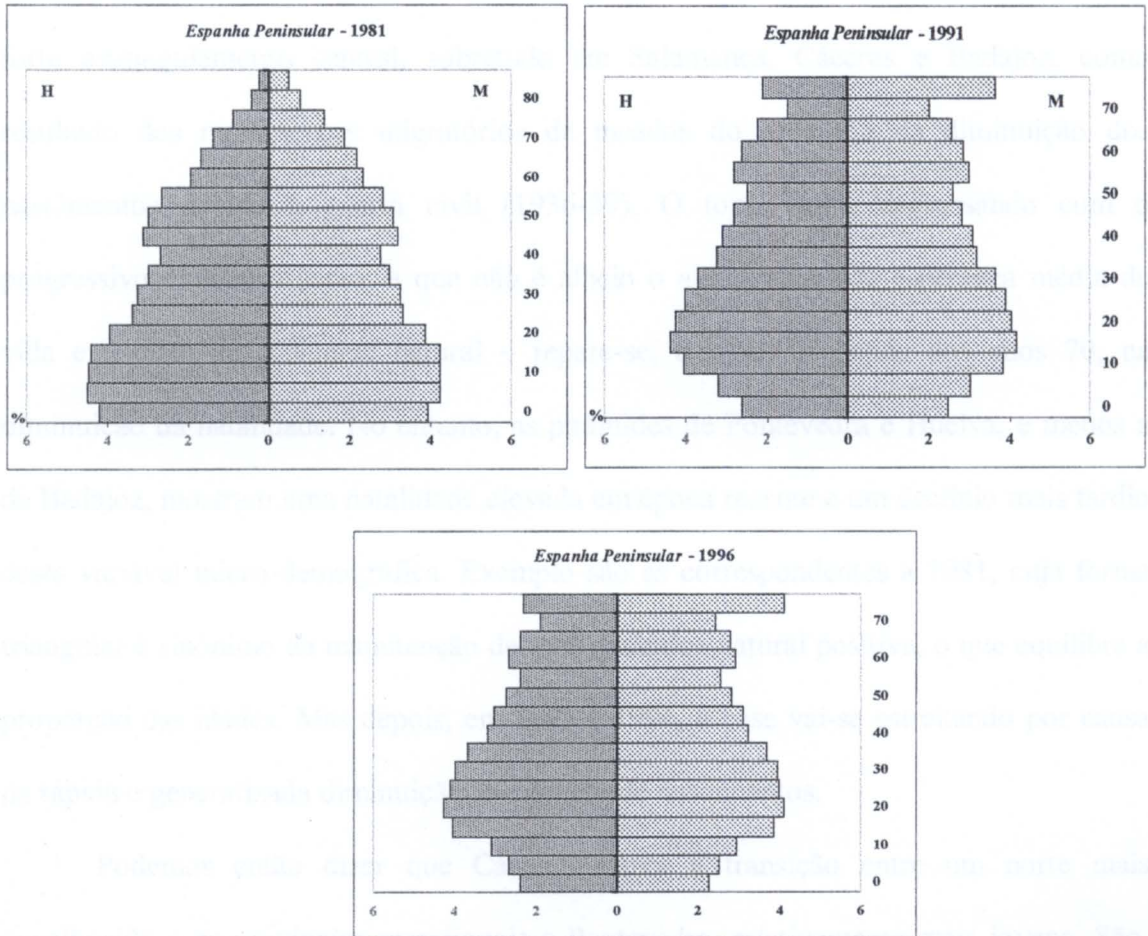








7. Nas pirâmides que representam os grupos etários de Espanha peninsular em 1991 e 1996, o último grupo teve de ser aberto a partir dos 75 anos, uma vez que não dispunhamos para Lleida e Melilla, de dados desagregados nos grupos de idade a partir dos 75 anos.



Fonte: *Censo de Población, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997.*

A observação das representações gráficas⁴⁴ dos grupos etários destas províncias raianas (*Gráfico 10*) dá bem conta da inversão da relação entre as várias idades, mas com mais ênfase das que se encontram na base e no topo das pirâmides.

⁴⁴ Nas pirâmides que representam os grupos etários da Espanha peninsular em 1991 e 1996, o último grupo teve de ser aberto a partir dos 75 anos, uma vez que não dispúnhamos, para Ceuta e Melilla, de dados desagregados por grupos de idade a partir dos 75 anos.

Numa primeira análise podemos constatar que em todas as pirâmides, de forma mais ou menos intensa, vai havendo um progressivo estreitamento da base, além de um forte estrangulamento central, sobretudo em Salamanca, Cáceres e Badajoz, como resultado dos movimentos migratórios de meados do século e da diminuição dos nascimentos devido à guerra civil (1936-39). O topo vai-se engrossando com o progressivo envelhecimento, a que não é alheio o alargamento da esperança média de vida e a crise da dinâmica natural – repare-se, a partir de finais dos anos 70, na diminuição da natalidade. No entanto, as pirâmides de Pontevedra e Huelva, e menos a de Badajoz, mostram uma natalidade elevada em época recente e um declínio mais tardio desta variável micro-demográfica. Exemplo são as correspondentes a 1981, cuja forma triangular é sinónimo da manutenção de uma dinâmica natural positiva, o que equilibra a proporção das idades. Mas depois, em 1991 e 1996, a base vai-se estreitando por causa da rápida e generalizada diminuição do número de nascimentos.

Podemos então dizer que Cáceres marca a transição entre um norte mais envelhecido e as províncias meridionais e Pontevedra, relativamente mais jovens. São, portanto, as regiões do noroeste, de Ourense a Salamanca, aquelas onde os níveis de envelhecimento são duplamente mais acentuados, com proporções elevadas de feminização das idades mais velhas, como consequência da sobremortalidade masculina e do já falado carácter selectivo das migrações. Aliás, este desequilíbrio da população segundo os sexos pode igualmente constatar-se através das relações de masculinidade⁴⁵ (*Quadro 32*).

⁴⁵ Pelas razões apontadas, ver nota 34 deste capítulo, calculámos as relações de masculinidade, totais e por grupos de idade, também para 1996.

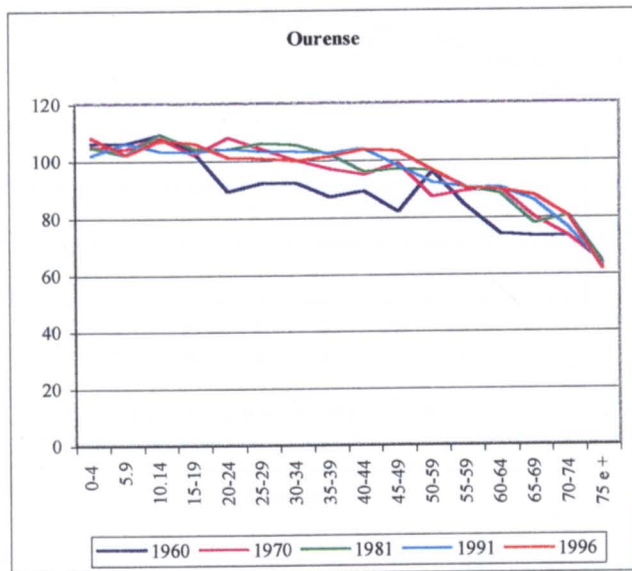
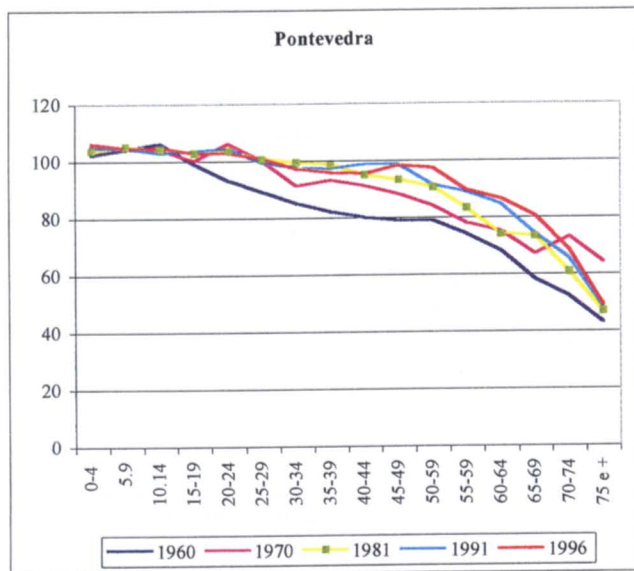
Quadro 32 - Relações de masculinidade totais nas províncias de fronteira

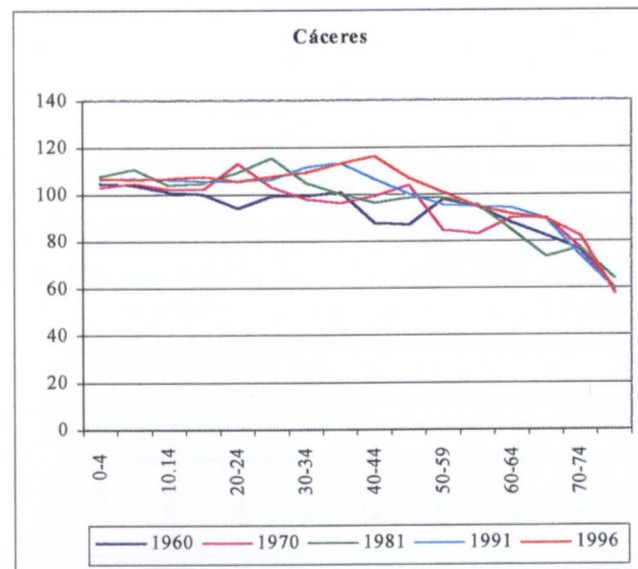
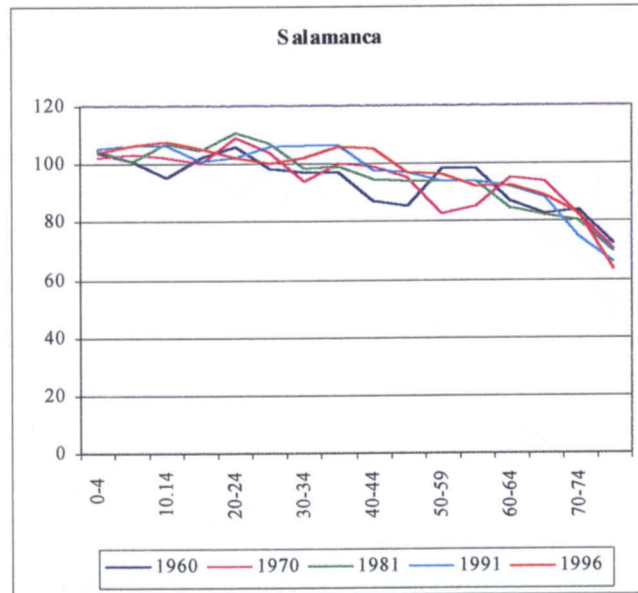
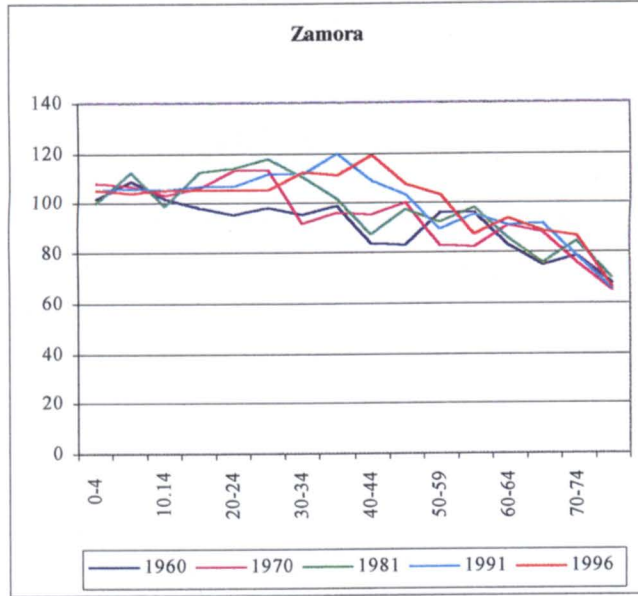
| | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 1996 |
|------------------------|------|------|------|------|------|
| Pontevedra | 85 | 91 | 93 | 92 | 92 |
| Ourense | 90 | 96 | 96 | 93 | 93 |
| Zamora | 94 | 96 | 97 | 97 | 97 |
| Salamanca | 95 | 97 | 96 | 96 | 95 |
| Cáceres | 96 | 97 | 98 | 98 | 99 |
| Badajoz | 96 | 97 | 97 | 98 | 98 |
| Huelva | 94 | 96 | 97 | 97 | 98 |
| Fronteira | 93 | 95 | 96 | 95 | 96 |
| Esp. Peninsular | 94 | 96 | 96 | 96 | 96 |

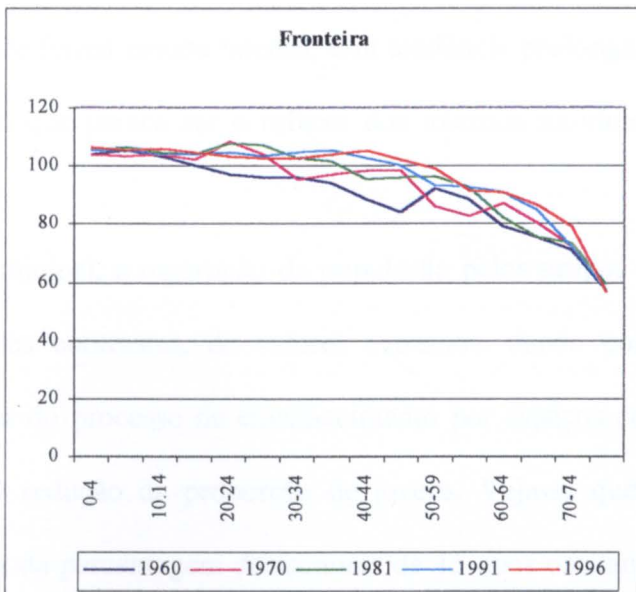
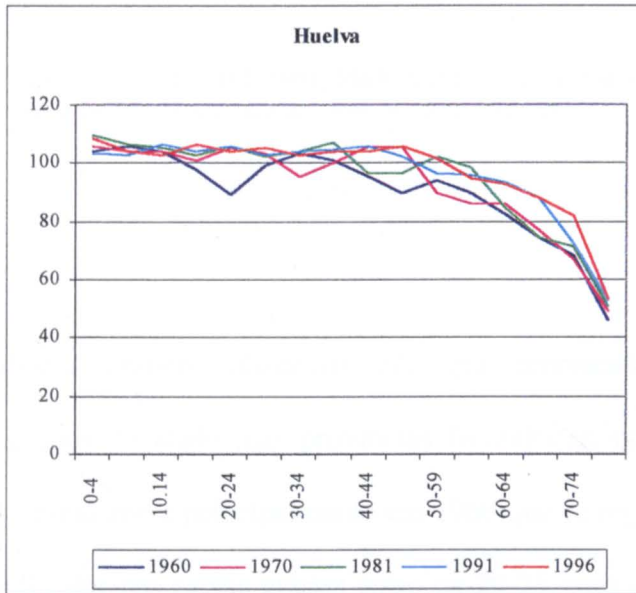
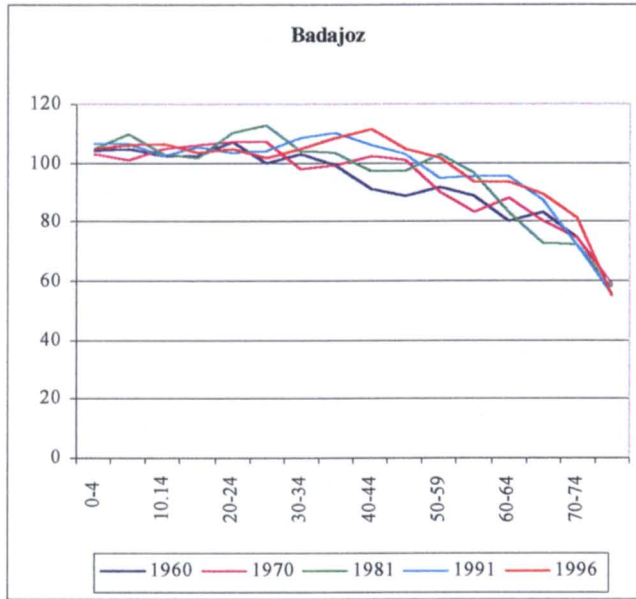
Fonte: *Censo de Población, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997.*

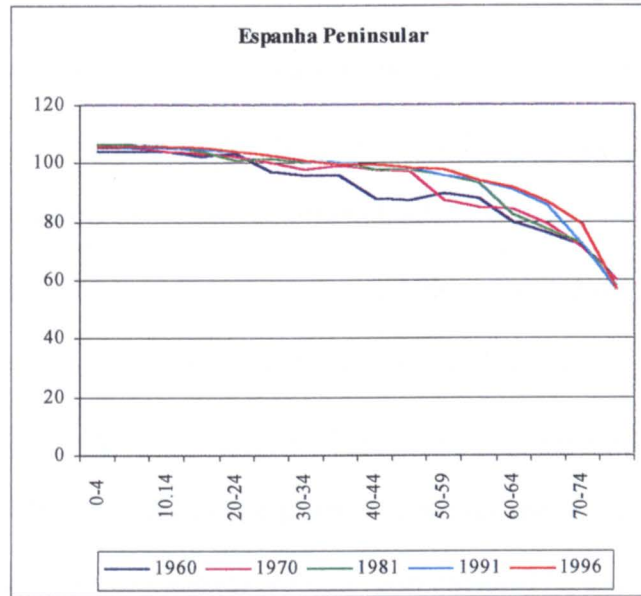
A redução das relações de masculinidade em todas as regiões fronteiriças, bem como no conjunto peninsular, mostra a marca deixada pelos movimentos migratórios, até porque estas são regiões de partida. Apesar do valor mais baixo corresponder, em 1960, a Pontevedra, indicador de uma forte participação masculina nestes movimentos de saída, é em Ourense que se nota a maior variação entre 1960 e 1970. Aliás, é no recenseamento de 1960 que todas as províncias registam, entre esta data e 1996, os valores mais baixos das relações de masculinidade.

Gráfico 11 - Relações de masculinidade nas províncias espanholas de fronteira, por grupos de idade









Fonte: *Censo de Población, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE Población de los municipios españoles. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997.*

A análise destes gráficos (*Gráficos 11*), que representam as relações de masculinidade por grupos de idade, nas províncias fronteiriças, no seu conjunto e na Espanha peninsular, revela que é principalmente em 1960 que se regista uma diminuição dos valores deste indicador nas faixas etárias entre os 20-25 anos e os 40-45 anos. No entanto, ainda que de forma menos intensa, esta tendência prolonga-se em Pontevedra e Zamora até 1970, o que parece ser o reflexo dos intensos movimentos migratórios de meados do século.

À escala municipal, a repartição da população pelos grupos etários (*Anexo 11*), é sinónimo de grandes contrastes, de valores extremos, dando conta, de forma mais definida, do avançar do processo de envelhecimento por espaços cada vez mais vastos, sobretudo devido à redução da proporção de jovens. Veja-se que nos municípios da fronteira, os valores da percentagem de menores de 15 anos oscilam, em 1991, entre os

zero pontos percentuais (Salamanca) e os 12% (Pontevedra) quanto aos valores mínimos, e os 19% (Ourense) e os 29.8% (Salamanca), no que diz respeito aos máximos. Já em 1996, entre os zero (Salamanca e Zamora) e os 8.5% (Pontevedra), e os 17.4% (Ourense) e os 32% (Cáceres). Claro que estamos a trabalhar, como já esclarecemos, com unidades territoriais com realidades muito díspares, quer no que concerne ao volume da população, quer quanto ao tipo de povoamento e de actividades económicas. Por outro lado, só podemos caracterizar o tipo de estrutura etária destes municípios em 1991 e 1996, uma vez que anteriormente a população por grupos de idades não era desagregada, a não ser por municípios com um determinada volume populacional⁴⁶. Esta foi a razão que nos levou a optar apenas por uma análise provincial em 1981, enquanto para 1991 e 1996 o fizéssemos, também, já à escala municipal. No entanto, como a elevada quantidade de informação que esta desagregação pressupõe só adquire significado quando cartografada, construímos mapas⁴⁷ de modo a percebermos melhor a distribuição geográfica das idades.

Em 1991 é visível a diminuição do peso dos jovens em toda a fronteira (*Mapa3*), sendo perceptível uma dicotomia norte/sul, Pontevedra à parte. Caso de Ourense, onde não existe nenhum município que tenha mais de 20% de jovens, a província de Zamora, onde apenas Benavente, que integra o centro urbano com o mesmo nome, Brime de Sog, na periferia norte da província, e Villarlbo, contíguo ao município de Zamora (que alberga a capital provincial e onde os jovens representam 19.6 % da população)

⁴⁶ Sobre esta questão ver, no capítulo II, o ponto onde se descrevem as fontes espanholas.

⁴⁷ Todos os mapas que utilizamos nesta dissertação foram elaborados com um *software* específico, o *ArcView GIS 3.2.*, os contornos digitalizados para o lado espanhol foram-nos fornecidos pelo INE espanhol (INE, *Contornos Municipales. Nomenclator del Padrón Municipal de Habitantes*, Madrid, Servicio de Cartografía Digital, 1991) e os que correspondem aos concelhos/NUTS portugueses foram obtidos no *site* da Direcção Geral do Ambiente (*Carta Administrativa de Portugal. Divisão administrativa por freguesias, concelhos e distritos*, 1993, <http://www.dga.min-amb.pt/atlas/index.html>). No entanto, como os contornos das unidades espanholas correspondem a 1991, e ao longo do século tem havido alterações no número e limites de alguns municípios, embora as alterações maiores se tenham dado sobretudo entre 1900 e 1981, apenas pudemos cartografar os municípios existentes neste ano de 1991. Assim, nem todos os municípios

ultrapassam aquele limite. Mesmo em Salamanca, apesar de aí se localizar o município com a percentagem mais elevada desta faixa etária (Terradillos, a sul de Salamanca), é sobretudo num raio alargado à volta da cidade que se concentra a população mais jovem, beneficiando precisamente do dinamismo económico da capital provincial. Repare-se em Santa Marta de Tormes, que se pode considerar ainda pertencente à área urbana de Salamanca, onde 28% da sua população tem menos de 15 anos.

O grupo das províncias meridionais, onde devemos incluir Cáceres e Pontevedra, é o que tem maior número de municípios onde a proporção dos jovens ultrapassa os vinte pontos percentuais, consequência de uma fecundidade mais elevada, que conseguiu suavizar os efeitos dos movimentos migratórios. No caso de Pontevedra, devemos salientar um grupo de municípios que formam uma cintura metropolitana à volta de Vigo e de Pontevedra, no sudoeste da Galiza (Mos, O Porriño, Redondela, Cangas, Baiona, Gondomar, Bueu, Marín, Moaña, Nigran, Poio, Redondela, para citar alguns exemplos), e os que desenham, para norte, a costa desta região galega.

Em 1996⁴⁸, acentua-se a diferença entre as províncias setentrionais e as do sul, apesar da redução generalizada do peso da população jovem, mais acentuada naqueles municípios onde esta faixa etária já tinha pouca importância relativa. São as províncias de Badajoz e Huelva que mantêm uma mancha mais extensa de municípios onde esta faixa etária tem um peso relativo mais elevado.

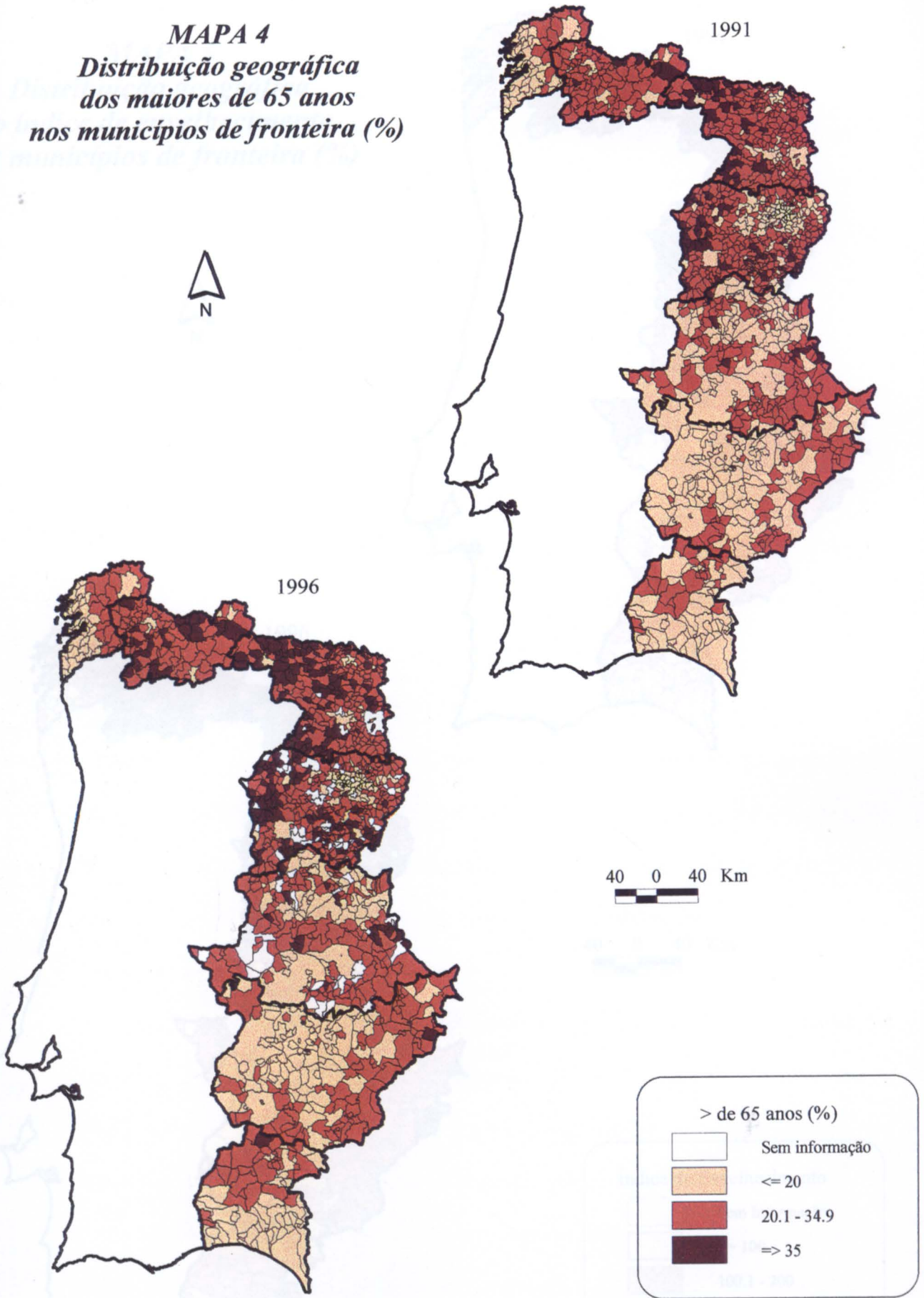
estão representados nos vários mapas, mas a sua identificação e dados podem ser consultados nos quadros correspondentes que constam em anexo.

⁴⁸ Para as províncias de Cáceres, Salamanca e Zamora não pudemos analisar todos os municípios, pois «en algunas provincias (...) por distintos motivos, el INE no ha dispuesto de la totalidad de los ficheros municipales en el momento de iniciar la explotación estadística del Padrón, por lo que en las tablas que se presentan a nivel municipal no aparece información para dichos municipios» (*Renovación del Padrón de Municipal de Habitantes a 1 de mayo de 1996. Explotación Estadística*, Madrid, INE, 1998, edição electrónica). Assim, não possuímos dados desagregados por idade em 22 municípios de Cáceres, 40 de Salamanca e 4 de Zamora.

MAPA 3
Distribuição geográfica
dos menores de 15 anos
nos municípios de fronteira (%)

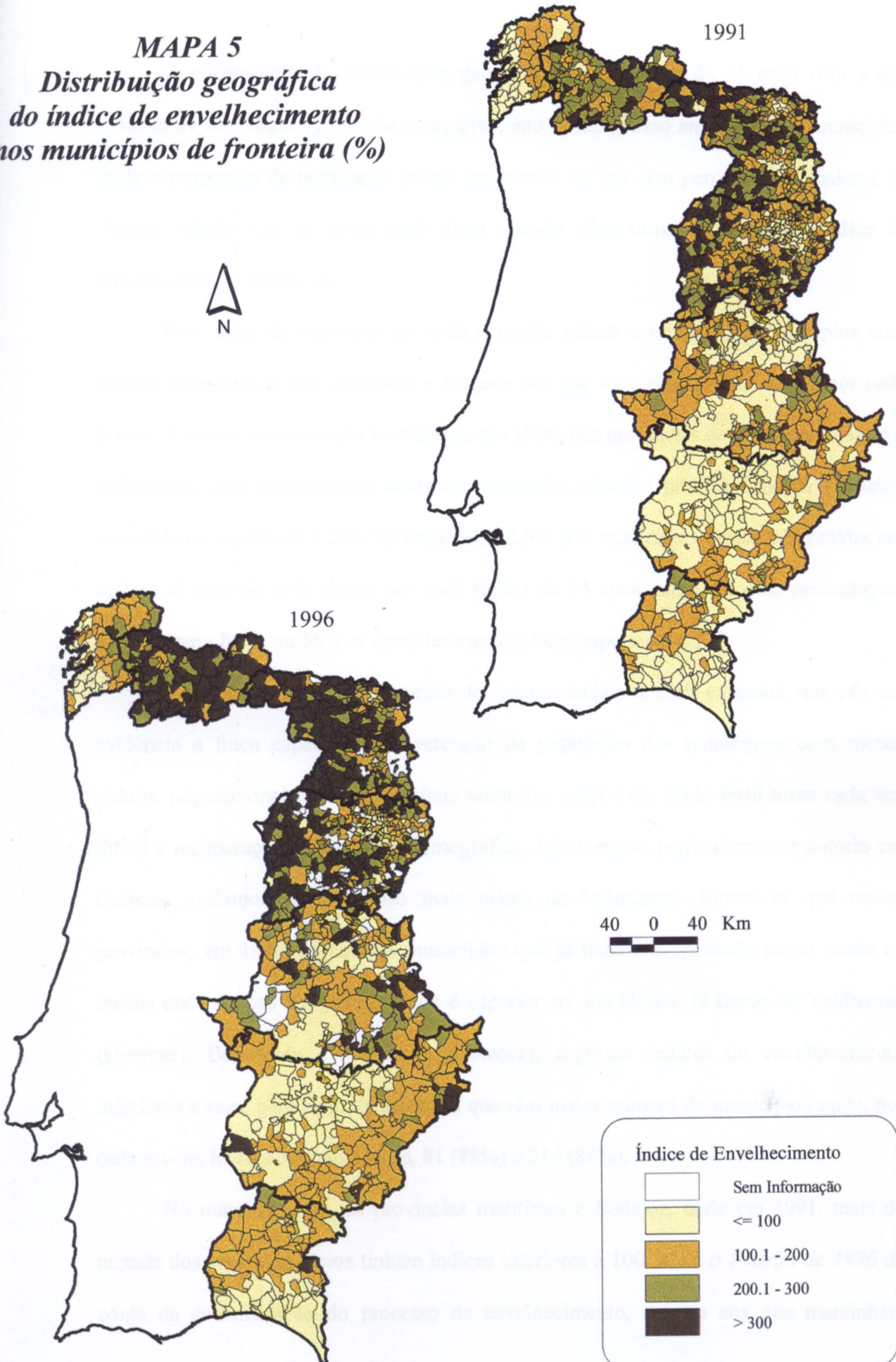


MAPA 4
*Distribuição geográfica
dos maiores de 65 anos
nos municípios de fronteira (%)*



MAPA 5

Distribuição geográfica do índice de envelhecimento nos municípios de fronteira (%)



A comparação da distribuição geográfica dos menores de 15 anos com a dos maiores de 65 (*Mapa 4*), revela o negativo, isto é, são *grosso modo* aqueles municípios onde a proporção de população jovem era menor, os que têm percentagens maiores de idosos, relação que se torna mais clara quando observamos o mapa do índice de envelhecimento (*Mapa 5*).

Para além de aumentar em toda a região raiana o número de municípios com índices superiores a 100, alarga-se o número dos que têm três ou mais idosos por cada jovem. A maior concentração localiza-se, em 1996, nas províncias de Ourense, Zamora e Salamanca, com praticamente todos os municípios situados junto à linha de fronteira, com índices superiores a 200. Se em 1991, 52.5% dos municípios destas três províncias, tinham já mais de dois idosos por cada menor de 15 anos, em 1996 essa percentagem eleva-se para 80%, ou 56% se considerarmos índices superiores a 300.

É o avançar do envelhecimento de espaços cada vez mais extensos, que põe em evidência a fraca capacidade de retenção da população dos municípios com menor volume populacional e onde a contínua saída dos grupos em idade fértil torna cada vez difícil a recuperação da dinâmica demográfica. Isto torna-se particularmente notório em Ourense e Zamora e na região mais raiana de Salamanca. Repare-se que nestas províncias, em 1996, só aqueles municípios que já tínhamos apontado como sendo os únicos onde o peso dos jovens ainda é superior ao dos idosos, O Barco de Valdeorras (Ourense), Benavente e Villaralbo (Zamora), registam índices de envelhecimento inferiores a cem, para além de serem as que têm maior número de municípios onde, por cada jovem, há três ou mais idosos, 81 (88%) e 214 (88%).

No outro extremo, as províncias marítimas e Badajoz, onde em 1991, mais de metade dos seus municípios tinham índices inferiores a 100. Mas, o *Padrón de 1996* dá conta da generalização do processo de envelhecimento, mesmo aos que mantinham

níveis mais moderados. Agora, em todas as províncias, mais de metade das unidades municipais têm um número igual, ou superior, de jovens e idosos, embora continuem a ser as províncias meridionais as que se mantêm relativamente mais jovens e, em particular, os municípios costeiros.

São, portanto, as regiões que primeiro sentiram o declínio da natalidade e se viram privadas de milhares dos seus jovens adultos que saíram à procura de melhores condições de vida noutras comunidades autónomas, ou nos centros urbanos mais próximos, as que mais cedo e intensamente envelheceram na base e no topo. Se hierarquizarmos estas regiões, tomando como indicador do nível de envelhecimento o respectivo índice, o primeiro e segundos lugares são disputados, em 1991 e 1996, por Ourense e por Zamora. Seguem-se-lhes Salamanca e Cáceres, que ocupam sempre o terceiro e o quarto lugares, e Huelva que ocupa sempre a posição de região mais jovem. Badajoz e Pontevedra alternam o quinto e sexto lugares nestes dois anos.

Este quadro explica, por outro lado, a evolução do peso relativo da população de cada província no contexto da Espanha peninsular e os fracos níveis de atracção que têm a maioria destes municípios raianos. Exceptuam-se, à semelhança da tendência nacional, os marítimos e os que beneficiam da proximidade de centros urbanos economicamente dinâmicos e/ou com funções administrativas.

Estas assimetrias litoral/interior e a polarização desenvolvida por centros urbanos, capazes de atrair e/ou reter população, têm um primeiro nível de visibilidade quando relacionamos o peso percentual das superfícies das províncias com o da sua população, no âmbito do território nacional peninsular (*Quadro 33*).

Quadro 33 - Coeficiente de localização das províncias

| PROVINCIA | 1981 | 1991 | 1996 |
|-------------|------|------|------|
| Alava | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Albacete | -2,1 | -2,1 | -2,1 |
| Alicante | 2,1 | 2,4 | 2,5 |
| Almeria | -0,6 | -0,5 | -0,4 |
| Asturias | 1,0 | 0,8 | 0,8 |
| Avila | -1,1 | -1,2 | -1,2 |
| Badajoz | -2,6 | -2,7 | -2,6 |
| Barcelona | 11,4 | 11,1 | 10,9 |
| Burgos | -1,9 | -1,9 | -2,0 |
| Cáceres | -2,9 | -2,9 | -2,9 |
| Cádiz | 1,3 | 1,5 | 1,5 |
| Cantabria | 0,4 | 0,4 | 0,3 |
| Castellón | -0,1 | -0,1 | -0,1 |
| Ciudad Real | -2,7 | -2,7 | -2,7 |
| Córdoba | -0,8 | -0,7 | -0,7 |
| La Coruña | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| Cuenca | -2,9 | -2,9 | -2,9 |
| Gerona | 0,1 | 0,2 | 0,2 |
| Granada | -0,4 | -0,4 | -0,4 |
| Guadalajara | -2,1 | -2,1 | -2,1 |
| Guipúzcoa | 1,6 | 1,4 | 1,4 |
| Huelva | -0,9 | -0,8 | -0,8 |
| Huesca | -2,5 | -2,6 | -2,6 |
| Jaén | -1,0 | -1,0 | -1,0 |
| León | -1,7 | -1,7 | -1,8 |
| Lleida | -1,0 | -1,0 | -1,0 |
| Lugo | -1,3 | -1,4 | -1,5 |
| Madrid | 11,7 | 12,0 | 11,9 |
| Málaga | 1,4 | 1,8 | 1,9 |
| Murcia | 0,4 | 0,6 | 0,7 |
| Navarra | -0,7 | -0,7 | -0,7 |
| Ourense | -0,3 | -0,5 | -0,5 |
| Palencia | -1,1 | -1,1 | -1,1 |
| Pontevedra | 1,5 | 1,5 | 1,6 |
| Rioja (La) | -0,3 | -0,3 | -0,3 |
| Salamanca | -1,5 | -1,5 | -1,6 |
| Segovia | -1,0 | -1,0 | -1,0 |
| Sevilla | 1,3 | 1,6 | 1,7 |
| Soria | -1,8 | -1,8 | -1,8 |
| Tarragona | 0,2 | 0,2 | 0,3 |
| Teruel | -2,6 | -2,6 | -2,6 |

| PROVINCIA | 1981 | 1991 | 1996 |
|------------|------|------|------|
| Toledo | -1,8 | -1,8 | -1,7 |
| Valencia | 3,6 | 3,6 | 3,7 |
| Valladolid | -0,3 | -0,3 | -0,3 |
| Vizcaya | 2,9 | 2,7 | 2,6 |
| Zamora | -1,5 | -1,6 | -1,6 |
| Zaragoza | -1,1 | -1,2 | -1,2 |

Fonte: *Censo de Población*, 1981, 1991, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

Continua presente, nas suas linhas gerais, a tendência dos anos sessenta para a concentração da população na periferia geográfica do país. Repare-se na capacidade de atracção de algumas províncias do norte (caso de Alava, Guipúzcoa e Vizcaya, embora menos do que há duas décadas atrás), mais as da costa mediterrânea, Barcelona, Valencia e Alicante, e a única região do interior, Madrid. Pelo contrário, uma vasta região do interior, que tinha sido o ponto de partida de milhares de migrantes, continua sem capacidade para reter os seus naturais. Exemplos desta incapacidade são Albacete, Ávila, Ciudad Real, Cuenca, Guadalajara, Lugo, Palencia, Segovia, Soria, Teruel, Toledo e todas as províncias raianas, com a única excepção de Pontevedra. Huelva merece, no entanto, um destaque à parte, visto que, apesar dos valores negativos, denota um ligeiro aumento da capacidade de atracção. São, assim, as províncias do interior que continuam a demonstrar desequilíbrios estruturais internos e que não desenvolveram mecanismos para os ultrapassar. Factores que, aliados às alterações que se foram dando na dinâmica natural, vão cristalizando as assimetrias regionais do povoamento.

Na verdade, se observarmos a evolução da população das províncias raianas verificamos que, se por um lado, todas elas perderam peso no contexto da Espanha peninsular, foram Huelva e, ainda mais Pontevedra, as que menos variações conheceram, nomeadamente através do coeficiente de localização, calculado em relação ao total da área populacional formado pelo conjunto que agrupa todas as províncias interiores.

Quadro 34 - Peso relativo da população das províncias fronteiriças

| | Pontevedra | Ourense | Zamora | Salamanca | Cáceres | Badajoz | Huelva |
|------|------------|---------|--------|-----------|---------|---------|--------|
| 1900 | 2,6 | 2,3 | 1,5 | 1,8 | 2,0 | 2,9 | 1,5 |
| 1911 | 2,6 | 2,1 | 1,4 | 1,7 | 2,1 | 3,1 | 1,6 |
| 1920 | 2,6 | 2,0 | 1,3 | 1,6 | 2,0 | 3,1 | 1,6 |
| 1930 | 2,5 | 1,9 | 1,2 | 1,5 | 2,0 | 3,1 | 1,6 |
| 1940 | 2,6 | 1,8 | 1,2 | 1,6 | 2,1 | 3,0 | 1,5 |
| 1950 | 2,5 | 1,7 | 1,2 | 1,5 | 2,1 | 3,0 | 1,4 |
| 1960 | 2,3 | 1,6 | 1,0 | 1,4 | 1,9 | 2,9 | 1,4 |
| 1970 | 2,3 | 1,3 | 0,8 | 1,2 | 1,4 | 2,1 | 1,2 |
| 1981 | 2,4 | 1,2 | 0,6 | 1,0 | 1,2 | 1,8 | 1,2 |
| 1991 | 2,4 | 1,0 | 0,6 | 1,0 | 1,1 | 1,8 | 1,2 |
| 1996 | 2,5 | 0,9 | 0,6 | 0,9 | 1,1 | 1,8 | 1,2 |

Fonte: *Censo de Población*, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997.

As mais penalizadas foram Zamora e Ourense que viram reduzir em mais de 50 % o peso da sua população. Lembremos que estas províncias, em termos absolutos, foram as únicas que contaram menos habitantes em 1996 do que em 1900, ao contrário das costeiras que registaram máximos populacionais em 1996. Veja-se que Pontevedra recupera ligeiramente relativamente a 1991 e Huelva mantém uma proporção inalterada desde 1970.

Existem, no entanto, alguns pólos de atracção, com diferentes dimensões e consistências, que ressaltam de amplos espaços onde a população escasseia, o que vai criando formas diferentes de reorganizar a distribuição espacial da população. Por isso podemos encontrar grandes assimetrias no contexto da área regional fronteiriça, nomeadamente através do coeficiente de localização, calculado em relação ao total da área/população formado pelo conjunto que agrupa todas as províncias fronteiriças.

Confirma-se a capacidade de atracção e/ou retenção da população de Pontevedra, Huelva mostra-se com valores positivos⁴⁹, o que de algum modo vai de encontro à ideia de que as regiões costeiras têm maior capacidade de atracção. Nas outras províncias, os valores mantêm-se relativamente dentro dos mesmos parâmetros.

No que diz respeito à organização espacial da população dentro de cada região podemos considerar, em primeiro lugar, como parâmetro de análise, a proximidade/afastamento geográfico da linha de fronteira. No espaço espanhol, o mais comum é o carácter repulsivo destes municípios. Tal como já se verificava do lado português, são principalmente aqueles que têm postos fronteiriços que revelam algum dinamismo e, sobretudo, como no caso de Badajoz, se estiver associado a uma função administrativa. Exemplos desta circunstância são, como já tínhamos apontado, Tui, Verín e Ayamonte. Os outros municípios raianos que revelam alguma capacidade de retenção e/ou atracção de população são A Guarda (em 1991 e em 1996, Pontevedra), Padrenda (Ourense), Fermoselle, Puebla de Sanabria e Alcañices (este último só em 1991 e 1996, Ourense), Aldeadavila da Ribera, Villarino (este só em 1981, Salamanca) e Oliva de la Frontera (Badajoz).

Mas a distribuição da população dentro de cada província⁵⁰ deve também ser entendida em relação com o volume populacional de cada unidade municipal, isto é, com o progressivo esvaziamento dos municípios com menos de mil habitantes e com a transferência dos seus residentes para outros com maiores dimensões. Nota-se, portanto, uma progressiva concentração da população à volta de núcleos que têm mais de cinco mil e, principalmente, mais de dez mil habitantes. Tendência que aparece mais vincada nas províncias onde o peso dos pequenos municípios é maior, caso de Zamora, Salamanca e Cáceres, se considerarmos os municípios com menos de dois mil habitantes (*Quadro 35*).

⁴⁹ Ver no Anexo II os coeficientes de localização de cada município dentro de sua respectiva província.

⁵⁰ 0.7, em 1981, 1.6, em 1991 e 1.9, em 1996. Ver o apêndice com uma população superior a 1 mil habitantes, incluindo Alcañices, as exceções são Tui e Verín e o município de Oliva de la Frontera.

O que se pode observar, em todas as províncias e nos três períodos considerados, é que, na generalidade, são os municípios que albergam aglomerados com mais de cinco mil habitantes, e ainda mais se esses núcleos tiverem populações superiores a dez mil, que têm maior capacidade de atracção. É assim que em Badajoz e em Cáceres⁵¹ são principalmente os que têm mais de dez mil habitantes que conseguem atrair ou reter população, em Salamanca e Zamora há que juntar alguns que rodeiam as capitais provinciais num claro processo de peri-urbanização. O caso mais notório deste processo é o município de Santa Marta de Tormes (Salamanca) que passa de 2527 residentes, em 1981, para 9392, em 1996. Nas províncias de Pontevedra e Huelva, para além dos aspectos que já apontámos para as outras províncias, devemos acrescentar a localização junto ao mar como factor potenciador de atracção e, em Pontevedra, a proximidade dos centros urbanos de Pontevedra e Vigo, ou seja, aqueles municípios que anteriormente apontámos como fazendo parte da cintura metropolitana daquelas duas cidades. Outro aspecto comum a todas as províncias é o facto de os municípios das capitais provinciais serem polarizadores da população da região, o que acaba também por beneficiar alguns que lhes estão contíguos. O mesmo acontece, embora de forma mais tímida, à volta de alguns centros urbanos com mais de dez mil habitantes, e que têm normalmente associadas funções administrativas (cabeças de comarca) ou económicas.

Estamos, portanto, perante uma redistribuição da população dentro dos territórios provinciais, que favorece os aglomerados de maior dimensão e por extensão alguns dos que lhes são vizinhos. Todavia, não podemos deixar de considerar os tipos de povoamento característicos de cada zona e que influenciam a forma e a intensidade dessa concentração. Vejamos qual a distribuição da população por classes e dimensão dos

⁵⁰ Ver no *Anexo 12* os coeficientes de localização de cada município dentro da sua respectiva província.

⁵¹ Nesta província todos os municípios que têm aglomerados com uma população superior a 5 mil habitantes revelam atracção, as excepções são Trujillo e o município raiano de Valencia de Alcantara.

municípios para podermos ter uma visão mais precisa da distribuição da população. No entanto, a utilização do município, em vez do lugar, pode significar uma simplificação da realidade, sobretudo quando queremos analisar o fenómeno da concentração urbana, uma vez que um município pode englobar várias *entidades de población* com diferentes dimensões. Todavia, esta é uma característica sobretudo das províncias galegas. Nas outras, a utilização da população municipal como se correspondesse a um único núcleo, não se afasta muito da realidade⁵². Por outro lado, pensamos que a utilização da dimensão do município serve o nosso objectivo de observar como se foi organizando a distribuição da população, até porque depois calculamos a taxa de urbanização relativamente à população residente nos aglomerados e não nos municípios.

Estes quadros (*Quadro 35*) mostram que na província de Zamora, entre 1981 e 1996, e ainda que vá diminuindo, mais de 50 % da sua população vive em municípios com menos de dois mil habitantes. Também na de Salamanca e na de Cáceres a população que reside em municípios com esta dimensão representa um pouco mais de 30%, embora a tendência seja igualmente para a perda de peso relativo. Veja-se, todavia, que nestas três províncias, em 1991, há um ligeiro aumento dos municípios entre os 100 e os 500 habitantes, valores que se mantêm estáveis em 1996.

⁵² Cf Julio Vinuesa Angulo, "Crecimiento de la población y desequilibrios en la distribución espacial", *Dinámica de la población...*, p. 284; Salustiano del Campo, M. Navarro López, *Nuevo análisis de la*

Quadro 35 - Peso relativo da população segundo a dimensão dos municípios

| 1981 | -100 | 101-500 | 501-1000 | 1001-2000 | 2001-5000 | 5001-10000 | 10001-20000 | 20001-50000 | 50001-100000 | 100001-500000 | >500000 |
|-------------|------|---------|----------|-----------|-----------|------------|-------------|-------------|--------------|---------------|---------|
| Pontevedra | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 7,2 | 18,4 | 22,0 | 14,6 | 7,6 | 30,1 | 0,0 |
| Ourense | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 6,4 | 40,6 | 24,1 | 5,1 | 0,0 | 23,4 | 0,0 | 0,0 |
| Zamora | 0,1 | 18,4 | 24,9 | 18,1 | 2,0 | 4,4 | 5,6 | 0,0 | 26,6 | 0,0 | 0,0 |
| Salamanca | 0,4 | 17,6 | 13,8 | 7,4 | 5,1 | 1,7 | 8,6 | 0,0 | 0,0 | 45,4 | 0,0 |
| Cáceres | 0,0 | 4,1 | 11,9 | 17,7 | 21,1 | 14,5 | 5,6 | 7,8 | 17,3 | 0,0 | 0,0 |
| Badajoz | 0,0 | 0,8 | 3,7 | 10,3 | 21,6 | 19,8 | 7,7 | 18,1 | 0,0 | 18,0 | 0,0 |
| Huelva | 0,0 | 0,9 | 2,1 | 4,4 | 18,9 | 20,4 | 22,4 | 0,0 | 0,0 | 30,8 | 0,0 |
| Fronteira | 0,1 | 4,0 | 5,7 | 7,5 | 16,7 | 16,3 | 12,6 | 8,2 | 8,8 | 20,1 | 0,0 |
| Esp. Penin. | 0,1 | 2,1 | 2,6 | 4,2 | 9,0 | 9,3 | 10,4 | 11,2 | 9,2 | 21,0 | 21,0 |
| Outras | 0,1 | 1,9 | 2,3 | 3,9 | 8,2 | 8,6 | 10,2 | 11,5 | 9,3 | 21,1 | 23,1 |

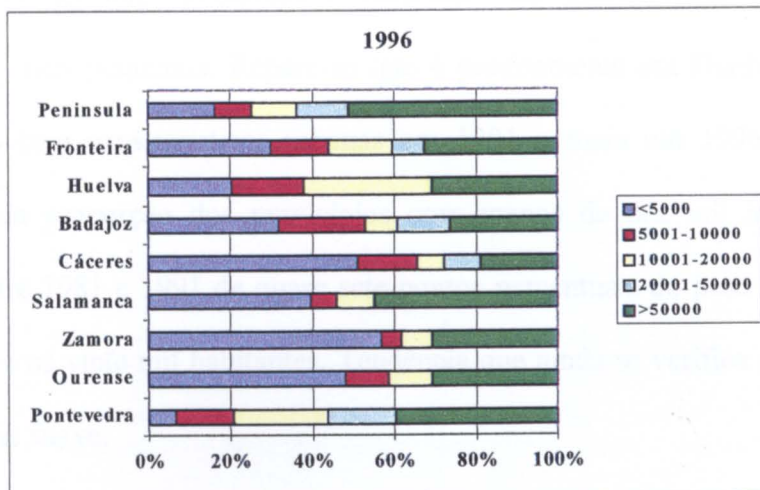
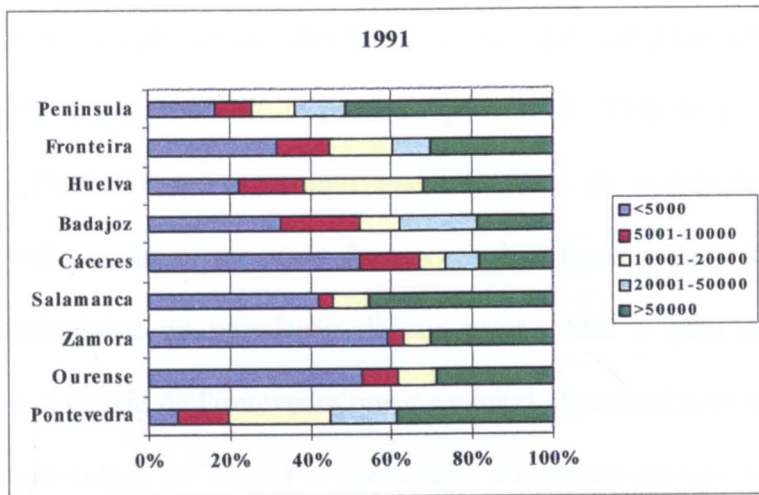
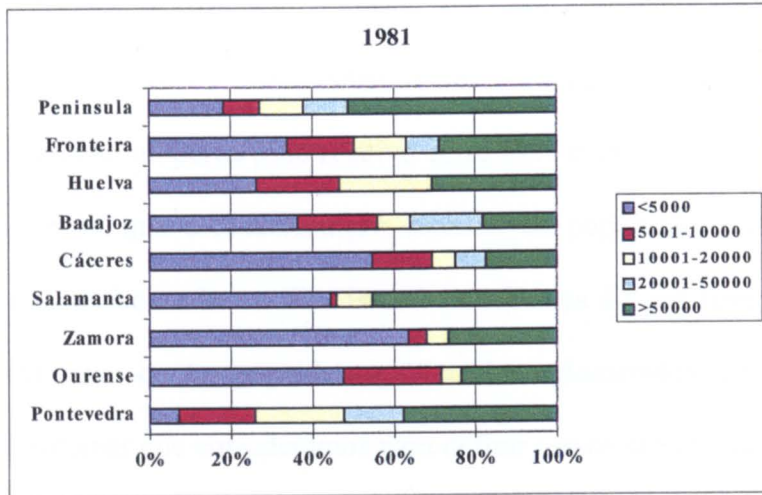
| 1991 | -100 | 101-500 | 501-1000 | 1001-2000 | 2001-5000 | 5001-10000 | 10001-20000 | 20001-50000 | 50001-100000 | 100001-500000 | >500000 |
|-------------|------|---------|----------|-----------|-----------|------------|-------------|-------------|--------------|---------------|---------|
| Pontevedra | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 7,0 | 12,8 | 24,7 | 16,7 | 8,0 | 30,8 | 0,0 |
| Ourense | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 15,1 | 36,5 | 8,9 | 9,3 | 0,0 | 0,0 | 29,1 | 0,0 |
| Zamora | 0,2 | 21,1 | 19,4 | 18,1 | 0,0 | 4,3 | 6,8 | 0,0 | 30,2 | 0,0 | 0,0 |
| Salamanca | 0,6 | 17,8 | 10,8 | 8,5 | 4,1 | 3,7 | 8,9 | 0,0 | 0,0 | 45,5 | 0,0 |
| Cáceres | 0,0 | 5,0 | 11,0 | 15,6 | 20,5 | 14,6 | 6,4 | 8,8 | 18,1 | 0,0 | 0,0 |
| Badajoz | 0,0 | 0,6 | 3,9 | 9,8 | 18,3 | 19,7 | 9,5 | 19,3 | 0,0 | 18,8 | 0,0 |
| Huelva | 0,0 | 0,9 | 1,8 | 3,1 | 16,3 | 16,0 | 29,7 | 0,0 | 0,0 | 32,1 | 0,0 |
| Fronteira | 0,1 | 4,1 | 4,9 | 7,9 | 14,5 | 12,9 | 15,6 | 9,4 | 6,3 | 24,2 | 0,0 |
| Esp. Penin. | 0,1 | 2,1 | 2,3 | 4,0 | 8,2 | 8,7 | 10,6 | 12,5 | 9,3 | 22,4 | 19,7 |
| Outras | 0,1 | 1,9 | 2,0 | 3,6 | 7,6 | 8,3 | 10,1 | 12,8 | 9,6 | 22,3 | 21,7 |

| 1996 | -100 | 101-500 | 501-1000 | 1001-2000 | 2001-5000 | 5001-10000 | 10001-20000 | 20001-50000 | 50001-100000 | 100001-500000 | >500000 |
|-------------|------|---------|----------|-----------|-----------|------------|-------------|-------------|--------------|---------------|---------|
| Pontevedra | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 6,4 | 14,5 | 22,9 | 16,7 | 8,1 | 31,3 | 0,0 |
| Ourense | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 15,4 | 31,0 | 10,6 | 10,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Zamora | 0,2 | 21,2 | 19,2 | 16,1 | 0,0 | 4,7 | 7,7 | 0,0 | 30,7 | 0,0 | 0,0 |
| Salamanca | 0,6 | 17,1 | 9,6 | 7,3 | 4,7 | 6,5 | 8,9 | 0,0 | 0,0 | 45,1 | 0,0 |
| Cáceres | 0,0 | 5,0 | 10,7 | 15,9 | 19,3 | 14,6 | 6,7 | 9,0 | 18,8 | 25,9 | 0,0 |
| Badajoz | 0,0 | 0,7 | 3,7 | 8,9 | 18,5 | 21,0 | 8,1 | 12,5 | 7,9 | 18,7 | 0,0 |
| Huelva | 0,0 | 1,0 | 1,4 | 3,6 | 14,4 | 17,5 | 31,2 | 0,0 | 0,0 | 30,9 | 0,0 |
| Fronteira | 0,1 | 4,0 | 4,6 | 7,6 | 13,4 | 14,3 | 15,4 | 8,1 | 8,0 | 24,4 | 0,0 |
| Esp. Penin. | 0,1 | 2,0 | 2,1 | 3,8 | 8,0 | 9,0 | 11,2 | 12,6 | 10,1 | 22,2 | 18,8 |
| Outras | 0,1 | 1,8 | 1,9 | 3,5 | 7,5 | 8,4 | 10,8 | 13,1 | 10,4 | 22,0 | 20,6 |

Fonte: Nomenclator. Censo de la Población de España, INE, 1981 e 1991 (volumes provinciais correspondentes a Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz, Huelva). Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997.

Nos *Gráficos 12* podemos apreciar melhor como se distribui a população nestas regiões segundo os diferentes tamanhos dos municípios. Em primeiro lugar, verifica-se que a maioria da população da região fronteiriça habita em municípios com menos de cinco mil habitantes, situação que se mantém até 1996, embora se note um progressiva perda de importância relativa desta classe. Não assim em Ourense, onde a percentagem de população que reside neste tipo de municípios aumenta entre 1981 e 1991, passando de 47.4 % para 52.7 %, para voltar a descer em 1996 (48.1 %). Só em Huelva, mas principalmente em Pontevedra, é que a proporção de indivíduos que reside nestes municípios é inferior à média do conjunto fronteiriço e, no caso da província galega, à média da Espanha peninsular. Aliás, em Pontevedra mais de metade da população vive em municípios com mais de vinte mil habitantes, sendo que é a única província onde a classe entre os vinte mil e os cinquenta mil habitantes mantém um peso relativo estável durante o período considerado. Parece, portanto, haver um maior equilíbrio na distribuição da população entre as diferentes dimensões de municípios, embora os menores de 5 mil vão perdendo peso relativo. Já em Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres e Huelva os municípios entre os vinte e os cinquenta mil têm pouco ou quase nenhum peso. Aqui a população reside ou nos municípios mais pequenos, ou então naqueles que têm mais de cinquenta mil e que correspondem às capitais provinciais. As

Gráfico 12 - Proporção da população segundo a dimensão dos municípios



Fonte: Ver Quadro 35.

exceções, relativamente a esta última classe, são Badajoz e Cáceres, onde apesar do aumento da percentagem de população que aí reside, o seu peso é inferior à média do conjunto das regiões de fronteira. Quanto a Huelva, devemos destacar o constante aumento do peso relativo da classe entre os dez e os vinte mil, enquanto a classe dos maiores de cinquenta mil perde peso relativo entre 1991 e 1996.

Parece, pois, que a redistribuição espacial da população está muito ligada ao crescimento dos núcleos urbanos. Por isso, à semelhança do que fizemos para Portugal, procurámos averiguar qual o peso demográfico dos aglomerados com mais de dez mil habitantes – o patamar que considerámos para definir um centro urbano⁵³ - em relação ao município, mas principalmente à província onde se inserem (*Quadro 36*).

São as capitais provinciais os centros urbanos que, em geral, concentram a maior percentagem de população das respectivas províncias. Veja-se o caso de Zamora, Salamanca e Huelva que concentram mais de 30% da população das respectivas províncias, confirmando o que atrás dissemos sobre a sua capacidade de atracção e, portanto, polarizadoras da população da sua região. Mas o caso mais expressivo é Salamanca, ao contrário de Pontevedra que é a capital provincial com menos peso, sendo ultrapassada pela cidade de Vigo. Por outro lado, o aumento do número de aglomerados com mais de dez mil habitantes é indiciador da transferência da população de aglomerados mais pequenos. Repare-se que é precisamente em Huelva, que tem mais dois centros com características urbanas em 1991 e mais um em 1996, onde a par da diminuição da proporção dos municípios com menos de dez mil habitantes, há um aumento, entre 1981 e 1991 de quase sete pontos percentuais do peso relativo da classe entre os dez e os vinte mil habitantes. Tendência que ainda se verifica em 1996, embora de forma mais suave.

⁵³ Ver pp. 89 e 200-201 desta dissertação.

Quadro 36 - Peso populacional que representam os centros de mais de 10 mil habitantes em relação aos respectivos municípios e província (%)

| | | Popul ação resi dente | | | M un i c í p i o | | | P r o v í n c i a | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------|--------|--------|------------------|-------|-------|-------------------|------|------|
| | | 1981 | 1991 | 1996 | 1981 | 1991 | 1996 | 1981 | 1991 | 1996 |
| Pontevedra | Marín | 13386 | 14385 | 15162 | 57,8 | 59,8 | 61,3 | 1,5 | 1,6 | 1,7 |
| | Pontevedra | 37343 | 48513 | 51139 | 58,2 | 67,9 | 68,8 | 4,2 | 5,4 | 5,6 |
| | Vigo | 173725 | 208959 | 204079 | 66,5 | 75,7 | 71,2 | 19,7 | 23,3 | 22,3 |
| | Villagarcia | 11363 | 13356 | 14453 | 37,6 | 41,5 | 43,3 | 1,3 | 1,5 | 1,6 |
| Ourense | Ourense | 87223 | 92639 | 99513 | 92,5 | 90,2 | 93,0 | 20,3 | 26,2 | 28,7 |
| Zamora | Benavente | 12791 | 14424 | 16055 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 5,6 | 6,8 | 7,7 |
| | Zamora | 58356 | 64344 | 63652 | 99,7 | 99,8 | 99,8 | 25,6 | 30,1 | 30,7 |
| Salamanca | Béjar | 16906 | 16739 | 16227 | 97,7 | 97,7 | 97,4 | 4,6 | 4,7 | 4,6 |
| | Cuidad Rodrigo | 14066 | 14252 | 14333 | 91,8 | 95,8 | 96,2 | 3,9 | 4,0 | 4,1 |
| | Salamanca | 153966 | 162888 | 159225 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 42,3 | 45,5 | 45,1 |
| Cáceres | Cáceres | 64154 | 73688 | 76863 | 97,6 | 98,8 | 98,8 | 15,2 | 17,9 | 18,6 |
| | Coria | - | 10035 | 10805 | - | 90,3 | 90,8 | - | 2,4 | 2,6 |
| | Navalmoral de la Mata | 13208 | 15089 | 15819 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,1 | 3,7 | 3,8 |
| | Plasencia | 30710 | 35607 | 36936 | 98,4 | 98,7 | 99,0 | 7,3 | 8,7 | 8,9 |
| Badajoz | Almendralejo | 23688 | 24197 | 26999 | 99,9 | 99,7 | 99,2 | 3,7 | 3,7 | 4,1 |
| | Badajoz | 97567 | 108328 | 108252 | 87,5 | 88,6 | 88,4 | 15,2 | 16,7 | 16,5 |
| | Don Benito | 23077 | 24428 | 26402 | 83,0 | 84,6 | 85,1 | 3,6 | 3,8 | 4,0 |
| | Mérida | 40005 | 48309 | 51231 | 97,5 | 98,0 | 98,8 | 6,2 | 7,4 | 7,8 |
| | Montijo | 12621 | 14237 | 14672 | 94,8 | 94,8 | 94,8 | 2,0 | 2,2 | 2,2 |
| | Villafranca de los Barros | 12340 | 14237 | 12391 | 99,1 | 100,0 | 100,0 | 1,9 | 2,2 | 1,9 |
| | Villanueva de la Serena | 17651 | 12443 | 20204 | 80,4 | 54,4 | 84,8 | 2,7 | 1,9 | 3,1 |
| | Zafra | 12802 | 14114 | 14753 | 98,0 | 98,9 | 99,1 | 2,0 | 2,2 | 2,2 |
| | Huelva | Almonte | 11338 | 13620 | 13990 | 87,4 | 84,3 | 86,0 | 2,7 | 3,1 |
| Ayamonte | | 13541 | 13006 | 15050 | 84,1 | 86,2 | 85,7 | 3,2 | 2,9 | 3,3 |
| Bollullos Par del Condado | | 11924 | 12575 | 12741 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,8 | 2,8 | 2,8 |
| Cartaya | | - | - | 10691 | - | - | 93,5 | - | - | 2,4 |
| Huelva | | 127882 | 142547 | 140675 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 30,6 | 32,1 | 30,9 |
| Isla Cristina | | 13596 | 13847 | 14038 | 83,2 | 83,8 | 81,1 | 3,2 | 3,1 | 3,1 |
| Lepe | | 13495 | 16058 | 17553 | 96,0 | 96,9 | 95,8 | 3,2 | 3,6 | 3,9 |
| Moguer | | - | 11006 | 11631 | - | 92,4 | 87,0 | - | 2,5 | 2,6 |
| Punta Umbria | | - | 10000 | 10696 | - | 99,7 | 97,3 | - | 2,3 | 2,4 |
| Valverde del Camino | | 11526 | 12341 | 12609 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,8 | 2,8 | 2,8 |

Fonte: Censo de Población, 1981, 1991, Madrid, INE. *Nomenclator. Censo de la Población de España*, INE, 1981 e 1991 (volumes provinciais correspondentes a Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz, Huelva). *Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas y demás Entidades de Población con especificación de sus Núcleos. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes a 1 de Mayo de 1996*, Madrid, INE.

Também a circunstância de praticamente todos os aglomerados verem o seu peso relativo aumentar entre 1981 e 1996, vem confirmar a concentração da população em centros urbanos com expressividade demográfica que justifique a manutenção de equipamentos sociais indispensáveis. Ainda mais, como no caso de Ourense, onde não existe mais nenhum centro com características urbanas. Note-se, no entanto, que entre 1991 e 1996, são principalmente as cidades de pequena/média dimensão que vêem o seu peso crescer no contexto provincial, já que as capitais provinciais, exceptuando Cáceres e, sobretudo, Ourense, e Vigo, conhecem uma estabilização, ou até um ligeiro retrocesso.

Quadro 36 - Taxa de urbanização segundo quatro limiares

| 1981 | >5000 | >10 000 | >20 000 | >50 000 |
|-------------------|-------|---------|---------|---------|
| Pontevedra | 30,1 | 26,7 | 23,9 | 19,7 |
| Ourense | 24,5 | 20,3 | 20,3 | 20,3 |
| Zamora | 35,1 | 31,2 | 25,6 | 25,6 |
| Salamanca | 52,5 | 50,8 | 42,3 | 42,3 |
| Cáceres | 38,0 | 25,6 | 22,5 | 15,2 |
| Badajoz | 55,9 | 37,3 | 28,6 | 15,2 |
| Huelva | 65,4 | 48,6 | 30,5 | 30,5 |
| Fronteira | 42,4 | 33,4 | 27,1 | 22,5 |
| Península | 82,0 | 72,7 | 62,3 | 51,1 |

| 1991 | >5000 | >10 000 | >20 000 | >50 000 |
|-------------------|-------|---------|---------|---------|
| Pontevedra | 36,7 | 31,8 | 28,7 | 23,3 |
| Ourense | 32,6 | 26,2 | 26,2 | 26,2 |
| Zamora | 40,9 | 36,9 | 30,1 | 30,1 |
| Salamanca | 57,6 | 54,2 | 45,5 | 45,5 |
| Cáceres | 44,4 | 32,7 | 26,6 | 17,9 |
| Badajoz | 59,1 | 40,8 | 31,6 | 16,7 |
| Huelva | 68,8 | 55,2 | 32,1 | 32,1 |
| Fronteira | 48,4 | 38,9 | 31,1 | 25,6 |
| Península | 83,4 | 74,6 | 64,0 | 51,5 |

| 1996 | >5000 | >10 000 | >20 000 | >50 000 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Pontevedra | 36,1 | 31,1 | 27,9 | 27,9 |
| Ourense | 37,8 | 28,7 | 28,7 | 28,7 |
| Zamora | 42,8 | 38,4 | 30,7 | 30,7 |
| Salamanca | 57,8 | 53,8 | 45,1 | 45,1 |
| Cáceres | 47,6 | 34,0 | 27,5 | 18,6 |
| Badajoz | 62,2 | 41,9 | 35,5 | 24,3 |
| Huelva | 69,9 | 59,4 | 30,9 | 30,9 |
| <i>Fronteira</i> | <i>50,1</i> | <i>40,0</i> | <i>31,8</i> | <i>28,5</i> |
| <i>Península</i> | <i>83,9</i> | <i>74,9</i> | <i>63,7</i> | <i>51,1</i> |

Fonte: *Censo de Población, 1981, 1991, Madrid, INE. Nomenclator. Censo de la Población de España, INE, 1981 e 1991 (volumes provinciais correspondentes a Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz, Huelva). Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas y demás Entidades de Población con especificación de sus Núcleos. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes a 1 de Mayo de 1996, Madrid, INE.*

Por aqui se podem constatar os desequilíbrios que marcam a rede urbana das províncias que fazem fronteira com Portugal, circunstância que tem sido apontada por vários autores⁵⁴ e que pode ser verificada nos valores da taxa de urbanização (ver *Quadro 37*). Seja qual for o limiar⁵⁵ considerado, todas as regiões, no seu conjunto ou considerando cada província, se encontram abaixo dos valores médios nacionais.

Ora o conhecimento das variações registadas nos diferentes tipos de municípios é um factor importante na análise da evolução da dinâmica de crescimento das diferentes províncias fronteiriças. A este propósito refere J. Vinuesa Angulo «el propio tamaño

⁵⁴ Ver, por exemplo, Lorenzo López Trigal, "Las redes urbanas de la raya hispano-portuguesa" in Lorenzo López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa...*, p. 203; *Idem*, "Systèmes urbains et espaces frontaliers. Une perspective d' étude des frontières das la Penynsule Ibérique", *The European Geographer*, Associação de Jovens Geógrafos de Lisboa, n° 1, Jan-Jun, 1990, pp 19-23; *Idem*, "La población y el poblamiento de Castilla y León" in *La economía de Castilla y León ante el siglo XXI*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1998, pp, 13-17; J. Vinuesa Angulo, "El crecimiento de la población y los desequilibrios en la distribución espacial"..., pp. 295-308; Elisabeth D. España, Paula Cristina Remoaldo, Julia S. Carrasco, Xosé S. González, "Sistemas de ciudades y reordenación territorial en la frontera Miñota"..., pp. 455-463.

⁵⁵ Em 1996, Ourense tinha 43 municípios com esta característica (que variou de 42), Zamora, 24 (em 248), Salamanca, 349 (em 363) e Cáceres, 178 (em 215).

municipal es un importante factor endógeno de crecimiento municipal, por lo que la dinámica de la población de las provincias (...) puede estar también claramente influenciada por los tipos de municipios que contengan.»⁵⁶. Ainda mais porque, como vimos, um grande número destes municípios raianos têm populações envelhecidas como resultado do forte êxodo que decorreu entre 1950 e 1970 e que, nalguns casos, embora menos intenso, continua, e da queda da natalidade. É, portanto, factível que províncias como Ourense, Zamora, Salamanca e Cáceres, que têm um grande número de municípios considerados rurais, isto é, com menos de dois mil habitantes⁵⁷ acabem por ver a dinâmica natural de vastas áreas condicionada também por esta circunstância.

Esta conjuntura pode ser comprovada no *Quadro 38* que mostra os valores do saldo natural entre 1980 e 1996.

Quadro 38 - Saldo natural nas províncias de fronteira (n.ºs absolutos)

| | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Pontevedra | 7922 | 5984 | 5563 | 4257 | 3785 | 3065 | 2027 | 2294 | 1568 | 1256 | 374 | 366 | 724 | 223 | -327 | -857 | -860 |
| Ourense | -96 | -383 | -356 | -652 | -703 | -1012 | -1387 | -1242 | -1479 | -1645 | -1944 | -1892 | -1937 | -1946 | -2142 | -2449 | -2581 |
| Zamora | 343 | -22 | 197 | -192 | -195 | -378 | -372 | -277 | -544 | -555 | -784 | -920 | -968 | -945 | -1096 | -1129 | -1154 |
| Salamanca | 1648 | 1506 | 1534 | 915 | 719 | 483 | 369 | 287 | -180 | -299 | -506 | -570 | -549 | -724 | -840 | -990 | -1223 |
| Cáceres | 2091 | 1841 | 2137 | 1513 | 1368 | 1166 | 1291 | 1278 | 1021 | 618 | 374 | 294 | 376 | 57 | 8 | -284 | -411 |
| Badajoz | 4185 | 3572 | 4114 | 3191 | 3233 | 2807 | 2696 | 2805 | 2630 | 2233 | 1772 | 1640 | 1758 | 1181 | 1158 | 752 | 447 |
| Huelva | 3648 | 3423 | 3240 | 2814 | 2650 | 2311 | 2249 | 1991 | 1769 | 1654 | 1515 | 1179 | 1338 | 1162 | 881 | 846 | 948 |
| Fronteira | 19741 | 15921 | 16429 | 11846 | 10857 | 8442 | 6873 | 7136 | 4785 | 3262 | 801 | 97 | 742 | -992 | -2358 | -4111 | -4834 |
| Península | 259795 | 219262 | 210456 | 166385 | 158261 | 129575 | 114533 | 103116 | 85772 | 71079 | 56442 | 47326 | 53864 | 36635 | 25079 | 8592 | 5353 |

Fonte: *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE.

⁵⁵ Atendendo à dimensão de alguns aglomerados urbanos, considerámos necessário para uma melhor aproximação à realidade da raia espanhola, introduzir um quarto limiar que incluísse os centros com mais de cinquenta mil habitantes.

⁵⁶ J. Vinuesa Angulo, "El crecimiento de la población y los desequilibrios en la distribución espacial"..., p-284.

⁵⁷ Em 1996, Ourense tinha 43 municípios com estas características (num total de 92), Zamora, 245 (em 248), Salamanca, 349 (em 363) e Cáceres, 178 (em 219).

No território nacional peninsular, apesar do desaceleramento contínuo, com uma ligeira recuperação em 1992, devido ao aumento do número de nascimentos, e com quebras mais acentuadas entre 1989 e 1990, o saldo natural mantém-se positivo até 1996. Já no conjunto fronteiriço, as primeiras quebras acentuadas dão-se entre 1982 e 1983, à semelhança do que acontece a nível nacional, novamente entre 1989 e 1990 e, a partir de 1993, depois de uma recuperação em 1992, o saldo natural começa e continua a ser negativo até ao fim deste período. De 1980 para 1996, o saldo natural das províncias da fronteira reduziu-se um pouco mais de 120 %, enquanto na Espanha peninsular 98 %.

A nível regional, entre Ourense, que regista logo valores negativos desde 1980, e Badajoz e Huelva que mantêm sempre um crescimento natural⁵⁸ positivo, podemos identificar diferentes fases e situações, embora o denominador comum seja a diminuição progressiva dos valores do saldo natural. Zamora, desde 1983 que tem mais óbitos do que nados-vivos, Salamanca desde 1988, Pontevedra depois de 1994 e Cáceres só em 1995 e 1996. Veja-se que são precisamente Ourense e Zamora, as duas regiões que tinham as pirâmides etárias mais envelhecidas, e Badajoz e Huelva, as que tinham menos, que personificam comportamentos opostos de crescimento natural. Por outro lado, não podemos dissociar o tipo de estrutura etária das populações raianas das repercussões que este facto vai ter nos seus níveis de fecundidade e mortalidade.

Para a caracterização das variáveis micro-demográficas responsáveis pela dinâmica natural do lado espanhol da fronteira que separa os dois países ibéricos, seguimos as mesmas opções metodológicas que já enunciámos quando analisámos o lado português⁵⁸. Todavia, devido à especificidade dos dados espanhóis, tivemos de proceder a algumas ajustamentos. Assim, uma vez que não dispomos dos nascimentos e óbitos por sexo e idades, a não ser para os municípios com mais de dez mil habitantes, calculámos

⁵⁸ Ver *supra* pp. 205-207.

as taxas brutas de natalidade e mortalidade para todos os municípios, em quatro períodos (1980-81, 1985-86, 1990-91 e 1995-96⁵⁹), e cartografámos os respectivos resultados de forma a conhecer as tendências espaciais e cronológicas destas variáveis. Procurámos, deste modo, colmatar a impossibilidade em conhecer, para todos municípios, a evolução do índice sintético de fecundidade e da esperança de vida à nascença. Por outro lado, como o recenseamento de 1981 não desagrega toda a população por grupos de idade, apenas pudemos calcular estes indicadores sintéticos para o total de cada província em 1980-81 e, depois, então já para os municípios com mais de dez mil habitantes em 1990-91 e 1995-96, para além de um grupo que junta todos os municípios que não atingem aquele patamar populacional.

Procedemos também a ajustamentos da população dos recenseamentos de 1981 e de 1991, que se realizaram ambos a 1 de Março, e do *Padrón Municipal* de 1986, de 1 de Abril, e do de 1 de Maio de 1996, estimando a população a 31 de Dezembro para obter a população média⁶⁰. No entanto, como não pudemos estimar a população por grupos de idade e sexo, a 31 de Dezembro de 1990 para os municípios com mais de dez mil habitantes, visto não dispormos da informação para 1981, optámos por considerar como população média a do recenseamento de 1991 e a do *Padrón* de 1996⁶¹, mantendo embora este procedimento para os totais provinciais e nacionais.

Para a elaboração das tábuas de mortalidade dos municípios, em 1990-91 e 1995-96, recorreremos também aos multiplicadores de Sprague para a obtenção dos indivíduos menores de 1 ano e de 1-4 anos.

⁵⁹ Estas taxas e a de crescimento natural para estes períodos e para todos os municípios constam do *Anexo 13*.

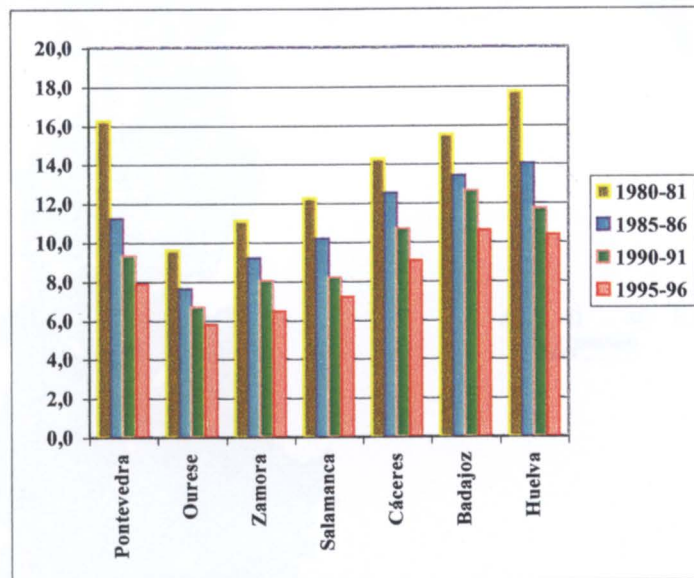
⁶⁰ Nestas aplicações regressivas considerámos n para os recenseamentos com 0.17, para o *Padrón* de 1986, 0.25 e para o de 1996, 0.33.

⁶¹ Cf. J. M. Nazareth, *Princípios e métodos...*, p. 217.

Entre 1980 e 1996 o volume global dos nascimentos das províncias fronteiriças passa de 49 785 para 28 153, o que significou um decréscimo que ronda os 44 %. No mesmo período, mas no território nacional peninsular, esse decréscimo cifrava-se em 37 %, seguindo uma tendência que já datava de meados dos anos setenta.

Os valores das taxas brutas de natalidade (*Gráfico 13*) mostram a intensa descida entre 1980-81 e 1985-86 em todas as províncias, menos em Salamanca, onde foi maior no período seguinte, dando conta da intensificação dos efeitos da conjuntura demográfica de décadas anteriores. Já nesta altura Ourense, Zamora, Salamanca têm taxas brutas

Gráfico 13 - Taxa Bruta de Natalidade nas Províncias de Fronteira (%)

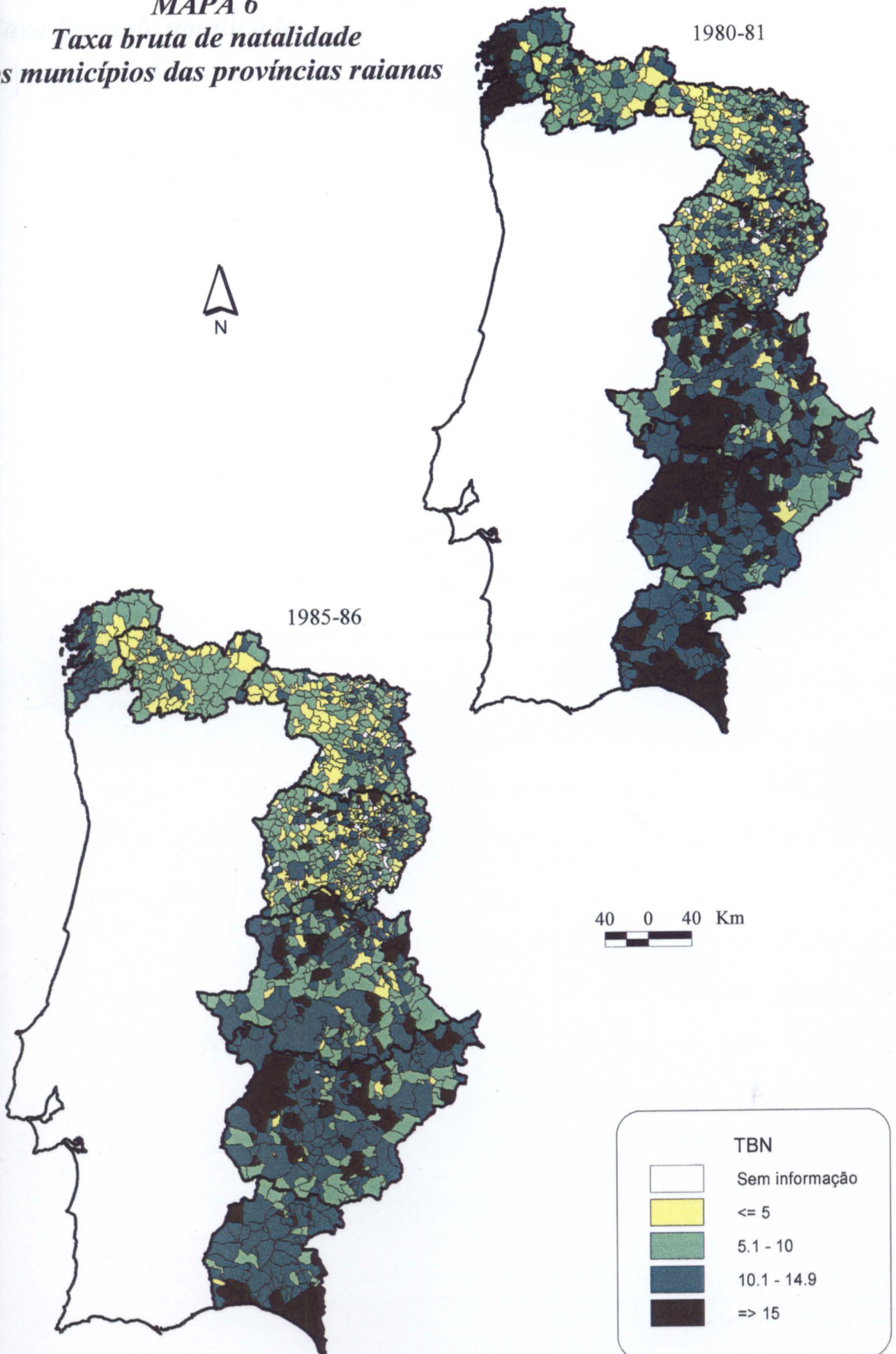


| | 1980-81 | 1985-86 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------|---------|---------|---------|---------|
| Fronteira | 14,44 | 11,49 | 9,96 | 8,51 |
| Esp. Peninsular | 14,56 | 11,52 | 10,02 | 9,06 |
| Outras Províncias | 14,57 | 11,53 | 10,02 | 9,11 |

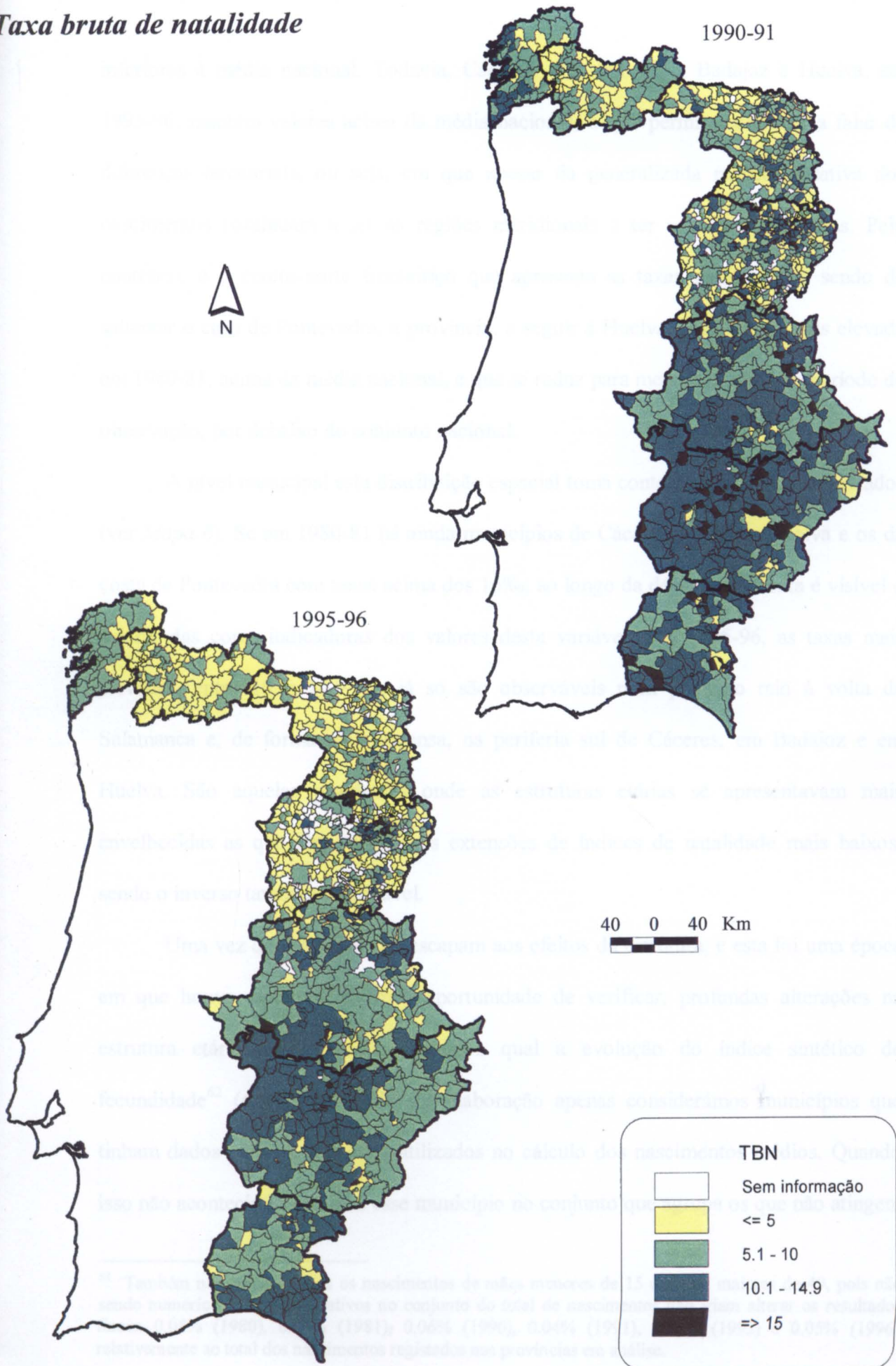
Fonte: Censo de Población, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. Padrón de Habitantes 1 de Abril de 1986, Madrid, INE, 1987; Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997. Movimiento Natural de la Población, 1980 a 1996 Madrid, INE

MAPA 6

Taxa bruta de natalidade nos municípios das províncias raianas



Taxa bruta de natalidade



inferiores à média nacional. Todavia, Cáceres, até 1990-91, e Badajoz e Huelva, até 1995-96, mantêm valores acima da média nacional, o que permite continuar a falar de diferenças territoriais, ou seja, em que apesar da generalizada redução relativa dos nascimentos continuam a ser as regiões meridionais a ter as taxas mais altas. Pelo contrário, é o centro-norte fronteiriço que apresenta as taxas mais baixas, sendo de salientar o caso de Pontevedra, a província, a seguir a Huelva, com a taxa mais elevada em 1980-81, acima da média nacional, e que se reduz para metade no final do período de observação, por debaixo do conjunto nacional.

A nível municipal esta distribuição espacial toma contornos mais pormenorizados (ver *Mapa 6*). Se em 1980-81 há ainda municípios de Cáceres, Badajoz, Huelva e os da costa de Pontevedra com taxas acima dos 15%, ao longo da década de oitenta é visível o aclarar das cores indicadoras dos valores desta variável. Em 1995-96, as taxas mais elevadas, entre 10 e 14.9 %, já só são observáveis num pequeno raio à volta de Salamanca e, de forma mais extensa, na periferia sul de Cáceres, em Badajoz e em Huelva. São aquelas províncias onde as estruturas etárias se apresentavam mais envelhecidas as que têm as maiores extensões de índices de natalidade mais baixos, sendo o inverso também verificável.

Uma vez que as taxas não escapam aos efeitos da estrutura, e esta foi uma época em que houve, como já tivemos oportunidade de verificar, profundas alterações na estrutura etária da população, vejamos qual a evolução do índice sintético de fecundidade⁶² (*Quadro 39*). Na sua elaboração apenas considerámos municípios que tinham dados para os dois anos utilizados no cálculo dos nascimentos médios. Quando isso não acontecia integrámos esse município no conjunto que agrupa os que não atingem

⁶² Também não considerámos os nascimentos de mães menores de 15 anos ou maiores de 49, pois não sendo numericamente significativos no conjunto do total de nascimentos não iriam alterar os resultados finais: 0.08% (1980), 0.06% (1981), 0.06% (1990), 0.04% (1991), 0.04% (1995) e 0.05% (1996) relativamente ao total dos nascimentos registados nas províncias em análise.

os dez mil habitantes, procedimento que, aliás, também seguimos aquando da feitura das tábuas de mortalidade⁶³ (Anexo 14).

Quadro 39 - Índice sintético de fecundidade

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Pontevedra | 2,24 | 1,23 | 1,00 |
| Baiona | - | 1,28 | 1,05 |
| Bueu | - | 1,58 | 1,24 |
| Cambados | - | 1,59 | 1,21 |
| Cangas | - | 1,28 | 0,94 |
| Estrada (La) | - | 1,13 | 0,98 |
| Gondomar | - | 1,44 | 1,05 |
| Grove (O) | - | 1,31 | 1,06 |
| Guarda (A) | - | 1,53 | - |
| Lalín | - | 1,21 | 0,92 |
| Marín | - | 1,49 | 1,09 |
| Moaña | - | 1,33 | 1,00 |
| Mos | - | 1,26 | 0,93 |
| Nigran | - | 1,34 | 1,05 |
| Pontevedra | - | 1,30 | 1,02 |
| Porriño (O) | - | 1,36 | 1,14 |
| Poyo | - | 1,30 | 1,22 |
| Ponteareas | - | 1,59 | 1,04 |
| Redondela | - | 0,22 | 1,03 |
| Sanxenxo | - | 1,16 | 1,09 |
| Silleda | - | 1,23 | - |
| Tomiño | - | 1,48 | 1,21 |
| Tui | - | 1,37 | 1,37 |
| Vigo | - | 1,19 | 0,95 |
| Vilagarcía de Arousa | - | 1,36 | 1,09 |
| Vilanova de Arousa | - | 1,40 | 1,11 |
| < 10 000 | - | 1,09 | 1,03 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Cáceres | 2,28 | 1,47 | 1,25 |
| Cáceres | - | 1,52 | 1,20 |
| Coria | - | 1,38 | 1,37 |
| Navalmoral de la Mata | - | 1,48 | 1,40 |
| Plasencia | - | 1,40 | 1,29 |
| < 10 000 | - | 1,45 | 1,38 |
| Badajoz | 2,54 | 1,73 | 1,39 |
| Almendralejo | - | 1,87 | 1,38 |
| Badajoz | - | 1,81 | 1,44 |
| Don Benito | - | 1,80 | 1,42 |
| Merida | - | 1,71 | 1,40 |
| Montijo | - | 1,62 | 1,30 |
| Olivenza | - | 1,86 | 1,44 |
| Villafranca de los Barros | - | 1,87 | 1,41 |
| Villanueva de la Serena | - | 1,62 | 1,39 |
| Zafra | - | 1,53 | 1,30 |
| < 10 000 | - | 1,68 | 1,36 |
| Huelva | 2,74 | 1,57 | 1,32 |
| Almonte | - | 1,24 | 1,44 |
| Ayamonte | - | 1,34 | 1,10 |
| Bollulos Par del Condado | - | 0,81 | 1,34 |
| Cartaya | - | - | 1,52 |
| Gibraleón | - | - | 0,92 |
| Huelva | - | 1,56 | 1,25 |
| Isla Cristina | - | 2,07 | 1,94 |
| Lepe | - | 1,83 | 1,51 |
| Moguer | - | 1,97 | 1,53 |

⁶³ Foi o que aconteceu com Azuaga (Badajoz) que só tem dados para 1990, Jerez de los Caballeros (Badajoz), Xinzo de Límia (Ourense), Cartaya, Gibrleón e Punta Umbria (Huelva) que só têm dados para 1991, Jerez de los Caballeros volta a só ter dados para um ano, 1995, e A Guarda e Silleda (Pontevedra) só em 1995.

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ourense | 1,41 | 1,09 | 0,91 |
| Barco de Valdeorras (O) | - | 1,41 | 0,60 |
| Carballiño (O) | - | 1,22 | 0,43 |
| Ourense | - | 1,22 | 0,52 |
| Verín | | 1,34 | 0,58 |
| < 10 000 | | 0,96 | 0,38 |
| Zamora | 1,90 | 1,26 | 1,01 |
| Benavente | - | 1,40 | 1,25 |
| Zamora | - | 1,41 | 1,12 |
| < 10 000 | - | 1,13 | 0,98 |
| Salamanca | 2,02 | 1,19 | 0,97 |
| Béjar | - | 1,12 | 1,05 |
| Cuidad Rodrigo | - | 1,23 | 0,95 |
| Salamanca | - | 1,15 | 0,94 |
| < 10 000 | - | 1,23 | 1,07 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------------------|---------|---------|---------|
| Punta Umbria | - | - | 1,37 |
| Valverde del Camino | - | 1,38 | 1,22 |
| < 10 000 | - | 1,59 | 1,32 |

| | | | |
|------------------------|------|------|------|
| <i>Esp. Peninsular</i> | 2,11 | 1,34 | 1,16 |
| <i>Fronteira</i> | 2,19 | 1,39 | 1,15 |
| <i>Outras</i> | 2,10 | 1,33 | 1,16 |

Fonte: *Censo de Población*, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997. *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE.

Em 1980-81, Ourense, Zamora e Salamanca estão já abaixo do nível de substituição das gerações e, no outro extremo, está Huelva onde cada mulher, em média, tem 2.74 filhos. Mas é entre 1980-81 e 1990-91 que o declínio foi mais acentuado em toda a fronteira e também no resto do espaço nacional. A taxa de fecundidade do conjunto das regiões fronteiriças passa de 62.4 ‰ para 42.5 ‰ e depois para 35.0 ‰, em 1995-96, o que justifica que em todas as províncias o número de filhos por mulher se situe abaixo do limiar dos 2.1 considerados condição para a renovação das gerações. Aliás, é a partir de 1981, como anteriormente já tivemos ocasião de referir, que a nível da Espanha se deixa de atingir aquele limiar. Veja-se que a taxa de fecundidade, no território nacional peninsular, reduz-se de 61.5 ‰, em 1980-81, para 35.1 ‰, em 1995-96, sendo que no período intermédio regista um valor de 40.5 ‰, mostrando que os valores e a intensidade da queda juntam os dois conjuntos, o nacional e o regional de

fronteira, embora nos dois primeiros períodos a conjunto fronteiroço ainda tenha uma fecundidade ligeiramente mais elevada.

Apesar da descida generalizada da fecundidade, de tal modo que no princípio da década de 90 todos os municípios fronteiroços, menos Isla Cristina, têm índices sintéticos de fecundidade inferiores a 2.1, foi Pontevedra a província onde essa descida foi mais acentuada, logo seguida de perto de Huelva.

Em 1995-96, a tendência continua a ser para a diminuição dos níveis de fecundidade passando a haver valores que se situam abaixo da unidade. O caso mais extremo é a província de Ourense, visto que aí todos os municípios têm índices inferiores à unidade. Na verdade, esta província galega, logo desde o princípio dos anos que estamos a analisar, registava o índice mais baixo, não só de toda a fronteira, como de todo o território nacional⁶⁴, o que se insere, como anteriormente apontámos, na trajectória regressiva deste indicador nesta região. Em Redondela, Almonte e Bollullos Par del Condado observam-se ligeiras recuperações, mas que devem ser lidas com algum cuidado devido ao volume de nascimentos não ser muito elevado.

Nota-se, portanto, uma paulatina homogeneização da fecundidade nas regiões raianas. Embora em 1995-96 seja Badajoz, seguida de perto por Huelva, províncias meridionais tradicionalmente com uma fecundidade mais elevada, que têm os índices sintéticos de fecundidade mais elevados, a distância entre os diferentes níveis minimiza-se. O mesmo acontece com os valores mais baixos que se encontram dispersos, embora nem Cáceres nem Badajoz tenham índices inferiores à unidade.

| | 1980-81 | 1985-86 | 1990-91 | 1995-96 | | 1980-81 | 1985-86 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------|---------|---------|---------|---------|-------|---------|---------|---------|---------|
| 20-24 | 10.2 | 9.2 | 8.3 | 7.5 | 20-24 | 10.2 | 9.3 | 8.5 | 7.7 |
| 25-29 | 10.2 | 9.2 | 8.3 | 7.5 | 25-29 | 10.2 | 9.3 | 8.5 | 7.7 |
| 30-34 | 10.2 | 9.2 | 8.3 | 7.5 | 30-34 | 10.2 | 9.3 | 8.5 | 7.7 |
| 35-39 | 10.2 | 9.2 | 8.3 | 7.5 | 35-39 | 10.2 | 9.3 | 8.5 | 7.7 |
| 40-44 | 10.2 | 9.2 | 8.3 | 7.5 | 40-44 | 10.2 | 9.3 | 8.5 | 7.7 |
| 45-49 | 10.2 | 9.2 | 8.3 | 7.5 | 45-49 | 10.2 | 9.3 | 8.5 | 7.7 |

⁶⁴ INE, *Evolución de la fecundidad en España 1970-1994...*, p.109.

Quadro 40 - Taxas de fecundidade geral por grupos de idade

| Pontevedra | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|------------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 43,3 | 14,5 | 8,3 |
| 20 - 24 | 138,7 | 63,0 | 35,4 |
| 25 - 29 | 125,8 | 83,7 | 68,8 |
| 30 - 34 | 82,0 | 56,0 | 60,6 |
| 35 - 39 | 41,7 | 22,3 | 23,3 |
| 40 - 44 | 14,4 | 5,0 | 3,8 |
| 45 - 49 | 1,2 | 0,6 | 0,3 |

| Badajoz | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 22,1 | 17,5 | 11,5 |
| 20 - 24 | 117,7 | 68,9 | 41,6 |
| 25 - 29 | 175,3 | 120,2 | 95,5 |
| 30 - 34 | 113,0 | 90,4 | 88,2 |
| 35 - 39 | 58,9 | 38,8 | 34,7 |
| 40 - 44 | 19,0 | 9,7 | 6,5 |
| 45 - 49 | 1,3 | 0,8 | 0,6 |

| Ourense | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 26,2 | 13,4 | 7,2 |
| 20 - 24 | 87,4 | 55,6 | 31,0 |
| 25 - 29 | 82,8 | 76,6 | 62,1 |
| 30 - 34 | 51,7 | 49,9 | 55,3 |
| 35 - 39 | 24,9 | 18,6 | 22,9 |
| 40 - 44 | 8,9 | 3,8 | 3,5 |
| 45 - 49 | 1,1 | 0,5 | 0,3 |

| Huelva | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 36,7 | 18,6 | 13,2 |
| 20 - 24 | 145,0 | 66,1 | 38,2 |
| 25 - 29 | 175,6 | 112,5 | 92,5 |
| 30 - 34 | 108,0 | 79,1 | 83,0 |
| 35 - 39 | 63,2 | 30,3 | 32,1 |
| 40 - 44 | 19,0 | 7,1 | 5,5 |
| 45 - 49 | 1,3 | 0,9 | 0,3 |

| Zamora | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 19,3 | 13,7 | 6,4 |
| 20 - 24 | 96,3 | 47,6 | 27,1 |
| 25 - 29 | 118,1 | 86,8 | 69,9 |
| 30 - 34 | 89,6 | 68,4 | 68,2 |
| 35 - 39 | 43,8 | 28,9 | 26,3 |
| 40 - 44 | 12,6 | 6,5 | 4,8 |
| 45 - 49 | 1,0 | 0,2 | 0,2 |

| Fronteira | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 28,5 | 15,4 | 9,5 |
| 20 - 24 | 117,9 | 60,6 | 35,4 |
| 25 - 29 | 139,0 | 97,1 | 78,3 |
| 30 - 34 | 89,6 | 69,9 | 72,8 |
| 35 - 39 | 46,7 | 27,7 | 28,2 |
| 40 - 44 | 15,5 | 6,4 | 4,8 |
| 45 - 49 | 1,2 | 0,6 | 0,3 |

| Salamanca | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 15,5 | 9,4 | 5,5 |
| 20 - 24 | 89,1 | 39,3 | 21,3 |
| 25 - 29 | 140,3 | 83,2 | 60,9 |
| 30 - 34 | 93,5 | 72,2 | 73,4 |
| 35 - 39 | 47,8 | 27,2 | 28,9 |
| 40 - 44 | 16,0 | 6,5 | 4,6 |
| 45 - 49 | 1,1 | 0,4 | 0,4 |

| Esp.Penins. | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 23,0 | 10,7 | 7,1 |
| 20 - 24 | 108,5 | 46,9 | 25,7 |
| 25 - 29 | 143,1 | 100,1 | 78,5 |
| 30 - 34 | 88,6 | 76,0 | 84,3 |
| 35 - 39 | 43,7 | 27,4 | 31,1 |
| 40 - 44 | 13,6 | 5,7 | 5,0 |
| 45 - 49 | 1,1 | 0,4 | 0,2 |

| Cáceres | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 20,9 | 18,0 | 11,0 |
| 20 - 24 | 114,3 | 64,2 | 40,9 |
| 25 - 29 | 150,0 | 101,7 | 85,6 |
| 30 - 34 | 98,6 | 73,9 | 76,4 |
| 35 - 39 | 53,4 | 29,3 | 29,3 |
| 40 - 44 | 18,0 | 6,3 | 5,5 |
| 45 - 49 | 1,4 | 0,5 | 0,3 |

| Outras | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------|---------|---------|---------|
| 15 - 19 | 22,4 | 10,3 | 6,9 |
| 20 - 24 | 107,5 | 45,5 | 24,8 |
| 25 - 29 | 143,5 | 100,4 | 78,5 |
| 30 - 34 | 88,5 | 76,6 | 85,3 |
| 35 - 39 | 43,4 | 27,4 | 31,4 |
| 40 - 44 | 13,4 | 5,7 | 5,0 |
| 45 - 49 | 1,1 | 0,4 | 0,2 |

Fonte: *Censo de Población*, 1981, 1991, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997. *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE.

A par da descida generalizada das taxas de fecundidade em todos os grupos de idade, um outro aspecto que tem caracterizado a fecundidade destas regiões, mas também nacional, é a alteração do calendário da fecundidade. Modificações que se deram em todas as províncias, embora não com a mesma cronologia (*Quadro 40*). Em 1980-81, nas províncias galegas, era o grupo etário das mulheres entre os 20-24 anos que tinha a maior frequência de fecundidade, seguido pelo de 25-29 anos. Nas outras províncias, menos em Salamanca, a fecundidade das mulheres dos 25-29 anos é a mais importante e a dos 20-24 anos a segunda em importância, à semelhança do padrão do território nacional peninsular. Dez anos depois a fecundidade torna-se mais tardia, em Pontevedra e Ourense os grupos de idade trocam de posição, passando o grupo dos 25-29 anos a ter os valores mais elevados. Nas outras províncias este continua a ser o grupo com a fecundidade mais elevada, mas agora o segundo mais fecundo é o grupo dos 30-34 anos. Em 1995-96 a tendência é para a uniformização do calendário da fecundidade das províncias raianas e para um ligeiro aumento das taxas de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos, embora mantendo-se a ordem da frequência etária da fecundidade do período anterior. Não assim na Espanha peninsular, onde este grupo passa a ter a primazia, sendo Salamanca a única província raiana que acompanha

este calendário. Aliás esta região mostra uma fecundidade um pouco mais tardia, uma vez que desde o princípio dos anos oitenta que é o grupo das mulheres entre os 25-29 anos aquele que regista valores mais elevados, seguindo-se-lhe o grupo dos 30-34 anos.

Assim, se numa primeira fase são as províncias galegas que têm um calendário mais jovem, em meados dos anos noventa a maioria das províncias fronteiriças estão em sintonia, continuando, no entanto, a notar-se uma maior intensidade da fecundidade em Badajoz e Huelva.

A evolução do número de óbitos e a taxa de mortalidade, entre 1980 e 1996, mostra que ambos indicadores têm vindo, no geral, a aumentar, apesar de algumas flutuações conjunturais.

Esta evolução vai buscar justificação às mesmas razões que já tínhamos enunciado quando tratámos a mortalidade da parte portuguesa da fronteira: contínuo envelhecimento da população, redução da fecundidade e alargamento da esperança de vida à nascença e das idades mais avançadas, o que faz aumentar o peso relativo dos maiores de 65 anos. Aumenta, portanto, tal como na fronteira portuguesa, a mortalidade “aparente”, ainda que a “real” continue a diminuir, o que se constata quando olhamos para o *Quadro 41* que mostra o aumento do peso relativo dos óbitos de maiores de 65 anos.

Se no princípio dos anos oitenta ainda encontramos Pontevedra onde essa percentagem não ultrapassa os 70%, depois o peso relativo dos óbitos deste grupo etário eleva-se de forma generalizada. No último momento destes anos que estamos a analisar só Pontevedra e Huelva mantêm percentagens inferiores a 80%.

Quadro 41 - Percentagem dos óbitos dos indivíduos maiores de 65 anos no total de óbitos

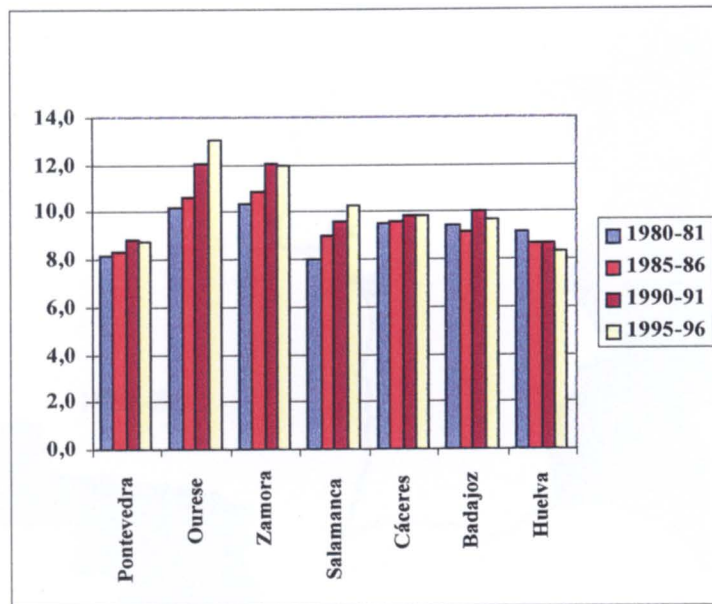
| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|--------------------|---------|---------|---------|
| Pontevedra | 67,1 | 75,6 | 77,6 |
| Ourense | 77,4 | 82,9 | 85,0 |
| Zamora | 80,3 | 83,4 | 84,1 |
| Salamanca | 78,3 | 82,2 | 84,7 |
| Cáceres | 76,7 | 79,6 | 83,2 |
| Badajoz | 75,8 | 78,9 | 81,9 |
| Huelva | 73,4 | 76,8 | 78,9 |
| <i>Esp. Penin.</i> | 72,4 | 76,3 | 76,8 |
| <i>Outras</i> | 72,2 | 76,0 | 76,3 |

Fonte: *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE.

O número de óbitos passa de 30 004, no princípio destes anos, para 32 987 em 1996. Durante estes anos a região fronteiriça não escapa à tendência altista, apesar do mínimo de óbitos ter ocorrido em 1982. Evolução que é semelhante à que ocorre na Espanha peninsular que também assiste a um aumento progressivo, com avanços e alguns recuos, do número de óbitos (de 274 359, em 1980, para 330 444, em 1996). Também o aumento dos valores da taxa bruta (ver *Gráfico 14*) não pode ser entendido separado do aumento da mortalidade “aparente”. A comprová-lo os exemplos de Pontevedra, onde a taxa de mortalidade permanece mais ou menos estável à volta dos 8 %, e Huelva, única província onde a taxa tem vindo sempre a decrescer. Ambas têm taxas de mortalidade que se enquadram nos valores nacionais e são, no contexto fronteiriço, as que têm menor peso relativo dos óbitos de maiores de 65 anos. O inverso caracteriza Zamora e Ourense, sempre com taxas brutas de mortalidade bastante acima da mortalidade. Em situação intermédia, mas também com os indicadores da mortalidade a aumentarem, estão as outras províncias objecto do nosso estudo.

média nacional, que ronda os 8 %, e com a maior concentração da fronteira de óbitos de indivíduos com mais de 65 anos.

Gráfico 14 - Taxa Bruta de Mortalidade (%)

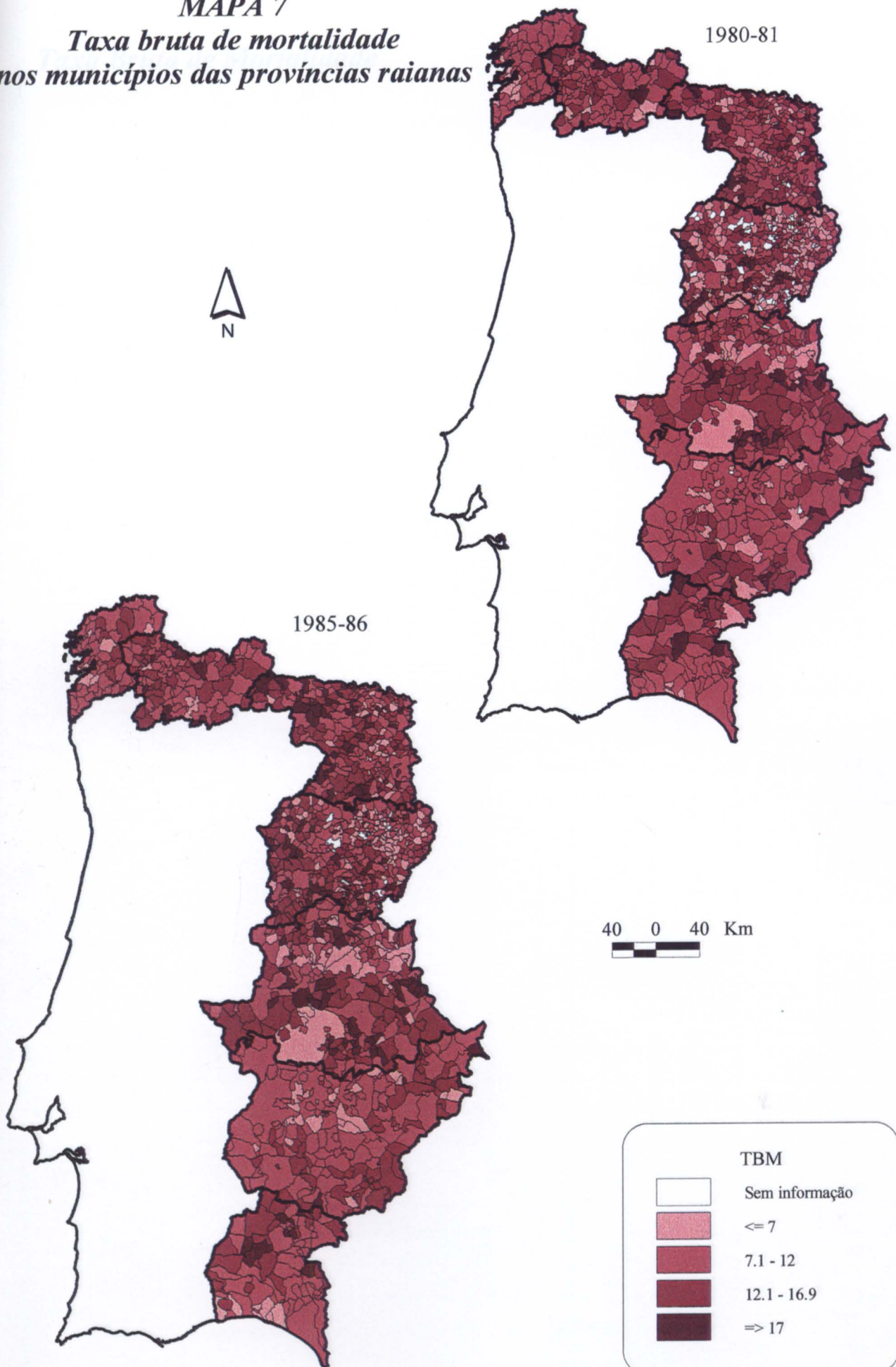


| | 1980-81 | 1985-86 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------|---------|---------|---------|---------|
| Fronteira | 9,08 | 9,23 | 9,82 | 9,84 |
| Esp. Peninsular | 7,80 | 8,15 | 8,61 | 8,87 |
| Outras Províncias | 7,67 | 8,04 | 8,49 | 8,77 |

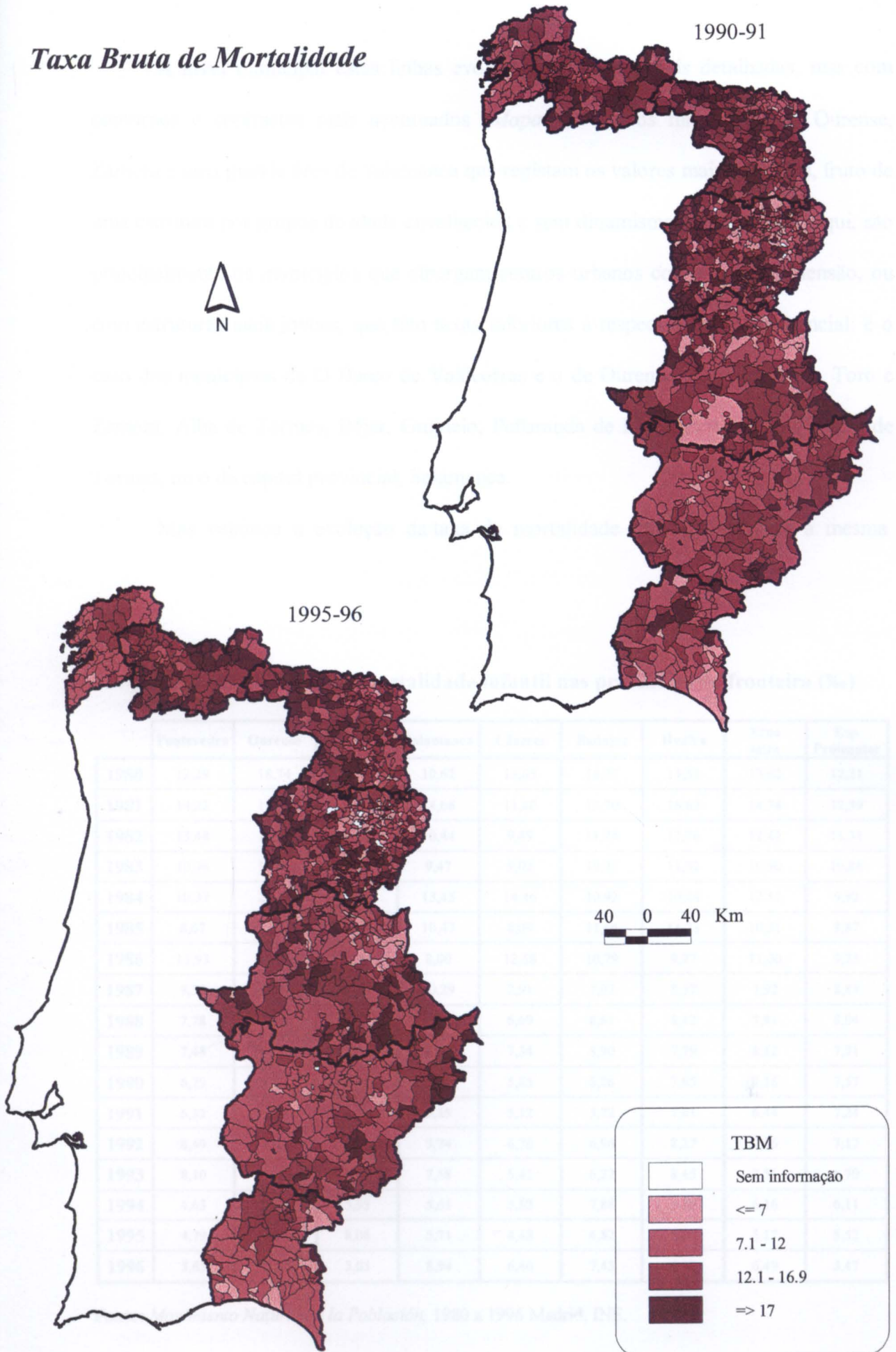
Fonte: *Censo de Población, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE; Padrón de Habitantes 1 de Abril de 1986, Madrid, INE, 1987; Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997. Movimiento Natural de la Población, 1980 a 1996 Madrid, INE*

Estamos, portanto, perante duas realidades: uma estrutura etária relativamente mais jovem de Pontevedra e, principalmente, de Huelva, e uma estrutura desequilibrada devido à inversão da relação jovens/idosos, característica de Zamora e Ourense que explicam as diferentes intensidade do aumento do volume de óbitos e da taxa bruta de mortalidade. Em situação intermédia, mas também com os indicadores da mortalidade a aumentarem, estão as outras província objecto do nosso estudo.

MAPA 7
Taxa bruta de mortalidade
nos municípios das províncias raianas



Taxa Bruta de Mortalidade



A nível municipal estas linhas evolutivas aparecem mais detalhadas, mas com contornos e contrastes mais acentuados (*Mapa 7*). São os municípios de Ourense, Zamora e uma grande área de Salamanca que registam os valores mais extremos, fruto de uma estrutura por grupos de idade envelhecida e sem dinamismo demográfico. Aqui, são principalmente os municípios que albergam centros urbanos com alguma dimensão, ou com estruturas mais jovens, que têm taxas inferiores à respectiva média provincial: é o caso dos municípios de O Barco de Valdeorras e o de Ourense; de Benavente, Toro e Zamora; Alba de Tormes, Béjar, Guijuelo, Peñaranda de Bracamonte, Santa Marta de Tormes, ou o da capital provincial, Salamanca.

Mas vejamos a evolução da taxa de mortalidade infantil, seguindo a mesma

Quadro 42 - Taxas de mortalidade infantil nas províncias de fronteira (%)

| | Pontevedra | Ourense | Zamora | Salamanca | Cáceres | Badajoz | Huelva | Fron teira | Esp. Peninsular |
|------|------------|---------|--------|-----------|---------|---------|--------|---------------|--------------------|
| 1980 | 12,29 | 18,74 | 13,34 | 10,62 | 13,65 | 14,25 | 14,51 | 13,62 | 12,31 |
| 1981 | 14,22 | 19,80 | 16,41 | 14,68 | 11,40 | 13,70 | 16,62 | 14,74 | 12,39 |
| 1982 | 13,48 | 18,57 | 12,00 | 10,44 | 9,49 | 11,24 | 12,76 | 12,42 | 11,31 |
| 1983 | 10,34 | 14,93 | 15,80 | 9,47 | 9,02 | 10,41 | 11,32 | 10,90 | 10,86 |
| 1984 | 10,37 | 22,18 | 16,54 | 13,45 | 14,46 | 10,92 | 10,24 | 12,57 | 9,92 |
| 1985 | 8,67 | 13,20 | 10,94 | 10,47 | 8,09 | 11,64 | 11,23 | 10,31 | 8,87 |
| 1986 | 11,93 | 11,05 | 11,51 | 8,00 | 12,68 | 10,79 | 9,97 | 11,00 | 9,25 |
| 1987 | 9,53 | 10,53 | 8,09 | 10,29 | 2,91 | 7,07 | 8,37 | 7,92 | 8,87 |
| 1988 | 7,78 | 5,66 | 7,93 | 7,20 | 6,69 | 8,61 | 8,42 | 7,81 | 8,04 |
| 1989 | 7,48 | 11,63 | 5,56 | 8,23 | 7,34 | 8,90 | 7,79 | 8,12 | 7,71 |
| 1990 | 6,79 | 9,87 | 8,44 | 6,60 | 5,85 | 6,86 | 7,95 | 7,16 | 7,57 |
| 1991 | 6,32 | 5,58 | 6,16 | 9,15 | 5,12 | 5,72 | 7,81 | 6,44 | 7,24 |
| 1992 | 8,49 | 9,25 | 2,51 | 5,74 | 6,76 | 6,96 | 8,27 | 7,36 | 7,17 |
| 1993 | 8,10 | 12,52 | 5,47 | 7,58 | 5,41 | 6,22 | 8,45 | 7,51 | 6,70 |
| 1994 | 4,63 | 10,40 | 5,95 | 5,61 | 3,82 | 7,88 | 6,36 | 6,16 | 6,11 |
| 1995 | 4,79 | 5,34 | 8,08 | 5,71 | 4,48 | 4,82 | 5,60 | 5,17 | 5,52 |
| 1996 | 5,65 | 11,18 | 3,03 | 8,94 | 6,46 | 7,45 | 4,13 | 6,49 | 5,47 |

Fonte: *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE.

metodologia que utilizámos no estudo da raia portuguesa, uma vez que este indicador, ao não estar sujeito à influência da estrutura etária, permite tornar mais inteligível o decréscimo da mortalidade.

A queda da mortalidade dos menores de um ano tem decorrido de forma rápida, com ritmos regionais diferenciados, ainda que a sua magnitude global seja bastante homogénea⁶⁵. Isto mesmo pode ainda ser verificado entre 1980 e 1996 nas regiões que integram a nossa área de análise (*Quadro 42*). Em primeiro lugar continua a haver um decréscimo dos valores anuais desta mortalidade, tanto nas províncias de fronteira como na Espanha peninsular, com quebras respectivamente de 52% e 56%. Todavia, o conjunto regional fronteiriço tem, na generalidade dos anos, TMI superiores ao território espanhol peninsular. Por outro lado, em 1980 encontramos províncias com valores muito elevados, quer em relação à média nacional peninsular, quer no contexto das outras províncias de fronteira: Ourense, com o valor mais elevado, 18.74 ‰, Huelva, Badajoz, Cáceres e Zamora. Todas as províncias vêm diminuir os óbitos de menores de um ano, mas Ourense continua a ser a província com a taxa de mortalidade infantil mais elevada, no contexto raiano.

Tal como tínhamos referido aquando da análise das NUTS portuguesas, alguns destes dados devem ser observados com algum cuidado. Na verdade, embora este indicador não esteja influenciado pela estrutura etária, a diminuição do número de nascimentos, ao fazer reduzir o número de crianças menores de um ano expostas ao risco de morte, torna-o mais sensível a qualquer alteração conjuntural do seu número. Ora, como vimos, estas regiões têm estado sujeitas a uma intensa diminuição dos nascimentos.

Seja como for há uma progressiva redução dos valores da mortalidade infantil, em todas as províncias que, contudo, em 1996, mantêm níveis superiores ao nacional, com

⁶⁵ Cf. Rosa Gómez Redondo, *La mortalidad infantil española en el siglo XX...*, pp. 44-62.

exceção de Zamora, que conhece avanços e recuos pontuais, e Huelva. Ourense continua a ser a província com a taxa de mortalidade infantil mais elevada (11.18 ‰).

Estes níveis de mortalidade de Ourense acabaram por ter efeitos na esperança de vida do grupo 1-4 anos que é superior, em 1980-81, à esperança de vida à nascença (78.9 e 77.9, respectivamente). Nos períodos seguintes esta diferença desaparece dando conta da melhoria dos níveis desta mortalidade (*Anexo 15*).

Nos períodos seguintes, para os quais já foi possível calcular este indicador nos municípios com mais de dez mil habitantes, encontramos ainda alguns com taxas elevadas o que se repercutiu nos quocientes de mortalidade dos primeiros grupos etários. Exemplos disto é Olivenza que em 1990-91 tem o valor mais elevado da verdadeira taxa de mortalidade infantil dos municípios de fronteira (25.5 ‰) o que fez desequilibrar as esperanças de vida das primeiras idades (75.0 e 76.1). Também Moguer (16.8‰), O Porriño (15.0 ‰), Lalín (14.0 ‰), El Grove (13.8 ‰) e Bollulos Par del Condado (13.5 ‰) têm uma mortalidade infantil bastante superior à Espanha peninsular e ao conjunto fronteiriço fazendo com que haja uma ligeira diferença entre as duas primeiras esperanças de vida.

Em 1995-96 continua a redução da influência da mortalidade infantil, embora na província de Pontevedra, Moaña e Poio, registem elevadas taxas de mortalidade infantil, 20.5 ‰ e 22.0 ‰ respectivamente, o que se reflectiu nos respectivos valores da e_0 e da e_1 .

O aumento da esperança de vida em Espanha foi muito grande entre 1900 e 1960, passando de 34.76 para 69.85 anos, embora nas últimas décadas tenha evoluído de forma mais lenta. Segundo Rosa Gómez Redondo estes notáveis aumentos da esperança de vida no passado foram consequência da descida da mortalidade infantil e, uma vez que esta

* Véase portugués y español portugués. Tercer número de la conferencia de la esperanza de vida de la población española 1970-1980. Anales Españoles de Demografía, Barcelona, 1977, julio-Diciembre 1977, p. 25. Cf. Anales Españoles de Demografía, "Evolución de la esperanza de vida en España, 1960-1980", Actas del I Congreso de la Asociación Española de Geógrafos, Departamento de Geografía, Consejo de Estudios Demográficos, 1980, pp. 211-222.

mortalidade atingiu na actualidade níveis bastante baixos, é de esperar que os avanços sejam agora mais limitados⁶⁶.

Quadro 43 - Esperança de vida à nascença nas províncias espanholas de fronteira

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Pontevedra | 76,4 | 77,8 | 79,5 |
| Baiona | - | 78,0 | 78,8 |
| Bueu | - | 76,0 | 77,7 |
| Cambados | - | 74,9 | 77,8 |
| Cangas | - | 77,9 | 77,7 |
| Estrada (La) | - | 77,0 | 78,8 |
| Gondomar | - | 76,3 | 79,4 |
| Grove (O) | - | 76,7 | 79,0 |
| Guarda (A) | - | 77,8 | - |
| Lalín | - | 79,1 | 83,8 |
| Marín | - | 76,1 | 78,6 |
| Moaña | - | 76,1 | 75,9 |
| Mos | - | 76,9 | 79,6 |
| Nigran | - | 80,6 | 77,4 |
| Pontevedra | - | 77,8 | 78,5 |
| Porriño (O) | - | 75,4 | 78,7 |
| Poio | - | 77,8 | 76,2 |
| Pontearreas | - | 75,3 | 79,4 |
| Redondela | - | 92,7 | 80,3 |
| Sanxenxo | - | 78,7 | 80,1 |
| Silleda | - | 78,0 | - |
| Tomiño | - | 77,3 | 77,8 |
| Tui | - | 78,3 | 78,1 |
| Vigo | - | 77,7 | 80,7 |
| Vilagarcía de Arousa | - | 75,2 | 77,9 |
| Vilanova de Arousa | - | 76,6 | 76,8 |
| < 10 000 | - | 79,3 | 78,4 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Cáceres | 77,1 | 78,6 | 78,8 |
| Cáceres | - | 79,1 | 79,1 |
| Coria | - | 78,3 | 79,7 |
| Navalmoral de la Mata | - | 78,6 | 80,3 |
| Plasencia | - | 78,9 | 80,4 |
| < 10 000 | - | 78,5 | 78,5 |
| Badajoz | 76,2 | 76,9 | 78,9 |
| Almendralejo | - | 74,5 | 78,1 |
| Badajoz | - | 76,8 | 77,9 |
| Don Benito | - | 78,1 | 80,1 |
| Merida | - | 77,7 | 80,0 |
| Montijo | - | 77,1 | 78,6 |
| Olivenza | - | 75,0 | 80,7 |
| Villafranca de los Barros | - | 76,9 | 80,0 |
| Villanueva de la Serena | - | 76,7 | 77,8 |
| Zafra | - | 78,0 | 79,2 |
| < 10 000 | - | 77,1 | 79,2 |
| Huelva | 75,2 | 77,4 | 78,3 |
| Almonte | - | 81,9 | 75,5 |
| Ayamonte | - | 77,9 | 80,5 |
| Bollulos Par del Condado | - | 91,7 | 79,8 |
| Cartaya | - | - | 75,7 |
| Gibraleón | - | - | 79,5 |
| Huelva | - | 76,6 | 78,4 |
| Isla Cristina | - | 75,7 | 76,9 |
| Lepe | - | 78,6 | 79,8 |
| Moguer | - | 74,7 | 77,5 |

⁶⁶ "Vejez prolongada y juventud menguada. Tendencias en la evolución de la esperanza de vida de la población española 1970-1990", *Revista Española de investigaciones Sociológicas*, 71-72, Julio-Diciembre 1995, p.80; Cf. Amand Blanes i Llrens, "Evolución de la esperanza de vida en España, 1960-1991", *Actas del V Congreso de la Población Española*, Univ. Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia. Centre d'Estudis Demogràfics, 1995, pp-211-222.

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ourense | 77,9 | 79,5 | 80,2 |
| Barco de Valdeorras (O) | - | 80,6 | 78,2 |
| Carballiño (O) | - | 80,0 | 80,9 |
| Ourense | - | 79,4 | 80,6 |
| Verín | | 78,5 | 77,9 |
| < 10 000 | | 79,8 | 80,2 |
| Zamora | 78,6 | 79,7 | 81,0 |
| Benavente | - | 80,1 | 81,3 |
| Zamora | - | 80,1 | 80,6 |
| < 10 000 | - | 79,5 | 81,3 |
| Salamanca | 81,4 | 80,2 | 80,3 |
| Béjar | - | 78,6 | 83,6 |
| Cuidad Rodrigo | - | 79,3 | 78,2 |
| Salamanca | - | 80,4 | 80,4 |
| < 10 000 | - | 80,4 | 80,5 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|---------------------|---------|---------|---------|
| Punta Umbría | - | - | 79,2 |
| Valverde del Camino | - | 78,3 | 79,7 |
| < 10 000 | - | 77,3 | 78,6 |

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|------------------------|---------|---------|---------|
| <i>Esp. Peninsular</i> | 77,4 | 78,5 | 80,2 |
| <i>Fronteira</i> | 77,2 | 78,3 | 78,9 |
| <i>Outras</i> | 77,4 | 78,5 | 80,4 |

Fonte: *Censo de Población, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996, Madrid, INE, 1997. Movimiento Natural de la Población, 1980 a 1996, Madrid, INE.*

Na verdade, se observarmos as esperanças de vida das províncias que limitam a fronteira com Portugal (*Quadro 43*), podemos verificar que entre 1980-81 e 1990-91 quase todas elas apenas aumentaram em pouco mais de um ano a sua vida média, menos em Badajoz onde os ganhos foram menores. Já em Huelva os ganhos são maiores, com um aumento de dois anos, deixando de ser a província fronteira com a menor esperança de vida a ter valores mais próximos do conjunto fronteiriço, mas inferiores à Espanha peninsular. No período seguinte esta linha evolutiva continua, ou seja, há um aumento da esperança de vida em todas as regiões, mas num ritmo marcado por um certo abrandamento.

Um outro aspecto prende-se com a progressiva homogeneização das pautas territoriais de mortalidade sem, no entanto, apagar diferenças que embora mais esbatidas continuam a existir. São as províncias da metade norte, com excepção de Pontevedra, que

registam sempre as esperanças de vida mais elevadas. Cáceres, mais uma vez, apresenta valores intermédios e Badajoz e Huelva, os valores mais baixos, mas com a diferença que as separa das outras regiões já muito diminuta em 1995-96. Aliás estas duas províncias meridionais foram as que, em períodos diferentes, tiveram um maior acréscimo da sua vida média, dois anos. Também Pontevedra acaba por recuperar e no final do período que estamos a analisar já tem uma esperança de vida próxima das províncias mais longevas. Estas permanecem sempre as mesmas, Ourense, Zamora e Salamanca com mais de 80 anos de esperança de vida em meados dos noventa.

A nível municipal é também visível o aumento dos valores da e_0 . Repare-se que se em 1990-91 o município com a menor esperança de vida era Almendralejo com 74.5, cinco anos depois o valor mais baixo é de 75.5, em Almonte, para além de aumentar para o dobro (de dez para vinte) o número de municípios onde a esperança de vida à nascença é de 80 ou mais anos. São precisamente aqueles municípios que tinham valores mais baixos os que tiveram um maior acréscimo deste indicador. Contudo, alguns destes resultados devem ser lidos com um certo cuidado pois, como já tínhamos apontado no caso português, a diminuição da população, nomeadamente dos mais jovens, significa que vão estar menos pessoas sujeitas ao fenómeno da mortalidade e, portanto, aumentar o peso relativo da mortalidade dos grupos etários mais velhos. Os óbitos concentram-se agora, como pudemos comprovar, nos grupos de maior idade, o que vai contribuir para o processo de envelhecimento da pirâmide pelo topo. Por outro lado, o reduzido volume de acontecimentos também provoca flutuações mais acentuadas, pelo que teremos que analisar à luz destas factores algumas oscilações que é possível observar nestes três períodos.

Ao longo da análise que temos vindo a fazer da dinâmica demográfica das populações das províncias que limitam com Portugal, a importância que os movimentos

migratórios tiveram foi frequentemente mencionada. Interessa então comprovar se a mobilidade destas populações tem continuado, não tanto sabendo os locais de destino, mas antes verificando se continuam a ser focos de origem.

Nesta análise das migrações, entre 1981 e 1991, recorreremos também à equação de concordância⁶⁷, processo indirecto que permite conhecer o volume das migrações, embora não distinguindo os efeitos causados pelas migrações com o exterior dos causados pelas migrações internas⁶⁸.

O *Quadro 44* mostra que Huelva é a única província em que se associam um crescimento natural e migratório positivos, o que permitiu um crescimento efectivo entre

Quadro 44 – Crescimento natural e migratório nas províncias de fronteira(1981-90)

| Províncias | Cresc. Natural | Saldo Migratório | Cresc. Efectivo |
|------------|----------------|------------------|-----------------|
| Pontevedra | 30173 | -1638 | 28535 |
| Ourense | -10803 | -45204 | -56007 |
| Zamora | -3122 | -10252 | -13374 |
| Salamanca | 4828 | -1508 | 3320 |
| Cáceres | 12607 | -19053 | -6446 |
| Badajoz | 29053 | -17824 | 11229 |
| Huelva | 23616 | 5775 | 29391 |
| Fronteira | 86352 | -89826 | -3474 |
| Península | 1314881 | 146189 | 1461070 |

Fonte: INE. *Censo de Población*, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. *Movimiento Natural de la Población* (1981 a 1990), Madrid, INE.

⁶⁷ Para a sua elaboração ver J.M. Nazareth em *Principios e métodos de análise...*, pp. 192-194, 302-304.

⁶⁸ Uma vez que a recolha dos valores dos nascimentos e dos óbitos é feita por anos civis ajustou-se, à semelhança do que fizemos para Portugal, a população dos últimos recenseamentos, realizados em 1/3/81 e 1/3/91, estimando-se a população em 31 de Dezembro de 1980 e 31 de Dezembro de 1990, tal como já explicitámos quando procedemos ao das cálculo das tábuas de mortalidade, índice sintético de fecundidade e taxas brutas. Para o cálculo da equação de concordância, utilizámos também os acontecimentos (nascimentos e óbitos) ocorridos entre estes dois momentos censitários (1981-1990).

os dois últimos recenseamentos. Em Pontevedra, Salamanca e Badajoz foi o crescimento natural que anulou os efeitos de um saldo migratório negativo, enquanto em Cáceres, o volume do saldo natural não foi suficiente para compensar as perdas migratórias.

Os resultados da equação de concordância para Zamora e Ourense confirmam a análise anterior, ou seja, que estas são as províncias do lado espanhol da fronteira com um carácter repulsivo mais marcado, o que acaba por ter consequências na dinâmica natural e, portanto, na sua capacidade de reprodução. Contudo, é claro que todas as províncias fronteiriças entre 1981 e 1990, à excepção de Huelva, continuam a ser tendencialmente áreas emissoras de emigrantes

A nível municipal⁶⁹, a maioria dos saldos migratórios positivos⁷⁰ têm um volume reduzido. Todavia os municípios já mencionados, dotados de estruturas etárias menos envelhecidas, que albergam centros urbanos ou que estão na sua área urbana, ou ainda que se localizam no litoral, são os que registam maiores saldos migratórios positivos. É o caso de Lalín ou de Nigrán, O Porriño e Poio, este três últimos integrados na cintura metropolitana de Vigo, município que tem o saldo migratório mais elevado da região, logo seguido de Pontevedra. Na província de Ourense, para além do município capital, os municípios de O Barco de Valdeorras ou de Verín; em Zamora, Benavente, Villaralbo e o da capital provincial; em Salamanca, Cabrerizos, Villamayor, Villares de la Reina e, sobretudo, Santa Marta de Tormes que estão na periferia da capital, Ciudad Rodrigo, Terradillos e Fuentes de Oñoro, que se localiza mesmo junto à linha fronteiriça, para além do município de Salamanca que, com um saldo migratório superior a doze mil indivíduos, confirma a polarização exercida pelas capitais provinciais. Na província de Cáceres, além de Malpartida de Cáceres, na periferia da capital, o município de Cáceres,

⁶⁹ Ver no *Anexo 16* os resultados para todos os municípios para os quais foi possível calcular a equação de concordância para este período.

⁷⁰ Em Pontevedra há 18, Ourense, 13, Zamora, 18, Salamanca, 36, Cáceres, 31, Badajoz, 28 e em Huelva, 29.

Miajadas, Navamorale de la Mata e Plasencia. Também na província de Badajoz, o município que regista um saldo migratório mais elevado é o da capital provincial, seguido do de Mérida, Montijo e, com um volume menor, Oliva de la Frontera, mesmo junto á raia. Em Huelva, são principalmente os municípios junto ao mar, Almonte, Cartaya, Lepe, Moguer, Punta Umbria e/ou junto à cidade de Huelva, Palos de Frontera, Gibraleón, San Juan del Puerto, Aljaraque, os que contam com um maior crescimento migratório.

Segundo os recenseamentos da população, as migrações que significam uma mudança de município diminuíram entre 1981 e 1991⁷¹.

Quadro 45 - Percentagem da população maior de 10 anos que mudou de município

| Províncias | 1981 | | 1991 | |
|------------|------|-----|------|-----|
| | A* | B* | A* | B* |
| Pontevedra | 6,2 | 3,2 | 8,2 | 4,8 |
| Ourense | 9,3 | 2,8 | 8,6 | 4,5 |
| Zamora | 18,3 | 4,1 | 14,1 | 5,5 |
| Salamanca | 18,2 | 6,0 | 13,1 | 6,4 |
| Cáceres | 19,2 | 4,0 | 12,4 | 5,4 |
| Badajoz | 18,0 | 3,4 | 9,9 | 4,2 |
| Huelva | 10,8 | 3,8 | 9,2 | 4,4 |

*A - % de população com 10 ou mais anos que mudou de município, segundo o lugar de residência em 31/12/1970 ou 31/12/1981, em relação à população que tinha 10 ou mais anos em 1981 ou 1991.

*B - % de população com 10 ou mais anos que mudou de município dentro da mesma província, segundo o lugar de residência em 31/12/1970 ou 31/12/1981, em relação à população que tinha 10 ou mais anos em 1981 ou 1991.

Fonte: INE. *Censo de Población*, 1981, 1991, Madrid.

⁷¹ Tanto no recenseamento de 1981 como no de 1991 a recolha das características da população migrante faz-se em relação aos indivíduos com 10 ou mais anos.

Há, no entanto, como se pode ver no *Quadro 45*, um aumento da mobilidade de mais curta distância, ou seja, a que tem lugar entre municípios de uma mesma província. Em Pontevedra, Cáceres e Badajoz a percentagem de população que mudou de município dentro da província é mesmo mais elevada do que a dos que mudaram de província, enquanto que em Salamanca e Huelva é praticamente igual.

Estes dados vêm, desta forma, confirmar a ideia de uma redistribuição da população dentro das províncias, patente no aumento do peso relativo que representam os centros com características urbanas, em relação aos respectivos municípios e províncias. Também a atracção exercida pelas capitais provinciais é aqui visível, o que vai, por outro lado, influenciar positivamente a sua dinâmica natural, circunstância que aliás também ocorre na maioria daqueles aglomerados urbanos, contrastando com o resto destas regiões fronteiriças onde predominam as populações envelhecidas, níveis de mortalidade mais elevados e de natalidade mais baixos.

⁷¹ Tanto no recenseamento de 1981 como no de 1991 a recolha das características da população migrante faz-se em relação aos indivíduos com 10 ou mais anos.

CAPÍTULO V

**FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA:
DOIS ESPAÇOS DE UMA MESMA REALIDADE**

A fronteira que separa os dois países ibéricos é uma fronteira problemática desde a Idade Média. Linha defensiva que favoreceu a construção de praças fortes, algumas épocas de estabelecimento de relações de comércio entre os dois países, centralização política e económica que acabou por fomentar uma organização territorial que privilegiava o litoral em detrimento dos espaços interiores, são alguns dos factores que maioritariamente marginalizaram a faixa que tem como limite a fronteira política. E o desenvolvimento urbano e industrial não afectou especialmente estas regiões, antes pelo contrário. Por isso se tornaram áreas repulsivas, marcadas pelos movimentos de saída que, sobretudo a partir dos anos cinquenta, afastaram milhares de jovens activos, alterando as estruturas e a dinâmica demográfica das suas populações. Também é certo que esta situação de subdesenvolvimento, que nos anos noventa é ainda uma realidade, como pudemos verificar através dos valores do PIB *per capita* (em paridade de poder de compra), é o resultado quer das opções políticas, quer da respectiva localização nos contextos nacionais. Como diz López Trigal «la situación de estancamiento en el Oeste de España y el Interior de Portugal, más bien motivada por ser áreas terminales, y no intermedias, del tráfico de dos mercados nacionales contíguos com muy escasa interpenetración»¹.

É certo que a adesão dos dois países à Comunidade Europeia e a posterior abolição das fronteiras, veio criar novos mecanismos de cooperação e comunicação.

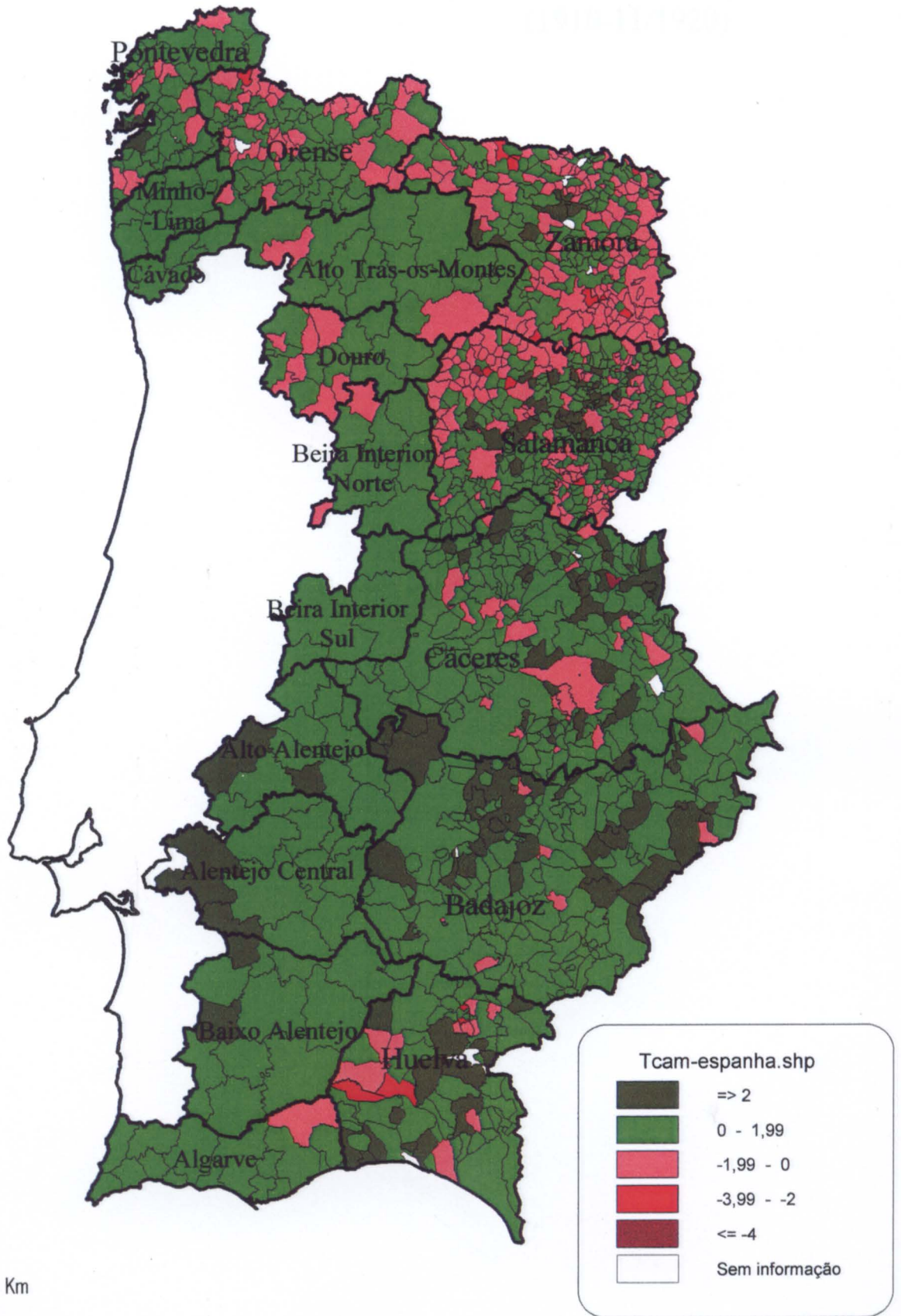
¹ «La frontera como factor geografico», *III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, p.599.

Todavia, os efeitos das vicissitudes históricas e, mais recentemente, os movimentos migratórios, tanto de êxodo rural como de emigração, que atingiram o seu auge nas décadas de 60 e 70, juntamente com as alterações da dinâmica natural, desenharam fortes assimetrias geodemográficas nos dois países ibéricos. Ainda que actualmente estes movimentos tenham perdido intensidade, o certo é que as suas consequências são agora bem visíveis.

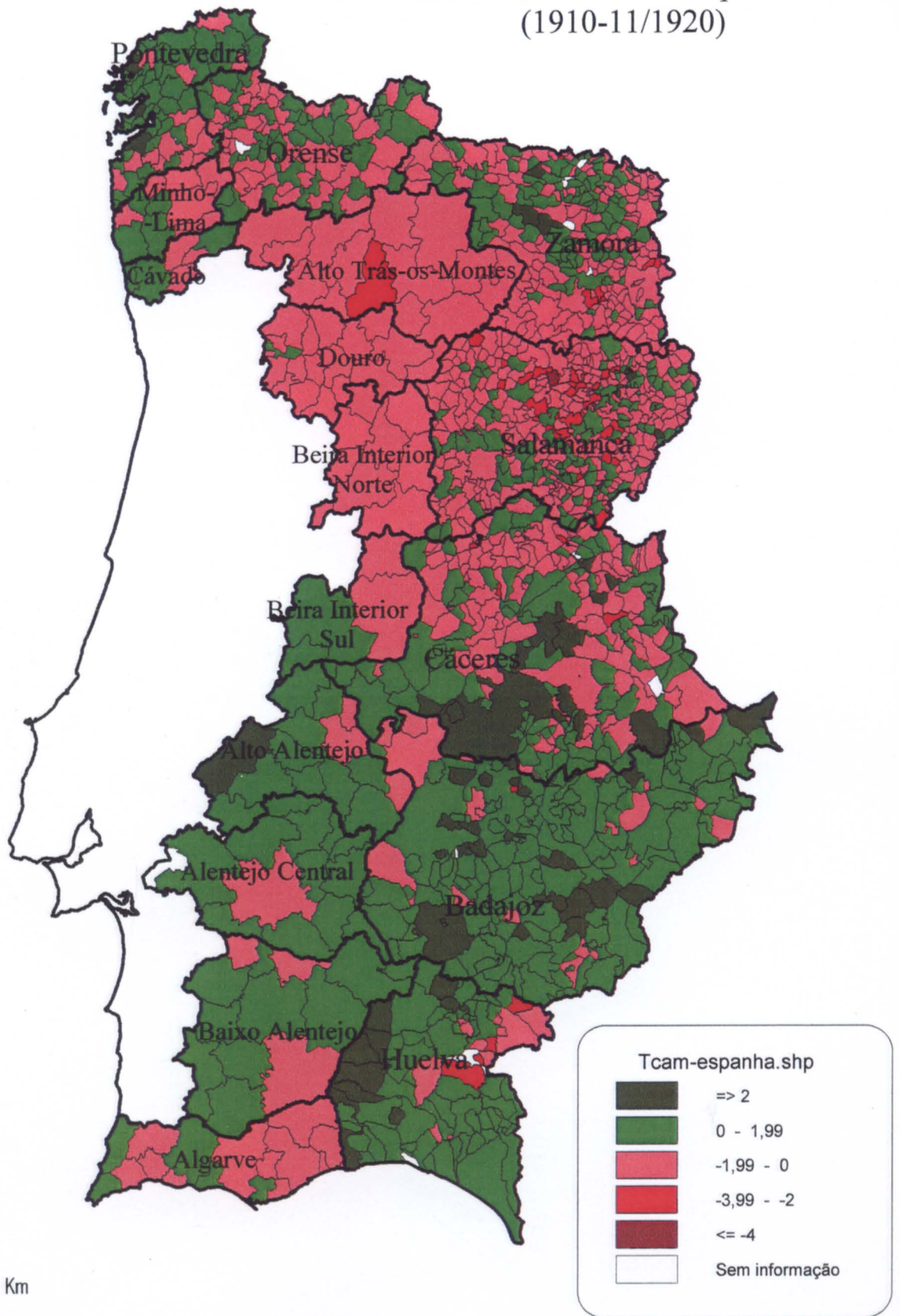
Assim, podemos apontar o rápido declínio da fecundidade, o acréscimo da esperança média de vida e os movimentos migratórios como os principais aspectos que marcaram a evolução das populações da raia ibérica na segunda metade do século XX. Evolução que, embora tenha o mesmo caminho, conheceu tempos e intensidades diferentes, porque as estruturas e dinâmicas tinham características regionais diferenciadas. Já verificámos como as variáveis demográficas foram condicionadas e actuaram dos dois lados da fronteira. Interessa então compreender que homogeneidade podemos encontrar entre todas as regiões que limitam a linha divisória, mas também saber se há semelhanças relativamente à posição que ocupam nos espaços nacionais.

Começemos pela análise das representações cartográficas das taxas de crescimento anual médio dos municípios e concelhos (ver *Mapas 8 a 16*) que vai permitir retirar algumas conclusões sobre o que une e separa esta fronteira. E podemos decompor esta análise considerando duas fases cuja linha de separação passa em 1950. Até meados do século as regiões de fronteira vão crescendo, pese embora alguns períodos em que conjunturas adversas provocam o alargamento das manchas cromáticas que indicam taxas negativas. É o caso do período inter-censitário 1910-11/20, em que as regiões conhecem um período de abrandamento, no lado espanhol, ou de regressão, do lado português. São, sobretudo, as regiões do nordeste da área fronteiriça que registam crescimentos negativos, de forma mais extensa na raia portuguesa.

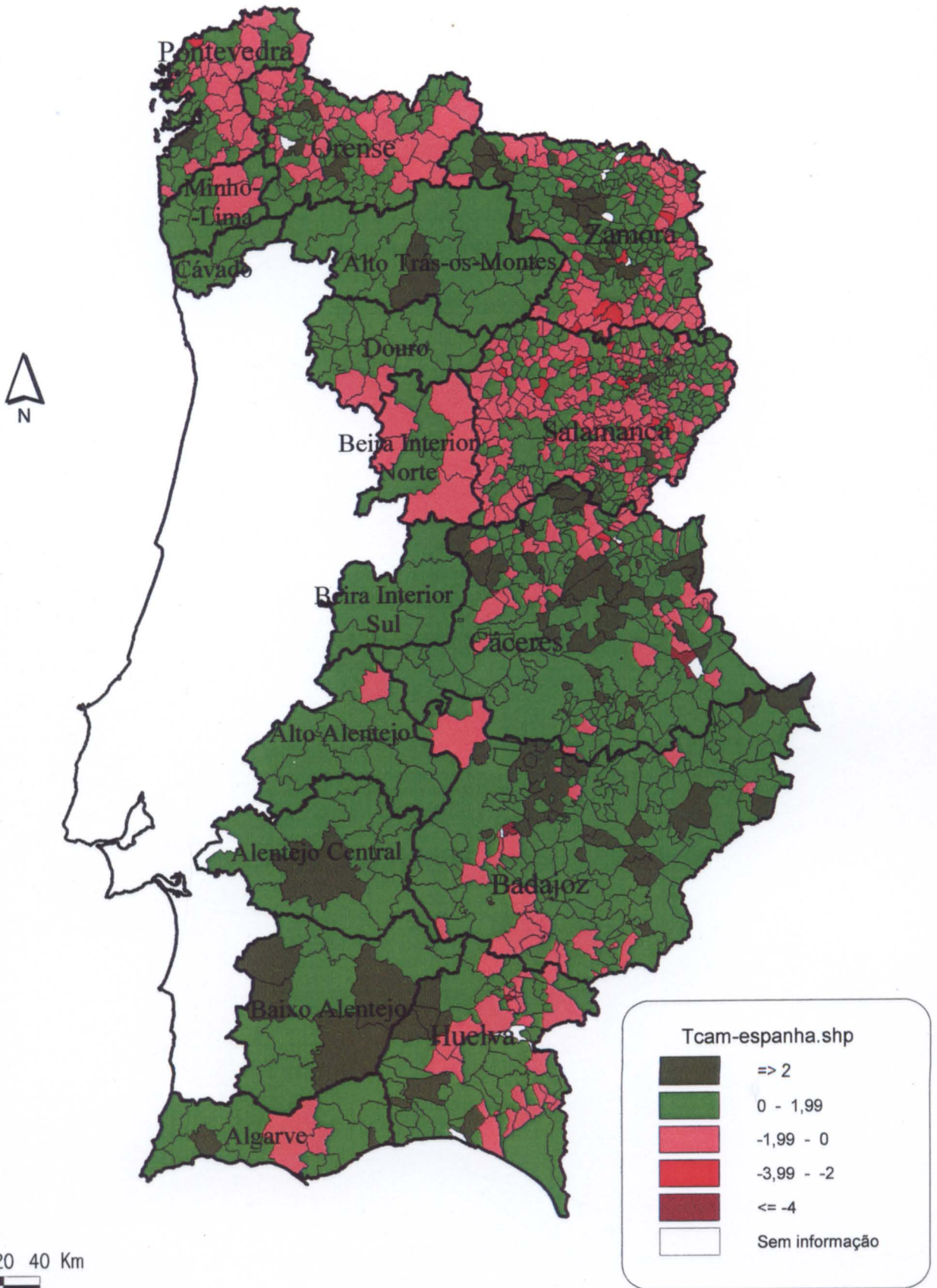
MAPA 8
 TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
 (1900-1/1910-11)



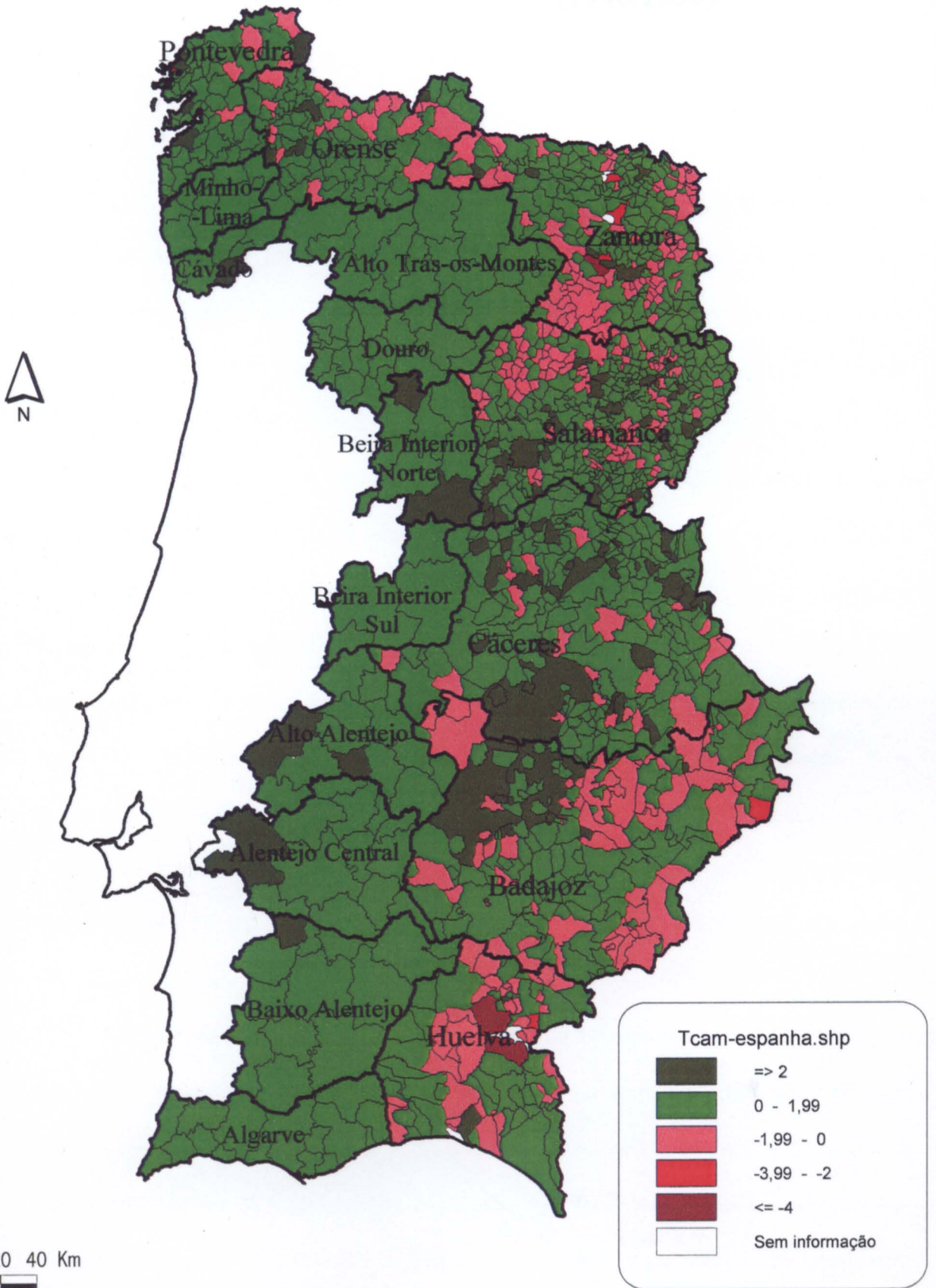
MAPA 9
 TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
 (1910-11/1920)



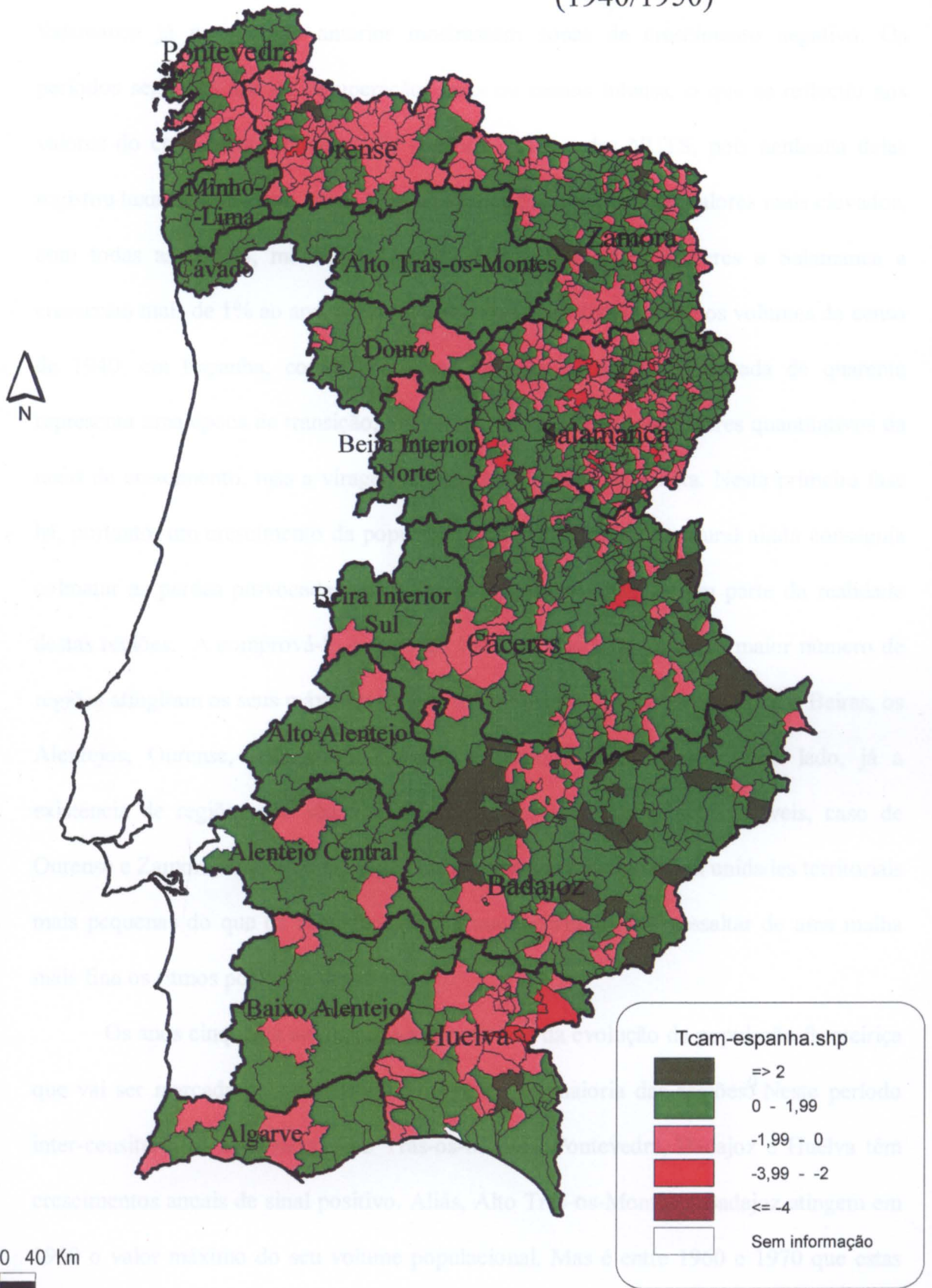
MAPA 10
TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
(1920/1930)



MAPA 11
TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
(1930/1940)



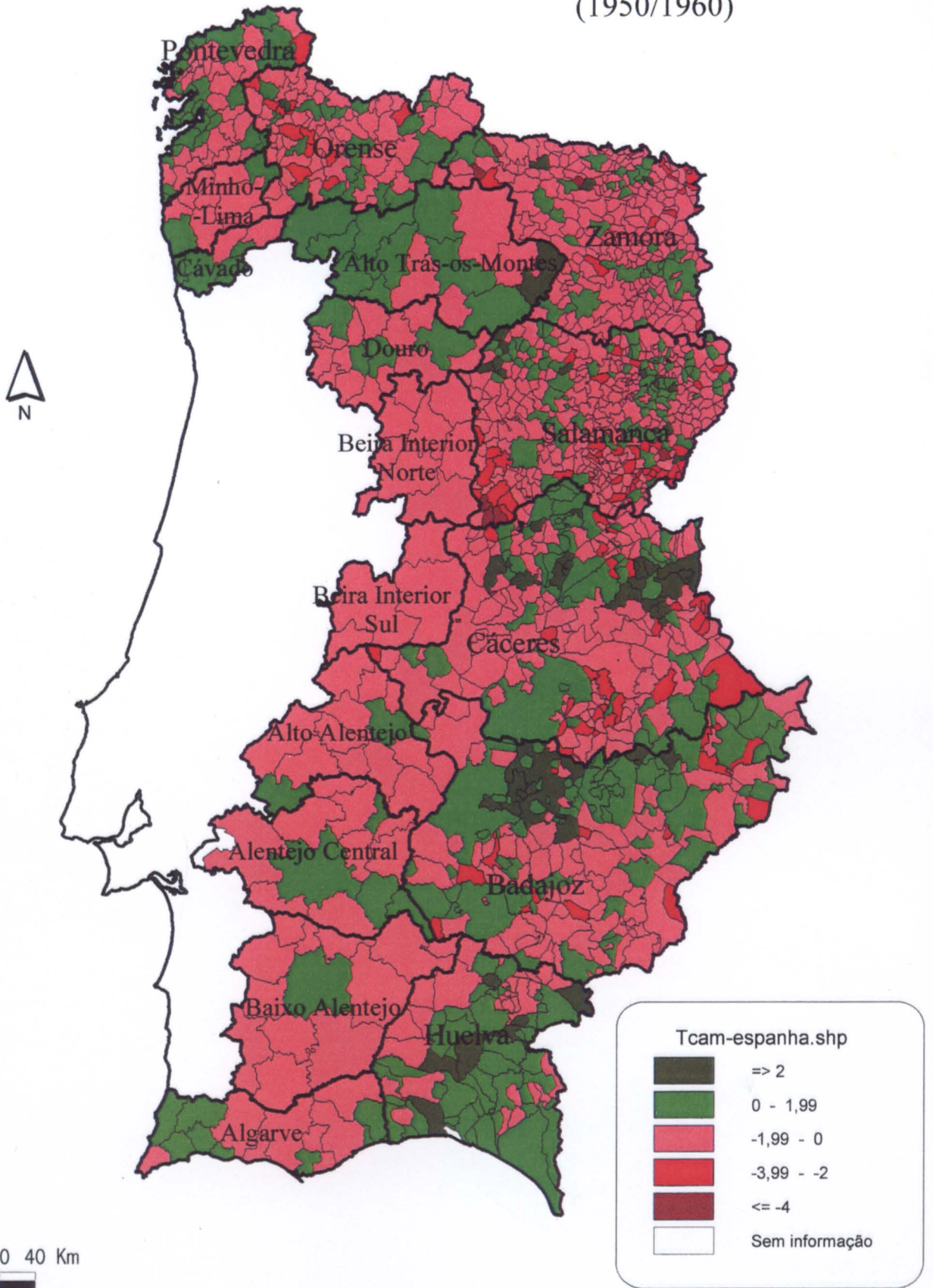
MAPA 12
 TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
 (1940/1950)



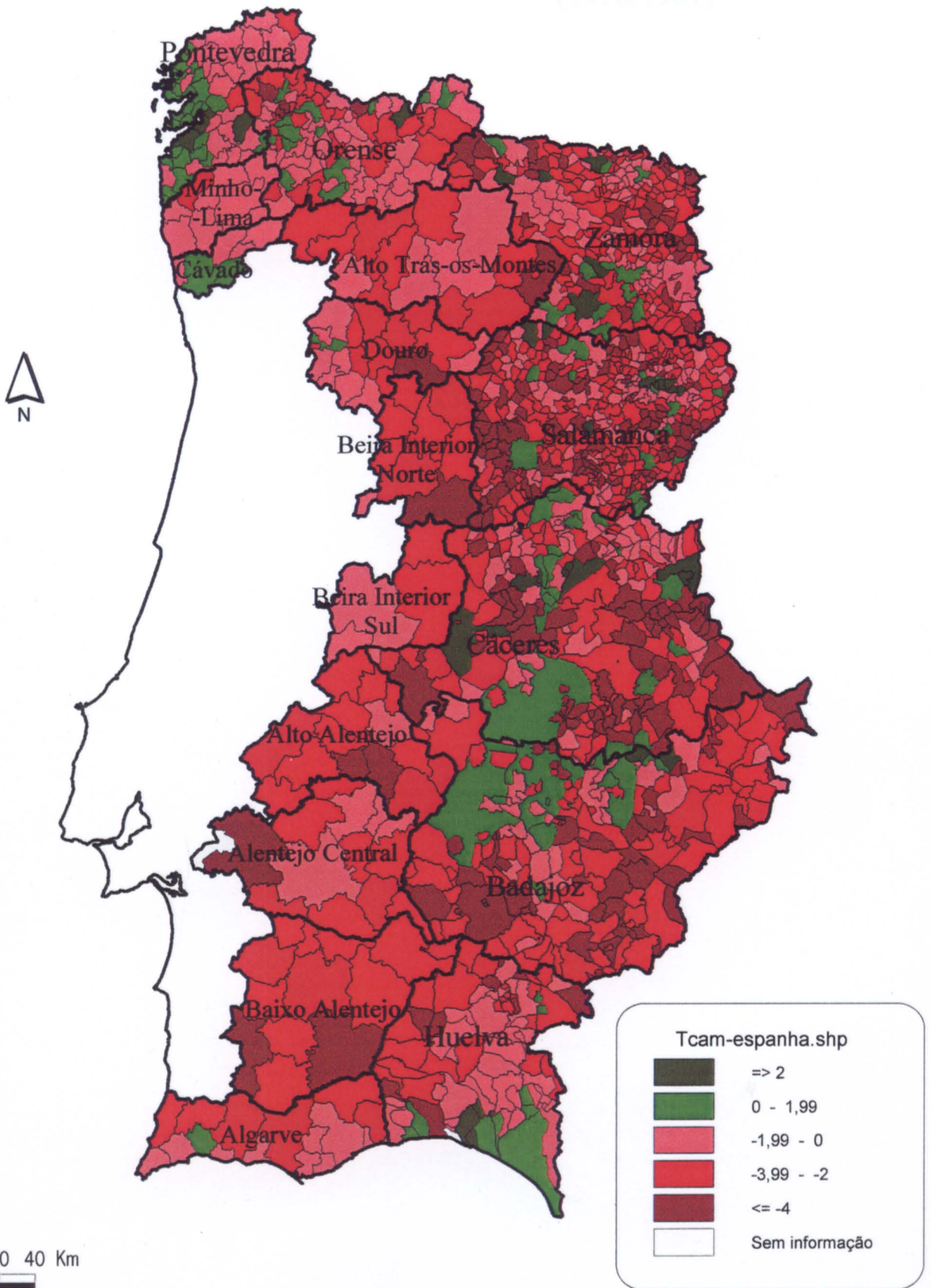
Veja-se o Alto Trás-os-Montes, embora as províncias de Ourense, Zamora e Salamanca já no período anterior mostrassem zonas de crescimento negativo. Os períodos seguintes são de recuperação, mais ou menos intensa, o que se reflectiu nos valores do crescimento anual médio das províncias e das NUTS, pois nenhuma delas registou taxas negativas. É entre 1930 e 1940 que se verificam os valores mais elevados, com todas as NUTS, menos o Algarve, e em Pontevedra, Cáceres e Salamanca a crescerem mais de 1% ao ano, apesar das dúvidas que existem sobre os volumes do censo de 1940, em Espanha, como já tivemos ocasião de referir. A década de quarenta representa uma época de transição, visível no abrandamento dos valores quantitativos da taxas de crescimento, mas a viragem chega com os anos cinquenta. Nesta primeira fase há, portanto, um crescimento da população, em que a dinâmica natural ainda conseguia colmatar as perdas provocadas pelos fluxos migratórios que faziam parte da realidade destas regiões. A comprová-lo o facto de 1950 ter sido o ano em que maior número de regiões atingiram os seus máximos de população: Minho-Lima, Douro, as duas Beiras, os Alentejos, Ourense, Salamanca, Cáceres e Zamora. Nota-se, por outro lado, já a existência de regiões que são mais afectadas por conjunturas desfavoráveis, caso de Ourense e Zamora, embora o facto de em Espanha trabalharmos com unidades territoriais mais pequenas do que os concelhos portugueses, permita fazer ressaltar de uma malha mais fina os ritmos positivos/negativos.

Os anos cinquenta anunciam a segunda fase da evolução da população fronteiriça que vai ser marcada pela recessão demográfica da maioria das regiões. Neste período inter-censitário só o Cávado, Alto Trás-os-Montes, Pontevedra, Badajoz e Huelva têm crescimentos anuais de sinal positivo. Aliás, Alto Trás-os-Montes e Badajoz atingem em 1960 o valor máximo do seu volume populacional. Mas é entre 1960 e 1970 que estas

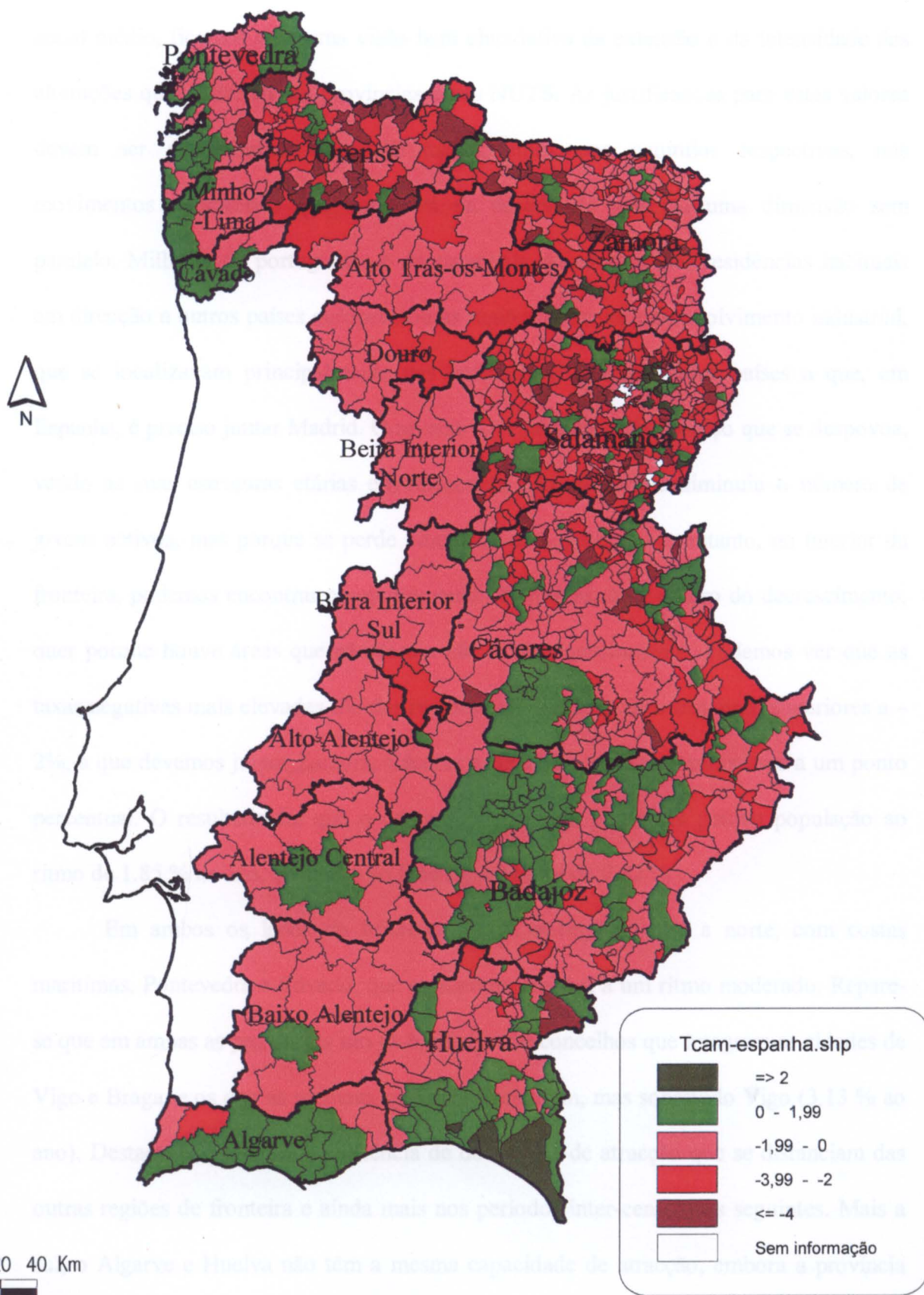
MAPA 13
 TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
 (1950/1960)



MAPA 14
TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
(1960/1970)



MAPA 16
 TCAM nos concelhos e municípios de fronteira
 (1981/1991)



Se à representação cartográfica juntarmos o *Gráfico 15* das taxas de crescimento anual médio, ficamos com uma visão bem elucidativa da extensão e da intensidade das alterações que se deram nas províncias e nas NUTS. As justificações para estes valores devem ser encontradas, como já mencionámos nos capítulos respectivos, nos movimentos migratórios que atingiram na década de sessenta uma dimensão sem paralelo. Milhares de portugueses e de espanhóis saíram das suas residências habituais em direcção a outros países europeus ou às regiões de maior desenvolvimento industrial, que se localizavam principalmente nas costas marítimas dos seus países a que, em Espanha, é preciso juntar Madrid. O reverso foi este interior fronteiriço que se despovoou, vendo as suas estruturas etárias envelhecerem, não só porque diminuiu o número de jovens activos, mas porque se perde vitalidade demográfica. No entanto, no interior da fronteira, podemos encontrar comportamentos diferentes, quer dentro do decrescimento, quer porque houve áreas que não foram afectadas negativamente. Podemos ver que as taxas negativas mais elevadas são das regiões portuguesas, cinco das quais superiores a -2%, a que devemos juntar Zamora, Cáceres e Badajoz, com taxas superiores a um ponto percentual. O resultado foi que o conjunto fronteiriço português perdeu população ao ritmo de 1.85 % ao ano, enquanto do lado espanhol foi de 0.82 %.

Em ambos os lados da fronteira foram as regiões mais a norte, com costas marítimas, Pontevedra e Cávado, que cresceram, embora a um ritmo moderado. Repare-se que em ambas as províncias são os municípios e concelhos que integram as cidades de Vigo e Braga, e os que as rodeiam, que mais cresceram, mas sobretudo Vigo (3.13 % ao ano). Destaca-se, portanto, a existência de dois pólos de atracção que se distanciam das outras regiões de fronteira e ainda mais nos períodos inter-censitários seguintes. Mais a sul, o Algarve e Huelva não têm a mesma capacidade de atracção, embora a província espanhola registe uma taxa negativa moderada e os municípios da costa este, junto à

capital provincial, não percam população. No Algarve, só Portimão sobressai positivamente. Todavia, as décadas seguintes são de recuperação, mais intensa no Algarve na década de setenta, e mais moderada nos anos oitenta, à semelhança dos crescimentos dos respectivos países.

Esta trajectória regressiva vai manter-se na maioria das regiões, ainda que com intensidades menos marcadas. Lembramos que, em ambos os países, na segunda metade do século acontecem profundas modificações na dinâmica natural devido à queda conjugada dos níveis de mortalidade e de fecundidade e ao consequente aumento da esperança de vida, mas também diminuição das faixas etárias mais jovens, processo que segue o dos outros países europeus, só que num tempo muito mais curto. Na verdade, como se pode observar no *Mapa 15*, durante os anos setenta terá havido uma diminuição dos fluxos de saída em algumas regiões, o que se traduziu no crescimento de algumas zonas, mais evidente na fronteira portuguesa. Tendência que se retrai entre 1981 e 1991, notando-se uma redistribuição da população dentro de cada província/NUT, ou seja, uma maior concentração nos núcleos urbanos de média dimensão.

Considerando os volumes e ritmos do crescimento anual médio podemos, deste modo, identificar dois grupos de regiões fronteiriças depois de 1960. O primeiro é constituído pela maioria das regiões e caracteriza-se por taxas negativas, embora pontualmente haja que matizar, visto podermos destacar Cáceres e Badajoz e em menor medida Salamanca, que registam valores moderadamente positivos em 1981-91 e 1991-96, as duas primeiras, e só em 1981-91, a segunda. O lado português apresenta-se assim como uma zona mais repulsiva, visto que todas as NUTS registam taxas negativas no último período inter-censitário. As excepções, Cávado e Algarve, pertencem ao segundo grupo, juntamente com Pontevedra, a única região da fronteira que não registou taxas negativas entre 1900 e 1996, e Huelva. Têm em comum, para além da proximidade

geográfica e localização nos extremos norte e sul da área de fronteira, o facto de serem as únicas que têm costas marítimas. Mas também aqui o crescimento não foi uniforme. A proximidade do mar parece favorecer a atracção da população, veja-se (*Mapa 16*) a faixa que liga o Cávado, concelhos costeiros do Minho-Lima e segue para norte desenhando as costas de Pontevedra. Ou nas regiões meridionais em que também são as unidades territoriais mais próximas do mar que conhecem crescimentos anuais positivos, ao contrário das mais interiores que continuam, no geral, a sua tendência recessiva. Note-se que são precisamente Pontevedra, o Cávado, o Algarve e Huelva que conhecem um aumento expressivo do peso da sua população activa a partir de 1991.

No sentido de verificar a continuação ou interrupção destas tendências consultámos, já na fase final desta investigação, os dados da última renovação do *Padrón Municipal*, realizada em 1998, e para Portugal os dados da actualização do recenseamento eleitoral de 1999 e as estimativas da população residente, em 31 de Dezembro de 1998, publicadas pelo INE.

Quadro 46 - Variação da população nas províncias espanholas entre 1996 e 1998

| | Padrón 96 (1/5/96) | Padrón 98 (1/1/98) | Var. % |
|-------------------|-----------------------|-----------------------|--------|
| Pontevedra | 915104 | 906298 | -0,96 |
| Ourense | 346913 | 344170 | -0,79 |
| Zamora | 207475 | 205201 | -1,10 |
| Salamanca | 353020 | 349550 | -0,98 |
| Cáceres | 413396 | 405616 | -1,88 |
| Badajoz | 656848 | 663803 | 1,06 |
| Huelva | 454735 | 453958 | -0,17 |

Fonte: INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997. INE, *Revisión del Padrón Municipal de Habitantes. Población a 1 de enero de 1998* (www.ine.es/inebase)

Começando pela análise dos dados referentes à última renovação do *Padrón Municipal* (Quadro 46), verificamos que todas as províncias, à excepção de Badajoz, viram diminuir a sua população, de forma mais acentuada em Zamora, província tradicionalmente repulsiva e em Cáceres.

Quadro 47 - Variação da população nas NUTS portuguesas entre 1991 e 1998

| | 1991 | Reces.Eleitoral (9/10/1998)* | Estimativas (31/12/1998) | Var % | Var % |
|----------------|--------|---------------------------------|-----------------------------|-------|-------|
| | A | B | C | A/B | A/C |
| Minho-Lima | 250059 | 281369 | 250500 | 12,52 | 0,18 |
| Cávado | 378420 | 379505 | 378420 | 7,43 | 7,12 |
| Douro | 238695 | 259115 | 234340 | 8,55 | -1,82 |
| A.T.Montes | 235241 | 285408 | 223810 | 21,33 | -4,86 |
| B. Int. Norte | 118513 | 135738 | 111180 | 14,53 | -6,19 |
| B.Int.Sul | 81015 | 89628 | 77270 | 10,63 | -4,62 |
| Alto Alent. | 128687 | 133735 | 119830 | 3,92 | -6,88 |
| Alent. Central | 173216 | 184226 | 166680 | 6,36 | -3,77 |
| Baixo Alent. | 143020 | 151283 | 131220 | 5,78 | -8,25 |
| Algarve | 341404 | 391464 | 348650 | 14,66 | 2,12 |

* Indivíduos recenseados + população com menos de 18 anos, considerando que é 20 % do total.

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1991, Lisboa, INE; INE, *Infoline*, Pesquisa por Unidade Territorial, (<http://www.ine.pt>); *Recenseamento Eleitoral 1998, Referência 9-Outubro*, (<http://www.stape.pt/recen-seamento>).

Quanto às regiões portuguesas, a natureza dos dados não nos permite avançar com conclusões muito firmes. Por um lado, uma vez que não dispomos de dados intermédios, só de estimativas, ao contrário do que acontece em Espanha, onde podemos dispor da contagem do *Padrón* de 1996 tomámos como ponto de comparação o recenseamento de 1991. Depois, socorremo-nos de dois tipos de dados com origens completamente diferentes: as estimativas produzidas pelo INE e a actualização do recenseamento eleitoral de Outubro de 1998, à qual aplicámos o raciocínio de pressupor

que a população menor de 18 anos constitui 20 % do total. Obtivemos, assim, dois resultados muito dispare dos possíveis volumes populacionais das NUTS portuguesas de fronteira (*Quadro 47*). Apesar de tudo, os dados produzidos pelo INE parecem-nos mais plausíveis, já que os resultados do recenseamento eleitoral aparecem-nos como estando sobreavaliados. Repare-se, por exemplo, nos valores referentes ao Alto Trás-os-Montes ou às Beiras. Se tomarmos como referência as estimativas do INE, podemos concluir pela continuação da linha evolutiva até agora traçada, ou seja, o carácter repulsor destas regiões, mas onde se distinguem algumas regiões a norte, Minho-Lima e Cávado, e no sul o Algarve, que se separam deste padrão recessivo na linha, aliás, do que anteriormente já se verificava.

Falávamos há pouco numa progressiva concentração da população em aglomerados urbanos de média dimensão, isto é, a par de uma redistribuição da população nos respectivos territórios nacionais, assiste-se dentro de cada província/NUT a um progressivo abandono das áreas rurais e a um crescimento das cidades. Embora seja nos municípios e lugares com menos de dois mil habitantes que vive a maioria da população raiana, nota-se uma progressiva perda de importância destas categorias o que pode indicar um acentuar da desertificação das áreas rurais. Só em Pontevedra, Ourense, Badajoz e Huelva é que o peso destes municípios é mais reduzido, sobretudo em Pontevedra, em que não chega a um ponto percentual. Por outro lado, como observámos quando analisámos cada um dos lados desta fronteira, há um aumento do peso demográfico dos centros com características urbanas relativamente à respectiva área regional que, contudo, não chega para construir uma rede urbana equilibrada e, muito menos, que se assemelhe aos níveis de urbanização dos respectivos países.

Ora quando comparamos as duas regiões fronteiriças entre si, a portuguesa e a espanhola, encontramos igualmente desequilíbrios tanto nos níveis de urbanização (ver

Quadros 20 e 37), como no número de aglomerados com mais de dez mil habitantes (ver *Quadros 19 e 36*). Para além da impossibilidade de considerar o limiar de centros com mais de cinquenta mil habitantes e, em seis NUTS, o de mais de vinte mil habitantes, as taxas de urbanização das sub-regiões portuguesas, tanto em 1981 como em 1991, são na generalidade inferiores às das suas congéneres espanholas. A província que se aproxima mais das taxas de urbanização das regiões portuguesas é Ourense que, por outro lado, é a província da raia espanhola com os níveis mais baixos de urbanização naqueles anos. Todavia, devemos ter sempre presente a necessidade de relativizar, quando analisamos o desenvolvimento urbano da raia portuguesa, já que o sistema urbano português tem dimensões muito diferentes do espanhol. Seja como for, a verdade é que a inferioridade numérica de aglomerados urbanos do lado português e a proximidade de centros como Vigo, Zamora, Badajoz ou Huelva, assim como o crescimento e melhoria das ligações, tem sido apontado como um factor que leva as populações da raia portuguesa a procurarem do outro lado da fronteira serviços que no seu país ficam mais distantes². Note-se que, enquanto do lado português existiam, em 1991, onze centros entre os dez e os vinte mil habitantes e cinco com mais de vinte mil, do lado espanhol existiam dezanove e doze, respectivamente.

Em ambos os lado da fronteira é, assim, possível encontrar um movimento comum de abandono dos núcleos rurais, onde reside uma população envelhecida, e a transferência de população para centros de maior dimensão o que, em alguns casos, como vimos, leva ao desenvolvimento das áreas limítrofes, num claro processo de peri-urbanização. Por outro lado, nas regiões espanholas, desenha-se em 1991 e 1996 um maior crescimento dos aglomerados entre dez e vinte mil habitantes em detrimento das

² Sobre esta questão ver *supra* pp. 88-89 e notas 138 a 142 do capítulo I onde se fazem referências a estudos desenvolvidos sobre a rede urbana da fronteira luso-espanhola.

capitais provinciais, o que se traduziu também na superação da fasquia dos dez mil habitantes de alguns núcleos, em Cáceres e Huelva.

Esta população envelhecida que reside nas áreas rurais é uma das consequências dos intensos movimentos migratórios dos anos sessenta. A saída de indivíduos jovens supôs um perda da capacidade reprodutora e uma diminuição da natalidade, assim como o envelhecimento começa a provocar um aumento das taxas de mortalidade, o que abre caminho a um cada vez menor crescimento natural. Estas alterações dos comportamentos e da composição das populações são processos que, com maior ou menor vigor, se deram dos dois lados da fronteira.

Podemos, pois, afirmar que as relações entre os grupos de idades e, mais concretamente, o problema do envelhecimento, é um dos aspectos marcantes da evolução demográfica dos dois países ibéricos nas últimas décadas, à semelhança do que já tinha sucedido na maioria dos países europeus. Mas nestas regiões de fronteira adquire contornos mais carregados como resultado do papel por elas desempenhado na redistribuição espacial das populações nacionais, que também ocorreu, nos dois países, com cronologias idênticas. E os problemas que este processo acarreta, também são partilhados pelas diferentes regiões: maior debilidade económica e social, menor dinamismo e capacidade de inovação, aumento das despesas sociais, etc. Vejamos então quais as províncias e NUTS que têm os mesmos níveis de envelhecimento e quais as que se diferenciam.

No que diz respeito ao peso dos menores de 15 anos vimos já que há em todas as regiões uma progressiva diminuição do seu peso. Os valores são muito aproximados (ver *Quadros 14 e 31*) nos dois conjuntos fronteiriços - notando-se até 1991 uma ligeira vantagem do conjunto fronteiriço português - variando entre os 29.9 % (Portugal) e os 28.2 % (Espanha), em 1960 e os 16.7 % e os 16.3 %, em 1996. A região com o menor

envelhecimento na base é o Cávado, posição que se mantém inalterável entre 1960 e 1996, e a mais envelhecida começa por ser o Algarve, em 1960, para depois a Beira Interior Sul e Ourense ocuparam esse lugar, praticamente a par até 1996. Estas regiões são os casos mais extremos, com o Cávado, em 1996, a superar ainda os 20 % de população jovem e Ourense e a Beira Interior Sul, com cerca de 12 %. Próximas do Cávado estão Badajoz e Huelva (19%) regiões, lembremos, tradicionalmente com uma natalidade mais elevada e que só a partir do princípio da década de 80 vão sentir mais intensamente a queda desta variável micro-demográfica.

Quanto ao envelhecimento no topo, a fronteira portuguesa regista um maior peso dos indivíduos com mais de 65 anos desde 1970, além de ser aí que se localizam as regiões onde os idosos, durante o período que estamos a considerar, têm no contexto dos dois espaços fronteiriços uma proporção mais elevada, a Beira Interior Sul, e menos, o Cávado. A evolução da percentagem de idosos não é tão linear do lado espanhol, pois como observámos, Ourense e Zamora, com valores próximos embora inferiores à NUT portuguesa, alternam a primazia de serem as províncias com maior envelhecimento no topo e Cáceres, Pontevedra e, nos anos noventa, Huelva, sejam as províncias onde os maiores de 65 anos têm um menor peso relativo.

Esta continuada inversão da relação entre os grupos de idade, nomeadamente do crescente peso relativo dos mais velhos, acaba por se reflectir no índice de envelhecimento: se em 1960 o lado português tinha 28 maiores de 65 anos, por cada cem jovens, e o conjunto das regiões espanholas, 30, em 1996 já têm, respectivamente, 108 e 109. Todavia, tanto em 1991 como em 1996 (é preciso não esquecer que os valores da população portuguesa que dizem respeito ao último ano da nossa observação são estimativas), as NUTS raianas têm comparativamente um envelhecimento muito mais

² Em 1991, Portugal registava um índice de envelhecimento de 68,3 e em 1996, de 71,2, enquanto a Espanha registava, para os mesmos anos, de 72,8 e 104,1.

³ Ver Anexo 4 e 11.

acentuado relativamente ao contexto nacional do que as províncias espanholas, embora a Espanha peninsular registe valores mais elevados neste índice do que Portugal³.

Nas NUTS portuguesas nota-se um acentuado agravamento do processo de envelhecimento, visto que se em 1991 ainda havia cinco NUTS (Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes e Algarve) onde os índices de envelhecimento ainda eram inferiores a cem, em 1996 essa situação restringe-se ao Cávado. Já nas províncias de fronteira só Cáceres passa de um índice inferior a superior a cem. As outras, ou já registavam índices elevados, caso de Ourense, Zamora e Salamanca, ou continuam a não chegar a esse patamar (Pontevedra, Badajoz e Huelva). Isso sim, em todas elas há um aumento dos valores deste indicador. Assim as regiões da fronteira luso-espanhola que têm maiores níveis de envelhecimento, tanto na base como no topo, são a Beira Interior Sul, Ourense e Zamora, que em 1996 já têm mais de duas pessoas com mais de 65 anos por cada jovem. A região fronteiriça mais jovem continua a ser o Cávado onde, em 1996, por cada cem jovens existem 49 idosos.

A nível concelhio e municipal estas alterações da composição da estrutura etária⁴ fazem ressaltar valores extremos do índice de envelhecimento. No sentido de encontrar áreas que mostrem alguma homogeneidade, cartografámos os valores deste indicador para 1991 e 1996, uma vez que para os anos anteriores não dispomos da população desagregada por grupos de idade para os municípios.

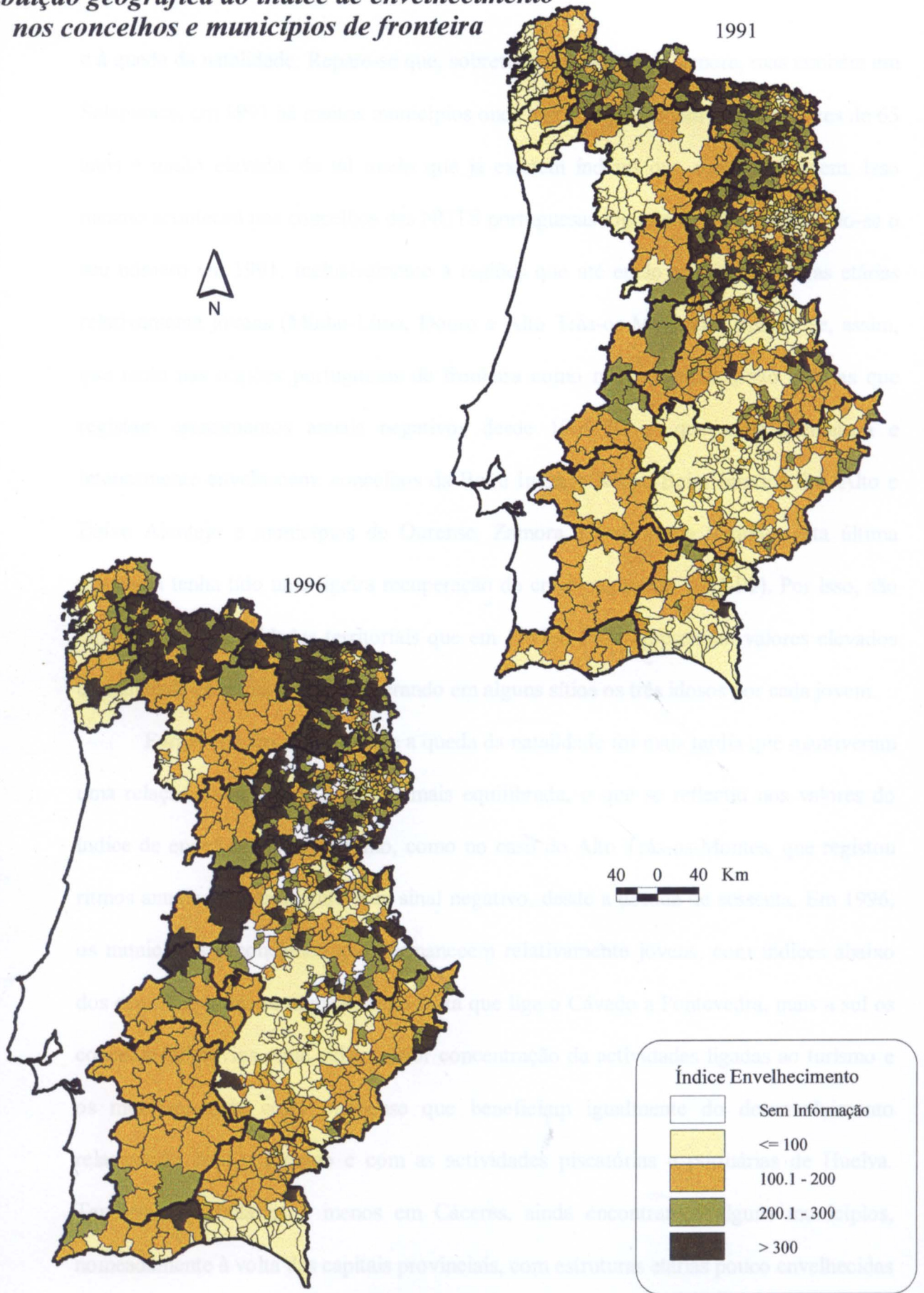
Num primeiro olhar (*Mapa 17*) ressalta o carregar das cores de 1991 para 1996, o que tanto dá conta do generalizar do processo de envelhecimento das regiões limítrofes da divisão política que separa os dois países ibéricos, como do seu agravamento em áreas que previsivelmente já tinham a sua estrutura etária desequilibrada devido ao êxodo rural

³ Em 1991, Portugal peninsular tinha um índice de envelhecimento de 69.5 e em 1996, de 88.2, enquanto a Espanha peninsular, para as mesmas datas, de 72.8 e 100.1.

⁴ Ver *Anexos 4 e 11*.

MAPA 17

Distribuição geográfica do índice de envelhecimento nos concelhos e municípios de fronteira



e à queda da natalidade. Repare-se que, sobretudo em Ourense, Zamora, mas também em Salamanca, em 1991 há muitos municípios onde a proporção de indivíduos maiores de 65 anos é muito elevada, de tal modo que já existem índices que superam os cem. Isso mesmo aconteceu nos concelhos das NUTS portuguesas logo desde 1970, alargando-se o seu número em 1991, inclusivamente a regiões que até então tinham estruturas etárias relativamente jovens (Minho-Lima, Douro e Alto Trás-os-Montes). Constata-se, assim, que tanto nas regiões portuguesas de fronteira como nas espanholas, são aquelas que registam crescimentos anuais negativos desde 1960-70 as que mais prematura e intensamente envelhecem: concelhos da Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto e Baixo Alentejo e municípios de Ourense, Zamora e Salamanca (embora esta última província tenha tido uma ligeira recuperação do crescimento em 1981-91). Por isso, são também aqueles unidades territoriais que em 1991 e 1996 apresentam valores elevados do índice de envelhecimento, superando em alguns sítios os três idosos por cada jovem.

Foram aquelas regiões onde a queda da natalidade foi mais tardia que mantiveram uma relação entre jovens e idosos mais equilibrada, o que se reflectiu nos valores do índice de envelhecimento, mesmo, como no caso do Alto Trás-os-Montes, que registou ritmos anuais de crescimento com sinal negativo, desde a década de sessenta. Em 1996, os municípios e concelhos que permanecem relativamente jovens, com índices abaixo dos cem, localizam-se numa estreita faixa que liga o Cávado a Pontevedra, mais a sul os concelhos algarvios onde existe maior concentração da actividades ligadas ao turismo e os municípios da costa onubense que beneficiam igualmente do desenvolvimento relacionado com o turismo e com as actividades piscatórias e portuárias de Huelva. Também em Badajoz, e menos em Cáceres, ainda encontramos alguns municípios, nomeadamente à volta das capitais provinciais, com estruturas etárias pouco envelhecidas quando comparadas com as províncias setentrionais.

Assim, enquanto na fronteira espanhola podemos encontrar alguma diferenciação entre um norte mais envelhecido, tanto na base como no topo, e um sul, a que juntamos Pontevedra, em que a relação entre os grupos etários mais jovens e os mais idosos se mostra ainda relativamente equilibrada, na fronteira portuguesa é praticamente toda a fronteira que se mostra envelhecida. As excepções, para além das que já identificámos, são de alguns concelhos menos interiores do Douro.

Este acentuar do processo de envelhecimento vai, por outro lado, reflectir-se nos níveis de natalidade e mortalidade destas regiões, uma vez que a composição por idades de uma população faz variar os indivíduos que estão expostos a determinado fenómeno. Sendo assim, as diferenças que podemos encontrar relativamente ao volume e sentido do crescimento natural podem relacionar-se com as diferenças que encontramos na configuração das pirâmides etárias. As regiões que têm uma população mais envelhecida apresentam as taxas de mortalidade mais elevadas e as de natalidade mais reduzidas. É o caso da Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Ourense e Zamora que registam, desde 1980-81, os níveis mais baixos de natalidade, tanto em relação às outras regiões raianas como em relação às médias nacionais. Lembramos que foram estas as regiões que indicámos como as mais envelhecidas na base e no topo. Salamanca, nos valores da natalidade, e o Baixo Alentejo, quanto à mortalidade, seguem de muito perto aquelas regiões.

Também é certo que as estruturas etárias destas NUTS e províncias são elas próprias o resultado da evolução demográfica passada, uma vez que a sua configuração actual foi moldada pela anterior dinâmica natural e pelos movimentos internos e externos de deslocação da população. Note-se que todas elas foram áreas que perderam população a ritmos anuais muito intensos durante a década de sessenta. Assim se explica que sejam estas regiões que logo desde o princípio dos anos 80 (Ourense, Beira Interior Norte,

Beira Interior Sul e Alto Alentejo), ou dos anos 90 (Zamora, Salamanca, Baixo Alentejo) tenham um crescimento natural fortemente negativo a que se associa um saldo migratório deficitário, como pudemos verificar nos resultados da equação de concordância (ver Quadros 27 e 44).

Quadro 48 – Crescimento natural nas províncias e NUTS de fronteira (%)

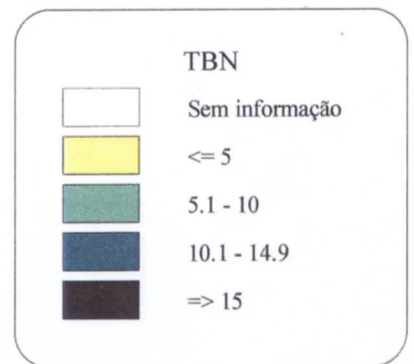
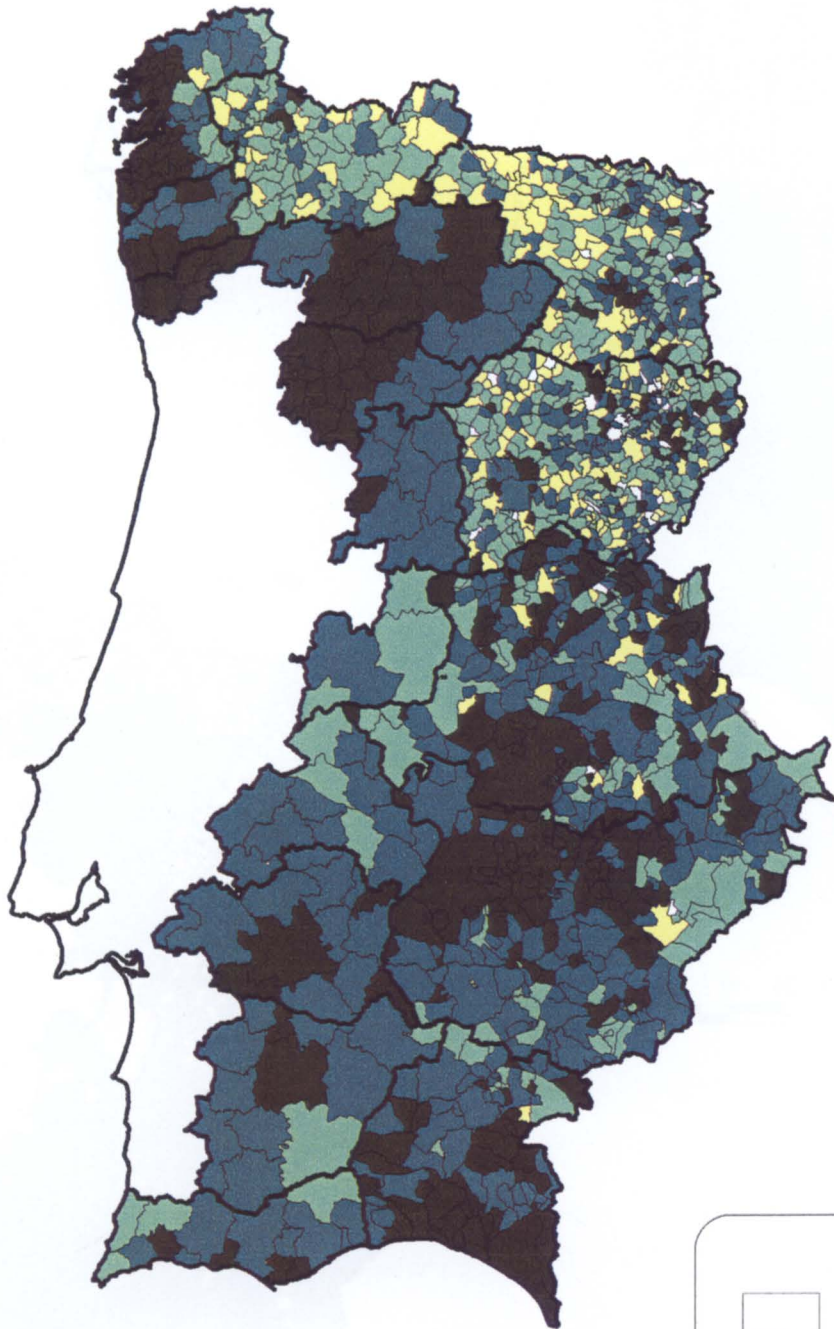
| | 1980-81 | | | 1990-91 | | | 1995-96 | | |
|---------------|---------|-------|-------|---------|-------|-------|---------|-------|-------|
| | TBN | TBM | TCN | TBN | TBM | TCN | TBN | TBM | TCN |
| M.Lima | 16,27 | 11,26 | 5,01 | 10,83 | 12,58 | -1,75 | 9,47 | 11,99 | -2,52 |
| Cávado | 20,32 | 8,07 | 12,26 | 14,73 | 8,22 | 6,52 | 13,52 | 7,82 | 5,70 |
| Douro | 17,30 | 11,39 | 5,91 | 11,36 | 12,15 | -0,79 | 9,42 | 11,58 | -2,16 |
| A.T.Montes | 15,66 | 11,15 | 4,51 | 10,37 | 13,07 | -2,70 | 8,23 | 13,04 | -4,81 |
| B.I.Norte | 13,30 | 13,82 | -0,52 | 9,57 | 14,15 | -4,58 | 7,97 | 14,12 | -6,15 |
| B.I.Sul | 11,22 | 12,83 | -1,61 | 8,53 | 14,92 | -6,39 | 7,13 | 15,37 | -8,23 |
| Alto Alen. | 12,51 | 12,90 | -0,38 | 9,06 | 14,22 | -5,16 | 8,28 | 15,52 | -7,24 |
| Alen. Central | 13,43 | 11,30 | 2,13 | 9,44 | 12,82 | -3,38 | 8,70 | 12,92 | -4,22 |
| Baixo Alen. | 13,45 | 12,13 | 1,32 | 9,58 | 15,52 | -5,94 | 8,12 | 16,42 | -8,30 |
| Algarve | 13,63 | 11,93 | 1,70 | 11,32 | 12,69 | -1,37 | 10,51 | 13,35 | -2,84 |
| Fronteira | 15,46 | 11,26 | 4,20 | 11,11 | 12,37 | -1,26 | 9,83 | 12,37 | -2,54 |
| Continente | 15,64 | 9,67 | 5,97 | 11,62 | 10,46 | 1,16 | 10,84 | 10,60 | 0,24 |
| Outras NUTS | 15,69 | 9,19 | 6,50 | 11,76 | 9,92 | 1,84 | 11,12 | 10,10 | 1,01 |
| | | | | | | | | | |
| Pontevedra | 16,25 | 8,15 | 8,10 | 9,29 | 8,88 | 0,42 | 7,86 | 8,80 | -0,94 |
| Ourense | 9,60 | 10,18 | -0,58 | 6,69 | 12,08 | -5,39 | 5,80 | 13,04 | -7,24 |
| Zamora | 11,13 | 10,41 | 0,71 | 8,04 | 12,06 | -4,03 | 6,45 | 11,95 | -5,50 |
| Salamanca | 12,28 | 8,00 | 4,28 | 8,20 | 9,65 | -1,45 | 7,18 | 10,31 | -3,12 |
| Cáceres | 14,29 | 9,56 | 4,73 | 10,68 | 9,86 | 0,82 | 9,05 | 9,89 | -0,84 |
| Badajoz | 15,52 | 9,42 | 6,10 | 12,63 | 10,00 | 2,63 | 10,59 | 9,67 | 0,91 |
| Huelva | 17,71 | 9,18 | 8,54 | 11,72 | 8,68 | 3,04 | 10,36 | 8,31 | 2,05 |
| Fronteira | 14,44 | 9,08 | 5,36 | 9,96 | 9,82 | 0,13 | 8,51 | 9,84 | -1,33 |
| Esp. Penin. | 14,56 | 7,80 | 6,76 | 10,02 | 8,61 | 1,41 | 9,06 | 8,87 | 0,19 |
| Outras Prov. | 14,57 | 7,67 | 6,91 | 10,02 | 8,49 | 1,53 | 9,11 | 8,77 | 0,34 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997 *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE.

Censo de Población, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997. *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE

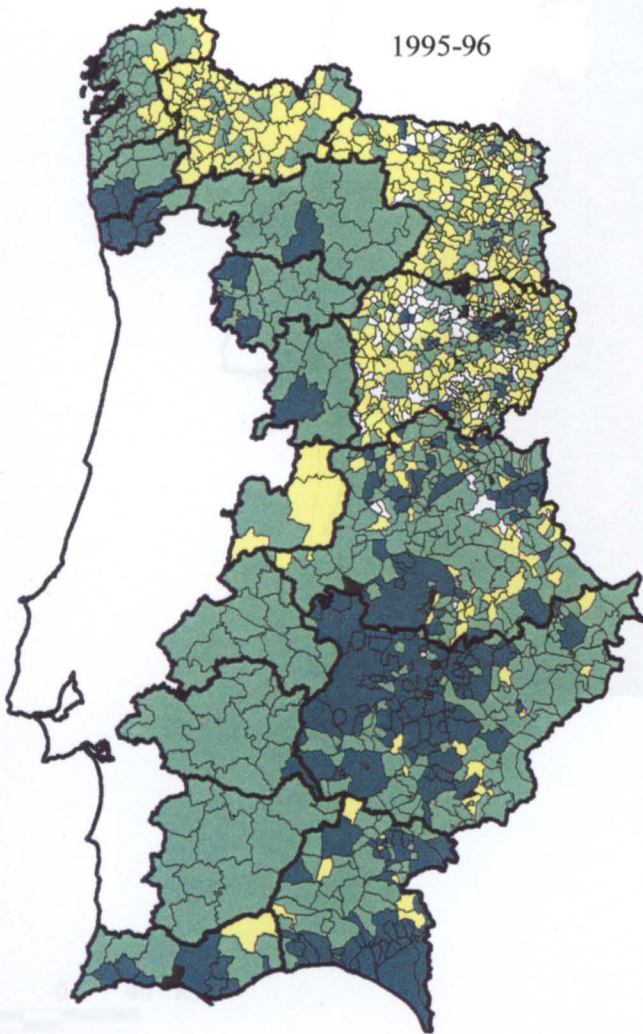
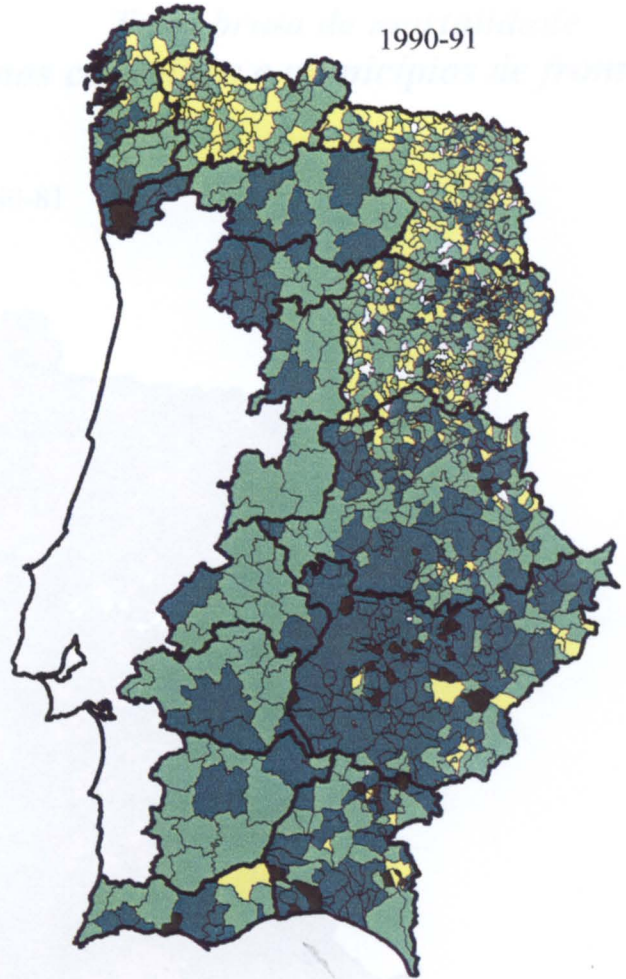
MAPA 18
Taxa bruta de natalidade
nos concelhos e municípios de fronteira

1980-81

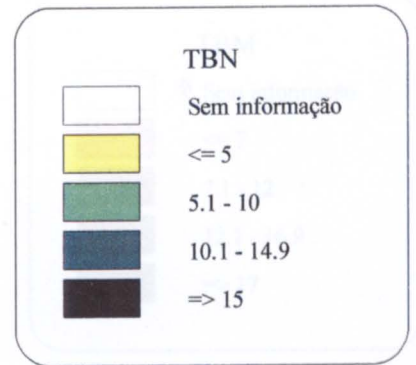


40 0 40 Km

Taxa bruta de natalidade

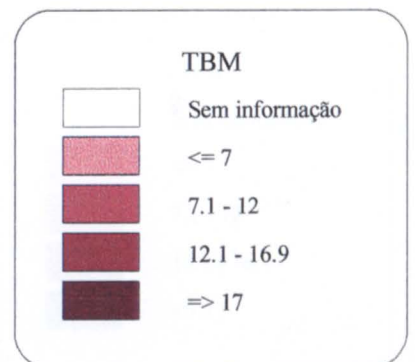
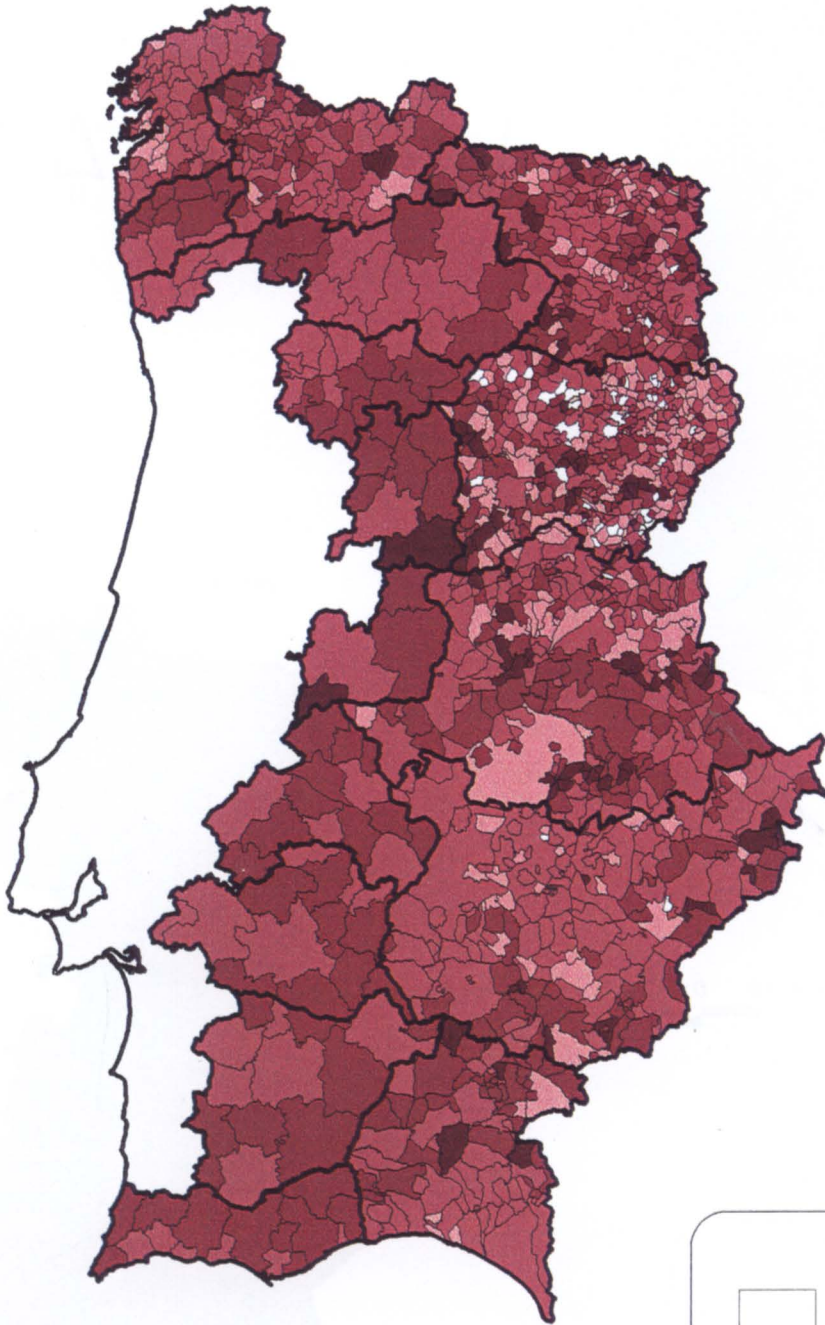


40 0 40 Km



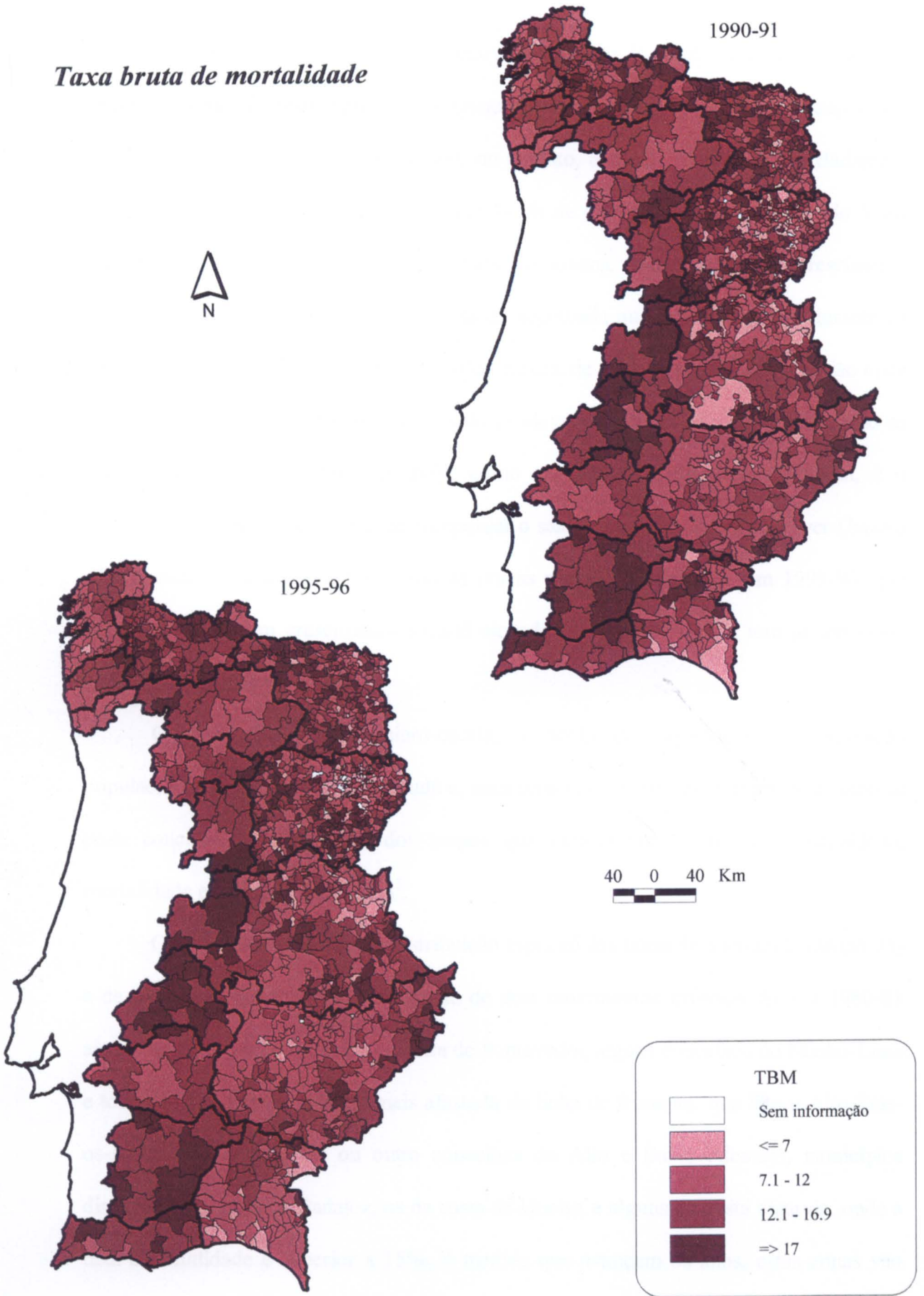
MAPA 19
*Taxa bruta de mortalidade
nos concelhos e municípios de fronteira*

1980-81



40 0 40 Km

Taxa bruta de mortalidade



No entanto, esta dinâmica regressiva acaba por ir sendo comum ao resto da fronteira como se pode apreciar no *Quadro 48*, minimizando-se as diferenças que separam as várias regiões. Permanecem, no entanto, algumas regiões, como Badajoz e Huelva, que apesar de também terem sido locais de origem de migrantes, devido à sua estrutura demográfica, mantêm-se relativamente jovens, conseguindo um crescimento natural positivo. Já Pontevedra, por causa da acentuada queda da natalidade durante os anos oitenta, em 1995-96 já regista um saldo natural de sinal negativo. Mas a região onde o crescimento natural permanece com valores elevados, não só no contexto de todas as regiões desta fronteira luso-espanhola, como em relação ao território nacional, é o Cávado, de tal modo que consegue compensar o saldo migratório deficitário (ver *Quadro 27*). Assim, o Cávado e Huelva são as únicas regiões de fronteira, em 1995-96, que continuam a ter um crescimento natural elevado, enquanto Badajoz tem já um saldo natural próximo de zero.

Quando descemos à micro-escala, a perda de capacidade de renovação populacional adquire outra visibilidade e, mais uma vez, os valores extremam-se como se pode concluir da observação dos mapas que cartografam as taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural⁵.

Os mapas que mostram a distribuição espacial das taxas de natalidade (*Mapa 18*) e de mortalidade (*Mapa 19*) dão conta de dois movimentos inversos. Se em 1980-81 ainda encontramos zonas, linha costeira de Pontevedra, alguns concelhos do Minho-Lima e todos do Cávado, uma faixa, mais afastada da linha de fronteira, que liga o Alto Trás-os-Montes ao Douro, um ou outro concelhos do Alto e Baixo Alentejo, municípios dispersos de Cáceres e Badajoz, os da costa de Huelva e alguns da costa algarvia, onde a taxa de natalidade é superior a 15%, à medida que avançam os anos, estas zonas vão

⁵ Dados completos ver *Anexos 6 e 13*.

desaparecendo e os valores da natalidade vão diminuindo. No que diz respeito à mortalidade, são os municípios e os concelhos que logo desde 1980-81 tinham uma natalidade mais reduzida que vão registando um aumento da mortalidade, efeito do envelhecimento das suas populações.

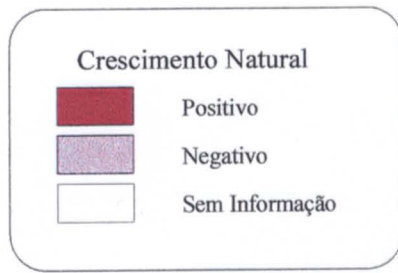
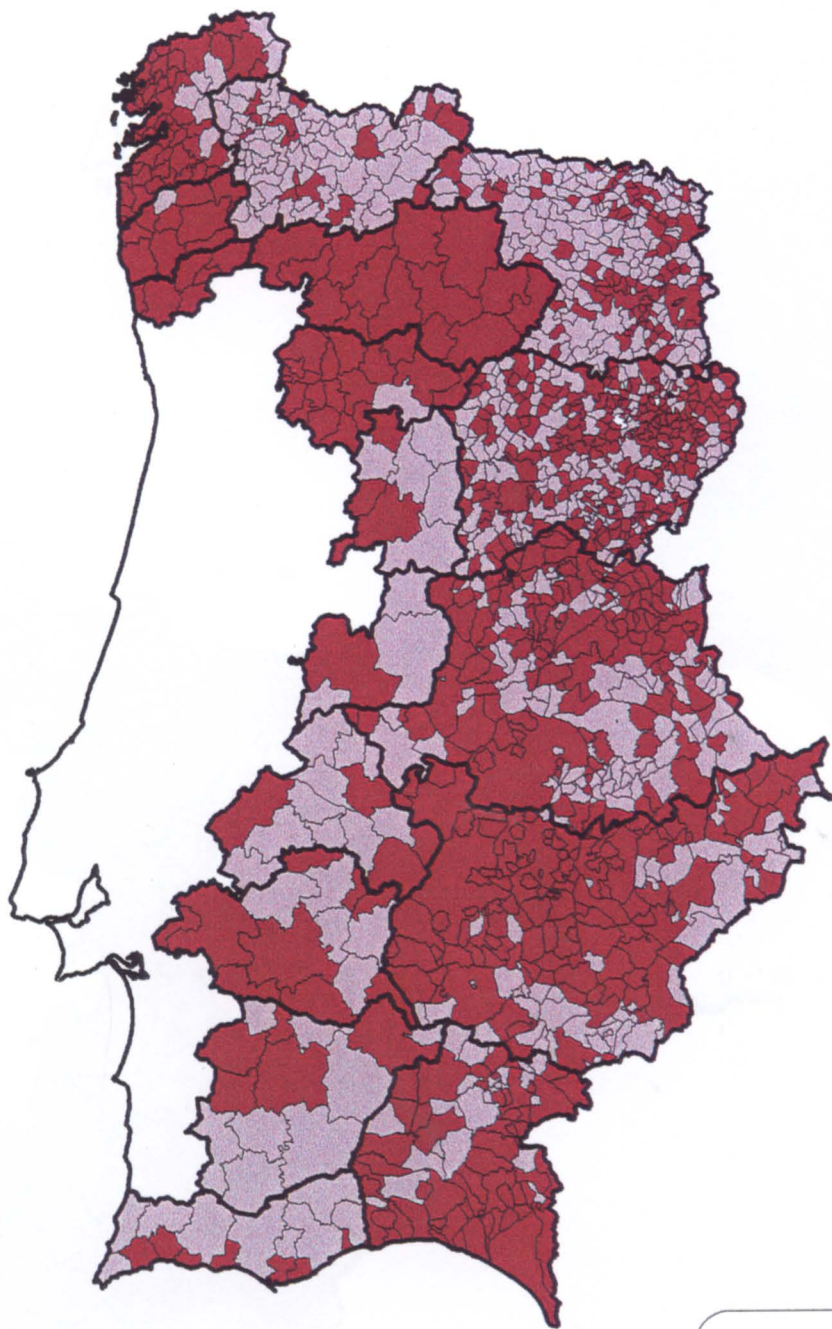
Estes movimentos de sentido inverso, que marcam a evolução das variáveis micro-demográficas, ainda se tornam mais expressivos se observarmos os mapas que mostram a evolução do crescimento natural (em permilagem), segundo tenha sido positivo ou negativo (*Mapa 20*). Em 1980-81 ainda é possível distinguir as regiões do norte da fronteira portuguesa, com um crescimento natural positivo, das do sul; ou as regiões meridionais e a província galega do litoral, com vastas áreas de crescimento natural positivo, das províncias mais a norte, destacando-se pela negativa Ourense e Zamora. Nos anos seguintes, generaliza-se a diminuição dos nascimentos em relação ao número de óbitos, o que tem como consequência um aumento das áreas onde o saldo natural é negativo.

Esta dinâmica natural, em que o total de óbitos aparece em cada vez mais espaços superior ao total de nascimentos, é um dos traços caracterizadores desta fronteira que separa os dois vizinhos ibéricos. Mas é também uma característica específica do envelhecimento demográfico da população, que identifica igualmente estas regiões do interior da Península, gerando uma certa incapacidade em inverter o sinal do crescimento natural. Na verdade, este quadro é o resultado, como ainda agora verificámos, da evolução recente do volume de nascimentos e óbitos, nomeadamente da evolução negativa dos nascimentos


Os valores que encontramos referentes ao número médio de filhos, isto é, o índice sintético de fecundidade, mostram que a fecundidade tem vindo a diminuir não só nesta fronteira como nos territórios nacionais a que pertencem. Em ambos os lados da raia a

MAPA 20
Taxa de crescimento natural
nos concelhos e municípios de fronteira

1980-81



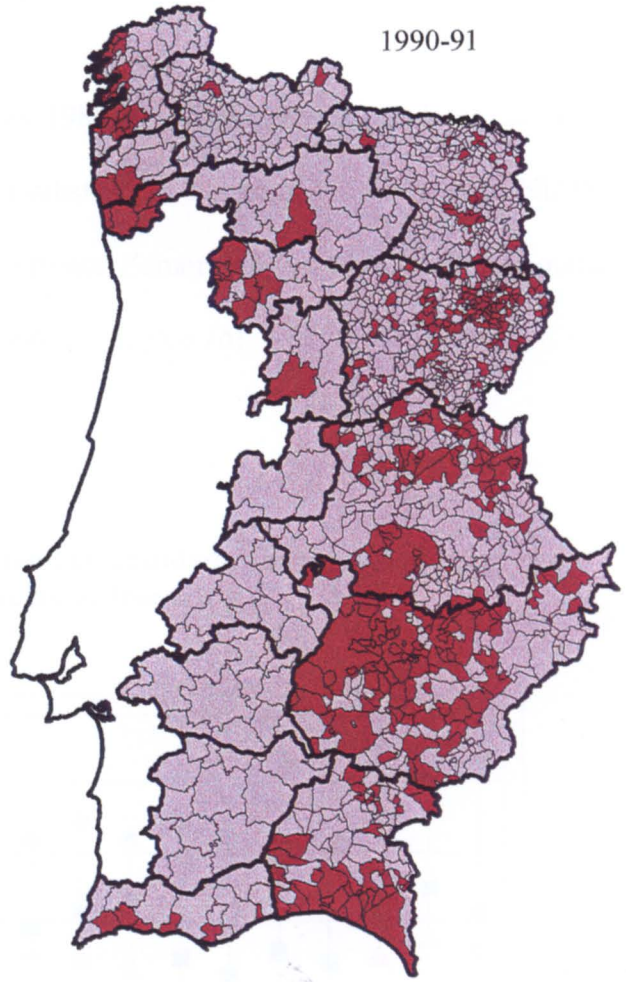
20 0 20 40 Km



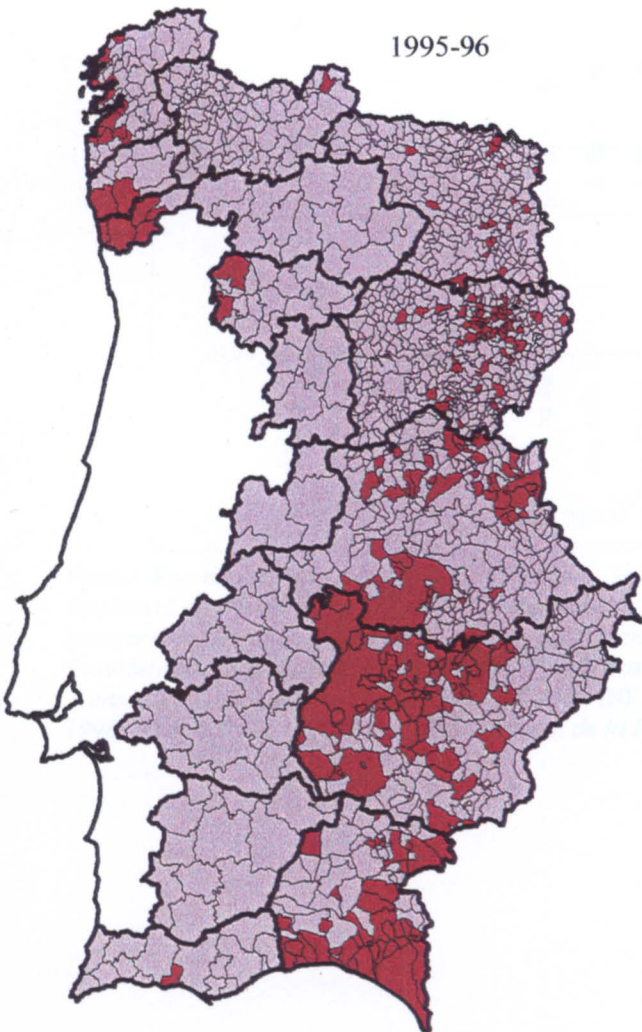
Taxa de crescimento natural



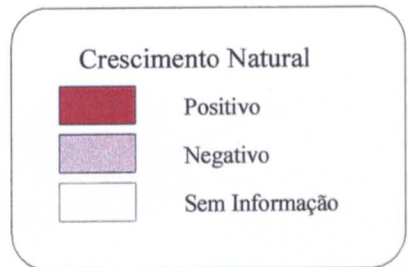
1990-91



1995-96

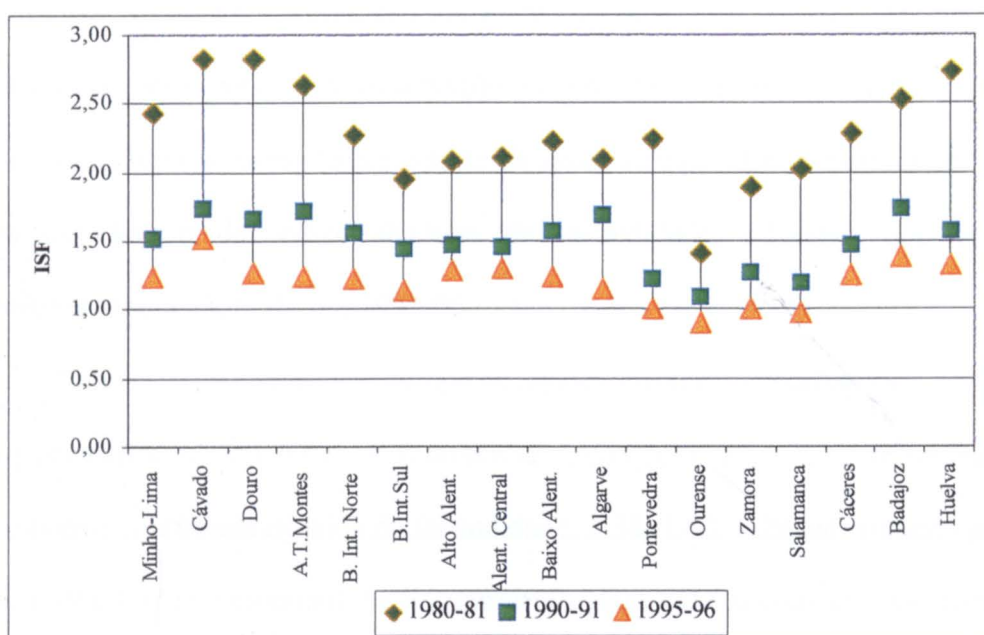


40 0 40 Km



diminuição mais significativa deu-se entre 1980-81 e 1990-91, passando-se de uma situação em que se encontrava assegurada a substituição das gerações em todas as NUTS e províncias, menos na Beira Interior Sul, Ourense, Zamora e Salamanca, para uma outra em que isso já não acontece, em todas as regiões (Gráfico 16)

Gráfico 16 - Evolução do índice sintético de fecundidade nas regiões portuguesas e espanholas de fronteira



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997 *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE. *Censo de Población, 1970, 1981, 1991*, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997. *Movimiento Natural de la Población, 1980 a 1996* Madrid, INE

No princípio da década de oitenta, como se pode observar, os valores mais elevados correspondem às NUTS do norte, no lado português da fronteira, e às

províncias meridionais, a que se junta Pontevedra, do lado espanhol, tal como também verificámos para os valores das taxas de natalidade E as regiões onde nasceram mais filhos por mulher foram o Cávado e o Douro (2.83), ao contrário de Ourense (1.41), que é a província com a fecundidade mais baixa de toda a fronteira, considerando como um todo ambas as áreas fronteiriças. Aliás, o Cávado e Ourense vão permanecer, ao longo dos anos em que incide o nosso estudo, as regiões com a fecundidade mais e menos elevada, respectivamente. Nesta altura as disparidades regionais são ainda relativamente acentuadas, pois existem 1.42 filhos de diferença entre os valores extremos do Cávado e de Ourense. No entanto, com a descida acentuada que se dá nos dez anos que medeiam entre este primeiro período de observação e o princípio dos anos noventa, as diferenças espaciais reduzem-se como indica o facto de agora só 0.65 filhos separarem o valor mais e menos elevado do índice sintético de fecundidade, diferença que se mantém praticamente sem alteração em 1995-96.

Todavia, no conjunto que agrupa as regiões fronteiriças portuguesas, nascem mais filhos por mulher ao longo destes dezasseis anos do que no outro lado da fronteira, apesar da comum e continuada descida da fecundidade: 2.38, 1.62, 1.29, no conjunto português; 2.19, 1.39 e 1.15, no espanhol. Se compararmos estes valores com as respectivas médias nacionais, encontramos em comum o facto de os dois espaços fronteiriços manterem valores ligeiramente acima dos nacionais até 1990-91, invertendo-se depois as posições⁶.

Mas foram precisamente aquelas regiões que possuíam maior fecundidade no princípio dos anos oitenta que, na generalidade, conheceram quebras mais acentuadas. Exemplo disso é o Douro, Pontevedra ou Huelva, que tiveram quebras superiores a 40 %, ou o Cávado, Minho-Lima Alto Trás-os-Montes e Cáceres, superiores a 35 %. Também

⁶ No Portugal peninsular o ISF passa de 2.16, em 1980-81, para 1.56 dez anos depois e para 1.41, em 1995-96. Já a Espanha peninsular passa de 2.11 para 1.34 e para 1.16, naquelas mesmas datas.

Salamanca, apesar de já ter em 1980-81 um índice sintético de fecundidade que não chega ao limiar dos 2.1, tem uma quebra na ordem dos 40 %.

O facto de não pudermos calcular este indicador sintético a nível municipal para 1980-81, impede-nos verificar quais eram então os seus níveis de fecundidade, o que inviabiliza não apenas a percepção da intensidade da quebra desta variável nos municípios, como uma comparação com os concelhos. Em 1990-91 encontramos os valores destas unidades territoriais dentro dos mesmos parâmetros, baixa fecundidade, de tal modo que só três têm índices superiores a 2.1 filhos por mulher (Penedono, Mourão e Isla Cristina). Em 1995-95 cresce o número de municípios e concelhos em que este indicador de fecundidade é inferior à unidade, sendo o caso mais extremo o dos municípios de Ourense, pois todos se encontram nesta situação. Recordemos que Ourense tem um passado de baixa fecundidade, com valores inferiores às outras regiões espanholas de fronteira já em 1960 e desde 1970 que não substitui as suas gerações⁷.

Podemos dizer, pois, que a homogeneização de comportamentos parece ir caracterizando as áreas fronteiriças, tanto do lado português como do lado espanhol. Mesmo as assimetrias norte/sul que ainda eram visíveis no começo dos oitenta, embora de significados diferentes, consoante nos posicionamos nas províncias ou nas NUTS, nos noventa a tendência é para a uniformização dos valores, nivelados por baixo. A distância que separava os níveis das várias regiões diminui, e é visível uma dispersão geográfica quer dos valores mais baixos quer dos que são ligeiramente mais elevados, sobretudo ao nível municipal e concelhio. É certo, no entanto, que as regiões tradicionalmente com natalidade mais elevada mantêm os índices ligeiramente mais elevados, caso por exemplo do Cávado, Badajoz ou Huelva.

⁷ Cf. *supra* p. 254.

Também o calendário da fecundidade mostra uma progressiva uniformização, para além de um ligeiro retardar deste fenómeno. Em 1980-81, podemos encontrar dois grupos de regiões: um constituído pelas províncias galegas e pelas NUTS portuguesas, menos o Cávado e a Beira Interior Norte, em que os valores máximo das taxas de fecundidade se situam no grupo de idades 20-24 anos; outro que agrupa aquelas duas regiões portuguesas e as restantes províncias espanholas e em que são as mulheres entre os 25 e os 29 anos que têm as taxas de fecundidade mais elevadas. Dez anos depois são já visíveis alterações do calendário da fecundidade, visto que agora é o grupo dos 25-29 anos que em todas as províncias e NUTS é o mais fecundo, assim permanecendo em 1995-96. Também é comum um aumento das taxas de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos, sobretudo em 1995-96, para além deste grupo se tornar o segundo mais fecundo, a partir de 1990-91 em todas as províncias, e em 1995-96 nas NUTS. As excepções são Pontevedra e Ourense, mas só em 1990-91, seguindo, portanto o calendário das sub-regiões portuguesas, o Alto Alentejo e Alentejo Central onde o grupo dos 20-24 anos continua a estar em segundo lugar e Salamanca onde as mulheres entre os 30 e os 34 anos são as mais fecundas.

Observa-se, portanto, um progressivo “envelhecimento” da fecundidade, mais precoce na maioria das províncias espanholas e em algumas NUTS portuguesas. Já as províncias galegas apresentam uma evolução em sintonia com a maior parte das sub-regiões portuguesas. A tendência é, todavia, para a existência de um padrão de comportamento cada vez mais uniforme a caracterizar o calendário da fecundidade raiana, ainda que notem intensidades diferentes.

Os efeitos da evolução da natalidade revela-se como um dos aspectos mais marcantes da demografia raiana, mas de que não podemos dissociar a evolução da mortalidade. Como temos vindo a constatar, o volume de óbitos e a taxa de mortalidade

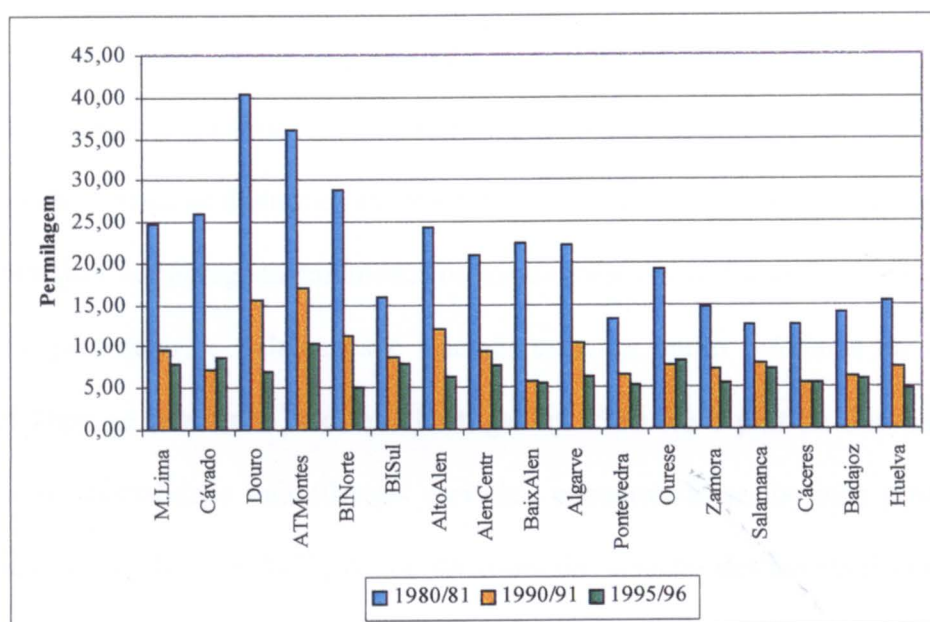
têm vindo a aumentar em praticamente todas as regiões de fronteira. As exceções são Pontevedra, Huelva e o Cávado onde os valores desta taxa se têm mantido mais ou menos estáveis ou têm decrescido, à volta dos 8%, enquadrando-se, por outro lado, nos níveis dos respectivos conjuntos nacionais e no caso da NUT portuguesa, até inferior. São os efeitos dos desequilíbrios da estrutura etária das populações raianas, comprovando-se que naquelas zonas onde os efeitos do envelhecimento ainda não são tão marcados, a mortalidade tem seguido o seu curso no sentido da redução dos seus níveis. Isto mesmo pode ser comprovado através dos indicadores, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida, cujos valores não são influenciados pelas características da estrutura etária da população. Nesta análise comparativa optámos por utilizar a denominada verdadeira taxa de mortalidade infantil⁸, em 1980-81, 1990-91 e 1995-96, pois o nosso propósito é verificar a existência, ou não, de traços comuns entre os dois lados da fronteira, até porque já conhecemos a evolução anual deste indicador em cada uma das raiais. Deste modo, evitamos as flutuações observáveis nas taxas anuais que calculámos para todas as NUTS e províncias de fronteira.

A análise dos resultados da verdadeira taxa de mortalidade infantil mostram avanços assinaláveis, sobretudo nas sub-regiões portuguesas. Na verdade, os valores da mortalidade infantil destas NUTS, em 1980-81, ainda são bastante elevados quando comparados com as províncias espanholas (*Gráfico 17*), só a Beira Interior Sul tem uma taxa que se enquadra nos valores das congéneres do lado de lá da fronteira. E mesmo os conjuntos nacionais estão ainda muito distantes, com Portugal a registar uma taxa de 22.67 %, quase o dobro da do seu vizinho ibérico (12.31 %). Os valores mais elevados desta mortalidade localizam-se predominantemente no nordeste, Douro (com a taxa mais

⁸ Sobre a metodologia utilizada na sua elaboração ver supra pp. 206-207.

elevada, 40.44 %), Alto Trás-os-Montes e, também, na Beira Interior Norte, na raia portuguesa, e em Ourense, Huelva, Zamora e Badajoz, na raia espanhola.

Gráfico 17 - Evolução da verdadeira taxa de mortalidade infantil nas regiões da fronteira luso-espanhola



| | 1980/81 | 1990/91 | 1995/96 |
|---------------------|---------|---------|---------|
| Portugal Peninsular | 22,67 | 10,71 | 6,93 |
| Espanha Peninsular | 12,31 | 7,40 | 5,49 |

Fonte: Estatísticas Demográficas 1980 a 1996, Lisboa, INE.
 Movimiento Natural de la Población, 1980 a 1996 Madrid, INE

Em 1990-91, são já evidentes as melhorias ao nível do primeiro ano de vida, tendo-se reduzido, em praticamente todas as regiões, em 50% ou mais o número de óbitos de menores de 1 ano por cada 1000 nascimentos. As maiores descidas, como pudemos observar no Gráfico 17, acontecem nas regiões que tinham as taxas mais altas, embora o Douro e o Alto Trás-os-Montes mantenham os valores mais elevados. Nos anos

seguintes os níveis da mortalidade infantil continuam a sua tendência descendente como se pode verificar nos dados referentes a 1995-1996. Os valores dos dois lados da fronteira apresentam agora maior uniformidade, embora continue a ser uma região portuguesa, Alto Trás-os-Montes, a apresentar os valores mais elevados no contexto da fronteira. Seguem-se-lhe o Cávado, Ourense e a Beira Interior Sul com uma taxa de mortalidade infantil que ronda os 8%.

Este declínio dos níveis de mortalidade no primeiro ano de vida foi, portanto, comum a todas as regiões fronteiriças. No princípio da década de oitenta, para além dos valores elevados, ainda se distanciavam bastante das médias nacionais; só a Beira Interior Sul e o Alentejo Central registavam menos óbitos de menores de 1 ano do que o conjunto do Portugal peninsular, e Salamanca e Cáceres estavam muito próximos da Espanha peninsular. Diga-se, por outro lado, que Portugal em 1980 era o país da Europa dos 15 com a taxa de mortalidade infantil mais elevada⁹, encontrando-se Espanha próxima da média comunitária (de 12.4 ‰¹⁰), o que dá conta da situação desfavorável em que se encontravam as regiões portuguesas desta fronteira, assim como Ourense. A descida da mortalidade no primeiro ano de vida tem, nestas regiões um duplo significado, não só pela rapidez com que ocorreu, como pela aproximação aos níveis registados no resto da Europa. Em 1995, segundo o EUROSTAT, a média da Europa dos 15 era de 5.6 ‰, enquanto em Portugal era de 7.5 ‰ (registando agora a Grécia valores mais elevados) e em Espanha de 5.5 ‰¹¹. Por aqui se vê os avanços que conheceu a mortalidade infantil da fronteira luso-espanhola nestes anos, apesar de continuar a haver, em 1995-96,

⁹ Segundo o EUROSTAT, Portugal, em 1980, tinha uma taxa de mortalidade infantil de 24.3 ‰, sendo a Grécia, com 17.9 ‰, o país que tinha segunda taxa mais alta (*Statistiques Démographiques 1997*, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1997, p.180).

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ *Ibidem.*

algumas NUTS e províncias com taxas acima dos 8‰, Alto Trás-os-Montes, Cávado, Beira Interior Sul e Ourense.

A esperança de vida à nascença vem, igualmente, corroborar a evolução descendente da taxa de mortalidade: no conjunto das NUTS portuguesas houve um acréscimo da esperança de vida à nascença, entre 1980 e 1996, de 3.6 anos, enquanto no conjunto espanhol foi de 1.7 anos (*Quadro 49*).

Quadro 49 - Evolução das esperanças de vida à nascença nas regiões portuguesas e espanholas da fronteira

| | 1980-81 | 1990-91 | 1995-96 |
|-----------------------|---------|---------|---------|
| Minho-Lima | 72,4 | 73,9 | 76,3 |
| Cávado | 72,0 | 74,2 | 75,6 |
| Douro | 69,7 | 72,7 | 76,2 |
| A.T.Montes | 70,5 | 72,9 | 75,2 |
| B. Int. Norte | 71,2 | 78,3 | 78,5 |
| B.Int.Sul | 76,1 | 76,5 | 78,2 |
| Alto Alent. | 73,8 | 75,5 | 75,8 |
| Alent. Central | 74,1 | 75,4 | 77,2 |
| Baixo Alent. | 73,9 | 73,9 | 74,0 |
| Algarve | 73,2 | 74,3 | 74,8 |
| Portugal Pen. | 72,7 | 73,7 | 75,8 |
| | | | |
| Pontevedra | 76,4 | 77,8 | 79,5 |
| Ourense | 77,9 | 79,5 | 80,2 |
| Zamora | 78,6 | 79,7 | 81 |
| Salamanca | 81,4 | 80,2 | 80,3 |
| Cáceres | 77,1 | 78,6 | 78,8 |
| Badajoz | 76,2 | 76,9 | 78,9 |
| Huelva | 75,2 | 77,4 | 78,3 |
| Espanha Pen. | 77,4 | 78,5 | 80,2 |

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991 (informação disponível não publicada), Lisboa, INE. *Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995*, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997 *Estatísticas Demográficas 1980 a 1996*, Lisboa, INE. *Censo de Población*, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE. *Renovación del Padrón Municipal de Habitantes de 1996*, Madrid, INE, 1997. *Movimiento Natural de la Población*, 1980 a 1996 Madrid, INE

Também aqui o facto de não ser possível a elaboração de tábuas de mortalidade por municípios em 1980-81, impossibilita uma comparação com os concelhos. Todavia se analisarmos o número médio de anos que portugueses e espanhóis raianos podiam esperar viver em 1980-81, desde logo, percebemos a maior duração da vida dos habitantes espanhóis da raia, 77.2 anos, contra os 72.3 dos portugueses. Uma das razões desta diferença prende-se com os elevados níveis de mortalidade infantil que, como atrás verificámos, ainda caracterizavam muitas das NUTS. Precisamente naquelas onde esta taxa apresentava valores mais altos, encontramos as esperanças de vida mais baixas de todas as regiões limítrofes desta fronteira: Douro, Alto Trás-os-Montes, Cávado, Minho-Lima e Beira Interior Norte. Era também nestas regiões, e nos seus concelhos, que a esperança de vida no grupo 1-4 anos era superior à esperança de vida à nascença, o que reflecte precisamente os elevados níveis de mortalidade infantil aqui registados. Dez anos depois, a descida dos níveis da mortalidade dos menores de um ano alterou esta situação, aumentando também a esperança de vida à nascença.

Repare-se que as províncias espanholas de Pontevedra, Ourense, Zamora, Badajoz e Huelva, que nos anos oitenta tinham, no contexto do respectivo conjunto fronteiriço, taxas de mortalidade infantil relativamente mais elevadas, foram aquelas onde os ganhos na sua vida média, entre 1980 e 1996, andaram à volta dos três anos, enquanto em Salamanca e em Cáceres rondou um ano.

Contudo, as regiões portuguesas encontram-se numa situação mais desfavorável como se pode comprovar pelo facto de, em 1980-81, haver 5.5 anos a separar as esperanças de vida mais baixas do lado português desta fronteira (Douro) e do lado espanhol (Huelva). Apesar de nos períodos seguintes a distância diminuir (4.2 anos em 1990-91 e 3.1 em 1995-95), as províncias continuam a ter uma situação privilegiada no que diz respeito à duração da vida dos seus habitantes. Estas diferenças ainda se tornam

mais acentuadas se olharmos para os valores concelhios em 1980-81, em que Peso da Régua não ultrapassa os 66 anos. A partir do período seguinte, como já é possível obter este indicador sintético para alguns municípios, podemos corroborar esta situação desfavorável dos concelhos portugueses: os valores mínimos oscilam entre os 69.8 de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e 74.5 de Almendralejo, em 1990-91 e entre os 70 anos do Alvito e os 75.5 de Almonte, em 1995-96.

Em ambas as regiões é possível, sobretudo em 1980-81, encontrar uma assimetria norte/sul, embora de significados diferentes. Na raia espanhola são as províncias da metade norte, com exceção de Pontevedra, que registam sempre as esperanças de vida mais elevadas, Cáceres com valores intermédios e Badajoz e Huelva, os valores mais baixos. Do outro lado da linha divisória, as NUTS da metade norte, pelo contrário, são as que têm uma vida média mais reduzida, diferenças que se esbatem em 1990-91, veja-se os valores do Baixo Alentejo e do Algarve. Em 1995-95 pode-se já notar uma maior homogeneização das pautas territoriais da mortalidade, esbatem-se as diferenças dentro de cada espaço fronteiriço, mas as regiões espanholas continuam a registar esperanças de vida mais elevadas. As províncias de Ourense, Zamora e Salamanca, com mais de 80 anos de esperança de vida em 1995-96, são as regiões mais longevas deste território que estamos a analisar. As NUTS continuam numa posição mais atrasada, acompanhadas por Cáceres, Badajoz e Huelva, com os valores mais baixos deste indicador no contexto das províncias espanholas de fronteira, ainda que semelhantes aos valores mais elevados das regiões portuguesas (Beira Interior Norte e Beira Interior Sul).

Nesta abordagem comparativa que temos vindo a fazer, apesar de se ir notando uma progressiva uniformização dos comportamentos demográficos, é possível ainda distinguir alguma diversidade que importa identificar no tempo e no espaço. Por isso, recorreremos à técnica analítica multivariada da Análise de *Clusters*, uma vez que este

procedimento estatístico permite detectar, nos dados, grupos homogêneos que partilham características semelhantes em relação às variáveis escolhidas¹². O que nos propomos verificar é a existência de grupos homogêneos de NUTS/províncias que partilhem características demográficas semelhantes e ainda se esses grupos permanecem os mesmos e se integram sempre as mesmas regiões, ao longo dos três períodos de referência que temos vindo a considerar, 1980-81, 1990-91 e 1995-96.

Para proceder a esta análise começámos por definir as variáveis de caracterização a utilizar: taxa de crescimento anual médio (1970-81, 1981-91), índice de envelhecimento, verdadeira taxa de mortalidade infantil, esperança de vida à nascença e índice sintético de fecundidade, para os três períodos acima indicados. A escolha destas variáveis prende-se com a sua relevância para a caracterização demográfica de uma dada população, tal como já tínhamos salientado quando explicitámos as razões da sua escolha¹³ na análise da dinâmica demográfica das regiões que integram a fronteira luso-espanhola, considerando tanto as NUTS portuguesas como as províncias espanholas.

Na Análise de *Clusters* recorreremos ao “SPSS 9.0 for Windows” e escolhemos um dos métodos disponíveis para formar *clusters*, a análise hierárquica, utilizando como medida de semelhança ou distância entre duas regiões, o coeficiente de correlação e o quadrado da distância Euclédiana; para a agregação ou desagregação das regiões utilizámos o do vizinho mais afastado (“*furthest neighbor*” ou “*complete linkage*”) e o critério da média entre grupos (“*average linkage between groups*”). Utilizam-se, portanto, os critérios e métodos mais frequentemente usados neste tipo de análise¹⁴.

¹² Marija J. Norusis/SPSS Inc., *SPSS for Windows . Professional Statistiques 6.0*, Chicago, 1993, p. 83-109; Maria Helena Pestana, João Nunes Gageiro, *Análise de dados para as Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo, 1998, pp. 345-354.

¹³ Ver *supra* pp. 205-207.

¹⁴ Maria Helena Pestana, João Nunes Gageiro, *Análise de dados para as Ciências Sociais...*, pp. 347-348.

Optámos por aplicar esta metodologia numa perspectiva de macro-análise, apenas às NUTS e às províncias, devido ao facto de podermos dispor, para os três períodos, das variáveis já identificadas, com excepção da taxa de crescimento anual médio entre 1991 e 1996, para as regiões portuguesas. Começámos, no entanto, por tentar formar *clusters* para a totalidade dos municípios e concelhos, com os dados disponíveis, taxa de crescimento anual médio, taxas brutas de natalidade e de mortalidade. Todavia o elevado número de unidades territoriais dificultou quer a elaboração dos grupos homogéneos, quer a leitura dos resultados. Daí termos optado por cartografar aqueles indicadores, no sentido de conseguir identificar manchas de distribuição espacial destas variáveis. Mesmo correndo o risco de perder algumas tendências que sairiam de uma análise mais desagregada territorialmente, considerámos que, associando as conclusões retiradas da observação das cartografias com os resultados de uma análise macro, poderemos responder ao nosso objectivo de conhecer as dinâmicas demográficas das populações da fronteira luso-espanhola, no que as une e no que as separa.

Da aplicação da análise de *clusters* aos três períodos, 1980-81, 1990-91 e 1995-96, resultaram três dendogramas que representam as etapas de formação dos grupos homogéneos.

Observando o primeiro dendograma, que corresponde ao princípio dos anos oitenta (*Figura 1*), é possível distinguir um primeiro grupo que junta o Minho-Lima, Pontevedra, Cáceres, Badajoz e Huelva. Caracteriza-se por uma estrutura etária jovem, taxas de mortalidade infantil ainda relativamente elevadas, nos respectivos contextos fronteiriços, e uma fecundidade elevada, sobretudo no caso das províncias espanholas já que agrupa as que têm os valores mais elevados do índice sintético de fecundidade (ver *Quadro 50*).

Figura 1 – Agrupamento das regiões da fronteira luso-espanhola (1980-81)

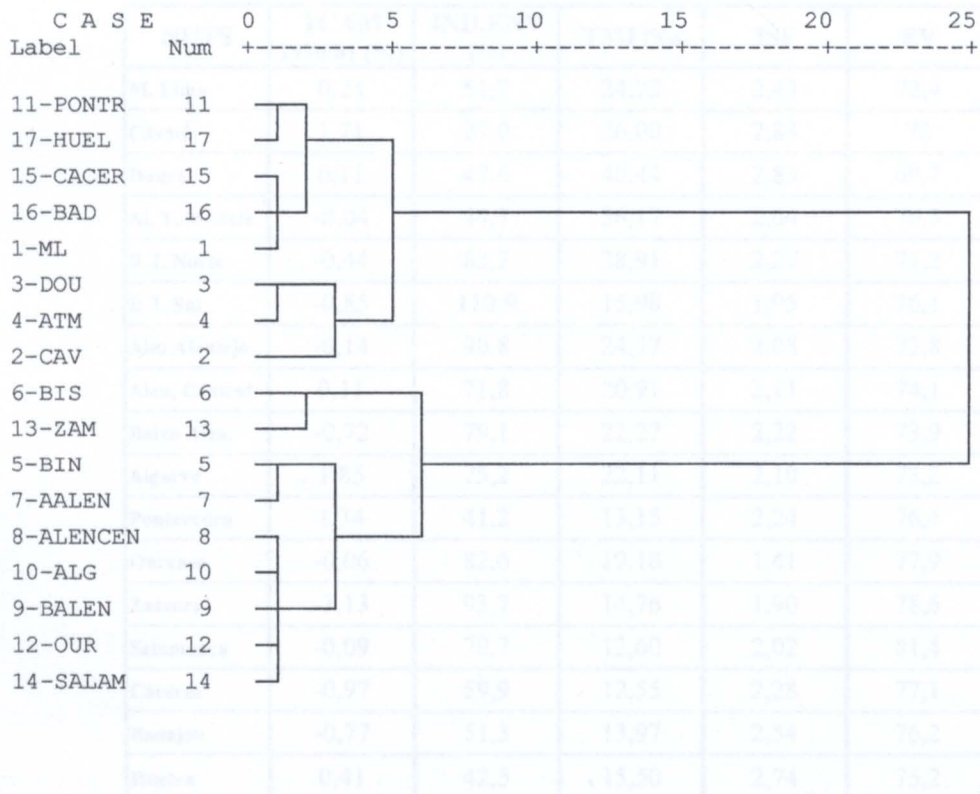
Agglomeration Schedule

| Stage | Cluster Combined | | Coefficien ts | Stage Cluster First Appears | | Next Stage |
|-------|------------------|-----------|------------------|--------------------------------|-----------|------------|
| | Cluster 1 | Cluster 2 | | Cluster 1 | Cluster 2 | |
| 1 | 11 | 17 | 9,795 | 0 | 0 | 11 |
| 2 | 8 | 10 | 16,591 | 0 | 0 | 7 |
| 3 | 3 | 4 | 27,205 | 0 | 0 | 13 |
| 4 | 9 | 12 | 38,995 | 0 | 0 | 7 |
| 5 | 15 | 16 | 76,892 | 0 | 0 | 9 |
| 6 | 5 | 7 | 84,787 | 0 | 0 | 12 |
| 7 | 8 | 9 | 134,692 | 2 | 4 | 8 |
| 8 | 8 | 14 | 220,772 | 7 | 0 | 12 |
| 9 | 1 | 15 | 238,867 | 0 | 5 | 11 |
| 10 | 6 | 13 | 305,311 | 0 | 0 | 15 |
| 11 | 1 | 11 | 355,883 | 9 | 1 | 14 |
| 12 | 5 | 8 | 601,115 | 6 | 8 | 15 |
| 13 | 2 | 3 | 642,194 | 0 | 3 | 14 |
| 14 | 1 | 2 | 1299,904 | 11 | 13 | 16 |
| 15 | 5 | 6 | 1660,038 | 12 | 10 | 16 |
| 16 | 1 | 5 | 7179,659 | 14 | 15 | 0 |

***** H I E R A R C H I C A L C L U S T E R A N A L Y S I S *****

Dendrogram using Complete Linkage

Rescaled Distance Cluster Combine



Outro *cluster* é formado apenas por regiões portuguesas, Douro, Alto Trás-os-Montes e Cávado. São as regiões com um índice de envelhecimento baixo, sobretudo o Cávado (27.0 %), taxas de mortalidade infantil elevadas, nomeadamente o Alto Trás-os-Montes com o valor mais elevado de toda a fronteira (40.44 %) e vidas médias ainda baixas, nomeadamente o Douro (69.7 anos). O terceiro é o mais numeroso, inclui a Beira Interior Norte, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Algarve, Ourense e Salamanca, apresentando também valores intermédios, mas que já se aproximam mais do quarto grupo. Este integra a Beira Interior Sul e Zamora, as regiões que se caracterizam pelos índices de envelhecimento mais elevados, níveis de fecundidade baixos e esperanças de vida de 76 e 78 anos, respectivamente, para além de um crescimento anual negativo.

Quadro 50 - Variáveis de caracterização utilizadas na análise de *clusters* (1980-81)

| NUTS | TCAM ¹ 1970/81 (%) | IND.ENV (%) | TMI (%) | ISF | EV |
|---------------|----------------------------------|----------------|---------|------|------|
| M. Lima | 0,24 | 51,7 | 24,72 | 2,43 | 72,4 |
| Cávado | 1,71 | 27,0 | 26,00 | 2,83 | 72 |
| Douro | 0,11 | 47,6 | 40,44 | 2,83 | 69,7 |
| Al. T. Montes | -0,04 | 44,7 | 36,17 | 2,64 | 70,5 |
| B. I. Norte | -0,44 | 83,2 | 28,91 | 2,27 | 71,2 |
| B. I. Sul | -0,85 | 110,9 | 15,98 | 1,95 | 76,1 |
| Alto Alentejo | -0,14 | 90,8 | 24,37 | 2,08 | 73,8 |
| Alen, Central | 0,11 | 71,8 | 20,91 | 2,11 | 74,1 |
| Baixo Alen. | -0,72 | 79,1 | 22,27 | 2,22 | 73,9 |
| Algarve | 1,85 | 75,2 | 22,11 | 2,10 | 73,2 |
| Pontevedra | 1,34 | 41,2 | 13,15 | 2,24 | 76,4 |
| Ourense | -0,06 | 82,6 | 19,18 | 1,41 | 77,9 |
| Zamora | -1,13 | 93,7 | 14,76 | 1,90 | 78,6 |
| Salamanca | -0,09 | 70,7 | 12,60 | 2,02 | 81,4 |
| Cáceres | -0,97 | 59,9 | 12,55 | 2,28 | 77,1 |
| Badajoz | -0,77 | 51,3 | 13,97 | 2,54 | 76,2 |
| Huelva | 0,41 | 42,5 | 15,50 | 2,74 | 75,2 |

Quadro 51 - Variáveis de caracterização utilizadas na análise de clusters (1990-91)

| NUTS | TCAM 1981/91 (%) | IND.ENV (%) | TMI (%) | ISF | EV |
|---------------|---------------------|----------------|---------|------|------|
| M. Lima | -0,26 | 80,7 | 9,59 | 1,52 | 73,9 |
| Cávado | 0,71 | 39,5 | 7,21 | 1,74 | 74,2 |
| Douro | -0,90 | 86,7 | 15,60 | 1,66 | 72,7 |
| Al. T. Montes | -1,45 | 73,1 | 17,07 | 1,72 | 72,9 |
| B. I. Norte | -0,92 | 123,4 | 11,41 | 1,53 | 78,3 |
| B. I. Sul | -0,61 | 160,1 | 8,65 | 1,45 | 76,5 |
| Alto Alentejo | -0,54 | 127,6 | 11,95 | 1,47 | 75,5 |
| Alen, Central | -0,41 | 105,3 | 9,47 | 1,46 | 75,4 |
| Baixo Alen. | -1,04 | 115,6 | 5,81 | 1,57 | 73,9 |
| Algarve | 0,53 | 96,9 | 10,23 | 1,69 | 74,3 |
| Pontevedra | 0,31 | 66,1 | 6,54 | 1,23 | 77,8 |
| Ourense | -1,48 | 147,2 | 7,62 | 1,09 | 79,5 |
| Zamora | -0,60 | 139,6 | 7,33 | 1,26 | 79,7 |
| Salamanca | 0,09 | 110,5 | 7,88 | 1,19 | 80,2 |
| Cáceres | -0,14 | 82,5 | 5,48 | 1,47 | 78,6 |
| Badajoz | 0,19 | 69,0 | 6,28 | 1,73 | 76,9 |
| Huelva | 0,69 | 56,6 | 7,57 | 1,57 | 77,4 |

Em 1990-91, é possível distinguir dois grandes grupos (*Figura 2*). De um lado as províncias e NUTS mais envelhecidas, com menor fecundidade e maiores esperanças de vida, do outro as que ainda têm estruturas relativamente jovens, uma fecundidade que apesar de já não permitir a renovação das gerações, é comparativamente mais intensa e onde as esperanças de vida são menos favoráveis (*Quadro 51*). Mas dentro destes dois grandes grupos, ainda podemos encontrar dois sub-grupos onde estas características se extremam. Assim, o Cávado, Pontevedra, Badajoz e Huelva apresentam-se como as regiões mais jovens dentro do segundo grande grupo que, para além de registarem um crescimento anual positivo, partilham uma localização geográfica junto ao mar, à

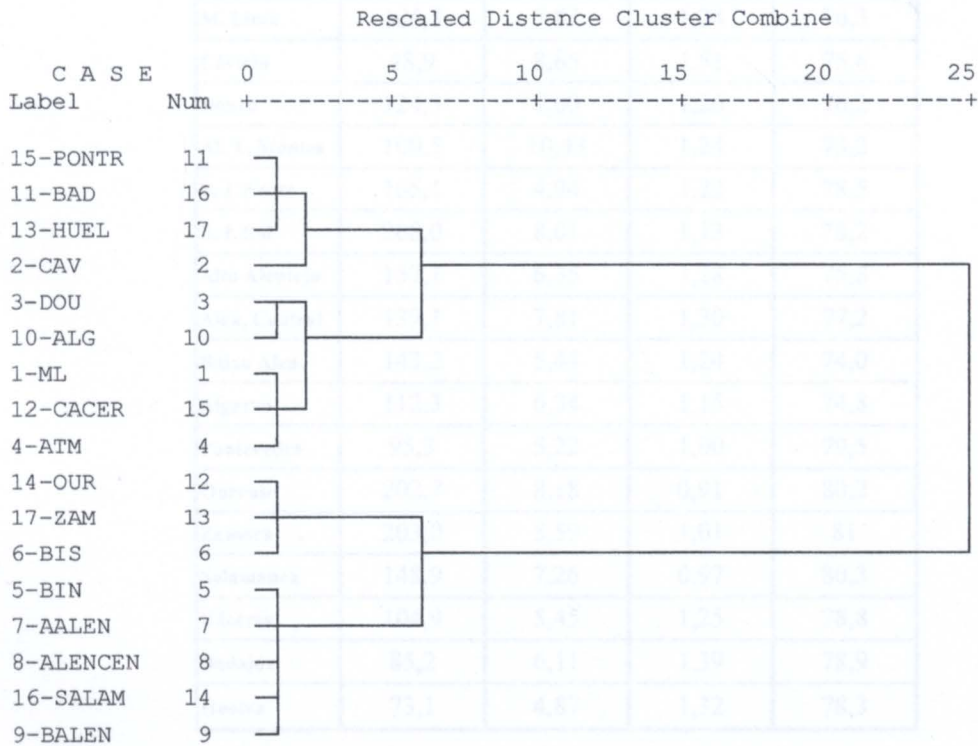
Figura 2 – Agrupamento das regiões da fronteira luso-espanhola (1990-91)

Agglomeration Schedule

| Stage | Cluster Combined | | Coefficients | Stage Cluster First Appears | | Next Stage |
|-------|------------------|-----------|--------------|-----------------------------|-----------|------------|
| | Cluster 1 | Cluster 2 | | Cluster 1 | Cluster 2 | |
| 1 | 11 | 16 | 9,552 | 0 | 0 | 8 |
| 2 | 5 | 7 | 26,188 | 0 | 0 | 11 |
| 3 | 1 | 15 | 42,153 | 0 | 0 | 9 |
| 4 | 8 | 14 | 53,035 | 0 | 0 | 6 |
| 5 | 12 | 13 | 58,676 | 0 | 0 | 10 |
| 6 | 8 | 9 | 123,256 | 4 | 0 | 11 |
| 7 | 3 | 10 | 137,655 | 0 | 0 | 12 |
| 8 | 11 | 17 | 155,939 | 1 | 0 | 13 |
| 9 | 1 | 4 | 257,585 | 3 | 0 | 12 |
| 10 | 6 | 12 | 430,446 | 0 | 5 | 14 |
| 11 | 5 | 8 | 505,926 | 2 | 6 | 14 |
| 12 | 1 | 3 | 622,606 | 9 | 7 | 15 |
| 13 | 2 | 11 | 881,366 | 0 | 8 | 15 |
| 14 | 5 | 6 | 3001,271 | 11 | 10 | 16 |
| 15 | 1 | 2 | 3313,258 | 12 | 13 | 16 |
| 16 | 1 | 5 | 14553,864 | 15 | 14 | 0 |

***** H I E R A R C H I C A L C L U S T E R A N A L Y S I S *****

Dendrogram using Complete Linkage



excepção de Badajoz, a qual, face a uma fecundidade elevada em época recente, lhe permite manter uma estrutura jovem. Quanto às regiões mais envelhecidas não há grandes alterações em relação ao período anterior. As únicas diferenças dizem respeito ao Algarve que passou para o grupo do Douro, Minho-Lima, Cáceres e Alto Trás-os-Montes, talvez devido ao abrandamento do seu envelhecimento relativamente às outras regiões com as quais partilhava características nos anos oitenta; e Ourense, que talvez devido aos elevados valores da mortalidade infantil, não estava com Zamora e a Beira Interior Sul, como acontece agora.

Quadro 52 - Variáveis de caracterização utilizadas na análise de *clusters* (1995-96)

| NUTS | IND.ENV | TMI (‰) | ISF | EV |
|---------------|---------|---------|------|------|
| M. Lima | 106,3 | 7,83 | 1,24 | 76,3 |
| Cávado | 48,9 | 8,65 | 1,51 | 75,6 |
| Douro | 124,3 | 7,00 | 1,26 | 76,2 |
| Al. T. Montes | 100,5 | 10,43 | 1,24 | 75,2 |
| B. I. Norte | 165,1 | 4,94 | 1,22 | 78,5 |
| B. I. Sul | 208,0 | 8,01 | 1,13 | 78,2 |
| Alto Alentejo | 157,1 | 6,35 | 1,28 | 75,8 |
| Alen, Central | 139,1 | 7,81 | 1,30 | 77,2 |
| Baixo Alen. | 143,2 | 5,44 | 1,24 | 74,0 |
| Algarve | 112,3 | 6,34 | 1,15 | 74,8 |
| Pontevedra | 95,3 | 5,22 | 1,00 | 79,5 |
| Ourense | 202,7 | 8,18 | 0,91 | 80,2 |
| Zamora | 203,0 | 5,59 | 1,01 | 81 |
| Salamanca | 148,9 | 7,26 | 0,97 | 80,3 |
| Cáceres | 104,9 | 5,45 | 1,25 | 78,8 |
| Badajoz | 85,2 | 6,11 | 1,39 | 78,9 |
| Huelva | 73,1 | 4,87 | 1,32 | 78,3 |

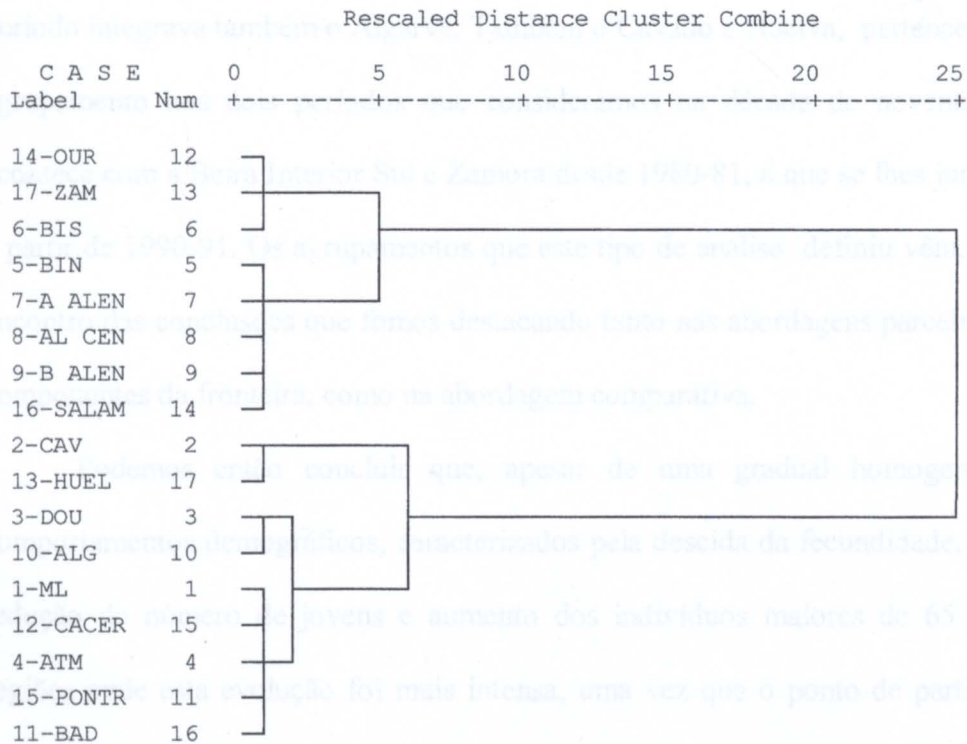
Figura 3 – Agrupamento das regiões da fronteira luso-espanhola (1995-96)

Agglomeration Schedule

| Stage | Cluster Combined | | Coefficients | Stage Cluster First Appears | | Next Stage |
|-------|------------------|-----------|--------------|-----------------------------|-----------|------------|
| | Cluster 1 | Cluster 2 | | Cluster 1 | Cluster 2 | |
| 1 | 12 | 13 | 7,424 | 0 | 0 | 4 |
| 2 | 1 | 15 | 13,872 | 0 | 0 | 5 |
| 3 | 8 | 9 | 32,691 | 0 | 0 | 8 |
| 4 | 6 | 12 | 38,688 | 0 | 1 | 14 |
| 5 | 1 | 4 | 57,105 | 2 | 0 | 10 |
| 6 | 5 | 7 | 73,274 | 0 | 0 | 12 |
| 7 | 11 | 16 | 103,314 | 0 | 0 | 10 |
| 8 | 8 | 14 | 106,062 | 3 | 0 | 12 |
| 9 | 3 | 10 | 146,403 | 0 | 0 | 13 |
| 10 | 1 | 11 | 454,968 | 5 | 7 | 13 |
| 11 | 2 | 17 | 607,262 | 0 | 0 | 15 |
| 12 | 5 | 8 | 685,916 | 6 | 8 | 14 |
| 13 | 1 | 3 | 1536,908 | 10 | 9 | 15 |
| 14 | 5 | 6 | 4748,274 | 12 | 4 | 16 |
| 15 | 1 | 2 | 5688,329 | 13 | 11 | 16 |
| 16 | 1 | 5 | 25320,127 | 15 | 14 | 0 |

***** H I E R A R C H I C A L C L U S T E R A N A L Y S I S *****

Dendrogram using Complete Linkage



Não se registam grandes alterações nos meados dos anos noventa. Os grandes grupos incluem as mesmas regiões, embora dentro deles haja uma ou outra mudança (*Figura 3*). É o caso de Pontevedra e Badajoz que, possivelmente devido à queda da fecundidade, que se foi acentuando, a um maior número de idosos em relação ao número de jovens e aos ganhos nas esperanças de vida dos seus habitantes, se aproximam agora mais do Minho-Lima, Douro, Alto Trás-os-Montes, Algarve e Cáceres. Devemos, no entanto, lembrar que para este período utilizámos menos uma variável (ver *Quadro 52*), a taxa de crescimento anual médio, visto que, pelas razões já apontadas, não a calculámos, nas regiões portuguesas, entre 1991 e 1996. Contudo, testámos a utilização da taxa do último período censitário disponível que em nada vem alterar o número e a constituição dos grupos em 1995-96.

O *cluster* formado pela Beira Interior Norte, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Salamanca é o que revela maior homogeneidade no tempo e no espaço, uma vez que permanece inalterável desde 1980-81, a única diferença é que no primeiro período integrava também o Algarve. Também o Cávado e Huelva, pertencem ao mesmo agrupamento nos dois períodos que considerámos na década de noventa. O mesmo acontece com a Beira Interior Sul e Zamora desde 1980-81, a que se lhes juntou Ourense a partir de 1990-91. Os agrupamentos que este tipo de análise definiu vêm, portanto, ao encontro das conclusões que fomos destacando tanto nas abordagens parcelares das duas componentes da fronteira, como na abordagem comparativa.

Podemos então concluir que, apesar de uma gradual homogeneização dos comportamentos demográficos, caracterizados pela descida da fecundidade, pela gradual redução do número de jovens e aumento dos indivíduos maiores de 65 anos, houve regiões onde esta evolução foi mais intensa, uma vez que o ponto de partida mostrava diferenças regionais, nomeadamente nas variáveis do movimento natural, que pesaram na

evolução posterior, patentes em Ourense ou na Beira Interior Sul, ou no Cávado e Huelva.

CONCLUSÃO

A abolição dos postos fronteiriços e uma nova maneira de encarar a passagem para um e outro lado, trouxe para a ordem do dia as relações e a cooperação transfronteiriça, relançando o debate sobre as regiões do interior que, para além da sua localização geográfica, estavam marcadas por longos séculos de proximidade à linha que politicamente separa os dois vizinhos ibéricos. E com a adesão dos dois países ao espaço alargado da Comunidade, outros espaços fronteiriços entraram em comparação, tomando-se indicadores económicos e demográficos que fizeram ressaltar a posição desfavorável em que se encontrava esta fronteira inteiramente ibérica. A mais extensa e mais antiga, mas também das mais deprimidas.

O desenvolvimento, tanto de Portugal como da vizinha Espanha, fez-se privilegiando o litoral que vai actuar com pólo de atracção de milhares de indivíduos que, nos anos sessenta, partem das regiões da raia luso-espanhola. O resultado foi a diminuição do grupo de jovens adultos, bem visível nas pirâmides de idades das províncias e NUTS objecto da nossa análise, pelo que os grupos mais velhos veêm o seu peso relativo aumentar. Por outro lado, é nas décadas de sessenta e setenta que estes dois

países se vão aproximar ao modelo demográfico da Europa do norte, caracterizado pela descida da natalidade e da mortalidade. Só que aqui o processo é muito mais rápido e intenso (actualmente a Espanha tem dos mais baixos índices sintéticos de fecundidade da Europa e do mundo), pelo que ambos apresentam níveis de envelhecimento muito próximos dos outros países europeus. Nas regiões da raia estas características vão aparecer ainda mais marcadas devido aos intensos fluxos migratórios que as atingiram com semelhante cronologia e intensidade.

Depois da adesão de Portugal e de Espanha à CEE, há um desenvolvimento de estudos que tomavam o espaço de fronteira que separa os dois países ibéricos como objecto de estudo, sobretudo dentro de uma linha que privilegiava o planeamento regional, numa óptica de diagnóstico que servisse de base aos programas de cooperação transfronteiriça. Porém, estas análises apresentam-se parcelares, tomando como espaço de análise os limites que correspondem às Comissões de Coordenação e às vizinhas Comunidades Autónomas, privilegiam a análise ao nível da NUTS II e das províncias, ou descendo até à NUT III. As dificuldades de “encaixar” as regiões administrativas portuguesas com as espanholas tem dificultado investigações que abarquem todo o espaço fronteiriço. Daí termos optado por considerar como unidade espacial homogénea de referência para a nossa investigação a definida pela Comunidade como área de intervenção prioritária no âmbito de uma iniciativa específica de apoio às regiões de fronteira, o INTERREG. De acordo com esta opção considerámos necessário fazer uma abordagem ao contexto em que surgiu esta iniciativa comunitária, assim como à criação da nomenclatura das unidades territoriais estatísticas, uma vez que passou a ser base de apoio da gestão dos fundos comunitários e da organização da informação estatística dos Estados-membros da Comunidade.

Todavia, mesmo esta opção não está isenta de dificuldades, nomeadamente, quando pretendemos uma análise ao nível de divisões territoriais mais pequenas, como sejam o concelho e o município. Como verificámos, não há uma correspondência directa entre estas duas unidades nem quanto à extensão, nem quanto ao volume populacional ou funcionalidades administrativas. Por outro lado, à diversidade espacial e de funcionalidade correspondem diferentes formas de agregação dos dados estatísticos, tanto no que diz respeito às unidades de agregação, como em relação à informação que é desagregada para cada nível. Esta foi a principal razão que nos fez abandonar a ideia inicial de fazer uma comparação directa da evolução da demografia raiana.

Começámos então por caracterizar separadamente as duas realidades fronteiriças, embora seguindo, na generalidade, a mesma estrutura, para depois, a partir dos dados disponíveis, empreendermos a sua comparação.

Assim, no sentido de conhecer os ritmos e intensidades do crescimento das diferentes regiões, começámos por traçar a sua evolução desde 1900 até 1991, do lado português, até 1996, do espanhol, diferença que se prende precisamente com a disponibilidade de dados, ou seja, a existência em Espanha do *Padrón Municipal* que permite uma actualização dos dados do último recenseamento. A análise dos ritmos de crescimento permitiu-nos confirmar que as décadas de cinquenta e, sobretudo a de sessenta, constituíram, dos dois lados da fronteira, um marco fundamental na evolução recente da população, na configuração das suas estruturas etárias e na tendência da dinâmica natural. E o fenómeno mais relevante destas décadas foram os intensos movimentos migratórios, quer para os centros urbanos, quer para o estrangeiro, cujas consequências ainda são visíveis nestas regiões do interior raiano. Daí a análise das estruturas etárias das populações fronteiriças ter começado em 1960, pois só assim foi possível perceber melhor o impacto da saída de jovens adultos.

A análise dos aspectos globais da população permitiu começar a diferenciar dois grandes grupos de regiões no seio do conjunto maior que é a fronteira luso-espanhola. Por um lado, um grupo formado pela grande maioria delas, em que a um crescimento anual médio negativo desde 1960 até 1991, pontualmente positivo em algumas províncias espanholas (Cáceres, Badajoz e Salamanca), se une uma progressiva inversão da relação entre os grupos de idade, o que se reflectiu no crescente aumento do índice de envelhecimento. O segundo grupo engloba as restantes regiões, ou seja, o Cávado, Pontevedra, Algarve e Huelva, e caracteriza-se por crescimentos anuais médios positivos, ou menos intensamente negativos, e um menor envelhecimento.

O acentuar do processo de envelhecimento, comum a todas as regiões fronteiriças, embora as cronologias e as intensidades mostrem que havia padrões regionais diferentes no que diz respeito ao volume e ao sentido do crescimento natural, vai reflectir-se nos actuais níveis de fecundidade e de mortalidade. Como vimos, em Portugal eram as NUTS do norte as que tradicionalmente tinham uma maior fecundidade, de tal modo que no princípio dos anos oitenta, não só todos os seus concelhos registavam valores acima do limiar do 2.1 filhos por mulher, como era aí que se concentravam os que tinham os valores mais elevados das sub-regiões fronteiriças. Do lado espanhol, esta situação caracterizava as províncias meridionais, Cáceres, Badajoz, Huelva, e a norte Pontevedra. Quanto aos municípios, a impossibilidade em calcular este indicador, pois não dispomos de toda a população desagregada por grupos de idades, não nos permitiu traçar a evolução da descendência média nestas unidades territoriais desde o princípio do período de observação.

Apesar da queda da fecundidade, que se intensificou na década de oitenta, os seus padrões tradicionais da natalidade vão retardar o processo de envelhecimento nestas regiões, nomeadamente quando comparamos as suas pirâmides etárias com as das regiões

onde o desequilíbrio entre os grupos etários mais velhos e mais novos foi mais precoce e mais intenso. Também não podemos esquecer que a intensidade dos movimentos migratórios foi diferente, como se pode comprovar nas elevadas taxas de crescimento anual médio negativas destas regiões nos anos sessenta e setenta, mais intensas nas NUTS portuguesas, o que condicionou a vitalidade demográfica das regiões. Por isso, pudemos observar uma progressiva diminuição do crescimento natural. Se em 1980-81, sobretudo as NUTS do norte e as províncias meridionais e Pontevedra, ainda registam vastas áreas onde o crescimento natural é positivo, nos períodos seguintes há cada vez mais zonas onde o número dos nascimentos é inferior ao dos óbitos. No lado português, podemos observar que em 1995-96 não há nenhum concelho do Alto Trás-os-Montes, Beiras e Alentejos que tenha uma dinâmica natural positiva. Nas províncias espanholas, as mais penalizadas são Ourense, Zamora e Salamanca, onde um número muito reduzido de municípios apresenta um saldo natural positivo. Precisamente estas são as regiões onde o envelhecimento é mais intenso o que, como comprovámos, contribui para o progressivo aumento das taxas de mortalidade.

No entanto, a mortalidade "real" acompanha a tendência nacional de redução dos seus níveis, dentro da linha evolutiva de "modernização" da demografia dos dois países ibéricos. Isto mesmo pudemos verificar através dos valores da mortalidade infantil e da esperança média de vida. Mas, em 1980-81, em todas as sub-regiões portuguesas, menos na Beira Interior Sul, morriam mais menores de um ano do que no lado espanhol da fronteira, com os valores da verdadeira taxa de mortalidade infantil a ultrapassarem os 20%. A província que se aproximava mais era Ourense. Apesar do generalizado declínio, nos anos noventa, da mortalidade no primeiro ano de vida, o que conduziu a uma maior uniformidade da fronteira, continuam a ser regiões portuguesas as que registam níveis mais elevados desta mortalidade. Alto Trás-os-Montes (10.43 %) e Cávado (8.65 %),

seguidos a pouca distância por Ourense (8.18 ‰), todas, mas não as únicas, acima das respectivas médias nacionais.

Também na esperança de vida à nascença encontramos diferenças entre as componentes portuguesas e espanholas, assim como entre o norte e o sul dessas componentes. No princípio da década de oitenta, enquanto os habitantes espanhóis da raia podiam esperar viver 77.2 anos, os da raia portuguesa, não mais de 72.3 anos. Mas dentro da raia espanhola eram os residentes de Salamanca, Zamora e Ourense que tinham uma situação privilegiada no que diz respeito à duração da sua vida. Na fronteira portuguesa, esta situação caracterizava a Beira Interior Sul e os Alentejos. Não podemos esquecer os efeitos que a mortalidade nos primeiros anos de vida teve nos valores deste indicador. Todavia, e apesar do esbatimento das assimetrias, tanto entre as duas componentes da fronteira, como no seu interior, as regiões portuguesas continuam a ter menores esperanças de vida em 1995-96.

As linhas que fomos traçando da evolução da dinâmica demográfica, primeiro das regiões portuguesas, depois das províncias de fronteira e o confronto das conclusões que retirámos das análises parcelares, tornaram depois necessário a sua consolidação numa análise de conjunto que evidenciasse linhas de comportamento demográfico. Ou seja, apesar de se notar um progressiva uniformização dos comportamentos demográficos, continua a existir alguma diversidade que importa identificar no tempo e no espaço. Por isso, procurámos encontrar grupos homogéneos que partilhassem características demográficas semelhantes. Desta análise, surgiu um grupo que manteve praticamente a mesma constituição desde 1980-81, formado pela Beira Interior Norte, Salamanca, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo e que revela comportamentos similares a nível dos indicadores demográficos. Também o Cávado e Huelva, pertencem ao mesmo agrupamento nos dois períodos que considerámos na década de noventa. O mesmo

acontece com a Beira Interior Sul e Zamora desde 1980-81, a que se lhes juntou, a partir de 1990-91, Ourense. Na década de noventa o Minho-Lima, Douro, Alto Trás-os-Montes, Cáceres e Algarve partilham o mesmo grupo, embora haja outras regiões que os vão acompanhando de forma intermitente. Neste agrupamento podemos apreciar alguma continuidade geográfica, do lado português, formada pelo conjunto das regiões que se localizam no norte da fronteira. Mas o grupo onde é possível observar, ao longo do período em análise, maior continuidade espacial, para além de afinidades de comportamentos, é o formado pela Beira Interior Norte, Salamanca, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. As agregações que foram surgindo mais do que continuidades espaciais, revelam as marcas dos padrões tradicionais da dinâmica demográfica das regiões raianas portuguesas e espanholas, embora seja possível traçar semelhanças territoriais.

Estes agrupamentos confirmam, pois, as conclusões que fomos destacando, tanto nas abordagens individuais das duas componentes da fronteira, como na abordagem comparativa e que há pouco destacámos.

O enquadramento que fomos fazendo destas regiões nos respectivos contextos nacionais permitiram, assim, tornar mais perceptível a sua marginalidade, visível, por exemplo, na progressiva perda de peso demográfico como resultado de uma *litoralização* que tem marcado o desenvolvimento demográfico e económico dos dois países, ou na comparação dos valores do PIB *per capita* (em paridade de poder de compra) das diferentes regiões fronteiriças dos Estados-membros da união (fronteiras internas). Rapidamente se torna claro que a fronteira luso-espanhola se distingue pelos baixos valores deste indicador, não só relativamente aos respectivos países, mas sobretudo em relação à maioria das outras regiões fronteiriças comunitárias.

Devemos, no entanto, distinguir “marginalidades”, uma vez que as regiões do Cávado, Pontevedra, Algarve e Huelva, se destacam relativamente às outras regiões fronteiriças. Na verdade, estas regiões mantêm pirâmides etárias relativamente equilibradas e uma dinâmica natural não tão acentuadamente recessiva. Mas deste grupo sobressaíam o Cávado e Huelva, uma vez que estas duas regiões fronteiriças escapam a um crescimento natural de sinal negativo, que acaba por ir atingindo todas as regiões, permanecendo como as regiões de fronteira com o índice de envelhecimento mais baixo.

Embora ainda predomine uma ruralidade do povoamento, entendida no sentido em que a maioria da população vive em municípios e lugares com menos de dois mil habitantes, a perda de importância relativa deste tipo de povoamento pode indicar um avançar da desertificação das áreas rurais. O reverso é uma continuada concentração da população em aglomerados com características urbanas, o que se reflectiu no aumento do peso demográfico dos centros urbanos relativamente à área envolvente. Centros urbanos que, na sua maioria, se distinguem do resto das áreas circundantes pela manutenção de uma certa vitalidade demográfica fruto da permanência de população jovem activa.

Isto não significa, no entanto, que exista nesta fronteira uma rede urbana equilibrada, pelo contrário, os seus níveis de urbanização afastam-se muito dos respectivos países. Aliás, esta questão tem sido apontada, como vimos, como factor de agravamento da marginalização da raia. Aqui, devemos distinguir o lado português do espanhol, uma vez que o número de centros com mais de dez mil habitantes é menor nas NUTS portuguesas, bem como as taxas de urbanização que são, na generalidade, inferiores à das suas congéneres espanholas. Apesar de não devermos perder de vista as diferentes dimensões dos sistemas urbanos dos dois países ibéricos, a verdade é que atracção pelas cidades espanholas que estão mais próximas da raia é uma realidade que as acessibilidades e a abolição das fronteiras consolidaram.

Este retrato, embora com uma dimensão diacrónica, revela uma progressiva homogeneização de comportamentos demográficos das regiões que formam a fronteira luso-espanhola. Aguardemos pelos próximos censos para verificar se as tendências que agora traçamos se mantêm, ou se estas regiões conseguiram inverter o seu carácter marcadamente recessivo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. Portugal e Espanha

EUROSTAT – Base de dados NewCronos:

- EUROSTAT NewCronos. Theme1: general statistiques / Regio: regional statistiques:
- D3AREA, D3DENSIT, D3POP, D3MORTAL, D2MIGRE, D2MIGRP
- DEMO-r/dlev2/d2age80
- DEMO-r/dlev3/d3natal
- Statistiques/Economic accounts/Gross Domestic product indicators

2. Portugal

Recenseamentos Gerais da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Estatísticas Demográficas, 1980 a 1996, Lisboa, INE.

Estatísticas Demográficas. Nados-vivos por sexo, segundo a idade e concelho de residência da mãe, 1980, 1981, 1982, 1983, 1983, 1984, Lisboa, INE (informação não publicada).

Estatísticas Demográficas. Nados-vivos por sexo, segundo a idade e concelho de residência da mãe, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996, Lisboa, INE (informação disponível não publicada).

Estatísticas Demográficas. Óbitos segundo as idades e sexo por concelhos de residência e sexos dos falecidos, 1981, 1982, Lisboa, INE (informação não publicada).

Estatísticas Demográficas. Óbitos segundo as idades e sexo por concelhos de residência e sexos dos falecidos, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, Lisboa, INE (informação disponível não publicada).

Estimativas da população residente segundo o sexo em 31.VI de 1995 por NUTS III e Distritos; segundo o sexo em 31.XII de 1995 por NUTS III, Distritos e Concelhos; segundo o sexo, por idades, em 31.XII de 1995 por NUTS II e Distritos, Lisboa, INE, 1996, série “Estimativas provisórias”, nº 21.

Estimativas da população residente segundo o sexo em 31.XII de 1981 a 1990 e 30.VI de 1982 a 1990, por NUTS III e Concelhos, Lisboa, INE, 1996, série "Estimativas provisórias", nº 22.

Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos quinquenais de idade, por NUTS I, II, III e concelhos em 31.XII de 1995, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997

Estimativas da população residente segundo o sexo, por grupos de idade: índices de dependência e envelhecimento em 31.XII de 1996, por NUTS III e concelhos, Lisboa, INE-Gab. de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.

- INE, Infoline, "Temas estatísticos/Território/ Território: Quadros Regionais" (<http://www.ine.pt>).

- Recenseamento Eleitoral 1998, Referência 9-Outubro, (<http://www.stape.pt/recenseamento>).

3. Espanha

Censo de Población, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Badajoz, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Cáceres, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Huelva, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Ourense, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Pontevedra, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Salamanca, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1981. Nomenclator. Zamora, Madrid, INE, 1984.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Badajoz, Madrid, INE, 1993.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Cáceres, Madrid, INE, 1993.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Huelva, Madrid, INE, 1993.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Ourense, Madrid, INE, 1993.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Pontevedra, Madrid, INE, 1993.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Salamanca, Madrid, INE, 1993.

Censo de la Población de España de 1991. Nomenclator de las ciudades, villas, lugares, aldeas y demás entidades de población con especificación de sus núcleos. Zamora, Madrid, INE, 1993.

Evolución de la población de España entre los censos de 1981 y 1991, Madrid, INE, s/ data, Publicaciones electrónicas

Padrón Municipal de Habitantes. 1 de Abril de 1986, Madrid, INE, 1988.

Volumes correspondientes a Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva.

Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas y demás Entidades de Población con especificación de sus Núcleos. Madrid, INE, 1990.

Volumes correspondientes a Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva.

Población de los Municipios Españoles. Renovación del Padrón de Habitantes de 1 de Mayo de 1996, Madrid, INE, 1997.

Renovación del Padrón de Municipal de Habitantes a 1 de mayo de 1996. Explotación Estadística, Madrid, INE, 1998, edição electrónica

Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas y demás Entidades de Población con especificación de sus Núcleos. Renovación del Padrón Municipal de Habitantes a 1 de Mayo de 1996, Madrid, INE.

Volumen correspondientes a Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva.

Revisión del Padrón Municipal de Habitantes. Población a 1 de enero de 1998 (<http://www.ine.es/inebase>).

Movimiento Natural de la Población:

Resumen de los fenómenos demográficos por municipios (nacidos vivos por residencia materna; muertes fetales tardías por residencia materna, matrimonios por el lugar en que han fijado residencia, fallecidos por el lugar de residencia – sexos reunidos) – 1980 a 1996.

Nacimientos por grupos de edad para municipios maiores de 10 000 habitantes – 1980 a 1996 (sexos separados).

Defunciones por grupos de edad para municipios maiores de 10 000 habitantes – 1980 a 1996 (sexos separados).

Defunciones de menores de 1 año para municipios maiores de 10 000 habitantes – 1980 a 1996 (sexos separados).

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *España, el envejecimiento de la población*, Documento de Trabajo, Madrid, Instituto de Economía y Geografía Aplicadas/CSIC, Junio/89.
- AAVV, *La población de España en el contexto europeo. Evolución histórica y perspectivas*, Centro d'Estudis Demogràfics, Univerdad Autonoma de Barcelona, 1989 (policopiado).
- Actas del V Congreso de la Población Española.*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia, Centre d'Estudis Demogràfics, Grupo de Población de la Asociación de Geógrafos Españoles, 1994.
- AGUILLERA, Dolores Sánchez, COLL, Arlinda Garcia, "Envejecimiento y ruralidad en España: perspectiva y consideraciones sociales", in Manuel G. Partilla, Karmele Z. Sangroniz (editores), *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Bilbao, Univ. del País Basco, 1999, II vol. pp. 553-581.
- ALEGRIA, Maria Fernanda, TEIXEIRA, José Afonso, UMBELINO, Jorge, "Norte/sul e Litoral/Interior: duas divisões dicotómicas de Portugal Continental", *Finisterra*, XXV, 49, 1990, pp.5-56.
- ALFAGEME, Gonzalo B., GASCÓN, José Luis G., DÍAZ, Antonio P., "La recuperación de la natalidad extremeña" in Grupo de Población de la AGE (edit), *Análisis del desarrollo de la población española en el periodo 1970-1986*, Madrid, Síntesis, 1989, pp. 217-223.
- Algarve, Alentejo, Andalucía. Articulación territorial transfronteriza/Articulação territorial transfronteiriça*, Sevilla, Junta de Andalucía/Unión Europea/Comissão de Coordenação da Região do Algarve/Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1995.
- ALONSO, Fernando G., CABRÈ, Ana, "El crecimiento natural de la población y sus determinantes" in Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, E. Síntesis, 1997, pp.47-144.
- ALVES, Teresa, "Política regional nas áreas de fronteira em Portugal" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp.247-262.
- ANGULO, J. Vinuesa, "El crecimiento de la población y los desequilibrios en la distribución espacial" in Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, E. Síntesis, 1997, pp. 265-310.
- ANTOLÍN, Rafael Puyol, *La Población*, Madrid, Ed. Síntesis, 1990.

ARANGO, Joaquín "La Péninsule Ibérique – 1. La population espagnole au xx^e siècle" in Jean-Pierre Bardet, Jacques Dupâquier, *Histoire des populations de l'Europe. III. Les temps incertains 1914-1998*, Paris, Fayard, 1999, pp.489-504.

ARMSTRONG, Harvey, "Community regional policy" in Juliet Lodge (ed.), *The European Community and the challenge of the future*, London, Pinter Publishers, 1993, pp. 131-151.

ARROTEIA, Jorge, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional", *Estudos Demográficos*, n^o 30, 1991, pp.31-39.

ARROTEIA, Jorge, "Población y migraciones" in L. López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp. 153-165.

ARROTEIA, Jorge, *A evolução demográfica portuguesa. Reflexos e perspectivas*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1985.

AZNAR, José Aranda, *La campaña contra el censo de 1991. Memorias para la memoria*, Madrid, Edición do Autor, 1993.

BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa, INCM, 1996.

BARNES, Ian, BARNES, Pamela, *The enlarged European Union*, London, Lougman, 1995.

BEGG, I. G., GUDGRIN, G., MORRIS, D., "The assessment: regional policy in the European Union", *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, n^o 2, 1995, pp. 1-17.

BENITO, Tomás Vidal, "Las migraciones interiores españolas en la segunda mitad del siglo XX. Estimación de impactos directos e indirectos por simulación", in Manuel G. Partilla, Karme Z. Sangroniz (editores), *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Bilbao, Univ. del País Basco, 1999, I vol. pp. 339-369.

BOUCHERON, Agnès, BELAUD, Jean-François (dir.), *La nouvelle politique regionale de la CEE*, Bruxelles, Club de Bruxelles, 1993.

BRITO, Raquel Soeiro, (dir.), *Portugal, perfil geográfico*, Lisboa, Referência/Editorial Estampa, 1994.

BUFFACHI, Vittorio, GARMISE, Sahari, "Social justice in Europe: an evaluation of European regional policy" in *Government and Opposition*, vol.30, n^o 2, 1995, pp.185-197.

- CABRÉ, Ana, Julio MORENO, Isabel PUJADAS, "Cambio migratorio y «reconversion territorial» en España", *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 32, Octubre-Diciembre 1985, pp.43-65.
- CABRÉ, Ana, Julio MORENO, Isabel PUJADAS, "Migratory movements in Spain: recent evolution", *Papers de Demografia*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 1986.
- CAMPO, Salustiano del, LÓPEZ, M. Navarro, *Nuevo análisis de la población española*, Barcelona, Ariel, 1992.
- CAMPOS, João Mota de, *Direito Comunitário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, I vol, "O Direito Institucional".
- CARAMES, Luis, MEIXIDE, Alberto (dir), *Estudio de la región transfronteriza de Minho/ Pontevedra-Ourense*, Universidade de Santiago de Compostela, 1992, (policopiado).
- CARRILHO, Maria José et alii, "Alterações demográficas nas regiões entre 1981-1991", comunicação apresentada às *Jornadas de Reflexão sobre o "Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural"*, F.I.L., 15 e 16 de Janeiro de 1993 (policopiado).
- CARRILHO, Maria José, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981. Evolução global do continente português.", *Estudos Demográficos*, Lisboa, INE, nº 30, 1991, pp. 11-29.
- CARRILHO, Maria José, "O declínio recente da mortalidade infantil em Portugal", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 27, Lisboa, INE, 1985, pp. 163-199.
- CARRILHO, Maria José, "O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas?", *Estudos Demográficos*, nº 31, 1993, pp. 75-98.
- CARRILHO, Maria José, PEIXOTO, João, "A evolução demográfica de Portugal entre 1981 e 1991", *Estudos Demográficos*, nº 31, 1993, pp. 7-19.
- CASIMIRO, Fernando Simões, "Censos 91 – sua estrutura metodológica e organizativa", *Estudos Demográficos*, nº 30, 1991, pp. 53-63.
- CAVACO Carminda, "A fronteira política: da divisão à integração territorial" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único*, Lisboa, C.E.G.-UL, 1995, pp. 9-17;
- CAVACO Carminda, "Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial", *Finisterra*, XXXII, 63, 1997, pp.159-166.
- CAVACO, Carminda (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995

- CAVACO, Carminda, *A região de fronteira do rio Minho*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1973
- CAVACO, Carminda, "Abandono ou revitalização dos campos raianos de Portugal" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 319-350.
- CAVACO, Carminda, "Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial", *Finisterra*, XXXII, 63, 1997, pp.159-166.
- CAVACO, Carminda, "Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 263-277.
- CAVACO, Carminda, "Um olhar sobre a fronteira Portugal-Espanha" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 19-34.
- Centro Europeu do Desenvolvimento Regional (CEDRE), *Estudo prospetivo das Regiões Atlânticas*, Bruxelas, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1994.
- CEPEDA, Francisco Terroso, "Visión portuguesa de las áreas deprimidas" in L. López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundacion Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp.83-93.
- COLL, Arlinda G., PUYOL, Rafael, "Las migraciones interiores en España" in Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, E. Síntesis, 1997, pp. 167-216.
- Comissão Europeia, *Europa 2000 - Perspectiva para o desenvolvimento do território da Comunidade*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992.
- Comissão Europeia, *Europa 2000+ - Cooperação para o ordenamento do território europeu*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995.
- Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões da Comunidade alargada. Terceiro relatório periódico sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade*, Bruxelas, 1987.
- Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões na década de 1990. Quarto relatório periódico sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade*, Bruxelas, 1991.

- Comissão Europeia, *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões. Quinto relatório periódico sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões da Comunidade*, Bruxelas, 1994.
- Commission Européenne/Europe 2000, *Études de développement régional. Évolution prospective des régions intérieures (et des espaces ruraux de faible densité de population de la Communauté)*, Bruxelas-Luxemburgo. Office des Publications des Communautés Européennes, 1996.
- CÓNIM, Custódio, *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários. Recenseamentos da população 1864-1970*, Lisboa, INE, 1980, série "Estudos", nº57.
- CÓNIM, Custódio, "Migrações internas em Portugal -1981", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, INE, nº 27, 1985, pp.9-41.
- CÓNIM, Custódio, CARRILHO, Maria José, *Situação demográfica e perspectivas de evolução. Portugal 1960-2000*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989.
- CÓNIM, Custódio, *Portugal e a sua população*, Lisboa, Alfa, 1990, 2 vols.
- CORDÓN, Juan Antonio Fernández (dir.), *Proyeccion de la población española. España 1991-2006*, Madrid, Instituto de Demografía/ Centro de Investigaciones Científicas, 1994.
- CORDON, Juan Antonio Fernandez, "L'Espagne/Spain", Jean-Louis Rallu, Alain Blum (editores), *European population. I Country analysis*, Paris, John Libbey Eurotex/INED, 1991, pp.379-392.
- CORDON, Juan Fernandez, "Demografía y dependencia en las regiones españolas" *Serie Documentos de Trabajo- Instituto de Demografía /CSIC*, nº 10, Junio, 1993.
- COSTA, Eduardo Marques da, PIRES, Iva, "A estrutura industrial do território raiano entre Alto Trás-os-Montes e Beira Interior Sul" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 103-143.
- CUESTA, Rafael Entena, *Curso de derecho administrativo*, Madrid, Editorial Tecnos, 1998, vol 1/2 "Organización administrativa"
- DAVEAU, Suzanne, "Caractères géographiques comparés des frontières franco-suisse et luso-espagnole", separata das *Actes du 99^e Congrès National des Sociétés Savantes. Besançon, 1974. Section de Géographie*, Paris Bibliothèque Nationales, 1976.
- DAVEAU, Suzanne, *Portugal geográfico*, Lisboa, Sá da Costa, 1995.

- DÍAZ, María Teresa J., "Desempleo y economía en la Huelva del 93" in Juan A. M. Domínguez (editor), *Huelva en su Historia 5. Historia y Territorio de la Provincia en el siglo XX*, Huelva Universidad de Huelva, 1994, pp. 201-216.
- DIGNAN, Tony, "Regional disparities and regional policy in the European Union", *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, nº 2, 1995, pp. 64-95.
- Direcção Regional do Norte, IGE-Instituto Galego de Estatística, *Anuário Estatístico. Galicia-Norte de Portugal 1996*, Lisboa, INE, 1997
- DOMÍNGUEZ, Juan Antonio Márquez, "El eje dinámico del litoral onubense-algarví" in L. L. Trigal, R.L. González, F. Guichard (coord), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Symposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundacion Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp.143-149.
- DOPICO, Fausto, LOSADA, Abel, "Tendencias demograficas de un país de antiguos emigrantes", *Papeles de Economía Española*, vol.16, 1996, pp. 71-81.
- DRAIN, Michel, "Les identités régionales de la Péninsule Ibérique" in *L' identité régionale. L' idée de région dans l' Europe du sud-ouest*. Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du Portugal-Aquitaine, Paris, CENPA, 1991, pp. 27-33.
- DRAIN, Michel, *Geografia da Península Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.
- DUMONT, Gérard-François, *Démographie. Analyse des populations et démographie économique*, Paris, Dunod, 1992.
- DUPÂQUIER, Jacques e Michel, *Histoire de la Démographie*, Paris, Librairie Académique, 1985.
- Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, INCM, 1986, vol. 8 "Região".
- Encuentros/Encontros de Ajuda. Olivenza 18-19-20 Octubre 1985. Actas, ponencias y comunicaciones*, Salamanca, Diputación Provincial de Badajoz, 1987.
- ESPAÑA, Elisabeth D., REMOALDO, Paula Cristina, CARRASCO, Julia S., GONZÁLEZ, Xosé S., "Sistemas de ciudades y reordenación territorial en la frontera Miñota" in Antonio C. Fernández, Carmen V. Bernardo, *Portugal-España: Ordenación territorial del suroeste comunitario comunitario. Acta, ponencias y comunicaciones (VII Coloquio Ibérico de Geografía)*, Salamanca, Universidad de Extremadura, 1996, pp. 455-463.
- Estatísticas das regiões fronteiriças do Alentejo e da Extremadura/ Estadísticas de las regiones fronterizas de Alentejo y de Extremadura*, Évora, INE-DRA, 1998.
- European Comission/Directorate-General for Regional Policies, *Interregional and cross-border cooperation in Europe. Proceedings of the Conference on Interregional Cooperation-Regions in Partnership. Brussels, 14 and 15 December 1992*, Brussels-Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1994

- EUROSTAT, "Regions - Nomenclature of territorial unit for statistics - NUTS - March 1995" (documento interno, policopiado).
- EUROSTAT, *Regiões. Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas. NUTS, Março de 1995*, Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995
- EUROSTAT, *Statistical regions in the EFTA countries and the Central European Countries (CEC)*, Luxembourg, 1999.
- EUROSTAT, *Statistiques démographiques 1997*, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1997.
- EVANGELISTA, João, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, INE, 1972
- FERNANDES, Ana Maria, *Velhice e envelhecimento demográfico e relações intergeracionais*, Dissertação de Doutoramento apresentada na FCSH da UNL, Lisboa, 1995 (policopiada).
- FERNÁNDEZ, Antonio Campesino, BERNARDO, Carmen Velasco (coord.), *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitario. Actas, ponencias y comunicaciones. VII Coloquio Ibérico de Geografía*, Cáceres, Univ. de la Extremadura, 1996.
- FERNANDEZ, Paulino Garcia, *Población de los actuales terminos municipales, 1900-1981. Poblaciones de hecho segun los censos*, Madrid, INE, 1985.
- FERRÃO, João (coord.), *Estudo de avaliação dos programas regionais em Portugal*, Lisboa, GEOIDEIA, 1993 (policopiado).
- FERRÃO, João, "Três décadas de consolidação de Portugal demográfico moderno", António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS/UL, 1995, pp.165-190.
- FERREIRA, Carlos, "Envelhecimento da raia luso-espanhola: contornos de uma dinâmica demográfica recessiva" in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 63-81.
- FONSECA, Maria Lucinda, *População e território – do país à Área Metropolitana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990.
- FONTAINE, Pascal, *A União Europeia*, Lisboa, Referência/Editorial Estampa, 1995
- FRANCO, Ana, "Enquadramento dos recenseamentos no contexto comunitário", *Estudos Demográficos*, nº30, 1991, pp. 47-51.
- GARCÍA, Antonio A., RODRÍGUEZ, Vicente R., "Proceso de envejecimiento de la población española (1970-1981)" in Grupo de Población de la AGE (edit),

Análisis del desarrollo de la población española en el periodo 1970-1986, Madrid, Síntesis, 1989, pp. 357-364.

- GARCIA, João Carlos, "La frontera luso española y los estudios de geografía histórica" in L. López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp. 25-29.
- GASPAR, Jorge (dir.), *Portugal, os próximos 20 anos. Ocupação e organização do espaço. Retrospectiva e tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- GASPAR, Jorge (dir.), *Portugal, os próximos 20 anos. Ocupação e organização do espaço. Uma prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- GASPAR, Jorge (introd. e dir.), *Portugal em mapas e em números*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.
- GÉRARD, Hubert, WUNSCH, Guillaume, *Comprendre la démographie. Méthodes d'analyse et problèmes de population*; Verviers, Marabout Université, 1973.
- GOMES, M^a Cristina Sousa, *Prospectiva do envelhecimento demográfico na região de Viseu. O caso particular dos equipamentos sociais para idosos*, Dissertação de Doutoramento na FCSH da UNL, Lisboa, 2000.
- GONZÁLEZ, Rubén Camilo Lois, "El eje urbano atlántico. Galicia-Norte de Portugal" in L. López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp. 137-141.
- GONZÁLEZ, Rubén C. Lois, MEDINA, José S., "La redistribución de la población en Galicia actual" in *XIV Congreso Nacional de Geografía. Cambios Regionales a finales del siglo XX. Comunicaciones*, Salamanca, 1995, pp. 301-304.
- Grupo de Población de la AGE (edit), *Análisis del desarrollo de la población española en el periodo 1970-1986*, Madrid, Síntesis, 1989.
- GUTIÉRREZ, Juan Ignacio Plaza, "Visión española de las áreas marginales de la frontera hispano-portuguesa" in L. López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp. 75-81.
- HINESTROSA, M^a Jesus M., "Dinámica de la población moguerense en el siglo XX: su estrecha relación con las coyunturas económicas" in Juan A. M. Domínguez (editor), *Huelva en su Historia 5. Historia y Territorio de la Provincia en el siglo XX*, Huelva Universidad de Huelva, 1994, pp. 217-232.

HOLOHAN, Wanda Dressler, «La politique européenne de coopération régionale transfrontalière et les modalités de son application dans le cadre français» in *Espaces et Sociétés*, n° 70-71 "Identités, espaces, frontières", 1993, pp. 113-145.

I Jornadas Internacionales de Demografía Urbana y Regional, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

II Jornadas sobre la población española, Palma, Universitat de les Illes Balears, 1989.

INE/DGOTDU, *Indicadores Urbanos do Continente*, INE, Lisboa, 1999.

INED-INSEE-ORSTOM-SEAE, *Sources et analyse des données démographiques*, 2^{ème} partie – Ajustement des données imparfaites, Paris, 1974.

Instituto Nacional de Estadística, *Censos de Población y Viviendas 1991. Metodología*, Madrid, INE, 1994.

Instituto Nacional de Estadística, *Evaluación de la calidad de los Censos de Población y Viviendas 1991. Análisis del contenido*, Madrid, INE, 1996.

Instituto Nacional de Estadística, *Evolución de la fecundidad en España 1970-1994. Total nacional, comunidades autónomas, provincias*, Madrid, 1998.

Instituto Nacional de Estadística, *Proyecto de evaluación de la calidad de los Censos de Población y Viviendas, 1981*, Madrid, INE, 1985.

Instituto Nacional de Estadística, *Proyecto para la realización del Censo de Población de 1981*, Madrid, 1982.

Instituto Nacional de Estatística, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, 1984.

Instituto Nacional de Estatística, *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, INE, Lisboa, 1995, série "Estudos", n° 73.

Instituto Nacional de Estatística-Direcção Regional do Centro, Comissão da Coordenação da Região Centro, Junta de Castilla y León-Consejería de Economía y Hacienda, *Anuário Estatístico Região Centro (Portugal), Castilla y León (España)/ Anuario Estadístico Região Centro (Portugal), Castilla y León (España)*, Coimbra, INE-DRC/CCRC – Valladolid, JCL/CEH, 1998.

INTERREG. Programa operacional de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha. FEDER, FEOGA/Orientação, Fevereiro de 1991 (policopiado).

JACINTO, Rui, "As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça", *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n°14, 1995, pp. 37-54.

JACINTO, Rui, "Perspectivas de cooperação transfronteiriça a partir dos programas comunitários e a administração portuguesa: desenvolvimento da fronteira hispano-portuguesa e cooperação transfronteiriça", in *La cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones transfronteirizas*, Valladolid, Cortes de Castilla y León, 1995, pp. 59-67.

KEATING, Michael, "Les régions constituent-elles un niveau de gouvernement en Europe" in Patrick Le Galès, Christian Lequesne (dir.), *Les paradoxes des régions dans l'Europe*, Paris, Editions La Découverte, 1997, pp.19-35.

L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du sud-ouest. Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du Portugal-Aquitaine, Paris, CENPA, 1991

La cooperación de Castilla y León con Portugal/Jornadas sobre relaciones transfronteirizas, 4-5 octubre de 1994, Valladolid, Cortes de Castilla y León, 1995.

LABASSE, Jean, *L'Europe des régions*, Paris, Flammarion, 1991,

LABASSE, Jean, *Quelles régions pour l'Europe?*, Paris, Flammarion, 1994

LAFORCADE, Maité (textes réunis), *La frontière des origines à nos jours. Actes des journées de la Société internationale d'Histoire du droit, tenues à Bayonne, les 15, 16, 17 mai 1997*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 1998.

LE GALÈS, Patrick, LEQUESNE, Christian (dir.), *Les paradoxes des régions dans l'Europe*, Paris, Editions La Découverte, 1997.

LEGUINA, Joaquín, *Fundamentos de demografía*, Madrid, Siglo XXI, 1992.

LERIDON, Henri, TOULEMON, Laurent, *Démographie. Approche statistique et dynamique des populations*, Paris, Economica, 1997.

LIVI-BACCI, Massimo, *Introducción a la demografía*, Barcelona, Ariel, 1993.

LLRENS, Amand Blanes i, "Evolución de la esperanza de vida en España, 1960-1991", *Actas del V Congreso de la Población Española*, Univ. Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia. Centre d'Estudis Demogràfics, 1995, pp. 211-222.

LOPES, A. Simões, *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995

LÓPEZ, Francisco Sánchez, DIÈGUEZ, Valentín Cabero, *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteira de Salamanca*, Salamanca, Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología, CSIC/Departamento de Geografía de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Salamanca, 1994.

- LÓPEZ, Francisco Zamora, "El futuro de la población española" in Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, E. Síntesis, 1997, pp. 357-388.
- LÓPEZ-MENCHERO, Jesús Monteagudo, "La actual organización del territorio en la provincia de Huelva" in *III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, pp. 576-589.
- MARTÍNEZ, Ana Sabaté, "Movilidad de la población española y evolución económica: tendencias recientes", *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, nº1, 1981, pp. 141-167.
- MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, 2 vols.
- MAWSON John, MARTINS, Mario Ruis, GIBREY, John T., "The development of the European Community regional policy" in Michael Keating, Barry Jones (eds), *Regions in the European Community*, Oxford Clarendon Press, 1985, pp. 29-54.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, "Diversidade geográfica e identidade do espaço português" in *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (30 de Junho a 5 de Julho de 1997)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1998, vol. 2, pp. 41-58.
- MENDES Ana Isabel Salvador, *Ordenamento do território numa região transfronteiriça - Baixo Alentejo-Algarve-Huelva*, Dissertação de Mestrado na FCT da UNL, Lisboa, 1997.
- MERRIT, Giles, STEWART, Terry, HALLINGAN, Brendan (coord.), *Europe of Regions. Conference proceedings, Dublin, 1996*, Londres, The Philip Morris Institute, 1996.
- MOLLE, W., CAPPELLIN, R., "The co-ordination problem in theory and policy" in W. Molle, R. Cappellin, *Regional impact of Community policies in Europe*, Aldershot, Arebury, 1988, pp. 1-22.
- MORAIS, M^a da Graça, *A transição da mortalidade e estruturas de causas de morte em Portugal continental durante o século XX*, Dissertação de Doutoramento na Universidade de Évora, Évora, 1999 (policopiada).
- MORENO, Aurora Justo, "La provisionalidad de los censos de población y vivienda de 1991", *Economía y Sociedad. Revista de Estudios Regionales de la comunidad de Madrid*, 6, Abril, 1992, pp. 161-166.
- MUÑOZ, Elena Ibarrola, "Censo de población, padron y registros", *Jornadas de Estadística Española*, Madrid, 1981, tomo II, pp.29-39.
- NADAL, Jordi, *La población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1986.

- NAZARETH, J.M., “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-1970)”, *Análise Social*, vol. XXIII (52), 1977 – 4º, pp. 901-986
- NAZARETH, J.M., “A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985, pp.963-980.
- NAZARETH, J.M., “A situação demográfica portuguesa no contexto da União Europeia no início dos anos noventa”, *População e Sociedade*, nº 1 , pp. 9-26.
- NAZARETH, J.M., “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa”, *Análise Social*, vol. XXIII (52), 1977, pp. 901-986.
- NAZARETH, J.M., “Aspects regionaux de l'évolution de la fécondité au Portugal (période 1930-1970)”, *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 22, 1975/1976, pp.47-95.
- NAZARETH, J.M., “Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais”, *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984, pp. 237-262.
- NAZARETH, J.M., “Os efeitos da emigração na estrutura de idades da população portuguesa”, *Análise Social*, 46, 1976, pp. 315-362.
- NAZARETH, J.M., “Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta”, *Estudos Demográficos*, nº30, 1991, pp. 41-45.
- NAZARETH, J.M., *Introdução à Demografia. Teoria e prática*, Lisboa, Presença, 1996.
- NAZARETH, J.M., *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979
- NAZARETH, J.M., *Portugal, os próximos 20 anos. Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- NAZARETH, J.M., *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.
- NORUSIS, Marija J., /SPSS Inc., *SPSS for Windows . Professional Statistiques 6.0*, Chicago, 1993.
- NUNES, Ana Bela, “Portuguese urban system: 1980-1991” in Pedro Telhado Pereira, Mª Eugénia Mata (edit.), *Urban dominance and labour market differentiation of a European capital city. Lisbon 1890-1990*, London, Kluwer Academic Publishers, 1996, pp. 7-47.
- NUNES, Ana Bela, *A rede urbana portuguesa e o moderno crescimento económico*, provas complementares de Doutoramento, ISEG, Lisboa, 1989 (policopiado).

- OREJANA, José Ayuso, "El censo de la población y el padrón municipal de habitantes. Inconvenientes de su conexión en la fase de recogida de los datos", *Jornadas de Estadística Española*, INE, 1981, tomo III, pp. 43-50.
- OREY, V. Bielza de, "La población" in V. Bielza de Orey (coord.), *Territorio y sociedad en España, II. Geografía Humana*, Madrid, Taurus, 1989, pp.9-120.
- OSUNA, Jacinto Rodríguez, "Desequilibrios espaciales en la España de los siglos XIX Y XX", *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 23, Julio-Septiembre, 1983, pp. 9-29.
- PEIXOTO, João, "As migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Fluxos migratórios globais e mobilidade dos quadros superiores", *III Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR*, Faculdade de Economia do Porto, 27-29 de Abril de 1995.
- PEIXOTO, João, "Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 – uma análise dos dados censitários", Lisboa, INE/GED, 1994.
- PEREZ, Margarita Delgado, "La evolución reciente de la fecundidad en España dentro del contexto europeo", *Demografía, Serie Artículos y Ponencias*, CSIC/Instituto de Demografía, nº 1, Novembro, 1988.
- PEREZ, Margarita Delgado, *El descenso de la fecundidad en España*, Dissertação de Doutoramento apresentada na Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 1988 (policopiada).
- PESTANA, Maria Helena, GAGEIRO, João Nunes, *Análise de dados para as Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo, 1998.
- PINTADO, Antonio, BARRENECHEA, Eduardo, *A raia de Portugal, a fronteira do subdesenvolvimento*, Porto, Afrontamento, 1974.
- PINTO, Maria Luís Rocha "As tendências demográficas", in *Portugal 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 298-306.
- PINTO, Maria Luís Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993 (policopiada).
- PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa, "A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991)", *População e Sociedade*, CEPFAM, nº 3, 1997, pp. 7-22.
- PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa, "As tendências recentes na distribuição populacional portuguesa: uma evolução que privilegia os aglomerados de maior dimensão", *População e Sociedade*, CEPFAM, nº 2, 1996, pp. 147-157.

- POINARD, Michel, "Le rôle de l'émigration dans l'évolution régionale de la démographie portugaise" *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du sud-ouest*. Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du Portugal-Aquitaine, Paris, CENPA, 1991, pp.205-214.
- POLL, Ana Oliveira, GARCIA, Antonio Abellán, "Las características de la población", Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, E. Síntesis, 1997, pp.
- Portugal – Espanha. INTERREG II – Cooperação transfronteiriça 1994-1999*, Comité das Comunidades Europeias/Direcção-Geral das Políticas Regionais, 1995.
- POSE, Andrés Rodriguez "El marco físico de la Unión Europea" in Rafael Puyol, Julio Vinuesa (edit.), *La Unión Europea*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997, pp. 19-40.
- PRESSAT, Roland, *Dictionnaire de Démographie*, Paris, PUF, 1979
- PRESSAT, Roland, *Les méthodes en démographie*, Paris, PUF, 1981.
- PUJADAS, Isabel, SOLSONA, Montserrat, "La población de España de 1900 a 1975 a nivel nacional y provincial, *Papers de Demografia*, nº 33, Barcelona, Centre d'Estudis Demogràfics/Universitat Autònoma de Barcelona, 1989.
- PUMAIN, Denise (ed.), *Spatial analysis and population dynamics / Analyse spatiale et dynamique des populations*, Paris, John Libbey Eurotext, 1991.
- PUYOL, Rafael, VINUESA, Julio (edit.), *La Unión Europea*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997.
- Quaternário Portugal, *Sistema urbano nacional – cidades médias e dinâmicas territoriais*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1997, 2 vol.
- RAFFESTIN, Claude, "Autour de la fonction sociale de la frontière", *Espaces et Sociétés*, nº 70-71, "Identités, espaces, frontières", 1993, pp.157-164.
- RALLU, Jean-Louis, BLUM, Alain, *European Population / Démographie européenne*, Paris, John Libbey Eurotext, 1991, 2 vols.
- REDONDO, Rosa Gómez, "La mortalidad de la España actual", *Política y Sociedad*, 26, 1997, pp.41-61.
- REDONDO, Rosa Gómez, "Vejez prolongada y juventud menguada. Tendencias en la evolución de la esperanza de vida de la población española 1970-1990", *Revista Española de investigaciones Sociológicas*, 71-72, Julio-Diciembre 1995, pp.79-108.
- REDONDO, Rosa Gómez, *La mortalidad infantil española en el siglo XX*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

- REGALES, Manuel Ferrer, "Redistribución espacial y jerárquica de la población española" in Grupo de Población de la AGE (edit), *Análisis del desarrollo de la población española en el periodo 1970-1986*, Madrid, Síntesis, 1989, pp. 13-27.
- REGALES, Manuel Ferrer, MIRANDA, Juan José Calvo Miranda, *Declive demográfico, cambio urbano y crisis rural, Las transformaciones recientes de la población de España*, Pamplona, EUNSA, 1994.
- REHER, David, "Fuentes para el estudio de la población" in Rafael Puyol (edit.), *Dinámica de la población en España. Cambios demográficos en el último cuarto del siglo XX*, Madrid, E. Síntesis, 1997, pp. 21-46.
- REHER, David, LOBO, Angeles Valero, *Fuentes de información demográfica en España*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1995.
- RIBEIRO, Orlando, *Introdução ao estudo da geografia regional*, Lisboa, Sá da Costa, 1987.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, H., DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, III vol., 1991, IV vol.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.
- ROCHA, Gilberta, *A dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência e diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.
- RODRIGUES, Teresa, *Lisboa no século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993 (policopiada).
- ROSA, Maria João Valente, "O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema", António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS/UL, 1995, pp.191-214.
- ROSA, Maria João Valente, *O envelhecimento demográfico da população do Continente português e a protecção de idosos*, Dissertação de Doutoramento, apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993, (policopiada).
- RUÍZ, Juan F. M. , "Análisis espacial de la natalidad y fecundidad en España (1970-1985)" in Grupo de Población de la AGE (edit), *Análisis del desarrollo de la población española en el periodo 1970-1986*, Madrid, Síntesis, 1989, pp. 208-217.
- SAINT-OUEN, François, *L'Europe des régions*, Quetigny-Dojons, Centre Européen de la Culture/Actes Sud, 1994.

- SALVADO, Pedro, *Relações transfronteiriças na raia do Concelho de Idanha-a-Nova: tempo, espaços e memória*, Dissertação de Mestrado na FCSH da UNL, Lisboa., 1996 (policopiada).
- SANTOS, Domingos, “A política regional da União Europeia e Portugal: alguns desafios”, comunicação apresentada ao *IV Encontro Nacional da APDR* (Covilhã, 21 a 23 Novembro de 1996).
- SCOTT, Joanne, *Development dilemmas in the European Community. Rethinking regional development policy*, Buckingham, Open University Press, 1995.
- SESTAFE, José Vicente, “Estadística del movimiento natural de la población”, *Jornadas de Estadística Española*, INE, 1981, tomo III – “Ponencias y comunicaciones invitadas”, pp. 41-50.
- SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob S., STOCKWELL, Edward G., *The methods and materials of demography*, Academic Press, 1976.
- SILVA, Carlos Nunes, “Gestão municipal em regiões de fronteira. A cooperação transfronteiriça” in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 279-298.
- SILVA, Carlos Nunes, “Nota sobre o poder local em Espanha”, *Finisterra*, vol. XXV (49), 1990, pp. 168-181.
- SIMÕES, J. Manuel, “As regiões de fronteira portuguesa: da construção ao recentrar da periferia” in Carminda Cavaco (coord.), *As regiões de fronteira – inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu* Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/UL, 1995, pp. 35-62.
- SMOUTS, Marie-Claude, “La région comme nouvelle communauté imaginaire?” in Patrick Le Galès, Christian Lequesne (dir.), *Les paradoxes des régions dans l'Europe*, Paris, Editions La Découverte, 1997, pp. 37-45.
- TAPINOS, Georges, *Elementos de demografía*, Madrid, Espasa Calpe, 1990.
- TORRES, José Baños, SEVILLA, Carmen Selva, “Balance de la política regional comunitaria en España y Portugal”, comunicação apresentada ao *IV Encontro Nacional da APDR* (Covilhã, 21 a 23 Novembro de 1996).
- TRIGAL, Lorenzo López (coord), *Zamora. Un espacio de frontera*, Zamora, Fundación Hispano-portuguesa “Rei Afonso Henriques”, 1994.
- TRIGAL, Lorenzo López (dir), *La población en el desarrollo de Castilla y León*, Valladolid, Consejo Económico y Social de Castilla y León, 1998.
- TRIGAL, Lorenzo López, “La frontera como factor geográfico”, *III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, pp.596-602.

- TRIGAL, Lorenzo López, "La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial" in *La cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones transfronterizas*, Valladolid, Cortes de Castilla y León, 1995, pp. 15-37.
- TRIGAL, Lorenzo López, "La población y el poblamiento de Castilla y León" in L. López Trigal (dir.), *La economía de Castilla y León ante el siglo XXI*, Valladolid, Junta de Castilla y León, pp. 1998, pp. 11-30.
- TRIGAL, Lorenzo López, "Las redes urbanas de la raya hispano-portuguesa" in L. López Trigal, R.L. González, François Guichard (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-portuguesa "Rei Afonso Henriques", 1997, pp. 199-205.
- TRIGAL, Lorenzo López, "Systèmes urbains et espaces frontaliers. Une perspective d'étude des frontières de la Péninsule Ibérique", *The European Geographer*, Associação de Jovens Geógrafos de Lisboa, nº 1, Jan-Jun, 1990, pp. 19-23
- TRIGAL, Lorenzo López, GONZALÉZ, R.L., GUICHARD, François (coord.), *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium, Vilar Formoso, 1996*, Zamora, Fundación Hispano-Portuguesa «Rei Afonso Henriques», 1997
- URRECHO, José M^a Delgado, "Evolución reciente de la población en Castilla y León: 1960-1990", *Revista de Estudios Mirandeses*, IX, 1989, pp. 137-158.
- VALENTÍ, J. Vilà, *La Península Ibérica*, Barcelona, Ariel, 1994
- VIEIRA, João Vaz, "As estimativas portuguesas do movimento da população", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 18, pp. 169-179.
- VILLA-BELDA, Joaquim Arango, "Los censos de población española en perspectiva histórica" in *Jornadas de Estadística Española*, Madrid, 1981, tomo III, pp. 51-72.
- VINUESA, J., ZAMORA, F., Génova, P., SERRANO, P., Recaño, J. *Demografía, análisis y proyecciones*, Madrid, Síntesis, 1994.
- WISHLADE, Fiona, "Achieving coherence in European Community approaches to area designation", *Regional Studies*, vol. 28, 1, pp. 79-97.
- WUNSCH, Guillaume J., TERMOTE, Marc G., *Introduction to demographic analysis. Principles and methods*, New York, Plenum Press, 1978.
- YANCI, María Pilar González, "Las regiones de la Unión europea" in Rafael Puyol, Julio Vinuesa (edit.), *La Unión Europea*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997, pp. 326-366.

LEGISLAÇÃO

1. Comunitária

Directiva do Conselho 87/287/CEE publicada no JO nº L 143/33 de 3/6/87.

Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988, publicado no JO nº L 185 de 15/7/1985.

Regulamento (CEE) nº 4253/88 do Conselho, de 19 de Dezembro, publicado no JO nº L 374/1 de 31 de Dezembro de 1988

Regulamento (CEE) nº 4254/88 do Conselho, publicado no JO nº L 374/15 de 31 de Dezembro de 1988.

Regulamento (CEE) nº 2081/93 do Conselho, de 20 de Julho de 1993, publicado no JO nº L 193/5 de 31 de Julho de 1993

Comunicação C(90) 1562/3 publicada no JO nº C 215/4 de 30/8/90.

COM (93) 282 final, Bruxelas, 16 de Junho de 1993, "O futuro das iniciativas comunitárias no âmbito dos fundos estruturais"

COM (94) 46 final, Bruxelas, 16/3/1994, "O futuro das iniciativas comunitárias"

Comunicação 94/C 180/13 aos Estados-membros, publicada no JO nº C 180, de 1/7/1994

Comunicação 96/C 200/07 aos Estados-membros, publicada no JO nº C 200/23, de 10/7/1996.

Acto Único Europeu (1986).

Tratado de Maastricht (1992).

Tratado de Amsterdão (1997).

2. Portuguesa

Resolução do Conselho de Ministros nº 34/86 publicada no DR nº102 - I Série de 5 de Maio de 1986.

Decreto-Lei nº 46/89 de 15 de Fevereiro.

3. Espanhola

Lei 70/1980, de 16 de Dezembro, publicada no *Boletín Oficial del Estado* nº 305, de 24 de Dezembro de 1980

Lei 7/1985, de 2 de Abril, *Reguladora de las Bases del Régimen Local*, publicada no *Boletín Oficial del Estado* nº 80, de 3 de Abril de 1985 com as alterações introduzidas pela Lei 4/1996, de 4 de Janeiro, publicada no *Boletín Oficial del Estado* nº 11, de 12 de Janeiro de 1996 e pelo *Real Decreto* 2612/1996, de 20 de Dezembro, publicado no *Boletín Oficial del Estado* nº 14, de 16 de Janeiro de 1997.

Real Decreto 1690/1986, de 11 de Julho, *Reglamento de Población y Demarcación Territorial de las Entidades Locales*, publicada no *Boletín Oficial del Estado* nº 194, de 14 de Agosto de 1986

REFERÊNCIAS “ONLINE”

Conclusões da Cimeira de Paris – <http://www.parleurop.pt/docs/50anos/039.html>

Cimeira de Paris de Dezembro de 1974 – <http://www.parleurop.pt/docs/50anos/043.html>

España en Cifras 1999 - <http://www.ine.es>

ÍNDICE DOS QUADROS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Quadro 1</i> – Regiões NUTS III de fronteira entre Estados-membros..... | 40 |
| <i>Quadro 2</i> – Proporção das fronteiras terrestres intra-comunitárias | 41 |
| <i>Quadro 3</i> – NUTS e unidades administrativas nacionais: número e correspondência..... | 47 |
| <i>Quadro 4</i> – Área e população das regiões em 1996..... | 50 |
| <i>Quadro 5</i> – PIB <i>per capita</i> nas fronteiras internas (em paridade de poder de compra).... | 81 |
| <i>Quadro 6</i> – Evolução do peso relativo da população das NUTS III de fronteira..... | 94 |
| <i>Quadro 7</i> – Evolução do número de habitantes por km ² | 95 |
| <i>Quadro 8</i> – Área dos municípios e dos concelhos (km ²)..... | 102 |
| <i>Quadro 9</i> – População dos municípios e dos concelhos..... | 104 |
| <i>Quadro 10</i> – Índice Combinado das Nações Unidas, na fronteira luso-espanhola (1981-1991)..... | 144 |
| <i>Quadro 11</i> – Índice Combinado das Nações Unidas, no <i>Padrón Municipal</i> (1986 e 1996)..... | 147 |
| <i>Quadro 12</i> – Taxas de crescimento anual médio das NUTS III de Portugal peninsular..... | 161 |
| <i>Quadro 13</i> – Concelhos agrupados por níveis negativos de crescimento (1960-70)..... | 168 |
| <i>Quadro 14</i> – Grupos funcionais e índice de envelhecimento das NUTS III de fronteira (%)..... | 176 |
| <i>Quadro 15</i> – Relações de masculinidade totais nas NUTS III de fronteira..... | 187 |
| <i>Quadro 16</i> – Coeficientes de localização das NUTS III..... | 195 |
| <i>Quadro 17</i> – Peso relativo da população das NUTS III fronteiriças..... | 196 |
| <i>Quadro 18</i> – Peso relativo da população segundo a dimensão dos lugares..... | 199 |
| <i>Quadro 19</i> – Peso populacional que representam os centros de mais de 10 mil habitantes em relação aos respectivos concelho e NUT (%)..... | 201 |
| <i>Quadro 20</i> – Taxa de urbanização segundo três limiares..... | 202 |
| <i>Quadro 21</i> – Saldo natural nas regiões fronteiriças (n. ^{os} absolutos)..... | 204 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Quadro 22</i> – Índice sintético de fecundidade..... | 210 |
| <i>Quadro 23</i> – Taxas de fecundidade geral por grupos de idade..... | 214 |
| <i>Quadro 24</i> – Percentagem dos óbitos dos indivíduos maiores de 65 anos no total de óbitos..... | 218 |
| <i>Quadro 25</i> – Taxas de mortalidade infantil nas regiões de fronteira (‰)..... | 220 |
| <i>Quadro 26</i> – Esperança de vida à nascença nas regiões de fronteira..... | 222 |
| <i>Quadro 27</i> – Crescimento natural e migratório nas NUTS III de fronteira (1981-90)..... | 228 |
| <i>Quadro 28</i> – População que mudou de concelho relativamente à população residente em 1981 e 1991..... | 229 |
| <i>Quadro 29</i> – Taxas de crescimento anual médio nas províncias de fronteira (%)..... | 234 |
| <i>Quadro 30</i> – Municípios agrupados por níveis de crescimento (%)..... | 246 |
| <i>Quadro 31</i> – Grupos funcionais e índice de envelhecimento nas províncias de fronteira (%)..... | 253 |
| <i>Quadro 32</i> – Relações de masculinidade totais nas províncias de fronteira..... | 266 |
| <i>Quadro 33</i> – Coeficiente de localização das províncias..... | 278 |
| <i>Quadro 34</i> – Peso relativo da população das províncias fronteiriças..... | 280 |
| <i>Quadro 35</i> – Peso relativo da população segundo dimensão dos municípios..... | 284 |
| <i>Quadro 36</i> – Peso populacional que representam os centros com mais de 10 mil habitantes em relação aos respectivos município e província (%)..... | 288 |
| <i>Quadro 37</i> – Taxa de urbanização segundo quatro limiares..... | 289 |
| <i>Quadro 38</i> – Saldo natural nas províncias de fronteira (n.ºs absolutos)..... | 291 |
| <i>Quadro 39</i> – Índice sintético de fecundidade..... | 298 |
| <i>Quadro 40</i> – Taxas de fecundidade geral por grupos de idade..... | 301 |
| <i>Quadro 41</i> – Percentagem dos óbitos dos indivíduos maiores de 65 anos no total de óbitos..... | 304 |
| <i>Quadro 42</i> – Taxas de mortalidade infantil nas províncias de fronteira (‰)..... | 308 |
| <i>Quadro 43</i> – Esperança de vida à nascença nas províncias espanholas de fronteira..... | 311 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Quadro 44 – Crescimento natural e migratório nas províncias de fronteira (1981-90)..... | 314 |
| Quadro 45 – Percentagem da população maior de 10 anos que mudou de município...316 | |
| Quadro 46 – Variação da população nas províncias espanholas entre 1996 e 1998.....334 | |
| Quadro 47 – Variação da população nas NUTS portuguesas entre 1991 e 1998.....335 | |
| Quadro 48 – Crescimento natural nas províncias e NUTS de fronteira (%).....344 | |
| Quadro 49 –Evolução das esperanças de vida à nascença nas regiões portuguesas e espanholas de fronteira.....360 | |
| Quadro 50 – Variáveis de caracterização utilizadas na análise de <i>clusters</i> (1980-81)...366 | |
| Quadro 51 – Variáveis de caracterização utilizadas na análise de <i>clusters</i> (1990-91)...367 | |
| Quadro 52 – Variáveis de caracterização utilizadas na análise de <i>clusters</i> (1995-96)...369 | |
| Gráfico 6 – Taxa bruta de natalidade nas NUTS de fronteira (%)..... | 208 |
| Gráfico 7 – Taxa bruta de mortalidade nas NUTS de fronteira (%)..... | 210 |
| Gráfico 8 – Pirâmides etárias de Espanha..... | 258 |
| Gráfico 9 – Pirâmides de idade de Espanha..... | 257 |
| Gráfico 10 – Pirâmides de idade das zonas fronteiriças de Espanha..... | 260 |
| Gráfico 11 – Relações de masculinidade, por grupos de idade, nas províncias espanholas de fronteira..... | 267 |
| Gráfico 12 – Projeção da população segundo a distribuição dos lugares..... | 286 |
| Gráfico 13 – Taxa bruta de natalidade nas províncias de fronteira (%)..... | 294 |
| Gráfico 14 – Taxa bruta de mortalidade nas NUTS de fronteira (%)..... | 305 |
| Gráfico 15 – Taxa de crescimento anual médio das regiões de fronteira espanholas..... | 327 |
| Gráfico 16 – Projeção de índices sintéticos de fecundidade em regiões portuguesas e espanholas de fronteira..... | 353 |
| Gráfico 17 – Taxa bruta de mortalidade infantil nas regiões de fronteira espanholas..... | 358 |

ÍNDICE DOS GRÁFICOS E FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Gráfico 1</i> – Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95% nas regiões fronteiriças portuguesas..... | 150 |
| <i>Gráfico 2</i> – Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95% nas regiões fronteiriças espanholas..... | 153 |
| <i>Gráfico 3</i> – Pirâmides de idades do Cávado e da Beira Interior Sul..... | 178 |
| <i>Gráfico 4</i> – Pirâmides de idades do Minho-Lima, Douro, alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Algarve, Fronteira e Continente..... | 184 |
| <i>Gráfico 5</i> – Relações de masculinidade, por grupos de idade, nas NUTS III de fronteira..... | 188 |
| <i>Gráfico 6</i> – Taxa bruta de natalidade nas NUTS de fronteira (%o)..... | 208 |
| <i>Gráfico 7</i> – Taxa bruta de mortalidade nas NUTS de fronteira (%o)..... | 217 |
| <i>Gráfico 8</i> – Pirâmides de idades de Ourense..... | 255 |
| <i>Gráfico 9</i> – Pirâmides de idades de Zamora..... | 257 |
| <i>Gráfico 10</i> – Pirâmides de idades das outras províncias de fronteira..... | 260 |
| <i>Gráfico 11</i> – Relações de masculinidade, por grupos de idade, nas províncias espanholas de fronteira..... | 267 |
| <i>Gráfico 12</i> – Proporção da população segundo a dimensão dos lugares..... | 286 |
| <i>Gráfico 13</i> – Taxa bruta de natalidade nas províncias de fronteira (%o)..... | 294 |
| <i>Gráfico 14</i> – Taxa bruta de mortalidade nas NUTS de fronteira (%o)..... | 305 |
| <i>Gráfico 15</i> – Taxas de crescimento anual médio das regiões da fronteira luso-espanhola..... | 327 |
| <i>Gráfico 16</i> – Evolução do índice sintético de fecundidade nas regiões portuguesas e espanholas de fronteira..... | 353 |
| <i>Gráfico 17</i> – Evolução da verdadeira taxa de mortalidade infantil nas regiões da fronteira luso-espanhola..... | 358 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Figura 1</i> – Agrupamento das regiões da fronteira luso-espanhola (1980-81)..... | 365 |
| <i>Figura 2</i> – Agrupamento das regiões da fronteira luso-espanhola (1990-91)..... | 368 |
| <i>Figura 3</i> – Agrupamento das regiões da fronteira luso-espanhola (1995-96)..... | 370 |

ÍNDICE DOS MAPAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Mapa 1</i> – Áreas elegíveis pelo INTERREG I (NUTS III)..... | 35 |
| <i>Mapa 2</i> – Áreas elegíveis pelo INTERREG II (NUTS III)..... | 36 |
| <i>Mapa 3</i> – Distribuição geográfica dos menores de 15 anos nos municípios de fronteira (%)..... | 273 |
| <i>Mapa 4</i> – Distribuição geográfica dos maiores de 65 anos nos municípios de fronteira (%)..... | 274 |
| <i>Mapa 5</i> – Distribuição geográfica do índice de envelhecimento nos municípios de fronteira (%)..... | 275 |
| <i>Mapa 6</i> – Taxas bruta de natalidade nos municípios das províncias raianas (‰)..... | 295 |
| <i>Mapa 7</i> – Taxas bruta de mortalidade nos municípios das províncias raianas (‰)..... | 306 |
| <i>Mapa 8</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1900/1910-11)..... | 321 |
| <i>Mapa 9</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1910-11/1920)..... | 322 |
| <i>Mapa 10</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1920/1930)..... | 323 |
| <i>Mapa 11</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1930/1940)..... | 324 |
| <i>Mapa 12</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1940/1950)..... | 325 |
| <i>Mapa 13</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1950/1960)..... | 328 |
| <i>Mapa 14</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1960/1970)..... | 329 |
| <i>Mapa 15</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1970/1981)..... | 330 |
| <i>Mapa 16</i> – Taxas de crescimento anual médio nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (1981/1991)..... | 331 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Mapa 17</i> – Distribuição geográfica do índice de envelhecimento nos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (%)..... | 341 |
| <i>Mapa 18</i> – Taxa bruta de natalidade dos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (%)..... | 345 |
| <i>Mapa 19</i> – Taxa bruta de mortalidade dos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (%)..... | 347 |
| <i>Mapa 20</i> – Taxa de crescimento natural dos concelhos e municípios da fronteira luso-espanhola (%)..... | 351 |

ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
CASTELO BRANCO
OFERTA